



LITERATURA, CULTURA E ARTE N.º 2, 2.º semestre de 2010
Directores: Miguel Real e Béata Cieszynska

Zygmunt Baumann
Vasco Graça Moura

Annabela Rita
António Carlos Cortez
António Castro Henriques
Carlos Leone
Fernando Cristóvão
Guilherme d'Oliveira Martins
Luísa Schmidt
Onésimo Teotónio Almeida
Teresa Pinheiro
Vitorino Magalhães Godinho

Afonso Cruz
Alexandra Antunes
Carlos Frias Martins
Fernanda Santos
Patrícia Portela

Margarida Vale de Gato

João de Araújo Correia

Evocação de David Mourão-Ferreira

DOSSIÊ TEMÁTICO: Estado da arte 2000-2010

TÍTULO Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte. N.º2, 2.º semestre, 2010. Preço: 18,75€.

Revista do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

DIRECÇÃO Miguel Real e Béata Cieszyńska

COORDENAÇÃO José Eduardo Franco

CONSELHO DE DIRECÇÃO Ana Paula Tavares, Annabela Rita, Fernando Cristóvão, Isabel Rocheta, Petar Petrov, Vania Chaves

CHEFE DE REDACÇÃO Rosa Fina

CONSELHO DE REDACÇÃO António Carlos Cortez, Carlos Leone, Cristiana Lucas

REFEREES Beatriz Weigert, Carlos Leone, Isabel Rocheta, Onésimo Teotónio Almeida, Serafina Martins

CONSELHO CIENTÍFICO INSTITUIÇÕES NACIONAIS

CONSELHO CIENTÍFICO INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

António Cândido Franco

Universidade de Évora

António M. Feijó

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

António Sampaio da Nóvoa

Universidade de Lisboa

Arnaldo do Espírito Santo

Centro de Estudos Clássicos da FLUL

Dionísio Vila Maior

Universidade Aberta

Ernesto Rodrigues

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Guilherme d'Oliveira Martins

Centro Nacional de Cultura

Isabel Pires de Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

João Manuel Nunes Torráo

Universidade de Aveiro

José Augusto Mourão

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

José Eduardo Reis

Escola de Ciências Humanas e Sociais – UTAD

José Jorge Letria

Sociedade Portuguesa de Autores

José Pedro Serra

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Luís Machado de Abreu

Universidade de Aveiro

Maria José Craveiro

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro

Micaela Ramon

Universidade do Minho

Paulo Borges

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Pedro Barbas Homem

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Calafate

Centro de Filosofia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Renato Epifânio

Centro de Filosofia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Serafina Martins

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Teresa Martins Marques

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vasco Graça Moura

Fundação Calouste Gulbenkian

Viriato Soromenho-Marques

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alberto Manguel

Escritor, tradutor e editor

Anna M. Klobucka

Massachusetts University

Bernard Vincent

École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Carlos Quiroga

Universidad de Santiago de Compostela

Christine Vogel

Johannes Gutenberg Universität Mainz

David El Kenz

Université de Dijon

Eduardo Lourenço

Université de Nice

Fabrice d'Almeida

Université Panthéon-Assas (Univ. Paris II)

Gilles Lipovetski

Université de Grenoble

Halina Janaszek-Ivanickovas

Silesia University

Hélder Macedo

King's College

Ignacio Pulido Serrano

Universidad de Alcalá de Henares

Isabel Morán Cabanas

Universidad de Santiago de Compostela

Jean-Fédéric Schaub

École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Margaret Tejerizo

Glasgow University

Muanamosi Matumona

Universidade Agostinho Neto

Norberto Dallabrida

Universidade Federal de Santa Catarina

Onésimo Teotónio Almeida

Brown University

Patrícia Anne Odber de Baubeta

Birmingham University

Sérgio Nazar David

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Serhii Wakulenko

Kharkiv National Pedagogical University

Teresa Pinheiro

Chemnitz Universität

Tom Earle

Oxford University

Valmir Muraro

Universidade Federal de Santa Catarina

Zygmunt Bauman

Leeds University

SECRETARIADO EDITORIAL Paula Carreira, Rui Sousa e Susana Mourato Alves

REVISÃO Luís Pinheiro, Maurício Ieiri e Ricardo Ventura

EDIÇÃO Gradiva Publicações, S.A. e CLEPUL

PROPRIEDADE CLEPUL

PROJECTO GRÁFICO E PAGINAÇÃO Atelier Playground (Cláudia Dias e Paulo Vinhas)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO www.textype.pt

ISSN 1647-8088

DEPÓSITO LEGAL 315 551/10

CONTACTOS Correio Postal: CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, s/n, 1600-214 Lisboa |

Telefone: 00351 217920044 | e-mail: revista.clepul@gmail.com | Facebook

Edição realizada com o apoio

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia



Editorial

Miguel Real e Béata Elzbieta Cieszyńska

O segundo número da revista do CLEPUL – *Letras Com Vida* – propõe apresentar, no seu dossiê temático, algumas interrogações e propostas de várias perspectivas sobre a literatura, a cultura e a arte da década que o passado mês de Dezembro encerrou. Ensaçando esta tentativa de fazer um *mapping* da década passada, *Letras Com Vida* pretende facilitar as visões sobre o “Estado da Arte” – uma componente necessária na inscrição do ponto de saída para a década futura. Tencionamos (e sonhamos?) “fechar” o período 2000-2010 dedicando, entretanto, ainda especial atenção ao ano de 2010, o ano do Centenário da 1.ª República Portuguesa, com um eclético dossiê dedicado ao tema. A Revista pretende: “re-viver”, “re-vitalizar”, “re-pensar”, e ainda “re-novar” o período referido e a sua complexa problemática. E *Letras Com Vida* respondeu a este desafio com plena consciência de poder ter proposto apenas alguns – nunca ultimados – modelos da década 2000-2010. As limitações de uma análise na perspectiva de um prazo tão curto terão sido, aliás, bem introduzidas desde as primeiras páginas deste número, nas palavras sábias do Professor Zygmunt Bauman (Universidade de Leeds). Durante esta entrevista a um dos mais relevantes filósofos da cultura contemporânea, Bauman fala-nos cuidadosamente das determinantes e metamorfoses na cultura e suas ciências nos últimos anos, utilizando o conceito mais central e original na sua obra – “modernidade líquida”. Revisitando a cultura do início do século XXI, define-a sobretudo como uma constante oferta, dominada pelo excessivo (ou excedente) conhecimento ganho através da *Internet*, e sublinha as consequências culturais, na Europa de hoje, de mais recentes condições da perda da atitude de abertura ao Outro.

Com um debate iniciado deste modo, com os olhares sobre a cultura pós-moderna, o presente número da Revista *Letras Com Vida* continua as suas análises no 1.º Dossiê Temático intitulado “Estado da Arte 2000-2010”. Nos quinze ensaios que o compõem oferece-se bem ampla (mesmo que longe de ser completa) a busca dos traços de desenvolvimento da Cultura, Literatura, Educação, História, bem como das principais disciplinas da Humanística, focando sobretudo as perspectiva portuguesa e lusófona; nunca deixando, todavia, este Dossiê de ser um convite ao debate, acolhendo novos e diferentes olhares.

Aos desafios apresentados no 1.º Dossiê temático deste número – “Estado da Arte 2000-2010” –, corresponderá ainda uma amostra artística incluída na secção “Signos e Rotação”. Trata-se de uma selecção de quadros da última década da obra de cinco artistas lusófonos (Pancho Guedes, Pedro Wrede, Ana Silva, Nhate e Manuel Figueira). Os exemplares foram gentilmente cedidos pela Galeria “Perve”, em Lisboa, que recentemente os apresentou, entre outros, na exposição itinerante “Lusophonies/Lusofonias”.

A secção dedicada à corrente criação artística apresenta ainda as poesias de Carlos Frias Carvalho e de Alexandra Antunes e um conto de Afonso Cruz. Os editores de *Letras Com Vida* congratulam-se por poder apresentar nesta secção também algumas obras dos membros e investigadores do CLEPUL. Neste número propomos a leitura do conto “Elas que (nada) são”, de Fernanda Santos (Prémio Lusofonia 2010), e uma marcante experiência da “Cantata” de Dionísio Vila Maior (apresentada na sua versão gráfica e em DVD).

A problemática do Centenário da República volta ainda no 2.º CADERNO, intitulado *Há cem anos – a República*, da autoria de Vitorino Magalhães Godinho. O ano de 2010, determinando com o ritmo do centenário a vida cultural e científica portuguesa, ocupou igualmente uma parte relevante da “agenda do CLEPUL”. A temática do centenário marcou a sua presença na complexa actividade e nos convívios de carácter científico, pedagógico

e cultural do Centro e das suas instituições associadas. Dominou assim numerosas iniciativas que os leitores encontrarão descritas na secção “Projectos e Notícias”. Entre estas destacam-se o Congresso Internacional “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memória, Presença e Diásporas”, assinalando o centenário da expulsão das ordens religiosas em Portugal, ocorrido em Novembro na Fundação Calouste Gulbenkian, um evento com mais de 500 participantes, e o Colóquio Internacional “Em torno de duas Repúblicas: 15 de Novembro de 1889 – 5 de Outubro de 1910”, que pensou a República de uma perspectiva comparatista com o exemplo brasileiro. Também nesta secção, os leitores tomarão conhecimento do desenvolvimento dos debates iniciados pelo CLEPUL e pelos seus colaboradores, dos projectos de investigação e dos acontecimentos em preparação para o ano de 2011 – sobretudo o Congresso Internacional “Europa das Nacionalidades” (sob o alto patrocínio da Comissão Europeia). Em Maio de 2011 acontecerá a “Semana Ibero-Eslava” na FLUL, situada no contexto deste último congresso, com a conferência internacional dedicada aos “Mitos da Origem das Nacionalidades na Perspectiva Ibero-Eslava. Abordagens Modernas e Pós-Modernas”.

Para além disso, *Letras Com Vida*, no seu segundo número, procurará revitalizar as leituras da vida e obra de João de Araújo Correia, um autor injustamente desconhecido para uns e esquecido para outros, mas merecendo reconquistar, a nosso ver, um lugar maior na consciência cultural portuguesa. Este autor – abrangente e bem contemporâneo – reinará nas secções de “Inéditos” (onde será reproduzida alguma da sua epistolografia) e no “Dossiê Escritor”, onde encontramos alguns artigos e testemunhos sobre Araújo Correia. A responsabilidade da organização e direcção destas duas secções esteve a cargo do investigador António José Borges.

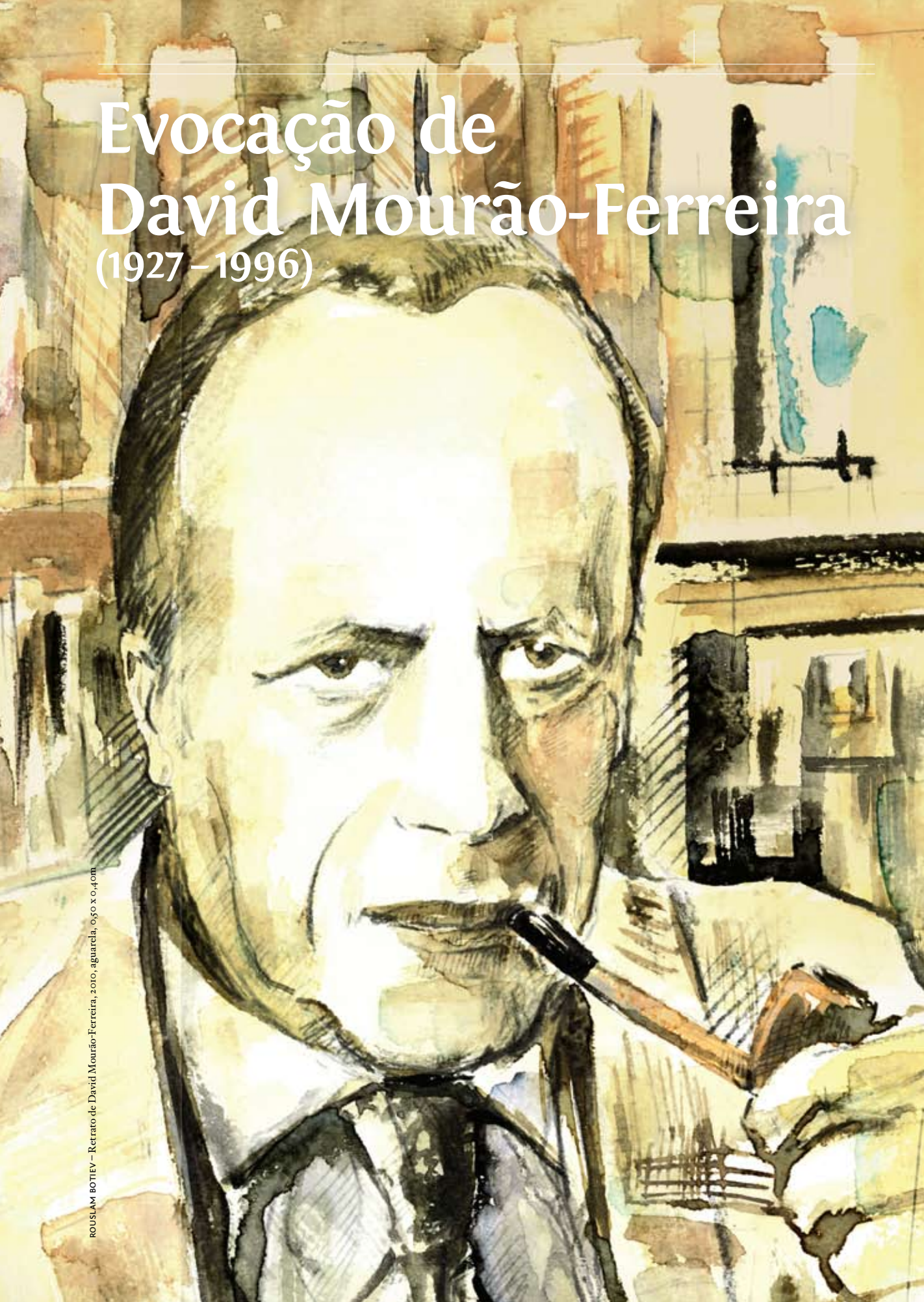
A entrevista nacional, “Nós, os outros”, foi feita por Miguel Real, António Carlos Cortez e Carlos Leone ao escritor, poeta, ensaísta (entre outros predicados) Vasco Graça Moura, um nome incontornável e multimodo da cultura portuguesa. Além da entrevista, o poeta ainda nos brindará com um poema inédito, ilustrado pelo artista plástico Tiago Mestre.

De acordo com uma tradição iniciada com o nosso 1.º número, o presente abre com a *Evocação*, escrita por Teresa Martins Marques, a David Mourão-Ferreira, que começando como assistente de Jacinto do Prado Coelho, tornou-se um exemplar professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, escritor, poeta e ensaísta português de referência.

Completam esta “festa” intelectual e artística do nosso 2.º número um espaço à reflexão multi-temática na secção “Vozes Consonantes”, com artigos de Teresa Pinheiro e Onésimo Teotónio Almeida, entre outros; várias recensões críticas; e a secção “Quinteto”, cinco perguntas a uma investigadora destacada na vida-das-Letras em Portugal: Margarida Vale de Gato (entrevistada por José Eduardo Franco). Esperamos, mais uma vez, ter provado estar sempre perto tanto da vida portuguesa, como da vida-das-Letras em Portugal e na Europa, oferecendo uma experiência bem abrangente, viva e revitalizante do nosso pensamento sobre a primeira década do século XXI.

Evocação de David Mourão-Ferreira (1927 – 1996)

ROUSLAM BOTEV - Retrato de David Mourão-Ferreira, 2010, aguarela, 0,50 x 0,40m



Escritor português (Lisboa, 24.2.1927 – Lisboa, 16.6.1996): poeta, ficcionista, tradutor, dramaturgo, ensaísta, cronista, crítico literário, conferencista, professor.

Licenciou-se em Filologia Românica (1951) com a tese *Três Coordenadas na Poesia de Sá de Miranda*, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Integrou os corpos redactoriais das revistas *Seara Nova* e *Graal* (1956–1957). Teve a seu cargo a rubrica de crítica de poesia no *Diário Popular* (1954–1957). A partir desse ano exerceu funções docentes na Faculdade de Letras como assistente, tendo desenvolvido um excepcional trabalho de organização e regência da recém-criada cadeira de Teoria da Literatura, onde desenvolveu estudos pioneiros, entre nós, sobre o *new criticism*. Em 1963 o seu contrato foi rescindido, vindo a ser novamente reconduzido a partir de 1970, leccionando Literatura Portuguesa e Francesa, tendo-lhe sido concedido, nos últimos anos de vida, o estatuto de Professor Catedrático Convidado. O seu magistério marcou sucessivas gerações de estudantes, muitos dos quais se contam hoje entre as mais prestigiadas figuras da universidade portuguesa e do ensaísmo literário.

Desempenhou as funções de Secretário Geral da Sociedade Portuguesa de Autores (1965–1974) e dirigiu o diário *A Capital* (1974–1975). Exerceu em três governos o cargo de Secretário de Estado da Cultura (1976–1979), foi vice-presidente da *Association Internationale des Critiques Littéraires* (1984–1992), presidente da Associação Portuguesa de Escritores (1984–1986) e do Pen Club Português (1991). Foi director do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian (1981–1996), bem como da revista *Colóquio-Letras* (1984–1996), propriedade da mesma instituição. Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa (onde sucedeu a Vitorino Nemésio na cadeira n.º 23). Sócio-Correspondente da Academia Brasileira de Letras. Membro titular da *Académie Européenne* de Paris, viria também a ser agraciado com as mais prestigiosas condecorações de Portugal, do Brasil e de França. O nome de David Mourão-Ferreira ficaria também ligado ao de Amália Rodrigues, que interpretou cerca de duas dezenas dos seus poemas.

Como autor, D.M.-F. publica os seus primeiros artigos em 1942, no jornal *Gente Moça*, órgão dos estudantes do Colégio Moderno. As primeiras poesias viriam à luz nas prestigiadas páginas da *Seara Nova*, em 1945. Todavia, é pelo teatro que o seu nome começa a aparecer com alguma regularidade nos jornais, tendo colaborado como autor e actor entre 1948 e 1951, sob a direcção de Gino Saviotti, no Teatro-Estúdio do Salitre, o qual constituiu, sob a bandeira

do “essencialismo”, o mais inovador movimento de Teatro Experimental dos Anos Quarenta, vindo aí encenados o poema dramático “Isolda” e a comédia “Contrabando”, respectivamente em 1948 e 1950. Ainda neste ano funda, com António Manuel Couto Viana e Luís de Macedo, as folhas de poesia *Távola Redonda*, em cujas edições daria à estampa o seu primeiro livro de poesia – *A Secreta Viagem*.

D.M.-F. foi um dos mais fecundos teorizadores da *Távola Redonda*, defendendo o equilíbrio, a coerência e a proporção entre os motivos e a técnica, entre os temas e as formas, procurando conciliar os valores da tradição e da modernidade, revalorizando o lirismo, recusando a imediatez da inspiração e o aproveitamento da poesia para fins utilitaristas, demarcando-se do neo-realismo. Este ideário ver-se-ia plasmado na sua futura obra, a qual, do ponto de vista técnico, representa a feliz aliança da força criadora e da construção rigorosa, sendo geralmente considerado como detentor da melhor oficina poética da sua geração.

Até à publicação de *Um Amor Feliz*, em 1986, D.M.-F. insistia em dizer que tinha consciência de que a sua obra não teria um vasto público, mas que, em contrapartida, possuía leitores fiéis. Este romance viria indiscutivelmente aumentar-lhe o número desses leitores, continuando a ser objecto de sucessivas reedições. No dia seguinte à conclusão do romance, escreve: “Um Amor Feliz: um cântico de amor e de paixão erótica; uma sátira política a certa nova sociedade portuguesa; um romance do romance em que se vêem acareados o narrador e o autor; um ajuste de contas comigo mesmo”. Se pensarmos que desde os dezoito anos deixara de lado sucessivos romances inconclusos, entenderemos que contas seriam aquelas, que assim ajustou. Artur

David Mourão-Ferreira foi um dos mais fecundos teorizadores da “Távola Redonda”, defendendo o equilíbrio, a coerência e a proporção entre os motivos e a técnica, entre os temas e as formas, procurando conciliar os valores da tradição e da modernidade, revalorizando o lirismo, recusando a imediatez da inspiração e o aproveitamento da poesia para fins utilitaristas, demarcando-se do neo-realismo.

Ramos realizou a partir deste romance uma série televisiva de quatro episódios, apresentada pela RTP em 1990. Anteriormente, de duas das quatro narrativas de *Gaióvotas em Terra* tinham sido extraídas duas longas metragens: “Fado Corrido” (1964), por Jorge Brum do Canto, e “Sem Sombra de Pecado” (1983), por José Fonseca e Costa.

Atentando nas sucessivas reedições da sua poesia, verificaremos que os volumes constituem organismos vivos, coerentes, nos quais os diversos textos se inter-respondem, contando “histórias” diferentes, consoante as seriações que o autor lhes conferiu, em diversas edições, nomeadamente nas recolhas poéticas, obedecendo a criteriosas reordenações poemáticas em círculos (*Lira de Bolso, As Lições do Fogo*), ou em ciclos (*Sonetos do Cativo*), jogando com a simbologia dos números quatro, sete e nove, de clara reminiscência pitagórica, cabalística ou dantesca. O ritmo, a musicalidade, a mestria das rimas assonantes, o superior domínio da metáfora e da aliteração, coadjuvadas pela antítese, ou mesmo pelo paradoxismo, conferem uma personalidade singular à poesia davidiana, de perfeito recorte clássico, obedecendo, todavia, a princípios *sui generis*, nomeadamente ao nível da metrificacão, fazendo de D.M.-F., porventura, o mais clássico dos nossos poetas modernos.

A obra davidiana edifica-se sobre um complexo sistema de vasos comunicantes, orquestrados pela memória interna da obra, em contraponto de harmonizações sinfónicas ou diafónicas. Com efeito, os elementos itinerantes constituem um dos aspectos mais interessantes da implícita ou explícita rede comunicante, como é, nomeadamente, o caso das obras, poética e ficcional, *Os Quatro Cantos do Tempo e As Quatro Estações*, ou do poema intitulado “Romance das Mulheres de Lisboa no Regresso das Praias”, cujo primeiro verso – “Em terra, tantas gaivotas!” – inverte e subverte o título do seu primeiro volume de ficção narrativa, considerado como de novelas, mas que resultou de um trabalho de reconstrução de um anterior romance, razão por que certas personagens transitam de umas narrativas para as outras, em completa subversão da linearidade temporal do primitivo texto.

O onirismo d’ *Os Amantes e Outros Contos* encontra-se inscrito em embrião n’ “A Recordação de Panflakaio”: “Sonho que sonho o que sonho” é um verso da poesia “Argumento”, inserta em *Os Ramos Os Remos*, a qual traduz precisamente a situação onírica que sustenta a arquitectura do conto “Os Amantes”. Conquanto seja o erotismo o filão mais reconhecido na obra de D.M.-F., esta está longe de se reduzir àquela temática. Outras linhas se entrecruzam na memória, na meditação sobre a morte, no culto dos lugares, não apenas como sagradas relíquias do tempo, mas ainda como espaços de reflexão do sujeito, em processo de perda.

Parafraseando um conhecido poema, de *Matura Idade* – “E por vezes” – (justamente seleccionado como símbolo davidiano para a antologia *Rosa do Mundo – 2001 Poemas para o Futuro*), a angústia torna-se obsidiante imagem de fundo, que traz para o primeiro plano um sujeito que se vê através do olhar feminino e que, por vezes, se encontra e que, por vezes, se perde. Tântalo que não sacia a sede – destino que um deus lhe segredou. Fulguração do instante, revolta pelo fogo que se extingue, que não dura, mas que

resiste, sendo apenas o que resta do desejo de eternidade. Na poesia davidiana o sujeito não ama porque existe, mas para que exista. E existe para sentir, por vezes, o prazer de se dissolver e ciclicamente renascer. As formas de diluição no mar – água primordial, por vezes metáfora da mãe e

memória do tempo antes do tempo –, ou as formas de diluição em terra – evasão, viagem, mudança – serão ainda uma outra forma de perdição e renascimento de quem se procura procurando, por vezes ganhando e, por vezes, perdendo ao jogo da vida. Condição trágica de quem ironicamente fica preso à busca da liberdade, como um Ícaro condenado aos trabalhos de

Sísifo: “há-de tudo prender-se aereamente solto”, lemos na “Ars Poetica”, inserta em *Do Tempo ao Coração. Os Ramos Os Remos* inscrevem, a partir do título, a fixidez e a flutuação. Ramos da árvore que prende, remos do barco que deriva.

De uma outra forma, mais directa, de acordo com o registo escolhido, o sujeito assumirá a condição de errância na autobiografia fragmentária acoplada a um livro de aforismos sobre a sedução que muito oportunamente intitulou *Jogo de Espelhos*: “Sente-se, desde sempre, mais estável no movente que no fixo” (fragmento II). D.M.-F. deixa em “Testamento” a fuidez do verbo, a instabilidade do sentido, o calor da lava e o frio da cinza. O nada transmutado em tudo, o nada retomando a cor do infinito na “Ladainha dos Póstumos Natais”.

Como ensaísta, cronista e crítico literário, deixou-nos ainda dezassete clarividentes volumes, entre os quais o intitulado *Discurso Directo* que David classificava como um indirecto auto-retrato e por isso considerava o mais indicado para quem quisesse principiar a conhecê-lo, para além da obra de divulgação e tradução intitulada *Imagens da Poesia Europeia*, elaborada a partir de um programa homónimo que, como outros de sua autoria, intitulados *Miradouro, Momento Literário, Música e Poesia, Hospital das Letras*, lhe ganharam grande popularidade na Rádio e na Televisão. As recém-publicadas *Vozes da Poesia Europeia I, II, III*, compilam a maior parte do seu trabalho como excepcional tradutor, sendo que cada texto traduzido se metamorfoseia de forma original num autêntico poema de D. M.-F.

A comunidade literária soube reconhecer o seu valor atribuindo-lhe onze prémios literários: três de Poesia, dois de Conto e Novela, quatro de Romance, um de Teatro e ainda um outro de Ensaio. As obras de D.M.-F. encontram-se traduzidas nas principais línguas europeias. ▽

A obra davidiana edifica-se sobre um complexo sistema de vasos comunicantes, orquestrados pela memória interna da obra, em contraponto de harmonizações sinfónicas ou diafónicas.



Entrevista
Internacional

Zygmunt Bauman

“A DÉCADA EM ANÁLISE”

Entrevistado por BÉATA CIESZYNSKA
Tradução de TERESA FERNANDES SWIATKIEWICZ

Zygmunt Bauman (nascido 1925 em Poznań, Polónia) é um grande sociólogo e filósofo da cultura, conhecido pela vasta obra dedicada ao Pós-modernismo, conceptualizado através do termo próprio *modernidade líquida*. A sua obra dedica também especial atenção ao papel da Europa no mundo globalizado. Iniciou a sua carreira na Universidade de Varsóvia, mas depois dos acontecimentos políticos de 1968, sentindo-se alvo de censura, viu-se forçado a emigrar e a continuar o percurso científico fora da Polónia. Desde 1971, durante vinte anos, dirigiu a Cátedra de Estudos de Sociologia da Universidade de Leeds, Grã-Bretanha, onde, em Setembro de 2010, foi fundado o núcleo científico Instituto Zygmunt Bauman, dedicado ao estudo da relevância do seu pensamento para a contemporaneidade. Entre outras obras, é autor de *Modernidade e Holocausto* (1989), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* (1997), *Globalização: As Consequências Humanas* (1998), *Modernidade Líquida* (2000), *Europa: Uma Aventura Inacabada* (2004) e *Modernidade e Ambivalência* (2007). Actualmente, reside em Leeds.

BÉATA CIESZYNSKA Ao propor como tarefa uma apreciação multifacetada de uma década prestes a terminar, a nossa revista *Letras Com Vida* visa também aferir o ponto de partida da nova década, daí o subtítulo desta edição: “Estado da Arte 2000-2010”. Neste contexto, interessa-nos saber se o Senhor Professor, como indivíduo e sociólogo da cultura, encara a apreciação deste período de tempo – uma década – como sendo útil para a aferição dos sucessos alcançados e das incapacidades reveladas pelo mundo contemporâneo, por si considerado uma “pós-modernidade líquida”. Se assim for, o que poderá ser considerado crucial, nos últimos anos, numa perspectiva de sociologia da cultura? E com que instrumentos podemos mensurar esta década?

ZYGMUNT BAUMAN Hoje ainda não podemos sabê-lo... Estamos condenados a palpites e a opiniões muito fragmentárias, porquanto aquilo que foi de facto crucial na alteração cultural desta última década só nos será dado a conhecer daqui a algum tempo. Esta é uma lição tirada da história da reflexão, feita até hoje, acerca da pós-modernidade, a qual, segundo um dos sociólogos da cultura, Alain Ehrenberg, deveria ter começado numa certa tarde de Outono no final dos anos 80, quando, durante um programa televisivo, uma tal Vivienne proferiu sérias declarações sobre pormenores

íntimos da sua vida conjugal (falta de orgasmo devido à ejaculação precoce do marido, Michel). Naquela altura, ninguém percebeu que ela estava a demarcar ou a determinar a direcção das transformações culturais que se seguiam e que esta nova marca distintiva seria difundida de modo tão maciço que a exposição pública de experiências extremamente íntimas se tornaria uma regra da pós-modernidade.

BÉATA CIESZYNSKA E como é que o Senhor Professor avalia os êxitos da sociologia da cultura nos últimos anos? É possível determinar as suas vertentes actuais ou a direcção das suas tendências? O que sabemos hoje de novo sobre a cultura?

ZYGMUNT BAUMAN A cultura de hoje é um conjunto de ofertas, não de normas... Para além disso, ao invés de se considerar a falta de informação como uma “garganta estreita” no desenvolvimento do saber acerca do mundo, encara-se o seu excesso no desempenho desse papel. A junção destes dois fenómenos resulta na necessidade de fazer constantes escolhas e na impossibilidade de fazer escolhas definitivas, bem como na sensação angustiante de tempo perdido. Faltam orientações duradouras; as novas opções desqualificam as escolhas anteriores e, assim, manda o bom senso que haja apenas um empenhamento parcial – quer se trate de relacionamentos, de trabalho ou de um estilo de vida – e que se deixem as portas semi-abertas a fim de permitir o regresso.

Já que não há escolhas que possam reclamar direitos definitivos, a nova cultura tenta libertar-se das consequências indesejáveis dos procedimentos; também sugere uma nova visão instrumental do passado. Tanto a tradição como a herança cultural encontram-se hoje *à la carte* na consciência dos jovens e não só. Ao invés de ser um sustentáculo, no qual assentam as raízes do presente (por natureza, resistentes a transplantes), o passado torna-se num conjunto de portos, aos quais se atira selectivamente uma âncora para que aquele possa ser (facilmente e sem bradar aos céus) recuperado, caso haja necessidade de alterar a rota actual.

Outra marca distintiva é a generalização da *Internet*, ocorrida nos últimos anos, que se tornou numa mudança cultural à altura da revolução de Gutenberg. O saber acumula-se hoje não no cérebro mas no computador e a geração educada na *Internet* [a Béata ainda se lembra o que era a vida sem *Internet*? (risos)] comunica através de *facebooks* com centenas, se não mesmo milhares de “amigos” de uma só vez. Nestas condições, o que significa então a amizade? As relações, os compromissos?

BÉATA CIESZYNSKA Há quem considere que os sociólogos da cultura se encontram hoje num impasse específico resultante da experiência da globalização, num conflito de “perspectivas” patente neste mundo globalizado que impõe a sua perspectiva global, enquanto a experiência do século XX

lembra os perigos de toda a solução “total”, pois esta pode efectivamente revelar-se como totalitarismo... O Senhor Professor sente um conflito de perspectivas deste género nas suas reflexões?

ZYGMUNT BAUMAN Repito até à exaustão: a resolução de problemas criados globalmente só pode ser também global. A Europa não é capaz de resolver esse tipo de problemas com os seus próprios meios e apenas no seu espaço delimitado; não a podemos culpabilizar por tal (o que, no fim de contas, acaba por ser animador, já que mais uma vez se desmascara a falácia e a fragilidade da ideia de *Festung Europa*...). A única coisa de que podemos e devemos acusar a Europa é de pouco (ou nada) ter feito e continuar a fazer pouco pela promoção da “globalização positiva”: a única maneira de restringir a globalização “negativa” e de nos salvar dos seus efeitos nefastos. Os destinos da Estónia ou da Grécia seriam certamente bem piores se não fosse o broquel defensivo, guardado no arsenal de Bruxelas – esta armadura, porém, quando muito suaviza a gravidade da ferida mas não a evita. Quaisquer que sejam as enfermidades da União Europeia, regressamos sempre ao mesmo ponto: sem nos colocarmos decididamente do lado da estratégia da ambição e da responsabilidade estaremos condenados a transitar de crise em crise, de catástrofe em catástrofe,

Já que não há escolhas que possam reclamar direitos definitivos, a nova cultura tenta libertar-se das consequências indesejáveis dos procedimentos; também sugere uma nova visão instrumental do passado. Tanto a tradição como a herança cultural encontram-se hoje à la carte na consciência dos jovens e não só.

a coçar doridamente erupções cutâneas sem hipótese de curarmos o tifo, com o contributo das forças globais que, livres de supervisão política, lavram pelo espaço cibernético. Por mais países-membros que a ela adiram, a União Europeia, abandonada a si própria, permanecerá impotente perante essas forças.

BÉATA CIESZYNSKA A questão da necessidade de encontrar soluções globais prende-se, por exemplo, com o problema da pobreza ou das exclusões contemporâneas de que tanto se fala nas suas obras. A atenuação do sentimento de exclusão e o trabalho em favor de uma aproximação cultural são um assunto abordado por organizações “associadas” à nossa revista *Letras Com Vida*. O nosso desejo é que as iniciativas levadas a cabo em Portugal (e na Europa) nos aproximem, para dar um exemplo, ao ponto de a palavra “imigração” poder ser substituída por “mobilidade”, pelo menos no que diz respeito aos países europeus e da União Europeia. Tratar-se-á de um optimismo excessivo?

ZYGMUNT BAUMAN Em todas as ideias de conjugação de forças, de fusão de meios e arsenais, de coordenação de

procedimentos, mesmo que sejam para servir a mais nobre das causas, é sempre difícil conciliar egoísmo e altruísmo. Nesta luta livre, podemos apenas apostar, sem afiançar, em quem irá atirar o outro ao chão. No meu livro sobre a Europa como uma aventura inacabada, sugeri que as experiências adquiridas no laborioso trabalho pela “unificação da Europa” poderiam tornar a Europa numa noiva altamente dotada, capaz de trazer para as suas segundas núpcias com o mundo o dote de que o noivo carece, tal como os pulmões precisam de oxigénio, ainda que disso não se tenha apercebido; mas o resultado de todo este labor também pode tornar-se num zelo repetido da “Europa unificada”, na concepção de *Standortkonkurrenz* de Jürgen Habermas: uma Europa com um poder maior de tirar aos outros os pedaços mais saborosos das já magras e cada vez mais magras reservas do planeta. Tal como já escrevi, a Europa encontra-se perante a escolha de duas estratégias distintas de autodeterminação. Pessoalmente sonho que a Europa opte pela estratégia da “ambição e da responsabilidade”, mas nunca afirmei que tal fosse um dado adquirido ou tampouco que fosse uma alternativa mais provável... Mas continuo a insistir que nada ainda está decidido e que a escolha da “colectivização dos egoísmos nacionais”, ou seja, do agrupamento das parcelas dos pontos fortes da Europa numa *Standortkonkurrenz* global, não é nem irreversível nem definitiva. Com alguma razão, Duns Scot troçou dos amantes das sentenças levianas em relação à eternidade dos seres ou à sua morte definitiva: “aqueles que negam que o ser seja casual, deveriam ser sujeitos a torturas enquanto não admitirem que também é possível não serem torturados”.

BÉATA CIESZYNSKA Muito nos regozijamos com a sua discordância em relação à opinião de que “já está tudo decidido” por parte dos nacionalismos emergentes, o que é também para nós fonte de inspiração. Consideramos igualmente que esta discussão ainda não terminou. Por isso, o nosso centro, CLEPUL, colabora na organização do congresso internacional “*Europa das nacionalidades. Mitos de origem: discursos modernos e pós-modernos*”, a decorrer em Aveiro, em Maio do próximo ano. Contamos aliás com as palavras do Senhor Professor neste debate! Por outro lado, é difícil negar que as recentes notícias sobre o tratamento cada vez mais drástico dado aos imigrantes nos preocupam inevitavelmente não só perante a oportunidade perdida de construir uma Europa dialogante, coexistente e multicultural, mas também perante a traição desta missão.

ZYGMUNT BAUMAN Sim. A Europa, a casa de família de Kant, profeta de um mundo hospitaleiro, hoje é um exem-

plo de... hostilidade (que, aliás, contribui para a sua própria perdição a longo prazo): os inventos técnicos mais impressionantes, conseguidos nos últimos anos na Europa e nas suas ramificações ultramarinas, servem para fechar e selar portas, bem como para encarcerar intrusos. E esses intrusos não são apenas pessoas que desejam que a Europa os ajude a sair da miséria, mas também são *vítimas* da Europa: pessoas que foram atiradas para a miséria por uma forma de vida outrora inventada e testada pela Europa e posteriormente zelosamente exportada para outros continentes – uma forma de vida que produz em massa pessoas supérfluas, destinadas à sucata ou à trituração – refugos da “racionalização” e desperdícios “do progresso económico”. Sendo pioneira da “modernização”, e enquanto foi a única sede da mesma, a Europa ia-se salvando com soluções *globais* face ao problema do “excesso de população” localmente surgido; agora exige àqueles países que aliciou ou impeliu para a obsessão pela “modernização” que procurem soluções *locais* para problemas surgidos *globalmente*. E depois os políticos europeus admiram-se e ficam escandalizados quando muitos desses países encontram “soluções” como a chacina em massa daqueles que são diferentes deles ou dos vizinhos de além fronteiras ou “soluções” como o enchimento das car- teiras dos contrabandistas de tráfico humano...

E onde pára a esperança? Hoje, perante o actual estado do mundo e, quiçá, pela primeira vez na história da Humanidade, deposito-a no facto de o instinto de sobrevivência e o sentido moral nos obrigarem a proceder da mesma maneira. Neste barco global, no qual todos nos encontramos apertadinhos, ou nos ajudamos mutuamente a remar ou nos afundamos todos juntos. E, no meio disto tudo, mais cedo ou mais tarde, também iremos descobrir que o tifo não se cura coçando a pele.

BÉATA CIESZYNSKA Relativamente à questão da identidade entendida aprioristicamente como missão e aceitando a multiculturalidade como o modo hodierno de descrição da experiência global da participação numa cultura globalizante, o Senhor Professor concorda com a afirmação de que hoje quase todos somos, de uma forma ou de outra, “multiculturais” (“we are all multiculturalists now”)? Assim sendo, será este um caminho para atingir um estado próximo do ser “daqui, desta terra” numa escala europeia? A Europa ainda tem hipótese de o alcançar?

ZYGMUNT BAUMAN Monet, Schuman, De Gasperi, Adenauer ou Spaak não tinham nenhum “projecto político” e muito menos lhes passava pela cabeça qualquer ideia de uma “comunidade imaginária”. Começaram pela cozinha e não



pelo salão. E, por isso, foram bem sucedidos, contrariamente a outros “unificadores *in spe*”. Sou suficientemente antigo para ser testemunha dos primeiros passos da União Europeia: não me lembro de ver o povo ir para as ruas, fazer comícios e manifestações de apoio e de carinho para com “a história emergente”... Também não me recorro de ter havido debates sobre o “espírito da Europa” e o seu “destino”. Os sensatos fundadores da União Europeia falavam sim de carvão e de aço. Apostaram na concretização dos factos e na lógica dos factos concretizados: estabelecemos uma rede espessa de relações mútuas e depois, quer se queira ou não, já não existe outra alternativa a não ser ficarmos sentados à mesma mesa... A União Europeia não nasceu de projectos, mas de acontecimentos passados. Passo a passo, grão a grão, todos eles gerados a partir do anterior...

Uma cultura comum, uma identidade comum, um amor comum, solidariedade? Tudo isto nasceu como aquilo que os Ingleses designam como “afterthought” e que nos tempos maus do antigamente se chamava “forjar uma ideologia para os factos”. Aí nasceu e continua a vir ao de cima, principalmente em salas de debates intelectuais e em seminários universitários. Os antropólogos há muito cunharam a noção de “cultural lag”: a cultura, tal como dizem, precisa de tempo para se adaptar às condições de vida que se alteram – e enquanto não se adaptar constitui um obstáculo no caminho do veículo do progresso. A consciência de uma comunidade de interesses não consegue acompanhar a convergência de interesses. A consciência, por natureza, desconfia das novidades. Demos um exemplo do nosso país: quanto tempo foi (será) preciso para que os habitantes de Poznan deixem de desconfiar dos habitantes da região de Varsóvia, antigamente anexada à Rússia, ou deixem de menosprezar os da região da Galícia, antes anexada à Áustria? Nem a consciência nem a cultura *existem*; elas *acontecem*. Existem por obra de um constante tornar – sempre, por azar ou antes por sorte, ainda inacabado... As crises que se seguem geralmente apanham-no desprevenido. Perante novas situações reagimos com hábitos nascidos de experiências de situações passadas. E o princípio do “salve-se quem puder” é porventura o mais enraizado de todos.

BÉATA CIESZYNSKA Como nasceu a sua noção de “consciência do Europeu”? Todos os leitores do livro de entrevistas *Identidade* ficam emocionados com a história que o Senhor Professor conta a Benedetto Vecchi acerca da escolha do hino a ser tocado durante a cerimónia da atribuição do título de *Doctor honoris causa* que a Universidade de Praga lhe concedeu. A proposta da sua esposa, a Sra. D. Janina,

Só a Europa, que não se juntou à esgrima da espada a nível planetário, parecia arregaçar as mangas e preparar-se para resolver os problemas que também inquietavam o resto do planeta e cuja solução era, igualmente para o resto do planeta, uma questão de vida ou de morte, embora o dito resto do planeta, por ignorância ou falta de vontade, parecesse tratá-los como insolúveis.

para que escolhesse o Hino Europeu parece simbólica... Numa perspectiva geral, que significado têm as palavras proferidas pelo Senhor Professor naquele contexto: “... sempre me senti Europeu”?

ZYGMUNT BAUMAN Essa decisão foi ditada pelo horizonte real, geográfico, em que vivia e actuava. Tinha-me sido retirada a nacionalidade/cidadania polaca e a cidadania britânica também não podia fazer de mim um verdadeiro britânico... Já que o meu saber e a minha experiência sempre se alicerçaram num fundo verdadeiramente europeu e se incluíram no horizonte da

Europa, surgiu a ideia de tocar o “Hino Europeu” por ser efectivamente um ponto de identificação na referida cerimónia de Praga.

BÉATA CIESZYNSKA Já várias vezes me deparei com tentativas de captar a ambivalência que a sua visão da globalização acarreta, bem como a pós-modernidade líquida sob a forma de “tanto uma coisa como outra podem acontecer”, por outras palavras, a interpretação de que “a garrafa tanto pode estar meio cheia como meio vazia”. O Senhor Professor concorda com tal fluidez e abertura na leitura das suas concepções ou considera antes que esta duplicidade parte do pressuposto do objecto (as suas obras) ou ainda resulta da interpretação e do olhar do intérprete? Podemos com alguma certeza estimar o que emana das suas obras: optimismo ou pessimismo?

ZYGMUNT BAUMAN Até há bem pouco tempo andei pelos mais variados cantos da Europa a proferir palestras, após as quais surgiam normalmente perguntas e havia quase sempre alguém que me perguntava por que razão eu era tão pessimista; a não ser que a palestra fosse sobre a Europa e o seu lugar no mundo, aí perguntavam-me por que razão eu era optimista. A diferença nas perguntas não era casual, uma vez que o estatuto cognitivo das minhas palestras também era distinto. A Europa parecia ter uma vontade: saber o que *quer* e saber o que se deve fazer para o *alcançar* – e persistir contra as contrariedades do destino e contra a resistência da matéria é precisamente *fazer*. Hannah Arendt afirmou que o “eu-queiro” é o ninho da vontade humana, Karl Jaspers avançou com a ideia de que a raiz da necessidade do querer reside na nossa ignorância e, por sua vez, Henri Bergson demonstrou que é a “necessidade” e não a liberdade que é a ilusão da consciência... E, ainda, Kant admitia que bastava duvidar da identidade do “devo” e do “posso” para que descobríssemos a vontade como poder autónomo. No seu estudo sobre a vontade, Hannah Arendt afirma que a necessidade manifesta pela

vontade de querer não é menor do que a necessidade de pensar manifesta pela razão: em ambos os casos, diz ela, a mente excede as suas limitações “naturais”...

Só a Europa parecia enfrentar as alegadas necessidades e empreender acções de modo a conseguir disparar a fundação da vontade de David contra as inevitabilidades históricas de Golias. Só a Europa, que não se juntou à esgrima da espada a nível planetário, parecia arregaçar as mangas e preparar-se para resolver os problemas que também inquietavam o resto do planeta e cuja solução era, igualmente para o resto do planeta, uma questão de vida ou de morte, embora o dito resto do planeta, por ignorância ou falta de vontade, parecesse tratá-los como insolúveis. Problemas desse género são, por exemplo, o corte da corrente cismática dos feudos tribais e dos conflitos entre vizinhos de uma antiguidade que já conta com muitos séculos. Ou, então, a vida quotidiana e permanente em contacto com a diferença, sem aquilo que permite exigir aos outros que se desfaçam da sua diferença ou, ainda sem aquilo que permite renunciar à sua própria diferença. Ou a rejeição da multiplicidade dos seres como dádiva divina a ser assumida em humildade, mas a sua assumpção como uma hipótese de enriquecimento de todas as formas de vida com toda esta multiplicidade. Muito antes de Obama, a Europa deveria ter posto mãos à obra, exortando: “yes, we can!”. Será que ao depositar a esperança na Europa me enganei? É possível. Mas pode-se ter a certeza de um engano no momento em que nos enganamos? A confiança é sempre refém do destino. Só se pode ter a “certeza” de um engano de antemão à custa da renúncia à confiança na funda de David.

BÉATA CIESZYNSKA A minha última pergunta terá forçosamente de se referir a Portugal já que estou aqui também como sua representante. Na esperança de uma continuação desta colaboração, gostaríamos de saber algo acerca da sua experiência com os países ibéricos. Talvez nos possa falar dos seus encontros com autores e pensadores portugueses e espanhóis.

ZYGMUNT BAUMAN Da literatura portuguesa conheço os autores internacionalmente mais reconhecidos, como o poeta Fernando Pessoa, que a dada altura foi para mim uma grande descoberta, lido principalmente em inglês, mas também em português. José Saramago é outro dos autores que conheço e aprecio, tendo lido praticamente todos os seus romances, a começar pela *História do Cerco de Lisboa*. A recente notícia da sua morte entristeceu-me bastante; tenho muita pena de que este grande escritor já não crie mais nada.

BÉATA CIESZYNSKA Como recebeu a atribuição do Prémio Príncipe das Astúrias no âmbito da comunicação e das humanidades?

ZYGMUNT BAUMAN Foi com satisfação que recebi o prémio, que me foi entregue a 22 de Outubro, em Oviedo. Deixo aqui fragmentos do discurso que proferi durante a cerimónia, os quais constituem também uma boa conclusão para esta entrevista.

“[...] muitas são as razões para estar imensamente agradecido pela atribuição desta distinção, ainda que o mais importante seja a inclusão dos meus trabalhos no seio das humanidades, do esforço importante para a comunicação entre as pessoas. Toda a vida tentei cultivar a sociologia tal como os meus dois professores de Varsóvia, Stanislaw Ossowski e Julian Hochfeld, há sessenta anos me ensinaram; e ensinaram-me a ver nela uma ciência do homem, cujo único objectivo, nobre e maravilhoso, é possibilitar e facilitar o diálogo estabelecido entre as pessoas.

Este aspecto leva-me a recordar outra razão importante nesta minha satisfação e agradecimento. O prémio provém de Espanha, do país de Miguel Cervantes Saavedra, autor do romance mais espectacular jamais escrito, pai das humanidades. Cervantes foi o primeiro a alcançar aquilo que, nas ciências humanas, todos tentamos alcançar com maiores ou menores resultados à medida das nossas capacidades limitadas.

Tal como outro escritor, Milan Kundera, referiu, Cervantes mandou D. Quixote rasgar as cortinas urdidadas de mitos, máscaras, estereótipos, superstições e interpretações precipitadas, cortinas que cobriam hermeticamente o mundo, em que vivemos e que nos esforçamos por entender em vão, enquanto não se levantar ou rasgar esse véu. D. Quixote não é um conquistador, foi conquistado. Porém, tal como Cervantes demonstra D. Quixote, com a sua derrota, comprova-nos que ‘a única coisa que podemos fazer perante a derrota inevitável da chamada vida é esforçarmo-nos por compreendê-la’.

Eis a grande descoberta de Miguel Cervantes – uma vez efectuada não será mais esquecida. Nas humanidades, todos nos esforçamos por seguir este trilho palmilhado. É graças a Cervantes que hoje estamos onde estamos.

Rasgar as cortinas, compreender a vida... Que significa isso?

Como pessoas preferimos habitar um mundo harmonioso, limpo e transparente, no qual o bem e o mal, a beleza e a fealdade podem ser cuidadosamente separados, nunca se misturam e, graças a isso, sabemos como estão as coisas, por onde temos de ir e como devemos agir. Sonhamos com um mundo no qual os juízos e as decisões não exigem dificuldades para os compreender. Deste sonho nascem as ideologias que são umas grossas cortinas impeditivas de ver mais além do que a vista alcança.

Étienne de la Boétie chamou a esta nossa inevitável tendência ‘escravidão voluntária’. Foi Cervantes quem nos mostrou o caminho para a evitar, expondo o mundo na sua realidade nua e incómoda, mas libertadora, uma realidade que abarcava uma multiplicidade de significados e um défice inevitável de verdades absolutas. E é precisamente neste mundo, no qual a única certeza é a certeza da incerteza, que nós temos de tentar continuamente e mesmo sem resultados, concebermo-nos a nós próprios e mutuamente, entendermo-nos e vivermos uns com os outros e uns para os outros... Nesta medida, as humanidades, ou seja, a ciência acerca do homem, almeja ajudar as pessoas ou, pelo menos, deveria almejá-lo, se pretender ser fiel à herança de Miguel de Cervantes Saavedra [...]”



**Dossiê
Temático**



Estado da Arte 2000/2010

O “estado da arte” resume, em grande parte, a actual situação intelectual de Portugal, sobretudo as tensões por que é atravessado a nível cultural. Em todas as participações – o conjunto das quais oferece uma óptima panorâmica da cultura portuguesa de hoje –, se detecta a tensão entre a nacionalidade do ponto de partida e a universalidade europeia dos resultados; a tensão entre alguma peculiaridade portuguesa e o cosmopolitismo urbano das obras realizadas ou ambicionadas, já obedientes a modelos internacionais; a tensão entre algum esteticismo de perspectiva e o cientifismo tecnocrático exigido pelos estudos académicos; a tensão entre um psicologismo sentimental inerente ao pensamento português e o realismo que o estudo científico exige.

Numa palavra, detecta-se ser este dossiê atravessado pela tensão fundamental que igualmente atravessa a cultura portuguesa de princípios do século XXI – uma luta épica, ainda que muda, entre uma posição classicista, base da cultura portuguesa ao longo dos três primeiros quartéis do século XX, e uma posição modernista, relativista, individualista, base da actual cultura europeia.

Deste conflito, que repercute em todas as modalidades da arte e da cultura, desenhar-se-ão as modalidades de desenvolvimento da cultura portuguesa ao longo do século XXI.

Romance

Em busca de um novo cânone

Portugal vive hoje, nesta primeira década do século, no campo do romance, uma verdadeira época de ouro, tanto em quantidade como em qualidade. Nas duas últimas décadas emergiram, sem ruptura, novos autores, novas temáticas, novos estilos, novos campos lexicais e semânticos, reflectores de novos costumes, e novas construções narrativas. Enfim, emergiu uma nova realidade estética romanesca que não se revê já no habitual cânone por que a Literatura é transmitida academicamente. Momento de passagem, estes primeiros dez anos do século serão porventura recordados no futuro como o tempo que desencadeou a busca de um novo cânone para a narrativa portuguesa.

Como enquadramento geral, destaque-se a não existência de rupturas formais, estilísticas ou lexicais na criação romanesca na passagem entre os dois séculos. Tanto por um efeito de arrastamento da internacionalização das fronteiras culturais portuguesas quanto pela qualidade intrínseca da obra dos novos romancistas, o romance português *internacionalizou-se*, conquistando os espaços europeu e brasileiro. Não é de menor valia esta característica *externa* do romance português, já que, em retorno – como causa que também é consequência e consequência que é igualmente causa –, os conteúdos *internos* (espaço geográfico e social, nacionalidade, identidade e psicologia das personagens, intriga motora da acção, selecção de temas) internacionalizaram-se do mesmo modo, tornando-se efeitos de um puro *cosmopolitismo urbano*. Neste sentido, a nova superior característica dos actuais romances portugueses consiste justamente no seu cosmopolitismo, ou, dito de outro modo, estes não são escritos exclusivamente para o público português com fundamento na realidade portuguesa, mas, diferentemente, destinam-se a um público universal e a um leitor único, mundial, ecuménico.

No que diz respeito ao consumo de romances, a primeira década do século revelou igualmente (e não pela primeira vez, já acontecera na passagem entre os séculos XIX e XX) uma abissal diferença entre Arte e Mercado. Os autores que escrevem para o Mercado reduzem o romance a um esqueleto narrativo no qual, mais do que jogo de palavras articuladas esteticamente (Arte), pulsa um mínimo de descrição, um máximo de diálogo, uma suma de peripécias telenovelescas e um contínuo efeito suspensivo da acção, exigindo do leitor um cérebro carregado de estereótipos sociais e um mínimo de compreensão intelectual. De facto, existe um público consumidor desejoso de narrativas sentimentais, catarticamente consoladoras de uma vida rotineira, constituído por uma classe média urbana, culta, enriquecida, mas não letrada, que busca no romance (como na telenovela ou na série televisiva) um efeito psicológico aliviador ou desenfatiante. Neste sentido, o romance de mercado (Margarida Rebelo Pinto, Tiago Rebelo, José Rodrigues dos Santos, Fátima Lopes, Júlio Magalhães, Luís Rosa, Júlia Pinheiro...) destina-se a ser *usado* pelo leitor, não como objecto estético (esta é a função do romance como arte), mas como objecto psicológico compensatório (desempenhando função social semelhante à de um jogo de futebol para um adepto ou uma missa para um crente). De um modo evidente, face à experiência de cerca de dois séculos de história do romance, se o presente parece privilegiar o romance de mercado (vendas de 1 milhão de exemplares), o futuro, esse, é-lhe totalmente alheio. Neste aspecto, o caso mais paradigmático da história da literatura

portuguesa reside justamente nas obras de Pinheiro Chagas e de Júlio Dantas – senhores do presente, ignorados no futuro.

No campo do romance de mercado, destacaram-se a grande revelação de José Rodrigues dos Santos (1 milhão de exemplares vendidos da totalidade dos seus romances) e a soberana desilusão de Margarida Rebelo Pinto pós-*Sei Lá!*, uma profusão de estereótipos e de chavões neo-românticos difícil de igualar.

Equilibrado entre os dois campos, entre Mercado e Arte, dotado de originalidade própria, *Equador* (2003), de Miguel Sousa Tavares, elevou-se a romance mais popular da década.

Os primeiros dez anos do século tornaram *clássicos* os romancistas portugueses nascidos para a literatura até à década de 80: Urbano Tavares Rodrigues, Agustina Bessa-Luís, José Saramago, António Lobo Antunes, Mário Cláudio, Maria Velho da Costa, Nuno Júdice, João de Melo, Vasco Graça Moura, Mário de Carvalho, Teolinda Gersão, Rui Nunes e Lídia Jorge, uma constelação de 13 estrelas a brilhar no céu da Literatura do final do século passado. Com excepção de Lobo Antunes, que alterou drasticamente o seu estilo a partir de finais do século transacto, todos continuaram as suas obras anteriores, diversificando-as com temas novos. Entre todos, permita-se-me que nomeie, pelo alto nível vocabular, pelo estilo, por uma sintaxe maravilhosa e harmoniosa mas de difícil realização, pelo deleite estético produzido na consciência do leitor, *Camilo Broca* (2006), de Mário Cláudio, como um dos melhores romances portugueses editados neste século. Por sua vez, *Por Detrás da Magnólia* (2004, Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores), *O Pequeno-Almoço do Sargento Beauchamp* (2008) e *O Mestre de Música* (2010), de Vasco Graça Moura, evidenciam-se como o conjunto de melhores novelas publicadas, tanto devido à sua inspiração realista, narrando episódios da vida portuguesa, manifestando a radical alteração da estrutura familiar da alta burguesia e a rotação da escala de valores a ela ligados, quanto resgatadoras de episódios históricos de Portugal (as Invasões Francesas), quanto, ainda, no que diz respeito à forma, pela concisão da linguagem, a descrição das personagens e a rede lexical clássica e vernacular.

No campo do romance histórico, João Aguiar e Fernando Campos permanecem como os nossos dois melhores romancistas provindos do século XX, ainda que fortemente pressionados por novos e óptimos autores, como António Cândido Franco, Júlia Nery, Cristina Norton, Sérgio Luís de Carvalho, Seomara da Veiga Pereira, Isabel Ricardo, Domingos Amaral, Pedro Almeida Vieira, Paulo Moreiras, Ana Cristina Silva, Mendo de Castro Henriques e João Paulo Oliveira e Costa. *A Demanda de D. Fuas Bragatelas* (2002), de Paulo Moreiras, *Uma Deusa na Bruma* (2003), de João Aguiar, *O Império dos Pardais* (2008), de João Paulo Oliveira e Costa, e *A Mão Esquerda de Deus* (2009), de Pedro Almeida Vieira, constituem-se como os melhores romances históricos portugueses publicados nos primeiros dez anos do século, seja pela notável reconstituição da vida social, política, bélica e religiosa de diversos períodos da história portuguesa, seja pela inventividade da estrutura narrativa, seja, ainda, pelo permanente efeito suspensivo provocado pela intriga narrativa.

Ainda no campo do romance histórico, oito superiores novidades – as obras de Pedro Almeida Vieira (*Nove Mil Passos*, 2004, *O Profeta do Castigo Divino*, 2005, *A Mão Esquerda de Deus*, 2008, e *A Corja Maldita*, 2010), de Sérgio Luís de Carvalho (*El-Rei Pastor*, 2000, *Retrato de São Jerónimo no seu Estúdio*, 2006, *Os Peregrinos sem Fé*, 2007, *O Retábulo de Genebra*, 2008, e *O Destino do Capitão Blanc*, 2009), de Cristina Norton (*O Segredo da Bastarda*, 2006, e *O Guardião de Livros*, 2010), de António Cândido Franco (*A Rainha Morta e o Rei Saudade*, 2003, *A Saga do Rei Menino*, 2007, *A Herança de D. Carlos*, 2008, *Os Pecados da Rainha Santa Isabel*, 2010), de Ana Cristina Silva (*Mariana, Todas as Cartas*, 2003, *As Fogueiras da Inquisição*, 2008, *A Dama Negra da Ilha dos Escravos*, 2009 e *Crónica do El-Rei Poeta Al-Mu'tamid*, 2010), de José Jorge Letria (*Meu Portugal Brasileiro*, 2008 e *Morro Bem, Salvem a Pátria!*, 2010), de Mendo Castro Henriques (*Viver ou Morrer*, 2010) e de Octávio dos Santos (*Espíritos das Luzes*, 2009) evidenciam-se como as mais originais e consistentes, que prometem substituir as clássicas obras de Fernando Campos e de João Aguiar. Não podemos, porém, deixar de elogiar – e fortemente – o romance picaresco *A Demanda de D. Fuas Bragatelas* (2002), de Paulo Moreiras (que publicou igualmente *Os Dias de Saturno*, 2009), um autêntico fogo de artifício lexical e semântico, resgatador tanto deste (difícil) sub-género literário quanto do verdadeiro espírito de aventura a que o romance histórico esteve classicamente ligado.

Treze sólidos romancistas provindos da década anterior consolidaram a sua obra: Rui Zink, de quem destacamos o último romance, *Destino Turístico* (2008), Inês Pedrosa, que alterou radicalmente a temática habitual dos seus romances (cf. *Fica Comigo Esta Noite*,

2003) em *A Eternidade e o Desejo* (2008), Francisco José Viegas, de cuja obra realçamos – indubitavelmente – *Longe de Manaus* (2005) e *O Mar em Casablanca* (2009), Possidónio Cachapa, de cuja obra publicada neste século sublinhamos *Rio da Glória* (2007), Luísa Costa Gomes, que publicou o espantoso romance *O Pirata* (2006), Manuel Jorge Marmelo, com *Sertão Dourado* (2001), Pedro Paixão e a sua escrita neurasténica, bem revelada em *O Mundo é Tudo o que Acontece* (2008), Manuel da Silva Ramos, que, desde *Viagem com Branco no Bolso* (2001), tem revelado uma nova faceta na sua obra, conseguindo uma notável harmonia entre realismo e surrealismo, Jacinto Lucas Pires, de que destacáramos *Do Sol* (2004), cuja dispersão em múltiplos focos de interesse tem notoriamente afectado a qualidade das suas narrativas, Hélia Correia, cujos *Lillias Fraser* (2001) e *Adoecer* (2010) lhe garantem a eternidade literária, Helena Marques, autora do fabuloso *O Último Cais* (1992), estilística e tematicamente continuado em *Os Íbis Vermelhos de Guiana* (2002) e em *O Bazar Alemão* (2010), Maria Isabel Barreno, autora de *O Senhor da Ilha* (1994), prolongado em *Vozes do Vento* (2009), ambos de temática luso-caboverdiana, e Julieta Monginho, que terá atingido o pico da maturidade literária com *A Terceira Mãe* (2008).

No campo do romance como arte, destacaram-se dez superiores revelações na primeira década – Filomena Marona Beja, no campo do romance social (*As Cidadãs*, 1998, *A Sopa*, 2004, *A Cova do Lagarto*, 2007 e *Bute Daí, Zé!*, 2010), Gonçalo M. Tavares (mais de duas dezenas de títulos, coroados pelo notabilíssimo *Viagem à Índia*, 2010) na epistemologia filosófica racional aplicada à construção narrativa, José Luís Peixoto, autor da mais bela narrativa lírica da década (*Nenhum Olhar*, 2000) e de *Livro* (2010), romance-resumo dos diversos estilos da história da literatura portuguesa do século XX, Patrícia Portela, autora dos romances mais imaginosos e experimentais da década, *Odília ou a História das Musas do Cérebro de Patrícia Portela* (2007), e *Para Cima e não para o Norte* (2008), João Tordo (*Hotel Memória*, 2006, *Três Vidas*, 2008, e *O Bom Verão*, 2010), uma autêntica revelação na arte de contar história fundindo escrita jornalística e escrita estética, valter hugo mãe (*o nosso reino*, 2004, *o remorso de baltazar serapião*, 2006, *o apocalipse dos trabalhadores*, 2007, e *a máquina de fazer espanhóis*, 2010), Patrícia Reis (*Amor em Segunda Mão*, 2006, *Morder-te o Coração*, 2007, e sobretudo *No Silêncio de Deus*, 2008), Henrique Levy (*O Cisne de África*, 2009, *Praia-Lisboa*, 2010), Luís Caminha (*Um Pinguim na Garagem*, 2009) e Maria Antonieta Preto (*Chovem Cabelos na Fotografia*, 2004, e *A Ressurreição da Água*, 2009), indubitavelmente a nossa melhor contista, resgatadora das lendas de um Alentejo profundo. No conto, Teresa Veiga atingiu um notável registo de escrita com *Uma Aventura Secreta do Marquês de Gradomín* (2008) e Afonso Cruz revolucionou a estrutura do género em *Enciclopédia da Estória Universal* (Prémio Camilo Castelo Branco-2009) e em *Os Livros Que Devoraram o Meu Pai* (Prémio Literário Maria Rosa Colaço-2009).

Onze revelações necessitam de uma confirmação futura: Fernando Pinto do Amaral (*O Segredo de Leonardo Volpi*, 2009), Ricardo Adolfo (*Mizé*, 2007, e *Depois de Morrer Aconteceram-me Muitas Coisas*, 2009), Rui Cardoso Martins (*E Se Eu Gostasse Muito de Morrer*, 2006 e *Deixem Passar o Homem Invisível*, 2009, Grande Prémio do Romance da Associação Portuguesa de Escritores), Pedro Eiras (*Os Três Desejos de Octávio C.*, 2008), Filipa Melo (*Este é o meu Corpo*, 2004), Jorge Reis-Sá (*Terra*, 2007 e sobretudo *O Dom*, 2007), António Canteiro (*Parede de Adobo*, 2005, Prémio Carlos de Oliveira, e *Ao Redor dos Muros*, Prémio Alves Redol), David Machado (*O Fabuloso Teatro do Gigante*, 2006, e *Histórias Possíveis*, 2008), Jorana Bértholo (*Diálogos para o Fim do Mundo*, Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho, 2009), Sandro William Junqueira (*O Caderno do Algoz*, 2009), Pedro Medina Ribeiro (*A Noite e o Sobressalto*, 2010) e Raquel Ochoa (*A Casa-Comboio*, Prémio Agustina Bessa-Luís 2009).

A primeira década do século viu cair dois tabus ligados ao romance de costumes:

1. – a narrativa sobre a homossexualidade: Eduardo Pitta (*Persona*, 2000; 2.^a ed. 2007, e *Cidade Proibida*, 2007) e Frederico Lourenço (*Pode um Desejo Imenso*, 2002, *O Curso das Estrelas*, 2002, e *A Beira do Mundo*, 2003) fizeram cair o tabu relativo à descrição e narração de cenas homossexuais. Entre todos, destacáramos, pela tripla configuração da linguagem, da estrutura narrativa e do conjunto de personagens, o romance *Cidade Proibida*, de Eduardo Pitta, como de necessária e obrigatória leitura;

2. – a narrativa sobre a heterossexualidade: Manuel da Silva Ramos descreve a primeira “D. Juan” feminina no romance português, uma norueguesa, em *O Sol da Meia Noite* (2007), José Couto Nogueira (*Táxi*, 2001, *Vista da Praia*, 2003, e sobretudo *Pesquisa Sentimental*, 2008), Manuel Dias Duarte (*D. Giovanni em Lisboa*, 2009, romance sobre o ciúme) e Fernando Esteves Pinto (*Conversas Terminais*, 2000, *Sexo entre Notícias*, 2003 e *Privado*, 2008), desocultaram de um modo absoluto o tema da descrição dos actos heterossexuais. ▽

Dez anos de Poesia Portuguesa

Heterodoxias, Confluências e Revisões

I. DEPOIS DA GERAÇÃO DE 90

A tentação de, a cada década que passa, fazer-se o balanço crítico do que em poesia aconteceu é, de entre muitos outros exercícios do género, apenas mais um dos que, em maior ou menor grau, podem ficar-se pela simples listagem de autores e obras, tornando, afinal, vaga a pretensa auscultação do que uma década ofereceu. Mais do que vago, o exercício da listagem pode cair na redundância: sem destrinçar linhas de força, sem isolar mundos originais e formas de expressão verdadeiramente “novas”, a crítica queda-se pela repetição – mesmo se falando de autores diferentes em nome – e, no afã de tudo abarcar, prejudica-se uma leitura que se quer rigorosa, justa, independente. Não faremos, pois, uma listagem de autores e de obras publicados nesta primeira década. Fazê-lo seria uma maneira outra de impressionismo.

Correndo-se o risco de uma certa heterodoxia, interessar-nos-á, principalmente, divulgar e ajuizar de alguns autores que, quanto a nós, polarizam muitas das inquietações e propostas que entre 2000 e 2010 se foram sucedendo na poesia portuguesa. E, porque o tempo já pesa (passou uma década, na verdade) sobre o debate em torno do que foi (ou é ainda, nos seus resquícios) a poesia dos “poetas sem qualidades” (ninguém ignora hoje que a estratégia da marginalidade deu frutos) e as consequências de uma determinada linguagem, a mais das vezes epigonal daquilo que para João Barrento foi um “paradigma da narratividade” nos anos oitenta, importará ler justamente as “vozes” que mais declaradamente se afastaram desse paradigma.

Tal não significa que não tenhamos em conta a importância daquele debate, o qual justificou mesmo um número especial da revista de poesia mais importante dos últimos treze anos em Portugal, a *Relâmpago*¹, e tal não significa também que outros poetas não pudessem figurar neste nosso ensaio. São muitos os autores que se estrearão nestes primeiros dez anos do século XXI, outros continuaram a sedimentar um caminho iniciado na década anterior. Salvo as devidas excepções, que no devido enquadramento explicamos, as obras aqui alvo de balanço são as que, de modo mais evidente, nem sempre mereceram acompanhamento efectivo. Pretende-se, deste modo, dar a conhecer mais alguns poetas desta década, sem estanques preocupações quanto a data de nascimento. Um balanço que é, acima de tudo, uma chamada de atenção para todos a quem a poesia interesse: há mais poetas para além daquilo que poderíamos ver como sendo a *constelação dominante*.

Em rigor, move-nos um critério mais restritivo, de aplicação analítica, a qual não se compadece de uma generalização talvez mais desejável para alguns. E impõe-se-nos uma pergunta: depois da estabilização e relativa entrada no cânone (como o comprova a monumental edição de *Poemas Portugueses Antologia da Poesia Portuguesa do Séc. XIII ao Séc. XXI*, ainda que nessa empreitada não apareçam, entre outros, Fernando Luís Sampaio, Fernando Eduardo Carita, Ana Marques Gastão, José Luís Peixoto, Manuel de Freitas e Ana Paula Inácio) da geração de “90”, que poetas apareceram ao longo da década com uma linguagem absolutamente diferente e surpreendente? Sobre que autores podemos adivinhar um percurso ascensional e não uma repetição de temas e de processos? Que

¹ Com efeito, a *Relâmpago* dedicou o seu décimo segundo número à “Nova Poesia Portuguesa” em Abril de 2003. Publicaram nesse número Carlos Bessa (1967), João Luís Barreto Guimarães (1967), Jorge Gomes Miranda (1965), José Mário Silva (1972), José Miguel Silva (1969), José Ricardo Nunes (1964), José Tolentino Mendonça (1965), Luís Quintais (1968), Manuel de Freitas (1972), Paulo José Miranda (1965), Pedro Mexia (1972), Rui Coias (1966) e Rui Pires Cabral (1967). O tema mereceu, aliás, da parte de António Guerreiro, Fernando Pinto do Amaral, Gastão Cruz, Rosa Maria Martelo e Vítor Moura, ensaios de grande fôlego e cujas exegeses, de algum modo, sistematizam o(s) posicionamento(s) da crítica especializada. No mesmo ambiente de legitimação da geração nascida nos anos sessenta ou inícios dos anos setenta e que, por volta dos trinta anos, ou seja, quando a década de noventa entra na sua segunda metade (Luís Quintais estreia-se em 1995 ao vencer a primeira edição do Prémio Aula de Poesia de Barcelona e, antes dele – quanto a nós o mais original dos poetas da sua geração – publicam o primeiro livro João Luís Barreto Guimarães, em 1989 (*Há Violinos na Tribo*); José Tolentino Mendonça, que se estreia em 1990, com *Os Dias Contados* e, em 1994, com o volume *Geografia das Estações*, Rui Pires Cabral) ou quando esta primeira década está no seu começo (Manuel de Freitas e Rui Coias estreiam-se em 2000, José Mário Silva em 2001, Pedro Mexia tinha publicado, em 1999, *Duplo Império*; Paulo José Miranda tinha dado à estampa, em 1997, o seu primeiro livro e, em 1998 e 1999 tinham-se publicado os

primeiros poemas em livro de José Ricardo Nunes e de José Miguel Silva, respectivamente); nesse ambiente, dizíamos, publica-se, pela Angelus Novus, um pequeno mas esclarecedor volume de ensaios de José Ricardo Nunes – *Nove Poetas Para o Século XXI* – sendo que os contemplados pela crítica de Nunes eram, à excepção de José Mário Silva e de José Miguel Silva, exactamente os mesmos autores publicados naquele número da *Relâmpago*. Entre alguma cealuma e algum consenso, duas antologias lograram agitar ainda mais as águas da poesia nesse início dos anos dois mil: a antologia *Anos 90 e Agora* (Vila Nova de Famalicão, Quasi ed.), organizada por Jorge Reis-Sá, publicada, em primeira edição, em 2001, reeditada e aumentada em Maio de 2004, e a programática reunião de poetas em torno da editora Averno que, em 2002, edita *Poetas sem Qualidades*.

Para os devidos efeitos de recepção de alguns livros desse tempo convirá recordar como os críticos e ensaístas equacionaram e/ou tipificaram alguns dos problemas suscitados pelo aparecimento dessa nova geração de poetas. Assim, António Guerreiro, na tentativa de ‘fotografar’ o que de mais relevante essa geração oferecia, considerava como aspectos fundamentais o eclétismo – “a lógica geracional deixou, em grande parte, de servir como critério de ordenação: o contemporâneo segue vários caminhos paralelos, mostrando, aliás, de maneira eloquente, que a historicidade específica das obras de arte não se compadece com os métodos da clássica história literária [...]” –; o predomínio de uma linguagem despreziosa (“a ausência de pretensões quanto ao que pode a poesia”) (p.14), a ideia de uma poesia comprometida com o seu próprio tempo (mas, perguntemo-nos: quando é que a poesia não esteve, deste ou daquele modo, comprometida com o seu tempo?); e não deixava de referir a “corajosa imersão” da poesia dos “poetas sem qualidades” (em particular a obra de Freitas) em conformidade com uma perda da “auréola”, ou do pendor sacral do poético, agora substituído por uma radical poética do prosaico. O mesmo crítico considerava, à luz desse prosaísmo que garantiria a própria actualidade do “sem qualidade” na poesia, outros aspectos definidores: a atenção ao mundo urbano, a passagem do lirismo à narratividade, a atenção “à língua do quotidiano”; mas,

motivos, que tratamento retórico e visão do próprio discurso poético são hoje – e por quem – o cartão de visita dos poetas mais novos? E que nome daremos a estes sobre os quais tentaremos escrever algumas linhas? “Novíssimos” (mas quantos ou quantas gerações de “novíssimos” se sucedem, afinal?) ou “pós-novíssimos”? Não propomos nenhuma catalogação. O eclétismo é o “ismo” que melhor serve ao individualismo poético das derivas actuais.

Os riscos de semelhante balanço, heterodoxo porquanto se afasta do que seria de esperar nestes momentos, aceitamo-lo, considerando que abordar dez poetas é, na verdade, um número suficientemente generoso para abarcar várias linguagens de diversos autores. Os autores aqui analisados devem ser lidos na sua criatividade, afastando-se da poética da geração de “90” (a de Quintais, Freitas, Bessa, Pires Cabral, Mexia, Coias e Nunes, etc.) e lidos ainda por promoverem um diálogo com o nosso tempo, pós-moderno, relativista, fragmentário e vertiginoso. Ainda que – aqui e ali – possamos ver algumas pontes de contacto com os de “90”, pois nenhuma geração nasce sem passado, pensamos que esta é também uma excelente oportunidade para dar a conhecer outras tonalidades e vertentes poetológicas deste decénio. Note-se: os poetas que aqui indicamos, independentemente de critérios cronológicos (há casos de autores nascidos nos anos cinquenta e sessenta e também na primeira metade dos anos setenta, como se verá) são “novos” na medida em que publicam nestes primeiros dez anos obras, de algum modo, “desviantes” em relação ao padrão poético (sem olvidar que um autor como Manuel Fernando Gonçalves, por exemplo, vem dos anos oitenta) e “novos” por apontarem um outro caminho aos poetas verdadeiramente novos (nascidos nos anos oitenta) e que, ao seu ritmo, se irão revelar. Logo, poetas “novos” porque produtores de uma linguagem menos coloquial, mais transfiguradora, com um universo original e capacidade de surpreender o leitor, regenerando, por dentro, e por dentro enriquecendo, a década que agora está findando.

II. POESIA: “LINGUAGEM CARREGADA DE SENTIDO” (POUND)

Alexandre Nave (1969), Bénédicte Houart (1968), Daniel Jonas (1973), Joel Henriques (1979), Margarida Vale de Gato (1973), Manuel Fernando Gonçalves (1951), Miguel-Manso (1979), Paulo Tavares (1977), Pedro Braga Falcão (1981) e Pedro Eiras (1975) – eis alguns nomes que, em maior ou menor grau, chegam aos leitores de poesia. De alguns teremos ouvido apenas falar, de outros nem sequer o nome é conhecido. Noutros casos nem nome nem obra. Mas da muita poesia publicada ao longo deste dez anos, e para além dos poetas com mais reconhecimento por parte da crítica, também nestes autores encontramos caminhos ecléticos, percursos que vale a pena conhecer.

Alexandre Nave, com dois livros publicados – *Columbários & Sangradouros* (Quasi ed., 2003, e *Vão Cães Aceso pela Noite*, Quasi ed., 2006) – destaca-se pelo insólito das suas imagens e pela produção de uma textualidade escatológica afim de um certo universo sado-masoquista ou sexualmente virulento e violento, como se – e aqui está uma das grandes faculdades desta poesia, a de aludir, mesmo quando explicitamente diz – o mundo fosse o espaço onde toda a subversão acontece. Alguns exemplos de versos do seu primeiro livro põem a descoberto o que acabamos de referir e introduzem-nos naquilo que, em tempos, considerámos ser uma poética devedora da estética do belo-horrível, de romântica ressonância² e mesmo de um expressionismo que só em alguns poemas finais de Luís Miguel Nave podemos encontrar: “Nos invernos viris os ganchos prendem / os fios das lãs a enegrecer // o peito encostado às tábuas, / pés lenhosos, a carne só mastigo // os torsos batidos de fogo / orelhas deitadas aos cães // rebentamos a madrugada no estômago / nos intestinos brilham-nos agulhas.” (p.11); “Rapazes enfezados no ventre da tarde / destroçam os pássaros no riso // lavrados descalços a ronda das casas // fogem dentro da noite escondidos / urinam nos cantos a fome a abrir // apoiam as mãos nos homens sentados / procuram as tetas das mães, // os olhos pardos a chupar moscas” (p.13). Poderíamos ainda transcrever uns quantos poemas mais. Não parariamos quanto a exemplos de imagens fortes, incisivas e ver-se-ia bem como em Alexandre Nave o poema é um exercício de linguagem onde a palavra, enquanto signo, ganha sentidos sempre novos, movendo-se no campo da catacrese, lexicalizando o literal, dotando-o de um conteúdo metafórico também excessivo, um pouco como se verifica na poética do autor de *O Céu Sob as Entradas*. Mas o que em Nave é uma tortuosa descida à negritude vulcânica da vida interior (da pele às entranhas, do corpo erótico à esfera endoblástica e aos órgãos), em Nave é

itinerário obsessivamente exterior: um exterior que “fere agudamente” um sujeito que procura esconjurar um mundo dantesco por via de uma linguagem catártica. A novidade não é aqui convite para que entremos num mundo que, depois de violento, se apazigua. É precisamente o contrário. Há um paroxismo, uma cadência ascensional nesta poesia da morte e da deflagração do horrível. Um léxico duro, irascível, de agonizante visão da vida, como se tudo em Nave fosse escolha premeditada de palavras para que o poema dialogue, directamente, com o “tempo dos assassinos” que é manifestamente o seu, sem que essa descida aos infernos signifique a própria morte do sujeito. Há a morte do mundo e no mundo, mas o poeta olha-a de frente. A selecção de algum léxico pode dar-nos uma melhor ideia do que dissemos.

Com efeito, nos verbos, antes de mais, se revela a violência desta escatológica linguagem: “prender”, “rebentar”, “amassar”, “expor”, “destroçar”, “lavar”, “abrir”, “chupar”, “morrer”, “escavar”, “esfolar”, “secar”, “atravessar”, “enxugar”, “vazar” (“olhos vazados”); “sufocar”, “foder” (leia-se o poema 7 de *Columbários & Sangradouros* onde se diz que as sombras “passam descalças o estreito caminho / muradas, sem nome desossam aos dias / amanhã descalças as ervas dos rios // sufocam azuis, estaladas de ferida // são fodidas à noite como fábricas” (p. 17)); “desossar”, “cavar”, “consumir”, “mutilar”, “urinar”, “romper”, “enterrar”, “lavar”, “afogar”, “amortecer”, “marcar”, “cambalear”, “enrugar”, “roçar”, “patrulhar”, “arder”, “sangrar”, “espremer”, “entornar”, “explodir”, “furar” (“os órgãos a furarem a pele ao corpo”). Verbos de movimento, semanticamente com os universos da morte / morgue, da sexualidade, da tortura e do corpo (designando partes ou o todo, e normalmente de um corpo que é colectivo – o quartel – e de um corpo ou corpos individuais que nele se enclausuram); “menstruar”, “fender”, “entalar”, “plantar” (mas plantar “em carne viva”), “raspar”, “estirar”, “anoitecer”, “cheirar” (a morte), “cerzir” (úteros no peito, como se lê no poema 1 da secção IV do seu livro de estreia) e, enfim, verbos como “escancarar”, “quebrar”, “engordar”, “rachar”, “cuspir”, “enfiar”, “desabar”, “destruir”, “chorar”, através dos quais se promove a ideia de que o corpo é o lugar onde a vida se fragmenta, se fende e se cinde. Quer em *Columbários & Sangradouros*, quer no livro seguinte, *Vão Cães Acesos pela Noite*, Alexandre Nave comprova a sua originalidade movendo-se entre o literal e o conotado. É, pois, uma das vozes responsáveis pela eclosão de uma liberdade expressiva e imagética que poucas vezes a nossa poesia recente terá alcançado.

Actualmente, é neste poeta que a assunção de o mundo ser um mundo sexual (sabendo-se que a sexualidade, o “falar” é, acto de linguagem, “falo”), de relações tanto mais humanas quanto mais jogadas no fio da navalha, se torna motivo de perplexidade e de fascínio. Os motivos do quartel (já referido), mas também outros correlativos a esse (“Cantina”, “Tropa”, “Camaratas”) não podem deixar de remeter o leitor para o tópico da Guerra; em Nave a guerra é a vida, é o absurdo quotidiano, maquinal, repetitivo, doentio. Ao mesmo tempo, porque tudo obedece a um universo maquinal e concentracionário, Nave solicitamos uma filiação poética. Não há – como uma breve selecção de substantivos poderia provar – quaisquer pudor ou retracção vocabular em face de uma realidade que concretamente “fere” e ao mesmo tempo “magnetiza” o sujeito dos seus poemas. O olhar do sujeito é atraído por esse mundo totalitário, ao mesmo tempo que esse mundo lhe causa repulsa. Lembra a visão de Cesário Verde (das prostitutas, dos cães que “amareladamente parecem lobos”, de episódios que são zoomorfizados pelo olhar do poeta, lembrando os olhos, de coruja, de uma das personagens do autor de *O Livro...*), passando por um certo gosto do sórdido, tal qual o lemos no Campos da “Ode Triunfal”, onde toda a galeria de uma sociedade de *escrocs*, de pederastas, de corruptos e de escândalos financeiros e de família serve uma visão antitriunfal da contemporaneidade. Intestinos, agulhas, estômago e ventres; “rapazes enfezados”, cadáveres nas bolsas da terra, ossos, bocas, lábios rasgados, veias, carne(s), unhas, pénis, pés calcinados... Uma poesia, dissemo-lo, da violência e do virulento. No seu segundo livro, prologamento do primeiro e aprofundamento, em torno do motivo do quartel, da visão escarpelizada do [seu e do nosso] mundo, Alexandre Nave acaba por agudizar a experiência do verso, isto é, para além dos dísticos que caracterizam a mancha gráfica dos seus textos, nessa sua segunda reunião, os poemas tornam-se mais expansivos, distende-se a frase para dar conta dum alargamento do olhar. Um certo ritmo decassilábico em *Columbários & Sangradouros*, não tão raro quanto isso, dá lugar a uma maior liberdade rítmica, numa aparente libertação das leis do verso (“As unhas dos pés mijadas, o lodo pingando / nos colhões, tesos, machos, camaradas, / o tornozelo pronto à faca canela e perna // e sobem coxa, calam as bocas de raiva // alguns magros de cu, caralhagem em fila, / os pintelhos farpados, fiados de esperma [...]” (p. 61)).

curiosamente, não se eximia de ponderar que “uma ideia de uma poesia sem qualidades pode tornar-se bastante mais interessante do que alguma da dita poesia”, o que redundaria, como diz, “num filisteísmo poético que só presta atenção ao elemento pragmático do poema”.

Opustamente ao ensaio de Guerreiro publicado nesse número da *Relâmpago* está “Nova Poesia e Poesia Nova”, de Gastão Cruz. Vale a pena lembrar algumas das suas observações a respeito dessa poesia da geração que aparecia desde os finais dos anos noventa e inícios de dois mil, para percebermos um outro lado da reflexão em torno da poesia portuguesa – naquela altura – recente. Para além de dar conta da “pouco convincente encaenação de marginalidade” no principal teórico dos “poetas sem qualidades”, Manuel de Freitas, Gastão Cruz condena o proselitismo poético patente na atitude crítica do autor de *Todos Contentes e Eu Também*, porquanto recuse Freitas “toda a poesia que não esteja de acordo com a sua inconsistente teorização” (p.31). Por outro lado, Gastão Cruz condena o culto da mediocridade e da banalidade de muita poesia que, atacando uma expressão mais metafórica e lírica, receou pôr os leitores longe do discurso poético. Como diz: “temores como esse [...] só conduz[iram] – e Gastão Cruz serve-se de um argumento de autoridade de facto: Jorge de Sena – quer à banalidade quer ao mediocre, quer ainda “à ausência de risco, ao recuo perante qualquer veicidade de invenção verbal, em suma, a uma poesia [realmente] “sem qualidades””.

Nessa perspectiva, constatava-se ainda, como regra, a tendência dessa poesia se fazer de “apontamentos ligeiros, pequenas piadas, observações inócuas do quotidiano, com o consequente definimento da linguagem poética” e semelhante estado da arte dever-se-ia, no fim de contas, a uma poesia arredada de uma “fundamental ideia metafísica” e “de um profundo conceito de vida”, associada a uma incapacidade de transfiguração do real” (cf. CRUZ, Gastão in *Relâmpago!* Abril, 2004, p.34). Estabeleciam-se, deste modo, as barricadas (passe a alusão bélica), as tendências ou as linhas de que se faz[iam] a poesia dos mais jovens. Poetas cuja linguagem e mundo, por se constituírem mais independentes da tendência “sem qualidades”, foram elaborando uma obra que, hoje, pouco tem que ver com um dos dois campos em

disputa são, a nosso ver, José Tolentino Mendonça, Pedro Mexia, João Luís Barreto Guimarães e, como atrás dissemos, Luís Quintais. Uma última redefinição ou caracterização da poesia portuguesa mais nova coube a Luís Carmelo, o qual, em 2005, publica *A Novíssima Poesia Portuguesa e a Experiência Estética Contemporânea* (Europa-América, Lisboa, 2005). Nesse estudo, Luís Carmelo, para além de se debruçar sobre o quotidiano, o pendur realista e certo estilo banal da “novíssima poesia portuguesa”, tratava de compreender como essa poesia dialogava com uma experiência estética da contemporaneidade: do microrealismo ao diálogo da poesia com os ‘media’; da hiper-realidade a uma poética da “reavaliação”, sem esquecer o próprio enquadramento cultural e certas referências ao universo cibernético e técnico (tópicos essenciais em Quintais, por exemplo), e também da ciberpoética a que muitas das novas vozes acediam. Para que conste, são alvo de abordagem, no ensaio de Carmelo, os poetas Adília Lopes, Al Berto, Amadeu Baptista, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Inácio, Carlos Alberto Machado, Carlos Bessa, Carlos Poças Falcão, Carlos Matias, Carlos Saraiva Pinto, Daniel Faria, Daniel Maia-Pinto Rodrigues, Fernando Luís Sampaio, Fernando Pinto do Amaral, José Miguel Queirós, Jorge Melícias, José-Emílio Nelson, Jorge Gomes Miranda, José Luís Peixoto, José Oliveira, Jorge de Sousa Braga, José Tolentino Mendonça, Luís Quintais, Manuel Gusmão, Paulo José Miranda, Pedro Mexia, Rosa Alice Branco, Rui Coias, Rui Costa, Rui Pires Cabral, Vasco Gato e Vinderinho. A todos estes poetas correspondia, nessa edição, uma pequena tábua bibliográfica com os títulos publicados até à data, 2005. Note-se que, quer a partir do número 12 da *Relâmpago*, quer através da reunião dos “poetas sem qualidades”, quer mesmo por meio dos volumes de ensaio de José Ricardo Nunes e de Luís Carmelo, sem esquecer a antologia organizada por Reis-Sá, é possível estabelecer um determinado número de autores recorrentes naquelas publicações. Ora, em 2010, após essa institucionalização da geração de 90 (e ela está feita, sem qualquer dúvida, como se comprova pelo número de poetas-críticos que hoje asseguram as recensões de poesia em jornais como o *Expresso* ou o *Público*), muito do que animou os últimos cinco anos dessa década e os

Note-se, porém, que Nave não cede quanto a uma certa prosódia ou concatenação estrófica. Há nele uma como que invisível consciência da musicalidade ou do movimento de repercussão que certas palavras (as consoantes oclusivas, geralmente) produzem nos versos, talvez por sugestão da própria marcha militar que, em pano de fundo, ecoa nos seus livros.

III. POESIA DO “FIO DA VOZ” AOS “ALUIMENTOS”

O item acima indicado – “Do ‘Fio da Voz’ aos ‘Aluimentos’” – coloca-nos no caminho da citação e da identificação, por essa via, de duas linhas de força de alguns poetas em cujas obras poderíamos adivinhar ora uma herança silenciosa do poético (em Portugal essa herança é concomitante a certas práticas poemáticas que identificamos em poetas como Sophia e Eugénio, um certo David Mourão-Ferreira, talvez que em determinadas zonas da poesia de Fernando Echevarría e de Fernando Guimarães ou ainda, proveniente de poetas mais recentes, num Jorge de Sousa Braga ou na Fiama de livros como *Cenas Vivas* ou *Epístolas & Memorandos...*), ora uma linha mais descritiva, irónica e referencial, devedora da linguagem poética de autores como Larkin ou Biedma, Ashberry ou Pavese, Handke ou, entre nós, João Miguel Fernandes Jorge; referências a ter em conta na poesia portuguesa desde os anos oitenta a esta parte.

Tendente a considerar-se poesia mais o que é minudente ou interiormente alvo de contemplação do que, opostamente, o que é exterior e necessita de “fotografia”, teríamos em Joel Henriques um dos mais acabados exemplos de um discurso tensional, meditativo, dialéctico, precisamente “silencioso”. Autor de dois livros – *O Fio da Voz* (Casa do Sul, 2007) e *A Claridade* (Casa do Sul, 2009) – da sua poesia poder-se-ia dizer, corroborando Joaquim Manuel Magalhães, que percorre caminhos pouco comuns na nossa poesia actual. Henriques é um poeta dialéctico na medida em que nele o poema se desenvolve por coesão e coerência – quer no interior do poema propriamente dito, quer na laboração ou projecto mental que os seus livros apresentam – como se o texto fosse um *continuum* de silogismos e de problemas que vão da filosofia à observação mais aparentemente ingénua da realidade: “As portas mais próximas / não sabem o que é a despedida. / Apenas as atravessando / continuarei idêntico. / Só nelas se mantém o mesmo rosto // Sigo para as ruas / à procura do que existe. / É por meio da sua claridade / que deixo as lâmpadas conhecidas” (in *O Fio da Voz*, p. 27).

A procura de uma expressão dialéctica condu-lo, por vezes, a uma quase simplicidade frásica e vocabular, à maneira de Caeiro, sempre a meio caminho entre casas, percursos desérticos, lâmpadas fundidas, terras ermas e familiares do esquecimento, pedras e silêncios e um outro lado – mais humano e vibrante – que se pretende agarrar e jamais parece estar ao alcance da mão (“É uma casa que pressinto / quando pergunto pelas que tento alcançar // Toda a procura é intranquila / confiando na sua luz / e encontrando a sua presença / que sobra ao momento” (*op. cit.*, p. 25)). Uma imperceptível força irrompe, porém, desta poesia curiosamente nunca exclamativa: a força do pensamento. Joel Henriques, a par de um António Ramos Rosa – referência incontornável para lermos o autor de *A Claridade* –, uma voz metapoética, ramos-rosiana como mais nenhum outro poeta da sua geração. Percebe que não é o poeta que faz o poema, mas sim o poema é que faz o poeta e, nesse sentido, restaura a metapoesia, a par de um Fernando Eduardo Carita ou de uma Maria Andresen. Nele essa reflexão é a expressão de um desejo de abertura à vida concreta; nos outros dois poetas essa reflexão sobre o lugar do poema obedece a uma procura do mundo lido como texto (in)decifrável.

No seu último livro, de drummondianos ecos, Henriques procura a abertura rilkeana àquele mundo que se pressentia como “um fio da voz”, da Natureza Humana. Numa terceira reunião, pode ser que este poeta especulativo e de timbre silencioso, de universos ou mundos naturais mas vazios, procure uma vastidão – a do mundo vasto de que nos fala o poeta brasileiro – de experiências... Mas Joel Henriques é da poesia pura, a sua personalidade artística é a de um meditativo, a de alguém em quem pressentimos aquele cárcere do pensar que impede uma adesão total à poesia como espelho da experiência de uma vida plena de episódios.

Manuel Fernando Gonçalves e Miguel-Manso são, por oposição ao que atrás dissemos sobre a poesia de Joel Henriques, poetas que mais directamente provêm da poesia feita por autores como Manuel de Freitas, Rui Pires Cabral, Vítor Nogueira ou José Miguel

Silva. Todavia, a originalidade destes dois poetas – o primeiro dos quais se estreia em 1985, com *Isaac* – reside numa sábia distância que vão guardando em relação àquelas referências mais directamente fundadoras. No caso de Manuel Fernando Gonçalves, de resto, semelhante filiação não colhe. Trata-se de um poeta nascido em 1951 e que, publicando em 1985 o seu primeiro livro, se inscreve numa deriva, a de finais dos anos setenta e início dos anos oitenta, que encontra em poetas como Al Berto, Luís Miguel Nava ou António Cabrita, Helga Moreira ou José Emílio-Nelson (lembramos *Polifonia*, de 1979), ou ainda Helder Moura Pereira, Franco Alexandre ou João Miguel Fernandes Jorge, uma modulação marcadamente prosódica, verdadeiramente virada para a dimensão niilista e pós-moderna do real e que, precisamente por isso, instaura no próprio poema a crise do sentido ou o esgotamento de um certo poder simbólico de que a poesia se viu revestida, pelo menos, até aos anos sessenta.

Claro que a ideia do fim das narrativas, ou a perda do sentido simbólico do poético (e mesmo da aura do poeta como alguém investido de um facho iluminador), tais quais essas ideias são apresentadas por Lyotard – que fala das “grandes narrativas” e da ideia de crise ou de fim de alguns sistemas ou ideologias totais, desde a dialéctica de Hegel e de Marx às chamadas “hermenêuticas do sentido”, resultando dessa crise a morte do sentido do sentido –, acabaram por conduzir muitas das experiências de linguagem ocorridas nos anos setenta e oitenta para uma discursividade narrativa de que Manuel Fernando Gonçalves é singular representante. Essa narratividade prender-se-ia com a conquista de uma coloidalidade que pouco ou nada de heróico tinha já para dizer sobre o real. O riso e a ironia, um cepticismo triunfante, a paródia da poesia, eis os traços gerais de uma geração, a que não escapa ainda uma melancolia que não se traduz em exasperação existencial. A obra de Gonçalves, de resto, dá conta de uma liberdade total da palavra poética, rindo e sorrindo das convenções. Um sorriso por vezes magoado, mas quase sempre relativista que vai do verso livre aos versos medidos até à escolha de ritmos da tradição – a redondilha menor e maior – como se nele a palavra sofresse um equívoco, uma espécie de parataxe linguística que, por diversos caminhos, nos conduz, *bélas*, a uma retórica da ironia e da sátira julgando-se o leitor em face de uma suposta poesia séria; uma poesia sobre “a realidade dos factos” quando, na verdade, se vai, muitas vezes, rir de tudo.

Gonçalves é, assim, não mais uma voz da famigerada “poesia de la experiencia” de espanhola origem, mas alguém ciente de que ser-se moderno é ainda assim jogar o poema nas águas da tradição lírica (já que os temas são de ontem, de hoje e de sempre). Não sabemos se foi um dos poetas que leu, no início do seu percurso, o “Manifesto de Granada” sobre a “otra sensibilidad”, mas nos seus livros (em particular no seu último, *A Realidade dos Factos*, &etc, 2008) há uma crueza de observação, uma espécie de subjectividade objectivada perpassada de autocrítica, num efeito de desmontagem dos poderes do “eu” sobre a poesia e a vida: “Já saí, já bati com a porta / interior, já fui para o lado rude / da vida inquieta, vida torta / que imagina, ofusca, / simula, ilude ser tempo // como se o tempo descesse / em qualquer paragem / do coração. Era o que faltava / pensar, dou o salto, / eu sou o país que quero [...]” (*op. cit.*, p. 78). Em outras ocasiões este extraordinário inventor verbal oferece-nos – em décimas!! – uma visão do quotidiano, da cidade de Lisboa, que pela dicção “clownesca” lembra um Tiago Gomes e pela melancolia um certo Pedro Mexia, procurando numa suposta “vida oculta” o sentido perdido das coisas: “Vives, que momento vives, / Décima ao sol, quando abres / as mãos, brandes mil sabres / como se fosses um ourives?”. É nesse sentido, por meio de uma heterodoxa ourivesaria, que Gonçalves abre o caminho para outras duas poéticas, das mais importantes destes anos, a saber: as de Margarida Vale de Gato e de Miguel-Manso.

Autor de três livros (*Contra a Manhã Burra*, 2008; *Quando Escreve Descalça-se*, 2008 e já em 2010, *Santo Subito*), Miguel-Manso foi alvo de uma atenção especial da crítica³ e nele, na verdade, se consegue ver o melhor da poesia verdadeiramente despretenhosa, entre o leve e o complexo. Essa dimensão de abertura ao leitor deriva da sinceridade com que os poemas em Miguel-Manso parecem surgir. A confessionalidade e a ausência de uma “Literatura” com “L” maiúsculo fazem do poeta de *Contra a Manhã Burra* um excelente poeta espontâneo. Os seus apontamentos, a sua “verve” irónica e o seu jeito para achados linguísticos como raramente encontramos são as suas principais armas. O seu melhor livro – *Quando Escreve Descalça-se* – é o exemplo de uma poesia sobre o real, uma poesia de circunstância (como toda, aliás), de uma concepção de poema como algo que não é nem pode ser já aurático; mas, fundamentalmente, mediático, poemas feitos de imaginação e de surpresa, abrindo a porta do humor vinda da sátira. Qualquer coisa de O’Neill desco-

primeiros cinco desta primeira do século XXI, faz já parte de um “passado literário” que, apesar de recente, pode ser historiado. Sem prejuízo de poetas que continuarão a publicar, o certo e o saudável é que outros nomes vão surgindo, os quais, podendo ser continuadores desta ou daquela “tendência”, só comprovam, na verdade, a ausência factual de grupos estéticos. Talvez possamos ver numa revista recente como a *Criatura* um início de qualquer coisa que não sabemos ainda bem o que será. Em todo o caso, pelo que publicam nas suas páginas, não me parece que por ali se venha a afirmar um qualquer grande poeta. Por isso, é na aventura a sós de outros poetas revelados na segunda metade desta década que encontraremos alguma originalidade artística.

² Vide CORTEZ, António Carlos. “Salvação pelo Vazio – Doze Poetas de Agora” in *Jornal de Letras*, 13/02/2007, pp.10-12. Nesse ensaio sobre novos poetas acabei por alargar o espectro da análise. Ficam de fora, no presente balanço, alguns poetas que, em todo o caso, merecerão atenção ulterior – com excepção de Catarina Nunes de Almeida, cuja obra me parece ter de esperar por uma maturação efectiva (maturação estilística, de leitura e de mundo, na verdade), tal como já escrevi noutra ocasião – porquanto justificam, a meu ver, estudos coligidos onde possam ser lidos segundo critérios de influência, afastamento, mundividência e estilística. Assim, Filipa Leal, Filipe Tereno, José Rui Teixeira, Rui Coias, Paula Cristina Costa, Vasco Gato, Vítor Nogueira e José Luís Costa, tendo sido alvo de análise no supracitado ensaio publicado em 2007, dão agora lugar a outros poetas, por forma a que, dentro do eclectismo deste nosso tempo, possam visualizar-se melhor outras linguagens e outras experiências do discurso poético.

³ Sobre os seus livros escreveram Manuel de Freitas e Pedro Mexia, ambos elogiando a “frescura” de uma poesia densa e ao mesmo tempo inventiva e leve. Considerando a filiação de Manso num poeta como Ruy Belo, pela sujeição das metáforas a um princípio de realidade, ou melhor, pela capacidade de reinventar metáforas a partir do episódico e do banal, observei, por meu turno, como Miguel-Manso se aproximava de uma dicção, por vezes, quase oral, coloquial mas poeticamente criativa, algo tendente ao *slogan* e ao provérbio, como se pode

confirmar, particularmente, na sua segunda colectânea, *Quando Escreve Descalça-se*: “este mês de costeira espuma em que me disto”; “vi-te primeiro deixei que me encontrasses / ó rua do capelão és não sei o quê de rosmãozinho? / dei-te os últimos morangos do saquinho / e em vez de te prender pedi-te que abalasses”. Esta facilidade do verso, aliada a uma muito aguda percepção da polissemia, contabalançadas pelo tom nostálgico de não poucos poemas de Miguel-Manso, justificam em muito esse entusiasmo da crítica que levou a que Mexia saudasse enfaticamente o surgimento deste poeta novo.

brimos em Manso: “a água (em jorro) // as mãos (em concha) // a boca (em sede)” (p.26); “o amor é como o trigo / a alguns já lhe chega em pão / mas se no momento antigo / o amor é sol vento e chão // esse sabem-no pela televisão” (p.31). Outras vezes, pela sugestão fonética, pelos cruzamentos assonânticos e consonânticos, Manso recupera as relações de som e de sentido e recorda-nos Ruy Belo, poeta forte para todos os nomes deste balanço.

Um poeta, como o catalão Marc Granell, poderia animar a poesia de Gonçalves e de Miguel-Manso, mas para Margarida Vale de Gato o que conta é o mergulho na própria literatura – a portuguesa e as literaturas de outras latitudes, até porque é reconhecida tradutora – em virtuosa comunicação com os cancioneiros medievais e formas da convenção (tivemos ocasião de salientar a prática do soneto e do terceto nesta autora), sem jamais colocar em risco a liberdade e a criatividade da sua linguagem. Em *Mulher ao Mar* (Mariposa Azul, 2010), os textos estão peçados de referências culturais (Dickinson e Sylvia Plath; Tolstoi e Luiza Neto Jorge; Sena e mesmo a tradição oral popular, a dos rimances), como se pode ler em “Glosa da Nau Catrineta”: “Somos as três irmãs mours / nosso pai anda no mar / e lá longe foi buscar / onde o ouro as terras doura / um anel pra nos casar / Mas um demónio que o tenta / fez passar por genuínas / as visões que lhe apresenta: / Vejo aplacada a tormenta / *Mais enxergo três meninas [...]*”.

Nesta perspectiva, esse mundo cultural não afasta o olhar poético daquilo que a vida tem de mais profundamente angustiante: a própria vida. Vale de Gato poderia ser autora de um só livro. Esta é uma colectânea que mostra como basta às vezes um título para que daqui a uma vintena de anos haja quem leia a poesia que se fez nesta primeira década do século XXI. Os seus textos são trabalhados, ponderados, nenhuma palavra é posta ao acaso e, a somar-se a um conhecimento versificatório profundo, Margarida é uma voz quente, afectivamente (e efectivamente) dotada de “alta temperatura”, escrevendo poemas de enorme força emotiva, sem jamais cair num sentimentalismo anacrónico: “Como saber se isto é o esforço / que pede à carne o espanto do mundo / ou se é pretensão a arte o esquecer / à porta toda uma noite a chave / para acolher cupidamente / o imprevisto o amor a rapina / na ânsia excitada do que somos / a seguir capazes de fazer? // se é este o estrénuo abandono / ao inquieto instante ou se antes / nos ilude a evasão? Tão ténue / a fronteira entre a fuga e a oferta. / Tu estás do outro lado e eu não / sei como chegar e se escavar / um túnel sob o mar pode haver / maior exumação antes de ti [...]” (p. 15).

Do “Fio da Voz” aos “Aluimentos”... Isto é, de vozes poéticas mais discretas (ou mais secretas, se quisermos), a outras mais afirmativas como é o caso da voz de Bénédicte Houart, o que temos é, pois, eclectismo, inovação, sem esquecer, como até agora temos visto, o diálogo com a tradição lírica portuguesa.

A poesia de Bénédicte, autora de um primeiro livro, *Reconhecimento*, em 2004, encontra nas duas colectâneas seguintes a maturidade que naquele primeiro se perseguia. Em particular *Aluimentos* é um livro de grande versatilidade poética, com uma linguagem impressiva e uma sobriedade que no livro anterior talvez ainda não tivesse atingido o seu ponto culminante. Uma discursividade encenada, ou melhor, uma encenação da voz (ou das vozes) da enunciação que se multiplica por diversos lugares e por diversos tempos (a autora visualiza o passado, traz o pretérito para a escrita, para o exacto momento em que se escreve) e evoca episódios tanto reais, provavelmente biográficos, como episódios ou circunstâncias onde se percebe um fundo onírico, por vezes surrealizante que nasce mais de uma “vontade de rir de tudo”, à Cesariny, que dum eventual programa poético: “há colares que são coleiras / há mulheres que são cadelas / certos homens cães raivosos // os cães propriamente ditos / não foram para aqui chamados / embora metam o nariz em todo o lado / farejando coisas imaginárias / e, de resto, não falam, ladram / têm com certeza razão” (in *Vida: Variações*, 2008). Em alguns momentos Bénédicte Houart lembra Adília Lopes já pelo parodístico e pela carga subversiva do seu desmantelamento de certa ideia de “Literatura”, já pelo inaudito uso de certos tropos que impedem uma catalogação desta poesia numa qualquer família poética, nem amorosa, nem irónica; por vezes nem paródica, outras vezes nem conceptual: “mudar de vida como quem / muda de roupa mas / as vidas não estão à venda / muito embora todos os dias / as compremos e todos / as empenhemos” (*op. cit.*, p. 65).

Resta dizer, em síntese, que a poesia da autora de *Aluimentos* é, com muita justiça e justeza, uma poesia que, a par da poesia de uma Ana Luísa Amaral, de uma Ana Marques Gastão ou de uma Maria Teresa Horta, uma das que melhor dá conta de um certo poético de fazer poesia no feminino. O corpo, a língua – a portuguesa dita pela boca de uma poetisa; as partes de uma vida que se quer biografar mas que exigem medida e ocultamento

(pois as posições da mulher portuguesa perante a vida são ainda cheias de bloqueios, de pré-disposições e leis a que se deve obedecer...) confirmam Benédicte Houart como uma atenta poetisa da vida nas suas variações e modulações. Na sua obra, tanto se fala da irritação das palavras, pois a linguagem fica sempre aquém daquilo que pretende designar, como dos aniversários dos mortos, dos homens que se possuíram e se perderam; tanto se pode fazer referência ao que se passa lá fora estando o sujeito num café, como logo a seguir entrarmos em jogos de linguagem, os quais, lembrando os de Manso e alguma ironia presente em Manuel Fernando Gonçalves, surtem grande efeito expressivo, dado que o “lá fora” passa a ser um “cá dentro” onde as palavras acontecem sugerindo um prenúncio de morte, pois olhar é sobretudo olhar até a um momento de total angústia: “quando quero morrer / esfrego os olhos / até mais ver” (e neste último verso está presente a ambiguidade – que é a pedra de toque desta poesia – da mensagem do texto: tanto pode ser a ideia de despedida, após se morrer, afirmando-se, sarcástica ou ironicamente “até mais ver”, saudação final, como pode ser a finalidade, em si mesma considerada, de esfregar os olhos para morrer de tanto ver).

Um quase excesso de realidade feita linguagem nesta poesia cujo mundo parece estar condenado ao aluimento é algo que, de modo mais mitigado, mas nem por isso menos recorrente, vamos encontrar em poetas como Daniel Jonas, Pedro Braga Falcão, Paulo Tavares e Pedro Eiras. Nestes poetas dá-se conta de modos de contar que parecem sobrevalorizar o prosódico. Em todo o caso, estamos perante poetas que, na profusão dos seus registos, concebem a poesia ainda como pesquisa da linguagem e valorização – ou revalorização – da imagem, agora dotada não de um qualquer sentido essencialista, como possivelmente na estética da década de sessenta, mas antes de um sentido historicista, como se, num Eiras ou num Paulo Tavares (em grau mais subtil), ou num Jonas ou em Braga Falcão (em grau mais superlativo), aquela crise ou falência das narrativas se pudesse recuperar. Por isso nestes autores os poemas ganham em ser lidos como narrativas, como fábulas, sugerindo que um dos caminhos a descobrir, talvez pelas gerações futuras, seja precisamente o trilhado por poetas que se afastaram do mais imediato e souberam valorizar no acto de contar um poema a imaginação e a liberdade da palavra poética.

IV. POESIA: “LIBERDADE LIVRE” (RIMBAUD)

O poema procura dar nome à pedra que está no meio do caminho. Dar-se nome é conferir existência. Depois de uma tendência mais antilírica, mais coloquial e literal dos anos 90 e primeiros anos de dois mil, recomeçamos a encontrar, aqui e ali (para além do que nos oferecem os escaparates das livrarias das grandes superfícies e outras livrarias de filiação evidente), poetas para quem a poesia engendra o seu funcionamento no próprio modo como interroga o real e a linguagem que diz esse real.

Paulo Tavares, poeta de *Pêndulo* (Quasi ed., 2007) e de *Minimal Existencial* (Artefacto, 2010) merece, segundo este enquadramento, uma particular menção. Pelo seu trabalho como editor e divulgador de poesia (é hoje responsável pela dinamização cultural da Sociedade Guilherme Coussol, sendo também editor e director da revista de poesia *Antologia*), mas essencialmente pela surpresa e estranhamento da sua linguagem e do seu universo poético, Paulo Tavares é um daqueles poetas raros, tal a autenticidade da sua mensagem.

De facto, em *Pêndulo* já se lançam as pontes para esse singularíssimo livro que é *Minimal Existencial*. Versos ora curtos, ora extensos, uma inclinação para construir poemas-monólogos em inversa direcção a um dos veios mais ricos da poesia ocidental, o dramático, em Paulo Tavares importa saber como é que se evolui de um livro, como o primeiro, ainda relativamente similar aos muitos livros que durante a década se publicaram e tiveram no discurso em diferido ou numa falsificada auto-referencialidade alguns bons momentos; como se passa desse movimento pendular de uma poesia que oscilava entre momentos devedores de um Vasco Gato ou de um Rui Lage para outros poemas verdadeiramente pessoais, onde se pressentia uma voz forte e independente. Cremos que em *Minimal* se consegue um dos livros mais estranhos destes primeiros dez anos – e “estranho” aqui significa que causa estranhamento, condição da própria literatura – porque Paulo Tavares conseguiu mergulhar a sua dicção narrativa em águas profundas e onde estão Edgar Poe, Lovecraft ou a ficção de Philip Dick. Como tal, Paulo Tavares oferece-nos um mundo transformacional, revelando uma visão apocalíptica e futurista – na melhor senda dos

ambientes de “Dune” ou de “Blade Runner” – e que fazem dele um dos nomes a ter em conta quando se voltar a falar do primeiro decénio de poesia portuguesa no século XXI. Dir-se-ia, como escreve Philip Dick em *O Andróide e o Humano* (Vega, 2006), que Tavares ergue todo um mundo árido e mineral, de onde explodem novos cenários urbanos, de uma qualquer “waste land” moribunda onde, solitárias, duas máquinas dizem uma para a outra “Vimos a ferrugem”, ao que a outra responde “E à ferrugem voltamos”... Esta parábola do autor de *The Man in the High Castle* termina com o regresso, após essa declaração de morte das máquinas, à paz “árida e ansiosa” de uma terra renovada. Também a poesia de Paulo Tavares lida com uma parte do ciclo da vida da espécie humana que, parafraseando esse mestre da ficção científica, se situa no futuro – no caso do autor de *Minimal Existencial*, o futuro é um regresso às grandes planícies da história, quando ainda nada de humano estaria escrito.

A experiência estética nossa contemporânea encontra em referências antigas caminhos novos por onde pode seguir. Não é novidade esse caminho. Mas vale a pena referir, a par de uma reactivação do sentido da História – que veremos ser equacionado num poeta como Pedro Eiras –, os modos como em *Sonótono*, livro de Daniel Jonas, tradutor de Milton, essa procura do sentido se faz a partir do soneto, uma das formas da tradição que menos tem sido frequentada pelas gerações mais recentes. Talvez a escolha do soneto tenha explicação no seguinte: Daniel Jonas é um poeta culto, algo evidente em *Fantasma Inquilino* (2005) e que, em dois livros anteriores – um de 1997, *O Corpo está com o Rei*, e um outro de 2002, intitulado *Lençóis de Veludo* – não estaria talvez tão vincado, dadas algumas cedências de gosto, simplificando em demasia a razão do poema.

Pois bem, Daniel Jonas atinge com os seus dois últimos livros e muito em particular com esse livro de sonetos – *Sonótono* – uma elevada qualidade poética. Não que os seus sonetos sejam portentos de maquinaria versificatória e pérolas de engenho rimático, mas esse livro é todo ele um exercício de força, dando-se a ver o jogo mental a que o poeta sujeitou a sua mais imediata inspiração. Por vezes, apesar de alguns desequilíbrios (“A um sinal, a um sinal teu somente eu” é um verso que sofre de um efeito cacafónico e de uma desnecessária repetição inicial...), Jonas é um poeta verdadeiramente surpreendente. Desse livro recolhemos os versos iniciais do soneto cujo *incipit* é “Falemos pois sobre isso tu e eu”. Próprio da modernidade é os homens e as palavras não se encontrarem, como postularam, entre muitos outros, Casais Monteiro e poetas como T. S. Eliot ou Whitman... Nestes sonetos, sob a capa de supostas narrativas em catorze versos, isso volta a suceder: o desencontro total entre os homens – ou o Homem, o poeta, que diz as palavras e as palavras que dizem o mundo –, como se pode ler: “Falemos pois sobre isso tu e eu / Que razões aduzir ao concluído? / E entendo, se me deste por vencido / Que mais há a perder p’ra quem perdeu? / Ninguém perdeu, concluis, ganhou-se a dor. / Arbitras e pelejas ao que vejo, / E neste pugilato diz-me o pejo / Que a desistência assiste ao vencedor. / [...]”.

Seja como for, em Daniel Jonas há muitas vezes a sensação de que a História (a privada que decorre sob o pano de fundo colectivo) pode ter uma regeneração, quanto mais não seja no acto de escrever um poema que, no meio dos destroços gerais, confira a paz de que o sujeito, lutando com os seus fantasmas, tanto precisa: “O meu soneto entre outras coisas serve / P’ra despistar tremor essencial / P’ra dactiloscantar proporcional / No metro o que é saúde, nervo, verve [...]” (p. 50).

Pedro Eiras, poeta, dramaturgo, romancista e ensaísta, é um autor incansável. Na profusão dos seus registos – que vão até ao ensaio histórico-filosófico – admite-se, por vezes, uma certa ânsia do escrito: os seus ensaios são peças de refinada invenção verbal, a sua dramaturgia navega entre Pirandello e Ibsen, dialogando com o teatro épico de Brecht, em provocação contínua ao leitor; e, neste autor multimodado, a poesia ocupa, talvez, um lugar de curiosa discrição. Em *Arrastar Tinta* (Deriva, 2008) e *Um Punhado de Terra* (Deriva, 2009), a evidência da História, isto é, a impossibilidade de colocar fora do processo humano o facto cultural chamado ‘poesia’, bem como a impossibilidade, por esse mesmo facto – por ser artefacto humano essa criação específica da linguagem e de uma língua – de deixar de pensar a linguagem, anima dois livros de forte pulsar especulativo, filosofante. Pedro Eiras é um pensador do facto poético, mas inscreve-o nas práticas culturais da civilização do Livro e da Tinta, arrastando e arrastando-se, no engendramento do poema, em proposições sobre proposições, colocando problemas de ordem mecânica e metafísica, ontológica e epistémica quanto ao próprio significado que a poesia pode ter na vida humana. Enquanto exercício do questionar, Eiras produz textos que pretendem – pelo jogo de linguagem que instauram – eclipsar ou detonar as certezas inscritas nas categorias

existenciais: “A mão é um exercício espiritual, alguns resquícios de músculo, nada mais. / Também há o trânsito na rua, um pacote de bolachas [as do poema de Pessoa? Por contaminação? “Come chocolates pequena, come chocolates...”] amarrotado no bolso / o vidro com os cantos sujos, o copo, um resto de envelope. / Também há outras coisas, números. / Quer dizer: / há os nomes postos por ordem. Um nome é feito com ar, língua, palato e faca.” À semelhança de Gonçalo M. Tavares, Pedro Eiras coloca-nos em face de uma poética wittgensteineana, profundamente interessada na criação de um concreto saber por meio da invenção dos nomes que dão existência às coisas. Se a poesia é a liberdade livre, o único real objectivo, nada mais é verdade senão esse postulado em Pedro Eiras. Por esse motivo, *Um Punhado de Terra* consiste numa total reinvenção, a partir de Gomes Eanes de Zurara e de Bartolomeu de las Casas, das falas dos índios martirizados pelos descobridores ocidentais – portugueses e espanhóis – aquando do contacto entre línguas... línguas diferentes.

Depois do poema como realização verbal iluminada pela imaginação, naquilo que foi a linha evolutiva da nossa poesia, de Pessoa a Nemésio; após a valorização simbólica através de cujos processos retóricos se pretendeu aliar símbolo e imagem, nos anos cinquenta; depois, enfim, da autonomia da imagem e da libertação ideológica da palavra e da metáfora, os anos sessenta, os anos setenta e oitenta marcam a nossa poesia em termos de um descomprometimento que não vê, não encontra um sentido, na capacidade simbólica da palavra poética. Procurando, mais pela alegoria, novas formas de apreensão da realidade quotidiana, o confessional tornou-se, curiosamente, mais declarado e o intimista mais virado para o exterior, como se – tal como na sociedade mediática em que vivemos – os poetas só assim quisessem (e só assim entendessem ser possível) participar da realidade que os circunda.

Entre o mais coloquial e literal, o mais irónico e antilírico; entre a transitividade das experiências no poema e a intransitividade que nele se fecha, Pedro Braga Falcão, autor de *Do Princípio* (Cotovia, 2009), oferece-nos nesse seu livro o último dos caminhos de que aqui nos ocupámos para tentar traçar o mapa desta década, apontando outros nomes para além dos mais evidentes e referidos quer em antologias, quer em outros balanços feitos em outros órgãos da especialidade. Braga Falcão, tradutor de Horácio, não poderia ficar imune ao poeta latino. Ainda assim, porque se trata de uma reunião bastante arrojada, em termos de proposta de linguagem, de um poeta jovem (nasceu em 1981), sublinhe-se o facto de com esse livro se abrir, de forma mais explícita, o diálogo com a matriz clássica, porta até aqui encerrada pelas várias formas de realismo poético vindas desde os anos noventa. Braga Falcão tem o estilo sentencioso, ático em certa medida, que reconhecemos no poeta das “odes”, mas pressente-se um mundo interior pleno de imaginação.

Pelo menos, no que concerne aos poetas aqui elencados⁴, um mundo dotado daquela imaginação dramática que originou momentos verdadeiramente grandes no discurso poético português, parece estar, de novo, activo. A imaginação que, entre nós, derivou quer da dramatização heteronímica em Pessoa ou da dispersão feita refinamento linguístico, a “vincos de ouro”, de uma vida como a de Sá-Carneiro; quer ainda da noção da poesia como linguagem feita testemunho poético em Sena ou mesmo como encenação poética de vozes várias (ou a várias vozes) que lemos em autores tão distintos entre si; a imaginação continua sendo o caminho a seguir pelos poetas revelados entre 2000 e 2010.

Sem imaginação e sem uma “profunda noção metafísica da vida”, sem os contributos de um “século de ouro” como foi, sem dúvida o século XX (e cujos poetas nunca será de mais conhecer); sem uma vontade de independência em relação a uma moda poética – a da “poesia da experiência” – que deu origem a tanto prosaísmo vazio, não poderíamos falar hoje, em 2010, de uma geração nova de autores. Aqueles para quem a poesia continua e continuará a ser, mais do que a expressão simplista do quotidiano, o “metal fundente” que há entre nós e as palavras. ▽

⁴ Em outras ocasiões tenho procedido a balanços da década que agora cessa e/ou noutras contextos (conferências, textos para cursos de poesia contemporânea, ensaios publicados no *Jornal de Letras*, sem esquecer as já centenas de autores novos que tenho procurado divulgar em recensão ou crítica, não me satisfazendo com a simples nota de saída de livros), tenho dado conta de um sem-número de poetas que a crítica nem sempre tem tido oportunidade de cuidar. Este ensaio procura, provisoriamente, porque outros podiam ser os poetas escolhidos, dotar o leitor de algumas coordenadas orientadoras relativamente aos livros, autores e especificidades do discurso poético actual.

Personagens e narradores da literatura brasileira contemporânea

¹ Estudei as obras aqui citadas com mais vagar em outros textos. Ver Regina Dalcastagnè, “Sombras da cidade”, in *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n.º 21. Brasília, 2003, pp. 33-53; “Narrador suspeito, leitor comprometido”, in *Entre fronteiras e cercado de armadilhas: problemas da representação na narrativa brasileira contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2005; “Vivendo a ilusão biográfica: a personagem e o tempo na narrativa brasileira contemporânea”, in *Literatura e Sociedade*, n.º 8. São Paulo, 2005, pp. 112-125; e “Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea”, in Regina Dalcastagnè (org.), *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. Vinhedo: Horizonte, 2008.

² Não se está afirmando, é claro, que essa seja a única possibilidade na narrativa brasileira contemporânea, mas é a predominante. Tanto que a presença de uma personagem, e narradora, forte e decidida como a Kehinde de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, causa certo estranhamento.

Narradores cheios de dúvidas ou abertamente mentirosos, personagens descarnadas e sem rumo, “autores” que penetram no texto para se justificar diante de suas criaturas – são esses seres confusos e pouco nítidos que habitam a narrativa brasileira contemporânea. Eles não têm lições a passar, nem batalhas a vencer. O chão que percorrem não abriga heróis, não dá espaço para gestos magnânimos ou palavras eloqüentes. E se algum desavisado se precipita, insinuando viver uma grande história, é logo achacado por outras personagens, pelo narrador, pelo próprio autor, que se julga no direito de entrar em cena para ridicularizar a infeliz criatura. Vão nos sobrando, então, uns sujeitinhos anônimos, que tropeçam no discurso, esbarram nas quinas do livro, perdem o fio da meada¹.

Esses são os protagonistas da narrativa atual, mas são, também, seus narradores². No lugar daquele indivíduo poderoso, que tudo sabe e comanda, vamos sendo conduzidos para dentro da trama por alguém que tem dúvidas, que mente e se deixa enganar. É um narrador suspeito, seja porque tem a consciência embaçada – pode ser uma criança traumatizada ou um louco perdido em divagações –, seja porque possui interesses precisos e vai defendê-los. A essa altura, já nem pretendem mais passar a impressão de que são imparciais; estão envolvidos até a alma com a matéria narrada. E seu objetivo é nos envolver também, fazer com que nos comprometamos com seu ponto de vista ou, pelo menos, que percebamos que sempre há um ponto de vista com o qual se comprometer. Por isso se desdobram, se multiplicam, se escondem, exibindo o artifício da construção.

E cada vez que nos abandonamos aos seus argumentos, eles enfiam a cabeça por alguma fresta, mostram suas falhas, gritam seus absurdos. Não estão aí para adormecer nossos sentidos – um narrador suspeito exige um leitor compromissado. Em meio a um emaranhado de discursos, somos levados a optar por aqueles que nos convêm e, é claro, a arcar com a responsabilidade da escolha. Esses narradores confusos, indecisos ou obstinados, quando não simplesmente fingidos, estão aí nos convidando a tomar partido e, assim que o fazemos, nos exibem quem somos.

Isso começa pela nossa reação frente ao sujeito que fala. Devemos aceitar o que ele diz só porque é o narrador, ou, ao contrário, desconfiar de suas palavras porque é apenas um menino? A voz de um retardado mental (como em *A barca dos homens*, de Autran Dourado) é menos digna de atenção que a de um renomado professor de História (como em *Uma noite em Curitiba*, de Cristovão Tezza)? E quando quem narra é uma mulher traída e cheia de raiva (como em *Nada a dizer*, de Elvira Vigna)? Ou mesmo um homem enfrentando a depressão (como em *As fúrias da mente*, de Teixeira Coelho)? Se, imbuídos de um espírito democrático, declaramos que todos têm igual legitimidade, por que nos questionamos sobre o que “de fato” teria acontecido com aquela senhora ou com aquele doente mental? E por que essa pergunta não parece tão pertinente quando se trata do professor de História?

O narrador tradicional não nos daria tanto espaço para questionamentos. Até porque sua presença no texto não estava em questão. Com visão e conhecimentos superiores, era dono absoluto do enredo e do destino das personagens. Sabia, e esse era seu poder. No entanto, cada vez mais duvidamos (também a literatura ajudou a nos constituir como se-

res que desconfiar), e reconhecemos que entre nós e o narrado existe um intermediário, ou dois, ou vários (como a multidão de personagens que se sobrepõe à figura de Mané, protagonista de *O paraíso é bem bacana*, de André Sant’Anna). Por isso, quando Umberto Eco dizia que “à parte as muitas e importantes razões estéticas, acho que lemos romances porque nos dão a confortável sensação de viver em mundos nos quais a noção de verdade é indiscutível, enquanto o mundo real parece um lugar mais traiçoeiro”³, ele certamente não estava pensando na narrativa contemporânea. O espaço da ficção, hoje, é tão ou mais traiçoeiro que o da realidade. Não há a intenção de consolar ninguém, tampouco de estabelecer verdades definitivas ou lições de vida. Reafirmam-se, no texto, a imprevisibilidade do mundo e as armadilhas do discurso.

As personagens contemporâneas, sejam elas feitas do material que for (em *Avalovara*, de Osman Lins, por exemplo, há uma jovem cujo corpo é composto de cidades, um senhor construído apenas com próteses, uma mulher feita de outras personagens), são chamadas à obra para viver em experiências que dizem respeito aos homens, e às mulheres. Talvez já não sejam muito “realistas”, mas insistem em sua própria existência (como em *Gaspar e a linha Dnieperpetrovski*, de Sérgio Capparelli), negando a si o desconfortável papel de herói ou de vítima passiva (e tomando a punho a condução da própria história, como faz o pequeno Páris em *Perversas famílias*, de Luiz Antonio de Assis Brasil), insubordinando-se diante do “autor” e exigindo tratamento mais adequado, a seu tempo ou a sua vontade (como em *As confissões prematuras*, de Salim Miguel).

Talvez essas alterações tenham a ver também com a ênfase cada vez maior dada ao próprio discurso, que vira tema e, em certo aspecto, um protagonista a mais da narrativa – como acontece em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, ou no conto “Um discurso sobre o método”, de Sérgio Sant’Anna, por exemplo, onde se coloca em discussão as possibilidades e os impasses da escrita. Se o discurso é uma forma de poder, como já ressaltava Foucault, cresce a importância de se distinguir quem está falando dentro da obra, o que diz e que prestígio possui. Afinal, como lembra Pierre Bourdieu, “os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos”⁴.

Sendo assim, toda narrativa é um ardente campo de batalha, onde se disputam desde o direito de contar a própria história – com as implicações que esse processo acarreta, especialmente no que diz respeito à demarcação da identidade – até a possibilidade de reinterpretar o mundo, ainda que lhe emendando um outro. Em meio à tamanha luta, não é de se estranhar que personagens, narradores, e mesmo autores, lancem mão de qualquer recurso disponível para lhes garantir a legitimidade da fala. Seja através da força de uma argumentação inscrita na ordem tradicional do discurso, seja através da “autenticidade” de uma voz que vem, há pouco, sendo resgatada por diferentes ramos das ciências humanas (o louco, a mulher, o imigrante), cada qual assume seu lugar e manuseia as armas antes do início da batalha, o que não quer dizer que teremos um jogo limpo – quase todos trapaceiam.

Podem ser renomados críticos de arte, como o Antônio Martins de *Um crime delicado*, de Sérgio Sant’Anna, velhas senhoras preparando a própria morte, como a protagonista de “Boa noite, Maria”, de Lygia Fagundes Telles, ou paranóicos buscando uma explicação para a vida, como o Daniel de *Teatro*, de Bernardo Carvalho – todos eles tentam impor seu olhar sobre o mundo, mas se enganam, são enganados, se enroscam nas palavras e tombam diante de seus leitores. Seres declaradamente ficcionais, eles não nos servem como modelos. Por mais que se esforcem, acabam apenas exibindo seus fracassos, suas dúvidas, sua eventual sorte. E explicitam, sobretudo, sua necessidade de readquirir algum controle sobre a própria existência, que parece diluir-se em meio a uma pilha desconstruída de discursos.

Se podemos dizer que a narrativa contemporânea não é mais aquele lugar onde “a noção de verdade é indiscutível”, a que se referia Umberto Eco, é porque uma série de transformações sociais, políticas e históricas foram impulsionando homens e mulheres a duvidarem, a reconhecerem todo e qualquer discurso como um espaço traiçoeiro, contaminado de intenções, e de silêncios imperdoáveis. De Marx, Nietzsche e Freud herdamos o que Paul Ricœur chamou de “hermenêutica da suspeita”⁵, que nos faz menos ingênuos, e, obviamente, mais intranquilos. Arte alguma poderia ficar imune a este movimento, até porque toda ela vai se constituindo dentro desse mesmo tempo. Ao reafirmar que o contexto social gera e alimenta as diferentes formas de expressão artística, nunca é demais lembrar

³ Umberto Eco, *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 97.

⁴ Pierre Bourdieu, *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 53.

⁵ Apud Jon Elster, *Alchemies of the mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 379-80.

⁶ Trabalhei a relação entre os dois livros em “O intelectual diante do espelho”, in *Entre fronteiras e cercado de armadilhas: problemas da representação na narrativa brasileira contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2005.

que este não é um caminho de mão única – a arte continua legitimando, em maior ou menor escala, comportamentos, valores, sentimentos. Por isso, é impossível entender as transformações estéticas de nossa literatura sem ao menos uma breve mirada em torno.

Deixando pelo caminho os heróis, as tramas cheias de peripécias, a linguagem mais engenhosa, a narrativa brasileira contemporânea parece empenhada em se discutir a si própria, seja a partir das personagens, que adquirem espaço maior ao tornarem-se pontos múltiplos e privilegiados de observação (e muitas vezes até de narração, o que as faz ainda mais complexas, mesmo que difusas); seja através da explicitação do artifício literário, com o desmascaramento dos mecanismos de construção do discurso e da representação social. Mas se personagens e narradores foram se transformando e crescendo em importância ao longo dos anos, o leitor também possui novo significado dentro da estrutura narrativa. Nunca fomos tão invocados pela literatura, nunca com tanta frequência e tamanha intensidade. É à nossa consciência que se dirigem esses narradores hesitantes, essas personagens perdidas, aguardando nossa adesão emocional, ou ao menos estética, esperando ansiosamente que concluamos sua existência.

Com tudo isso, outro ponto central da narrativa contemporânea é o próprio escritor, que também se vê obrigado a, de algum modo, se expor – normalmente a partir de uma personagem, com características próprias, mas algumas vezes exibindo-se com nome e sobrenome, confundindo ficção e realidade, como faz Sérgio Sant’Anna em contos como “O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro” e “A mulher-cobra”. Não deixa de ser uma atitude coerente; afinal, o escritor também é peça desse jogo. E tão mais importante quanto mais se destaca a necessidade de se saber quem está distribuindo as cartas. Se os narradores estão inseguros, as personagens desarticuladas e os leitores desconfiados, qual a situação do autor, cada dia mais pressionado entre as exigências do campo literário e as imposições do mercado?

Talvez sua presença no texto ainda possa crescer daqui para frente. Às vezes, na forma estéril de um exercício de narcisismo, onde o que fala são unicamente os valores e preconceitos do autor, como se percebe em muitos jovens escritores, que sob outros aspectos não são desprovidos de talento. No entanto, nos casos mais interessantes, essa presença do autor se manifesta no texto como um questionamento sofisticado sobre o que a sua voz está calando ao se pronunciar. Reflexão que, na literatura brasileira, talvez seja inaugurada por Osman Lins, com a Maria de França de *A rainha dos cárceres da Grécia*, e, sobretudo, por Clarice Lispector, ao confrontar Rodrigo S. M. com sua Macabéa⁶.

As palavras, em seus emaranhados, podem ser um empecilho entre as pessoas e um modo de sufocar a verdade, mas isso não quer dizer que todos os discursos sejam iguais entre si. Se fosse assim, estaríamos impossibilitados de expressar qualquer coisa sobre o mundo que nos cerca, sob pena de levantar novas paredes entre nós e o que precisa ser dito. Só nos restaria, então, um vergonhoso silêncio, indigno de qualquer existência e conivente com “a ordem natural das coisas”. Se as palavras são escorregadias e os discursos falhos, talvez ajude lembrar que na vida, como na literatura, uma “ordem” vem sendo paulatinamente construída a partir do caos e que há os que controlam essa construção, impondo sua visão de mundo como a única legítima. Alguns escritores, como os que foram citados aqui, estão nos falando exatamente desse processo, tão mais violento quanto mais despercebido parece passar. Ao mesmo tempo, expõem seu desconforto diante do fato de estarem, eles também, sobrepondo sua voz à daqueles que não se permite ouvir. ▀

A geração virtualista

Um informe sobre a atual Poesia Brasileira

O panorama da atual poesia brasileira não é dos mais animadores.

Geralmente, quando se fala em “poesia atual” de algum país, pensa-se apenas na poesia da *Geração Nova*¹ – o que constitui um equívoco banal.

A *atualidade* da poesia de qualquer povo, em qualquer momento de sua história cultural, é mantida pela confluência das três gerações que se encontram *em atividade* plena, genealogicamente sucessivas no tempo e socialmente simultâneas no espaço:

- a *Clássica*, com indivíduos (*os Velhos*) entre os 60 e os 80 anos: em fase de *Confirmação*, já produziu o que podia fazer de melhor e dá os retoques finais em sua obra. É o momento da *Obra completa*;
- a *Dominante*, com indivíduos (*os Maduros*) entre os 40 e os 60 anos: em fase de *Vigência*, está no centro das relações de poder, seja literário ou político, dominando as instâncias legitimadoras, de instituições como a mídia, a universidade e as academias, e produzindo o melhor de sua obra. É o momento da obra-prima;
- a *Nova*, com indivíduos (*os Jovens*) entre os 20 e os 40 anos: em fase de *Estréia*, acabou de ingressar na cena histórica, define sua fisionomia e persegue o poder para ocupar e assegurar o seu lugar. É o momento da revelação.

Aos extremos dessas três gerações em atividade plena, temos as outras duas *em presença*, mas com atividade inexpressiva uma e esporádica a outra – totalizando as cinco gerações que, em qualquer época e lugar, compõem (quando e onde sempre existem crianças/adolescentes, jovens, adultos, velhos e anciãos) a humanidade do momento:

- a *Emergente*, com indivíduos (*os Adolescentes*) até os vinte anos: em fase de *Nascimento*, ainda não entrou na cena histórica, permanece nos bancos escolares concluindo a sua formação profissional e preparando a sua estréia. É o momento da descoberta (da vocação);
- a *Canônica*, com aqueles mesmo hoje ainda raros indivíduos (*os Anciãos*) de mais de 80 anos: em fase de *Retirada*, sobrevivem os mais saudáveis e ativos, com uma obra já cristalizada e assegurada na história. É o momento das *Memórias*.

No Brasil de agora, a Clássica é a Geração-60, que chamei de *sincretista* – designação que já circula em várias referências; a Dominante é a de 80, que chamei de *performática* – termo que já circulava antes, em outras áreas; a Nova é a de 2000, que vou chamar de *virtualista* – fenômeno que designa o próprio, o típico, o específico dessa geração, e não apenas no espaço do poético, mas da comunicação em geral.

A Emergente, como na quase totalidade dos casos, não revelou (ainda?) nenhum Rimbaud nem nenhum Álvares de Azevedo, que já tenha produzido alguma coisa de valor.

Canônica, já enterrada a maioria de seus membros, a de 45 é uma geração eclética, com pelo menos 4 vertentes ainda em atividade, mas naturalmente escasseando:

- 1.º) a *Esteticista* – que é a mais típica, principalmente com os acadêmicos Ledo Ivo e Alberto da Costa e Silva e o só tardiamente reconhecido Manuel de Barros. Nos primórdios, questionou alguns tópicos do Modernismo mas depois o assimilou;

¹ Fundado – em consequência do aumento da expectativa de vida em nosso tempo – num intervalo de 20 anos (não mais nos insuficientes 15 de Ortega, que ele mesmo viria a reconhecer ultrapassados, para exercício do poder geracional), a terminologia vinculada ao conceito de *geração* indica: faixa de estréia – dos 20 aos 40 anos; de vigência – dos 40 aos 60; de confirmação – dos 60 aos 80. Dessas 3 centrais no Brasil de hoje, temos: Geração-60 – estréia entre 1955-75; Geração-80 – entre 1975-95; Geração-2000 – entre 1995-2015. Vigência – 20 anos adiante para cada uma. Confirmação – mais outros 20. Exposto em: *Sincretismo – A poesia da Geração-60: Introdução e antologia* (Rio de Janeiro: Topbooks, 1995).

² Cf. *Processo: linguagem e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.

³ Cf. *O real no poético-II*. Rio: Cátedra/INL, 1986.

⁴ Cf. *26 poetas hoje*. Rio: Labor, 1976; 2.ed., Rio: Aeroplano, 1998.

2.^a) a *Experimentalista* – que é a mais inovadora, opondo-se ostensivamente à vertente esteticista, com os dois movimentos de vanguarda: o Concretismo, com Décio Pignatari e os irmãos Haroldo (morto em 2003) e Augusto de Campos; e o Praxismo, com Mário Chamie. Ambos contaram com muitos seguidores mas hoje já se esgotaram. O Concretismo como que “ressuscitou” de alguma forma com a popularização do computador: a tela dos monitores é um espaço muito sedutor para o grafismo verbal e hoje é comum a circulação de poemas visuais pela internet;

3.^a) a *Participante* – com uma poesia de combate, primeiro à ditadura militar implantada em 1964 e extinta em 1985, depois às mazelas gerais do país, realizada em nível mais elevado por Moacyr Felix (morto em 2005) e Ferreira Gullar (que acabou de completar oitenta anos e de receber o Prêmio Camões);

4.^a) a *Construtivista* – com uma poética autorreflexiva, que tem seus representantes mais altos em João Cabral de Melo Neto (morto em 1997) e Gilberto Mendonça Teles, talvez o elo mais próximo com a geração seguinte.

A Geração-60 se encontra em plena faixa de confirmação (a data-início é o ano de 1995). Assim como a de 45, também ela apresenta uma obra bem diversificada, em três grandes segmentos:

1.^o) a *Tradição Discursiva* – com poetas que permaneceram na exploração do verso e da imagem como fatores poéticos;

2.^o) o *Semioticismo Vanguardista* – com seus dois movimentos de vanguarda: o Poema-Processo (1967) como expansão do Concretismo e a Arte-Postal (1970) como expansão do Poema-Processo;

3.^o) o *Achado Alternativo* – com poetas que desistiram da edição convencional e editaram eles próprios suas obras em folhetos artesanais, muitos até domésticos, impressos (antes das máquinas reprográficas ou fotocopiadoras) num aparelho obviamente já extinto (mas que era uma grande novidade tecnológica da época) chamado “mimeógrafo”, e distribuídos ou vendidos de mão em mão à entrada dos mais diversos espaços (clubes, praias, restaurantes, teatros, cinemas, etc.).

Com dois mortos precoces (Mário Faustino, seu precursor/introductor, em 1962, e Lupe Cotrin Garaude, em 1970), e alguns nas faixas posteriores (Orides Fontela, em 1998; Fernando Mendes Viana, em 2006; Marly de Oliveira e Bruno Tolentino, em 2007; Ildásio Tavares, no exato momento em que eu redigia este ensaio), esta é uma geração sincrética: não apenas de várias tendências às vezes opostas e conflitantes, como a de 45, mas com a mistura e o cruzamento de todas elas (uma lírica, uma social, uma épica – a mais expressiva – e uma metapoética), compondo um amplo sincretismo tanto em seu conjunto como muitas vezes num mesmo poeta.

Os nomes mais velhos da Tradição Discursiva já reuniram sua obra e os mais novos a estão rematando. Os mais proeminentes já asseguraram a permanência histórica: o primeiro foi o também acadêmico Carlos Nejar – a quem se seguiram pelo menos Marcus Accioly, Ivan Junqueira, Affonso Romano de Sant’Anna, Adélia Prado... No mesmo rumo, temos pelo menos Fernando Py, Lucila Nogueira, Olga Savary, Reynaldo Valinho Álvares, Astrid Cabral, Roberto Pontes, Neide Archanjo... E vários outros, como Adriano Espínola, o elo mais próximo com a geração seguinte.

Do Semioticismo Vanguardista, o Poema-Processo (reunido por Wladimir Dias-Pino em 1973)² se auto-extinguiu como movimento em 1972, apenas cinco anos após o lançamento. Mas, depois do aproveitamento do computador e com a fundação da internet, a criação individual foi retomada de alguma forma pelas novas gerações. Dos seus fundadores, pelo menos Moacyr Cirne, Nei Leandro de Castro, Ronaldo Werneck e Joaquim Branco continuam em plena e diversificada atividade. O mesmo fenômeno aconteceu com a Arte-Postal: com o autor nas origens (*Manifesto do Poema-Postal*, 1970)³, ela se espalhou pelo ciberespaço e é grande hoje a quantidade de artepostalistas (tendo Paulo Bruscky, no estado de Pernambuco, como um dos pioneiros e dos mais ativos) e de jovens que, pelo mundo inteiro, trocam mensagens sob a forma poética de textos semióticos.

O Achado Alternativo (reunido por Heloísa Buarque de Hollanda em 1976)⁴ também se ampliou com a internet, que oferece um espaço por excelência alternativo para a divulgação da cultura. Os folhetos originais se transformaram em *blogs* e dispensam impressão. Dos muitos nomes que lançaram e fizeram essa moda, dominante ao longo dos anos 70,

os mais reverenciados – e muito ironicamente – talvez sejam os três mortos precoces: Ana Cristina César (em 1983), Cacaso (em 1987) e Paulo Leminski (em 1989), além de Wally Salomão (em 2003). Justo como costuma acontecer na cultura de massa, em que o mito se sobrepõe à figura real: do cinema, Marilyn Monroe está muito mais presente que uma Brigitte Bardot; da música popular, John Lennon muito mais que um Paul McCartney; ou Elvis Presley, mais que todos eles. Além desses quatro, mencione-se Geraldo Carneiro, Francisco Alvim, Chacal, Tanussi Cardoso, Mano Melo, Cairo Trindade, Afonso Henriques Neto, Glauco Mattoso, Antonio Carlos Secchin e alguns outros, todos entre os 55 e os 75 anos, que é o arco etário atual da geração.

Como reflexo do crescimento não apenas demográfico mas também econômico do país, é uma geração numerosa, com nomes de relevo espalhados por quase todos os estados do país. É que, pela consolidação das Faculdades de Letras a partir dos anos 50, muitos puderam vincular-se profissionalmente à poesia pelo magistério e não precisaram migrar para o eixo Rio-São Paulo em busca de espaço cultural, as duas metrópoles onde ainda, e apesar de tudo, se decidem os nossos rumos culturais, sobretudo pela influência dos seus grandes jornais e revistas e das redes de televisão. Essa realidade só começou a mudar com a criação da internet, que descentralizou ao extremo a divulgação da cultura.

A Geração-80, que ingressou na faixa de vigência por volta de 2005, já conta com uma quantidade considerável de nomes bem conhecidos – embora ainda precisem (e dispõem) de pelo menos duas faixas geracionais para consolidar sua obra. Os mais significativos no momento talvez sejam Alexei Bueno (nascido em 1963), com uma eclética obra, que inclui o soneto, o *hai-kai*, a ode, o poema longo, etc., e Fabrício Carpinejar (nascido em 1972), mais identificado com a tradição alegorizante da expressão.

Como a obra das duas anteriores (a de 45 e a de 60) é bem mais conhecida, vamos ater-nos à da Geração-80, por ser atualmente a dominante. Na absoluta impossibilidade de sequer esboçar um comentário crítico sobre tantos nomes nos limites deste ensaio, optei por uma abordagem estético-sociológica do conjunto e do clima próprio de seu momento de produção.

Esta é a geração pós-ditadura, pós-tevé, a primeira a entrar em cena já dispondo do computador e contemporânea do nascimento da internet. Aqui está não apenas o seu específico mas também o seu problema: seduzida pela amplitude, pelo hedonismo e pelas virtualidades dos espaços abertos pelas novas mídias, essa geração – produzindo em clima de plena liberdade – adotou a *performance* como sua tática mais típica. Mais que a leitura, o recital: num bar, num restaurante, numa praia, numa praça, num clube ou mesmo em teatros, não cabe um poema mais extenso, muito complexo, muito menos o tom elegíaco. Tem que ser o texto breve, com feição de fragmento, quase sempre hedônico. E mais que o livro, o *clip*: a filmagem prévia ou “ao vivo” da *performance*, depois – na seqüência do vertiginoso progresso da tecnologia midiática – multiplicada em DVDs e *pen-drives* e postada em *home-pages*, em *sites* coletivos ou no *You Tube*.

Com esses novos objetos em mente, essa geração curvou-se ao minimalismo exigido e imposto pela lógica e pela natureza desses veículos e assim não pôde construir uma obra de maior relevo. Em quase todos, predomina o poema curto, de dicção descontraída, com o objetivo de agradar e fisgar o público. Além das *home-pages* individuais, dos *sites* coletivos (como o *Jornal de Poesia*, editado por Soares Feitosa, com mais de mil poetas da língua; o *Alma de Poeta*, editado por Luiz Fernando Proa e Claudia Gonçalves), de jornais ou revistas eletrônicas (como o *Portal Literat*, de Heloisa Buarque de Hollanda, e o *Sidarta*, de Sonia Coutinho), das grandes comunidades virtuais (como a *Discutindo Literatura*, moderada por Luciana Peçanha Pires; o *Café Filosófico das 4*, moderada da Alemanha por Christina Hermann), essa obra já vasta encontra-se dispersa pelo *Orkut*, pelo *MySpace*, pelo *Facebook* (no *Twitter* não cabe!) – e em alguns desses *sites* o poema longo tem de ser fragmentado, o que implica uma séria deformação.

Pois é o que constatamos na produção recente, *se não como dominante, ao menos como específico*. O fragmento, além de reconhecidamente mais simples de se produzir, sem maiores exigências ao criador, se oferece de forma irresistivelmente sedutora. Postado na *net*, ele se abre a uma prática também nova: a *interatividade*, que admite o que até então a poesia não apenas rejeitava, mas ignorava – o *hibridismo autoral*, a autoria dupla ou mesmo coletiva. Isso acaba sobrepondo o texto ao autor e assim desindividualizando a criação: não interessa quem produziu – interessa o produto. Comum na música popular, sobretudo no samba carnavalesco, é a mesma lógica do mercado não-cultural: a receptividade se sobrepõe à criatividade e avalia-se o *blog* menos pelo nível do seu conteúdo que pela

⁵ Cf. *Letra só*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Org. Eucanaã Ferraz. Esse título pode implicitar um “sem melodia”, mas também desvendar um “não poema”.

quantidade de acessos.

Com seus limites, sua imposição de um máximo de caracteres, os retângulos desses *sites* acabaram acomodando os poetas no texto miúdo. Claro: pode-se perfeitamente produzir uma obra-prima no limite dos cento e quarenta caracteres do *Twitter*, mas é muito-muito raro – e resta sempre a sensação de insuficiência, uma como que admissão da incapacidade de ou do desinteresse em *desenvolver logicamente uma idéia poética ou em desenvolver poeticamente uma idéia lógica*. Com poucas exceções – as daqueles momentos de *insight* do poeta, que logra apreender e condensar num mínimo de palavras uma idéia original ou profunda, numa forma sedutora – esses fragmentos só se salvam quando reunidos num conjunto capaz de fornecer uma imagem da realidade que o envolve. No fundo, eles constituem uma recusa ao pensamento elevado, à tentativa de apreensão (senão da totalidade, sonho sepultado pelas teorias da Pós-modernidade, mas realizado de modo satisfatório pelos poetas mais altos da nossa tradição, ao menos da amplitude do real), sobretudo numa época de globalização das relações humanas – e não apenas as políticas e econômicas, mas também as culturais: basta o *flash* do instante, o extravasamento da emoção, o registro da idéia, tudo bem adaptado ao *clip*. Mas, além de Omar Khayyam e de Ricardo Reis, não há notícia de grandes poetas com poemas tão diminutos.

Textos que não passariam de um verso mais longo, como num Vinicius ou num Schmidt, são decompostos e verticalizados – frequentemente uma mísera palavra por linha – e assim apresentados como poemas, até o absurdo do “poema” de uma linha só (não direi *verso*, pois que não versa...). Infeliz eco do “Samba de uma nota só” – sendo que este é uma programática, expressiva, bela (e desenvolvida!) canção, das mais emblemáticas da “Bossa-Nova”.

Essa poética fragmentária corre o risco de acabar tendo importância apenas coletiva: o conjunto poderá oferecer o retrato de uma época – a sua época de produção – capaz de refletir a realidade que o envolve, mas é muito incerto que, com essa “fórmula”, algum nome individual venha a obter uma posição de maior relevo na história da nossa poesia: há um grande *nivelamento*, sem o realce que sempre destacou um ou outro nome nas gerações passadas. São muitos epígonos – e até agora, mesmo entre os mais reconhecidos e convincentes, nenhum que já pudesse ser apontado como epônimo. Mas eles ainda contam com os ideais vinte anos para ascender aos níveis mais altos das gerações anteriores.

Seduzida pela estética do espetáculo, concretizada na *performance*, essa geração prosseguiu aquela espécie de acasalamento entre poesia e música, muito forte na Geração-60. Considerável é o número de poetas que migraram para a música popular, com bastante sucesso (um Arnaldo Antunes, um Antonio Cícero, um Abel Silva, um Ronaldo Bastos, um Cacaso, etc.), como também o de letristas que reivindicam a condição de poeta: Caetano Veloso permitiu a reunião de suas letras num volume como se fosse de poemas⁵. O resultado é melancólico: lidas como tais, suas letras não resistem. Ficaram privadas do fator que as animava. Apenas uma ou outra apresenta autonomia de forma e de linguagem. E grandes nomes da nossa autêntica música popular contemporânea (Chico Buarque) mas também do *rock* (Raul Seixas, Renato Russo, Caetano, etc.) não apenas se tornaram modelos para jovens candidatos a poetas, mas chegaram a ser focalizados em livros didáticos e histórias da nossa literatura recente: é mais um hibridismo – este, plenamente anticrítico. Neguei a identificação letra=poema na polêmica que se seguiu à publicação de *Sincretismo – A poesia da Geração-60*.

Esses espaços virtuais trouxeram, porém, uma alternativa de solução para a angústia radical dos jovens poetas: a de não terem onde nem como publicar. Agora têm: eles literalmente eliminaram os intermediários (o editor, o distribuidor, o livreiro) e se libertaram da limitação econômica do custo financeiro das edições. Resolveram esse castrante problema. Perde-se apenas a portabilidade da obra, que o livro impresso (ou o folheto) preserva acima de todas as vantagens do livro virtual (ou do *e-book*), com a óbvia exceção da acessibilidade universal.

Em face de tudo isso, e para informação inicial do leitor português, apenas indicarei (em ordem alfabética, com data de nascimento e títulos mais recentes ou mais expressivos) os mais mencionados:

- Age de Carvalho (1958): *Seleta* – 2004;
- Alberto Martins (1958): *Cafê-com-leite & feição com arroz* – 2004;
- André Dick (1976): *Grafias* – 2002;
- Aníbal Cristobo (1971): *Teste da iguana* – 1997;

Antonio Cícero (1945): *Guardar* – 1996;
 Antonio Fernando de Franceschi (1942): *Sete suítes* – 2010;
 Arnaldo Antunes (1960): *Tudos* – 1990;
 Augusto Massi (1959): *Negativo* – 1991;
 Carlito Azevedo (1961): *Monodrama* – 2009;
 Claudia Roquette-Pinto (1963): *Zona de sombra* – 1997;
 Elisa Lucinda (1958): *A fúria da beleza* – 2006;
 Eucanaã Ferraz (1961): *Desassombro* – 2002;
 Felipe Fortuna (1963): *Em seu lugar* – 2005;
 Felipe Nepomuceno (1975): *O marciano* – 1997;
 Guilherme Zarvos (1957): *Anseio de povo* – 1995;
 Heitor Ferraz (1964): *A mesma noite* – 1997;
 Hermínia Lima (1963): *Sangria azul* – 2002;
 Ítalo Moriconi (1953): *Quase sertão* – 1996;
 Josely Vianna Baptista (1957): *Corpografia* – 1992;
 Ledusha Spinardi (1953): *Exercícios de levitação* – 2002;
 Lu Menezes (1948): *Abre-te, rosebud!* – 1996;
 Marco Antonio Saraiva (1963): *Sete jardins e uma paisagem* – s/d;
 Marco Lucchesi (1963): *Poemas reunidos* – 2002;
 Marcos Siscar (1964): *O roubo do silêncio* – 2006;
 Mariana Ianelli (1979): *Almádena* – 2007;
 Martha Medeiros (1961): *Poesia reunida* – 1999;
 Moacir Amâncio (1949): *Do objeto útil* – 1992;
 Nelson Ascher (1958): *Algo de sol* – 1996;
 Paula Glenadel (1964): *Quase uma arte* – 2005;
 Paulo Ferraz (1974): *Evidências pedestres* – 2007;
 Paulo Henriques Britto (1951): *Macau* – 2003;
 Ricardo Aleixo (1960): *Máquina zero* – 2004;
 Rodrigo Garcia Lopes (1965): *Visibilia* – 1997;
 Salgado Maranhão (1953): *A cor da palavra* – 2009;
 Valdo Motta (1959): *Bundo e outros poemas* – 1996;
 Verônica de Aragão (1965): *Enigmas* – 1997;
 Vivien Kogut (1959): *Água rara* – 1996.

⁶ Cf. *Esses poetas – Uma antologia dos Anos 90*. Rio: Aeroplano, 1998.

⁷ Cf. *Roteiro da poesia brasileira – Anos 80*. São Paulo: Global, 2010.

⁸ Cf. *Roteiro da poesia brasileira – Anos 90*. São Paulo: Global. A sair.

São trinta e sete nomes, além dos citados (e omitidos) por outras razões. Não é muito para a fase de vigência de uma geração, num país de quase duzentos milhões de habitantes. Na fase seguinte – a de confirmação – vai abrir-se o processo da sua depuração crítico-histórica: como sempre, só uns poucos sobreviverão. Quase todos foram em 1998 também reunidos por Heloísa Buarque de Hollanda⁶; em 2010 por Ricardo Vieira Lima⁷ e por Paulo Ferraz⁸.

Em seu prefácio, Ricardo registra (p.9):

Com efeito, na “virada do Verão 80” havia uma nova sensibilidade no ar. A década começava ao ritmo da abertura democrática, “lenta, segura e gradual”, planejada e implementada pelo Governo Geisel. Nesse sentido, aos poetas que então iniciavam suas trajetórias intelectuais já não interessava tanto combater a ditadura militar, mas falar, com liberdade, sobre si mesmos, seu mundo e seus interesses.

Por sua vez, afirma Heloísa (p.9):

Até mesmo a noção de valor estético, nestes últimos tempos, foi desestabilizada em função das interpelações sobre sua legitimidade ética e literária promovidas pelos grupos *off canone*.

E Ferraz constata:

A poesia pôs-se a duvidar de seu *status*, de sua utilidade, de sua função, de sua necessidade, de sua história e a questionar para quem era direcionada, mais, questionar o próprio sujeito que a criava. De certo modo, esse

⁹ Cf. *Roteiro da poesia brasileira – Anos 2000*. São Paulo: Global, 2009.

¹⁰ Essas antologias são sincrônicas: de estreantes nas décadas – o que justifica a mistura de poetas de duas (e até de três) gerações, naturalmente contíguas, com seus precoces e tardios.

comportamento mais interrogativo, essa *estética da dúvida*, permitiu aos poetas da última década do século XX se aventurar por outros caminhos, mesmo quando vinculados a uma ou outra experiência anterior, pois, mais que a manutenção, interessava-lhes explorar o potencial de determinadas poéticas...

A Geração-2000 distendeu, ampliou e radicalizou as práticas da Geração-80, ao ponto de priorizar o espaço virtual sobre o concreto – daí a minha proposta de *virtualista* como seu designativo. Ao contrário das anteriores, seus membros não entraram em cena pensando no livro, mas abrindo um *blog* – e é por ele que divulgam seus trabalhos iniciais. Os melhores, com toda evidência, vão inverter o caminho das outras: na faixa de vigência, vão migrar do *blog* para o livro...

Os estreantes do 3.º milênio foram reunidos pela primeira vez em 2009 por Marco Lucchesi⁹. Ele recolhe quarenta e seis nomes, quase todos nascidos entre os anos 60 e 80, evidentemente ainda em seus primeiros passos¹⁰. Convém esperar pela entrada dessa geração na faixa de vigência, para ver – assim como do também vasto elenco anterior – quantos dessa quase meia centena de nomes sobreviverão.

Em seu prefácio, Marco Lucchesi declara que fez uma “varredura” (p.9):

[...] dos grupos restritos, nas brenhas de suas tribos e línguas, revistas, com seus nômades urbanos, *punks*, grafiteiros, anarquistas, anacoretas, músicos de *rock* e MPB, operações de multimídia, projetadas no ciberespaço, na profusão de *homepages* e na espessura da *blogosfera*.

Quase tudo muito próximo do núcleo de 22 da Geração Modernista, principalmente Oswald de Andrade com seus “poema-piada” e “poema-minuto”, mesclado com o visualismo da experiência concretista. Tudo bem distante de coletâneas do social como *A rosa do povo* de Drummond e de poemas-livro como *Invenção de Orfeu* de Jorge de Lima, do núcleo de 30; de dramáticos como *Morte e vida severina* ou trágicos como *Auto do Frade* de João Cabral ou de metapoéticos como *Arte de armar* de Gilberto Mendonça Teles, da Geração de 45; de satíricos como *Odes brasileiras* de Ildásio Tavares, sociais como *Que país é este?* de Affonso Romano de Sant’Anna ou épicos como *Sísifo* de Marcus Accioly, da Geração-60. São formas poéticas superiores, como que descartadas pelo minimalismo de 70 em diante e mais ainda pelo virtualismo do novo milênio.

Ressalte-se bem: esse minimalismo hedonista ou esse hedonismo minimal é uma prática que, decolando do núcleo de 22 da Geração Modernista, implanta-se com os alternativos da Geração-60, permeia todo o performatismo da Geração-80 e consolida-se no virtualismo da Geração-2000. Trata-se, portanto, de uma imposição de época.

Sim, o natural é que se produza conforme o espírito do tempo, e é esse o traço dominante desta hora. Mas, desde sempre, o traço característico por excelência dos maiores poetas tem sido a inconsciente ou deliberada tentativa de ultrapassar os limites do seu tempo, no sonho de transcender a sua época.

O que ficará dessa poesia para a História poderá ser algo como o registro de uma *criação coletiva*, como já ocorreu com o segmento alternativo de 60: reunidos, os livros dessa geração poderão oferecer um painel variado de sua época. Mas individualmente considerados, seus poetas ainda não atingiram – até agora – aquele desejado patamar crítico.

Com a Geração Emergente – a de 2020, ainda na faixa de nascimento, pois com marco inicial em 1995 e final só em 2015 – é provável que o fenômeno se agrave. Nascidos *on-line*, seus poetas terão pouco contato com o livro impresso (exceto talvez os didáticos): só lêem na tela de um computador, ou na telinha de um *e-reader* qualquer. A biblioteca será algo ausente de suas vidas: só pesquisam no Google. As grandes bibliotecas particulares, aliás, já se encontram em franco processo de extinção: não cabem nos apartamentos da classe média. E as outras duas nunca demonstraram especial interesse pelos livros.

Descrentes da ação política, em face da corrupção e da impunidade generalizadas nos espaços oficiais, os novos poetas passam ao largo do ânimo para protestar. Então se refugiaram num universo pessoal, onde a brevidade e o hedonismo são as marcas dominantes, e o virtual se sobrepõe ao concreto.

Uma geração virtualista – e vitalista! ▽

Historiografia Portuguesa no Século XXI

Breves reflexões

Ao aceitar o desafio de escrever sobre a historiografia portuguesa na última década para a *Letras Com Vida*, sabia que estava diante de uma tarefa forçosamente incompleta e inevitavelmente subjectiva. Os instrumentos bibliométricos adequados para revestir este artigo de uma, porventura enganadora, objectividade ainda não estão disponíveis. Sem estes, a visão panorâmica é ainda mais parcial e impressionista, o que é indispensável admitir. Porém, mesmo com tais meios, o autor incauto que se atrevesse a sintetizar a historiografia portuguesa teria dificuldade em apreender com o mesmo olhar um campo vasto e com várias dimensões. Ora, só esta simples verificação já nos conduz a uma primeira ideia: ao contrário do que acontecia cerca de duas décadas atrás, uma síntese objectiva seria, afinal, um trabalho de fundo. Talvez por isso os balanços críticos ou os “estados de questão” sejam raros, apesar da sua segura utilidade¹. Por estas razões, as reflexões que se seguem são uma tentativa de perspectivar o conjunto da historiografia portuguesa na perspectiva de um *insider-outsider* sem estatuto nem inclinação para pontificar.

¹ No Instituto de Estudos Medievais está em preparação um balanço para a História Medieval dirigido por José Mattoso, que será publicado em inglês.

De uma forma muito geral, é possível afirmar que os inícios do século XXI continuam o extraordinário, e reconhecido, desenvolvimento da produção historiográfica portuguesa das duas décadas anteriores. Em muitos dos aspectos decisivos não há uma ruptura mas sim uma intensificação dos caminhos iniciados na década anterior. Como primeira abordagem, a uma realidade bastante ampla internacionalização, especialização e síntese.

De um modo crescente, o trabalho de investigação dos historiadores portugueses tem sido orientado no sentido da “internacionalização”. Tendo assumido um cariz programático, demasiadas vezes a “internacionalização” tem um sentido limitador, implicando pouco mais que a apresentação no estrangeiro e em língua estrangeira de trabalhos feitos em Portugal, por portugueses, sobre temas portugueses e a partir de um questionário também português. No entanto, os sentidos ‘virtuosos’ do termo internacionalização são outros, bem diferentes:

- a) a projecção da investigação portuguesa (de historiadores portugueses, sobre Portugal ou não) através da publicação em revistas internacionais, participação em redes de investigação e em livros (preferencialmente em obras colectivas de referência);
- b) o cruzamento da investigação com perguntas centrais concebidas em contextos historiográficos (ou de outras ciências) internacionais, por oposição a uma perspectiva puramente monográfica.

Pode-se afirmar que a primeira tarefa tem sido cumprida. Não me afastarei muito da convicção generalizada entre os historiadores ao afirmar que os investigadores portugueses participaram mais assiduamente nas reuniões internacionais, que os projectos de investigação internacionais começaram a incluir responsáveis portugueses e que os colaboradores portugueses e as obras de autores portugueses têm figurado mais nas bibliografias estrangeiras. A carreira de investigação ou a docência universitária são hoje inconcebíveis sem a atenção a este aspecto, o que é uma exigência salutar.

² Rui Ramos, “Prólogo”, in Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*. 3.^a ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 11.

No segundo caso, falta romper de forma mais radical com os hábitos adquiridos. Mesmo a nível das dissertações de doutoramento, o objecto de estudo continua a ser concebido sobretudo como o preenchimento de uma lacuna empírica. A problematização dos (maioritariamente portugueses) temas das teses como um caso concreto de um problema central ainda não se afirmou decisivamente perante a ideia de uma investigação orientada para a monografia.

No geral, pode-se afirmar que continuou o predomínio para o que Rui Ramos chamou “concentração positivista do trabalho em pequena escala”². Para este facto, foi importante a explosão da oferta de mestrados e doutoramentos, alavancada no financiamento da FCT. Por outro lado, o número de títulos disponíveis aumentou exponencialmente. Do lado da oferta, um número galopante de alunos e de dissertações garante um conjunto de trabalho amplo e diferenciado com os requisitos críticos e académicos mínimos. Do lado da procura, ou seja, das editoras, publicar tornou-se muito mais simples. Assim, multiplicaram-se as dissertações de doutoramento, organizaram-se inúmeros congressos internacionais temáticos, publicaram-se centenas de revistas periódicas nacionais e de livros.

Por outro lado, as políticas públicas, concebidas sobretudo à medida das ciências aplicadas, incentivam à especialização e à concentração dos centros de investigação; à criação de massa crítica. A política científica actual actua também no sentido de separar a investigação em História da docência universitária, duas dimensões fortemente imbricadas, tanto do ponto de vista institucional como intelectual. Esta questão, para as Ciências Sociais e Humanas, é particularmente delicada, uma vez que a sua investigação não produz patentes nem inspira *start-ups* e só excepcionalmente poderá garantir retorno a um investimento privado. Nestes ramos da ciência, a investigação pura raramente faz sentido; a sua utilidade está na sua comunicação (seja na aula, seja nos *media*) e na sua contribuição para a formação do sentido crítico (seja dos alunos, seja dos cidadãos). Não se trata aqui de cair numa distinção grosseira entre conhecimentos úteis (ciências aplicadas ou experimentais) e inúteis. Esta é uma falsa dicotomia. É evidente que quase todas as grandes prioridades pragmáticas do país são indissociáveis do reforço da capacidade portuguesa de pensar, de criticar, de educar e de inovar. Para o árduo esforço de *rebranding* do país, para as exportações, para o desenvolvimento do espírito científico, para a vocação empreendedora, para (re)criação de laços políticos e económicos com os países de língua portuguesa, o contributo da história e da cultura histórica é tão grande quanto olvidado. Para tal, é indispensável que os historiadores sejam capazes de comunicar a sua investigação com um público que vá além dos seus pares ou dos estudantes universitários. Ora, a consciência de uma crescente especialização tem estimulado uma certa reacção por parte dos historiadores. Se a monografia continua a dominar sobre a síntese, os projectos de investigação em grande escala, muitas vezes alicerçados em financiamentos da FCT, foram concebidos no sentido de abarcar objectos bastante alargados, fosse ao nível dos temas (história económica, história religiosa), dos grupos sociais (cleros, negociantes, deputados, etc.) ou até das unidades regionais. Como se verá, esta década de especialização soube encontrar o seu contraponto.

DA POSSIBILIDADE DA SÍNTESE

Surpreendentemente ou não para um período marcado pela continuidade da especialização, o decénio 2000-2009 foi fértil em tentativas de síntese no campo das histórias temáticas (religiosa, eclesiástica, naval, militar, económica, da expansão, da população, dos reis e de outros chefes de estado). Aliás, a década culminou com uma obra de síntese por historiadores portugueses: a *História de Portugal*, da autoria de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Monteiro, da Esfera dos Livros. Tal como estes autores declararam, a obra não decorreu das suas agendas de investigação mas da “sugestão” do editor. Até então, duas das sínteses mais recentes sobre História de Portugal eram da autoria de F. Labourdette e de D. Birmingham, integradas, respectivamente, na colecção de sínteses históricas (de Inglaterra, de Espanha, dos Romanos, dos Albaneses, da Prússia, de Viena, de Lisboa, etc.) da editora francesa Fayard e na série *Concise History* da Cambridge University Press³. Ou seja, também aqui a iniciativa da síntese está do lado da avaliação

do mercado pelo editor e não de um projecto de investigação individual ou colectivo.

A semelhança e a identidade do título não se sobrepõem às diferenças que são muitas e óbvias, a começar pela simplificação, por vezes penosa, a que recorrem Birmingham e Labourdette e pela frequência com que os juízos valorativos, ou quase, irrompem nas suas páginas (particularmente com o primeiro). Diferente é também a base bibliográfica, que se distende numa centena de páginas de notas de rodapé na *História de Portugal* dos três autores portugueses, mas que se restringe a anteriores obras de síntese. Em ambos os casos, é nítida a dificuldade em integrar a bibliografia portuguesa recente, carência que pode ser apontada em especial a Labourdette⁴. Pelo contrário, a *História de Portugal* da Esfera dos Livros é um trabalho de três especialistas cuja obra anterior cobre o essencial dos novecentos anos de história portuguesa. Esta opção permitiu capitalizar os resultados de milhares de pequenos contributos especializados e não somente das sínteses anteriores.

Tanto Birmingham como Labourdette apresentam ao seu leitor o que se pode chamar uma “grande narrativa”. Para Birmingham, Portugal é um “sobrevivente tenaz” e criativo, capaz de inovação e até, ocasionalmente, de liberalismo institucional, sobre o qual pesa a constante tentativa de “modernização económica”. Para Labourdette, Portugal é um estado-nação “precoce” que cumpre uma vocação imperial antes de cair em “decadência”. É deste género de juízos, indispensável para a maioria dos leitores mas simplificador ou meta-histórico para a maioria dos especialistas, que se alimenta uma área particularmente viva na historiografia mundial: a “cultura histórica”, ou seja, a reflexão que atribui um sentido à história e se liga a valores, padrões e princípios.

Ora, o problema da “cultura histórica” é um dos desafios da historiografia portuguesa para esta nova década. Depois de cerca de vinte e cinco anos de historiografia em crescente especialização, superando os usos e abusos ideológicos da História, a resposta dos historiadores académicos será a de rejeitar a necessidade de construir uma “grande narrativa” para dar conta do passado de uma unidade histórica⁵. No entanto, não é possível ignorar a questão da cultura histórica. Depois de décadas de especialização, de internacionalização e de sínteses, o desafio da década que começa é o reforço da capacidade para os historiadores intervirem na cultura histórica. ▽

³ Não me foi possível consultar a síntese de A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

⁴ V. resenha de J.-F.Schaub no *Le Monde* (17 de Março de 2001).

⁵ Em 2010, numa iniciativa promovida pelo *e-Journal of Portuguese History*, os três autores da mais recente *História de Portugal* responderam a críticas de medievalistas, modernistas e contemporanistas, dirigidas sobretudo a lacunas empíricas concretas, reafirmando a inteligibilidade da história de Portugal a partir da “história política”.

O Delta e o Estuário

Dez anos de crítica de Poesia em Portugal (2000-2010)

¹ *Colóquio-Letras*, n.º 79 (Maio de 1984), pp. 37-54. Recomenda-se a leitura destas 15 páginas, sobretudo da sua última, onde Prado Coelho, referindo quem e onde se escreve crítica literária, fecha com chave de ouro, analisando a realidade cultural portuguesa, em contexto de crise de 1983, de forma assustadoramente actual: “[...] esta ânsia do cultural pode revestir-se de aspectos equívocos. Na passagem da cultura para o cultural dos *mass-media* há algo que certamente se perde: a noção de que toda a cultura implica um percurso de dificuldades, e não a consagração da transparência imediata; a ideia de que a cultura é um trabalho e um prazer, e não uma efervescência pontual para reforçar as distinções sociais; ou a convicção de que a densidade é um valor que se não compadece com certos dispositivos de velocidade impostos à leitura e à escrita. Com a crise económica a cultura volta ao ‘posto de comando’ convertida num cultural indiferenciado que faz desse comando uma ilusão”.

² Fernando J. B. Martinho faz um exercício semelhante, mas menos extenso, em artigo na *Colóquio-Letras*, n.º 78 (Março de 1984) – “Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984): poesia”, pp. 17-29.

³ Poetas mais velhos, que nasceram na década de 20 (apenas para citar alguns – Ana Hatherly, António Ramos Rosa, Fernando Guimarães), reapareceram nesta década – há um extenso e exaustivo artigo sobre este assunto escrito por Ernesto Rodrigues (ainda que dedicado apenas ao que se publicou entre 1996 e 2006) – *in* <<http://www.msmedia.com/conexao/3/cap4.pdf>> – acedido em Julho de 2010. Também poetas mais recentes e/ou até então menos canónicos viram as suas obras ser reunidas – desde Nuno Júdice em 2000, terminando

Dez anos são, objectivamente falando, uma década. Se século houve em que ficou provado que o pensamento sobre a evolução da História se faz não por séculos, mas por decénios, delimitados por acontecimentos, foi certamente o que passou. Assim, e se uma Guerra Mundial é comumente vista como o começo do século passado, outro *choque* cultural esteve na base do começo do século que agora se inicia (11 Setembro). E, mais do que nunca, podemos falar dos anos 20, dos anos 60 ou até mesmo dos anos 80 como entidades autónomas, imaginando uma consciência especial para cada um desses períodos. Isto tem um reflexo natural no caso que nos ocupa, a crítica literária. Lembro dois bons exemplos de uma aproximação periodológica similar ao fenómeno da crítica literária em “Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984)”, extenso artigo de Eduardo Prado Coelho publicado numa *Colóquio-Letras* de Maio de 1984¹, ou num livro, de Manuel Frias Martins, sobre o mesmo período, mas referente apenas à poesia, intitulado *10 anos de poesia em Portugal: 1974-1984 – Leitura de uma década* (Caminho, 1986)². Tanto para um como para outro caso, a selecção feita é de uma década e importa, naturalmente, pelas condicionantes contextuais entre uma e outra balizas, funcionando, no fundo, como um panorama extenso do país literário numa nova fase da sua existência.

Uma década, assim vista, significa mais do que dez anos, e essa é também a primeira lição (confirmação?) do novo século. Em primeiro lugar, porque nos últimos dez anos os espaços de crítica se multiplicaram e esta cada vez mais se escreve no espaço virtual. Se o “delta” é a figura para definir a poesia portuguesa como está (Manuel Gusmão *dixit*), o estuário é certamente, e por analogia, a melhor imagem para esse universo paralelo da crítica. Assim como nesta praia de tendências diversas em que o curso do rio se subdividiu, também o curso do rio da crítica, correndo palimpsesticamente ao seu lado, veio a desaguar neste momento numa grande bacia hidrográfica, para onde as águas precedentes e a água do mar concorrem. E agora o espaço da crítica, prolongando assim a metáfora, muito mais se alargou, e repentinamente. Esta é, quanto a mim, a primeira originalidade da década que agora findou. A ela voltarei mais tarde.

Para já, critérios e delimitações de percurso. Como já se depreende da introdução, terei sobretudo em mente os universos da crítica de poesia, mais do que da prosa (ainda que no que toca às publicações periódicas e blogues especializados esta diferença seja invisível e pouco pertinente, já que muitas dessas publicações oferecem críticas de ambas as coisas). Em que moldes e lugares foi feita, quais os seus agentes e suas motivações – de que forma entramos de cabeça nos próximos dez anos, a segunda década do século. Começo por lembrar que a omissão vai ser lugar-comum deste artigo que, hipertextual por necessidade e propósito, tentaremos ao máximo que ande por caminhos imparciais. Não seremos igualmente demasiado exaustivos, por quebra de ritmo de leitura, deixando para notas de rodapé informações que poderão ser desenvolvidas pelo leitor mais curioso.

Esta foi uma década de balanços individuais e colectivos³. Tendo em conta este factor, gostaria de começar por balizar a minha análise desta década com duas antologias de poesia, de cariz e âmbito diferentes, e publicadas no seu início e fim – falo da monumental *Século de Ouro – Antologia Crítica da Poesia Portuguesa do Século XX* (2002) e da quilométrica

antologia de poesia portuguesa denominada *Poemas Portugueses – Antologia da Poesia Portuguesa do Séc. XIII ao Séc. XXI* (2009)⁴.

Tanto uma como outra antologias são importantes do ponto de vista da crítica. No que toca à primeira, editada por Osvaldo Silvestre e Pedro Serra, exprime aquilo que foi amplamente considerado ser a escolha canónica de uma geração, a que resistiram todas as polémicas que esta edição gerou (os consagrados Miguel Torga ou Manuel Alegre foram dos excluídos). Por ser uma “antologia crítica”, é de salientar o conjunto de ensaios que acompanham cada poema (de notar o estatístico método de selecção dos 47 poetas representados, transmitindo uma ideia de rigor e de ausência de programa), bem como, mais importante para nós neste artigo, a geração de críticos que os escreve (e sua diversa proveniência e formação) que, *malgré* Eduardo Lourenço ou Robert Bréchon, representam a actual geração que escreve sobre poesia portuguesa (nas tais publicações periódicas, provida ou não dessa esfera universitária, estrangeiros e portugueses)⁵.

Já a segunda antologia, bem mais extensa por ter como princípio o de cobrir toda a literatura portuguesa, apresenta, em vez de ensaios de *close-reading* acompanhando um dado poema (caso seguisse este critério, quantos volumes seriam precisos para os 267 autores e dois mil textos?), verbetes de informação sumária sobre um dado poeta, distribuídos por cerca de trinta ensaístas, que assim antecedem uma selecta de poemas da responsabilidade dos coordenadores da antologia⁶. Entre outras funções indirectas, cumpre, nos seus interstícios, as vezes de uma história da poesia portuguesa, estando nesse exacto lugar entre a lembrança e a canonização de autores. Menos revelador de um cânone actual, e mais ao gosto dos seus coordenadores (a antologia, segundo Graça Moura, na sua introdução, “baseia-se num grande conhecimento da literatura portuguesa e em opções de gosto seguras”), este *who’s who* confirma os ensaístas que *Século de Ouro* revelou no início da década, mostrando propósitos mais pedagógicos do que de serviço à academia. E, mais do que nesse primeiro caso, a abrangência, na minha opinião, justifica as omissões⁷. Discordo, no entanto, da afirmação dos autores de que esta é “a primeira vez que todo o arco temporal do século XX é objecto de um projecto antropológico não exclusivo, isto é, nem temático, nem tendencioso”. Lembro os imparciais critérios de Osvaldo Silvestre e de Pedro Serra nessa outra antologia.

Para começar a falar mais detidamente em poetas-críticos revelados nesta década (ainda que não haja uma linha analógica que una os dois lados, o século XX revelou em diversas gerações bons poetas que foram bons críticos, como são os casos de Gastão Cruz ou de Nuno Júdice), é necessário falar da antologia de *Poetas Sem Qualidades* que Manuel de Freitas (1972), que a demais crítica subsequente e fraterna (Pedro Mexia e José Mário Silva serão os nomes que logo ocorrem⁸) tornaram panfletária de toda uma geração – e que poderíamos designar de “geração de 72” visto os três terem nascido neste ano. Na introdução a este volume diz-se que “A um tempo sem qualidades, como aquele em que vivemos, seria no mínimo legítimo exigir poetas sem qualidades”⁹, o que rima, aprimorando a lição de Joaquim Manuel Magalhães, com o seu “retorno ao real”¹⁰.

Manuel de Freitas é um prolífico autor¹¹ que vai publicando as suas críticas no suplemento cultural do *Expresso*, onde outros críticos perfilhados nesta *ausência de qualidades* e mais institucionalizados têm vindo a escrever (António Guerreiro será o melhor exemplo e, numa outra esfera, Eduardo Pitta). Simultaneamente, é um dos responsáveis da Averno, uma editora surgida nesta década que é igualmente responsável pela edição de *Telhados de Vidro*, pequena revista com um design próprio que já vai no seu número 13, e que tem sido pioneira na divulgação de poetas menos conhecidos (quem já tinha ouvido falar, por exemplo, da americana Louise Glück?). Freitas é assim, dos novos (sendo Gonçalo M. Tavares o equivalente na prosa), o poeta que mais imediatamente se reconhece nesta década porque tem sabido fazer por se reconhecer – sobretudo cultivando esse seu lado de crítico, escolhendo o que traduzir, legitimando e dando coesão a uma geração actual (e filiação anterior) com o seu trabalho de editor. Lançada em 2010, a antologia da sua poesia *A Última Porta*, seleccionada por José Miguel Silva, foi o culminar, nesta década, desse percurso¹².

De modo pouco diferente parece funcionar a crítica que sai das mãos de Pedro Mexia (1972-)¹³, que há vários anos escreve nos diários portugueses mais conhecidos (até 2007 no suplemento “DNa” do *Diário de Notícias*, depois disso no “Ípsilon” do *Público*, que nesse ano substituiu o “Mil Folhas”) e que ainda passou um curto período experimental como subdirector da Cinemateca Portuguesa (2008-2010). Se por um lado se pode filiar a essência da sua poesia nessa geração *sem qualidades* (ainda que cultivando uma relação diferente

no antológico ano de 2009 com Gastão Cruz, Maria Teresa Horta ou o próprio Fernando Guimarães.

⁴ Por decisão pessoal não balizo a década com a importante antologia *Rosa do Mundo – 2001 Poemas para o Mundo*, de 2001, ano bem mais produtivo num tipo de análise como a nossa. O princípio antológico desta colectânea é bem mais universalizante e transnacional, pelo que, sendo nossa decisão restringir o nosso artigo à literatura portuguesa, não a iremos tratar aqui (ainda que se possam tirar ilações de cânone desta antologia). Na esteira desta ideia mais universalizante, importa igualmente aqui mencionar a publicação, em 2003, dos três volumes da *Colóquio-Letras* (n.ºs 163-164-165) que concentram as monumentais traduções de poesia europeia de David Mourão-Ferreira, *Vozes da Poesia Europeia*.

⁵ Apenas reportando-nos à esfera portuguesa, e a autores nascidos por volta de 1960, há que ter em conta, entre outros, Gustavo Rubim (1962), Fernando Pinto do Amaral (1960), Abel Barros Baptista, Ana Luísa Amaral (1956), Rosa Maria Martelo (1957), Osvaldo Silvestre (1962), Carlos Mendes de Sousa (1963), Luís Quintais (1968), entre outros.

⁶ Os poetas, tradutores e críticos Jorge Reis-Sá (1977) e Rui Lage (1975). Cronista da *LER* e do blogue “PnetLiteratura”, Reis-Sá foi talvez das figuras editoriais mais importantes da década. Aventurou-se na direcção de um original projecto editorial já extinto – Quasi (1999-2009) – que revelou tantos autores novos na poesia, bem como se empenhou na legitimação dos autores revelados nos anos 90, coordenando uma antologia publicada na Quasi em 2004 (no mesmo ano, valter hugo mãe, outra revelação da década, coordenou uma antologia sobre os anos 80). Já Rui Lage tem sobretudo desenvolvido crítica em publicações mais pequenas (por exemplo, os “Cadernos de Serrúbia”, integrando igualmente a direcção da Fundação Eugénio de Andrade), tendo dinamizado, entre 2006-2009, o blogue “Vala Comum”.

⁷ Curiosamente ou não tanto, algumas omissões são forçadas, como é o caso de João Miguel Fernandes Jorge e de Joaquim Manuel Magalhães, que não deram autorização para que se publicassem os seus poemas. Ainda assim, Lage e Reis-Sá decidiram manter-se fiéis aos seus princípios propedéuticos e de continuidade histórica, mantiveram a referência aos poetas e aos seus poemas no índice da obra.

⁸ Outros críticos de poesia a ter em conta, sem querer ser exaustivo, mas apenas vendo a panorâmica das publicações dos últimos anos, serão Luís Miguel Queirós (1962), Ana Marques Gastão (1962) ou José Ricardo Nunes (1964), que parece ter privilegiado a vertente de poeta, em detrimento da de crítico, à medida que a década foi passando. Rita Taborda Duarte (1973) é um nome igualmente a ter em conta, tendo escrito muito sobre poesia no então suplemento “Mil Folhas” do *Público*.

⁹ Manuel de Freitas, *Poetas sem Qualidades*. Lisboa: Averno, 2002, p. 9.

¹⁰ Não penso ser importante neste artigo o debate sobre este tópico da poesia contemporânea, pelo que o remeto para a desmistificação e tratamento que Rosa Maria Martelo faz dele em “Tensões e deslocamentos na poesia portuguesa depois de 1961”, in *Vidro do Mesmo Vidro – Tensões e Deslocamento na Poesia Portuguesa depois de 1961*. Porto: Campo das Letras, 2007, pp. 9-53.

¹¹ Publicou cerca de 20 livros nos últimos dez anos, fazendo lembrar outro fenómeno literário da década, Gonçalo M. Tavares, que é unanimemente reconhecido como a grande revelação na prosa portuguesa deste período. Voltando a Freitas, e para ilustrar tal fecundidade, veja-se a irónica crítica que Pedro Mexia faz de um dos seus livros, da qual transcrevemos a sua parte inicial – “*O Coração de Sábado à Noite* é um dos três livros de poemas que Manuel de Freitas publicou em 2004. Essa produtividade causa um sentimento de reincidência ou repetição. Freitas traça na sua poesia um detalhado roteiro obsessivo, com variações mínimas. A evocação predominante, bem sabemos, diz respeito a noites, copos e charros. Das duas uma ou consideramos isso a afirmação de um universo pessoal, ou criticamos a redundância e a previsibilidade”. É um artigo que também se torna pertinente pelo sintomático título “Poetas sem qualidades e poemas sem qualidades”, onde poetas dessa geração, como Rui Pires Cabral e Jorge Gomes Miranda, são referidos (in *DN*, 17 de Dezembro de 2004, cf. < http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=593058 > – acedido em Julho de 2010).

¹² Poeta este que já publicou um livro com este autor (pertence ao núcleo da Averno). Veja-se o que ele diz da poesia de Freitas na introdução a esta antologia, simultaneamente um manifesto geracional – “Não é uma poesia, esta, que se alimente de literatura, uma poesia nascida da

com a realidade, de uma maior coloquialidade), a sua capacidade crítica foi elogiada, logo no início da década, por Eduardo Prado Coelho¹⁴. Mexia já teve muitos blogues dos quais nasceram três livros de crónicas¹⁵ e cultiva um estilo mais próximo ao coloquial, mais de adesão (como José Mário Silva) do que Manuel de Freitas (*vide* nota 8), patente desde logo dessa rejeição do papel de intelectual que vimos atrás.

Tal como Mexia, José Mário Silva começou por fazer crítica nos anos 90 no “DNa” (onde foi editor adjunto durante 14 anos) e assina uma coluna mensal na revista *Ler*. Actualmente coordena a secção de livros do suplemento cultural do *Expresso*, *Actual*. Para além disso, Silva criou, em 2007, o blogue “O Bibliotecário de Babel”, onde fala, para usar as palavras do autor, “[...] sobre livros. O que está dentro dos livros, à volta dos livros, antes e depois dos livros”. Aqui também descarrega parcial ou integralmente as suas crónicas e críticas mais recentes da *LER* e da *Actual*. Do mesmo autor, mais generalista e já extinto, foi “A Invenção de Morel” (2005-2008).

Pouco mais novo que todos eles, mas ocupando um importante lugar de destaque, é António Carlos Cortez (1975), poeta de cinco livros e crítico de poesia, sobretudo na *Relâmpago* e no *JL* (a par, nesta última, de Fernando Guimarães, que escreve quinzenalmente outra coluna de poesia). De modo diferente dos três supracitados, Cortez tem sabido seguir na sua poesia uma linha de tendências líricas e clássicas e, portanto, diferente do registo homogéneo dos últimos anos onde os outros críticos se inscrevem (isto é, um paradigma mais descritivo e narrativo, como se vê nos novíssimos *Criatura*). De modo diferente também, curiosamente não criou nem mantém nenhum blogue de crítica literária. Por outro lado, é de salientar a sua actividade paralela de professor, justificando em parte o seu estilo académico de aproximação ao texto literário como exercício pedagógico de educação do gosto, lembrando o de um David Mourão-Ferreira¹⁶.

Importa também salientar a perda da voz atenta e crítica, sentida por todos os quadrantes da vida cultural portuguesa, de alguém como Eduardo Prado Coelho, cujo último livro – *Nacional e Transmissível* (2006) – é fim de um percurso devotado à literatura e à cultura enquanto texto, a la Roland Barthes (Eduardo Pitta viu e bem neste livro uma genealogia longínqua para com *Mythologies* do autor francês, de 1957). Mas o desaparecimento precoce de tal voz pode ser deposto, *mutatis mutandis*, junto a uma substituição de gerações que neste começo de século muito se verificou, não só, mas também, tendo em conta que muita da crítica se processou centrifugamente a partir das faculdades¹⁷.

Passemos assim mais detidamente à publicação periódica da crítica. Há essencialmente dois caminhos a apontar aqui – por um lado o da novidade e pulverização dos já referidos blogues, e por outro, o da afirmação/substituição/confirmação de suplementos literários e periódicos de especialidade (*Relâmpago*, *LER*, *Colóquio-Letras*, *Telhados de Vidro*, *Os Meus Livros* e *JL*) onde ela é feita. Vamos ao primeiro ponto, já que do segundo iremos falando aqui e ali. Pragmaticamente acessíveis, os blogues são verdadeiros repositórios de crítica e de memória. A mudança que operaram no espaço da crítica é incontornável¹⁸. Se no começo da década foi pioneiro o papel de um *Ciberkiosk* de artigos e opiniões, entretanto extinto (coordenado a partir da Universidade de Coimbra), nota-se, à medida que a década foi passando, uma disseminação individualista da adesão bloguística. Cada crítico que mantém um blogue tem, na sua própria lista de recomendações exteriores, os blogues que considera mais importantes, e que no fundo vão denotar as suas preferências, bem como, deliberadamente ou não, as suas “afinidades electivas”. Se cada vez mais é verdade que escrever é muitas vezes mostrar que se escreve, os blogues provaram ser importantes neste programa de legitimação. O mesmo do lado de lá com os leitores (que no fundo, como humildemente nos lembra a blogosfera, somos todos nós) e com o mercado do livro, que se compraz com que, bem ou mal, se fale numa determinada obra. Gostaria assim de salientar certos blogues que, já com relativa longevidade, se foram assumindo como vozes críticas importantes, registo fiel (por vezes mais no sentido de “actualizado”) de tudo o que se foi publicando. Em primeiro lugar, “Da Literatura” (desde 2005), talvez dos mais organizados e esteticamente limpos, tendo sido originalmente escrito a duas mãos por Eduardo Pitta¹⁹ e por João Paulo Sousa (a partir de Dezembro de 2009 apenas por Pitta), revela no seu nome o seu propósito (ainda que tantas vezes os *posts* sejam de carácter político – mas não será(ão) a(s) história(s) política(s) o melhor *das literaturas*?). Para além da sua actualização constante, este blogue merece o destaque pela minúcia da informação, fazendo de Pitta uma voz sempre presente e contestatária. “Ciberescritas”, dinamizado desde 2008 pela jornalista do *Público* Isabel Coutinho, é um blogue directamente relacionado com o referido jornal, tendo origem na coluna semanal que a autora assina desde

1996 “sobre o futuro dos livros, a presença de escritores na internet e a relação entre as novas tecnologias e a literatura”. Já “Cadeirão Voltaire” é um blogue sobre livros e leituras que, como refere a autora, apresenta “algumas fugas ao tema”. É dinamizado por Sara Figueiredo Costa, que escreve também na *LER* e na *Actual*, bem como na *Time Out* (finalmente em português nesta década, mas com uma secção mínima sobre livros), apresentando, tal como José Mário Silva, alguns textos seus destas publicações. Já “Os livros ardem mal”, activo desde 2008, é onde escrevem nomes como Manuel Portela, Osvaldo Silvestre ou Luís Quintais. De duas formas diferentes, note-se, se relacionam com a *coisa* literária – enquanto professores e poetas, dando continuidade ao bem-sucedido modelo mais do que atestado desde Baudelaire. Por último, há que falar de “O Funcionário Cansado”, sobretudo porque é dinamizado desde 2007 por um bloguista anónimo (“jt”), um blogue muito referido nas colunas de outros “cibernéticos”, e que se desenvolve, sob o signo do poema ramos-rosiano, à volta de ideias recorrentes como os universos surrealistas, a editora “&etc” e um pouco de Manuel de Freitas.

Vamos agora às publicações e suplementos literários. A crítica no suporte tradicional de papel apresentou uma especificidade e caminho muito próprios. Se, como vimos, muitos suplementos se extinguíram, fundiram ou ganharam novo aspecto e nome, também aqui a implementação de um lado mais virtual foi um marco importante e de viragem, coincidindo muitas vezes com a própria inauguração de uma nova fase dessa mesma publicação em suporte normal. Se o blogue da *LER* é importante para todo o tipo de leitor por ser, como se autodenomina, um “blogue de informação literária e editorial”, é de notar que esta se processou ao mesmo tempo em que a revista foi relançada (2008) e passou a mensal, coordenada por Francisco José Viegas. Já a criação do espaço virtual, em 2006, da revista *Colóquio-Letras* veio na esteira de um relançamento da revista, quadrimestral e sob a direcção de Nuno Júdice, no fim de 2008. De notar a importância desta última para a crítica literária, uma vez que o *website* tem um motor de pesquisa que permite pesquisar e visualizar todos os artigos desde o n.º 1 (à excepção, como é natural, dos volumes mais recentes).

Uma das questões que se coloca, assim, neste contexto multicultural e de rapidez de comunicação, é o da própria definição de crítica – e vale a pena perguntar por onde passa, o que é e quem participa dela. Se as tertúlias de café desapareceram enquanto agente cultural nos últimos anos, estas tendem a ser substituídas quer por trocas bloguísticas, quer pela frequência de outros espaços culturais, como é o caso das livrarias mais pequenas e especializadas. Aqui gostaria de salientar as lisboetas *Trama* e *Poesia Incompleta*, esta última acumulando a prerrogativa de ser a única livraria de poesia de Lisboa²⁰. Por outro lado, urge falar aqui nos prémios, que, quando publicitados, continuam cada vez mais a ser um indicativo premente para os leitores e para os outros agentes, interagindo de forma muito activa com os cânones estabelecidos. Foram assim criados, ao longo da década, uma série de novos prémios literários, muitas vezes produto de uma certa autonomia das autarquias, e que normalmente funcionam como elemento de visibilidade do próprio local²¹. No entanto, mais importantes parecem ter continuado a ser os prémios do PEN Club (nas três vertentes de ensaio, ficção e poesia) e da APE/IPLB, cujas listas servem tantas vezes para legitimar ou confirmar um determinado poeta/escritor.

Foi igualmente neste contexto multicultural de expansão que a crítica se foi abrindo à lusofonia²², num quadro de expansão sob a égide de um (des)acordo ortográfico finalmente promulgado, de que são um óptimo exemplo os últimos volumes de *Inimigo Rumor* (criada no Rio de Janeiro em 1997, foram publicados, por decisão da equipa editorial, cinco números em ambos os lados do Atlântico e autodenominando-se *Revista Luso-Brasileira*²³) e da revista *Metamorfoses* (1999). No que toca a esta última, sendo produto finissecular do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e concretiza um projecto da Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros (daí o nome da revista). Geralmente consagrada a um tema (tal como a *Relâmpago*), tem uma assiduidade variável, e está estratificada em três partes – ensaio, texto literário e recensão crítica, como é normal neste tipo de publicação. Neste contexto de aposta na lusofonia, é de salientar o forte apoio que uma publicação de especialidade e de referência, como é o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (vulgo *JL*), encabeçada por José Carlos Vasconcelos, veio a manifestar ao longo da década, através de numerosas referências, manchetes e artigos referentes ao Acordo Ortográfico, e a sua pronta aplicação após promulgação (sem falar nos trechos do jornal que são dedicados exclusivamente à literatura lusófona, em que foram pioneiros)²⁴.

circunstância de outros homens terem escrito; não é uma poesia apontada ao favor dos altos funcionários culturais ou concebida para fornecer grão à debulhadora universitária; não é uma poesia que adule o remansado mé-mé do rebanho letrado, que procure o aplauso dos amantes de enghocacas literárias. É uma poesia incómoda, desagradável, feita de tudo o que a nossa tão humana cobardia tem por hábito recusar; uma poesia em que um homem se revela, com impúdica audácia, a outros homens, ‘muy tarde ya en la noche’, como diria Biedma; uma poesia criada a partir de escórias sem prestígio, de resíduos turvos, pobres e sem graça, de esmagamentos que não nos servem e que por isso tendemos a sufocar. Mas a melhor literatura é assim: não serve senão para nos devastar, como a vida. Que Manuel de Freitas nos faça descer à terra, ou mais abaixo ainda, em cada linha que escreve, só pode ser motivo de gratidão. Espero que este meu excesso de palavras tenha pelo menos conseguido transmitir esse sentimento”.

¹³ Numa entrevista ao *Expresso* (30 de Novembro de 2009), refere-se a dois nomes do ensaísmo português de forma elogiativa, o que pode ser lido como uma genealogia indirecta: “**O que é hoje um intelectual?** Foi desde sempre alguém capaz de fazer duas coisas importantes: uma grande síntese do pensamento do momento - o Eduardo Prado Coelho era um intelectual deste tipo, um especialista instantâneo, e digo isto sem nenhuma intenção pejorativa - ou então pessoas que têm um pensamento próprio e novo e que contribuem para a área de conhecimento a que se dedicam. É o caso do Eduardo Lourenço”. <<http://aeiou.expresso.pt/pedro-mexia-sou-conservador-ima-nontropopoi-f550498>> (acedido em Julho de 2010).

¹⁴ “Mexia instituiu um hábito, um conjunto de expectativas, uma autoridade, um tipo de escrita e de atenção, uma orientação literária, um gosto, que merecem ser reconhecidos e debatidos” (Eduardo Prado Coelho, “Eu não me lembro disto assim”, in *Público/Mil Folhas*, 16 de Dezembro de 2000, *Apud* José Ricardo Nunes, *9 Poetas para o Século XXI*. Coimbra: Angelus Novus, 2002, p. 95).

¹⁵ Foram eles: *A Coluna Infame* (com João Pereira Coutinho e Pedro Lomba), 2002-2003; *Dicionário do Diabo*, 2003-2004; *Fora do Mundo* (com Francisco José Viegas e Pedro Lomba), 2004-2005; *Estado Civil*, 2005-2009; e *Lei Seca*, desde 2009. Esta tendência para publicar o

que se escreve na blogosfera foi-se revelando mais para o fim da década e à medida que os blogues foram proliferando (desde os mais polemizantes cadernos de Saramago, passando por Miguel Esteves Cardoso).

¹⁶ Aqui poderia ser feita uma ponte com a crítica que Manuel de Freitas normalmente faz, mais académica e referencial do que a crítica quase coloquial de Mexia, como pudemos desde já ver. Em parte terá a ver com a formação – de todos os citados, apenas ele e Cortez se especializaram em Estudos Literários, tendo ambos os autores publicado ensaios mais amplos sobre poetas (Al Berto para o primeiro caso e David Mourão-Ferreira – na *Relâmpago*, n.º 24 – e ainda António Osório e Herberto Hélder para o segundo, denotando estas “afinidades” genealógicas os terrenos poéticos onde ambos se situam).

¹⁷ Dela se ocupou exaustivamente Miguel Real, em artigo no *JL* n.º 1024 (de 30 de Dezembro a 12 de Janeiro de 2010), p. 12. No campo da prosa, por seu turno, Miguel Real foi-se assumindo como um desses novos nomes importantes, assíduo e rigoroso na sua crítica.

¹⁸ Tal é a crescente importância da crítica na blogosfera que a *LER*, em parceria com a *Booktailors* e a *DGLB*, tem instituído, nos Prémios de Edição (desde 2007, sobretudo dizendo respeito ao design das edições), uma categoria para “Prémio Especial de Blogosfera de Edição” e outra, criada em 2010, para “Melhor Campanha Digital de Promoção”.

¹⁹ Eduardo Pitta que também publicou, já em 2010, um importante volume de artigos de crítica de poesia, maioritariamente já editada, mas que faz, segundo o autor, um “tour de force” da poesia portuguesa das últimas décadas. A este volume chamou *Aula de Poesia*, que rima com a terceira edição, revista e aumentada, de crítica de poesia seleccionada de Gastão Cruz ao longo de quatro décadas (*A Vida da Poesia*, Assírio e Alvim, 2008), naquilo que começou por se intitular, em 1973, *Poesia Portuguesa Hoje*.

²⁰ Para além disso, tanto uma como outras livrarias começaram a editar livros, de que são exemplos *Quando Escreve Descalça-se*, de Miguel-Manso (2008), e de Miguel Martins, *O Taberneiro* (2010), respectivamente. Outras livrarias haveria a nomear, e reportando-me apenas a Lisboa, falo da *Letra Livre*, da *Pó dos Livros* e da *Ler Devagar*, esta última (como mais recentemente a *Trama*) que mudou duas vezes de sítio no decorrer da década. Esta apetência pela criação

de livrarias pequenas é contrária à corrente da intensa globalização a que se assistiu nesta década, e cujo paradigma foi, sem dúvida, a FNAC, que entretanto criou um prémio literário para novos criadores e não só.

²¹ O que normalmente acontece é a criação de um prémio com o nome de um poeta/escritor que nasceu no próprio local. São disso exemplos mais conceituados o Prémio Nacional de Poesia António Ramos Rosa, com o apoio da Câmara Municipal de Faro, retomado em 2007 depois de seis anos parado, ou o Prémio Nacional Poeta Ruy Belo, da Câmara Municipal de Rio Maior, criado em 2008; outro prémio relacionado com lugares e festivais de literatura a ter em conta é o Prémio Literário Casino da Póvoa, que desde 2004 é dado a uma obra de poesia (nos anos ímpares) ou prosa (nos anos pares) a propósito do festival de celebração da literatura ibérica e lusófona que é “Correntes d’Escritas”, realizado na Póvoa do Varzim desde 2000 e replicando assim outros eventos similares um pouco por todo o planeta.

²² Esta tendência (no fundo, nunca ausente, mas em certos momentos menos premente) foi igualmente acompanhada pela proliferação, no mercado português, de um interesse pela poesia brasileira, quer em forma de antologia e reedição (*Antologia de Poesia Brasileira do século XX: Dos Modernistas à Actualidade*, organizada por Jorge Henriques Bastos em 2002), quer em livro autónomo (falando dos mais recentes e menos conhecidos, gostaria de salientar Eucanaã Ferraz). Também de referir a Revista *Relâmpago*, cujo n.º 7 foi dedicado à “Poesia Brasileira Actual” (2002).

²³ A direcção da revista, desde o referido número, passou a ser composta, para além dos brasileiros Carlito Azevedo, Augusto Massi e Marcos Siscar, pelos portugueses Américo Lindeza Diogo, André Jorge e Osvaldo Manuel Silvestre.

²⁴ Igualmente de notar, na esteira do que se disse dos prémios literários, a criação do Prémio José Saramago, iniciado em 1999 e consagrado na passada década, oferecido a qualquer escritor de prosa do espaço lusófono. Por outro lado, a criação da *Leya* é igualmente uma importante referência nesta estratégia, uma vez que a sua criação, em Janeiro de 2008, pressupôs a junção, sob uma grande empresa *holding*, de várias editoras portuguesas e de duas das mais bem-sucedidas editoras africanas.

Termino, em jeito de homenagem, voltando a Prado Colho: “Todos os artigos em jeito de balanço têm um risco óbvio: o de nos esquecermos de coisas essenciais” diz-nos, em acto de contrição e como marca de rigor, numa adenda publicada num volume da *Colóquio-Letras* imediatamente a seguir ao do volume onde publicou o artigo que dedicou a “Dez anos de Ensaísmo em Portugal, 1974-1984”. Guardo assim para o fim aquilo que gostaria de *não esquecer de lembrar* sobre a crítica deste início de século: a confirmação de um outro universo paralelo de “escrítica”, vulgo blogosfera, com todas as implicações e consequências sócio-culturais que daí advêm; a aguda consciência de um findar de século e de época, de que tantos balanços pessoais e de conjunto são paradigma; a afirmação de certos autores e críticos, muitas vezes por substituição de outros, que, numa atitude de índole pessoana, cultivam uma actividade paralela de crítica e até de edição de livros/revistas, que acabam por ser reflexos naturais do seu estilo e gosto pessoais. Por fim, aquilo que se pode centrar na intensa *comercialização* da imagem do próprio escritor ou da importância da sua própria visibilidade como estratégia comercial, num contexto de maior pressão editorial e de concentração de livreiros (e.g. criação da *Leya* em 2008), da criação pulverizante de prémios literários legitimadores e de uma aproximação ao paradigma de uma “cultura lusófona”.

Posto nestes termos, nunca foi tão actual como neste início de século a ideia de que corporizar a voz de um dos agentes culturais (quem escreve, faz crítica, traduz, edita ou vende livros) é assumir uma posição, na medida em que essa consubstanciação sempre implica selecção e reflexão. Mesmo para quem adopta uma postura mais factual e imparcial, como este texto tentou ser. ▽

Encruzilhada Lusófona

Aníbal Pinto de Castro, um cultor requintado da língua e da literatura, deixou-nos há meses. Conheci-o bem e contei com a sua amizade, com o seu saber e com a sua ironia. E tantas vezes falámos da dimensão imaginária do tempo, em diálogo com os clássicos que amava. Quando comecei a escrever esta crónica sobre lusofonia, soube da notícia e recordei-o pelo muito que nos legou, em especial sobre Vieira e Camilo – supremos artífices da língua como a realidade mais viva que a cultura tem. É em sua memória que alinho as reflexões que se seguem.

A lusofonia é heterogénea, é multifacetada, é inesperada. Reúne povos diferentes e sensibilidades múltiplas pelo mundo repartidas. O que a caracteriza? Antes do mais, a própria diversidade, a leveza, a abertura, a complementaridade, o diálogo. Estamos perante uma língua de várias culturas, e em face de uma língua que anima várias línguas. Não há uma lusofonia, mas lusofonias. E quando lemos Sérgio Buarque de Holanda, nas suas inesquecíveis *Raízes do Brasil*, encontramos na “cordialidade” um tema lusófono por excelência. Como diz António Cândido: “o homem cordial é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários”. A cordialidade não é formal, não é conformista, refere-se a “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. Georges Bernanos maravilhou-se com a invenção de um povo apostado numa vida decente, contra todas as dificuldades. A cordialidade lusófona é mais ampla e complexa do que a do Brasil, mas tem a mesma raiz. Como afirmou Mia Couto: “o português vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas”. Gilberto Freire estudou o luso-tropicalismo e universalizou-o. Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a intuição do autor de *Casa Grande e Senzala*, disse que o Brasil é culturalmente integrador e socialmente injusto, e Darcy Ribeiro reconheceu que Gilberto “de certa forma, fundou – ou, pelo menos, espelhou – o Brasil no plano cultural”. A lusofonia caracteriza-se pelas “sociedades sincréticas e harmónicas assentes na mestiçagem”. A convergência cultural supera as diferenças étnicas. E a ideia de comum pátria maior, que Vitorino Nemésio designava como “pan-lusismo”, alarga ainda mais essa convergência e essa síntese. E julgo que aqui o meu amigo Miguel Real compreenderá a minha preocupação de ler a cultura portuguesa à luz da não ruptura e da síntese. A lusofonia pressupõe uma dialéctica e uma convergência – a partir dos antagonismos da economia e da cultura –, a cultura europeia em diálogo com as culturas indígenas, a presença africana, a relação tensa do bandeirante e do senhor de engenho, o pano de fundo da presença do senhor e do escravo.

Nesta convergência, Cabo Verde é um caso especial (por isso me bati tanto pela classificação da Cidade Velha como Património da Humanidade), é uma placa giratória da lusofonia universal. Tal característica merece especial atenção. E a obra pioneira de Baltazar Lopes da Silva, cultor da língua portuguesa e porta-voz da especificidade cultural crioula, como factor de unidade e não de divisão, à frente da *Clareza* leva-nos a compreender

o fenómeno. O paradoxo (ser uma língua de várias culturas) é expressão da diversidade e dos antagonismos, apelando a uma espécie de “distância unitiva”, de que falava Emmanuel Mounier, em nome da dignidade das pessoas. E em Cabo Verde, temos de invocar a “morabeza” (lida pausadamente com destaque da tónica), sinónimo de afabilidade e gentileza ou de expansividade e trato fácil, associados a um sentido criador e culto (que o Padre Vieira bem notou na sua passagem pela Cidade Velha). E se referimos a cordialidade e a morabeza, não podemos deixar de recordar a “morrinha” galego-portuguesa, a nossa melancolia, que nos leva à saudade (de D. Duarte a Garrett, Rosalia de Castro, Pascoaes e Cesária Évora), a lembrança e o desejo, o mal de que se gosta e o bem de que se padece, sinal do paradoxo que corporizamos e da “maravilhosa imperfeição” de que fala Eduardo Lourenço. Mas António Tabucchi põe-nos de sobreaviso, ao recusar a lusofonia como uma invenção meta-histórica. Lusofonia é vida e diferença. De facto, num tempo de globalização, impõe-se dar-lhe um sinal não explicativo, não uniformizador, não paternalista, mas de diferença e de abertura. Daí que a literatura e a arte tenham um papel especial na afirmação e no desenvolvimento da lusofonia. Saídos do que podemos designar como a “década Saramago”, correspondente ao momento em que a língua portuguesa teve o primeiro Prémio Nobel da Literatura, é tempo de cuidar do património comum da lusofonia. É indispensável reforçar a dignidade e a projecção do Prémio Camões, que já distinguiu na sua vida as maiores referências da lusofonia literária. Mas a maior exigência é a do conhecimento mútuo, uma vez que, só assim, haverá compreensão. Recordemos de memória (esquecendo tantos): Pepetela e Ruy Duarte de Carvalho, Craveirinha e Mia Couto (mas também Rui Knopfli, Fernando Gil e Eugénio Lisboa), Vera Duarte e Germano de Almeida, António Baticá Ferreira, Alda do Espírito Santo e Albertino Bragança, Fernando Sylvan e Luís Cardoso... E na pátria irmã brasileira, a lista é interminável. António Cândido foi e é um incansável cicerone dessa geografia fantástica de um património imaterial que precisamos pôr em confronto na encruzilhada lusófona. Presisamos, no fundo, de nos conhecer melhor portugueses e lusófonos.

José Eduardo Agualusa acaba de publicar *Milagrário Pessoal* (D. Quixote, 2010), uma ilustração viva do diálogo da língua: “Assim como nós criamos as línguas, também as línguas nos criam a nós. Mesmo que não o façamos de forma deliberada, todos tendemos a seleccionar palavras que utilizamos com maior frequência e esse uso forma-nos ou deformamos, no corpo e no espírito”. E cita um conto ovimbundo, em que a linguagem ágil e harmoniosa dos pássaros é roubada. E o lema de toda a obra pode resumir-se numa máxima gloriosa e “revolucionária” – “a língua é a nossa mátria”. E uma das personagens, Fadário da Luz do Espírito Santo, um professor timorense, resistente da liberdade, fazia a sua luta a recitar sonetos de Camões – “Se quando vos perdi, minha esperança...”. E a palavra esperança (lida pausadamente) ganhava uma força especial (em vez da “esperança” estropiada que usamos, esquecendo a pronúncia de Camões, pausada e com as vogais abertas). Caetano Veloso vem à memória: “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões”. Que é a lusofonia senão esse diálogo universal centrado na cordialidade e na distância unitiva da dignidade pessoal? Amin Maalouf faz-se ouvir – “quanto mais identidades partilhamos mais singulares nos tornamos”. ▽

A Lusofonia desta década no meio de algumas contradições

É um facto que nesta primeira década do século XXI a Lusofonia se está a afirmar como uma realidade, ainda que em construção permanente, com avanços e recuos, como é próprio de um crescimento em idade jovem.

Há uma quantidade enorme de instituições e eventos que se adjetivam de “lusófonos”. Basta procurar na internet para se avaliar o número e diversidade das formas de diálogo na Lusofonia.

A título de exemplo: há um “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura Lusófona” (5 de Maio), criado pelos Ministros da Cultura da CPLP, em 2009. Há uma Universidade Lusófona, um Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras de Lisboa/ FCT, vários programas de Cursos de Literaturas Lusófonas nas Universidades e outras Escolas. Existem Associações também adjetivadas de lusófonas, como a União de Médicos, Escritores e Artistas Lusófonos – UMEAL – (1992), a Federação das Associações Lusófonas das Ciências da Educação – LUSOCOM –, a Associação de Cultura Lusófona – ACLUS – na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2000), os Jogos da Lusofonia (2004), a Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC – (2007), o Movimento Internacional Lusófono – MIL – (2009), a Academia de Letras e Artes Lusófonas (2009), etc. etc.

Para além disso, numerosas são as atividades efémeras que se declaram lusófonas nas áreas do comércio, da agricultura, da gastronomia, dos desportos, do espetáculo...

Nesta reflexão serão consideradas, sobretudo, algumas instituições maiores e factos significativos de base que garantem tanto a estabilidade como o caminho do progresso da causa lusófona.

Também outras instituições menores e múltiplos acontecimentos atestam este movimento e “ideal”, e delas são frequentes as notícias nos órgãos de comunicação social, pelo que não as mencionamos.

NOTA: Este texto foi escrito segundo o Novo Acordo Ortográfico.

1. INSTITUIÇÕES E FACTOS DA LUSOFONIA

1.1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

De importância capital, nesta década, e para a Lusofonia, é o Acordo Ortográfico e a sua entrada em vigor.

Entre as situações de polémica, ainda permanece em alguns o desagrado pela palavra “Lusofonia”. Resistência esta incompreensível, até por parte de pessoas cultas que sabem perfeitamente basear-se o sentido do termo na etimologia das suas duas componentes – luso, fonia –, que significam, respetivamente, lusitano ou português, e fonia, o mesmo que “fala”, palavra esta originária do verbo grego *foneo*, que significa falar. Ou seja, Lusofonia = fala lusa. Exatamente a “fala” comum que todos os países das antigas colónias adotaram nas Constituições como sua língua materna ou oficial.

Assim, nas negociações do Rio de Janeiro, os Países Lusófonos presentes, em pé de igual-

dade, decidiram, em 12 de Maio de 1986, aprovar e adotar as “Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986”.

No “Protocolo do Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, de 6 a 12 de Maio de 1986 (versão textual unificada)”, que acompanhou a assinatura do texto das Bases Analíticas, entre outros considerandos, se registou no ponto 4.1:

O longo interregno de vigência de duas ortografias não foi, porém, estéril, pois apontou o caminho da unificação. Passou-se a compreender que uma grande língua de cultura, como a portuguesa, falada por mais de 170 milhões de pessoas, não podia subsistir com apenas dois focos ortofônicos de pronúncia, devendo, ao contrário, aceitar a tese de que padrões cultos próprios existiam e existem em todo o âmbito geográfico dos sete países. Em decorrência, a ortografia que servisse a todos os seus padrões cultos deveria abandonar a representação de quantos traços tópicos ou localistas tivessem tido as duas ortografias oficiais.

Continuava o Protocolo considerando que: “Na prática, esse ideal de estabelecimento de uma ortografia supratópica, supranacional, suprarregional, postulava os seguintes critérios...” etc., e assim em função deles foi assinado o texto.

Já foram historiadas até à exaustão as diversas reações polémicas ao Acordo, como aliás tem acontecido com todos os Acordos Ortográficos, até que, reavaliado pelas Academias que o elaboraram, nele introduziram algumas propostas julgadas pertinentes.

Em Portugal, o texto do Acordo e seus considerandos foram publicados no *Diário da República* – I Série – A, n.º 193 de 3-8-1991, por “Decreto do Presidente da República” n.º 43/ 91 de 23 de Agosto de 1991, sendo Presidente da República o Dr. Mário Soares, o Primeiro-Ministro Fernando Nogueira, o Presidente da Assembleia da República o Prof. Vítor Pereira Crespo, que o aprovou para ratificação em 16 de Dezembro de 1990.

Desde então, e após vários ajustamentos de datas e assinaturas suficientes, está o Acordo a entrar progressivamente em vigor.

A importância do Acordo, que parece alguns opositores não quererem entender, está no facto de que ele deixou de ser um problema simplesmente filológico para se tornar predominantemente num instrumento de política da língua nos seus diversos espaços, lusófono e outros. Daí que o já indiscutível carácter convencional da escrita, existente nas diversas prosódias dentro de um mesmo país, mais forte e exigente se torna quando comum a oito países e regiões várias, de culturas e tradições diferentes.

Não é demais recordar que ortografia não é sinónimo de língua, que a Língua Portuguesa está enriquecida com diversas variantes nacionais e regionais, e que uma ortografia unificada a todos serve no ensino, na edição, na prática comum, etc.

Para tudo dizer, seria um verdadeiro absurdo e atentado à Lusofonia o uso de uma língua comum com duas, três, quatro... ortografias, tanto no uso nacional como internacional.

1.2. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e seus projetos

Órgão indispensável para o bom funcionamento e eficácia internacional da Lusofonia, criado em 1996, tem merecido mais críticas que louvores pela simples razão de que, sendo indispensável, dele se espera muito e se vê realizado pouco.

Observando as críticas que se têm feito, transparece, indiretamente, tanto em relação à CPLP como ao IILP, a irritação e decepção de quem espera, e tem o direito de esperar, que nas suas esferas de ação sejam imaginativos e eficazes.

E tanto desejam os lusófonos como os outros que o não são, e com a CPLP desejam relacionar-se pelas mais variadas razões, desde as estratégicas às políticas, económicas, etc.

Assim, a CPLP se tem tornado apetecível, a ponto de desejarem a ela estar ligados, com estatuto de membro, de observador ou de simples possibilidade de assistirem às reuniões, países como a Austrália, a Indonésia, a Ucrânia, a Suazilândia, a Guiné-Equatorial...

Até ao ano de 2009, foram já catorze as reuniões ordinárias dos ministros da CPLP e cinco as extraordinárias do Conselho de Ministros da CPLP, abordando os mais variados projetos que vão da internacionalização da língua e seu uso pelas grandes instituições internacionais a questões como a adoção do Acordo Ortográfico, ao apoio à consolidação da Democracia, por exemplo, na Guiné-Bissau, aos objetivos do milénio e à Aliança das Civilizações...

Textos esses longos e pormenorizados, sobretudo em aspetos político-diplomáticos.

Merecem especial menção os seguintes:

- “I Fórum de Ministros responsáveis pela Área da Administração Interna dos Países da CPLP” – Declaração de Lisboa, de Abril de 2008, em 22 considerações, saudações, e apoios.
- “Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Lisboa, Novembro de 2008, com 21 “decisões”, recomendações, propostas e respetivas alíneas.
- “V Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a Guiné-Bissau”, com uma Declaração sobre a situação e constrangimentos do quadro político-constitucional do país, e coordenação de esforços com a Cedeao, em Março de 2009.
- “Declaração da Reunião Ministerial de CPLP em Praia, 20 de Julho de 2009”, contendo uma “Declaração” e um “Comunicado Final” em 27 itens e suas alíneas, desdobrando-se o item número 9 em outras 12 alíneas sobre a importância da concertação político-diplomática para o reforço da actuação internacional da CPLP.
- “Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”, de Brasília, Março de 2010, que estabelece estratégias várias e linhas de ação para a internacionalização da língua portuguesa em 6 capítulos, num total de 70 itens e suas alíneas.
- “VII Reunião de Ministros da Cultura, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Sintra, Junho de 2010, com 8 considerandos e 10 decisões reafirmando, entre outras coisas, o Acordo Ortográfico como “um dos fundamentos da Comunidade”.

Fica-nos, porém, da leitura dessas Declarações e Resoluções, a impressão de que só se cuidou da planificação política e diplomática, e de que quase nada ficou resolvido quanto aos meios e agentes que deverão executar tal política linguística.

Por duas razões maiores:

A primeira delas é a de que se desconhece por completo nesses textos a existência da sociedade civil, desde os falantes da língua aos seus especialistas, suas instituições, desde as Academias às Universidades, Institutos, Escritores... com a agravante de se terem esquecido de que eles não são apenas executores, mas, também, em grande parte, decisores.

A segunda razão é a de que só está previsto um executante, e só para algumas tarefas específicas – o Instituto Internacional de Língua Portuguesa –, ao qual estão cometidas as mais vastas e variadas tarefas, desconhecendo-se nesses textos oficiais que, tal como o IILP está regulamentado, não terá qualquer possibilidade de funcionar com o mínimo de eficácia e competência, como adiante se mostrará.

Particularmente grave é o desconhecimento total, nesses textos, das Academias Portuguesa e Brasileira de Ciências e Letras, às quais compete, como aconteceu com a elaboração do Acordo Ortográfico, serem os instrumentos dos Governos para as questões da língua.

Assim dispõem os artigos 5.º e 6.º do Estatuto da Academia de Ciências de Lisboa, aprovados pelo Governo:

Artigo 5.º

A Academia é o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística.

Artigo 6.º

No que respeita à unidade e expansão da língua portuguesa, a Academia procura coordenar a sua ação com a Academia Brasileira de Letras e com as instituições culturais dos outros países de língua portuguesa e dos núcleos portugueses no estrangeiro.

§ único. A Academia compete propor ao Governo ou a quaisquer Instituições Científicas e Serviços Culturais as medidas que considerar convenientes para assegurar e promover a unidade e expansão do idioma português.

1.3. Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP

Criado em 1989 pelos chefes de Estado Lusófonos, ainda antes da criação da CPLP, ocor-

rida em 1986, sete anos depois, portanto, foi só em 2001 que teve estatutos aprovados.

Não foi, obviamente, benéfica esta demora de doze anos para existir, até porque eram grandes as esperanças postas na ação deste Instituto, cujos estatutos ainda esperariam modificações dentro de outras mudanças da CPLP, em 2005, e também em Julho de 2009, pois foram modificados na “Declaração Ministerial da CPLP na Praia”, que determinou, no seu comunicado final, na resolução 19.^a, alínea L, a “Reestruturação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)”. Ainda hoje continuamos à espera do seu funcionamento! É que, chegados a este ano de 2010, ainda o IILP não iniciou atividades, o que lhe tem acarretado grande descrédito, tanto quanto eram grandes as esperanças nele depositadas. Alguns o consideram um nado-morto.

Dele se espera que seja o grande instrumento executante da Geopolítica da língua. É preciso que a lógica geopolítica leve o IILP a autonomizar-se em relação à CPLP, embora, obviamente, dentro de um quadro genérico de princípios e objetivos traçados pela mesma CPLP. Esta autonomização do IILP é indispensável. Mas como poderá ela acontecer se o seu chamado “Conselho Científico”, apesar da sua louvável composição por membros de todos os países lusófonos, tem, por exemplo, um presidente não eleito pelos seus pares, dispondo de um mandato de apenas dois anos, em regime rotativo e por ordem alfabética, não estando sequer garantido que esses membros sejam entendidos em questões da língua? Será isto um Conselho Científico? Como poderá ele funcionar com eficiência e dignidade se, para além de algumas incumbências anteriores, tiver de executar, por imposição da recente Declaração de Brasília, nada menos de 9 grandes tarefas, algumas delas até Julho de 2011?

É urgente, por isso, que o Instituto comece a funcionar noutros moldes, pois inúmeras são as tarefas na área da política linguística portuguesa que se afiguram urgentes.

Não seria preferível que ele funcionasse como um instituto universitário ou um grande centro de investigação com projetos ambiciosos de médio e longo prazo? É que, sem prejuízo das negociações político-diplomáticas da internacionalização da língua nos grandes fóruns, são muitas e importantes as tarefas que o esperam em ordem ao uso e ao ensino da língua, como por exemplo: a elaboração dos acordos ortográficos, vocabulários, dicionários, etc., em ligação com as escolas, universidades e institutos de Linguística, o processamento de terminologias científicas e técnicas, uma nomenclatura gramatical que obtenha o consenso de todos para que não se repita aquela infeliz iniciativa de neo-colonialismo linguístico da TLEBS (2004), como se ainda vivêssemos no centro do império a dar ordens à periferia, em vez de uma terminologia gramatical única para toda a Lusofonia. Como aconteceu neste ano de 2010, em Espanha, em que o Rei apresentou a toda a Comunicação Social a gramática única da língua espanhola, elaborada por todas as Academias, a espanhola e as hispano-americanas!

1.4. “Nobel” da Língua Portuguesa – Saramago – e outros prémios

É indiscutível que a atribuição, em 1998, do prémio Nobel à Língua Portuguesa/Saramago constituiu um reconhecimento mundial da língua de Camões prestigiada pelo romancista. Aliás, quase todos os comentadores põem em evidência esta dupla faceta do prémio. Assim, por exemplo, Manuel V. Montalban, no *El País* (9 de Outubro de 1998) afirma que “a notícia não é só o prémio dado a Saramago, mas a um escritor da língua portuguesa, apesar de Eça de Queiroz, de Torga, ou de Jorge Amado”. E Lucianna Stegagnio Picchio, em *La República* (9 de Outubro de 1998):

“o português José Saramago venceu pessoalmente, e de pleno direito, o Nobel. Mas sarou também uma ferida que existia há quase um século: de facto, o prémio nunca tinha sido conferido a um autor deste bloco linguístico de mais de duzentos milhões de habitantes, fosse ele português, brasileiro ou africano. E, no entanto, o universo lusófono orgulha-se de grandes tradições literárias, tanto em Portugal como no Brasil, e conta com uma nova e impetuosa tradição de escritores africanos de expressão portuguesa. Esperámo-lo um dia para o velho rapsodo Jorge Amado e para poetas de elite como João Cabral de Melo Neto”.

Nesta, como em outras opiniões, como a nossa, embora com elogio sincero a Saramago, pesa uma “má-consciência” de o prémio não ter sido atribuído a Jorge Amado, que foi, sem

dúvida, quem mais difundiu no mundo a língua portuguesa e as culturas que nela se fazem. Mas os critérios do Nobel, a avaliar pelo comunicado da Academia Sueca, são outros, os de apreciar e premiar a obra de um escritor, assim restringindo a amplitude do galardão. Quanto ao resto, apenas diz que “Saramago é português e vive nas ilhas Canárias”.

Ainda a propósito de prémios, adentro da Lusofonia, o prémio luso-brasileiro Camões, instituído em 1989, continua a evidenciar escritores e obras de mérito.

Durante esta década, foi atribuído este prémio, que é o mais alto galardão lusófono na área da literatura, a três escritores portugueses, cinco brasileiros, um moçambicano, um angolano (Luandino Vieira, que recusou) e um cabo-verdiano.

1.5. As Academias em hora lusófona

Embora o pensamento sobre a Lusofonia não tenha sido elaborado pelas Academias das Ciências e Portuguesa de História, pois ele mergulha nas conhecidas raízes e inspiração de Vieira, Sílvio Romero, Pessoa, Agostinho da Silva e outras personalidades portuguesas, grande passo em frente foi dado por estas Academias a partir de 1998, ao decidirem convidar para seus sócios correspondentes personalidades africanas de países das nossas antigas colónias.

Assim se completou ao mais alto nível a “Pátria da Língua”, já também valorizada por múltiplas iniciativas de universidades, centros de investigação, institutos culturais, associações de professores, etc.

É que uma coisa são os intercâmbios e os interesses de vária ordem político-profissional e outra a criação e institucionalização de um projeto comum que tem por centro a promoção da língua portuguesa, ao mesmo tempo que integra línguas e valores próprios das outras nações e regiões que se identificam como lusófonas. Algo de novo, pois, surgiu no final da década de 90 quando a Academia de Ciências de Lisboa integrou como sócios correspondentes personalidades dos países africanos, a juntar aos sócios correspondentes brasileiros que há já largos anos a ela pertenciam.

E o mesmo aconteceu, também nessa data, com a Academia Portuguesa de História, que adotou igual procedimento.

Assim, à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, nestas décadas já pertencem, como sócios, membros de todos os países lusófonos: 16 brasileiros, 7 de países africanos (um por país) e 1 de Timor.

Do mesmo modo, na Academia Portuguesa de História, aos sócios portugueses, de número e correspondentes, se juntam dez brasileiros e outros tantos africanos.

Quanto à Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, tendo por primeiro presidente Machado de Assis, orgulha-se de ter tido entre os seus membros mais dedicados à nossa língua comum António Morais e Silva, tão celebrado pelo seu valioso *Dicionário* e por estudos diversos de Lexicologia e Lexicografia. Admite esta academia, para além dos seus quarenta membros, vinte membros estrangeiros (sócios correspondentes), sendo dez portugueses, e tendo-se já aberto aos africanos com a entrada do moçambicano Mia Couto.

Também recentemente se iniciou a prática de reuniões conjuntas das Academias brasileira e portuguesa, tendo-se realizado a última reunião em Setembro de 2010, debatendo a obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*.

Quanto aos países lusófonos africanos, já surgiu em 2009 a Academia das Ciências de Moçambique, esperando-se para breve a criação de outras dos restantes países.

1.6. Instituto Camões

Tem sido, desde há largos anos, o Instituto Camões (IAC, ICLP, ICALP), quer na órbita do Ministério da Educação, quer dos Negócios Estrangeiros, o grande executor da verdadeira geopolítica da língua, através da condução do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

E tem-no feito meritoriamente, em aperfeiçoamento contínuo, não só enviando para o estrangeiro professores e leitores e criando Cátedras, Centros de Língua, Centros Culturais, mas desdobrando-se em outras iniciativas complementares, pois que, para além dessa ação “presencial”, tem recorrido à utilização das novas tecnologias para o ensino à distância, pela disponibilização de uma biblioteca digital, ao mesmo tempo que intervém na concretização dos Acordos Culturais e concede bolsas a estudantes estrangeiros.

Para além disso, atribui também o prémio luso-brasileiro “Camões”, instituído em 1989,

tendo ele sido já atribuído a dez portugueses, nove brasileiros, dois angolanos, um moçambicano e um cabo-verdiano.

Embora com implicações menores numa geopolítica da língua, neste tempo em que tudo mudou para a dimensão multicultural, não deve o Instituto manter a ideia e a ação próprias de um “Centro” de carácter neocolonial. Há que considerar uma reconversão de certas iniciativas antes louváveis, mas que, agora, em tempo de coexistência “Centro/Periferia”, exigem uma concertação que leve a iniciativas conjuntas: no envio de professores e leitores, na edição conjunta de obras, não só sobre a língua portuguesa, mas também sobre as línguas e dialetos do que antes era periferia, etc.

1.7. Associação das Universidades da Língua Portuguesa – AULP

Fundada em 1986 na Cidade da Praia, Cabo Verde, tem como objectivo intensificar os contactos entre as Universidades e outras instituições lusófonas, pelo que admite várias categorias de membros.

Segundo os seus estatutos, deve “promover a apoiar as iniciativas que visem o desenvolvimento da língua portuguesa [...], promover projectos de investigação científica [...], incrementar o intercâmbio entre docentes, investigadores e estudantes [...], fazer circular informação científica, técnica, pedagógica e cultural [...]”.

Tem realizado vários encontros nos diversos países lusófonos, devendo realizar-se o de 2010 em Macau.

Atribui o Prémio Fernão Mendes Pinto.

Em nosso entender (participamos em 1986 na criação da AULP), o intercâmbio entre as Universidades deve ser mais ambicioso, sobretudo na informação dos projectos colectivos ligados à criação de áreas especializadas, na criação de um volume informativo de todas as Universidades e cursos do espaço lusófono e elaborando, neste tempo em que a tecnologia, em tantos casos, em vez de iluminar, cega, aprofundada reflexão sobre questões como o Humanismo, a Lusofonia, os valores comuns, etc., etc.

1.8. União das Cidades Capitais Luso-Afro-Asiáticas – UCCLA

Nos seus Estatutos, revistos em Maputo em 2008, esta União “tem por objectivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios – membros – pelo intercâmbio cultural, científico e técnico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e bem-estar dos seus habitantes”.

Não referem os Estatutos qualquer objectivo relacionado com a língua, insistindo antes no cuidado em “promover o desenvolvimento de iniciativas económicas, comerciais e industriais pelas empresas com as cidades-membro”. Contudo, indirectamente, contribuem para o reforço da língua portuguesa nas instituições-membro e respetivos países.

2. COOPERAÇÃO PARA A LUSOFONIA

2.1. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD

É por este Instituto que é coordenada a política de cooperação oficial instrumento de política externa, contemplando, preferencialmente, os países lusófonos, sem deixar de estar muito empenhado na cooperação internacional de Estado, no sentido da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas.

De notar, em especial, o envio de cooperantes para os países lusófonos. Foram eles, segundo dados publicados a 3 de Fevereiro de 2010, duzentos e trinta e seis.

2.2. Fundação Calouste Gulbenkian

Pela sua relevante ação de apoio social, especialmente nos meios desfavorecidos lusófonos, e pelo grande prestígio internacional, merece a Fundação Gulbenkian que a sua presença seja evidenciada pela atividade que se reparte por concessões de bolsas, subsídios a financiamento de projectos externos de entidades diversas e, ainda, outros projetos e programas próprios.

Na área educativa, a missão do Serviço de Educação e Bolsas promove, em especial, a

educação, completando-a com um plano de edições de referência, até porque sempre deu prioridade ao fomento da leitura. Nesta área, é de relevar o papel desempenhado pelas Bibliotecas Itinerantes, dando sempre especial importância à expansão e aperfeiçoamento do ensino da nossa língua.

Louváveis também os programas de desenvolvimento nos países africanos lusófonos, não só na questão da língua, mas também na divulgação do património cultural.

2.3. Fundação Engenheiro António de Almeida

Desde 1969 que esta Fundação sediada no Porto se preocupa especialmente em apoiar os serviços de edição e cultura, dando especial atenção aos países de língua portuguesa, de que é testemunho, por exemplo, o conjunto dos vários volumes de entrevistas de Michel Laban a escritores africanos.

2.4. Fundação Evangelização e Culturas – FEC

A somar à cooperação realizada por vários Ministérios e Fundações, também várias instituições da Igreja Católica se têm dedicado a esta forma de solidariedade. Fazem-no por razões religiosas e históricas, de uma solidariedade humana de séculos.

Pois, desde a primeira hora, os missionários acompanharam os navegadores e, com o ensino da doutrina, veicularam a língua portuguesa em inúmeras cartilhas e gramáticas bilingues ou traduzidas, tanto na África como na Ásia ou nas Américas. Embora essa difusão da Lusofonia seja um tanto indireta, é de uma eficácia especial por contactar diretamente com milhões de pessoas, nos atos litúrgicos e fora.

Com efeito, a grande maioria de Cartilhas, Dicionários e Gramáticas da Língua Portuguesa e outras línguas africanas, da Índia, da China, do Japão, etc., propagadas e usadas por notável rede de escolas e colégios, tem sido ao longo dos séculos a grande escola da difusão e intercâmbio da língua portuguesa.

A de maior importância é, sem dúvida, a FEC. Criada em 1989, esta ONGD da Igreja Católica Portuguesa, para além das tarefas de evangelização, dedica-se intensamente ao trabalho cultural e assistencial nos países lusófonos. Como área de actividade privilegiada, os voluntários da FEC, desde o ano 2000, ocupam-se sobretudo de promover a saúde e a educação.

Este tipo de voluntariado tem como característica própria uma grande relação de proximidade com as populações.

Neste ano de 2010, partiram para missões de cooperação e desenvolvimento trezentos e sessenta voluntários. Para além desta fundação, outras organizações da Igreja existem, fomentando a Lusofonia, tais como os Encontros dos Bispos Lusófonos, desde 1996, a Associação Leigos para o Desenvolvimento (LD), a Rede Europeia ONGD Jesuítas, etc..

2.5. Associação Leigos para o Desenvolvimento – LD

A Associação Leigos para o Desenvolvimento (LD) da rede europeia ONGD Jesuítas, cuja primeira missão foi em 1968, agrupa jovens voluntários que vão também para os países lusófonos por um ou mais anos trabalhar nas áreas de educação, saúde, promoção social, pastoral. No ano de 2008/2009, eram vinte e nove os voluntários distribuídos por sete comunidades.

2.6. Encontros dos Bispos Lusófonos

Desde 1996 que os Bispos Delegados da Igreja Católica dos Países Lusófonos se começaram a reunir, sendo nessa data a reunião feita em Fátima, e as seguintes nas várias capitais lusófonas. A essa primeira reunião se seguiram as de 1999, 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2010.

A agenda das reuniões reparte-se por questões de evangelização, problemas de carácter social, com especial atenção ao desenvolvimento, sendo habitualmente convidados para exporem as diversas matérias em discussão especialistas conceituados.

Assim, por exemplo, no sétimo encontro que celebrava os dez anos dessas reuniões foram debatidos, entre outros, os seguintes temas: evangelização, diálogo inter-religioso, educação, saúde, justiça social, voluntariado, fluxos migratórios, tráfico de pessoas, droga,

jogo, tendo-se feito propostas concretas para as populações das suas comunidades.

Também se avaliou a acção do programa de rádio “Igreja Lusófona” que funciona há sete anos e já emitiu trezentos e cinquenta programas.

3. EVENTOS DE FUTURO?

3.1. Dia da Língua Portuguesa (5 De Maio)

Algumas iniciativas têm sido recentemente tomadas no âmbito da Lusofonia de modo a valorizar determinados factos ou personalidades.

Assim, de entre elas, a da importância da Língua Portuguesa, tornada propriedade de todos os países e regiões lusófonas, a celebrar na data de 5 de Maio, proposta pelos Ministros da CPLP na sua Reunião em Cabo-Verde, Praia, a 5 de Julho de 2009, deve merecer o melhor acolhimento por parte de todos.

Pouco importa a data, mesmo que a ONU tenha preferido outro dia, 12 de Maio, para a mesma celebração. Outros, porém, gostavam mais do Dia de Camões...

Não estamos de acordo! É que, estando nós em “tempo lusófono”, a celebração da língua de todos não nos parece que deva estar ligada a qualquer facto próprio só de um dos oito países. Até porque a celebração da língua comum, tal como o Acordo Ortográfico, envolve glorificação e respeito pelas diversas variantes linguísticas já existentes, e pelas diversas culturas de que elas são expressão.

Com este espírito ecuménico, seria bom que a data anódina de 5 de Maio fizesse caminho, festejando a diversidade e complementaridade cultural, veiculada por uma forma de expressão comum.

3.2. Jogos Olímpicos da Lusofonia

Reproduzindo o modelo universal das Olimpíadas, quer na sua amplitude total ou parcial, também os Jogos da Lusofonia pretendem o mesmo objetivo de fraternidade e cultivo das diversas disciplinas da educação física e dos desportos que, segundo o velho lema, valorizam a mente e o corpo.

À imitação dos Jogos da Commonwealth e dos Jogos da Francofonia, já foram realizadas duas edições de Jogos Olímpicos Lusófonos por iniciativa da ACOLOP (Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa).

Os primeiros jogos realizaram-se em Macau, em 2006; os segundos em Portugal, em 2009, prevendo-se que os próximos o sejam pela Índia, através de Goa, em 2013.

Têm sido estes jogos, acompanhados de Jornadas Culturais, significando esta iniciativa que não basta cultivar o músculo mas também a inteligência.

Num tempo de multiculturalismo em que as diversas culturas se misturam no mesmo país, às vezes com grande dificuldade de diálogo, o companheirismo e a solidariedade em competição saudável concorrem, indubitavelmente, para uma maior aproximação entre aqueles que já estão próximos pela língua que falam.

Outras iniciativas têm sido tomadas, ou surgirão no futuro, mas, de entre elas, estas nos parecem muito significativas do espírito desta década. ▽

O estado da Educação em Portugal

Uma história de inércia e negligência

John Rawls explicou-nos que a justiça é a virtude das instituições. Em Novembro de 2010, Portugal há muito que deixou de ter nas instituições do Estado exemplos da virtude cívica. E quando faltam instituições justas, o que mais nos ameaça, como colectivo, não é a falta de bens, é a falta de liberdade política, essa que vem precisamente da existência e funcionamento de instituições justas e que está associada à confiança, à cooperação leal, ao sentido de comunidade pacífica e à consolidação de um Estado não intrusivo. Uma comunidade tanto mais rica dos bens materiais indispensáveis a uma vida boa quanto abundante no travão moral a condutas predatórias e ao desprezo pela lei, pelo Outro e pelo trabalho.

De que maneira é que isto afecta o campo educativo, e nele se espelha, é o que tentaremos mostrar nas páginas que se seguem.

1. EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

A Educação, nos estados-nação do hemisfério norte, foi geralmente encarada como motor de prosperidade económica e factor de integração colectiva. Sabemos que se a segunda é tão verdadeira que podemos mesmo dizer que, na generalidade dos casos, o Estado e a Escola fizeram a nação, já a primeira das asserções tem sido questionada, sobretudo na sua vertente mais “progressista”, a saber, que a Educação contribuiria para a redução das desigualdades sociais.

Em Portugal, nos anos 70 do século XX, atinge-se o auge de um processo de expansão educativa incomparável, a que o 25 de Abril dá continuidade.

O crescimento numérico, tantas vezes minimizado, foi impressionante. Hoje, em qualquer concelho com mais de duzentos mil habitantes, há mais jovens no último troço do ensino não universitário – o nosso exíguo secundário – do que havia em todo o país num liceu de 7 anos, no início dos anos 60.

E quando falamos de ensino profissional, facilmente esquecemos o lançamento de cursos técnico-profissionais em 1983, desta feita em escolas que ofereciam também o secundário geral, e em obediência ao princípio de que a orientação vocacional se não deveria operar tão precocemente como outrora, segundo o critério até então prevalecente, para não dizer exclusivo: o meio social de origem. Como também facilmente esquecemos que em 1989 foi criada a direcção-geral que lançou a rede das escolas profissionais, fixando, definitivamente, um modelo alternativo à oferta escolar do ensino regular tradicional. Às famílias mais prósperas tal opção repugnava (como ainda hoje); aos mais humildes até essa era, frequentemente, uma opção vedada, por incapacidade financeira ou ausência de estímulo ao prosseguimento dos estudos (verificando-se, entretanto, que estas famílias partilham, no essencial, a mundividência da “burguesia autêntica” do passado, no tocante ao valor social da opção por formações profissionalmente qualificantes).

São tais mudanças de estranhar? Não. Acompanham, ponto por ponto, os tempos e os modos da expansão educativa nos restantes países da Europa Ocidental, o que não des-

culpa os erros, mas obriga a reflectir sobre as suas causas.

Contudo, se a expansão escolar é rápida, a socialização da população portuguesa nos modos e exigências da instituição educativa – e de uma sociedade escolarizada – é consideravelmente mais lenta. O país não estava alfabetizado no início dos anos 60. Em meados de 70, a literatura internacional sobre processos de alfabetização sugeria que menos de 8 anos de escola não eram suficientes para consolidar aprendizagens fundamentais indispensáveis ao exercício de uma profissão ou ao usufruto pleno dos direitos civis e políticos. Por este prisma, a esmagadora maioria dos portugueses não estava sequer em condições de acompanhar e secundar a educação escolar das primeiras gerações da expansão, as que já ensaiam percursos para além dos 6 anos de escolaridade nas décadas de 80 e 90.

Em contrapartida, até meados dos anos 80 assiste-se a um processo discreto de reconversão pessoal e profissional, através da escola, cujo interesse parece indiscutível, numa perspectiva comparada, quando em 2010 se discutem as implicações de processos de “reabilitação” escolar promovidos pelo Estado, centrados na certificação de competências. Trata-se do ensino nocturno dos adultos que acorriam aos cursos gerais e complementares do liceu. Já as práticas coetâneas de alfabetização de adultos parecem ter tido impacto quase nulo na reconversão do tecido económico e social, a nível local, contribuindo, porém, para mitigar o sentimento de incompreensão do valor das “primeiras letras”. O papel integrador de uma alfabetização sumária não foi desprezado, como se esperava de uma sociedade que descobria, com a liberdade política, o sonho da igualdade de oportunidades. Mas ambos os processos são mal conhecidos e, em ambos os casos, o *input* económico associado terá sido escasso.

O orçamento de Estado, nessa década, suportava, portanto, os custos de uma educação de 2.^a oportunidade para activos que visavam o ingresso no Ensino Superior, mas viria a degradar-se, na década de 90, num empreendimento inútil e altamente dispendioso, incapaz de corresponder eficazmente às características das novas vagas de utentes, já portadores de outras experiências, menos qualificadas, de inserção profissional, e para quem o bem escola se banalizara e depreciara: dela, ao contrário dos seus antecessores da primeira década após o 25 de Abril, os novos alunos “da noite” haviam recebido sucessivas mensagens negativas, na forma de retenções e percursos incompletos, que, na esmagadora maioria dos casos, não iriam superar através da oferta do novíssimo ensino recorrente de finais da década de 80.

Entretanto, nos outros patamares e modalidades de educação escolar, são dois os grandes momentos de mudança: 1974-75, com o impulso político da democratização do país a ofuscar a continuidade de um projecto subjacente à instauração do ensino unificado, resultado expressivo da emergência e expansão do que se chamou “sistema mundial da educação”, dispositivo internacional de comando da acção política em estados-nação que perdem autarcia técnica e estão sujeitos aos mesmos impulsos culturais e ideológicos, mesmo que prisioneiros de ditaduras (Portugal, Espanha); e 1986, com a fixação, na Lei de Bases do Sistema Educativo, dos princípios gerais e das directrizes a que obedece o desenvolvimento e a organização do sistema educativo até hoje. A estes devem acrescentar-se, por direito próprio, em anos mais recentes, a retórica da escola a tempo inteiro e as práticas que a concretizam: de um lado, as AEC (Actividades de Enriquecimento Curricular) no 1.^o ciclo do Ensino Básico; do outro, a perpetuação de dispositivos curriculares extraordinariamente onerosos e desconexos, incapazes de contribuir para uma educação básica orientada pela popular consigna da distribuição de um “mínimo cultural comum” (Pierre Bourdieu, meados de 80). Facto cultural (no sentido sócio-ideológico do termo) extraordinário – que se espelha num consenso passivo quanto à concepção de escola que a nova retórica oficial advoga e consagra –, a “escola a tempo inteiro” aparece como o grande revelador de uma visão do trabalhador e da relação contratual de trabalho que até as oposições políticas parecem incapazes de submeter a uma crítica política coerente.

2. O QUE SE ENSINA

Um traço comum à generalidade dos diagnósticos da escola actual é a preocupação com os desempenhos em Língua Materna e Matemática. Na aparência, as crianças não aprendem convenientemente estas duas matérias. Uma aparência sólida e definitivamente firmada a partir dos resultados obtidos em sucessivos exercícios de comparação internacional.

Na última década e meia fez-se um percurso importante no sentido da clarificação de alguns traços do desempenho escolar e do seu significado. Na verdade, entre a análise dos resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment* – OCDE) e a divulgação regular dos resultados das provas de aferição do Ensino Básico, a que se vieram juntar, a partir de 2001, sucessivos exercícios de divulgação dos resultados dos exames nacionais do Ensino Secundário, por escola, os especialistas e os *opinion-makers* foram tomando contacto com formas crescentemente rotinizadas de reiteração do mesmo, segundo a orientação ideológica, a profissão e o gosto dos participantes no debate. A avaliação dos professores e das escolas veio acrescentar algum picante à coisa, ainda e sempre pelas piores razões, mas o que é certo é que não se progrediu um átomo no debate em torno dos factores, por assim dizer, estruturais do insucesso.

Uma recente tentativa do Conselho das Escolas, pelo lado do dispositivo curricular, veio proporcionar a oportunidade de prosseguir o debate sobre a escola em termos um pouco mais aceitáveis, deixando provisoriamente de lado os suspeitos do costume. Em documento aparentemente datado de Junho de 2010¹, os membros do Conselho mandatados para trabalhar esta matéria defendem algumas medidas de reorganização dos percursos não superiores, de que destacaria:

1. Reorganização dos ciclos de ensino na forma 4 + 4 + 4 (Ensino Primário + Ensino Secundário geral + Ensino Secundário superior);
2. No Secundário superior, 2 vias paralelas: cursos “gerais” + cursos profissionais; porém, os dois primeiros anos de todos os cursos apresentaria uma estrutura curricular de desenho idêntico, podendo os alunos ‘compor’ o seu plano de estudos, escolhendo 3 das quatro disciplinas da componente de formação científica (de uma lista fixada pelo Ministério da Educação, mas “dependente das possibilidades da escola”);
3. A avaliação dos alunos determinaria o seu percurso escolar subsequente, primeiro no ingresso no Secundário superior – “os alunos que não obtenham aproveitamento escolar [no Ensino Secundário geral] a um determinado conjunto de disciplinas, englobando sempre a Língua Portuguesa e Matemática, apenas poderão prosseguir cursos de Educação Formação” –, depois no trânsito do 10.º para o 11.º ano, ficando a matrícula no 11.º ano sujeita a condições distintas segundo o curso frequentado: nos cursos científico-humanísticos dependeria “de uma classificação igual ou superior a 10 valores em Língua Portuguesa e nas disciplinas estruturantes de cada curso”; nos cursos profissionais, “de uma classificação superior a 10 valores em todas as disciplinas, ou em todas menos duas, desde que não inferior a 8 valores”;
4. Os alunos sem aproveitamento, nos termos fixados, em qualquer dos troços do Ensino Secundário, a partir do 8.º ano, seriam remetidos para cursos de educação e formação.
5. A disciplina de Filosofia seria leccionada nos dois últimos anos do Secundário superior.
6. Seriam eliminadas a Área de Projecto, o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica.

As propostas apresentadas revelam a consciência de três questões de grande relevância:

1. Um Secundário curtíssimo de 3 anos não está suficientemente articulado com o 3.º ciclo do Ensino Básico para permitir uma visibilidade e uma filtragem das competências dos alunos capazes de favorecer uma orientação consistente com as aprendizagens anteriores e um prognóstico razoável para o curto e o médio prazos, benéfico, em primeira instância, para o próprio aluno. Nesta perspectiva, o modelo 4+4+4 parece consistente com uma tentativa séria de resolução do problema em questão.
2. Porém, e os autores do documento estão visivelmente cientes disso, o encaminhamento dos alunos para os diferentes percursos alternativos tem de assentar numa avaliação que, de início, comporte critérios razoáveis. O critério exibido como condição de acesso aos cursos “gerais” e profissionais parece razoável: atende à necessidade de fixar exigências de entrada compatíveis com a natureza do ciclo Secundário superior (9.º - 12.º ano) e, sendo comum a cursos “gerais” e profissionais, contribui, entre outras coisas, para contrariar uma desvalorização, por antecipação, destes últimos cursos. Mas, à luz desta mesma perspectiva, não estão

¹ Só tivemos acesso a uma versão em pdf.

suficientemente explicados os critérios adoptados para o controlo da progressão dos alunos dos diferentes cursos no trânsito do 10.º para o 11.º ano.

3. Em terceiro lugar, a uniformização das escalas de classificação parece indispensável na perspectiva da articulação entre os dois ciclos do Ensino Secundário de 8 anos, superando definitivamente a incerteza quanto à extensão das aquisições cognitivas realizadas no ciclo designado Secundário geral.

No entanto, não se atacam conseqüentemente alguns problemas decorrentes do diagnóstico implícito. Destacaria os mais relevantes:

1. O número de disciplinas proposto e a configuração do dispositivo curricular, sobretudo no Secundário geral, pouco diferem dos actuais, sendo urgentes medidas mais drásticas de simplificação e redução do número de disciplinas e cargas horárias, visto que nem sequer se propõe um verdadeiro encurtamento dos horários semanais. Por outro lado, a manutenção de algumas disciplinas é inconsistente com a radical alteração dos “ecossistemas tecnológicos” a que vimos assistindo nos últimos anos.

2. Em segundo lugar, não parece convincente uma gestão do currículo que estabeleça margens, aparentemente generosas, para as disciplinas de opção, mas mantém a cláusula de salvaguarda “de acordo com a disponibilidade das escolas”, simulando autonomias onde só há espaço para gerir a escassez, livre escolha, onde deveria haver uma séria ponderação da relação meios-fins, ao serviço da melhor educação para todos. Ao contrário, por oposição às más práticas que hoje se observam, deveria tender-se para a fixação de um currículo mais uniforme e de gestão menos complexa, sobretudo no caso das línguas.

3. Em terceiro lugar, registre-se que se propõe para meio do Secundário superior o derradeiro momento de decisão relativamente ao curso a seguir, apesar do apreciável esforço feito para equacionar o problema e lhe dar uma solução plausível. Uma alternativa talvez mais consistente com o objectivo de valorização das aprendizagens nucleares talvez passasse por conceber um primeiro segmento comum de 2 anos, que permitisse aferir da consistência das aprendizagens passadas, mantendo um núcleo essencial reforçado em torno da Língua Materna e do cálculo lógico-matemático, no termo do qual os alunos transitariam para percursos efectivamente distintos dentro das duas vias (+ EFA, para os poucos que não conseguissem obter resultados condizentes com os mínimos fixados). Isto apenas seguindo a proposta, posto que, sem alterar a partição actual (2+3+3), seria possível fazer do 3.º ciclo um Secundário inferior ou geral, desempenhando a função de grande ciclo de orientação.

Por este exemplo, poderíamos dizer que quase tudo está por fazer e que a melhor evidência da profunda crise do currículo prescrito e da incapacidade de lidar directamente com o problema é a produção de sucessivos elencos de “competências requeridas à saída de...”. Assim se amplifica o que já nem é da ordem do sintoma: a ausência de uma ideia clara sobre o que deve ser ensinado a todos (o que é muito diferente de falar do que a todos é legitimamente exigível em termos de conduta social!), projectada sobre a amálgama de matérias escolares que são o 2.º e o 3.º ciclos, a que se acrescentam cursos de fronteiras difusas no Ensino Secundário (veja-se o que tem vindo a acontecer desde 2004), deu como resultado que não se olha para os programas e as disciplinas mas para a “noosfera” conceptual que são as “competências” ou, mais recentemente, as “metas de aprendizagem”.

3. RESULTADOS: O VÉU BALSÂMICO DOS RANKINGS

Mais uma vez, desta feita nos jornais do terceiro fim-de-semana de Outubro de 2010, deparamos com os *rankings* de escolas. Ao fim de uma década e de várias tentativas de remedeio, a informação disponibilizada continua a revelar as mesmas debilidades e insuficiências de sempre, a permitir e favorecer todo o tipo de enviesamentos, funcionando, sobretudo, como um poderoso mecanismo de ocultação da realidade educativa.

As sérias e fundadas objecções que vêm sendo feitas e repetidas até à exaustão são ignoradas e, dez anos depois, o aparelho político-administrativo do Ministério da Edu-

cação mantém uma passividade que roça a negligência perante a escandalosa vacuidade do exercício.

Na verdade, não há avaliação ou pilotagem de qualquer processo social, sem comparação com uma norma ideal, funcional ou estatística. Quando os termos de referência são os resultados nacionais, em exames, numa dúzia de disciplinas, a hierarquização e a comparação cingem-se a estes princípios de ordem, com todas as limitações e parcialidade que possam encerrar (o que acontece, por exemplo, quando se comparam escolas com centenas de provas realizadas a uma disciplina com outras em que 6 ou 7 alunos realizaram o mesmo exame). Mas se os termos de referência se multiplicarem, abrindo espaço à identificação e análise dos traços que fazem a diferença específica de cada escola, seleccionando indicadores mais fiáveis, que permitam produzir a indispensável informação de enquadramento, então estamos em condições de saber o que “vale” a escola para o conjunto dos alunos que a frequentarem, tenham ou não sido sujeitos a exame. Nesta perspectiva, nem os resultados de uma escola se resumem aos seus exames nem os resultados neles obtidos são, porventura, o seu elemento caracterizador essencial.

É por isso que, há muito, se vem olhando para as escolas na perspectiva, não dos resultados em exame, mas segundo o critério do que se chama, em linguagem económica, *valor acrescentado*. Na verdade, a aceção em que tal expressão é tomada pelos economistas é inteiramente restituída no quadro do projecto de pilotagem dos resultados escolares desenvolvido em França na década de 90. São pressupostos essenciais do referido modelo que:

- 1) o desempenho das escolas pode ser medido de forma fiável e equitativa;
- 2) o conhecimento prévio dos atributos dos contextos externo e interno, das famílias, dos estudantes e dos pessoais da educação é essencial para estabelecer qualquer comparação entre estabelecimentos de ensino, constituindo um factor essencial de fiabilidade;
- 3) a comparação só pode realizar-se, com justiça, se conhecermos o desempenho académico expectável de segmentos relevantes da população escolar para, por exemplo, o todo nacional.

Se nos reportarmos ao procedimento típico no quadro do sistema francês, o *benchmarking* institucional é relativo aos valores referidos em 3), ponderados em função da proporção de elementos integrantes dos diferentes segmentos da população e dos respectivos resultados.

A grande dificuldade, no caso do sistema português, é que não dispomos de informação relevante sobre o desempenho de diferentes grupos socioeconómicos e a forma de os identificar na escola. De resto, exceptuados alguns trabalhos de índole monográfica, sobre amostras da população escolar, e, mais recentemente, o estudo sistemático dos resultados de provas nacionais, de exame ou de aferição, pouco se sabe acerca das desigualdades de acesso e sucesso na relação com a educação escolar. E sobretudo, não se sabe o suficiente para que se possa determinar com rigor, a partir de categorias sociológicas estabilizadas, os tais valores que, em França, servem para confrontar as escolas com diferentes perfis de resultados académicos apurados para o conjunto da população.

Mas isto não quer dizer que não se possa trabalhar qualquer realidade educativa, na perspectiva da sua alteração para melhor, precisamente a partir dos resultados que ela mesma produz.

Quais serão, então, as variáveis que melhor denotam a qualidade do desempenho de uma escola? De acordo com uma opção de fundo há muito estabilizada e mantida desde, pelo menos, 1993, em França, os indicadores seguintes fornecem informações complementares que permitem uma imagem realmente contrastada da acção dos estabelecimentos de Ensino Secundário:

- **Taxa de sucesso no Secundário**, que relaciona o número de alunos aprovados com o número de alunos que se candidataram a exame;
- **Taxa de acesso ao exame final do Secundário**, que estima, para um aluno no início do Secundário, a probabilidade de obtenção de um diploma nesta escola, independentemente do número de anos prescritos no currículo;
- **Proporção de titulares de diploma de Ensino Secundário entre os que saem da escola**, que mede a proporção dos diplomados entre os que deixam a escola, qualquer que seja o motivo.

Como se observa facilmente, o primeiro indicador é, de todos, o mais óbvio, mas nem

² Luís Salgado de Matos, “Retorno às Aulas”, *Público*, 20.9.04.

mesmo esta dimensão é contemplada no exercício de construção de *rankings* em Portugal. Com efeito, esta é uma das perguntas mais elementares que se pode dirigir às escolas: de todos os que se habilitam à conclusão do curso, quantos são bem sucedidos? Mas atente-se também na relevância do segundo indicador. Este indicador permite desvendar uma dimensão central do funcionamento das escolas, que os *rankings* constituídos apenas por classificações dos exames forçosamente oculta: o modo como a Escola aborda a educação da totalidade dos alunos a seu cargo, nomeadamente as práticas de remediação visando suprir deficiências diagnosticadas, as políticas de inclusão e de apoio aos estudantes e às famílias, a atenção prestada ao conjunto dos alunos e não apenas ou principalmente aos que se mostram suficientemente ajustados para cumprirem, com algum mérito e apenas um moderado *input* da escola, o percurso proposto.

Este é um aspecto crucial na determinação do sucesso das diferentes estratégias educativas e das políticas de escola que se orientam para o cumprimento integral e com sucesso dos diferentes ciclos de escolaridade. O indicador **Taxa de acesso...** é, por isso, muito mais expressivo na perspectiva da medição da eficácia da escola, embora o seu valor possa evoluir de acordo com factores sobre os quais a escola não tem grande controlo, como a estrutura regional da oferta ou a concorrência entre estabelecimentos vizinhos.

Finalmente, o último indicador denota a disposição da escola para apoiar os alunos com historial de insucesso, sobretudo no ano terminal do curso, permitindo, além disso, circunscrever e avaliar a eficácia da política de retenções seguida pela escola.

Note-se, desde logo, que todo o processo educativo – e não só a sacralizada lição, a “aula” – é descrito como um processo intencional e articulado internamente, pontuado por decisões cujos efeitos são mensuráveis e passíveis de discussão. Ao contrário do atomismo avaliativo autóctone, evidenciado tanto nos *rankings* como na avaliação de professores e das escolas. Finalmente, e como já se explicou atrás, estes indicadores nada são se não se reportarem às trajectórias típicas de grupos sociais relevantes, precisamente para que se possa, tanto quanto possível, eliminar a prevalência dos factores de sucesso escolar exteriores à escola e conservar o que se deve primordialmente à sua acção.

Poderíamos ainda discutir a avaliação de professores, se, porventura, os pressupostos do actual modelo fossem passíveis de servir a melhoria global do funcionamento do sistema educativo. Lamentavelmente, este modelo não tem reforma possível.

Em síntese, no ano de 2010, e no que toca à avaliação das instituições e dos profissionais, tudo não passa de *som e fúria*. Mas a crítica que atrás se produziu deve estender-se, ainda, às práticas alternativas – e meramente paliativas – de expressão local ou regional, em que uma difusa *expertise* se vai oferecendo, sem perspectiva de conjunto.

4. LIBERDADE DE ESCOLHA

A liberdade de escolha é a grande bandeira educativa dos liberais-libertários. Ou liberais *Nova Cidadania*, se pensarmos na revista com o mesmo nome. Aparentemente, emergem de todos os partidos entre o CDS-PP e o PS, e prosseguem o ideário fixado/justificado por Milton Friedman num conhecido artigo de 1955, tudo se resumindo, na prática, à figura do *voucher*, o cheque-educação (correspondendo, *grosso modo*, ao custo do aluno no sistema público), que se proporcionaria às famílias que quisessem usufruir do serviço privado de educação, e às consequências da sua institucionalização.

Há poucos anos, Luís Salgado de Matos, um cientista político conhecido, contrapunha, às pretensões dos defensores locais da liberdade de escola, três razões que parecem dever ser analisadas. Em primeiro lugar, diz², há que considerar que as escolas são monopólios locais. Se exceptuarmos alguns, poucos, grandes centros, a livre escolha é materialmente inexecutável para a maioria dos cidadãos.

Em segundo lugar, sendo a educação “um bem público ainda que de consumo privado”, o que justifica que todos os cidadãos aceitem financiá-lo, os impostos não devem servir para financiar o que se apresentaria como uma usurpação de recursos postos em comum: “o leitor aceitará que o produto dos seus impostos seja entregue ao vizinho do lado para ele pôr o filho no Liceu Francês?”. Por fim, Salgado Matos invoca uma razão de ordem social: “Um sistema em que o Estado financia a escola à vontade do freguês favorece os estabelecimentos de ensino dos extremistas – religiosos, políticos, ideológicos. A escola actual dá integração social, a guia aceleraria a fragmentação”. O cheque-educação iria, então, contribuir para intensificar uma dinâmica social marcada pela grupuscularização e

pela indiferença ao comum.

A questão da liberdade de escolha, assim colocada, parece conduzir libertários e conservadores a distintos impasses. Os últimos desejariam mais a coesão do que a fragmentação pulverizadora do vínculo social, e a integração simbólica, ética e religiosa, em detrimento do divórcio ostensivo relativamente à comunidade, que o individualismo ultraliberal acomoda bem melhor, de acordo com uma mundividência que tem, no condomínio privado e no confisco do espaço público para práticas de lazer, a sua marca-de-água. No primeiro caso, os conservadores não saberiam justificar a impossibilidade material de estender a todos a sua pretensão; no segundo, os libertários não saberiam justificar por que se deve pagar a defecção. Mas resta ainda o argumento da dupla tributação, que uma análise mais crua permite contornar, desde que os defensores do *voucher* aceitassem, pelo menos, duas coisas: o sorteio para a atribuição das vagas disponíveis, tanto nas escolas públicas como nas privadas (consideram-se não indiferentes nem insignificantes as práticas de viciação da carta escolar, que correspondem a dinâmicas de privatização dissimulada das escolas públicas), e a obrigatoriedade de aceitação de qualquer aluno portador do *voucher* pelos estabelecimentos privados. Já se antevêem as objecções...

5. ESCOLA, SOCIEDADE, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: LIÇÕES DE ECONOMIA PARA EDUCADORES

Como mostra, com notável sobriedade, Luciano Amaral³, a crença vulgar no contributo da economia para o desenvolvimento económico merece ser discutida. Dizendo de outro modo: se alguma coisa justifica o investimento na escola e no alargamento da escolarização das crianças e jovens, não é provavelmente, como sabem há muito os economistas, o suposto milagre do crescimento por via das qualificações.

Na verdade, a “teoria técnico-funcional”⁴ da escola continua a dominar o discurso público e a sua hegemonia faz-se sentir da esquerda à direita do espectro político: a educação impele a economia; a economia é tributária da educação para poder crescer. Para os críticos desta posição, desde, pelo menos o início da década de 70, a relação entre incrementos educativos e economia é essencialmente indirecta, e não estamos seguros, como mostrou Fernando Gil, de não estar apenas a pressupor aquilo que queríamos explicar. No essencial, a pressupor que é a educação que impulsiona o desenvolvimento, quando nem explicamos adequadamente os processos que promovem a expansão de uma nem a ocorrência do outro.

Luciano Amaral equaciona a questão educativa em dois momentos. Primeiro, procurando as razões para o persistentemente fraco desempenho do sistema educativo português. Em segundo lugar, equacionando as relações entre qualificação escolar e desenvolvimento.

Relativamente ao primeiro aspecto, isola três variáveis: a baixa qualificação escolar dos pais, que contribui para a perpetuação de um débil investimento educativo de crianças e jovens, insuficientemente apoiadas e acompanhadas no seu meio familiar; um “prémio salarial” enviesado, que, sendo importante, favorece mais os “graus escolares inferiores” e, portanto, dissuade de um investimento pessoal e familiar em escolarizações longas; um investimento público na educação que, sendo elevado em % do PIB, é reduzido em termos de PIB *per capita*, em consequência “do baixo rendimento nacional”⁵. Acresce que, como já apontara António Barreto no final do século passado, em Portugal vêm-se acentuando as desigualdades com os 20% mais pobres a disporem de 6% dos rendimentos totais e os 20% mais ricos com 46%, isto independentemente do facto de “todos os estratos sociais [terem conhecido] importantes subidas de rendimentos”⁶. Luciano Amaral confirma, lembrando que somos hoje o terceiro país mais desigual da União Europeia, apenas seguido da Lituânia e da Bulgária, e um dos mais desiguais entre os mais desenvolvidos, tendo o agudizar da desigualdade coincido com o desenvolvimento do Estado-Providência, que, por tardio no caso português, apenas acompanha a tendência geral, sem ter experimentado nunca o processo igualizador verificado nos trinta anos subsequentes à II Guerra Mundial. Mas Luciano Amaral destaca uma explicação que importa reter, se queremos compreender melhor o efeito das políticas educativas sobre o desempenho social e económico. É que, diz, “a despesa social em Portugal [tem] carácter regressivo, ou seja, não beneficia preferencialmente aqueles com rendimentos mais baixos, mas, antes pelo contrário, alguns grupos sociais com rendimentos próximo ou acima da média”. Do que se conclui que, por paradoxal que pareça, “uma parte da explicação da desigualdade

³No magnífico ensaio *Economia Portuguesa: as últimas décadas*. Lisboa: FFMS, 2010, que seguiremos ao longo desta secção.

⁴Fernando Gil, “Razão e Ensino: o que é (e não é) ensinável (i)”, *Análise Social*, 1976.

⁵Amaral, *op. cit.*, 58.

⁶António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999 – Volume II*. Lisboa: ICS, 2000.

⁷ Amaral, *op. cit.*, 59. [...] reside [...] no próprio funcionamento do Estado-Providência”⁷.

⁸ Amaral, *op. cit.*, 81.

Mas detenhamo-nos no aspecto específico da relação entre educação e desenvolvimento económico. O facto de encontrarmos, segundo Amaral, pelo menos, “quatro tipos de situação histórica no que toca à relação entre os dois fenómenos” bastaria para moderar o impulso mecânico para fazer repercutir na educação as insuficiências do sistema social e económico, até porque, como se verá, nenhuma delas sustenta a hipótese de uma relação causal e linear entre educação e desenvolvimento económico. As situações descritas são, então, as seguintes:

- a) associação entre estagnação educativa e estagnação económica (Europa do Sul no séc. XIX, África e Ásia até meados do séc. XX);
- b) crescimento das economias, a despeito da estagnação educacional (Grã-Bretanha, Revolução Industrial, séc. XIX; economias do pós-II Guerra);
- c) associação entre crescimento da economia e da educação (EUA, primeira metade do séc. XX, e sudeste asiático na 2.º metade);
- d) crescimento da educação acompanhado de estagnação económica (América Latina e África, segunda metade do séc. XX).

Como se disse, o simples facto da enumeração atrás, de resto suportada em vasta evidência empírica, mostra que a associação não é directa. Mas o que não mostra, e Luciano Amaral põe em evidência, é a consequência que se pode extrair para Portugal, do ponto de vista do rendimento. É que, uma vez que, em Portugal, a economia tem um rendimento muito superior ao que se poderia esperar para os seus níveis de qualificação, “se tomássemos a educação como indicador de rendimento, Portugal estaria a fazer uma utilização bastante eficiente da sua mão-de-obra educada”⁸.

Quer isto dizer que a economia vai bem sem a educação? Não. Quer apenas dizer que a análise da escola pelo ângulo do que a economia reclama se afigura bem mais exigente do que até os economistas que exercem o seu múnus mediático quotidiano estão dispostos a reconhecer.

6. O FIM DA ESCOLA OU A ESCOLA “AGIT-PROP”

O fim da escola como a conhecemos não está iminente. Está em marcha, e os seus traços essenciais podem ser assim descritos:

1. Ocupação diária plena de crianças e jovens com actividades directamente pilotadas pela própria escola;
2. Privilégio concedido, em todos os escalões de educação e ensino, às práticas de certificação, em detrimento das actividades directas de transmissão formal de conhecimentos e respectiva avaliação;
3. Dissipação dos núcleos de autoridade e de autonomia docente, a benefício de novos centros de poder político-administrativo (poder central difuso e ausente; poder local instável, particularista, caprichoso);
4. Mercantilização da totalidade dos recursos educativos e *marketing* interno e intenso, dirigido às famílias, transitivamente centrado nos equipamentos electrónicos (verdadeiro centro nevralgico da única pobre ideia modernizadora que se apresenta para a educação);
5. Mobilização permanente e manipulação pela incerteza, tomada pelo valor por excelência da modernidade (afectando a totalidade dos actores: alunos, pais, professores, autarcas...).

Estes traços combinam-se para produzir uma escola em perpétua fuga para a frente, completamente alheada da sociedade, e quase apenas legitimada pela prestação da função de guarda, eufemisticamente apodada de “escola a tempo inteiro”, um serviço prestado aos pais cuja vida profissional aparece cada vez mais como um obstáculo à vida em família.

Esta dissipação da função nuclear da escola vem contribuir, por omissão flagrante, para o acentuar de dois traços caracterizadores do estado da comunidade política que somos. O primeiro já foi referido: Portugal é um dos campeões da desigualdade entre os países mais ricos.

Mas, além disso, confirma-se a incapacidade das instituições do Estado-Providência português para contrariar o efeito diferenciador e perpetuador das desigualdades de nas-

cimento. Isto é: em Portugal, as instituições mantêm-se aparentemente neutras relativamente às diferenças herdadas, quase se podendo dizer que o Estado, enquanto regulador e providenciador dos recursos indispensáveis, é realmente a grande figura ausente da educação (e também da justiça, etc.).

Um recente relatório da OCDE⁹ dedicado às *policy reforms* a concretizar no âmbito dos países integrantes da organização contém um capítulo dedicado às questões da mobilidade social intergeracional. A leitura deste capítulo recomenda-se aos que se interessam pela educação, enquanto projecção e espelho da influência das tão incensadas políticas públicas nas trajectórias individuais, pois revela, por trás dos dados, uma sociedade imobilizada, com as novas gerações a reproduzir, *grosso modo*, a trajectória das anteriores, sem que a promessa de uma amplificação das oportunidades se tenha começado sequer a esboçar.

Alguns exemplos:

1. a medida de persistência salarial intergeracional mostra que Portugal é o país com o valor mais elevado para os homens e o segundo mais elevado nas mulheres, na faixa etária 35-44 anos, sendo tal persistência muito inferior em países como a Finlândia, a França ou a Áustria;
2. O *background* familiar afecta consideravelmente o sucesso escolar dos estudantes portugueses do Ensino Secundário, mas ainda mais o de norte-americanos e franceses, sendo muito diminuta tal influência nos países nórdicos, no Canadá ou no Japão;
3. Portugal é o país da OCDE em que é mais elevada a probabilidade de um estudante filho de alguém que apenas concluiu o ensino obrigatório não conseguir ir além do patamar alcançado pelo seu progenitor.

E, finalmente, um dado que persiste através de todas as análises propostas, e desloca sensivelmente, mas obrigatoriamente, o centro de gravidade da análise para o campo da responsabilidade social e política dos partidos do arco da governação que vêm apostando temerariamente em instalar o estado-social-mínimo. Quando relacionamos os dados relativos a mobilidade intergeracional (segundo os vectores educação e salários), verificamos que, como seria de admitir, é menor nas sociedades mais desiguais, apresentando-se Portugal, precisamente, como o país da OCDE, de entre os países europeus analisados, que faz coincidir a máxima desigualdade com a mais débil mobilidade intergeracional.

Dirão os mais persistentes dentre os advogados das “teorias técnico-funcionais”¹⁰ que a educação estimula o desenvolvimento, mas não poderão acrescentar que impulsiona, em seguida, políticas redistributivas mais justas. Nem que as sociedades justas não se reconhecem também pelo valor que atribuem ao conhecimento e às instituições que o transmitem.

O colapso das instituições começa de muitas maneiras. Uma forma de começar é a sua deslegitimação, abundantemente praticada a partir do centro político do Estado, relativamente à Educação. Outra, também eficaz, a sangria financeira, que aparece universalmente associada à reforma dos serviços de saúde, e parece dever (imperativo) exponenciar-se nos que ainda restam, através dos macro-agrupamentos hospitalares. Perante isto, torna-se difícil saber o que pensar da extinção-integração de uma denominada *Comissão para a Optimização dos Recursos Educativos*, “em sede de Orçamento”. Nem o saudoso Jaroslav Hasek se lembraria de tal coisa. Ficou-se, mais modestamente, por um partido que apetece refundar: o *Partido por um Progresso Moderado nos limites da Lei*. ▽

⁹ *Going for Growth*, OECD: 2010.

¹⁰ Cf. atrás, secção 5.

Time is on my side

Breve mapeamento dos últimos dez anos das artes visuais em Portugal

¹ Entre as diversas fontes de financiamento e de apoio público e privado para formação artística e realização de residências artísticas no estrangeiro, destacam-se as bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Luso-Americana ou da Fundação Fullbright.

² Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes representações: João Onofre (49.^a Bienal de Veneza, *Plateau of Humankind*, 2001); Filipa César (8.^a Bienal de Istambul, *Poetic Justice*, 2003; 29.^a Bienal de São Paulo, *Há sempre um copo de mar para um homem navegar*, 2010 ou *Manifesta 8*, 2010); Vasco Araújo (Bienal de Sidney, *The World May be Fantastic*, 2002; 51.^a Bienal de Veneza, *Experience of Art. Always a little further*, 2005 ou 28.^a Bienal de São Paulo, *Em vivo contacto*, 2007; João Pedro Vale (1.^a Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Sevilha, *The Joy of My Dreams*, 2004); João Maria Gusmão e Pedro Paiva (27.^a Bienal de São Paulo, *Como viver junto?*, 2006 ou *Manifesta 7*, 2008); Carlos Bunga (*Manifesta 5*, 2004); Pedro Barateiro (16.^a Bienal de Sidney, *Revolutions: Forms that turn*, 2008, ou 29.^a Bienal de São Paulo, *Há sempre um copo de mar para um homem navegar*, 2010); Carla Filipe (*Manifesta 8*, 2010).

³ Hal Foster “Contemporary Extracts”, in *e-flux journal*, n.º 2, January, 2010 (<http://www.e-flux.com/journal/view/98>).

⁴ cf. Miguel Wandschneider “Notas de aproximação ao vídeo no contexto artístico português”, in *Outras alternativas. Novas experiências visuais em Portugal*. Vigo: MARCO, 2003, p. 58.

A primeira década de 2000 assistiu provavelmente ao aparecimento da maior vaga de artistas registada em Portugal nos últimos tempos. Não sendo este um fenómeno exclusivamente local mas transversal a grande parte do mundo, encontra porém razões específicas que remontam à Revolução de 1974 e à democratização do Ensino Universitário, hoje mais diversificado, apesar de no domínio das artes visuais permanecer tendencialmente alheado das problemáticas que afectam a actual produção artística internacional.

Não obstante, os jovens artistas portugueses contam, no presente, com escolas alternativas como a Maumaus ou o Arco, onde podem aceder a problematizações mais significativas para a contemporaneidade artística, e com diferentes mecanismos de apoio, que possibilitam o aprofundamento dos seus conhecimentos em escolas internacionais e em residências realizadas em instituições de referência (Berlim, Londres, Nova Iorque, Paris), que muito têm contribuído para a sua internacionalização¹. De facto, nunca a presença de artistas portugueses nas principais Bienais de Arte Contemporânea e em instituições de arte internacionais foi tão ampla e continuada como nos últimos dez anos². Mas se tal situação pode ser atribuída a uma série de factores conjugados (maior mobilidade geográfica, representação galerística nas principais feiras de arte internacionais, apoio institucional e curatorial) ela deve-se sobretudo a um acerto entre a prática artística nacional e internacional, que finalmente parece verificar-se na história de arte portuguesa, bem como à consequente partilha de universos referenciais e discursivos.

Todavia, torna-se hoje impossível agrupar os artistas desta nova geração segundo critérios etários, horizontes conceptuais, ideias de estilo e movimentos artísticos, dada a diversidade de posicionamentos que a caracteriza. Tal como Hal Foster argumenta, “na sua heterogeneidade, muita da prática actual parece afastar-se livremente da determinação histórica, definição conceptual e julgamento crítico. Paradigmas como as neo-vanguardas ou pós-modernismo”, aos quais poderíamos acrescentar mais recentemente a estética relacional, “que orientaram alguma arte e teoria, esboroaram-se”³. Por outro lado, o universo destes jovens artistas é predominantemente marcado pelo uso de várias técnicas. A par do vídeo, que se tornou para muitos uma ferramenta privilegiada, dando continuidade a um fenómeno registado desde meados dos anos noventa⁴, outros *media*, como o desenho, a escultura, o filme, a fotografia, a pintura, a performance, o texto, o som, são integrados com recorrência nos seus projectos. Porém, a grande particularidade deste aspecto reside não na diversidade de géneros convocados mas antes na sua combinação. O modo como hoje o sentido de muitos trabalhos se constrói, na deslocação simultânea de um filme para um texto, de um texto para um objecto, de um objecto para uma imagem, de uma imagem para uma palavra que é dita e se confronta no mesmo espaço com uma peça de som, faz-nos pensar numa modalidade próxima da colagem no seu sentido mais expandido ou antes numa agregação de vários *media* especializados, que radica na condição *pós-medium*, descrita por Rosalind Krauss⁵.

Mas será que a impossibilidade de fixar o trabalho dos artistas desta nova geração a uma unidade discursiva corresponde a um problema? Ou a uma situação onde tudo se equivale pela sua indiferença generalizada? Ora esta resistência parece inversamente actuar como

uma força de emancipação. O facto de a obra de arte poder ser *qualquer*⁶, dar a pensar-se sem pressupostos num processo onde a sua diferença e singularidade prevaleçam sobre a sua condição de pertença a uma unidade totalizadora, devolve-lhe um campo de infinitas possibilidades. Esta multiplicidade de orientações estéticas e artísticas, que complexificou a própria noção de geração, aparecia, aliás, desde logo reflectida nos primeiros textos sobre a produção artística da década em análise. No catálogo de *Disseminações*, exposição à qual voltaremos mais adiante, Pedro Lapa concluía:

“O modo como diversos registos produzem significados através das diferenças que instauram gera um suplemento de sentidos senão mesmo uma dispersão. (...) A questão do título desta exposição, emprestado de Jacques Derrida, vem levantar o papel da produção de sentidos e sua proliferação inesperada no âmbito deste jogo de diferenças. Estes afastam-se assim de um centro de qualquer ponto de consideração, racionalidade ou ortodoxia. Querer fixá-los, dar-lhe uma identidade, constituiria um contra-senso. Outro aspecto que esta consideração implica é a de uma proliferação de posicionamentos artísticos que resistem às ficções de uma unidade. (...) Embora estes artistas pertençam a uma geração novíssima e partilhem alguns interesses, a multiplicidade de questões suscitadas pelos seus trabalhos é grande sem que o que aqui os junta os subsuma.”⁷

Dois anos mais tarde, João Fernandes acabaria por apelidar esta geração ainda em formação de “geração sem geração”:

“Pela primeira vez na arte portuguesa das últimas décadas pode-se falar hoje de uma geração sem geração. A diversidade de obras individuais supera qualquer leitura agregadora, a coincidência de idades e de percursos não constitui grupos, a singularidade começa a destacar-se da mera integração nos modelos de criação e de actuação padronizáveis internacionalmente.”⁸

Pese embora a diversidade de discursos que definem as práticas artísticas actuais, a sua grande maioria parece encontrar referências nos movimentos Fluxus, Performance, Conceptual, Processual ou *Site-Specific* e exerce-se numa aproximação ao quotidiano, atenta ao lugar do espectador, através de processos de apropriação e posterior desvio de signos e narrativas provenientes de esferas distintas, designadamente históricas, sociais, políticas ou vivenciais.

Tais características, associadas à recusa da limitação da obra a um *medium* específico ou quando trabalhado em especificidade não considerado na sua forma tradicional, levaram vários curadores a estabelecer um discurso de continuidade inter-geracional, tão atípico na nossa historiografia, optando por fazer dialogar artistas dos anos 90 e 2000. As diversas exposições e ciclos comissariados por Paulo Mendes, entre eles (*A)casos (&)materiais #1 e #2*, Centro de Artes Plásticas de Coimbra, 1998 e 1999; *Plano XXI*, Glasgow, 2000 (em colaboração com António Rego); *WC-Container* (1991-2001) e *In-Transit* (2002-2009), Artes em Partes, Porto, e, mais recentemente, *Terminal* (2005), projecto desdobrado em duas exposições: *Em Fractura. Colisão de Territórios* e *Toxic. O Discurso do Excesso*, apresentados no Hangar K7, Fundação de Oeiras, foram a este respeito paradigmáticos. Outras exposições seguiram-se, veiculando também aquela relação, como *Outras alternativas. Novas experiencias visuais em Portugal*, MARCO – Museo de Arte Contemporânea de Vigo, 2003 (cur. David Barro); *Por entre as linbas*, Museu das Comunicações, Lisboa, 2007 (cur. Isabel Carlos); *antimonumentos*, Galeria António Henriques, Viseu (cur. Miguel von Hafe Pérez), 2007 ou *Parangolé. Fragmentos desde los anos 90 en Brasil, Portugal y España*, Museo Patio Herriano, Valladolid, 2008 (cur. David Barro e Paulo Reis).

Todavia, se para alguns artistas de 90 o *détournement* situacionista permitia denunciar os vários mecanismos de poder, hoje estes são submetidos a pesquisas de maior ambiguidade, assumindo múltiplas vias que implicam questões relacionadas com o arquivo, a memória, os processos de comunicação e de identidades, assim como a sua desconstrução, as possibilidades de experiência ou os desarranjos efectuados sobre a *partilha do sensível*. Vejamos então como alguns desses caminhos se desenharam nos diferentes contextos e intervalos temporais que enformaram a última década.

⁵ Em *A Voyage on the North Sea. Art in the Age of the Post-Medium Condition*, a autora argumenta, com recurso à análise da obra de Marcel Broodthaers, que a especificidade de um *medium* reside na sua heterogeneidade constitutiva e não nas suas propriedades físicas, como a leitura de Clement Greenberg defendia. À noção essencialista de *medium*, Krauss contrapõe a noção de *medium* auto-diferido, destituindo, assim, a sua pretensa identitária. Cf. Rosalind Krauss, *A Voyage on the North Sea. Art in the Age of the Post-Medium Condition*. London: Thames & Hudson, 2000.

⁶ É Giorgio Agamben quem, no seu livro *A Comunidade que vem*, desenvolve o carácter potencial deste adjectivo, afastando-o do sentido mais usual através da recuperação que faz do termo em latim (*quodlibet*). “A tradução corrente, no sentido de ‘qualquer um, indiferentemente’, é certamente correcta, mas, quanto à forma, diz exactamente o contrário do latim: *quodlibet ens* não é ‘o ser, qualquer ser’, mas ‘o ser que, seja como for, não é indiferente’; ele contém desde logo, algo que remete para vontade (*libet*), o ser qual-quer estabelece uma relação original com o desejo”. Deste modo, o qualquer é tomado aqui pela sua singularidade ao mesmo tempo que se exclui de pressupostos, pelo que não se deixa prender a uma condição. Cf. Giorgio Agamben, “Qualquer”, in *A Comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 11.

⁷ Pedro Lapa, *Disseminações*. Lisboa: Culturgest, 2001, p. 11.

⁸ João Fernandes, “Nova arte portuguesa hoxe: un Big Bang de artistas sen xeración”, in *Outras alternativas. Novas experiencias visuais em Portugal*. Vigo: MARCO - Museo de Arte Contemporânea de Vigo, 2003, p. 24.

⁹ Artistas representados: Leonor Antunes, Filipa César, Francisco Queirós, Inês Pais, Ana Pérez-Quiroga, João Onofre, Ana Pinto, Nuno Sacramento, Rui Toscano e João Pedro Vale.

¹⁰ Exposição integrada no Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. Reuniu uma ampla selecção de artistas portugueses, entre eles os mais jovens, Francisco Queirós, Leonor Antunes e Joana Vasconcelos, que puderam expor ao lado de Aernout Mik, Damián Ortega ou De Rij & de Rooij.

1998-2004

A viragem do século XX para o século XXI ficou marcada pelo aparecimento de um conjunto alargado de jovens artistas que viram o seu trabalho consolidar-se até 2004, tais como, Leonor Antunes, Vasco Araújo, Catarina Campino, Nuno Cera, Filipa César, Pedro Gomes, João Onofre, Inês Pais, Francisco Queirós, Ana Perez-Quiroga, Pedro Diniz Reis, Susana Mendes Silva, João Pedro Vale ou Joana Vasconcelos. Tendo terminado os seus estudos no final dos anos noventa, começaram desde cedo a participar em exposições colectivas, organizadas pelos próprios ou por artistas/curadores com quem mantinham afinidades, em espaços não institucionais. A este respeito é de salientar *After Eight*, organizada por João Pedro Vale, Vasco Araújo e Ana Perez-Quiroga, então finalistas da FBAUL, em 1999, e *NonStopOpening – Lisboa* organizada no ano seguinte por Vasco Araújo e Nuno Alexandre Ferreira, ambas apresentadas na Galeria ZDB, em Lisboa. Outras exposições colectivas deram também a conhecer o trabalho inicial de muitos dos artistas acima referidos, das quais se destaca *O carteiro toca sempre duas vezes*, promovida pela escola de artes visuais Maumaus no Museu das Comunicações, Lisboa, em 2000. No entanto, foi a continuada actividade curatorial de Paulo Mendes, centrada na divulgação de nomes emergentes da arte portuguesa, que, num primeiro momento, lhes conferiu maior visibilidade, através das exposições já mencionadas (*A)casos (b)matérias I e II*, 1998-1999; *Plano XXI*, 2000 e do ciclo *WC Container*, 1999-2001. Já a primeira vez que apareceram agrupados sob o signo de uma nova geração foi no início de 2001, quando Pedro Lapa, a convite da Culturgest, comissariou *Disseminações*⁹, projecto que acabou por adquirir um sentido prospectivo, lançando alguns dos artistas mais relevantes da década.

Logo a seguir, ainda no mesmo ano, o Museu de Serralves, em colaboração com o *Witt the With* de Roterdão, organizou a exposição *Squatters/Ocupações*, comissariada por Vicente Todolí, João Fernandes, Miguel Von Hafe Pérez e Bartomeu Marí, onde participaram jovens artistas portugueses ao lado de nomes internacionais¹⁰. Estava então criado um enquadramento propício para a integração institucional da geração artística de 2000, que rapidamente passou a integrar a programação e as colecções dos principais museus de arte contemporânea nacionais. A título de exemplo, o MNAC – Museu do Chiado, sob a direc-

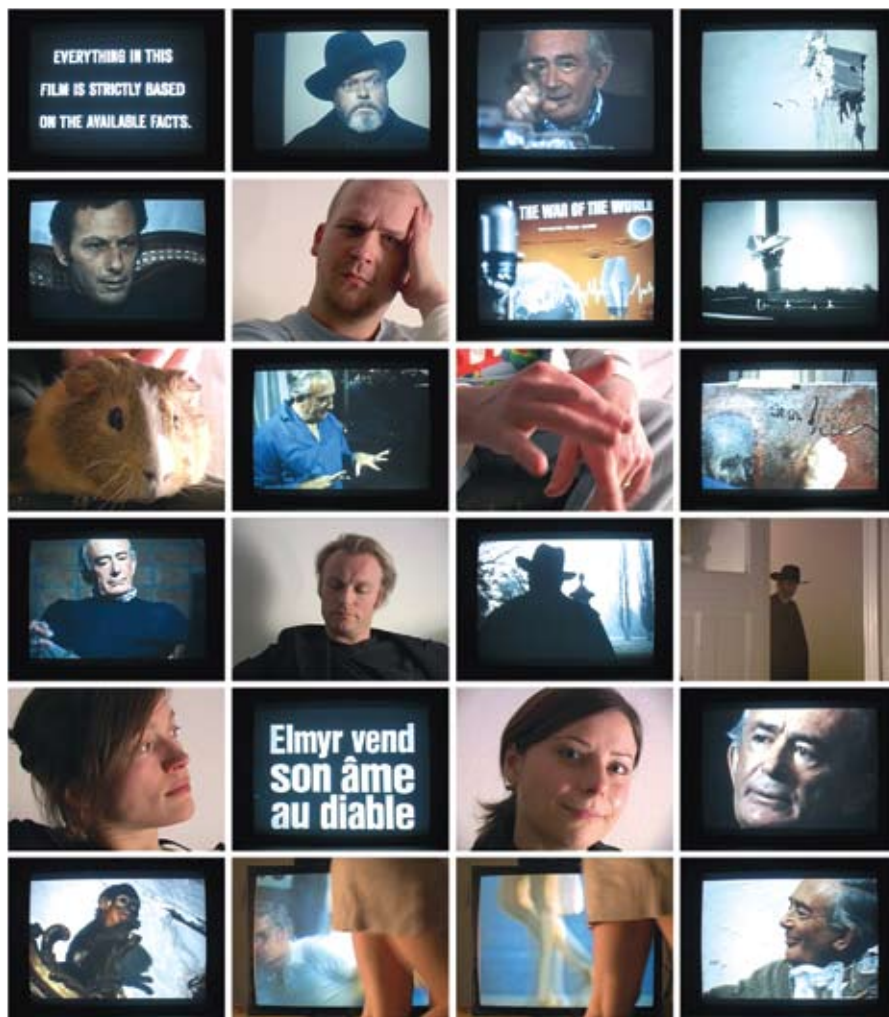


Vistas das exposições do projecto PLANO XXI PORTUGUESE CONTEMPORARY ART. CINEMA & MUSIC, Glasgow, 2000 (nas fotos: trabalhos de Inês Pais e Miguel Leal) Fotos: Arquivo Paulo Mendes

Vista de *Funambulismo*, 2000-01 de Leonor Antunes na exposição *Disseminações*, Culturgest, Lisboa, 2001 Foto: Laura Castro Caldas/Paulo Cintra. Cortesia da artista

ção e comissariado de Pedro Lapa, dedicou a João Onofre uma exposição individual e alargada do seu trabalho, em 2003, com produção de novos vídeos e itinerância no CGAC – Centro Galego de Arte Contemporânea, intitulada *Nothing will go wrong*, enquanto Joana Vasconcelos, Francisco Queirós e Vasco Araújo expuseram no Museu de Serralves, a convite de João Fernandes, entre 2000 e 2004, integrados num ciclo de pequenas exposições com produção de peças dedicadas a artistas revelados nos últimos vinte anos.

Nestes primeiros anos da década, foram vários os artistas que se interessaram pelo vídeo para trabalhar o regime da imagem em movimento, situação evidenciada pelo ciclo de exposições *Slow Motion*, comissariado por Miguel Wandschneider entre 2000-2003, na então ESTGAD, hoje ESAD, das Caldas da Rainha, e com apresentação posterior em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian. As pesquisas realizadas com este *medium* passaram pois a inscrever-se



Filipa César, *F for Fake*, 2005. Instalação de 3000 VHS, vídeo, PAL, cor, som, 19'04", dimensões variáveis. Foto: cortesia Galeria Cristina Guerra – Contemporary Art

num quadro de entendimento que procurou interrogar as convenções da representação e as estratégias de poder associadas a narrativas ficcionais de entretenimento, a jogos de computador ou a simples gestos do quotidiano, devolvendo à imagem vídeo situações inesperadas e de grande tensão geradoras de diferenças. A este respeito destacam-se sobretudo os trabalhos de Filipa César, João Onofre e Francisco Queirós.

Os primeiros vídeos de Filipa César, *Letters*, 2000, ou *Berlin Zoo*, 2001-2003, procuravam criar momentos de espera e de grande inquietação. Filmados em espaços anónimos, como estações de correios, de comboios ou salas de atendimento, prestavam uma peculiar atenção aos problemas envolvidos nos processos de comunicação. As características desses espaços apelidados de não-lugares amplificavam a tensão gerada na relação entre as personagens e que nunca aparecia resolvida. O interesse da artista pelo cinema sempre foi evidente e trabalhado nas suas diversas dimensões: linguagem, técnica e histórica. Se as situações de espera evocavam o *suspense* cinematográfico, a partir de 2004-2005 e do seu trabalho *F for Fake*, 2005, Filipa César passa a aprofundar o documental, bem como as ambiguidades entre os registos ficcionais e reais que uma imagem vídeo pode comportar. Neste sentido, as acções dos seus trabalhos mais recentes, como *Le Passeur*, 2008, partem da pesquisa de histórias, vivências e memórias que testemunham a experiência dos actores para, através de laboriosos processos de montagem, devolver-lhe exterioridade.

João Onofre, depois de ter realizado alguns trabalhos iniciais sobre o domínio das relações humanas e da dimensão pulsional que as anima, entre eles *Untitled*, 1998, e *Untitled*, 1999, desenvolveu uma série de novos vídeos determinantes para o seu percurso, nomeadamente *Casting*, 2000, *Instrumental Version*, 2001, ou *Pas d'action*, 2002. Centrados no registo de acções performativas e de deslocação de referências culturais e da história da

arte, estes vídeos possibilitaram a reflexão da imagem vídeo fora do seu entendimento especular e identitário. Em todos eles, grupos de profissionais executavam acções reportáveis à sua actividade laboral de natureza performativa. Todavia, a identificação sugerida por cada proposição em jogo aparecia desde logo destabilizada pela presença de elementos estranhos e paradoxais que actuavam dentro da imagem como diferenças não axiomatizáveis. Os vídeos realizados em 2002, no interior do seu atelier, entre eles *Untitled (Vulture in the Studio)*, conduziram a uma nova pesquisa que nos chega até hoje também por via de outros *media*, como desenhos e esculturas-performance, onde o pensamento sobre a própria produção artística se estabelece no confronto com a ideia de morte, veja-se a este respeito *Box sized Die featuring....*, 2007/2008.

A obra de Francisco Queirós desdobra-se entre a prática do vídeo, do desenho e da instalação para inquirir as convenções do poder moral e subvertê-las. Será no campo do vídeo que esta pesquisa porventura alcança maior complexidade. Os seus primeiros vídeos da série *Friezenwall*, 2000 (*Tiny little movie*, *The Forest* ou *100 acre swimmin'hole playset*), consistiam em micro narrativas de animação centradas numa acção protagonizada por animais-brinquedos ou crianças, em ambientes de aparente neutralidade ou de diversão, como uma floresta encantada ou um parque infantil poderiam supor. Se o género de animação é tradicionalmente investido por situações de tranquilidade ou, quando tensas, de rápida resolução feliz, ele aparecia aqui desconstruído por súbitos actos de extrema violência que, acentuados pelo uso da técnica de *loop*, assolavam a narrativa e, a montante, a regulação moral e social exercida por aquele dispositivo pedagógico. Mais recentemente, Queirós continua a baralhar as expectativas do observador ao introduzir nas narrativas pequenas deslocações que interrompem outras ordens como a sexual e a identitária (*Eternity* ou *If you trap the moment before its ripe*, 2003), bem como a previsibilidade do estado de coisas, trazendo desse modo conflitos para dentro do campo da imagem (*Introduction to a devout life*, 2007).



Vista geral da instalação de João Pedro Vale, Módulo - Centro Difusor de Arte, Lisboa, 2000 Foto: cortesia João Pedro Vale

Paralelamente, nestes mesmos anos, o domínio do objecto sofreu profundas alterações. Veja-se o caso de João Pedro Vale, que expandiu a escultura ao quotidiano, devolvendo-lhe um plano discursivo crítico aberto a problemáticas associadas ao desejo, à sexualidade ou às construções identitárias nacionais e respectivos estereótipos que, por vezes, aparecem sugeridas pelos materiais utilizados (pastilha elástica, toalhas turcas, sabão, sal, areia, *collants*...). Enquanto os primeiros trabalhos se centravam numa pesquisa sobre a relação entre o objecto e o corpo, estabelecendo analogias com a própria mecânica do desejo, como em *Please Don't Go!*, 1999, ou *We All Feel Better in the Dark*, 2000, Vale diversifica a sua prática a partir de 2002, com *Português Suave*, ao fazer uso de signos, objectos e narrativas comumente perspectivados pela História enquanto instâncias fundadoras da identidade portuguesa, para as

desconstruir. Hoje, em colaboração com Nuno Alexandre Ferreira, vemo-lo agregar o vídeo em formato para cinema à sua obra, tendo aberto com *Hero, Captain and Stranger*, 2010, um novo rumo no seu percurso.

2000-2005

A este grupo de artistas rapidamente se juntaram novos nomes que começaram a expor desde os primeiros anos de 2000, alcançando maior visibilidade entre 2003 e 2005. Entre eles, Gabriela Albergaria, Pedro Barateiro, Daniel Barroca, Inês Botelho, Carlos Bunga, Rita Sobral Campos, Ana Cardoso, Hugo Canoilas, Rui Ferreira, Susana Gaudêncio, André Guedes, João Maria Gusmão e Pedro Paiva, Rita GT, Ricardo Jacinto, Rodrigo Oliveira, Bruno Pacheco, João Seguro, Sancho Silva, Ricardo Valentim ou Francisco Vidal e, ainda, um grupo de artistas associados a várias iniciativas independentes do Porto, entre os quais o colectivo A Mula (Miguel Carneiro e Marco Mendes), Susana Chiocca, Miguel Carneiro, Isabel Carvalho, Renato Ferrão, Carla Filipe, Carlos Lobo, Eduardo Matos, Nuno Ramalho, Isabel Ribeiro, Mafalda Santos, Manuel Santos Maia, André Sousa, João Sousa ou Gustavo Sumpta. Alguns deles foram convidados a participar ao lado de colegas de geração revelados mais cedo ou de artistas mais velhos, em exposições colectivas já mencionadas,



Vista da exposição *Outras Alternativas. Novas experiências visuais em Portugal*, MARCO, Vigo, 2003 (na foto: trabalho de Ricardo Jacinto) Foto: cortesia MARCO Vigo



Vistas do projecto *TERMINAL*, Hangar K7, Oeiras, 2005 (nas fotos: trabalhos de Gustavo Sumpta, Paulo Mendes, Manuel João Vieira e Fernando Brízio, João Pedro Vale, Isabel Carvalho e Susana Mendes Silva) Fotos: Arquivo Paulo Mendes

como *Outras alternativas. Novas experiências visuais em Portugal*, 2003, *In Transit*, 2002-2009, e *Terminal*, 2005. Empenhada na divulgação do trabalho de artistas emergentes, a Galeria ZDB continuou durante estes anos a acolher exposições colectivas como *InMemory*, 2001, onde participaram, entre outros, Inês Botelho, João Maria Gusmão e Pedro Paiva, ou *Oh Dear!*, 2004, projecto de Francisco Vaz Fernandes, que incluiu trabalhos de Hugo Canoilas, Pedro Barateiro, Carlos Bunga ou Francisco Vidal. Paralelamente, a acção deste espaço diversificou-se, passando a acompanhar directamente o trabalho de alguns destes artistas, através de produções próprias e de residências, como foi o caso paradigmático da dupla Gusmão e Paiva, alvo de várias exposições ao longo da década.

Ainda a respeito da actividade expositiva independente, é de salientar a abertura progressiva de novos espaços não institucionais dirigidos por artistas a partir de 2000. No Porto, por exemplo, o número destes espaços aumentou consideravelmente desde então até aos últimos anos, em grande medida devido à iniciativa de José Maia, Eduardo Matos, Mafalda Santos e André Sousa, antigos membros do colectivo inter-disciplinar-idades⁴¹. Após o seu termo, cada um dos artistas envolveu-se na criação de diferentes espaços: primeiro Mafalda Santos e André Sousa com Miguel Carneiro abriram o PÊSSEGOprá-SEMANA (2001-2007), depois Eduardo Matos com Carla Filipe, Isabel Ribeiro, Renato Ferrão e Rui Ribeiro constituíram o Salão Olímpico (2003-2005), aos quais se somaram, mais recentemente, o Espaço Campanhã, dirigido por José Maia, e o Uma Certa Falta de Coerência, de André Sousa e Mauro Cerqueira. Se estes dois últimos têm contribuído para a divulgação e acompanhamento de percursos já revelados, o PÊSSEGOprá-SEMANA e o Salão Olímpico destacaram-se por lançar o trabalho dos próprios organizadores e de outros artistas com quem partilhavam afinidades e que também se inscrevem neste intervalo temporal, como Pedro Barateiro, Inês Botelho, Susana Anágua, Susana Gaudêncio, Isabel Ribeiro, Gustavo Sumpta, Manuel Santos Maia, Nuno Ramalho, Susana Chiocca ou Renato Ferrão.

Em Lisboa, por sua vez, surgiu o espaço Bartolomeu 5, entretanto extinto, que se cons-

⁴¹ Grupo de estudantes da FBAUP que organizou entre 1998-2001 várias conferências, exposições e eventos entre eles o *Pontos de Contacto*.



Vistas gerais da exposição *Busca Pólos*, Pavilhão Centro de Portugal, Coimbra, 2006 (na foto: trabalhos de Carla Filipe, Renato Ferrão e Nuno Ramalho, Mafalda Santos, Colectivo Mula, Isabel Carvalho e Eduardo Matos) Foto: Salão Olímpico

Carvalho. Em 2005, João Maria Gusmão e Pedro Paiva fizeram a sua primeira grande exposição individual em terreno institucional, *Intrusão: The Red Square*, comissariada por Pedro Lapa no MNAC – Museu do Chiado e, no ano seguinte, grande parte dos artistas ligados às actividades do Salão Olímpico participaram na colectiva *Busca Pólos*, co-produzida pelo Centro Cultural Vila Flor, Guimarães e pelo Museu de Arte Contemporânea de Serralves. Em 2007 e 2008, Bruno Pacheco e Ricardo Jacinto realizaram as suas primeiras exposições antológicas na Culturgest, a convite de Miguel Wandschneider. Já em 2009, sob o comissariado de Ricardo Nicolau, Pedro Barateiro apresentou um projecto em Serralves, desenvolvido especificamente para a Casa de Serralves, enquanto Isabel Carvalho

e Renato Ferrão participaram nas duas primeiras edições do programa *Emissores Reunidos*.

Diferentes problemáticas e orientações aparecem então associadas às obras deste segundo grupo de artistas, complexificando a produção artística da geração em análise. Evidenciam-se pois os percursos de André Guedes, Pedro Barateiro, João Maria Gusmão e Pedro Paiva, Carla Filipe e Mafalda Santos. André Guedes tem centrado a sua prática na construção de situações *site-specific* recorrendo à performance e à instalação para alterar as coordenadas de espaço e de tempo ligadas a um determinado lugar, o lugar de apresentação. Ora nessa transformação, operada pela utilização de objectos descontextualizados, pela introdução de novos elementos no espaço ou pela ocorrência de acções menos esperadas, evidenciada em projectos como *Outras árvores*, *outro interruptor*, *outro fumador* e *uma peça preparada*, 2004, ou *Informações/Information*, 2007, é também a própria relação espectador-lugar que entra em desacordo, passando a estruturar-se por via de processos de desidentificação. Deste modo, o artista confronta o espectador com modalidades espaço-temporais que resistem à ficção do aqui e agora ou do momento presente autocontido. Neste sentido, a experiência de uma situação adquire sempre em André Guedes formas de alteridade que não dispensam a participação do espectador. Se no início de 2000 a prática da performance ao vivo foi recuperada por poucos artistas (Susana Mendes Silva e André Guedes), no decurso da década passará a ser convocada com maior persistência, sofrendo diversas reconfigurações, como veremos.

Pedro Barateiro, por exemplo, tem-nos trabalhado por vezes na relação com o desenho, a fotografia, o texto, objectos do quotidiano, o filme, a pintura ou a escultura que, em articulação, geram cenários ou mesmo situações dentro das próprias exposições.



Pedro Barateiro, *Domingo*, 2008. Nove fotografias, impressão fotográfica preto e branco, tinta acrílica e marcador. Vídeo, cor, som, 3'41". Cadeira (MC.MOB.0260), pele e aço, década de 1970, cadeira executada segundo o modelo de Ludwig Mies van der Rohe, realizado para o Pavilhão da Alemanha na Exposição Mundial de Barcelona de 1929. Icon do mobiliário do "Movimento Moderno". Exemplos provenientes do Teatro S. Luis – Lisboa. Presentemente encontram-se na área de serviços do Museu da Cidade. Foto: Pedro Tropa e Teresa Santos. Cortesia do artista e Galeria Pedro Cera



Pedro Barateiro, *Plateia*, 2008. Betão, tijolo, 16 cadeiras, 500x400x25cm Foto: Pedro Tropa e Teresa Santos. Cortesia do artista e Galeria Pedro Cera

De facto, a noção de espaço expositivo ocupa um lugar importante no percurso da sua obra, já que o artista procura pensá-la a partir da indistinção entre lugar de apresentação e produção, alargando-a à participação do público. Vejam-se os projectos *What we are doing here?*, 2005, onde o espaço expositivo foi transformado em atelier sujeito a reconfigurações constantes ou *O Arenque do Brasil (metrópole)*, 2010, que fez da exposição um lugar destinado a discussões abertas ao público e a programas de rádio a partir de conversas entre o artista e outros produtores artísticos.

Os seus trabalhos reabilitam assim o potencial de emancipação reclamado pelas vanguardas artísticas, inscrito nas possibilidades de produção e experiência da arte. Porém, como o projecto *Domingo*, 2008, tornou claro, eles não deixam também de perscrutar as próprias contradições comportadas pelo vasto projecto do Modernismo. Através da apropriação e remontagem de imagens de arquivo, Barateiro tem igualmente problematizado deste modo o lugar da representação no quadro da visualidade construído pelos regimes colonialistas e ditatoriais, dos quais se destaca o português.

Já o trabalho desenvolvido pela dupla João Maria Gusmão e Pedro Paiva, um dos mais singulares desta geração¹², produz-se entre a prática do filme, da fotografia e da escultura, reportando-se quase sempre ao campo da acção e ao seu testemunho. Se até aqui o vídeo foi o *medium* mais utilizado para trabalhar a imagem em movimento, Gusmão e Paiva reactivam uma tecnologia obsoleta, o filme de 16mm, para construir pequenos filmes mudos. Apesar de esta tecnologia evocar os primórdios do cinema, assim como o humor que lhe é próprio, as acções ficcionadas pelos artistas não se esgotam nessa memória, possibilitando outros sentidos. Na sua generalidade, os filmes consistem em micro demonstrações de fenómenos da natureza de aparência científica ou etnológica executados por personagens (vejam-se *Paramagnetismo*, 2004, *Como Desviar o Eixo da Terra*, 2005, ou *A Grande Bebedeira*, 2007). Todavia, a busca por uma verdade ou pelo sentido fundado numa verdade vê-se desde logo comprometida, já que a relação entre a manifestação dos fenómenos e a sua significação processa-se por sistemas de diferença e não de identidade, reclamando para si a afirmação de “incomposibilidades”. Por sua vez, esses fenómenos nunca respondem a uma força de causa-efeito que pudesse devolver-lhes uma explicação auto-suficiente, restando por isso sempre um suplemento, um excesso sem nome, que se subtrai à esfera do conhecimento, assim como à do espectável. Tal como os filmes, também os seus objectos, como *Modelo Ocular*, 2006, parecem pois remeter o campo da experiência para a ordem do acontecimento, constituindo-se ao mesmo tempo enquanto dispositivos técnicos que permitem a sua percepção e enquanto testemunhos da ocorrência de uma excepcionalidade.

A par da performance, do filme, da escultura ou da instalação, o desenho representou também para muitos destes artistas, ligados sobretudo ao círculo do Porto, um *medium* com variadas possibilidades. É o caso de Carla Filipe e de Mafalda Santos. Os desenhos de Carla Filipe, tal como os realizados para os projectos *Without name* e *Família*, 2005, são predominantemente figurativos, conjugam imagem e texto caligrafado ou batido à máquina e revelam uma linguagem próxima da banda desenhada e do registo de diário. Contudo, estas referências actuam aqui apenas como apropriações para serem desviadas e receberem outros usos associados principalmente à noção de degradação. Se, por um lado, o traço e a caligrafia entram num processo de deformação, através de borrões, man-

¹² E o primeiro também desta geração a representar Portugal na Bienal de Veneza em 2009, sob o comissariado de Natxo Checa.



João Maria Gusmão e Pedro Paiva, *Como Desviar o Eixo da Terra*, 2005. Filme de 16mm, cor, sem som, 1'57" min. Foto: cortesia dos artistas



Vista geral da instalação *Familia*, 2005 de Carla Filipe, projecto *TERMINAL*, Hangar K7, Oeiras, 2005 Foto: Arquivo Paulo Mendes

Pormenor da instalação *Familia*, 2005 de Carla Filipe Foto: Blues Photography Studio

chas, rasuras ou má tradução, as narrativas que geram sugerem, por sua vez, situações de vida precária autobiográficas (emigração, desintegração social, desemprego...) que actuam como sintoma social. No entanto, é com ironia que Carla Filipe as representa tirando partido das ambiguidades que se tecem e baralham os planos ficcional e dos factos, pelo que ao espectador é-lhe sempre devolvida uma indiscernibilidade que de resto enforma a própria noção de identidade tão cara ao trabalho da artista. Mas os seus desenhos realizam-se também na relação com o espaço onde se inserem e com o campo da acção. Veja-se o exemplo do projecto *É um espaço estranho e maravilhoso, o ar é seco, quente e insípido/Precarious, escape, fascination*, 2010, onde um traço desenhado no chão a alcatrão conduzia o olhar do espectador em direcção ao subsolo.

Em Mafalda Santos o desenho, inscrito directamente na parede, adquire muitas vezes a forma de arquivo diagramático apropriado dos aplicativos informáticos, como método de organização visual de dados que a artista recolhe sobre a história e a actividade dos espaços onde expõe (centros de arte, espaços não institucionais, discotecas...), como em *Blackboard*, 2005, ou sobre as relações profissionais e sociais que se estabelecem temporariamente nesses espaços entre artistas e curadores, como em *Ambiente de Trabalho #1 e #2*, 2005 e 2009. O interesse sobre as redes de informação e sociais, reguladoras do sistema da arte contemporânea, alargou-se entretanto ao campo da História, no seu sentido mais amplo, conduzindo a um levantamento de eventos políticos que, na sua investigação, acabam por se cruzar com o domínio da arte, vejamos as teias operadas entre os principais episódios políticos e o crescimento de bienais de arte na Europa pós-queda do Muro de Berlim, em *One day every wall will fall*, 2009, ou as notícias dos adventos que fizeram a Primeira República Portuguesa em 1910 a 1926 (*República Revisitada*), 2010. Neste sentido, o trabalho de Mafalda Santos produz-se numa profunda relação entre o tempo e o espaço. Mas o reatamento da história em esquemas diagramáticos vem também problematizar a sua leitura no contexto da visualidade contemporânea, assim como a ameaça da sua complexidade se apagar.

2005-2010

Nos últimos cinco anos, novos artistas sucederam-se igualmente a um ritmo crescente. Junto a 2005 e 2006, surgiram Beatriz Albuquerque, Gabriel Abrantes, Joana Bastos, Catarina Botelho, von Calhau! (dupla formada por Marta Ângela e João Alves), André Cepeda, Mauro Cerqueira, Raquel Feliciano, Tatiana Macedo, Lúcia Prancha, André Príncipe, Sara&André, João Seguro, Isabel Simões ou Yonamine. Já em 2007, apareceram dez jovens artistas da FBAUL, Ana Baliza, Bruno Cidra, Joana Escoval, Nuno da Luz, Ana Manso, Pedro Neves Marques, Margarida Mendes, André Romão, Gonçalo Sena e Mariana Silva, que deram a conhecer o seu trabalho através de iniciativas independentes acolhidas em diferentes espaços da cidade. Entre elas destacam-se a exposição *Antes que a Produção Cesse*, apresentada no Espaço Avenida 211, 2007, por ter correspondido a uma das primeiras exposições públicas da obra destes artistas, e o ciclo *Estados-Gerais*, organizado

entre Abril e Julho de 2009, na Arte Contempo, que possibilitou a sua aproximação à de pares nacionais e internacionais, como Martin Beck, Rossella Biscotti, António Bolota, Hugo Canoilas, Ryan Foerster ou Asier Mendizabal.

Tal como os seus colegas de geração, os artistas deste terceiro grupo começaram a expor em espaços independentes, entre os quais o PÊSSEGOPRÁSEMANA até 2007, o Espaço Campanhã, o Uma Certa Falta de Coerência, a Galeria ZDB, o Espaço Avenida 211, a Arte Contempo ou o Kunsthalle Lissabon, criado por João Mourão e Luís Silva em 2009 e que, neste momento, desenvolve em Lisboa um dos programas de maior qualidade em torno da produção artística emergente¹³. Hoje, começam lentamente a ser integrados nas exposições de museus e instituições nacionais.

Mauro Cerqueira e Carlos Lobo participaram na colectiva *MV/C+V*, organizada em 2009 pelo Centro Cultural Vila Flor, Guimarães, o mesmo espaço que em 2010 dedicou uma exposição individual a Gabriel Abrantes, centrada nos seus filmes, intitulada *Histories of Mutual Respect*. Também neste último ano Raquel Feliciano e Joana Bastos expuseram no ciclo *Project Room* no Centro de Artes Visuais de Coimbra, a convite de Miguel Amado, enquanto Yonamine, André Romão ou Mariana Silva estiveram representados, ao lado de Pedro Barateiro, Mafalda Santos ou João Pedro Vale, em algumas exposições colectivas integradas nas comemorações do Centenário da República Portuguesa, respectivamente *Povo/People* no Museu da Electricidade (cur. artística João Pinharanda), *A República Revisitada*, na Galeria Diário de Notícias (cur. Pedro Lapa), *Res Publica 1910 e 2010 face a face* na Fundação Calouste Gulbenkian (cur. Helena de Freitas e Leonor Nazaré) e *As Artes Cidadãos*, no Museu de Serralves (cur. Óscar Faria e João Fernandes). Ainda em 2010, André Romão e Pedro Neves Marques realizaram a exposição conjunta *Uma Cortina de Fumo / Mármore e Vidro* no Museu da Electricidade, sob o comissariado de João Pinharanda.

O uso e a articulação de vários *media* continuaram a organizar parte das propostas artísticas emergidas na segunda metade da década. Vejam-se os trabalhos de Sara&André e de Joana Bastos, onde a performance se alia à revisão do discurso da crítica institucional e à pesquisa sobre a mercantilização do objecto artístico e o estatuto da figura do artista no contexto actual; de Lúcia Prancha, onde a acção performativa se gera a partir de processos de repetição e de deslocação espaço-temporal e entra em diferimentos pelo uso da escultura, do desenho, do vídeo, ou dos von Calhau que, a par de uma vasta produção gráfica, relacionam a performance com o filme, a música e a cenografia num trabalho de manipulação de formas, sons e imagens que convoca uma cultura predominantemente psicadélica e de raiz primitiva. Não obstante, a pintura e a fotografia também conheceram novos desenvolvimentos. Por um lado, artistas como Yonamine, Isabel Simões e Ana Manso alargaram a prática da pintura a pesquisas sobre as dimensões política e perceptiva ou sobre a possibilidade do acaso, dando continuidade à reconfiguração deste *media* operada anteriormente por Ana Cardoso, Bruno Pacheco, Rui Ferreira ou Francisco Vidal. Por outro lado, Catarina Botelho, André Cepeda, André Príncipe ou Tatiana Macedo têm devolvido à imagem fotográfica uma linguagem documental para o registo de pequenos instantes que pontuam o quotidiano, atribuindo-lhe planos narrativos.

Apesar de contarem com um percurso igualmente curto, Mauro Cerqueira, Gabriel Abrantes, André Romão e Pedro Neves Marques têm visto a sua obra ganhar uma visibilidade crescente nos últimos três anos. Na sua maioria, os trabalhos de Mauro Cerqueira constituem-se como cenários para uma acção performativa em eminência de acontecer ou como rastros de uma performance já realizada, vejam-se, a este título, *Drowned Youth*, 2008, ou os diversos projectos integrados nas exposições *Lição n.º 2*, 2009, e *Jim*, 2010. Neste sentido, o artista constrói *assemblages* escultóricas com materiais e dispositivos retirados do quotidiano que aparecem inventariados nos seus desenhos, como tábuas de madeira, luvas, facas, pneus, escadotes, bancos, copos de vidro, aos quais junta baterias, rampas ou *graffitis*, para depois destruí-las, restando, no espaço, apenas a memória de uma acção. Entre a forma precária das *assemblages* e o resgatar do fôlego de certas contraculturas, como o *rock* ou o *skate*, e que sobre aquelas é exercido, Cerqueira encontra um terreno possível para pensar a escultura e o corpo enquanto lugares de instabilidade, de acidentes e de pulsão.

Diferentes géneros, como a pintura, o desenho, a escultura, a instalação ou o filme, têm caracterizado a obra de Gabriel Abrantes. No entanto, os seus trabalhos mais recentes, como *Visionary Iraq* e *Two Many Daddies, Mommies and Babies* de 2009 ou *A History of Mutual Respect e Liberdade*, 2010, incidem na realização de vídeo instalações e filmes para cinema, rodados em estúdios com cenários criados por si, dentro de casas, na rua ou em

¹³ A esta lista de espaços independentes podemos hoje acrescentar outros tantos como o BarberShop (cur. Margarida Mendes), o OPorto (cur. Alexandre Estrela), o Empty Cube (cur. João Silvério), o Pavilhão 28 do Hospital Psiquiátrico Júlio de Matos (cur. Sandro Resende) ou o Edifício Transboavista VPF Art (dir. Victor Pinto da Fonseca).

¹⁴ Projecto pertencente à trilogia *On the Invisibility of Performance and the Resonance of Lives*, 2009-2010, que inclui dois outros trabalhos: *O Desenho de Fuga* (em colaboração com Mariana Silva) e *The Wandering Chief* (1880-1891).

espaços naturais. De um modo geral, são atravessados por temas que adquiriram junto dos meios de comunicação o estatuto de flagelos mundiais, como o aquecimento global, ou que se relacionam com os grandes acontecimentos históricos – surgem aqui a guerra no Iraque ou o Colonialismo. A semelhança do cinema de Hollywood, e não por acaso, os filmes de Abrantes também aproximam o espectador dos grandes temas da História através de uma história de amor e drama. De facto, o artista apropria-se da gramática de Hollywood, exacerbando os estereótipos associados às categorias cinematográficas (acção, guerra, aventura ou melodrama) e aos respectivos enredos padronizados, bem como da retórica das telenovelas. Todavia, Abrantes dirige uma crítica aos discursos ideológicos veiculados por aquelas indústrias, subvertendo as suas convenções. Em vez de contratar actores profissionais, opta por trabalhar com amigos e colegas, privilegiando um processo de colaboração artística e uma linguagem que recusa o naturalismo. Por outro lado, a narrativa nunca decorre linearmente, sendo desestabilizada por diferentes níveis de deslo-

cação: se os actores invertem os papéis no decorrer do mesmo filme gerando ambiguidades face aos lugares identitários de poder que cada um nele ocupa, o guião, por seu turno, é assaltado de forma abrupta por perversidades que desactivam qualquer pretensão moral.

A esfera do político, enquanto desarranjo das funções e lugares que configuram as comunidades, atravessa igualmente as obras de André Romão e de Pedro Neves Marques, artistas que por diversas vezes trabalham em conjunto. Ambos partilham um conjunto de referências problematizadoras das noções de emancipação, espaço público, sujeito

e experiência que radicam na história da Cultura Clássica grega e na Cultura Contemporânea. Também nos dois casos essas referências aparecem evocadas de forma fragmentada através da combinação dos vários elementos que constituem as suas instalações, entre eles documentação visual e escrita, fotografias, *slides*, desenhos, esculturas, objectos ou vídeos. Todavia, procedimentos diferentes organizam a obra de cada artista. A prática de Romão centra-se na disjunção de acontecimentos políticos e culturais, bem como de trechos de obras literárias, que convivem não do ponto de vista cronológico, já que provêm de contextos históricos distintos, mas por corresponderem a momentos de fractura e conflito com poderes. Por exemplo, o projecto *The Vertical Stage*, 2010, remetia o espectador para o massacre de Tlatelolco e para os Jogos Olímpicos registados na cidade do México em 1968, para a *Iliada* de Homero e para o *Teatro da Crueldade* de Artaud. Tanto os dados narrativos como os acontecimentos verificados seleccionados partilham aqui um potencial transformador conduzido por acções precárias. Mas ao invés de apontar para uma promessa a cumprir, essa possibilidade de disrupção aparece reencenada nas suas instalações enquanto realidade construída no espaço do quotidiano. Assim, os seus trabalhos não só operam uma arqueologia de fontes histórico-culturais como sugerem também uma actualização reconfigurada dos seus sentidos no presente.

Por sua vez, Pedro Neves Marques tem desenvolvido um trabalho que interroga as possibilidades de experiência num contexto onde ela aparece sistematicamente confiscada pelas demais formas de poder. Neste sentido, o artista tem procurado registar situações imprevisíveis do quotidiano, como em *Tentativa de: Os Mergulhadores do Reno (Basileia: Agosto 2007)*, 2007, realizar experiências que recusam o tempo do imediato e do instantâneo, como a viagem realizada com Joana Escoval e Mariana Silva intitulada *Costa Atlântica*



Vista geral da instalação *The Vertical Stage*, 2010 de André Romão, Kunsterhaus Bethanien, Berlim Foto: cortesia André Romão

Portuguesa (Caminha-Viana do Castelo ao Cabo de Sagres), 2007, ou resgatar experiências de terceiros, como em *Tigris Expedition*, 2009-10¹⁴, onde recupera a expedição conduzida pelo antropólogo Thor Heyerdah em 1978, bem como o seu gesto político. Apesar de a linguagem documental dos seus projectos sugerir uma experiência do vivido, ela não é contudo pensada fora de um processo de mediação que, através do texto, fotografia, vídeo e leituras, a difere no espaço e no tempo e simultaneamente a ficcionaliza.

Ao contrário da profunda assimetria registada nos anos noventa entre a programação de algumas instituições nacionais e a produção artística emergente, os artistas revelados nesta década encontraram um panorama bastante mais favorável à respectiva integração e reconhecimento institucionais.

Um dos factores que terá necessariamente contribuído para esta viragem foi a entrada de curadores com entendimentos actualizados no domínio da História da Arte Contemporânea para lugares de direcção e programação dos principais museus e centros de arte do país, verificada a par da renovação da própria rede institucional, nomeadamente com João Fernandes (adjunto da direcção do Museu de Serralves entre 1996-2003 e director desde 2003), Pedro Lapa (director MNAC – Museu do Chiado entre 1998-2009), João Pinharanda (programador das artes visuais do Museu da Electricidade desde 2000), Delfim Sardo (director do Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém entre 2003-2005), Miguel Wandschneider (programador das artes visuais da Culturgest desde 2005), Ivo Martins (programador das artes visuais do Centro Cultural Vila Flor, 2005), Ricardo Nicolau (adjunto da direcção do Museu de Serralves desde 2006), e Isabel Carlos (directora do CAM – Fundação Calouste Gulbenkian desde 2009). Apesar de não se terem dedicado ao comissariado de exposições dos artistas pertencentes a esta geração, António Pinto Ribeiro (programador artístico da Culturgest entre 1992-2004), Jorge Molder (programador do CAM – Fundação Calouste Gulbenkian entre 1994 e 2008), Albano Silva Pereira (director do Centro das Artes Visuais desde 2003) e Jean-François Chougnnet (director artístico do Museu Berardo desde 2006) ajudaram a promovê-los através da sua incorporação nas colecções que dirigiam ou continuam a dirigir e da apresentação de projectos comissariados por outros curadores. A este

The Tigris Expedition

Secretary-General Kurt Waldheim,
United Nations.

As the multinational crew of the experimental reed-ship *Tigris* brings the test voyage to its conclusion today we are grateful to the Secretary-General for the permission to sail under United Nations flag and we are proud to report that the double objectives of the expedition have been achieved to our complete satisfaction.

Ours has been a voyage into the past to study the qualities of a prehistoric type of vessel built after ancient Sumerian principles. But it has also been a voyage into the future to demonstrate that no space is too restricted for peaceful coexistence of men who work for common survival. We are eleven men from countries governed by different political systems. And we have sailed together on a small raft-ship of tender reeds and rope a distance of over six thousand kilometres from the Republic of Iraq by way of the Emirate of Bahrain, the Sultanate of Oman and the Republic of Pakistan to the recently born African nation of Djibouti. We are able to report that in spite of different political views we have lived and struggled together in perfect understanding and friendship shoulder to shoulder in cramped quarters during calms and storms, always according to the ideals of the United Nations: cooperation for joint survival.

When we embarked last November on our reed-ship *Tigris* we knew we would sink or survive together, and this knowledge united us in friendship. When we now, in April, disperse to our respective homelands we sincerely respect and feel sympathy for each other's nation, and our joint message is not directed to any one country but to modern man everywhere. We have shown that the ancient people in Mesopotamia, the Indus Valley and Egypt could have built man's earliest civilisations through the benefit of mutual contact with the primitive vessels at their disposal five thousand years ago. Culture arose through intelligent and profitable exchange of thoughts and products. Today we burn our proud ship with sails up and rigging and vessel in perfect shape to protest against the inhuman elements in the world of 1978 to which we have come back as we reach land from the open sea. We are forced to stop at the entrance to the Red Sea. Surrounded by military aeroplanes and warships from the world's most civilised and developed nations we are denied permission by friendly governments, for security reasons, to land anywhere but in the tiny and still neutral republic of Djibouti, because elsewhere around us brothers and neighbours are engaged in homicide with means made available to them by those who lead humanity on our joint road into the third millennium.

To the innocent masses in all industrialised countries we direct our appeal. We must wake up to the insane reality of our time which to all of us has been reduced to mere unpleasant headlines in the news. We are all irresponsible unless we demand from the responsible decision makers that the modern armaments must no longer be made available to the people whose former battle axes and swords our ancestors condemned. Our planet is bigger than the reed bundles that have carried us across the seas and yet small enough to run the same risks unless those of us still alive open our eyes and minds to the desperate need of intelligent collaboration to save ourselves and our common civilisation from what we are about to convert into a sinking ship.

The Republic of Djibouti, 3 April, 1978*



Pedro Neves Marques, *The Tigris Expedition* (1978), 2009-10, c-print, 140x110 cm, a partir da carta enviada pela tripulação às Nações Unidas em 1978, da trilogia *On the Invisibility of Performance and Resonance of Lives* Foto: cortesia Pedro Neves Marques

¹⁵ União Latina, EDP – Novos Artistas, Anteciparte ou BES-Revelação.

respeito é de salientar o ciclo *Sete artistas ao décimo mês*, importante iniciativa de apoio à divulgação de artistas emergentes organizada pelo CAM desde 1997.

Nestes últimos dez anos o número de prémios destinados à legitimação do trabalho de novos artistas¹⁵ aumentou consideravelmente, passando a ser apresentados em instituições, para além de contarem nos seus júris com a participação de curadores/críticos de renome, por vezes internacionais.

Quanto à crítica especializada, alguns esforços positivos registaram-se sobretudo a partir de meados da década, através da iniciativa de revistas como *L+Arte* ou a *Artcapital*. Com elas uma nova geração de críticos apareceu a acompanhar os desenvolvimentos artísticos contemporâneos, pondo termo a um modelo único de crítica herdado dos anos oitenta, a crítica jornalística. Dada a ausência de revistas da especialidade ou o fracasso de algumas com projectos de qualidade, como a *Arte Ibérica* e sobretudo a *Pangloss*, que não conseguiram infelizmente encontrar meios autosustentáveis ou um público que as lesse, a crítica de jornais generalistas dominou a opinião pública praticamente sozinha até 2005, com contributos por vezes verdadeiramente nefastos para o esclarecimento e reflexão acerca das práticas artísticas contemporâneas, como foi o caso específico de Alexandre Pomar, que até 2008 utilizou o jornal *Expresso* para destruir projectos artísticos e curatoriais de mérito junto de uma opinião pública menos familiarizada.

O mercado de arte contemporânea complexificou-se também, sobretudo, a partir do final da década de noventa com o surto de novas galerias e de coleccionadores privados. Às galerias Cómicos/Luís Serpa, Módulo, Quadrado Azul, Roma e Pavia/Pedro Oliveira, cuja actividade remonta aos anos oitenta, e depois da Galeria Fernando Santos e da já extinta Galeria Graça Fonseca, juntaram-se novas galerias. Num primeiro momento, Cristina Guerra – Contemporary Art, Galeria Filomena Soares, Galeria Marta Vidal (já extinta), Galeria Pedro Cera, Galeria Presença e, posteriormente, 3+1, Carlos Carvalho – Arte Contemporânea, Galeria Baginski, Galeria Graça Brandão, Galeria Miguel Nabinho – Lisboa 20, Marz – Galeria, Reflexus – arte contemporânea ou Vera Cortês que, ao lado de outras, como a Galeria III, hoje renovada, aparecem empenhadas nas emergências artísticas. A acompanhar a diversidade de galerias e respectivos programas, surgem novos coleccionadores privados com projectos mais ambiciosos e interessados em criar os seus próprios museus. Na sequência de Joe Berardo, que em 2006 conseguiu ver o seu museu de Sintra transferido para o maior espaço público de arte contemporânea de Lisboa e a sua colecção alargada com o apoio financeiro do Estado, encerrando assim a actividade do Centro de Exposições do CCB, o banqueiro João Rendeiro constituiu duas amplas colecções, a Colecção do Banco Privado e a Ellipse Foundation. A Colecção do Banco Privado Português, orientada por Vicente Todolí, João Fernandes e Alexandre Melo, manteve-se em depósito no Museu de Serralves até ter sido vendida e a Fundação Ellipse, criada em 2004, atingiu níveis de excelência internacional e ímpares no nosso contexto graças ao comissariado de Manuel Gonzalez, Pedro Lapa e Alexandre Melo. Contudo, o seu futuro continua, infelizmente, a afigurar-nos hoje uma incógnita dada a gestão ruínoza conduzida pelo próprio coleccionador.

Paralelamente, as colecções privadas de arte contemporânea de António Cachola, António Prates e Manuel de Brito deram também origem, entre 2006 e 2007, a três novos espaços de natureza museológica, nomeadamente o CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito (dir. Arlete de Brito e Rui Brito), o MACE – Museu de Arte Contemporânea de Évora (dir. João Pinharanda até 2010) e a Fundação António Prates (dir. Graça Fonseca).

Todavia, o panorama do coleccionismo privado diversificou-se ainda mais com o aparecimento de outras colecções formadas por grupos empresariais e financeiros. Assim, na sequência das colecções da Fundação EDP e da Fundação Carmona e Costa, constituídas nos finais de noventa, surgiram as da Fundação PLMJ – Sociedade de Advogados em 2001, a Colecção Madeira Corporate Services – MCS em 2002, a Colecção Teixeira de Freitas ou a Colecção BESart em 2004. Apesar das diferentes orientações que definem as colecções enunciadas, a sua grande maioria incorporou rapidamente as práticas artísticas mais emergentes, contrariando a tendência mais conservadora que, em tempos, regulou o coleccionismo privado em Portugal. ▀

2000-2010 em 3x4 Triologias perspécticas com E de Ensaio

2000-2010 em 3 x 3 + 1: “Antelóquio”, “Grandes Angulares”, “Grandes Planos” e “No ensaio”. O ensaio literário nacional da moldura à focal analítica.

¹ Zygmunt Bauman. *Europa: uma aventura inacabada*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, pp.16-18.

ANTELÓQUIO...

...do balanço d’ o género *intranquilo* (João Barrento, 2010) quiçá gerado na própria inquietação da Europa que se sente *uma aventura inacabada* (Zygmunt Bauman, 2004) e que faz “da própria cultura um objecto da cultura” “que se alimenta de questionar a ordem das coisas - e de questionar a maneira de questioná-la”, Europa-*jangada de pedra* cujos Prometeus e Odisseus se tornaram “gigantes” já “grisalhos” assistindo, impotentes, à ascensão de potências económicas mais jovens, pujantes, e cada vez mais incapazes de “pensar a longo prazo” e de “[se] orientar[em] à longa distância”, mais *intranquilos* na sua crise de identidade. Género de “cálculo e asas” (Hölderlin) desenvolvido nas fissuras e nos sismos das *placas tectónicas* da doxa e da criação...

1. Fim de século e de milénio, início de novos... tempo de balanço, de crise, de mudança de ciclo e de gerações, alteração da cartografia nacional.

Portugal sente-se uma *Alice no País das Maravilhas* entre a tradição da vocação de além-mar e a necessidade de inscrição no velho continente, ele mesmo clivado por fracturas e pela heterogeneidade que tenta re-ordenar para enfrentar o desafio do futuro, mas crispado pelo sentimento da decadência do projecto que o impulsionou: protagonista de uma História expansionista, regressara às fronteiras originais para enfrentar a multiculturalidade intensificada em reduzido espaço e tentou transformar as fronteiras perdidas em mapa simbólico, imaginário e concebido nos (des)afectos, na língua e na História comuns³, ao mesmo tempo que reforçou os laços com um centro de que se sente periferia, procurando, também, reforçar pontes entre os mundos peninsular e eslavo. E o ciberespaço é outra dimensão, outro universo...

Como pano de fundo, a globalização dilui fronteiras e desenha a sua caminhada num conceito de *universalidade* que excede identidades construídas e fronteiras reconhecidas e faz sentir a ameaça de diluição. Os princípios ‘universais’ vertem-se, ao longo do século, em declarações⁴.

2. Integrado na CEE ainda em final de século, Portugal acolheu em Março de 2000 a definição da Estratégia de Lisboa pelo Conselho Europeu, com objectivos até 2010, revista em 2005.

O Euro, moeda comum aos Estados-Membros participantes na UEM, criado em 1999, substituiu efectivamente o escudo português já no novo milénio, impondo-se como simbólica resposta ao questionamento da Europa sobre si própria, inquietação que lhe marca a sua cultura, segundo Zygmunt Bauman (*Europa: uma aventura inacabada*, 2004), e cuja diversidade de projectos de ideias foram tema de debate no Congresso Internacional

² Idem, p. 22

³ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

⁴ A “Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias” (1992) dá origem à “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” (1996), emolduradas por outros textos de princípios e acções subsequentes: “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948), “Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas” (1992), a “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia” (2000), as instituições, comissões e os “Materiais Educacionais” e de “Advocacy” (http://www.hrea.org/index.php?doc_id=700) que delas relevam, para não mencionar mais.

⁵ <http://www.tu-chemnitz.de/phil/europastudien/swandel/europe/index.php>.

⁶ <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>. A Declaração Constitutiva e os Estatutos da CPLP são ratificados pelos diferentes países membros entre 1997 e 2002. Os Estatutos são objecto de sucessivas revisões: São Tomé (2001), Brasília (2002), Luanda (2005), Bissau (2006) e Lisboa (2007).

⁷ Assinado entre Portugal e o Brasil em 1945, só foi implementado em Portugal.

⁸ Refiro-me à que se cristaliza na existência e no programa de acção do Instituto Camões.

⁹ Palavra proposta pelo politólogo Rudolf Kjellén, no início do século XX, inspirado pela obra de Friedrich Ratzel, (*Politische Geographie* (Geografia Política), de 1897). O conceito tem longa e sinuosa história (de Aristóteles a Maquiavel e a Montesquieu, passando por tantos e diversos contributos), mas a actualidade complexificou-a e conferiu-lhe dimensão interdisciplinar com a perspectiva dos jogos de poder à escala mais globalizante e com a sua relação e inscrição territorial.

¹⁰ Cf. *Plano de Acção para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa* (I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial – Brasília, 2010).

¹¹ Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas – Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

“Ideias de/para a Europa” (2009)”, sob o patrocínio do Presidente da Comissão Europeia, que nele recebeu o *honoris causa* (significativamente, na cidade-modelo de um ideário ultrapassado: Chemnitz, ex-Karl Marx Stadt): *A Europa em busca de si própria. O Árduo Combate do Euro* (1998), de Rogério Martins, etc.

O processo de Bolonha encerra o milénio: a partir da Declaração de 1999, a Europa comunitária trabalha na construção de um “espaço europeu de Ensino Superior” globalmente harmonizado, alicerce de um espaço comum europeu de ciência e de Ensino Superior à escala europeia e intercontinental. O ensino e a investigação científica reestruturam-se, promovendo, pela base, outra, nova sociedade, comunidade alargada, declaradamente mais fraterna.

Em contra-corrente: o estado social ou “estado providência” experimenta profundos abalos sísmicos de que resultam a precarização do contrato laboral, a crise de emprego e financeira, a ameaça da perda da segurança social, a circulação de pessoas com o conseqüente agravamento da crise da família/casal como célula de reprodução sócio-cultural e o sentimento de um desmoronar do mundo...

3. Por outro lado, a CPLP constitui-se em 1996 e “assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito”⁶.

A ideia de um acordo ortográfico entre os países de língua oficial portuguesa atravessa o século XX⁷ e concretiza-se no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, subscrito pelos países da CPLP e objecto de intensa polémica, sinal do sentimento de patrimonialidade simbólica nela representada, mas também de uma mudança de paradigma: a *política da língua* de um país⁸ cede à convicção da necessidade de uma *geopolítica da língua*, de acção concertada entre associações de países, blocos que se legitimam política, cultural e/ou economicamente. Na primeira década do novo milénio, é tempo de *redesenhar* o IILP, pluricêntrico, e, em Portugal, *refunda-se* o Instituto Camões, cria-se um Fundo da Língua Portuguesa e pondera-se a sua internacionalização¹⁰.

GRANDES ANGULARES

A primeira década do novo milénio denuncia, pois, uma angústia identitária relevando de transformações políticas, geoestratégicas, sociais, culturais e económicas, que se exprime na *re-cartografia territorial* em diversas áreas do pensamento, angústia dissimulada, no início, pela perspectiva *construtora, empreendedora, esperançosa*.

Nos mapas do novo milénio, percebe-se a preocupação de inscrição no passado do olhar prospectivo, muitas vezes sombreado de apreensão tendendo a beirar o pânico, outras vezes, evitando-o pelo modo como se centra no trabalho reflexivo da área disciplinar.

Obras de referência desenham as coordenadas identitárias da cultura portuguesa in-fluindo, por isso, nas diferentes áreas da reflexão e da criação...

1. Da Lusofonia

A Lusofonia define-se, emergindo da escrita que lhe foi exprimindo a experiência da viagem e do ânimo que a soprou. E chega a traçar o seu percurso na bibliografia do mesmo autor, que a vectoria, ou na passagem do testemunho. Ou a constituir em 2008 um Observatório da Língua Portuguesa (<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt>) que dá visibilidade a essa “comunidade imaginada”¹¹ e à vida e estudo da língua partilhada, património de mais de 240 milhões.

Exemplar do primeiro dos casos é Fernando Cristóvão, que, na experiência nacional da *viagem*, grafa o itinerário da literatura que a exprime e da emergência da Lusofonia que dela resulta em obras por ele coordenadas ou de sua autoria: *O Olhar do Viajante – dos Navegadores aos Exploradores* (coord., 2003), *Dicionário Temático da Lusofonia* (coord., 2005, 2.^a ed. 2007), *Da Lusitanidade à Lusofonia* (2008), *Literatura de Viagens: da Tradicional à Nova e à Novíssima – Marcas e Temas* (coord., 2010).

E o mapa vai-se reforçando entre a perspectivização mais genérica e a mais centrada em autores ou territorialidades (afinidades, relações, migrações, história comum) em tempo de globalização. Dentre outros, e para mencionar três, de diferentes projectos e registos: António Braz Teixeira contribui com a sua reflexão sobre a *razão atlântica* (*Formas e Percursos da Razão Atlântica*, 2001), José Eduardo Franco, coordenando *Entre a Selva e a Corte* (2009), abre

inauguralmente a ponte editorial entre aquém e além-mar, como a personalidade que trata e que cerziu um tema e um mito dessa história (o P.º António Vieira), Onésimo Teotónio Almeida encerra a década com o seu balanço de quarenta anos de *reflexi-vivência* intercultural (*O Peso do Hifen. Ensaios sobre a Experiência Luso-Americana*, 2010), demonstrando o ‘hifen’ nos casos, na teoria, nos dados estatísticos.

Exemplo do segundo caso é o *Dicionário de Literatura – Portuguesa, Brasileira, Galega, Africana, Estilística Literária*, obra dirigida por Jacinto do Prado Coelho e sucessivamente reimpressa e reeditada, que vê os volumes de actualização coordenados por Ernesto Rodrigues, Pires Laranjeira e Viale Moutinho abrirem o milénio (2002-2003).

2. O sopro utópico

A transição entre milénios também se faz bafejada pela utopia revisitada que a Lusofonia vem, de certa forma, revitalizar.

Realizações individuais que perscrutam autores, géneros e o tema: *Do Espírito da Utopia* (2007), de José Eduardo Reis, *Profetismo e Espiritualidade. De Camões a Pascoaes* (2007), de Maria Luísa de Castro Soares, *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (2007), de João Francisco Marques, para apenas colher exemplos do mesmo ano.

E também o fazem realizações colectivas e conviviais, de que é paradigma a revista *Nova Águia. Revista de Cultura para o Século XXI* (com 6 números entre 2008-2010), homenageando a sua antecessora e assumindo um programa de construção de “um novo Portugal”, “um novo mundo lusófono” e “um novo mundo”, sob o impulso de Paulo Borges e de um vasto grupo, norteada por um “Manifesto” e com visibilidade *on line*¹². Também o PNL – Plano Nacional de Leitura¹³ exprime esse esforço construtor e formativo, cívico e comunitário, agregador e impulsionador.

3. As grandes angulares estruturantes

Toda a reflexão cultural e estética emerge como palácio sobre fundações de uma arquitectura revisora, refundadora: histórias e dicionários definem-lhe as coordenadas matriciais.

As Histórias de Portugal de José Mattoso e de Rui Ramos fazem a ponte entre milénios e gerações académicas em simbólica passagem do testemunho de coordenação de grupos de historiadores. E a *História da Vida Privada em Portugal* (2010), coordenada por José Mattoso, evidencia a face íntima da comunidade.

Ao lado, outras coordenadas se (re)definem: a ‘longa-metragem’ *História do Pensamento Português* (1999-2004), por Pedro Calafate (coord.), a ‘curta-metragem’ *O Essencial sobre a Filosofia Portuguesa* (2008), de António Braz Teixeira, que também nos oferece a *História e Filosofia do Direito Português* (2005) e *A Filosofia da Saudade* (2007). Guilherme d’Oliveira Martins reforça os alicerces identitários nacionais revendo-os na sua reinscrição globalizante com *Portugal, Identidade e Diferença* (2007) e *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação* (2009).

Monumento dicionarístico é o *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* (2010), dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Cristina da Costa Gomes, de que é secção autónoma o *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de Vida Consagrada Católica em Portugal* – com uma “Cronologia da História da Vida Consagrada” em CD – (2010), obra coordenada por José Eduardo Franco, sob cuja coordenação se preparou o magno Congresso Internacional “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal. Memória, Presença e Diásporas” (Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 2 a 5 de Novembro de 2010), onde o debate encerrarou o ano.

Também na Arte se revêem os mapas, abrangentes e relacionantes: a *História da Arte – Ocidental e Portuguesa, das Origens ao Final do Século XX* (2006) e a *Arte Portuguesa* (2010), de Ana Lídia Pinto, Fernanda Meireles e Manuela Cernadas Cambotas, a *História das Artes Visuais no Ocidente e em Portugal* (2004), de Paulo Simões Nunes, *Artes Plásticas e Literatura do Romantismo ao Surrealismo* (2003) e *História do Pensamento Estético em Portugal* (2009), de Fernando Guimarães, a *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX* (2010), de Salwa el-Shawan Castelo-Branco, etc., sinalizam bem essa tendência de sistematização.

Eis, pois, matéria para ‘retratos de grupo’: *Comunidades Imaginadas: Nações e Nacionalismos em África*, (2008), co-coordenado por Luís Torgal, *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros* (2009), coordenado por Hermenegildo Fernandes e outros, etc.

¹² [Http://novaaguia.blogspot.com/](http://novaaguia.blogspot.com/).

¹³ Com duas etapas previstas: 1.ª fase de 2007 a 2011; 2.ª fase a partir de 2012 (<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnl/v/>). O PNL expande-se à Lusofonia através do protocolo com o OLP (2009) e das acções subsequentes.

Complementarmente, observam-se relações com o exterior (caso de *Europa de Leste e Portugal. Realidades, Relações e Representações*, 2010, coordenado por José Eduardo Franco, Teresa Pinheiro e Beata Elzbieta Cieszyńska, volume inaugural de uma colecção “Biblioteca Ibero-Eslava”, e, de outro ângulo, *O Euro e o Futuro de Portugal e da União Europeia*, 2010, de José Renato Gonçalves).

Em contra-luz, começando a sistematizar o pensamento que se define pela negativa, pela oposição, *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal* (2009), coordenado por José Eduardo Franco e António Marujo, anuncia reflexão de grupo a desenvolver.

GRANDES PLANOS

1. Focais de autores, textos, acontecimentos e personalidades

É com estas molduras que o biografismo desenvolve os seus retratos dos Reis de Portugal, num discurso, muitas vezes, associando a historiografia, a arte e a ficção, outras vezes, vocacionado para o grande público.

Galerias de livros, como a colecção dirigida por Roberto Carneiro e a de DVDs coordenados por Joaquim Veríssimo Serrão. Também as Rainhas se perfilam. E figuras da República, do Regicídio, etc.

Ao lado do traço rigoroso do historiador, desenvolve-se diversificada ficção, especulando sobre hipóteses ou insinuando-as nas lacunas e nos silêncios da História, elaborando as suas sombras. E a vinculação nacional reforça-se na sua estratégia europeia.

Em plena década, José Mattoso mergulha nas brumas do mito do fundador, procurando a vera face de *D. Afonso Henriques* (2007), acabando por constatar o modo como no corpo do herói se desenham as cicatrizes da História da Nação... matéria para os múltiplos romances históricos que lhe consagram uma ala especial nessa galeria dos nossos heróis e mitos.

E Nun'Álvares é figura também polarizadora de comemorações (2009), destacando-se a *Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e suas Descendências*, de *Rodrigo Mendes Silva Lusitano* (2010), com estudo de Fernando Cristóvão e *fac-símile* do original, inaugurando uma colecção (“Símile”) e uma nova perspectiva da sua importância no quadro europeu: a do patriarca de uma descendência que domina as casas reais e imperiais europeias até à decadência e queda da Monarquia.

2. Vocalizações em tempo de crise: entre a consonância e a dissonância, entre gerações

Em tempo de crise, revisitam-se autores e revêem-se linhagens, entre gerações.

No centro, Pedro Calafate e outros dão a ver um *Portugal como Problema* (2006), antologando textos numa travessia de séculos.

Representando a consonância entre gerações, Eduardo Lourenço e Miguel Real decretam, respectivamente, *A Morte de Colombo. Metamorfoses e Fim do Ocidente como Mito* (2005) e *A Morte de Portugal* (2007). Carlos Leone, com *Portugal Extemporâneo* (2007), perscruta-lhe a paisagem e José Gil confronta-nos com *Portugal, Hoje – O Medo de Existir* (2007).

3. Ao ritmo de comemorações

As comemorações ritmam e sintonizam a memória colectiva e a produção científica: Eça de Queirós, António Vieira, Camilo, Eduardo Lourenço... e a instauração da República!

A produção reflexiva e artística dialogam, às vezes, na escorrência da pena do mesmo autor e a multiplicação de encontros e de debates regista altos níveis de ocorrências. Duas figuras se agigantam neste trânsito de milénios: José Eduardo Franco e Miguel Real.

Miguel Real é um caso notável desse fenómeno de associação de diferentes registos e de investigação e produção: por exemplo, 2008 é tempo dedicado, em especial, a Eduardo Lourenço, com o premiado *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (2008) e com a co-organização do Congresso Internacional “Eduardo Lourenço – 85 anos” (2008), mas também ao Padre António Vieira, ensaisticamente tratado (*Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, 2008), ficcionado (*O Sal da Terra*, 2008), dramatizado em conjunto com Filomena Oliveira (*Vieira – O sonho do Império*, 2008) e celebrado em congressos comemorativos dos seus 400 anos no que ficou designado como “ano vieirino”.

Outra personalidade de espantosa investigação, produção, coordenação de iniciativas

internacionais e intergeracionais é José Eduardo Franco: das obras monumentais (referidas acima e abaixo neste texto), à edição de texto com estudo e notas, às de sua exclusiva autoria, marca a reflexão cultural nacional da década e impõe a perscrutação dos mitos históricos e da sua função estrutural na nossa cultura: d' *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política* (2000) ao duplamente volumoso *O Mito dos Jesuítas em Portugal (séculos XVI-XX)* (2005) com simultânea tradução francesa, à inúmera bibliografia dirigida ou coordenada (de *Fé, Ciência, Cultura. Brotéria – Cem anos*, 2003, a *As Metamorfoses de um Polvo*, 2004, até às obras monumentais já mencionadas).

Quando ambos se juntam com outros, o resultado é de inquestionável transversalidade científica e vitalidade, como se pode constatar nesta revista, *Letras com(n)Vida* (iniciada em 2010), associada à Tertúlia com o mesmo nome¹⁴ e ao anúncio, em contracapa, de outras iniciativas (cursos, seminários, cadernos, etc.), aberta em convite de máxima abertura em *site* próprio¹⁵ e com “Manifesto” programático, ao lado da sua radicação em centro de investigação da academia (CLEPUL) em parceria com uma editora.

¹⁴ Sobre ela, remetemos para a notícia da sua realização no número 1 da *Letras ComVida* e para o *site* e *blog* correspondentes: <http://sites.google.com/site/tertulialetrascomvida/> e <http://tertulialetrascomvida.blogspot.com/>.

¹⁵ V. <http://sites.google.com/site/revistaletrascomvida/>.

NO ENSAIO, EM GERAL

1. No plano ensaístico, evidencia-se a produção académica: as dissertações marcam a sua posição no campo editorial, dando visibilidade ao trabalho realizado no quadro universitário e politécnico...

Também aqui, em início da década, se faz um ponto da situação retrospectivo e prospectivo de diversas áreas disciplinares (Filosofia, Sociologia, História, Física, Biologia, Antropologia, Estudos Culturais, Economia, Ciência Política, Psicanálise e Matemática): *Conhecimento Prudente Para Uma Vida Decente* (2003), obra dirigida por Boaventura de Sousa Santos e transversal à reflexão e à investigação científicas.

A interdisciplinaridade e a transversalidade reflexivas e temáticas documentam-se em iniciativas diversas: *Jardins do Mundo* são tema de Congresso Internacional (2007) vertido em obra monumental (2008, coordenada por José Eduardo Franco), que atravessa da arte aos mitos e à ecologia.

E, em cada área, registam-se marcos da sua indagação, no plano teórico, da análise e da edição de textos do seu cânone bibliográfico.

2. Vejamos alguns exemplos nos estudos literários.

Além de obras de referência já mencionadas (dicionários), desenvolve-se sistematização e problematização teórica: de *Em Teoria (A Literatura)* (2003), de Manuel Frias Martins, a *A Respeito da Crítica Literária e Não Só* (2009), de Laura Bulger. Restringindo o campo de abordagem: *A Lógica do Incerto. Introdução à Teoria da Novela* (2001), de Cristina Robalo Cordeiro, *A Construção da Personagem Romanesca* (2008), de Cristina da Costa Vieira, etc.

3. Circunscrevendo-nos ao estudo da Literatura Portuguesa, oscila-se entre a evocação sistematizante da memória e a análise dos contemporâneos.

No primeiro caso, refira-se a edição (crítica) de textos (nem sempre obras completas): do P.^o António Vieira (coordenada por Arnaldo Espírito Santo: Livro III de *Chave dos Profetas*, 2001, e *Sermões-I*, 2008), de Almeida Garrett (coordenada por Ofélia Paiva Monteiro: *Viagens na Minha Terra*, 2010), de Eça de Queirós (coordenada por Carlos Reis desde 1992), de Fernando Pessoa (coordenada por Ivo de Castro desde 1984) e de António Lobo Antunes (*ne variatur*, coordenada por Maria Alzira Seixo, trabalho explicado na *Memória Descritiva da Fixação do Texto Para a Edição Ne Varietur...*, 2010).

Muitas vezes, esse trabalho de edição é acompanhado pelos estudos que o iluminam. António Lobo Antunes por Maria Alzira Seixo (*Os Romances de António Lobo Antunes*, 2002, *Dicionário da Obra de A. Lobo Antunes*, 2008), por Ana Paula Arnaut (*António Lobo Antunes*, 2009), por estudiosos em congresso (*A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes*, 2003), pela fotobiografia (de Tereza Coelho, 2004), por entrevistas (*Conversas com António Lobo Antunes*, 2002, de Maria Luisa Blanco, *Entrevistas com António Lobo Antunes*, 2008, de Ana Paula Arnaut, *Uma Longa Viagem com António Lobo Antunes*, 2009, de João Céu e Silva). Fernando Pessoa passado em revista por António Apolinário Lourenço (*Fernando Pessoa*, 2009) e com nova versão do *Livro do Desassossego* (2009) por Teresa Sobral Cunha, que também revê Cesário Verde em *Cânticos do Realismo* (2007), etc.

Também mestres marcantes são homenageados por aqueles que lhes sucedem. O P.^o Ma-

¹⁶ A partir de 2007.

¹⁷ [Http://www.iecc-pma.eu/apresentacao.asp](http://www.iecc-pma.eu/apresentacao.asp).

¹⁸ [Http://artes.ucp.pt/guerrajunqueiro/](http://artes.ucp.pt/guerrajunqueiro/); <http://guerrajunqueiro.wordpress.com/>.

nuel Antunes, em multímodas e magnas iniciativas: com o Congresso “Padre Manuel Antunes: Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia” (2005) vertido em volume “herança” (2007), a edição da sua monumental Obra Completa¹⁶, incluindo um DVD com depoimentos, a fundação do Instituto Europeu de Ciências da Cultura “Padre Manuel Antunes”¹⁷. Fernando Cristóvão e Jacinto do Prado Coelho, em jornadas e volumes que as coroaram: *Homo Viator (Estudos em homenagem a Fernando Cristóvão)* (2004) e *O Domínio do Instável. A Jacinto do Prado Coelho* (2008).

As efemérides estimulam edições consagradas a autores e a temas: Eça, Junqueiro, a República, etc.

Eça de Queirós é sucessivamente estudado na abertura do século: A. Campos Matos publica o *Suplemento* (2000) ao *Dicionário de Eça de Queirós* e a *Correspondência* (2008), fotobiografá-o (2007) e biografá-o (2009, com Prémio Jacinto do Prado Coelho a encerrar a década), observa *A guerrilha literária: Eça de Queiroz-Camilo Castelo Branco* (2008), Carlos Reis dedica-lhe *A Escrita do Mundo* (2000), *O Essencial sobre Eça de Queirós* (2000), Isabel Pires de Lima coordena *Retratos de Eça de Queirós* (2000) e o itinerante e coloquiante “Eça entre Milénios: Pontos de Olhar” (2000), Maria Filomena Mónica publica *Eça de Queirós* (2001).

Camilo Castelo Branco: Memórias Fotobiográficas (2009), por José Viale Moutinho, enquadrado por edições de colecções de obras camilianas, entre a ambição novecentista de Justino Mendes de Almeida (Lello & Irmão) e a selecção coordenada por Aníbal Pinto de Castro (Edições Caixotim), recentemente falecido, é outra personalidade revelada.

Guerra Junqueiro, em tempo de centenário do nascimento e de implantação da República, é retratado, analisado e matéria de exposição do projecto “Revisitar/Descobrir Guerra Junqueiro”¹⁸, inovador e multifacetado, dirigido por Henrique Manuel Pereira, que associa centros de investigação e outras instituições: da edição de *A Música de Junqueiro*, com CD, (2009) a *A Lágrima* (2010), passando por uma exposição itinerante (*Guerra Junqueiro: de Freixo para o Mundo*, 2010) e por um livro de entrevistas (*À Volta de Junqueiro, Vida Obra e Pensamento*, 2010).

E há as habituais travessias de autores e de obras em volumes de ensaios que perspectivam a diversidade, de que apenas darei três exemplos, para encerrar com o número com que abri este texto: o ‘tríptico’ de Eduardo Pitta (*Comenda de Fogo*, 2002, *Metal Fundente*, 2004, *Aula de Poesia*, 2010), o de Pedro Eiras (*Esquecer Fausto*, 2005, *A Moral do Vento*, 2009, *A Lenta Volúpia de Cair*, 2007), e *Jorge de Sena e Camões – Trinta Anos de Amor e Melancolia* (2009), primeiro Grande Prémio Ensaio “Eduardo Prado Coelho” da Associação Portuguesa de Escritores (2010), da autoria de Vítor Aguiar e Silva, ele próprio prémio “Vida Literária” da APE (2007).

* * *

Encerro aqui um balanço incompleto e em que preferi ensaiar a *cartografia* do território que me foi proposto (reflexão sobre as coordenadas), em vez da *topografia* (a análise dos seus acidentes, relevos ou o seu contrário). Por isso, inquietante para mim.

A ensaística literária de uma década edifica-se sobre alicerces reflexivos que nela mesma ou na viragem do século se elaboraram, caldeada nos encontros científicos e com escritores, no ensino, na crítica, nos prémios, nas instituições onde ela é matéria de trabalho. Mas a arquitectura radica-se e eleva-se, escapando à geometria descritiva e aos pilares mais evidentes.

A Letra (esta e a evocada) inscreve-se na tradição e projecta-se no futuro, com(n)Vidativamente... ▽

Plurilinguismo e Economia das Línguas

Com excepção do Canadá, a Economia das Línguas é um domínio recente da investigação, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América. Trata-se de uma área de investigação que se interessa por compreender o impacto das variáveis linguísticas nas variáveis económicas.

Esta área de investigação tem vindo a centrar-se em cinco temas de reflexão essenciais:

- 1.º - o conhecimento de uma ou mais línguas como factor determinante nos rendimentos de trabalho;
- 2.º - o impacto da intensificação do comércio internacional na difusão ou no declínio de determinadas línguas;
- 3.º - o impacto do investimento em línguas locais ou minoritárias na vitalidade de actividades económicas locais;
- 4.º - a eficiência social e económica do plurilinguismo individual em sociedades plurilingues, em relação ao custo generalizado dos serviços de tradução;
- 5.º - e, finalmente, a análise de custo-benefício das políticas linguísticas adoptadas pelos diferentes países.

O que subjaz na preocupação com todas estas temáticas de investigação é a importância do investimento nas competências multilinguísticas dos cidadãos, por razões múltiplas: epistemológicas, cognitivas, ontológicas, económicas, éticas e de evidência prática.

A escolha de uma segunda língua de estudo ou de trabalho pode ser, a nível individual, uma escolha consciente ou inconsciente.

As razões poderão ser várias: a ligação afectiva a uma determinada cultura diferente, o valor “económico” da língua dessa cultura, em termos curriculares e de empregabilidade, a dupla partilha de uma identidade, entre outras.

Porém, a escolha de uma segunda língua de estudo e de trabalho como um bem colectivo corresponde a uma atitude política por parte de um país ou de um governo, pois exige a alocação de recursos raros para o seu ensino-aprendizagem, havendo por isso que ponderar custos e vantagens. Por outras palavras, há um investimento consciente em capital humano porque se valoriza tal língua como um bem colectivo e se esperam efeitos reprodutivos, nomeadamente no plano económico.

É através deste núcleo de ideias que poderemos avaliar o papel dos Estados e dos governos no domínio das suas políticas linguísticas e na importância que dedicam ao capital simbólico mais importante do ser humano que, mais do que torná-lo capaz de comunicar com os que lhe estão culturalmente próximos, lhe permite tentar entender a realidade dos outros mundos culturais diferentes do seu.

A diversidade linguística é uma das grandes riquezas do ser humano. Mas muitos governantes de povos e de nações continuam a sonhar com uma língua comum, da qual o imperialismo das ideias e das práticas seria a sequência natural. A este propósito dizia o filólogo português Fidelino de Figueiredo: “O sonho de um latim universal ou [...] de um esperanto, de um *basic english*, é uma tendência multidinária para o empobrecimento do espírito, é busca ansiosa de uma plataforma onde se possam encontrar todos os pobres de espírito da Terra, a dizer banalidades estandardizadas”.

A generalização do uso de uma língua dominante nas actividades e nas trocas económico-financeiras de produção e de consumo de bens e de serviços é uma clara intenção política de unificação do mercado dos bens simbólicos que “acompanha a unificação da economia e, também, da produção e da circulação culturais” (Bourdieu), tendo como princípio de base a eficácia da comunicação sem o recurso a um outro recurso, raro, que é a tradução.

A história das línguas hegemónicas está intimamente ligada à história das hegemonias económicas e políticas de uns países sobre os outros. Do lado da história das culturas europeias como a portuguesa, a espanhola, a francesa e a britânica, encontramos economias de expansão marítima que globalizaram o planeta e introduziram a língua de dominação em espaços descontínuos; do lado da história das culturas a Oriente, como a russa, a árabe e a chinesa, encontramos economias de expansão terrestre que globalizaram também a sua cultura e língua nos países contíguos às suas fronteiras físicas.

Todas estas línguas de dominação gozam ainda hoje do estatuto de superlínguas na galáxia das línguas vivas do planeta, segundo a terminologia dos sociolinguistas Louis-Jean Calvet e Abram de Swaan.

Hoje, a consciência social e cultural de muitos países e de grupos de cidadãos democráticos da comunidade internacional reconhece que a nossa diversidade cultural e linguística é das maiores riquezas humanas e que a sua aceitação é um caminho incontornável para a construção de uma Cultura para a Paz e para a edificação, a partir dos bancos da escola, do Cidadão Planetário intercultural ou transcultural. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos são os “universais” possíveis de diálogo entre os povos na construção dessa Cultura para a Paz.

Para além de constituir uma forma salutar de combater uma certa tendência globalizante e monoculturalmente pobre, um MacWorld de tendências e de gostos, conhecer uma segunda, terceira ou quarta línguas permite adquirir a competência para a compreensão de um infindável número de características, de formas de pensar e de sentir, de costumes (muitos deles especiais e únicos) de uma comunidade culturalmente diferente. Permite ainda uma plasticidade de pensar e de fluir naturalmente no intercultural, por virtude de uma inteligência comunicacional inovadora, com novas dimensões de espaço e de tempo e horizontes mais vastos dos sentidos (do tacto, do cheiro, da visão, da audição e do gosto) e das sensibilidades.

Mas, para além disso, conhecer uma outra língua concede-nos a possibilidade de integrar um novo universo de falantes e de interagir com eles, fazendo crescer exponencialmente uma multiplicidade de trocas (comerciais, de investimentos, de oportunidades profissionais, de permuta de informação científica, cultural ou outra). As trocas comerciais e a língua foram sempre, de resto, parte integrante do mesmo processo e daí o valor (a utilidade) económico da língua.

A dimensão de uma determinada comunidade linguística tem, naturalmente, relevância na escolha das línguas a aprender mas não é o único factor que determina o valor económico de uma língua. Línguas com estatuto oficial como a *Bahasa Indonesia*, a *Hindi* ou a *Bengali*, confinadas a espaços geopolíticos com universos de falantes superiores a 100 milhões, podem, porventura, não ser uma escolha atractiva, dados os níveis de desenvolvimento socioeconómico que caracterizam tais espaços e o grau de desenvolvimento de relações económicas desses espaços com outros espaços económicos.

Veja-se, por exemplo, o caso do *boom* de procura, nos anos 80, da aprendizagem da língua

e da cultura japonesas relativamente à língua chinesa nas universidades americanas, quando o mundo académico e empresarial se começou a interessar pelo milagre económico japonês e pelos modelos japoneses de gestão empresarial. Essa procura era 400% superior à procura da língua e da cultura chinesas quando o Japão tinha pouco mais de 120 milhões de habitantes contra o mais de 1 milhar de milhão de habitantes da China.

Como André Breton enfatiza,

learning a second or third language is a personal decision that represents an intellectual and cultural enrichment. Social bilingualism is a matter of political will and commitment by the community. Through such a community initiative, learning a language can be converted into economic capital, and proficiency in this regard can be a financially profitable orientation.

O conhecimento de várias línguas é um pressuposto para o sucesso no comércio internacional. Convém lembrar que muitos tratados e acordos, mesmo que firmados em língua inglesa, são quase sempre preparados e as negociações bilaterais são, em regra, conduzidas nas línguas maternas das partes em diálogo.

Por isso, não é estranha ao mundo empresarial internacional a análise de custo-benefício do investimento nas competências bilinguísticas e de comunicação intercultural dos seus quadros expatriados, e o reflexo positivo desse capital humano no desenvolvimento dos seus serviços e produtos.

Trata-se, afinal, do aprofundamento de mais um segmento do *turning point* de reformulação dos quadros conceptuais de referência da economia e do sistema empresarial mundial em que se começa a reconhecer que praticar o *management*, e muito particularmente o *management* em contextos multiculturais diversos, é, sobretudo, um acto de cultura e não uma mera manipulação de tecnologias ou de práticas de gestão da chamada era PPC (*PowerPoint Culture*).

É, por outro lado, a aprendizagem gestionária de uma nova ética social na economia e na gestão empresarial que tenta integrar nas suas práticas os valores e as consequências sociais dos pluralismos humanista, linguístico e cultural, assentes nos princípios da responsabilidade social da boa capacitação e gestão das pessoas, enquanto sujeitos do processo produtivo (e não recursos e, muito menos, objectos), mas também na boa leitura do discurso ambiental, ou seja, das forças que influem e justificam a existência da unidade produtiva que se administra. ▼

Políticas Ambientais

Um balanço

“Sabei, cristãos, sabei, príncipes, sabei ministros, que se vos há-de pedir estreita conta do que fizestes, mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se hão-de condenar muitos; pelo que não fizeram, todos.

As culpas por que se condenam os réus são as que se contêm nos relatórios das sentenças”.

Padre António Vieira, Sermão do Primeiro Domingo do Advento

A política ambiental portuguesa tem vivido diferentes ciclos com sucessivos arranques e reverses. Ao longo das suas quase quatro décadas de existência, os “avanços” foram mais raros do que os “recuos” e os períodos em que mergulhou no limbo prolongaram-se por vezes demasiado. Os tempos que correm não são de feição. Sempre que há crise a pasta do Ambiente é uma das primeiras a entrar em contra-ciclo – por encolhimento da administração e por ataque directo aos recursos naturais.

Um sintoma claro desta secundarização são as **agendas recorrentes** de cada governo eleito – há temas que nunca saem da agenda e, por nunca se chegarem a resolver, são sempre re-eleitos como prioridades pelos sucessivos governos. São os casos do saneamento básico, da despoluição dos rios, da ocupação do solo agrícola e de áreas naturais, da imparável suburbanização... sempre anunciados como problemas-chaves desde que Ribeiro Telles assumiu, em 1974, a pasta da então Subsecretaria de Estado do Ambiente. Quase 35 anos passados e bem regados de fundos europeus, mantêm-se muitos dos velhos problemas, agravaram-se alguns e surgiram outros novos e até mais complexos. O melhor retrato de 35 anos de políticas ambientais é a actualidade de uma grande parte da agenda definida nos anos 70. Muitos dos temas que permanecem são problemas constantemente adiados, vivendo numa espécie de **agenda adormecida**.

Claro que se fez imenso e há também uma **agenda de mudanças** a vários níveis. Basta pensar que o país chegara a 1974 com um quadro de problemas absolutamente terceiro-mundistas – mais de metade da população não dispunha de água canalizada, nem de electricidade e ainda menos de esgotos e até de recolha e tratamento de resíduos. Muitos problemas básicos, apesar de recorrentes, foram sendo melhorados e resolvidos. O interesse público, político e científico também tem crescido, podendo hoje encontrar-se uma **agenda cívica** que corre paralela às decisões governamentais, mesmo que não seja mediaticamente muito visível. Contudo, passadas mais de três décadas, milhares de diplomas legais e milhões de euros de fundos nacionais e europeus, esperava-se uma melhor prestação em matéria ambiental. Apesar dos direitos ambientais estarem constitucionalmente consagrados desde 1976 e da aprovação de alguns instrumentos legislativos pioneiros (como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional), muito do que se consegue ainda é por via da influência externa europeia, nem sempre com resultados positivos, que gera ocasionalmente algum dinamismo interno, quanto mais não seja como

resposta a alguma ameaça de corte dos fundos comunitários. Hoje, que o “pântano” está mais à vista, revela-se também melhor a **agenda viciada** da governação ambiental. Uma agenda viciada que tem impedido por diversas razões a afirmação da pasta.

Vejam, pois, o saldo dos dez últimos anos.

1. A AGENDA DAS MUDANÇAS

Quando em 1997 se assinou o Protocolo de Quioto, iniciou-se um período cujo problema mais marcante seria a questão das alterações climáticas. Mesmo que Quioto constitua simultaneamente o culminar de um ciclo positivo e o início de uma curva descendente agudizada pelo período da administração Bush (Soromenho-Marques, 2007), no quadro europeu, e especificamente em Portugal, Quioto foi um bom ponto de arranque. De facto, nesta década surgiram inúmeras iniciativas políticas, tais como programas, estratégias e legislação nesta matéria. Desde logo, ao nível do conhecimento e da investigação científica associados aos impactos das alterações climáticas no país, abriu-se um novo capítulo com o arranque do projecto SIAM¹, cujos resultados foram publicados, primeiro em 2002 (SIAM 1) e depois em 2006 (SIAM 2). Ficaram então a saber-se, de uma forma sistemática, as vulnerabilidades a que o país está sujeito: aumento das temperaturas (com frequentes ondas de calor no Verão) e diminuição da precipitação (com períodos de chuva mais intensa no Inverno); subida do nível médio do mar e aumento da erosão costeira a afectar cerca de 800 km desta; maior frequência de fenómenos extremos como secas, cheias e tempestades; afectações da saúde humana (devido às ondas de calor, à poluição do ar e aos surtos de doenças transmitidos pela água, alimentos e vectores, sobretudo insectos).

Seria, contudo, só em meados da década que as políticas públicas na área das alterações climáticas viriam a assumir alguma relevância. O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) de 2004 não surtira qualquer efeito prático e, só em 2006, uma segunda versão ganhou alguma força, uma vez activada a Comissão para as Alterações Climáticas (CAC)². Mesmo assim, quando fazemos o balanço das emissões, verificamos que o país não conseguiu até agora cumprir as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto³. Isto apesar do abrandamento económico dos últimos anos (reduzindo as emissões de dióxido de carbono), do abate de algumas unidades industriais e do incremento das energias renováveis.

Como as consequências das alterações climáticas já são assumidamente inevitáveis, em 2010, seguindo uma directriz europeia, aprovou-se a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA), preconizando uma série de acções a levar a cabo nos sectores do ordenamento do território, dos recursos hídricos, da saúde, da energia, da biodiversidade e das zonas costeiras.⁴

Articulado à área das alterações climáticas veio o pacote energético. Um documento-chave no arranque de uma nova “era” neste âmbito foi sem dúvida o Programa E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas), aprovado em 2001 sob a égide de Oliveira Fernandes, na sua curta passagem pela Secretaria de Estado da Energia. Dava-se finalmente corpo a uma matéria fundamental – a eficiência energética e as energias renováveis – embora, mais uma vez, fosse preciso esperar por 2006 para uma aposta séria: acima de tudo na eólica (com um crescimento exponencial e a criação de um *cluster* tecnológico) mas também na solar, não só fotovoltaico (produção de electricidade) como térmico (aquecimento de águas).

Outra peça do pacote das energias renováveis foi o desenvolvimento da energia hídrica. Neste contexto, aprovou-se o Plano Nacional de Barragens (2007-2020) que inclui a construção de dez novas barragens⁵ (para além da do Sabor) e o reforço da potência de outras existentes. A polémica tornou-se inevitável. Por um lado, porque a construção de algumas barragens colide directamente com valores naturais de importância nacional e europeia (casos dos rios Sabor e Tua), gerando graves perdas paisagísticas e em biodiversidade, e, por outro lado, porque nunca foi claramente explicado o verdadeiro contributo energético trazido por estas desmesuradas intervenções na paisagem, apesar da sua articulação directa à produção de energia eólica. Entre os números de produção energética apontados pelo Governo e os da Plataforma Sabor Livre⁶, as discrepâncias são grandes e existe um contencioso jurídico junto da Comissão Europeia, que se prolonga por uma década de protestos, e que chegou ao Tribunal de Primeira Instância das Comunidades

¹ Em 1999 tem início o projecto “Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures” (SIAM), coordenado por Filipe Duarte Santos, com o objectivo de realizar a primeira avaliação integrada dos impactos e medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal Continental no século XXI (também a primeira realizada para um país do Sul da Europa). Os resultados foram publicados em 2001 e editados em forma de livro em 2002. Também neste ano se inicia a segunda fase do Projecto SIAM (SIAM ID), cujos resultados foram publicados em livro em 2006.

² A Comissão para as Alterações Climáticas (CAC) foi criada em 1998 com a missão principal de elaborar e acompanhar, a nível político, as políticas governamentais em matéria de alterações climáticas (RCM n.º 72/98, alterada pela RCM n.º 59/2001, pela RCM n.º 33/2006, e pela RCM n.º 24/2010).

³ De facto, segundo o Relatório do Estado do Ambiente de 2009 (publicado em 2010), as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) aumentaram significativamente desde 1990, em média 3% ao ano até 2005, ano a partir do qual se regista um decréscimo anual médio também de cerca de 3%. Em 2008 as emissões situaram-se cerca de 30% acima do valor registado em 1990, afastando-se 3% da meta estabelecida para o período 2008-2012, no âmbito do Protocolo de Quioto (que permitia um aumento de emissões de 27%).

⁴ A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada em 1 de Abril de 2010 (RCM n.º 24/2010), estrutura-se em quatro objectivos: informação e conhecimento (sobre previsões, indicadores e cenários); redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta (em particular a fenómenos meteorológicos extremos: tempestades, cheias e secas); participação, sensibilização e divulgação (de tudo a todos); cooperação a nível internacional (UE e Comunidade de Países de Língua Portuguesa). O primeiro período de aplicação tem um horizonte temporal de dois anos, e terá a coordenação do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas.

⁵ Barragens de Daivões, de Fridão, de Gouvães e de Vidago (todas na

bacia do Tâmega), do Tua (rio Tua), do Sabor (rio Sabor), de Pinhosão (rio Vouga), de Girabolhos (rio Mondego), do Alvito (rio Ocreza) e de Almourol (rio Tejo).

⁶ A Plataforma reúne uma série de organizações não-governamentais de ambiente nacionais como a Quercus, a Liga para a Protecção de Ambiente e o GEOTA.

⁷ Em Setembro de 2010 o Tribunal Europeu rejeitou o recurso interposto pela Plataforma Sabor Livre, que pretendia a anulação da decisão tomada em Fevereiro de 2008 pela Comissão Europeia de arquivar uma queixa contra o Estado português por alegada violação de directivas comunitárias devido à construção da barragem do Sabor. A decisão do arquivamento foi tomada mediante a obrigação de o Estado português assumir um conjunto de medidas adicionais de minimização dos impactes ambientais decorrentes da construção da barragem.

⁸ Decreto-Lei n.º 78/2006, DL n.º 79/2006 e DL n.º 80/2006.

⁹ Entre 1998 e 2008, a intensidade energética da economia portuguesa – a energia que se gasta por unidade de PIB – manifestou uma variação pouco acentuada, encontrando-se durante este período sempre acima da média da UE-27. Em 2008, Portugal registou uma intensidade energética de 182 tep/106 euros de PIB, valor superior à média europeia (167 tep/106 euros). No entanto, embora nos dois anos anteriores já se tivesse observado uma diminuição, o valor de 2008 foi o mais baixo no período em análise (1998-2008), permitindo uma aproximação à média europeia.

¹⁰ Entre 1992 e 1995 foram feitos e aprovados quase todos os Planos Directores Municipais (PDM); depois disso iniciaram-se os Planos de Bacia Hidrográfica e inúmeros outros planos especiais como os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), e continuou-se a elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas, tendo sido todos concluídos até 2010 (das áreas protegidas de âmbito nacional).

¹¹ A década de 2000 fica marcada pela conclusão dos 9 Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC); de todos os planos de ordenamento de áreas protegidas de âmbito nacional (1 Parque

Europeias⁷. Independentemente das decisões do Tribunal Europeu, a polémica continua: são muitos os especialistas que consideram não se justificar a construção de tão elevado número de barragens para produção de electricidade, não só porque o contributo de algumas delas não é significativo, como porque, numa fase de grande dinâmica de investigação científica nesta área, é plausível que a tecnologia traga novas soluções de produção energética mais ágeis e baratas.

Foi também na segunda metade da década de 2000 que se aprovaram dois regulamentos fundamentais para a eficiência energética e a qualidade do ar nos edifícios⁸ impondo, por exemplo, a obrigatoriedade de instalação de painéis solares nos edifícios novos e no caso de remodelações. O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, aprovado em 2008 (RCM n.º 80/2008), começa lentamente a fazer o seu caminho mas, apesar de todas estas medidas, os resultados ainda são frouxos e estamos longe da eficiência desejável: continuamos a gastar demasiada energia para a quantidade de riqueza que produzimos⁹. Acresce que, apesar das renováveis, a nossa dependência energética permanece elevada, acima dos 80% – 83,3% em 2008 –, devido ao predomínio da energia do carbono (petróleo e carvão).

A agravar este cenário está uma mobilidade excessivamente dependente da circulação rodoviária. Se chegámos ao 25 de Abril com menos de uma centena de quilómetros de auto-estradas, hoje somos o país europeu com mais quilómetros de auto-estradas *per capita*. Em contrapartida, continuamos com uma linha ferroviária que, apesar de pontualmente modernizada, não parou de se reduzir. Desactivaram-se centenas de quilómetros de ferrovia, sobretudo no interior do país. Foi todavia nesta década que o metro chegou ao Porto e a Almada, e atravessa-se o Tejo de comboio, mas a mobilidade nos subúrbios de Lisboa e Porto, que continuaram a alastrar de forma caótica em população e edifícios, tornou-se cada vez mais “imóvel” e cada vez mais dispendiosa em energia, emissões e tempo. Mesmo na capital, falta ao metropolitano cumprir a ligação a zonas residenciais importantes, apesar de estarem previstas há décadas.

Não haverá verdadeira mudança ambiental e energética se não se resolver a mobilidade urbana e suburbana. Mas isso já faz parte da agenda recorrente, aquela que se mantém para além de governos, leis e decisões.

2. A AGENDA RECORRENTE

O nó mais problemático dos nossos desacertos ambientais continua a ser o desordenamento do território. Mesmo com os instrumentos de planeamento que sucessivamente foram surgindo, a partir dos anos 90¹⁰, não se conseguiu estancar o processo de crescimento desordenado, agravado primeiro pelo êxodo rural que só muito recentemente desacelerou, e depois pelo “boom” urbanístico no litoral alimentado pela especulação imobiliária. O território foi sendo ocupado e organizado (ou desorganizado) através de três processos dominantes: a litoralização (cerca de 85% da população portuguesa vive encaixada na faixa litoral); a metropolitização (mais de 40% da população reside nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto); a “betonização” (a taxa de urbanização aumentou em 50% entre 1990 e 2005). Na primeira geração de Planos Directores Municipais (PDM), aprovados em meados dos anos 90, a percentagem de área potencialmente urbanizável daria para alojar o equivalente a uma população de 30 milhões de habitantes. A dinâmica de construção de novos alojamentos disparou e, apesar da actual crise, que afectou a actividade da construção, entre 2000 e 2007 construiu-se, em média, uma casa em cada quinze minutos (Cóias e Silva, 2010). Isto apesar de já existirem cerca de 500 mil fogos devolutos no país e muito mais alojamentos do que famílias (Schmidt, 2007).

Várias tentativas foram feitas para controlar esta situação. Na sequência da Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo, aprovada em 1998 (Lei n.º 48/98), desencadeou-se uma série de planos de ordem local, regional, especial e nacional. A década de 2000 foi pródiga em planos e estratégias¹¹ – desde os planos das Áreas Protegidas à primeira geração de Planos de Bacia Hidrográfica, a quase todos os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), a culminar no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado em 2008. Na prática, os resultados ainda não são visíveis, apesar da importância e interesse que alguns desses instrumentos legais manifestamente apresentam.

Por enquanto, os três problemas acima enunciados – litoralização, metropolitização e

betonização –, articulados entre si, acabam por gerar impactos ambientais e urbanísticos que nenhum planeamento conseguiu controlar eficazmente. Para além da ruptura económica de um parque habitacional crescente e crescentemente devoluto, os núcleos históricos dos centros das cidades definham, por não ter existido ainda uma política de reabilitação urbana. Lisboa é um caso exemplar com a perda anual de cerca de dois mil habitantes e com aproximadamente 60 mil fogos devolutos, na sua maior parte degradados.

Outras consequências ambientais prendem-se com a poluição atmosférica e sonora, devido sobretudo ao transporte rodoviário exigido pelo chamado *sprawl* urbano¹². Com a implementação do Índice da Qualidade do Ar em 2001, que proporcionou o acesso público à informação, ficou-se a saber melhor que as excedências aos valores-limite tanto de partículas (PM10) como do ozono troposférico – poluentes atmosféricos altamente nocivos para a saúde – são recorrentes. A tal ponto assim é que, por imposição europeia, na segunda metade da década de 2000 foram aprovados inúmeros planos para a melhoria da qualidade do ar, especificamente nas regiões de Lisboa e do Norte.

Também nesta década se conheceu finalmente o retrato das emissões das grandes indústrias do país, mais uma vez por “pressão” externa, quando a Agência Europeia do Ambiente publicou on-line o Registo Europeu de Emissões Poluentes, primeiro em 2004 e depois em 2007. Com a divulgação pública destes dados, quebrou-se um autêntico segredo de Estado, dado que a lei sobre a qualidade do ar mantém uma espécie de sistema de sigilo sobre as emissões industriais que dificulta o direito à informação.

Outro problema que persiste em manter-se é o do saneamento básico. Ao cabo de década e meia de fundos comunitários nele investidos, ainda não se atingiram as metas europeias no tratamento de esgotos (urbanos e industriais). O objectivo de dotar 90% da população portuguesa com sistemas de drenagem e tratamento de esgotos até 2006, inscrito no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 1) de 2000, continua idêntico no PEAASAR 2, onde se volta a propor que esta meta se cumpra agora até 2013. É certo que, como já foi referido, a situação do saneamento básico tem melhorado – em 2008 cerca de 80% da população do continente era servida por sistemas públicos de drenagem e 71% era servida por sistemas de tratamento de águas residuais. Mas continua a existir um desfasamento entre o enorme investimento financeiro e os resultados que ainda deixam muito a desejar. Em Lisboa, por exemplo, um terço dos esgotos manteve-se até agora (2010) a drenar directamente para o Tejo em plena Praça do Comércio. As obras foram sendo sucessivamente adiadas, prevendo-se que tudo esteja resolvido em 2011.

Seja como for, à escala do país, a qualidade das águas superficiais, com base numa rede com 94 estações de monitorização, evidencia que cerca de 52,4% estão em risco de não cumprir os objectivos legalmente aprovados. Não admira pois que o estado geral dos rios permaneça um grave problema que só talvez a nova figura de gestão dos recursos hídricos venha alterar¹³. A década de 2000 ficou, aliás, marcada pela concretização da gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica (e não por região administrativa), modelo defendido há mais de 30 anos. A nova Lei da Água de 2005 instituiu cinco regiões hidrográficas (Administrações das Regiões Hidrográficas)¹⁴, mas ainda é cedo para aferir os resultados dos novos planos de gestão das bacias hidrográficas iniciados em 2008. As boas notícias são, sem dúvida, um novo regime económico e financeiro dos recursos hídricos regulado em 2008, que introduz um factor indutor para o seu uso eficiente, e uma taxa de recursos hídricos sobre os impactes ambientais da sua utilização. Metade do valor desta taxa remete para um fundo de protecção dos recursos hídricos a aplicar na melhoria da qualidade – protecção e recuperação – das águas do país.

3. A AGENDA ADORMECIDA

Pior é a nossa agenda adormecida, para não dizer anestesiada. Áreas Protegidas e conservação da natureza entraram nesta década em processo de estagnação e mesmo em retrocesso em termos de políticas públicas efectivas. De pouco serve a conclusão dos planos de ordenamento para todas as áreas protegidas quando, mais uma vez, não se aproveitou essa oportunidade para envolver as populações, para estudar o potencial científico destas áreas e para criar uma dinâmica de gestão sustentável da conservação da natureza e da biodiversidade. Sem meios técnicos e financeiros, sem projectos mobilizadores dos agentes locais, sem uma ideia pedagógica ou uma estratégia de simples divulgação, as Áreas

Nacional, 13 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais, 2 Paisagens Protegidas), encontrando-se em processo de elaboração, em 2010, os planos de ordenamento das 4 Paisagens Protegidas de âmbito regional; dos 15 Planos de Bacia Hidrográfica. Nesta década foram ainda elaborados diversos planos regionais de ordenamento do território (PROT) – Zona Envolvente do Douro, Área Metropolitana de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve. Até 2010 tinham também sido concluídos 27 planos de ordenamento de albufeiras, encontrando-se ainda mais 12 em fase de discussão pública ou em ponderação após discussão pública.

¹² Segundo um estudo da Agência Europeia do Ambiente (AEA), Portugal sofre de “urban sprawl endémico”, dado que, entre 1990 e 2005, a taxa de urbanização do país aumentou em 50% (EEA, 2006). Portugal também foi o país europeu onde se deu a mais rápida ocupação do litoral, com um aumento de 34% de áreas artificializadas.

¹³ Em 2008, segundo o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, 11,8% das estações de monitorização da qualidade das águas superficiais assinalavam “muito má qualidade”, 24,7% “má qualidade”, 28% “qualidade razoável” e apenas 35,5% assinalavam “boa qualidade” (nenhuma indicava “qualidade excelente”). Ou seja, mais de um terço apresentava má ou muito má qualidade de água.

¹⁴ Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) do Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve.

¹⁵ Segundo a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, na primeira metade da década, entre 2001 e 2005, arderam no país mais de um milhão de hectares (11.170 km²), ou seja, uma área com cerca do dobro do território do Algarve.

¹⁶ Em 2006 foram consumidos cerca de 4 mil hectares no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), ardendo cerca de 60% da Mata do Ramiscal, uma área de protecção total. No Verão de 2010 os incêndios consumiram mais de 9 mil hectares do PNPG, correspondentes a 13,2% da sua área total, incluindo um quarto das áreas de protecção total, sobretudo uma grande parte da valiosa Mata do Cabril. No mesmo Verão arderam mais de 5 mil hectares do Parque Natural da Serra da Estrela (mais de 5% da sua superfície), atingindo mais de 700 hectares da Reserva Biogenética, a área natural mais importante de todo o parque.

Protegidas estão entregues a charadas burocráticas que as têm vindo a afogar e a reduzir a uma intolerável insignificância. Os exemplos são inúmeros, mas basta lembrar que os telefones chegaram a ser cortados em algumas delas por falta de pagamento...

Uma consequência dramática desta desorientação tem sido o massacre provocado pelos incêndios em milhares de hectares dentro de parques naturais e de zonas classificadas. Só em 2003 arderam em Portugal cerca de 425 mil hectares de floresta e matos (o pior ano desde que existem registos) – o que constitui 5% da superfície do país. Seguiu-se 2005, com cerca de 325 mil hectares devastados pelas chamas¹⁵. Na segunda metade da década arderam mesmo “áreas de protecção total”, ou seja, das mais valiosas, do nosso único parque nacional – o Parque Nacional da Peneda-Gerês¹⁶. Na década em que começaram as iniciativas do *Business & Biodiversity*, ligando empresas e conservação da natureza, não se conseguiu nem acautelar a biodiversidade destes parques, nem conhecer o valor económico proporcionado pelos serviços dos ecossistemas, nem esclarecer assim o custo das perdas.

Muito negativa para as áreas protegidas terá sido a sua recente reorganização administrativa de 2007, acabando com a figura de director de área protegida e criando um super-director por agrupamento de áreas congéneres mas geograficamente distantes. Em vez de se concentrarem nos respectivos parques, os cinco “super-directores” percorrem o país de um lado para o outro conforme a sua especialidade (montanhas, estuários, zonas húmidas...). As Áreas Protegidas tornaram-se equações técnico-científicas mal servidas pelas débeis estruturas administrativas centrais e perderam presença junto das populações nos seus territórios.

Em 2010, ano internacional da biodiversidade, também as áreas marinhas protegidas continuam a funcionar de forma incipiente, tanto em termos de gestão, como da área que ocupam. Isto num país com a maior ZEE da Europa. E quanto às águas doces, ficou-se a saber que 21 das 31 espécies de peixes dulciaquícolas e migradoras encontram-se actualmente ameaçadas de extinção, para citar apenas um exemplo dos estudos que entretanto se realizaram (Pereira 2010).

Não se avançou contudo muito no conhecimento público sobre biodiversidade: o último Eurobarómetro mostra que apenas 25% dos portugueses já ouviram falar e dizem que sabem o que significa a biodiversidade (contra uma média europeia de 37%) e menos ainda (apenas 13%) sabe o que é a Rede Natura 2000 (EB 2010).

Aliás, considerando o conhecimento e a opinião pública, outro problema da nossa dormente política ambiental tem sido a deriva na educação ambiental. Se, em finais da década de 80 e sobretudo durante os anos 90, se dera um impulso nesta área com a criação do INAMB (Instituto Nacional do Ambiente), depois IPAMB (Instituto da Promoção Ambiental) e a parceria efectuada com o Instituto de Inovação Educacional (IIE do Ministério da Educação), criando a figura dos professores destacados para desenvolverem a vertente da educação ambiental nas escolas, nos anos 2000 a situação regrediu. A década começou mal, com a extinção de ambos os institutos, reduzindo quase à inexistência o sector da educação ambiental no novo Instituto do Ambiente, e acabando em 2010 com os professores destacados, alguns dos quais tinham entretanto estimulado importantes projectos nas escolas, actualmente em risco (caso, por exemplo, do projecto Eco-escolas) (Schmidt, Nave e Guerra, 2010).

4. AGENDA CÍVICA

Em contrapartida, a informação ambiental está sem dúvida cada vez mais organizada e acessível, ou não fosse esta a década da expansão da Internet e da consequente criação dos sites ministeriais. Mesmo que por vezes críptica, a disponibilização dos dados tem contribuído para aumentar o conhecimento, incentivar a participação e consolidar os debates. Contudo, tanto os Inquéritos Nacionais ao Ambiente, realizados pelo Observa (2000, 2004 e 2006), como os mais recentes Eurobarómetros sobre ambiente (2008, 2010) são bem claros quanto ao elevado grau de desinformação ambiental que ainda persiste entre os portugueses. Não é só o desconhecimento acerca da Biodiversidade e da Rede Natura 2000, mas também no que respeita às alterações climáticas e às questões energéticas em geral (Horta e Schmidt, 2010).

Não existe uma informação pró-activa por parte da Administração Central numa matéria cada vez mais complexa a que os meios de comunicação social generalistas dão cada vez mais importância. Os problemas ambientais entraram na agenda dos telejornais com regu-

laridade, embora ainda não sejam tratados da forma desejável e desejada – uma vez que os cidadãos manifestam cada vez mais interesse na matéria e na informação mediática sobre ela (Schmidt 2004). No entanto, uma geração mais informada e atenta, como também se comprova nos inquéritos (OBSERVA, EB), bem como o aumento exponencial do emprego neste sector (CEEETA-ECO 2009), já começa a consolidar saberes e interesses.

Importante também a consolidação dos movimentos ambientalistas¹⁷ e da sua acção cada vez mais pedagógica em escolas e até nos *media*. A Quercus, que fez 25 anos em 2010, mantém a sua capacidade interventiva, investindo cada vez mais numa dimensão pedagógica, tal como a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), que celebrou 60 anos em 2008, sendo a mais antiga associação de defesa do ambiente do país. O número de militantes, esse, mantém-se razoavelmente baixo, o que se explica, em parte, pelas reduzidas taxas de participação cívica resultantes da falta de tradição participativa e da iliteracia ambiental da sociedade portuguesa. Seja como for, tem aumentado o número de técnicos especializados a trabalhar nas ONGAs – o que significa uma importante profissionalização dentro dos movimentos. Acresce que, um pouco por todo o país, registaram-se inúmeras iniciativas de muitas associações cívicas locais, de escolas, de museus; bem como de muitas autarquias e de várias empresas que demonstraram querer actuar de forma diferente. Por outro lado, começa a desenvolver-se uma cultura de elite em torno dos valores ambientais e paisagísticos – desde a plantação de árvores até ao turismo culto ambientalista, passando pelos estudos literários em torno da Natureza (como o IELT coordenado por Ana Paula Guimarães) e pela divulgação científica (como é o caso dos Museus da Politécnica da UL).

Como ponto positivo, assinala-se também a criação, em 2002, do Serviço Especial de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA) da GNR, que tem desempenhado um papel muito importante em matéria de fiscalização ambiental. Conhecedora do terreno, esta força tem obtido um desempenho notável: já fez milhares de intervenções e autuações, e suspendeu inúmeras actividades ilícitas, sobretudo no que diz respeito a despejos ilegais de resíduos. Estes têm, aliás, sido o principal motivo de queixa da linha azul do Ministério do Ambiente, criada também em 2002. Não espanta por isso que a operação cívica “Vamos Limpar Portugal”, que decorreu em 2010, tenha assumido tão grande relevância. Mais de 100 mil cidadãos mobilizaram-se para recolher milhares de toneladas de lixo ao longo de um dia em todo o país! Estranho facto para uma década que se inaugurou com a boa medida do encerramento das cerca de 300 grandes lixeiras municipais a céu aberto do país e a sua substituição por aterros sanitários, seguida pela criação de inúmeros sistemas de separação de resíduos, desde o papel e os plásticos, às pilhas e equipamentos eléctricos, com cada vez mais pessoas a participarem na separação dos resíduos urbanos. Afinal, e apesar de todo este avanço, continuaram a espalhar-se lixeiras clandestinas por toda a parte, o que nos remete para alguns vícios recorrentes do modo como a política ambiental se foi implementando, como a interrupção de programas de educação e comunicação ambientais e para a falta de uma agenda cívica fundamental para a mudança.

5. A AGENDA VICIADA

Tal como noutros domínios, também neste a decisão política foi, em grande parte, impulsionada por pressões e influências externas que, muitas vezes, não encontraram movimentos endógenos susceptíveis de as acolher. A UE, como vem fazendo desde a data da adesão (1986), continuou a acelerar o quadro jurídico legal e institucional, e a dar o seu apoio financeiro (Soromenho-Marques, 1998 e 2007).

Paralelamente a esta predominância do impulso externo, continua a verificar-se internamente uma distância entre governantes e governados. Muitas das medidas e planos ambientais e de conservação da natureza são decididos de cima para baixo, quase sempre sem qualquer tipo de participação e base social de apoio, e este é um dos mais viciantes entraves ao avanço das políticas. Como não se criaram alicerces para uma literacia ambiental mínima, fornecendo e descodificando informações e treinando a participação cívica nos seus vários níveis e contextos, os índices de intervenção continuam baixos. Até mesmo em matérias cruciais onde está legalmente consagrada a consulta e participação públicas efectivas, como é o caso dos diversos planos para os diversos sectores e/ou das directivas de avaliação de impacto ambiental e da água (Lima, 2001; Almeida, 2000). Isto apesar de Portugal ter subscrito em 2002 a Convenção de Aarhus, que consagra o acesso à

¹⁷ Em 2008 o Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente e Equiparadas contava com 120 associações (de âmbito nacional, regional e local).

¹⁸ O INAMB, criado em 1986, posterior IPAMB (Instituto de Promoção Ambiental) em 1993, posterior Instituto do Ambiente em 2002, e actual Agência Portuguesa do Ambiente (APA) desde 2007, foi reduzindo o seu âmbito e pior, o fulgor e sentido da sua actuação (Valente, 2002).

¹⁹ Veja-se, entre muitos outros, o caso dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), cujas medidas preconizadas no terreno e até orçamentadas prometem recuperar ambientalmente áreas degradadas (as “famosas” UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão), mas estão quase todas por cumprir. Veja-se também as diversas estratégias e planos nacionais, quase todas por cumprir, quase todas por avaliar (CNADS 2010).

²⁰ Apesar do ambiente não configurar uma secção própria na maioria dos jornais nacionais, é um tema cada vez mais tratado nos principais jornais de referência dominante, embora com uma periodicidade irregular. No entanto, na vertente *on-line*, de destacar a secção “Ecosfera”, criada e mantida pelo Público há vários anos. No Expresso, que mantém a mais antiga coluna de opinião sobre o tema, surgiu entretanto a dedicação de dois meses por ano às questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Quanto à televisão, actualmente dois programas são destinados ao ambiente com periodicidade semanal: Biosfera (RTP2), emitido desde 2005, e Terra Alerta (SIC Notícias), lançado em 2010.

²¹ Logo em 1972, Correia da Cunha criou o Serviço de Informação às Populações; depois, em 1974, Ribeiro Telles fez o Serviço de Estudos; Carlos Pimenta, em 1986, cria o INAMB; Elisa Ferreira atribui um grande ênfase inicial às Eco-escolas.

informação, participação nos processos de decisão e acesso à justiça ambiental (CNADS, 2003; Taidis, 2006).

Outra das fragilidades que prevalece na nossa política ambiental é a falta de continuidade na intervenção dos sucessivos governos. Na década de 2000 não só o nome do Ministério mudou quatro vezes, como desfilaram oito ministros e quinze secretários de Estado. O zigzague foi constante, sobretudo na resolução de problemas, relativamente aos quais se fez muitas vezes tábua rasa das políticas anteriores. O já referido caso da educação ambiental é claramente exemplar neste constante virar de página, sobretudo desde a extinção do IPAMB¹⁸. Mas também na gestão das áreas protegidas; e na aplicação das medidas agro-ambientais; e na prevenção de incêndios; e no tratamento de resíduos industriais perigosos que, ao cabo de um processo de vinte anos com inúmeros levantamentos, planos e decisões, só recentemente encontrou o caminho da solução...

Continuámos a assistir nesta década a uma política que esconde a sua ineficiência por detrás de uma crescente panóplia jurídico-administrativa, cheia de princípios e de legislação mas que, a maior parte das vezes, não ultrapassa o nível da enunciação. Em algumas matérias instalou-se mesmo uma espécie de consentimento tácito em relação ao seu incumprimento. O caso dos projectos PIN (Potencial Interesse Nacional) criados em 2006 é exemplar: em vez de serem aproveitados como uma medida cuja lógica seria a consideração excepcional de projectos com características excepcionais, na prática, acabou por se transformar num expediente administrativo para forçar as regras desde que fossem suficientemente musculadas em termos financeiros. Para os aprovar ultrapassou-se constantemente a legislação ambiental em vigor, desrespeitando regras de ordenamento do território, como foi o caso de vários projectos urbanísticos em áreas de Rede Natura 2000, ou REN ou RAN.

Continua a assistir-se, também, a uma produção em larga escala de planos, programas e estratégias, em todas as áreas do ambiente, sobretudo desde meados de 90, mas sem que sejam devidamente acompanhados e avaliados na sua execução, quer por parte dos sucessivos governos, quer pelos partidos da oposição ou pela Assembleia da República. A verificação do seu cumprimento fica quase sempre esquecida¹⁹. Urge, portanto, um novo capítulo na elaboração e, sobretudo, na implementação das políticas públicas ambientais, o que implica a sua monitorização e avaliação por entidades independentes.

Urge também ultrapassar a habitual abordagem sectorial nesta matéria que é essencialmente transversal e que necessita de uma verdadeira integração nas outras políticas. É esse o desígnio do desenvolvimento sustentável: integrar as dimensões ambiental, social e económica.

Segundo diversos inquéritos nacionais sobre ambiente, entre as fontes de informação ambiental dos portugueses assumem primazia as fontes mediáticas, com relevo para a televisão (89,2%), os jornais e revistas (56,6%) e a rádio (51,6%) (Ferreira de Almeida, 2004). A atenção e investigação aprofundadas dos *media* aos problemas ambientais, tal como em outras matérias, já teve melhores dias, mas alguns programas de televisão e secções de jornais mantêm-se e progridem²⁰. Contudo, mesmo que a atenção e a preocupação dos cidadãos face ao ambiente tenha vindo a aumentar, tal como se constata em inúmeros inquéritos, falta uma cultura ancorada em informação e educação ambientais e em valores consistentes que ajudem o quadro legislativo institucional a atingir a sua eficácia. Apoio à formação, divulgação de informação e estímulo à participação foram sempre identificados como necessidades decisivas para criar essa nova cultura por parte dos responsáveis pela pasta²¹, mas mais uma vez faltou continuidade. Desenvolveram-se sem dúvida alguns projectos importantes de educação ambiental, mas sempre sob ameaça de interrupção, e sobretudo sem o alento ou valorização necessários por parte dos Ministérios do Ambiente e da Educação.

Num país onde o desordenamento do território continua a ser o principal problema do ambiente, mais urgente se torna promover uma cultura cívica da paisagem através de programas consistentes e consequentes de educação e cultura ambientais. ▽



**Vozes
Consonantes**

Musealização da migração

Memória ou esquecimento

¹A criação de museus de migração em Portugal e na Alemanha não deve ser vista como um fenómeno isolado, inscrevendo-se, antes, numa tendência para a musealização da migração a nível europeu e mesmo mundial. Nos Estados Unidos da América, cuja história está intimamente ligada à imigração, foi inaugurado em 1990 o Immigration Museum em Ellis Island. Em breve se seguíam iniciativas museológicas em outros países com uma experiência semelhante de imigração: o Migration Museum South Australia (1986) e o Immigration Museum Melbourne Victoria (1998), ambos na Austrália; o Memorial do Imigrante, no Brasil (1998); o museu Pier 21, no Canadá (1999). Mais ou menos simultaneamente surgiam na Europa museus dedicados à emigração ou à imigração: o Institute of Migration na Finlândia (1974); o Mångkulturellt Centrum (1987) e o Statens Museer för Världskultur (1999) na Suécia; o Immigrantmuseet (1997) na Dinamarca; o San Marino Study Centre on Emigration, em San Marino (1997); o Migrationsmuseum (1998) na Suíça; o Kosmopolis (2004) nos Países Baixos; a Cité Nationale de l'Histoire de l'Immigration (2004) na França; o Srpski Muzej Rasejanja i Seoba na Sérvia; 19 Princelet Street na Grã-Bretanha; o Cobh Heritage Centre na Irlanda; o Altretalieu, na Itália; o Museu d'Història de la Immigració de Catalunya, na Catalunha (Migration Museums Network 2008).

1. INTRODUÇÃO

Armando Rodrigues de Sá posa para os jornalistas na sua nova mota *Zündapp Sport Combicombi*, sobre a qual repousa um ramo de flores. O seu olhar revela inquietação, insegurança, mas igualmente algum orgulho por ter sido recebido na República Federal da Alemanha com pompa e circunstância. Armando Rodrigues de Sá, português originário de Vale de Madeiros, Freguesia de Canas de Senhorim, dava entrada no dia 11 de Setembro de 1964 na estação de Köln-Deutz, Colónia, como o milionésimo “trabalhador-convidado” da República Federal da Alemanha. Neste acontecimento simbólico se entrelaça a história da emigração portuguesa e da imigração alemã do século XX. Numa década, na qual em Portugal se assistia à emigração em massa de portugueses, a Alemanha tornava-se um dos países receptores desses e de outros milhões de emigrantes vindos do Sul da Europa e do Norte de África.

Estas histórias têm vindo a ser objecto de práticas memorialísticas em ambos os países. De facto, tanto na Alemanha como em Portugal podemos assistir a várias iniciativas de memorialização do tema da migração no espaço público, com destaque para a criação de museus de migração¹. Como interpretar esta necessidade de musealização do tema da migração? Qual a função social que a memória desempenha em ambos os casos? São estas as questões que serão discutidas em seguida, tendo como ponto de partida a história e a memória da imigração alemã e da emigração portuguesa das décadas de 1960 e de 1970. Com a ajuda de alguns conceitos desenvolvidos nos últimos anos nas ciências sociais, serão sistematizadas algumas propostas de leitura das recentes práticas memorialísticas da migração em ambos os países.

2. HISTÓRIA

Para conhecer os pontos de contacto entre Portugal e a Alemanha no que diz respeito aos movimentos migratórios após a Segunda Guerra Mundial, é necessário regressar na história ao contexto do pós-guerra. Foi a partir dos anos 50 que a Alemanha conheceu os fluxos substanciais de imigração, que fazem deste país hoje em dia um país de imigração. Trata-se aqui concretamente da contratação de trabalhadores estrangeiros, necessários à reconstrução do país depois da Segunda Guerra. Se, nos anos imediatamente após o conflito, a reconstrução da Alemanha recorria fundamentalmente à população residente, a partir da década de 1950 a classe política reconhecia a necessidade de recorrer a mão-de-obra estrangeira. Dado que o desemprego masculino se cifrava em 1,8% e o trabalho feminino não era desejado por motivos de política familiar², atingia-se em 1955 um nível de desemprego que não poderia ser superado sem mobilidade regional das zonas rurais para os centros industriais³. Tal mobilidade significaria, contudo, uma demanda acrescida de habitação nas grandes cidades, à qual o país não podia dar resposta. Perante esta situação, o Governo alemão optou pelo recrutamento de trabalhadores vindos do estran-

geiro, como alternativa capaz de resolver os problemas de mão-de-obra sem criar uma demanda excessiva de habitação, já que para estes trabalhadores se construiriam barracas improvisadas para habitação⁴. Começava, assim, com a assinatura do primeiro acordo de contratação com a Itália em 1955, a fase dos chamados *Gastarbeiter* – “trabalhadores-convidados”. A designação é o produto de uma opção política, que procurava, através de contratos a prazo, evitar a imigração a longo prazo. Ao acordo com a Itália seguir-se-iam, em 1960, acordos com a Grécia e a Espanha, em 1961 com a Turquia e em 1963 com Marrocos. Em 1964 era assinado o acordo de recrutamento com Portugal – nele podemos identificar o ponto de intersecção das histórias da imigração alemã e da emigração portuguesa no século XX. Seriam ainda assinados acordos com a Tunísia em 1965 e com a Jugoslávia em 1968. Os acordos de contratação viriam a ser cancelados em 1973, o que o Governo alemão justificaria com a crise do petróleo⁵. Se durante a fase de vigência dos contratos a Alemanha se tornou um país de imigração, tendo a percentagem de cidadãos estrangeiros passado de 0,4% em 1954 para 6,4% em 1973, a verdade é que nem o cancelamento dos contratos nem os incentivos ao regresso trouxeram os efeitos esperados pela classe política de diminuição da imigração. Esta, muito pelo contrário, manteve a tendência crescente, atingindo em 1982 7,6% da população residente⁶. Ao invés do regresso aos países de origem, muitos “trabalhadores-convidados” optaram por estabelecer-se na Alemanha, contribuindo inclusive para o aumento da população estrangeira residente, consequência do direito ao reagrupamento familiar.

Os trabalhadores-convidados eram recebidos normalmente em estações de caminhos-de-ferro, onde eram registados e reencaminhados para as cidades onde se encontravam os empregadores. Os emigrantes vindos do sudoeste da Europa – na maior parte turcos – eram recebido num antigo bunker da Segunda Guerra Mundial perto da estação de caminhos-de-ferro de Munique. Os trabalhadores vindos de Portugal e de Espanha eram acolhidos na estação Köln-Deutz em Colónia.

Armando Rodrigues de Sá foi um dos portugueses que chegaram no ano de 1964 à estação de Köln-Deutz. Ao chegar a Colónia, Armando de Sá foi surpreendido pelo ambiente de festa em torno da sua chegada, pois as autoridades alemãs haviam-no elegido o milionésimo “trabalhador-convidado” que dava entrada na República Federal da Alemanha. O jornal local *Kölnische Rundschau* descreve as festividades da seguinte forma:

Os hinos espanhol e português convidavam os recém-chegados a encenar danças entusiásticas, a tomar goles enérgicos dos garraões e a gritar “Viva Alemanha” [...]. Entre as 8 e as 10:10 os responsáveis da Associação Alemã de Empregadores sofreram o martírio da incerteza. O milionésimo trabalhador-convidado tinha sido escolhido por sorteio, sabendo-se que o milionésimo se encontrava no comboio [...]. No entanto, ontem tomaram conhecimento de que 24 portugueses foram repatriados ao atingir a fronteira, devido a irregularidades nos documentos. “Será”, temiam os representantes da Associação dos Empregadores, “que o nosso favorito se encontra entre os repatriados?” [...] Finalmente às 10:10 o chefe de imprensa da Associação anunciava com alívio: “Encontrámo-lo!”⁷

Com Armando de Sá, vieram no mesmo ano 4.771 portugueses para a Alemanha⁸, sendo que o número de trabalhadores portugueses na Alemanha aumentou continuamente nos anos seguintes⁹. Se no século XIX vários factores haviam levado milhares de portugueses a procurar principalmente no Brasil melhores condições de vida, a tendência emigratória dos anos 60 orientava-se fundamentalmente para a Europa a norte dos Pirenéus. Também as pressões repulsivas, que levaram parte da população a abandonar o país, eram algo diferentes do contexto da emigração para o continente americano no século anterior. Os emigrantes portugueses que, a partir da década de 60, procuravam nos países democráticos e industrializados a norte dos Pirenéus reformular uma existência visavam contornar não só as dificuldades económicas, mas também a ditadura ou, no caso da emigração masculina, a Guerra Colonial. A história da emigração portuguesa da segunda década do século XX é associada em primeira linha com a França, onde em 1970 viviam cerca de 860.000 portugueses¹⁰. No entanto, também a RFA foi um destino importante destes emigrantes portugueses, sendo que em 1970 viviam cerca de 20.000 portugueses na Alemanha¹¹.

² As consequências desta política familiar ainda hoje se fazem sentir, sendo a Alemanha um dos países europeus com a menor taxa de população activa feminina e com a maior desproporção de salários entre homens e mulheres.

³ Ulrich Herbert, *Geschichte der Ausländerpolitik in Deutschland*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 2003, p. 202.

⁴ *Ibidem*, p. 203.

⁵ *Ibidem*, p. 229.

⁶ *Ibidem*, p. 198, 203.

⁷ “Die spanische und portugiesische Nationalhymnen rissen die Ankömmlinge zu feurigen Tänzen, zu kräftigen Schlucken aus lederumhüllten Weinflaschen und zum Ruf ‘Viva Alemania!’ hin [...]. Die Beauftragten des BDA litten zwischen 8 und 10.10 Uhr unter qualender Ungewissheit. Den millionsten Gastarbeiter hatten sie durch Blindtippen herausgepickt – wohl wissend, dass sich der Millionste im Transport befinden musste [...]. Nun wurde gestern bekannt, dass 24 Portugiesen an der Grenze zurückgeschickt worden waren, weil ihre Papiere nicht in Ordnung waren. ‘Sollte’, erschreckte es die BDA-Leute, ‘unser Favorit bei den Zurückgewiesenen sein?’ [...] Um 10.10 Uhr rief dann [...] der Pressechef des BDA erleichtert: ‘Wir haben ihn! [...]’ (Leroff 1964, 14), tradução de Teresa Pinheiro.

⁸ José Luis Garcia *et al.*, *A emigração portuguesa: uma breve introdução*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1998, p. 69.

⁹ Portugiesische Botschaft in Berlin, *40 anos da comunidade portuguesa na Alemanha*. Berlin: Portugiesisch Botschaft, Ed. 2004, p. 2.

¹⁰ João Peixoto, “A emigração” in *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5: Último Império e recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 158.

¹¹ Portugiesische Botschaft, *Ibidem*.

¹² Em 31.12.2007, a República Federal da Alemanha contava 7.255.395 habitantes estrangeiros. No mesmo ano, residiam 114.552 portugueses na Alemanha, número superior ao da população espanhola (106.549), o que se explica pelo facto de a emigração portuguesa para a Alemanha ter aumentado consideravelmente durante o período de 1990 a 1996, altura em que a reconstrução da Alemanha de Leste exigia mão-de-obra na construção civil.

¹³ A designação oficial da Lei é a seguinte: “Lei de regulamento e restrição da imigração e de regulamentação da residência e integração de cidadãos europeus e de estrangeiros” (*Gesetz zur Steuerung und Begrenzung der Zuwanderung und zur Regelung des Aufenthalts und der Integration von Unionsbürgern und Ausländern*), sendo assim a primeira medida legislativa que faz referência à integração da população estrangeira.

¹⁴ Pierre Nora, *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1992.

¹⁵ *Erinnerungsakt und Tagung Armando Rodrigues de Sá. Der millionste Gastarbeiter, das Moped und die bundesdeutsche Einwanderungsgesellschaft* (Domit et al., 2004).

¹⁶ A DOMiD foi fundada em 2007, resultando da fusão da DOMiT – Centro de Documentação e Museu da Migração Turca – e da Associação Museu de Migração na Alemanha.

¹⁷ Dietrich Hackenberg, “Migration im Bild. Fotografie und Internet als Formen visueller Präsentation zur Migrationsgeschichte” In: *Geschichte und Gedächtnis in der Einwanderungsgesellschaft. Migration zwischen historischer Rekonstruktion und Erinnerungspolitik*. Edited by Jan Motte and Rainer Ohliger. Essen: Klartext, 2004, pp. 181-187.

¹⁸ *Angekommen. Bahnhof Köln-Deutz. Migrantengeschichten aus 40 Jahren* (Domit et al., 2004).

¹⁹ “Como representantes de la Administración de Trabajo de la República Federal de Alemania tenemos el placer de darles la bienvenida en suelo alemán como nuevos trabajadores de nuestra economía” (Domit et al., 2004).

3. MEMÓRIA

É este, pois, o contexto da imigração na Alemanha e da emigração portuguesa na segunda metade do século XX e que se entrecruza na assinatura do acordo de contratação de trabalhadores e que tem a sua expressão simbólica na entrada do milionésimo “trabalhador-convidado”. A questão que nos ocupará em seguida é a de saber qual a importância deste passado nas construções de identidade nacional em ambos os países. As práticas de memorialística que podemos constatar hoje em dia podem ajudar a conhecer a função da memória das migrações em ambos os países.

Hoje em dia, a Alemanha conta cerca de 7,3 milhões de estrangeiros, o que constitui cerca de 8,8% da população residente (Statistisches Bundesamt 2008)¹². Os países de origem mais representados continuam a ser a Turquia e a Itália, o que revela a importância da fase dos “trabalhadores-convidados” na formação de uma sociedade multicultural na Alemanha. Apesar desta realidade, só em 2004, após 50 anos de imigração de facto e longos debates públicos sobre a migração, a classe política reconhecia a Alemanha como um país de imigração, ao criar a primeira legislação adequada a esta realidade, através da chamada Lei da Imigração, de 5 de Agosto de 2004¹³. O discurso e a prática política passaram, desde então, a orientar-se pela necessidade de integração. Como um despertar tardio para a realidade dos “trabalhadores-convidados” que acabaram por permanecer, a legislação aposta na integração dos imigrantes residentes, através dos chamados cursos de integração, cuja componente mais importante é a aprendizagem da língua alemã.

A aprovação da primeira Lei da Imigração era flanqueada por discussões no espaço público, que, mais do que meras disputas políticas, mostraram ser negociações de memória colectiva e, conseqüentemente, de identidade nacional. A aprovação da Lei veio legitimar a vontade de vários grupos sociais de reconhecer o papel fundamental dos imigrantes na reconstrução da Alemanha e, como tal, de fazer da imigração um “lugar de memória” da identidade alemã, entendendo como Pierre Nora por lugar de memória objectivações do passado de uma nação, nas quais se cristaliza a identidade colectiva da mesma¹⁴. O ano de 2004 mostrava ser adequado às práticas memorialísticas da migração. Nesse ano celebrava-se o 40.º aniversário da chegada do milionésimo trabalhador-convidado na Alemanha, o que levou à realização de várias iniciativas, como exposições, conferências e projectos dedicados à imigração espanhola e portuguesa. Exemplo de tais iniciativas foi o “Acto de Memória e Conferência Armando Rodrigues de Sá. O milionésimo trabalhador-convidado, a mota e a sociedade de imigração alemã”¹⁵, que teve lugar na estação de Köln-Deutz entre 8 e 9 de Setembro de 2004. A iniciativa – levada a cabo pela associação DOMiD, Centro de Documentação e Museu da Migração na Alemanha¹⁶, em cooperação com o Estado Federal da Renânia do Norte-Vestefália – empregava nada mais do que a imagem de Armando Rodrigues de Sá nos cartazes de divulgação, bem como a sua biografia para a reflexão crítica da história da fase de recrutamento dos “trabalhadores-convidados”. A escolha da fotografia de Armando Rodrigues de Sá como motivo e da estação de Köln-Deutz como local da iniciativa inscrevem-se na tentativa de elevá-los a lugares de memória e, com eles, a história recente da imigração na Alemanha a pilares da identidade colectiva. Com efeito, tanto a fotografia como a mota de Armando de Sá se encontram hoje em dia na Casa-Museu da História Alemã em Bona, de cuja exposição permante fazem parte¹⁷ – o que faz de Armando de Sá um símbolo e da imigração na RFA um lugar de memória da identidade nacional.

Neste esforço de integrar a história recente da imigração na memória colectiva alemã se inscreve igualmente o projecto interactivo “Chegados. Estação Köln-Deutz. 40 Anos de Histórias de Imigrantes”¹⁸, realizado pelas mesmas instituições também por ocasião dos 40 anos da entrada do milionésimo “trabalhador-convidado” na Alemanha. O cenário escolhido para o genérico de abertura é o da estação de Köln-Deutz. A esta imagem se associa o som do comboio, travando à entrada na estação, e o som das boas-vindas dadas em castelhano aos “trabalhadores-convidados” vindos da Península Ibérica através dos haltifalantes da estação¹⁹. A estação apresenta-se, aqui, enquanto espaço social da migração e ponto de confluência entre a emigração e a imigração. Através do som e da imagem, procura-se estimular a memória desta época. Para além disso, o projecto procura reconstituir a memória geracional, dando voz aos protagonistas desta fase da imigração. É possível ler as entrevistas de emigrantes portugueses e espanhóis, que deram entrada na estação de Köln-Deutz durante a década de 1960; mais ainda, é possível ouvi-las. Os relatos, escritos e orais, são feitos na primeira pessoa, pelo que o objectivo não é o de re-

escrever a história, mas sim o de recuperar a memória das testemunhas desta época – uma memória necessariamente subjectiva e emotiva.

Também o ano de 2005 oferecia enlaces para recordar o papel dos imigrantes na história recente da Alemanha. Nesse ano celebrava-se o 50º aniversário do primeiro acordo de contratação, celebrado com a Itália. Por essa altura realizaram-se também várias exposições dedicadas ao fenómeno dos “trabalhadores-convidados”, aqui já incidindo nos grupos mais numerosos – turcos e italianos – e não tanto na emigração ibérica. Exemplos de projectos semelhantes de recolha de testemunhos de imigrantes na Alemanha são o “Arquivo Áudio da Migração. Histórias de Migração Contadas”²⁰, o projecto “Reconstrução da Alemanha Ocidental. Deportação e Milagre Económico”²¹, “Chegados. La Regione della Ruhr. Histórias de Migrantes da Indústria Mineira”²², entre muitos outros.

Estas iniciativas lembravam a história recente da imigração e sublinhavam a necessidade de criar um museu da imigração, que pudesse coordenar a investigação e a divulgação do tema. A associação DOMiD tem desempenhado um papel fundamental na consciencialização no espaço público da necessidade de um Museu da Imigração na Alemanha. Enquanto não é criado o museu, a DOMiD tem organizado exposições e conferências e, praticamente, assumido a função museológica, pedagógica e científica do futuro museu da imigração.

Se a criação de um museu da imigração se encontra ainda em fase de projecto, o ano de 2005 assistiu à não menos importante criação do primeiro museu da emigração alemã, o museu “Casa Alemã da Emigração”²³, em Bremerhaven. Também este museu aposta na recriação dos ambientes de emigração. O site oficial do museu alia o som de ondas marítimas e dos vapores às imagens da Estátua da Liberdade e de Elis Island, com o intuito de estimular a memória do passado da emigração alemã. A exposição permanente concentra-se em dois períodos fulcrais da história da emigração alemã para o continente americano: o êxodo de populações rurais em busca de melhores condições de vida durante o século XIX e a fuga de cidadãos judeus perseguidos pelo regime nazi entre 1933-1945. O museu assume uma função importante principalmente na divulgação da emigração alemã do século XIX, motivada pela pobreza e falta de perspectivas, e, consequentemente, no reconhecimento da emigração económica como parte integrante da história e da identidade nacionais.

Também em Portugal se tem vindo a assistir, nos últimos anos, a práticas memorialísticas relacionadas com a migração que mostram ao público aspectos da emigração portuguesa dos séculos XIX e XX. Exemplos disso são exposições como *Terra longe, terra perto*, o ciclo de Cinema *Emigração Portuguesa* ou a criação do Museu da Emigração. Nestas iniciativas encontramos alguns traços comuns com as práticas memorialistas na Alemanha. Atentemos, para uma comparação, no exemplo do Museu da Emigração.

Em 2001 era criado o primeiro e até agora único Museu da Emigração em Portugal. O Museu da Emigração e das Comunidades foi criado em Fafe, um concelho marcado pela emigração para o Brasil no século XIX. O objectivo do museu é, segundo o seu director, “trabalhar a memória da emigração numa perspectiva dupla: a partida e o retorno”²⁴. O museu é concebido apenas em parte como um espaço físico. O seu núcleo principal é constituído por seis núcleos temáticos divulgados no site do museu. O director do museu justifica esta opção com as seguintes palavras: “O Museu projecta-se como um *Webmuseum* no sentido comunicacional, ou seja, como uma plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação, tendo como destinatários privilegiados os emigrantes”²⁵. Tal como nas iniciativas alemãs, também no *Webmuseum* português da emigração se dá importância aos emigrantes enquanto agentes da mobilidade, o que se evidencia na preocupação em reconstruir a atmosfera da emigração, com elementos típicos dos fenómenos migratórios: a espera, as malas, a estação de caminhos-de-ferro. Tal como as iniciativas museológicas alemãs, também o Museu da Emigração tem como um dos objectivos principais o de organizar um arquivo com a documentação de relatos das testemunhas da emigração. Na página da memória podemos aceder a relatos de pessoas que emigraram para o Brasil e regressaram a Portugal. Relatos que nos chegam em forma escrita, normalmente cartas, já que, ao contrário da emigração portuguesa do século XX, os emigrantes brasileiros da primeira geração já não vivem, não podendo, pois, dar um contributo directo para a memória geracional da emigração. Ao privilegiar os emigrantes como actores e a participação activa de descendentes, o museu assemelha-se muito ao projecto “Chegados”. Também o projecto “Sudexpress”, dedicado à emigração portuguesa, desta feita à emigração para a França na segunda década do século XX, se inscreve

²⁰ *Migration-Audio-Archiv.de. Erzählte Migrationsgeschichte* (www.migration-audio-archiv.de).

²¹ *Aufbau West. Vertreibung und Wirtschaftswunder* (www.lwl.org/LWL/Kultur/Aufbau_West/home).

²² *Angekommen. La Regione della Ruhr. Migrantengeschichten aus dem Bergbau* (www.angekommen.com/italiener/index.html).

²³ *Deutsches Auswandererbau Bremerhaven* (www.dah-bremerhaven.de). O museu foi galardoado pelo European Museum Forum com o prémio European Museum of the Year 2007.

²⁴ Miguel Monteiro, “O que somos?” in: *Museu da Emigração e das Comunidades*, www.museu-emigrantes.org, 2001.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Jan Assmann, Tonio Hölscher, *Kultur und Gedächtnis*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1988, p. 12.

²⁷ Aytaç Eryilmaz, 2004, p. 306.

nesta tentativa de recuperar a memória individual dos sujeitos da emigração e de torná-la parte da memória colectiva partilhada pela comunidade. Também aqui se procura reconstruir a atmosfera da emigração portuguesa para a França através das imagens – as malas, os comboios, o Sudexpress por excelência, a Guerra Colonial, a Revolução de Abril – e dos sons – aqui, tal como em “Chegados”, o som do comboio entrando na estação e os anúncios feitos por altifalante. Este projecto é denominado “Memória Viva” e não é por acaso. Também aqui o objectivo é dar voz aos protagonistas da emigração – em forma de relatos pessoais. Os relatos são apresentados em forma de diário, enfatizando a importância de conhecer a memória dos emigrados.

4. MIGRAÇÃO E MEMÓRIA

A comparação dos actuais fenómenos de musealização da migração na Alemanha e em Portugal permite-nos reflectir sobre a função da memória colectiva na consolidação de uma identidade comum partilhada.

Podemos constatar em ambos os países o cuidado de preservar a memória daqueles que foram os protagonistas dos movimentos migratórios na Europa do século XX. Tanto na Alemanha como em Portugal, os grupos empenhados na preservação da memória da migração fazem uso das possibilidades técnicas existentes hoje em dia para recriar as atmosferas da migração tal como foram vividas por aqueles que emigraram, através de vídeo e som. Esta reconstrução de atmosferas através de imagens e sons apela às emoções e não à percepção objectiva da migração. No entanto, o recurso às possibilidades técnicas prende-se igualmente com o objectivo de arquivar os testemunhos de quem viveu a emigração. Texto, imagem e som contribuem para o arquivo das memórias, captadas através de entrevistas àqueles que viveram a emigração e cujo testemunho desapareceria com o desaparecimento físico das pessoas.

Como explicar o surgimento de projectos tão semelhantes em contextos distintos das migrações na Europa? Os teóricos alemães Jan e Aleida Assmann defendem que o desaparecimento natural das testemunhas de um determinado tema da história de uma nação conduz a um processo de transição da memória transmitida de geração em geração para uma forma institucionalizada de memória colectiva. Este período de transição é caracterizado por processos de negociação no espaço público da memória. Destes processos de negociação resulta um de dois cenários: ou o acontecimento é relegado para o âmbito da História, perdendo a relevância social; ou o mesmo acontecimento trasita para o reportório da memória colectiva de uma nação, tornando-se assim um lugar de memória colectiva, um alicerce de identidade nacional²⁶.

Em Portugal e na Alemanha assistimos a uma mudança geracional e à conseqüente necessidade de discutir a passagem ou não do fenómeno da migração para a memória colectiva. Assim se compreendem as múltiplas iniciativas de colocar o tema da migração no espaço público, bem como a necessidade de arquivar os testemunhos destes fenómenos – pois só assim será possível que a migração faça parte da memória colectiva em ambos os países.

O director da associação DOMiD e principal defensor da criação de um museu da imigração na Alemanha, Aytaç Eryilmaz, reconhece a importância deste trabalho de documentação ao afirmar:

Se não comerçarmos em breve a construção de um museu central das migrações, estas colecções e entrevistas privadas da primeira geração de imigrantes poderá desaparecer para sempre, pois os representantes desta geração já se encontram em idade de reforma.²⁷

Com estas palavras, Eryilmaz reconhece que, se o trabalho documental não for feito, o tema da imigração para a Alemanha no contexto do pós-guerra desaparecerá, ou seja, cairá no esquecimento. Para que tal não aconteça – ou seja, para que o tema seja elevado a lugar de memória da nação alemã – será necessário institucionalizar a sua presença no espaço público, através, por exemplo, de um museu. O museu cumpre a função dupla de arquivar e de transmitir ao público o conhecimento desta época. Também o projecto “Sudexpress” reconhece a necessidade de arquivar os testemunhos pessoais da emigração portuguesa, de modo a elevá-la a tema da memória colectiva: “Participar na escrita dos cadernos pessoais que propomos permite passar das recordações pessoais a uma memória

colectiva, inscrever as narrativas pessoais numa história social”²⁸.

A musealização da migração contribui, assim, para o reconhecimento da migração como parte integrante da memória colectiva ou, pelo contrário, para relegar o tema no sotão esquecido da História, de algo passado – com o efeito de distanciamento entre uma identidade presente e o passado?

As iniciativas levadas a cabo na Alemanha por grupos de imigrantes não oferecem dúvidas. Elevar o tema da imigração dos anos 50 a 70 a lugar de memória significa obrigar a classe política a reconhecer a imigração como traço fundamental da identidade colectiva da RFA – um traço que caracteriza não só o passado, mas também o presente e o futuro. A Alemanha é um país de imigração e continuará a sê-lo no futuro.

E Portugal? Qual o significado destas iniciativas num país que sempre reconheceu a emigração como uma constante estrutural da sua história e que, no presente, se vê confrontado com o fenómeno da imigração? É precisamente nesta intersecção entre emigração e imigração que podemos contextualizar a procura em manter viva a memória da emigração portuguesa. O Museu da Emigração tem por objectivo criar não apenas a consciência da emigração como constante estrutural da história portuguesa, mas mais ainda a consciência de ser a migração uma constante das sociedades actuais. A consciência de viver num país em que a migração tem tradição contribui para fomentar nos seus cidadãos maior abertura para os fenómenos mais recentes de imigração. As actividades promovidas pelo Museu da Emigração durante o Ano Europeu do Diálogo Intercultural são exemplos desta preocupação. O museu promoveu uma série de actividades dedicadas à língua e às manifestações culturais das populações crioulas em Portugal²⁹.

Numa Europa que conheceu o êxodo das suas populações para o continente americano na segunda metade do século XIX; numa Europa que se tornou hoje em dia um destino privilegiado dos movimentos migratórios internacionais; e, finalmente, numa Europa cuja política restrita de imigração parece querer esquecer o próprio passado de emigração – nesta Europa a musealização da migração desempenha uma importante função social. Os exemplos da Alemanha e de Portugal mostram-nos o esforço de alguns grupos em fazer da migração parte integrante da memória colectiva de sociedades que se pretendem assumir como multiculturais. ▽

Resumo

Este ensaio procurará reflectir os percursos históricos da emigração portuguesa e da imigração alemã no século XX, que em muitos momentos se cruzam. Será tida em conta também a importância que estes fenómenos migratórios tiveram na formação da identidade cultural de ambos os países. Abordar-se-á a natureza e a importância dos Museus da Emigração como locais de memória indispensáveis à identidade cultural destas duas nações europeias, sobretudo num momento em que a Europa é um dos destinos preferenciais da imigração internacional e é necessário que a população encontre no seu passado de migrações a compreensão necessária ao contacto com os imigrantes.

Palavras-Chaves: Emigração; Imigração; Identidade nacional; Europa; Memória.

Abstract

This essay will seek to reflect the historical ways of portuguese emigration and german immigration on the 20th century, in which many moments intersect. It will also be considered the importance that this migrations phenomena had in the formation of cultural identity's in both countries. The nature and importance of the Emigration Museums will be approached as essential locations to the memory of this two european nations, especially at a time when Europe is one of the most chosen destinations for international immigration. Therefore it is necessary that the population finds in its own past migrations the necessary understanding to contact with immigrants.

Key-Words: Emigration; Immigration; National Identity; Europe; Memory.

²⁸ Sudexpress, Atelier de Escrita. In *Sudexpress*. www.sudexpress.org/Chroniques/ouverture2.php, 2003.

²⁹ Teresa Pinheiro, “Emigration, Immigration and Interculturality: The Meaning of the European Year of Intercultural Dialogue in Portugal”, in: *Eurotimes. Journal of the Institute for Euroregional Studies “Jean Monnet” European Centre of Excellence*, 2008, 8, pp. 63-73.

Fernando Pessoa

Uma concepção pragmática de verdade

¹ Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1987. Prémio Roberto de Mesquita (Ensaio).

² José Hermano Saraiva, *Album de Memórias 8.ª Década (Anos 90) I Parte: Velharias*. Lisboa: O SOL é Essencial, 2007, pp. 30-31.

Em trabalhos anteriores aludi ao conceito de verdade subjacente à mundividência de Fernando Pessoa ortónimo, que segue uma linha pascaliana completamente assumida e encontra no pragmatismo de William James, entre outros, a sua mais estruturada formulação. O entendimento dessa posição teórica de fundo permitir-nos-á compreender melhor como na mente de Pessoa se articulam os conceitos de verdade e de mito e como o poeta concebe a *Mensagem* enquanto “epopeia-a-ser”, leitura que propus há mais de vinte anos no meu *Mensagem – uma tentativa de reinterpretação*¹ e, subseqüentemente, reforcei em artigos adicionais, ora contendo novos documentos, ora simplesmente desenvolvendo pontos nesse livro apenas aflorados.

Não repetirei aqui o meu argumento central, embora reconhecendo que o facto de o livro ter sido publicado nos Açores em muito limitou a sua distribuição e, por isso, poucos leitores o conhecem. No entanto, qualquer pessoano curioso, particularmente interessado na *Mensagem*, conseguirá facilmente consultá-lo nas boas bibliotecas. Pelo menos quem for aberto a leituras não-nacionalistas do livro ou, o que é bem mais difícil, os abertos a interpretações não-esotéricas da obra. Aproveitarei todavia esta oportunidade para explicitar melhor um aspecto da minha leitura desse hoje clássico de Pessoa, inspirada pura e simplesmente nas reflexões do poeta sobre si próprio e sobre a *Mensagem*. Faço questão de frisar que tem sido esta uma preocupação básica minha desde que me enfrontei na obra de Pessoa em busca de entendê-la. Confesso nunca ter encontrado melhor intérprete do poeta do que ele próprio. Com todas as suas contradições, de que está sempre consciente, ninguém como ele se revela de posse de tão brilhante lucidez no entendimento de si mesmo.

Não há muito, José Hermano Saraiva fustigava-me nas suas memórias acusando o meu livro *Mensagem – uma tentativa de Interpretação* de não passar de um amontoado de citações escrito por quem, como ele próprio, sabe falar bem mas não sabe escrever². Foi um elogio que pela porta da cozinha me fez, na medida em que eu pretendi exactamente organizar, como num *puzzle*, o pensamento de Pessoa apenas aparentemente desconexo. Os fragmentos da sua escrita, por vezes curtos textos aforísticos, estavam na sua mente mais do que estruturados, com espantosa coerência.

Descrevi já, num texto posterior à publicação do meu livro-ensaio, como entrei em contacto com o Eng.º Francisco Bourbon, o benjamim da tertúlia que Fernando Pessoa reunia no Montanha. Não só me confirmou que Pessoa de facto tinha uma grande afeição por Sorel, como insistiu bastante na importância deste último. Um ano antes de sair a minha “tentativa de reinterpretação”, já ele próprio havia publicado num jornal de Vila Nova de Gaia um ensaio em que falava da relevância de Sorel para Pessoa. Mas Francisco Bourbon ia mais longe. Contava que uma vez – e cito para ser mais exacto:

[...] julgando que me valorizava, um dia declarei a Fernando Pessoa que era cartesiano cem por cento. Com grande surpresa e decepção minha, levei uma corrida em pélo.

Segundo me recordo e a memória me não traiçoa Fernando Pessoa declarou-me que Descartes era, infelizmente, um dos filósofos mais superficiais

e mais nocivos. Teria sido como que o pai espiritual dos enciclopedistas e de Auguste Comte, que o saudoso poeta não suportava. [...] Declarou então que um dos pontos que lhe mereciam pleno aplauso na obra de George Sorel era a forma como ele havia demonstrado que “Pascal havia vencido Descartes.” Que o pensamento de então (ou seja, de há meio século) estava profundamente influenciado pelas ideias de Pascal e de Bergson. Que a derrota de Descartes representava, sem dúvida, a derrota do racionalismo e por racionalismo ele entendia o intelectualismo da época.³

Esta adesão de Pessoa a Pascal, contra Descartes, é iluminadora e assenta como uma luva na minha proposta, segundo a qual Pessoa tinha da verdade uma concepção pragmática, distanciada das concepções tradicionais. Como é sabido, no pensamento filosófico ocidental houve sempre duas grandes teorias sobre o que constitui a verdade. Uma, a dominante até há algumas décadas, é a da correspondência, definindo verdade como “a adequação entre a inteligência e a coisa” (na versão clássica de Tomás de Aquino, que simplesmente reelabora a aristotélica, *adaequatio intellectus ad rem*). A outra é a teoria da coerência, de origem platónica: é impossível obtermos a verdade na sua totalidade e o máximo a que podemos aspirar será manter uma visão coerente. Nas primeiras décadas do século XX, o empirismo lógico (Rudolf Carnap, companheiros e discípulos) como que instaurou em dogma a teoria da correspondência, identificada aliás por G. E. Moore e Bertrand Russell. Sobrevieram, todavia, Wittgenstein e a geração seguinte que, desde Richard Rorty a Hilary Putnam e Donald Davidson⁴ no lado anglo-americano, e Jacques Derrida (bem como até Jürgen Habermas na sua fase mais recente) na filosofia chamada “continental”, abalaram os fundamentos desse empirismo, questionando seriamente a capacidade de a linguagem reflectir ou ser espelho da realidade. No mundo dito pós-moderno vingou a crítica avassaladora de tal possibilidade, conquanto na área das ciências a concepção da verdade como correspondência continue em vigor como a única capaz de permitir avanços no conhecimento, garantindo o estabelecimento de verdades, provisórias, é certo, mas enraizadas num paradigma que assenta na convicção de que a verdade presente, única possível, é corrigível empírico-racionalmente *ad infinitum*. Diríamos que Karl Popper impera nesse flanco das ciências ditas exactas.

Pessoa, ao reagir contra o declarado cartesianismo do novato Francisco de Bourbon, não estava, porém, a rejeitar a teoria da correspondência para abraçar a platónica. A sua opção era definitivamente uma terceira via, aberta por Pascal, que teve expressão teórica máxima entre os pragmatistas americanos, particularmente Charles Sanders Pierce e William James. Num dos seus mais famosos ensaios, “The will to believe”, James cita e comenta a famosa aposta de Pascal sobre a existência de Deus, usando esse exemplo como capaz de captar a essência da concepção pragmatista da verdade. Não deixa contudo de apontar as contradições de se aplicar – nesse caso específico – uma tal concepção à existência de Deus, visto que tendo-se William James várias vezes declarado empirista radical, estaria por esse caminho a ultrapassar os limites racionais da metafísica.

Seria um desperdício perdermo-nos aqui num debate sobre se Pessoa teria ou não conhecido a obra de James. Basta prestarmos atenção às suas afirmações sobre a verdade para nos apercebermos de que a sua visão diverge das tradicionais e se filia na pragmatista, entroncada em Pascal mesmo sem necessariamente lhe dever paternidade. Trata-se de um encontro de postulados e não propriamente de filiação, por mais plausível que ela seja.

Pessoa apercebe-se claramente de que uma coisa é escrever sobre o passado e sobre a verdade que acerca dele possamos obter, outra será fazê-lo sobre o futuro, o ainda não acontecido, todo repleto de possíveis. O poeta e pensador tem plena consciência de que a vontade e as crenças desempenham papel fundamental nos rumos do devir, na medida em que condicionam os actos que vão ser escolhidos pelos seus agentes, e tornam óbvio, face à total imprevisibilidade do futuro, que mais vale apostar-se em verdades convenientes do que naquelas que não podem implicar qualquer benefício final.

Várias vezes Pessoa refere a importância dessa atitude relativamente ao futuro e a necessidade de se acreditar em algo que, para ser atingido, nos vai lançar em movimento criador. É esta a lógica profunda que subjaz a toda a concepção de *Mensagem*, como espero já ter suficientemente demonstrado noutros escritos.

Pessoa conhece o pragmatismo. Fala em “verdade pragmática” e na “verdade transitória da acção”, como já referi e citei em textos anteriores⁵. Afirmações como “Se temos liber-

³ Carta de Francisco Peixoto Bourbon a mim dirigida e datada de 20/2/88.

⁴ Para uma boa análise das várias teorias da verdade revisitadas do ponto de vista analítico contemporâneo, veja-se Douglas McDermid, *The Varieties of Pragmatism. Truth, Realism, and Knowledge from James to Rorty*. London and New York: Continuum International Publishing Group, 2006. Especificamente sobre o pragmatismo, ver Harvey Cormier, *The Truth Is What Works. William James, Pragmatism and the Seed of Death*. Lanham – Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2001.

⁵ *Da República*, p. 221.

⁶ Fernando Pessoa, *Análise da Vida Mental Portuguesa*. Porto: Edições Cultura, [1951], p. 96.

⁷ Já referi noutro lugar que William James e o pragmatismo eram conhecidos de George Sorel, que partilhava de uma concepção pragmatista da verdade.

⁸ Carta de Lisboa, a 20 de Abril de 1919. Fernando Pessoa, *Correspondência, 1905-1922*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998, p. 272.

⁹ *Ibidem*, p. 276.

¹⁰ *Ibidem*, p. 276.

¹¹ Jerónimo Pizarro e Steffen Dix (orgs.), *A Arca de Pessoa*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Sociais.

¹² Digo “depressão” sem pretender excluir qualquer outro termo técnico que os especialistas preferirem aplicar ao caso clínico que Pessoa constitui.

¹³ Fernando Pessoa, *Páginas Íntimas e de Autointerpretação*, p. 119.

dade de escolha [sobre o futuro que queremos] porque não escolher a atitude mental que nos é mais favorável, em vez daquela que nos é menos?”⁶ reflectem precisamente uma concepção pragmática da verdade⁷.

Atente-se numa carta de 1919 a Francisco Fernandes Lopes. Pessoa já lhe havia enviado outra solicitando colaboração numa revista a publicar por um “grupo ‘intelectual’” de que era secretário. Destinava-se exclusivamente ao estrangeiro: “revista portuguesa, portanto, apenas por ser escrita só por portugueses, mas não pela língua em que é publicada” (alternadamente em francês e em inglês)⁸. A sua orientação seria “suficientemente larga”, para que nela pudessem “cabem numerosas teorias, numerosos pontos de vista”. Mas Pessoa aponta certas especificações:

Em filosofia, um intelectualismo qualquer, expressão de fidelidade que todos nós, europeus, devemos à tradição helénica; em sociologia, a repugnância pelos fenómenos cristãos decadentes – quais a democracia radical, o socialismo, e o governo de coisa nenhuma, a que se chama bolchevismo; e, em matéria que é uma coisa e outra, mas que se pode designar “matéria nacional”, a ruptura com os tradicionalismos vários que, a par do servilismo para com o estrangeiro, têm pesado sobre nós – tradicionalismo católico, tradicionalismo anti-industrialista, etc.

[...] Mas não creio que V. esteja muito longe de qualquer deles. Sei que V. é um intelectualista em filosofia, e que não repudia a acção directiva da Inteligência sobre o resto do psiquismo.⁹

Pessoa prossegue, respondendo a questões levantadas a propósito da sua primeira carta:

É óptimo abrir com um estudo destrutivo de qualquer vivo vivente; o seu estudo sobre o pragmatismo seria de primeira ordem, e o sobre Bergson, se V. o puder arranjar.¹⁰

Trata-se de uma revista destinada a levar à Europa o pensamento português e, por isso, qualquer artigo que critique o estrangeiro só ajuda a sua causa. Mesmo que o visado seja Bergson, que ele considera um dos filósofos mais importantes de sempre e de quem absorveu ideias fundamentais. O mesmo acontece com o pragmatismo. Assim, esta afirmação não está de modo nenhum em contradição com as posições anteriores de Pessoa relativamente ao pragmatismo, ou a Bergson.

A este propósito, acho importante abrir aqui um parêntese para tecer algumas considerações relativas ao pensamento de Fernando Pessoa. É comum repetir-se que nele nada se pode tomar a sério, porque tudo o poeta contradisse com a mesma convicção. Não há muito tempo tentei responder a este argumento num ensaio publicado no volume *A Arca de Pessoa*¹¹. Aduzo aqui, na sequência do que atrás ficou dito sobre a concepção pessoana de verdade, um comentário sobre o *Livro do Desassossego*. A essa obra composta de fragmentos supostamente sem unidade, subjazem uma unidade e coerência notáveis. E não estou de modo nenhum a brincar com termos. O *Livro do Desassossego*, de Bernardo Soares, revela a faceta de um Pessoa que emergira numa fase da sua vida em que ainda tinha planos grandiosos para si e para o país que queria fazer sair do marasmo – refiro-me à faceta do poeta já então assaltado por um Mr. Hyde que ameaçava arrasar-lhe todos os planos. Esta foi afinal a personalidade que acabou por se assenhorear dele com o avançar dos anos e o não largou mais até ao fim, mesmo quando, mais esporadicamente, confessava não ter deixado completamente os seus antigos sonhos. Só que, entregue a uma abulia radical, ia-lhe falecendo em absoluto qualquer hipótese de acto volitivo. Quer dizer, Pessoa nunca rejeitou de facto as suas concepções grandiosas sobre a poesia, a *Mensagem* e os planos por ele teoricamente arquitectados para uma viragem política em Portugal. O que mudou nele foi a depressão¹² que lhe adveio, o assalto devorador dessa abulia que lhe inutilizou as forças, o imobilizou por completo e o reduziu a um nihilista incapaz do menor acto de vontade. Na verdade, no domínio da acção, para que nunca teve qualquer apetência, imperava nele uma incapacidade total:

Quero fazer, ao mesmo tempo, três ou quatro coisas diferentes; mas no fundo não só não faço, mas não quero mesmo fazer nenhuma delas. A acção pesa sobre mim como uma danação: agir, para mim, é violentar-me.¹³

Creio ser importante chamar a atenção para este nada somenos aspecto, pois ajudamos a compreender que Pessoa não é simplesmente um pensador que ora diz uma coisa e logo outra, mas alguém que tem uma visão coerente e consistente sobre como poderia mudar-se o futuro se se apostasse na verdade mítica por ele concebida e architectada, capaz de transformar o real actuando sobre os agentes dessa possível mudança. Só que, completamente arruinado no domínio da vontade, perdeu todo o interesse (ou se calhar nunca teve) em levar a cabo o seu projecto. Creio por isso destituída de base a afirmação de Rui Ramos, segundo quem Pessoa “nunca se concebeu como um regenerador da sociedade, um autor de ‘utopias sociais’”¹⁴.

Há que reconhecer, no entanto, que um nietzscheano como ele (na sua versão Álvaro de Campos), conservador à inglesa, não tinha o menor interesse pela plebe, pelo rebanho, pelo povo, ou por o que quer que fosse relacionado com a “sociedade” (por isso desprezava o lado marxista de Sorel, elogiando-lhe o outro, o do criador do grande mito¹⁵). Tinha, contudo, um plano abstracto para as elites que, em sua opinião, são quem preside aos destinos colectivos e quem traça o rumo das nações. O Pessoa ortónimo passou grande parte da primeira fase da sua vida obcecado com o seu papel de poeta no ressurgimento nacional. Quem pretender negar essa vertente, alegando as afirmações em contrário feitas por Pessoa pela boca dos seus vários heterónimos, deve explicar uma questão fundamental: e porque havemos nós de atribuir maior autoridade às afirmações dos heterónimos? Quando muito, elas estarão em pé de igualdade e corresponderão a sentimentos alternativos de Pessoa. Além disso, os heterónimos não rejeitam as afirmações do Pessoa ortónimo. Na verdade, Bernardo Soares, por exemplo, apenas se declara incapaz de acreditar que alguma coisa valha a pena, como aliás o próprio Pessoa frequentemente repete. Aqui fica como exemplo uma carta por ele assinada e datada desse mesmo ano, dirigida a Hector e Henri Durville, a quem solicita catálogos sobre magnetismo e psiquismo experimental. Pessoa explica-lhe as razões do seu interesse descrevendo o seu estado psicológico, mencionando por exemplo que muda de opinião dez vezes por dia, mas acrescentando – note-se bem – que não tem “o espírito assente senão em coisas onde não há possibilidade de emoção”:

Sei o que pensar de tal doutrina filosófica, de tal problema literário; nunca tive uma opinião firme sobre qualquer dos meus amigos, sobre qualquer forma da minha actividade exterior.¹⁶

Reputo de suma importância esta carta porque ela constitui um adicional e notável exemplo da autoconsciência de Pessoa, uma vez mais o mais agudo psiquiatra de si próprio:

A emotividade excessiva perturba a vontade; a cerebralidade excessiva – a inteligência demasiado virada para a análise e para o raciocínio – esmaga e diminui esta vontade que a emoção acaba de perturbar. Donde a para – e a a-bulia. Quero sempre fazer, ao mesmo tempo, três ou quatro coisas diferentes; mas, no fundo, não somente não as faço, como não quero mesmo fazer nenhuma delas. A acção pesa sobre mim como uma danação; agir, para mim, é violentar-me.

Tudo o que em mim é exclusivamente intelectual é muito forte, e até muito são. A vontade inibidora, que é a vontade intelectual, é muito firme em mim; tenho mesmo, sob solicitações muito fortes da emoção, a força de *não fazer*. É a vontade de acção, a vontade sobre o exterior, que me falta; é *fazer* que me é difícil.

Vejamos bem o problema. É a concentração que é a substância de toda a vontade. Só tenho concentração intelectual, isto é, no raciocínio. Quando raciocino, sou absolutamente senhor de mim: nenhuma emoção, nenhuma ideia estranha, nenhum desenvolvimento acessório desse mesmo raciocínio poderia perturbar o seu curso firme e frio. Mas qualquer outra concentração me é ou difícil ou impossível.¹⁷

Numa releitura recente de fio a pavo do *Livro do Desassossego* não consegui achar afirmações que pudessem servir de contra-argumento a esta leitura. Seriam inúmeras as passagens que aqui poderiam ser aduzidas em abono dela. Referirei apenas uma sobre os sonhos que em tempos teve e as razões porque se desvaneceram:

¹⁴ Rui Ramos, *A Segunda Fundação de Portugal (1890-1926)*, vol. VI de *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 657.

¹⁵ Ver carta de Francisco Bourbon para mim.

¹⁶ *Correspondência*, pp. 289.

¹⁷ *Idem*, p. 290.

¹⁸ Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p. 56.

¹⁹ Fernando Pessoa, *Escritos Autobiográficos*, p. 199.

Tive grandes ambições e sonhos dilatados – mas esses também os teve o moço de fretes ou a costureira, porque sonhos tem toda a gente: o que nos diferencia é a força de conseguir ou o destino de se conseguir connosco. Em sonhos sou igual ao moço de fretes e à costureira. Só me distingue deles o saber escrever. Sim, é um acto, uma realidade minha que me diferencia deles. Na alma sou igual.¹⁸

Nem será desnecessário recordar aqui as famosas cartas do final da sua vida (aquela a Adolfo Casais Monteiro, por exemplo, a propósito do prémio obtido pela *Mensagem*) onde não rejeita nunca nada do que sobre esse livro se escreveu. Custa a compreender como é possível tantos críticos pessoanos não o acreditarem nas passagens em que não há o menor fundamento para não ser tomado a sério.

De 1929 ou 1930 há um fragmento em que escreve:

Não sei que diga. Pertença à raça dos navegadores e dos criadores de impérios. Se falar como sou, não serei entendido, porque não tenho Portugueses que me escutem. Não falamos, eu e os que são meus compatriotas, uma linguagem comum. Calo. Falar seria não me compreenderem. Prefiro a incompreensão pelo silêncio.¹⁹

Pessoa foi-se calando à medida que a depressão se foi apoderando dele. Ela afectou o seu estado emotivo, psicológico em geral, mas não o seu raciocínio ou o intelecto, que se manteve coerente até aos últimos escritos. E neles fica claro que a sua verdade foi construída pessoalmente, gradualmente elaborada em função da sua experiência, das suas múltiplas e dispersas leituras e do seu agudo espírito simultaneamente crítico e criador. Da mundividência assim concebida, destaca-se uma verdade de fundo, pragmática por definição: a convicção de que *a verdade do que vai acontecer no futuro é algo que se escolhe e se constrói*. Como já haviam afirmado o Pascal da “aposta” e o William James do *will to believe* e, como ele, Pessoa, por descoberta própria ou por influência alheia, sempre defendeu e, durante muito tempo, empenhadamente advogou. ▽

Resumo

Neste estudo damos seguimento a algumas reflexões elaboradas acerca da *Mensagem* e do posicionamento de Fernando Pessoa face às várias teorias da verdade, enquanto crítico de Descartes. Procurará mostrar também como o poeta, que teria até certa altura um projecto para si e para Portugal, se deixou submergir por uma depressão que acabou por silenciar a sua voz e atenuar a capacidade que teria para organizar os projectos que nos foram ficando como fragmentos, como o *Livro do Desassossego*, sem contudo anular a sua capacidade de compreensão da verdade e a sua percepção pragmática da vida, das decisões humanas e da construção do futuro.

Palavras-Chaves: Fernando Pessoa; Verdade; Identidade; Pragmatismo.

Abstract

In this study we will keep some elaborated thoughts about *Mensagem* and Fernando Pessoa's positioning facing various Truth theories, while a Descartes' critical. Also seek to show how the poet, who had until some point a project for himself and for Portugal, let himself submerge due to a depression that would silence his voice and mitigate the ability to organize projects that were left as fragments, for example *Livro do Desassossego*, without nevertheless taking away his ability to understand the truth and his pragmatic sense of life, of human decisions and the construction of the future.

Key-Words: Fernando Pessoa; Truth; Identity; Pragmatism.

Arte de cartas missivas

1. *Modus Vivendi*

A revalorização da Retórica, iniciada em meados do século XX, tem vindo a dar passos nem sempre rápidos, mas seguros. Os nomes que se encontram associados a esta redescoberta são incontornáveis e provêm de diversas áreas das ciências da linguagem. Partindo de vários pontos da Europa, com nomes como os de Robert Curtius, Heinrich Lausberg, Chaïm Perelman, Marc Fumaroli, estes estudos alargaram-se a todos os países e constituem hoje uma realidade que reúne um número cada vez maior de estudiosos¹.

O que motiva esta revalorização não é de forma alguma mais uma atitude de curiosidade por uma prática discursiva do passado, tantas vezes conectada com um conjunto de estereótipos associados ao exagero e à afectação do discurso. Hoje, pode afirmar-se que esta redescoberta assume características de um autêntico revivalismo. Na perspectiva de Marc Fumaroli, a arte de bem dizer é, em última análise, um *modus vivendi*. Trata-se de uma leitura fundamental para entender a Retórica e lançar alguma luz sobre as contravérsias suscitadas pela obra de Curtius, quando afirma que a Retórica constituiu o ponto unificador da literatura europeia². A leitura de Marc Fumaroli é clara, da mesma forma que o conhecimento das diferentes artes assistia à realização das diferentes profissões. Então, só um efectivo conhecimento da Retórica poderia permitir a realização de muitas das obras-primas de que dispomos.

Il s'agit en somme de voir la culture rhétorique du XVII^e siècle non plus à travers un concept de "littérature" élaboré tardivement, mais à l'aide de ses propres critères, et des débats dont ils étaient l'objet en leur temps. Cet effort pour se déplacer à l'intérieur d'une culture disparue exclut tout sentiment de supériorité du présent sur le passé que ce sentiment soit naïf et inconscient, comme ce fut le cas de l'histoire littéraire post-romantique, qui croyait exalter le passé national en le remodelant à des fins apologétiques, ou qu'il soit polémique et surchargé d'alibis scientifiques, comme c'est le cas de l'idéologie critique de la "modernité". Il n'est pas question ici de contester la présence au XVII^e siècle de "chefs-d'oeuvre" ni de "grands écrivains", ni d'esquiver la question posée par cette présence, perçue autrement que nous par les contemporains. Il vaut la peine quelquefois d'oublier momentanément les arbres pour voir enfin la forêt³.

Falar de arte de cartas missivas, de Epistolografia ou de Retórica epistolar será sempre, nesta terminologia de Fumaroli, uma abordagem do ponto de vista da eloquência, que deve implicar uma série de vectores que passam pela perspectiva literária, pelos acontecimentos históricos, mas essencialmente pela forma de encamar o tempo, os lugares e, no caso muito específico das cartas, o próximo, a que na Epistolografia chamamos destinatários. Na opinião de outras eminentes figuras da história epistolar, nomeadamente Cícero no *De Oratore*, a prática retórica resumia todas estas características a um *vir bonus dicendi*

¹ Em Portugal, a obra do Doutor Aníbal Pinto de Castro continua a ser a referência nesta redescoberta da Retórica. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal – Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973. Foi recentemente reeditada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda (Lisboa, 2008).

² A primeira edição de Curtius em alemão data de 1948 e a primeira edição em espanhol data de 1955. Neste artigo, tivemos acesso à terceira reimpressão da edição espanhola, publicada no México em 2004. Ernst Robert Curtius, *Literatura Europea y Edad Media Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004, 2 vols.

³ Marc Fumaroli, *L'Âge de l'Éloquence*. Genève: Droz, 2002, p. 20.

⁴ A opinião é retirada de Fumaroli (*ibidem*, p. 27).

⁵ Pierre Malandin propõe quatro princípios para a epistolografia: "1^o princípio: la double condition du geste épistolaire, c'est que l'autre existe et qu'il soit absent; la parole y est donc essentiellement liée à une attendre, la comporte en sa propre structure (cf. R. Barthes, M. Charles, U. Eco), s'écrit d'emblée comme "différance" (cf. J. Derrida). 2^{ème} principe : l'initiative épistolaire est une mise à l'épreuve du lien qui attache le je-ici-maintenant à l'autre-ailleurs-plus tard, c'est-à-dire de la fidélité, de la réciprocité, voire – et c'est bien sûr là que tout flambe ! – du bon plaisir. 3^{ème} principe: l'échange épistolaire fonctionne comme une religion, à savoir comme la conscience d'un lien entraînant obligation éthique, la nécessité d'un pari orientant l'aventure

existentielle, et la discipline d'un exercice capable de produire cela même sur quoi il se fonde. Sur le modèle: "C'est en faisant tout comme s'ils croyaient, en prenant de l'eau bénite, en faisant dire des messes, etc." (Pascal). 4^{ème} principe : au-delà (ou en-deçà?) des conditions réelles de son envoi et de sa réception, la lettre, comme geste d'écriture, a quelque chose d'intime, et plus qu'à un être du monde extérieur, s'adresse à l'Autre interne (cf. J. Lacan)". Pierre Malandin, "Préface", in *Les Lettres ou la Règle du Je*, Cahiers Scientifiques de l'Université d'Artois, 10, Artois Presses Université, 1999, pp. 7-10.

⁶ Como bem adverte Vaillancourt, esta terminologia não foi a mais benéfica para alguns estudos epistolares. No caso francês, acabaria por dizer também respeito a cartas do fórum íntimo e sentimentais, como provam o interesse pelo romance epistolar e o sucesso das *Lettres Portugaises*. Luc, Vaillancourt, *La Lettre Familiale au XVII^e Siècle - Rhétorique humaniste de l'épistolair*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2003, pp. 13-14.

⁷ Amedeo Quondam é um dos nomes mais referenciados no estudo dos formulários e dos livros de secretários. Este autor dá-nos uma imagem surpreendente deste universo epistolar que tem passado frequentemente despercebido. "La bibliografia e la cronologia allegate, per quanto parziali e provvisorie, consentono una prima rilevazione dei date che producono. Più di 130 sono i libri di "autore", ventisette le "raccolte" miscellanee; computando le ristampe, nell'arco cronologico 1538-1627, sono presenti circa 540 volumi di lettere, di cui soltanto un'ottantina sono "raccolte". Un insieme rilevante, senza dubbio, quantitativamente notevole. Già nel 1588, tanto per riscontrare la battuta di Montaigne posta in epigrafe: a questa data i volumi di lettere pubblicati superano quota 300, di cui un terzo in prima edizione. I "cent divers volumes" della biblioteca di Montaigne erano disponibili sul mercato, dunque, potevano essere raccolti, messi insieme, potevano costituire un insieme riconoscibile tipologicamente nella sua autonomia". Amedeo, Quondam, *Le "carte messaggiera"*. Roma: Bulzoni Editore, 1981, p. 30.

⁸ A importância que uma época teve na epistolografia ou a influência dos manuais epistolares na maior ou menor fecundidade epistolar não é unânime. Vaillancourt confronta duas perspectivas: a carta como *performance* do uso

*peritus*⁴. Uma opinião que vai acolher a adesão dos humanistas e influenciar a educação ao longo de séculos, como aconteceu nos colégios dos jesuítas.

2. *Copia Dicendi*

Apesar de a carta ser em primeiro lugar uma manifestação do lugar privado, não é possível ignorar, num momento posterior, que ela mesma é também manifestação do oral e do lugar público. Para além da função inicial de fornecer informações, formular petições ou, inclusive, dar ordens, a carta assume desde as suas origens uma vertente eminentemente retórica, na medida em que serve ao contacto pessoal, seja entre pares, seja entre pessoas de estratos sociais diferentes. Citando Pierre Malandin, no prefácio à obra coletiva *Les Lettres ou la Règle du Je* (1999), organizada por Anne Chamayou, o acto epistolar implica a existência do outro em ausência, pelo que esta palavra se encontra dependente de uma espera, diríamos que é um acto de comunicação em diferido. Uma comunicação que, por isso mesmo, implica a recepção de uma resposta, o mesmo que dizer uma fidelidade recíproca. Ainda na opinião deste autor, o intercâmbio epistolar serve a uma obrigação ética, a uma orientação de vida e a uma aventura existencial⁵.

Poderia então dizer-se que é no cruzamento do acto comunicacional com a aventura existencial que é possível falar de Retórica epistolar. Estando do lado de lá ou do lado de cá, no gesto da escritura epistolar, é sempre plausível encontrar um espaço pessoal que alguém dirige ao outro. Mesmo que a destinatários diferentes se revelem visões perante o mundo divergentes, torna-se pertinente afirmar que também existe uma vontade explícita de ir ao encontro do outro no sentido mais simples do termo, de comunicar, de fugir ao isolamento e à solidão, de dar e de receber novidades. Tornou-se assim costume chamar a esta correspondência cartas familiares, mas nem sempre o sentido do termo familiar deve ser entendido através dos laços de sangue ou de afinidade. O mais provável é que, em muita da correspondência que se encontra guardada nos códices das nossas bibliotecas, no conjunto das cartas familiares, venhamos a encontrar cartas dirigidas a amigos ou simplesmente toda aquela correspondência particular, que não é considerada oficial⁶.

Daqui resulta inevitável uma característica apontada à carta por todos os epistológrafos, consequência directa da expressão da oralidade, a variedade epistolar. A carta é inimiga de um determinado modelo, mesmo quando, paradoxalmente, encontramos uma bibliografia vastíssima, publicada desde a Idade Média, acerca das normas e modelos para a escrita das cartas, conhecida por *ars dictaminis* e secretários⁷. O mesmo poderia também ser dito em relação ao conceito de verdadeiro e de verosímil, uma conversa entre ausentes que aproxima a carta do estilo coloquial, *versus* uma reprodução em linguagem escrita que a torna por vezes próxima da produção literária, da ficção e do verosímil.

O lugar epistolar torna-se assim de difícil sistematização, uma dificuldade que radica num primeiro momento na experiência que todos temos no acto que, com mais ou menos frequência, todos realizamos. Roger Duchêne foca de forma muito clara esta dificuldade, alargando-a ao género em termos diacrónicos. Quando se refere ao nascimento da Epistolografia, mais do que situa-la numa determinada época, valoriza o contributo de cada uma delas, numa terminologia que se aproxima do conceito de tradição, seja ela clássica, medieval ou humanista⁸.

O lugar do epistolar é, por assim dizer, o lugar de Jano. Em termos de periodização literária, será no Barroco onde se encontra o espaço por excelência para o estudo da Epistolografia, na medida em que acontece o momento ideal para o entendimento da norma e simultaneamente da variedade. Esta análise fê-la de forma arguta o Prof. Aníbal Pinto de Castro quando se debruçou sobre a teoria epistolar sugerida por Rodrigues Lobo na *Corte na Aldeia*.

Pela simplificação que todas estas modificações implicavam pode parecer à primeira vista que Rodrigues Lobo tendia para uma sobriedade contrária à exuberância característica do barroco. Tal não acontece, porém. Esse apelo à sobriedade e à clareza provinha directamente da adaptação dos esquemas da Retórica (de que aliás não parece muito saudosos) aos géneros ligeiros da comunicação em sociedade, quase sempre oral, no sentido de realizar o ideal de elegância, equilíbrio e graça que deviam exornar o cortesão discreto⁹.

Ou, se quisermos, em Padre António Vieira, os elogios que tantas vezes se ouviram às cartas, normalmente a privilegiar os aspectos do português vernáculo do Jesuíta, interrogamo-nos se devem ser entendidos como uma negação do estilo barroco ou a outra face de Jano. Pela leitura que fizemos da evolução da teoria epistolar, pela análise das cartas de Vieira e de outros epistológrafos importantes da época, estamos convictos de que as características de sobriedade, simplicidade, clareza, revestidas pontualmente com uma graça por vezes aguda, com ditos sentenciosos, bebidos na sabedoria popular, constituem efectivamente uma marca da Epistolografia da época barroca.

3. *Amicorum colloquia absentium*

Entre a Antiguidade e a Modernidade, entre o Clássico e o Barroco, é possível encontrar um espaço não só para o acto epistolar comunicativo, mas também para a teorização desta mesma prática, denominada aqui, no seguimento de variadíssimos estudos, por Retórica epistolar. Seria impensável e inoportuno fazer nesta apresentação a história da Retórica epistolar, mas é forçoso dizer que a temática não está esquecida e que tem sido objecto de estudos muito recentes, nomeadamente em relação à Epistolografia na Grécia Antiga¹⁰. Seria necessário fazer um percurso tão longínquo quanto o da história da Humanidade e da escrita¹¹. Por outro lado, a herança grega e latina, em termos de teorização epistolar, não foi propriamente abundante, os textos reflectem uma prática normativa, baseada nos modelos dos grandes autores. Ao contrário do que acontecia com os outros modelos retóricos, o epistolar ficou reduzido a breves apontamentos incluídos em obras maiores¹².

É neste contexto que a obra de Demétrio, o *De Elocutione*, embora não seja uma abordagem sistemática, tem vindo a ser redescoberta como um texto particularmente importante, na medida em que aborda pela primeira vez a vinculação da Epistolografia à Retórica, uma herança da escola peripatética, desde Aristóteles, Teofrasto e Ártemon de Cassandreia¹³. Em poucas palavras, Demétrio consegue sintetizar as principais linhas orientadoras que vão surgir na perspetiva epistolar posterior, sendo possível concluir que Demétrio não escreve um texto isolado, mas é porta-voz de uma tradição e de uma prática de que não restaram muitos testemunhos.

É a partir do parágrafo 36, capítulo II, que apresenta as quatro classes do estilo: o elevado (*μεγαλοπρεπής*); o elegante (*γλαφυρός*), cap. III; o simples (*ισχνός*), cap. IV; o vigoroso (*δαινός*), cap. V. Uma divisão que não é fixa, pois Demétrio adverte à partida que os estilos podem ser combináveis entre si. Será depois na abordagem ao estilo simples que surgem os juízos acerca do estilo epistolar, parágrafos 223-235. É notável a forma como sintetiza um conjunto de princípios que permaneceriam e permanecem referenciados nos principais tratados de Epistolografia publicados posteriormente. Se tivermos em conta a carta familiar, sugere um estilo simples, claro e breve, embora o mesmo se possa mesclar com o elegante, dependendo esse facto do destinatário da missiva. Se a este ponto juntarmos o conceito de sentimento amistoso, a expressão da interioridade e do carácter (*ethos*), temos reunidos os principais tópicos da Epistolografia.

O *De Elocutione* permite ainda outras reflexões: se, enquanto género, revela uma aproximação da carta à arte retórica, simultaneamente, aponta para um afastamento da mesma retórica. Se é certo que a carta começava por ser vista como uma *copia dicendi*, uma cópia de um discurso oral, Demétrio, ao colocá-la dentro da teoria dos quatro estilos, pretende dizer que pode ter mais elaboração que um simples diálogo, por isso defendia que devia ser enviada como se fosse um presente. Por outro lado, ao classificá-la no estilo simples, é inegável a valorização do carácter familiar e da proximidade como sendo uma característica principal. As cartas aos reis e a destinatários importantes seriam sempre a excepção e não a regra.

Como seria de esperar, também Demétrio foi redescoberto pelos humanistas italianos. Fumaroli, entre outros autores, regista esta ocorrência por parte de Pedro Vettori. Este protegido de Cosme de Médicis e professor de eloquência no *Studio* de Florença publicou, já em 1562, uma obra intitulada *Commentari in librum Demetrii Phalerii de Elocutione*¹⁴.

Uma personagem também incontornável na teorização epistolar veio a ser Cícero. É através dele, naquela a que se pode chamar a *aetas ciceroniana*, que surge a definição de carta que mais marcou os diferentes teorizadores, “a carta é uma conversa com ausentes”¹⁵. Cícero, efectivamente, adquiriu uma importância tal, tanto pela produção textual como pelo carácter exemplar da mesma, que pode ser apresentado como o modelo de uma prática e de uma teoria epistolares.

do escritor e a importância dos manuais na definição de um estilo e de uma tradição, uma linha seguida por Bernard Bray. Já Duchêne defenderá que, por exemplo, os *Secretários* tiveram uma influência relativa na fecundidade deste género. Uma diferença de opiniões que leva Duchêne a iniciar desta forma o primeiro capítulo da obra *Comme une Lettre À la Poste - Les progrès de l'écriture personnelle sous Louis XIV* (2006): “C'est au XVI^e siècle que [la lettre familière] fait l'objet d'une théorisation systématique et revendique pour la première fois un statut générique”, écrit Luc Vaillancourt dans l'introduction de son livre sur La Lettre familière au XVI^e siècle. Cela ne veut pas dire que cette théorisation soit un carcan imposé à un mode d'écriture jusque-là sans règles, au contraire, mais que sous l'effet de circonstances nouvelles, certaines lettres se sont alors détachées des autres formes épistolaires et qu'un certain consensus s'est fait entre les gens qui écrivaient ces lettres-là sur la façon de les écrire et sur le style qu'il convenait d'y employer”. Roger Duchêne, *Comme une Lettre À la Poste - Les progrès de l'écriture personnelle sous Louis XIV*. Fayard, 2006, p. 17.

⁹ Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973, pp. 76-77

¹⁰ Stephen V. Tracy, *Athens and Macedon - Attic Letter-Cutters of 300 to 229 B.C.*. Los Angeles: University of California Press, 2003; Patricia A. Rosenmeyer, *Ancient Epistolary Fictions - The letter in Greek literature*. Cambridge: University Press, 2001.

¹¹ De acordo com informação de Vaillancourt retirada de Exler, *The Form of the Ancient Greek Letter* (1923) “attribue à la princesse perse Atossa. Fille de Cyrus le Grand. Épouse de Darius I^{er} et mère de Xerxes, l'invention de la lettre au VI^e siècle av J.-C. Peut-être fut-elle la première, chez les Perses à utiliser le papyrus.” Ainda segundo Vaillancourt, citando Godfrey Frank Singer, *The Epistolary Novel. Its Origin, Development, Decline and Residual Influence* (1933), “On sait que les dirigeants du Proche-Orient entretenaient une correspondance active avec les pharaons. On a retrouvé à Tell Amarna, en 1887, des lettres égyptiennes datant du XV^e siècle avant notre ère qui témoignent d'un commerce régulier entre chancelleries. Rédigées sur des tablettes de pierre, la plupart ont trait à la politique; elles annoncent l'avènement d'une guerre en

Palestine, d'une autre en Phénicie, l'invasion des Hittites, etc" (Luc Vaillancourt, *La Lettre Familière au XVI^e Siècle – Rétorique humaniste de l'épistolaire*, p. 39.).

¹² É o caso da obra de Demétrio. Apesar de se referir a este género de forma breve, pela maneira como o faz, mostra ser conhecedor de uma prática com relativa uniformidade, quer quanto à forma quer quanto ao assunto, sendo considerado na generalidade dos estudos epistolares como o primeiro teorizador da carta. Demétrio, *Sobre El Estilo*, (junto com "Longino", *Sobre lo sublime*). Madrid: Gredos, 1979.

¹³ A ligação de Demétrio à escola peripatética é defendida por diversos estudiosos, que o colocam como discípulo de Artemon, que por sua vez publicou as cartas de Aristóteles: "Ya que el estilo epistolar debe ser también simple, vamos a hablar también de él Artemón, que recopiló las cartas de Aristóteles..." (*Idem, ibidem*, 4 223).

¹⁴ Pietro Vettori, *Commentarii in librum Demetrii Pbalerei de elocutione, Florentiae, in Officina Juntarum Bernardi F, 1562*. Note-se que a identificação de Demétrio com a personagem Demétrio de Falero é um equívoco. São ainda muitas as dúvidas quanto ao autor desta obra.

¹⁵ Em matéria epistolar, a carta de Cícero que mais influência exerceu, nomeadamente nos manuais renascentistas, foi a *Epistola ad Curionem* (*Jam. 2.4*) "Epistolarum genera multa esse non ignoras, sed unum illud certissimum, cuius causa inventa res ipsa est, ut certiores faceremus absentes, si quid esset, quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset." [Não ignoras que existam muitos géneros de epístolas, contudo só uma delas o é indiscutivelmente, por tal motivo foi criada a epístola: aquele pelo qual informamos os ausentes dos assuntos que, ainda que referentes a nós ou referentes a eles mesmos, pode interessar que conheçam. Trad. Nossa]. Ciceronis, M. T., *Epistolarum ad Familiares*. Org. J. G. Baiter, Lipsiae: Officina Bernhardi Tauchnitz, 1986.

¹⁶ George Kustas, "The function and evolution of Byzantine Rhetoric", in *Greek Literature in the Byzantine Period*. Routledge, 2001, p. 183.

¹⁷ Cf. Jamile Trueba Lawand, *El Arte Epistolar en el Renacimiento Español*. Madrid: Editorial Tamesis, 1996, p. 20; cf. H.L. Marrou, *History of Education in Antiquity*. New York: Sheed and Ward, 1956, pp. 172-175.

Se tivermos ainda particularmente em conta a educação na Antiguidade, um aspecto oportunamente lembrado por Jamile Trueba Lawand numa obra fundamental, intitulada *El arte epistolar en el Renacimiento español* (1996), podemos verificar que a teoria da epístola esteve presente nos *curricula* escolares, particularmente nos *progymnasmata*, composições destinadas a exercitar técnicas de estilo expostas nos manuais. Nestes exercícios, nomeadamente no treino epistolar, exigia-se que o aluno desse uma imagem de si, contribuindo a carta para que o discípulo exercitasse a expressão da sua personalidade. Esta é uma das vertentes que George Kustas evidencia:

During the Second Sophistic epistolography invaded Greek literature more and more: we need only think of such large collections as the letters of Alciphron and of Libanius. In the process, rhetoricians undertook to distinguish its various forms and to define the rules of composition. By the fifth century the pseudo-Libanius tradition recognized 41 distinct types of letter, but even this number was to prove inadequate to express the variegated refinements of the Byzantine mind- A late tradition lists 113 different possibilities. There is hardly a Byzantine author without his collection of letters. Epistolography is one of the most widely used and most successful of medieval literary forms. From the point of view of rhetorical theory, it falls under the heading of ἡθοποιία, the progymnasma par excellence which gave the freest scope to the expression of personality traits¹⁶.

Por outro lado, em ambiente escolar, pode afirmar-se que a arte epistolar entrava definitivamente nos exercícios da Gramática e da Retórica para desenvolver o estilo de composição, que deveria evoluir gradualmente até atingir o maior grau de complexidade. Neste ponto, Jamile Lawand, na linha da leitura de Henri Irénée Marrou em *History of Education in Antiquity*¹⁷, lembra que os referidos *progymnasmata* eram também exercícios onde se privilegiavam as qualidades da exactidão, brevidade e clareza, características apontadas unanimemente por todas as teorias epistolares.

Interrogamo-nos se é abusivo considerar Cícero um destes alunos, com uma formação semelhante, baseada numa teoria de que não possuísimos provas documentais. Jamile Lawand também coloca esta suposição no seguimento de outros especialistas na Antiguidade Clássica, citando George A. Kennedy, *The art of persuasion in Greece* (1963) e Clinton Keyes, *The Greek Letter of Introduction* (1935). Para o primeiro, a falta de manuais de Retórica mais antigos é geral, e o seu conhecimento ficou a dever-se aos autores romanos e aos gregos mais tardios, pelo que a Epistolografia não é excepção; para o segundo, Cícero teria inclusivamente acedido a um manual epistolar grego, tendo em conta a forma como escreve e reproduz as fórmulas gregas de apresentação¹⁸.

É este o contexto que nos permite compreender uma das definições da carta mais conhecidas e repetidas, atribuída a Cícero: "uma conversa entre amigos ausentes", *amicorum colloquia absentium*¹⁹. Uma carta, entendida deste modo, será um testemunho de amizade, um recurso contra a ausência e uma expressão da distância, três princípios que podem servir a qualquer abordagem de textos epistolares.

A Demétrio e a Cícero, foram buscar as ideias básicas para uma abordagem epistolar os primeiros estudiosos modernos e neles continuam ainda a fundamentar-se os estudos mais recentes. Quando confrontados com a variedade do *corpus* textual das cartas de Vieira, e perante a inevitabilidade de seleccionar o conjunto epistolar que permitisse enquadrar o modelo de carta vieriano em termos de Retórica epistolar, retirámos de Cícero o conceito de *sermo*²⁰, entendido como uma conversa informal. Tal decisão não pretende ir ao encontro da questão de saber qual o tipo de carta mais frequente no conjunto epistolar. Seria de todo errado fazê-lo, tendo em conta a variedade com que o estilo é referenciado pela maioria dos autores. Adoptamos a leitura de Laurent Gavoille que associa *sermo* a correspondência epistolar no sentido de carta como uma conversa informal, considerando-a na tradição ciceroniana, já adoptada também por Quintiliano e Séneca²¹. *Sermo*, em sentido etimológico, colocar em fila, identifica a carta como um discurso seguido. Em contraponto a *sermo*, colocaríamos o vocábulo *oratio*, entendendo-se esta em sentido de discurso, por outras palavras, no sentido que tradicionalmente foi atribuído ao discurso retórico, por vezes afectado.

Na linha de pensamento de Jakobson, o diálogo epistolar tem como suporte um discurso interior ou, se pensarmos de forma inversa, segundo Benveniste, então o monólogo

será um diálogo interior. Em qualquer dos casos, *sermo* será antes de tudo aquilo que queremos considerar uma imagem, um espelho da alma. A *sermo*, poderíamos ainda associar muitos outros conceitos como o tom de voz moderado, familiar, oposto aos conceitos de *amplificatio* e *contentio*. Poderíamos, portanto, afirmar que este vocábulo não é identificável com a epístola, entendida como objecto ou como texto público, mas a *litterae*, no sentido de palavra provocadora de um diálogo²². Uma conversa entre ausentes marcada por uma sequência dialógica, verificável desde a saudação até à conclusão.

O conceito de *sermo*, aplicado à Epistolografia, é o tom de conversa, de informação e de captação de uma confiança, diferente, portanto, da *oratio* e da discussão. Esta linha de leitura, que adoptámos para o estudo das *Cartas* de Vieira, implica uma linguagem do *sermo* na língua de todos os dias, com um ritmo ordinário e diferente da linguagem da *oratio*, utilizada nos sermões, identificada com o *delectare* retórico.

4. Benevolentiae captatio

Esta foi, na maioria dos trabalhos da Retórica epistolar da *ars dictaminis* e dos secretários, a parte da carta que mais se teorizou. Tratava-se essencialmente de uma ordenação de palavras destinada a influir com eficácia no receptor²³. Ocupava a generalidade das vezes o início da missiva, mas também podia ocorrer ao longo da mesma e inclusive na conclusão. Optámos por colocá-la no fim desta reflexão como síntese e simultaneamente como tentativa de alertar para uma área da Retórica que começa a dar passos muito seguros e precisos além-fronteiras mas que ainda permanece oculta entre nós, à espera de uma resposta mais eficaz dos investigadores.

Para termos uma ideia do número absolutamente espantoso de abordagens das artes epistolares num espaço relativamente curto da história, limitamo-nos a citar Pedro Baños e a partilhar inteiramente da sua opinião quando alerta para uma visão de conjunto nestas questões, sem que isso implique cair em generalizações fáceis e cómodas.

En lo que sigue intentaremos dibujar, dentro siempre del marco global de retórica y gramática, un panorama algo más preciso y pormenorizado de los tratados renacentistas sobre la carta, de modo que podamos luego abordar desde posiciones seguras el análisis de los preceptos. El principal obstáculo con el que tropezaremos – sucedía así también con las artes dictaminis –, es de naturaleza bibliográfica: el número de obras susceptibles de estudio, en el período que va de 1400 a 1600, es (a pesar de que no existe aún un censo completo) sencillamente abrumador. Un cálculo muy provisional, basado en nuestras propias fichas, arroja una cifra de más de doscientas artes epistolares renacentistas escritas en Europa, de las que solo unas pocas (las más representativas, bien es cierto) han sido editadas modernamente o han recibido una adecuada atención por parte de los estudiosos. Resulta difícil, por consiguiente, aunque desde luego, habremos de intentarlo, adoptar la necesaria visión de conjunto y al mismo tiempo evitar el riesgo de caer en generalizaciones fáciles o demasiado cómodas²⁴.

Conscientes da radicalidade desta afirmação, é facilmente observável, através da forma como hoje a carta é estudada nas escolas, uma perspectiva eminentemente medieval e escolástica na abordagem desta temática. Torna-se urgente recuperar o entusiasmo petrarquista²⁵ de redescoberta da tradição epistolar clássica, resultante do surgimento da nobreza de toga, fruto das universidades.

Este facto histórico tornou-se num marco tanto mais importante quanto podemos deprender da admiração sentida por Petrarca neste reencontro. Com efeito, segundo a tradição, terá sido na descoberta do homem próximo, bem contrário à gravidade do distinto orador das “Catilinárias”, que Petrarca redescobriu o conceito ciceroniano de *sermo*. Admitindo que os humanistas tinham perfeito conhecimento das artes medievais e que as aplicavam enquanto secretários e professores, é na descoberta de Cícero, já não como orador ou retórico mas como cidadão, que se origina o regresso à natureza epistolar clássica. Alain Boureau vê esta mudança como uma reacção à Idade Média que acabaria por ser também uma disputa entre notários e juristas de um lado e os epistológrafos do outro, numa vitória dos primeiros ao início, mas que culminaria no renascimento dos ide-

²² Jamile Trueba Lawand, *op. cit.*, p. 21.

²³ Esta citação pertence à *Phillipica Secunda* (Phil. II, 4). Expressão idêntica tem Ovídio: “Te loquor absentem, te vox mea nominat unam” (Tristium, III, 3, 17); S. Jerónimo dirá “Epistolare officium est [...] quodammodo absentem inter se praesentes fieri” (Ep. 29, 1); e Santo Ambrósio “Interludamus epistulis [...] in quibus inter absentes imago refulget praesentiae et collocutio scripta separatos copulat” (Ep. 47, 4). Apud Élisabeth, Gavoille, “La relation à l’absent dans les lettres de Cicéron à Atticus”, in *Epistulae Antiquae I*, 2000, p. 154.

²⁴ “[...] quid esse potest in otio aut iucundius aut magis proprium humanitatis, quam sermo factus ac nulla in re rudis? Hoc enim uno praestamus vel máxima feris, quod colloquimur inter nos et quod exprimere dicendo sensa possumus” (De orat. I, 32).

²⁵ Laurent Gavoille, “Lettre et sermo”, in *Actes du IIF Colloque international «Lépistolaire antique et ses prolongements européen*, Louvain-Paris: Peeters, 2004, p. 33.

²⁶ Ainda na opinião de Laurent Gavoille, epístola e *litterae* eram termos sinónimos, mas na prática, a partir dos actos de fala, propõe algumas diferenças: epístola estaria associada a carta enquanto objecto, sujeita ao acto de enviar. *Litterae* seria resultado de uma enunciação, o lugar do acto da fala, o termo que designa as palavras, o *sermo* ou os *verba*. Cf. Laurent Gavoille “Epistula e Litterae: Etude de Synonymie”, in *Epistulae Antiquae I*, Actes du 1^{er} colloque “Le genre épistolaire antique et ses prolongements”, Louvain: Peeters, 2000, pp. 13-30.

²⁷ É à escola de Bolonha que se atribui a sistematização do conjunto das partes que constituem a carta, tendo a saudação como um elemento fundamental: *salutatio* (manifestação da cortesia), *benevolentiae captatio* (uma ordenação das palavras para influir com eficácia no receptor); *narratio* (a matéria da discussão, assunto único ou complexo); *petitio* (com nove espécies: suplicatória, didáctica, cominativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa e directa, por fim, a *conclusio*).

²⁸ Pedro Martín Baños, *El arte epistolar en el Renacimiento europeo 1400-1600*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005, p. 220.

²⁹ Petrarca foi o primeiro a descobrir as possibilidades da

carta familiar no cultivo da amizade, paralelas às restantes correspondências, e a fonte só poderia ser Cícero, com a descoberta de um manuscrito em 1345, contendo as epístolas a *Atticus* e a *Quintus*. Mais tarde, em 1392, com a ajuda de Salutati, dar-se-ia a descoberta da obra de referência, as *Epistulae ad familiares*.

Estas datas não são consensuais, Jamile Lawand sugere estes dados, mas, na verdade, teria sido Salutati a descobrir as *Ad familiares* na biblioteca da catedral de Vercelli em 1389. Esta é a indicação dada numa das obras de referência de John Edwin Sandys, *History of Classical Scholarship*. Cambridge: University Press, 1908, vol. 2, p. 18.

²⁶ Alain Boureau, “La norme épistolaire, une invention médiévale”, in *La Correspondance - Les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Fayard, 1991, pp. 150-152. Acerca da importância que a correspondência adquiriu no Renascimento, cf. Burckhardt, Jacob, *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Bibliobazar, 1878, pp. 175-182. Paul Oskar Kristeller dá-lhe particular importância, no seguimento do que já tinha acontecido em *Renaissance Thought and its Sources* (1979), na obra *Renaissance Thought and the Arts* (1990), mais precisamente no primeiro capítulo intitulado *Humanist Learning in the Italian Renaissance*. O autor, para além de estabelecer uma ligação ao ensino, considera as cartas como a maior produção da prosa humanista: “Let us pass from the scholarly work of the Italian humanists to their original literary productions, which were thoroughly influenced by their scholarship and by their endeavour to imitate the models of the classics in all types of writing. I should like to explain at this point that most of the original writing of the humanists was done in Latin, so that they were able to imitate classical models in the same linguistic medium [...] A very large portion of the literary production of the humanists consists in their letters. The composition of state letters was, of course, a part of their professional activity. As chancellors and secretaries, they were the paid ghost writers of princes and city governments, and the state letters, manifestoes, another political documents then as now served to express and to spread the interests, ideology, and propaganda of each government, and sometimes to accompany the war of the swords with a war of the pens. Consequently, the state letters of the humanists are valuable documents for the political thought of the period, provided that we take into account

ais da amizade e da prevalência do privado sobre o público, tão do agrado dos primeiros humanistas²⁶.

Nesta distinção entre o fórum e a correspondência familiar, não podemos também deixar de salientar uma reacção muito idêntica entre o púlpito e as cartas de Vieira. Adoptando este enfoque a respeito da redescoberta de Cícero, também poderíamos dizer que é possível fazer a redescoberta do ócio e do *sermo* de Vieira através da respectiva correspondência. Se considerarmos os comentários do Jesuíta em relação ao labor dos *Sermões* e se tivermos em conta que ócio não significa forçosamente fazer nada, mas fazer o que realmente nos apraz fazer, então Vieira cidadão espelha-se com especial relevância na produção epistolar.

Relançar os estudos da Retórica epistolar implica ainda retomar o pensamento de Erasmo²⁷, um epistológrafo incansável que, no seguimento da valorização da troca epistolar entre os humanistas, transportou a carta para a universalidade da cultura e do pensamento. Se hoje a figura do príncipe da república das letras está associada à questão do anticiceronianismo, convém destacar que um dos principais campos de batalha nesta questão se desenrolou na área da Epistolografia. Não se julgue, porém, que a atitude aparentemente radical de Erasmo direccionada à Epistolografia medieval e aos ciceronianos representava uma falta de admiração e de respeito pela tradição clássica, muito pelo contrário. Num dos seus estudos, intitulado *Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque a Juste Lipse*, Fumaroli trata de forma muito pertinente a figura do pedagogo em Erasmo na questão da Retórica epistolar, afirmando que é enquanto tal que se consegue conciliar a disciplina e, porque não dizê-lo, a imitação do modelo com a liberdade criativa: “Érasme, libérant le genre épistolaire de ses ‘chaînes’, s’était malgré tout placé du point de vue du pédagogue humaniste qui soumet son élève à la discipline et aux exercices qui seuls rendent possible la liberté de l’aptes dicere.”²⁸

Partilhamos inteiramente da imagem dada por Judith Henderson: Erasmo foi antes de tudo um conciliador, nomeadamente nas questões do ciceronianismo exagerado²⁹, estabelecendo um equilíbrio entre a carta familiar e a carta oficial, de teor profissional. Esta ambiguidade é também abordada num artigo de Hélène Hart com o título esclarecedor de *L'Épistolographie humaniste entre professionnalisme et souci littéraire: L'exemple de Poggio Bracciolini* (1985). Para a autora, seria impossível separar as cartas privadas das oficiais na correspondência dos humanistas, uma vez que a importância da carta residia numa espécie de lugar de encontro entre as suas próprias ambições pessoais e a intenção de influenciar as decisões políticas do tempo³⁰.

Redescobrir a Epistolografia no sentido clássico do termo implica assim repensar todo um conjunto de arquétipos que têm vindo a ser colocados erradamente. Andréa Rocha, num dos raríssimos trabalhos sobre esta temática em Portugal, entende a carta essencialmente como um acto de escrita de um remetente para um destinatário, normalmente vivo, graças ao qual é guardada cuidadosamente a correspondência e de que a assinatura do remetente é prova da autenticidade do escrito. Elementos como o segredo, com todas as implicações que acarreta quando se trata de fazer uma publicação, ou então o valor biográfico e estético de um determinado *corpus* textual, são também abordados. Como verificámos, fica um campo de abordagem epistolográfica considerável por analisar. Não se trata de contabilizar a distribuição das cartas pela nossa História, ou tão pouco de evidenciar três ou quatro nomes mais famosos das nossas letras, terminando tantas vezes no confronto entre o escritor e o epistológrafo; noutros casos, procurando na respectiva correspondência elementos que abonem a favor da imagem que deles temos enquanto escritores e cidadãos. Andréa Rocha, de Florbela Espanca, comenta uma prosa chã, chegando a utilizar o calão³¹.

O erro que se está a cometer passa assim pela dependência da Epistolografia em relação aos outros géneros. É fundamental entender-se esta ciência com um campo de estudo e de análise autónomos, resultado de uma vivência retórica e cívica. Todas as análises e estranhezas que se possam ter em relação à produção epistolar dos diferentes emissores serão, em primeiro lugar, o resultado directo do conceito de variedade epistolar e da multiplicidade de estilos epistolares. Se há escritores que fazem das cartas um espelho da alma, e esse era também um dos caminhos que muitos teorizadores recomendavam, Andréa Rocha descobre em Damião de Góis um notável humanista europeu, mas talvez isso fique a dever-se aos ilustres destinatários europeus com quem se correspondeu; se vê em D. Vicente Nogueira (1585-1654) um dos mais importantes epistológrafos, colocando-o ao lado de D. Francisco Manuel de Melo e de Vieira, tendo trocado correspondência com

altas figuras da sociedade, então poderemos colocar a questão de saber se a imagem que muitos destes autores deixam transparecer fica a dever-se unicamente ao seu génio, ou se também fica a dever-se aos destinatários a quem dirigiam as suas missivas, o que nos remete para o conceito de flexibilidade epistolar defendida por Erasmo. Neste caso, a carta não será mais um espelho da alma, como parecia descobrir nas cartas de Trindade Coelho, mas um espelho de almas, do emissor e dos diferentes destinatários.

Torna-se urgente libertar a curiosidade dos investigadores pela carta enquanto objecto tributário das diferentes ciências sociais ou do voyeurismo em relação aos autores e às grandes figuras. A Epistolografia merece uma atenção mais cuidada que olhe a carta e os diferentes epistolários como o resultado das quatro partes em que foi dividida esta reflexão: *modus vivendi*, *copia dicendi*, *amicorum colloquia absentium* e *captatio benevolentiae*²⁷. Nas palavras de Vieira: “O melhor retrato de cada um é aquilo que escreve. O Corpo retrata-se com o pincel, a Alma com a pena”. Neste retrato da alma feito pela pena, parecem não restar grandes dúvidas de que a Epistolografia é uma das principais galerias. Falta saber se o continuará a ser face às novas formas de comunicação, nomeadamente as digitais, mas essa é uma outra reflexão. ▽

Resumo

O presente artigo procura reflectir sobre a epistolografia no contexto da retórica clássica, mais especificamente sobre a retórica epistolar. Numa breve retrospectiva histórica da epistolografia ao longo da Antiguidade, Idade Média e Renascimento, interpela-se o leitor acerca dos valores do lugar epistolar na cultura contemporânea. Valorizam-se, deste modo, os princípios do *modus vivendi*; da carta como expressão da oralidade, *Copia dicendi*; da partilha humanista do conceito de amizade, *amicorum colloquia absentium* e da cortesia epistolar, *benevolentiae captatio*.

Palavras-Chaves: Retórica; Retórica Epistolar; Epistolografia; Humanismo; Carta.

Abstract

This article seeks to reflect on the epistolography in the context of classical rhetoric, more specifically about the epistolary rhetoric. In a brief historical retrospective of epistolography throughout Antiquity, Middle Ages and Renaissance, the reader is challenged on the values of the epistolary place in contemporary culture. The principles of the *modus vivendi* are valued; of the letter as an expression of orality, *copia dicendi*; sharing the humanist concept of friendship, *amicorum colloquia absentium* and the courtesy epistolary, *benevolentiae captatio*.

Key-words: Rhetoric; Epistolary rhetoric; Epistolography; Humanism; Letter.

the particular circumstances under which these documents were written, and do not take every statement at its face value as the expression of the personal convictions of the writer.” Paul Oskar Kristeller, *Renaissance Thought and the Arts*. Princeton University Press, 1990, p. 8.

²⁷ Erasmo de Roterão deixou um conjunto de três obras sobre epistolografia que têm passado despercebidas e que são fundamentais para o correcto entendimento da evolução da Retórica epistolar. Tendo sido iniciado este percurso com um breve tratado, intitulado *Brevissima maximeque compendiarum conficiendarum epistolarum formula*, sucedeu-lhe o *Libellus de conscribendis epistolis* e, na última etapa do seu percurso pela epistolografia, escreveu a obra de referência, *Opus de conscribendis epistolis*, publicada em Basileia em 1522.

²⁸ Fumaroli, Marc, “Génese de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, Pétrarque à Juste Lipse”, *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, 78, n.º 6 (1978) p. 895.

²⁹ Chama a atenção Judith Henderson para o facto de Cícero não ser o único modelo. Judith Rice Henderson, “Erasmo y el Arte Epistolar”, in *La Elocuencia en el Renacimiento*. Madrid: Visor Libros, 1999, p. 395.

³⁰ Hélène Harth “L'épistolographie humaniste entre professionnalisme et souci littéraire: l'exemple de Poggio Bracciolini”, in *La correspondance d'Érasme*, Colloque international tenu en novembre 1983. Bruxelles: Institut Interuniversitaire pour l'étude de la Renaissance et de l'Humanisme, 1985, pp. 135-144.

³¹ Andréa Rocha, *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: INCM, 1985, pp. 374-376.

³² Sermão de S.^o Inácio.

A importância das representações negativas e o caso português

¹ Esta opção temporal deve-se a três aspectos: a complexidade paradigmática dos acontecimentos destes dois séculos; a proximidade temporal, garantia da pertinência da actualidade e do seu conjunto de problemas cruciais; metodologicamente permite, num tratamento dos conceitos tematizados, uma maior objectividade na apresentação das ideias e respectivas manifestações práticas. Situamos também esta investigação na época contemporânea porque nunca como hoje os projectos utópicos adquiriram um significado que não é apenas contemplativo ou teórico, mas uma possibilidade efectiva de redefinição do mundo e da espécie através da genética, da dimensão global da economia, da redefinição das engenharias sociais e das potencialidades dos meios de informação e condicionamento comportamental.

Uma visão não unilateral da História, da Cultura e do Pensamento esquece de modo deliberado a importância das representações e percepções negativas, mas trata-se de uma dimensão constitutiva do nosso modo de estar e pensar. Esta é crucial nas estratégias de poder e nos seus mecanismos de dominação, fundamentação e legitimação. As crenças, os mitos e as utopias são os operadores determinantes na construção dessas imagens sobre nós e o Outro, na fabricação dos traços do inimigo e na afirmação de uma identidade por oposição.

Os movimentos políticos, as ideologias, afirmam-se pelo modo e eficácia como constroem esse negativo, veja-se na actualidade a pregnância dos conceitos de “Infiel” e “Terrorista” que cunham não apenas determinações objectivas mas mundividências.

O negativo encontra-se nas movimentações mais terríveis da afirmação de uma cultura, das suas doutrinas e sistemas, nas suas formações e deformações, julgamentos e sentenças. Estes processos expõem sempre o lado patológico e delirante das estratégias de domínio e a ausência necessária de lucidez e autoquestionamento que torna possível a acção tanto de cada sociedade como de cada homem. Muitos dos mitos fundadores são mais pródigos na caracterização negativa do Outro do que nos seus objectivos.

Detemo-nos na necessidade de uma investigação sobre o trabalho do negativo em Portugal no século XX, considerando os grandes movimentos, particularmente Ocidentais, e destacamos três momentos e um caso especial. No início do século, com a implantação da República, temos a Igreja e a Monarquia como objecto dessas representações, o progresso e as luzes opõem-se a uma imagem de obscuridade; com a tomada do poder por António Salazar, a ordem opõe-se às forças do caos; com o advento da Democracia, encontramos o desenvolvimento face às forças do atraso, a ideologia do progresso retorna, mas mais subtil e operacional e menos idealista. Portugal constitui mesmo um caso especial porque é fecundo em auto-representações negativas como traço identitário.

Este texto apresenta uma ideia de investigação, os seus pressupostos e o caso particular de Portugal como objecto privilegiado.

As representações e percepções do negativo não estão investigadas como um verdadeiro objecto. Encontramos abordagens do negativo em diferentes autores, disciplinas e perspectivas, mas são parcelares, situadas e por vezes demasiado teóricas. Não existe um trabalho específico sobre a sua história e significado. É necessário conduzir uma investigação que apresente os fundamentos dessa história inédita do pensamento e da cultura negativa, capaz de descrever os seus aspectos principais, constituição e justificação, e manifestações concretas particularmente nos séculos XIX e XX¹ em Portugal.

Este é um estudo sobre as tensões significativas das diferentes formas de construir um olhar sobre o Outro e sobre si mesmo. Circunscrevemos este domínio de modo idêntico ao utilizado pela arquitectura na caracterização do espaço, que permite uma outra compreensão da forma. O espaço positivo é o objecto principal e o espaço negativo a área ao redor do objecto. Este último define as arestas do espaço positivo e dá balanço e equilíbrio aos trabalhos e deve orientar a visão ao redor para dentro do espaço positivo.

Colocamos a hipótese de uma metodologia em negativo e sobre o negativo. O rigor da

circunscrição de um objecto também se obtém através do modo como é apresentado o que não é, não devia ser ou é anómalo. Primeiro, este é investigado a partir de si próprio e não de um sistema que já o catalogou; segundo, como conceito com capacidade operativa de interpretação do que somos e vivemos. Esta opção permite particularmente conhecer as linhas de força das posições ideológicas dominantes através daquilo que as nega, mas também por aquilo que essas posições querem excluir ou esquecer e porquê. Expõe as figuras, imagens, acontecimentos e expectativas que suscitam essas práticas permite alcançar uma leitura fecunda sobre o nosso modo de estar. Não é só o centro que cria representações da periferia mas esta também que o faz em relação a esse centro.

Negativo pressupõe necessariamente um *Positivo*. Estas noções não expõem uma visão simplista ou maniqueísta e são escolhidas em detrimento de outras possíveis porque nos oferecem, de modo reconhecível, claro e directo, a estrutura principal das diferentes configurações que a experiência humana assume em diferentes épocas. Ambas constituem um fundamento ancestral da estrutura simbólica através da qual nos relacionamos com o mundo, perspectivamos o que somos e concebemos o passado, o presente e o futuro. São documentos teóricos e práticos da nossa identidade e do modo como a construímos. Estes conceitos expressam de um modo mais trabalhado as pulsões contraditórias entre o lado luminoso e o lado obscuro das nossas manifestações significativas.

Estas modalidades marcam uma distinção fundadora em relação a qualquer outra, estão na base de conceitos e ideais, palavras, imagens e actos, permitem descrever e compreender configurações de sentido, acepções do mundo e práticas, não apenas como constructos teóricos, pois têm o seu correlato nas formas sociais e histórico-psicológicas da nossa experiência. Crises, desequilíbrios e disfuncionamentos são estados do percurso normal das sociedades; estas clivagens têm causas internas e externas.

Estas noções fornecem quadros de pensabilidade do mundo e tipos diferentes de fundacionalidade para tornar inteligível a nossa experiência que cria sentido mas também vivencia a sua perda ou ausência. Necessitamos de justificações para enfrentar as ameaças reais e imaginárias, as quais surgem através de figurações e são apreendidas de modos diversos, mas não escapam originariamente a essa lógica binária; assim vemos e vivemos.

O positivo é a designação conceptual para designar o que se organiza sobre investimentos mútuos e identificações comuns, sobre uma comunidade de ideais e crenças, sobre um contrato narcísico e modalidades toleráveis de realizações de desejos; mas cada sociedade organiza-se também negativamente sobre uma comunidade de exclusões e divergências, sobre extinções, recalques e rejeições, sobre um “deixar de lado” e sobre restos. Se a adesão é um poderoso processo de vinculação ao mundo, a negação não o é menos, pois afirmamo-nos por aquilo que negamos. O civilizado e o bárbaro, o sedentário e o errante, o cristão e o selvagem, o normal e o louco, o filho e o pai, o Ocidente e o Oriente são manifestações de forças estruturantes da cultura e do psiquismo.

As estruturas do positivo e do negativo assumem diversos conteúdos e representações em cada época, moldam as nossas percepções e acções, têm elementos comuns a todas as épocas mas também traços específicos.

Desde o Renascimento que o positivo está delimitado na história como progresso, no agir como realização de sentido, no conhecimento como órgão fabuloso, na especialização do saber como ciência e na sua aplicação como técnica, na importância do futuro e na crença no homem. Mas os conteúdos do positivo enfrentam impasses decisivos e o consenso sobre o negativo oscila. Confrontamo-nos com sociedades que estão próximo de esgotarem os recursos naturais, produzimos e consumimos mais do que a terra pode dar, assistimos ao ressurgir de conflitos religiosos radicalizados, ao aumento das doenças psicológicas. A visão dominante da sociedade está alicerçada em pressupostos economicistas onde a qualidade de vida e evolução das sociedades estão indexadas a indicadores de consumo, preço do petróleo, subida de bolsas, etc. A economia é a nova teologia, a produção de sentido e poder tornou-se completamente descontrolada e a profundidade filosófica do sistema político esgota-se na notícia dos *media*.

É frequente as manifestações negativas nas sociedades contemporâneas serem integradas e por vezes promovidas como objecto dessa mesma cultura. Apesar do enfraquecimento dos seus fundamentos ideológicos, a cultura Ocidental consegue simultaneamente ser cada vez mais eficaz e absorver ou deixar exangue qualquer oposição. Esse mecanismo mercantil de incorporação destrói qualquer contestação ou marginalidade ao transformá-la e mesmo recriá-la em moda e modos de produção e consumo. Actualmente, através do fenómeno da globalização e da crença ainda subjacente de um bem-estar e progresso

irrecusáveis, assistimos a uma falsa abolição do negativo que constitui um forte credo do projecto utópico do totalitarismo benévolo e próspero de cariz democrático-económico. Por outro lado, a hegemonia das linhas de força da nossa matriz cultural, que pela sua universalidade, tolerância, liberdade, progresso económico, social e científico parecia permitir tudo o que negava a sua essência, como até integrá-las, confronta-se com poderosos acontecimentos que põem em causa esse estatuto. Surgem caminhos que apontam para a sua própria aniquilação antes mesmo da sua autodestruição. Há contudo um selo de autenticidade numa das direcções da cultura negativa que escapa a essa colonização aparentemente branda mas aniquiladora. Essa possibilidade não é uma irrupção marginal ou efémera, expressa uma longa duração e fixa-se no filão longínquo e coerente de todos aqueles que colocam reservas à legitimidade da existência.

O negativo é uma dimensão que a nossa constituição mental não dispensa. Numa acepção geral, um indivíduo, como um grupo, um estado, uma sociedade e uma civilização, afirma-se pelo que rejeita, exclui e diaboliza. Doutrina política, conteúdo axiológico, moral e ideológico, organização social, acontecimentos concretos, estado psicológico, manifestações artísticas são campos bem visíveis da sua presença teórica e prática.

A história é o relato de encontros e desencontros significativos, diferenças e reconhecimentos e está repleta de conflitos, incompreensões, violência, rejeições, adversários, inimigos e oposições. Essas expressões reflectem o modo de ser e estar humano, mas não são pura expressão, estão orientadas por perspectivas sobre o que somos, como devemos viver e podemos esperar. As respostas a essas questões balizam o nosso modo de ser e catalogam o nosso modo de estar, têm aplicações políticas e sociais, determinam mentalidades, hábitos, comportamentos e percepções.

O positivo é o conjunto de crenças e convicções que triunfam pela força da sua estratégia e do modo como conseguem gerar identificações e aceitações. As representações negativas têm a função de delimitar o que se afirma, domina, triunfa e oficializa, adquirindo uma legitimidade, frequentemente fundada em si mesma. Uma ideologia, um culto, uma prática, um código não vivem sem a circunscrição do seu negativo. Uma inteligibilidade ampla do que somos, dos nossos mecanismos de produção de legitimação de sentido, não dispensa uma compreensão da estruturação do negativo e dos seus conteúdos ou expressões situadas e históricas.

São lugares fundamentais da presença humana a relação com a sua solidão irreduzível perante o mundo, tão básica e essencial como a relação com o outro. Esse dado é o início da nossa humanidade, experimentamos a animosidade e a inimizade, a cooperação e a amizade, a afronta e a ameaça. Esses sentimentos básicos transformam-se em relações colectivas, preenchidos pelos conteúdos das nossas ideias e crenças, e formam, mais do que pensamos ou queremos ser, aquilo que somos.

É sobre o nosso tipo de ancoragem primordial ao mundo (ser e estar) que declinamos essas expressões tão simples. Provavelmente já demasiado contaminadas para ainda dizerem alguma coisa que exceda querelas insolúveis, mas que pela sua naturalidade traçam de modo peremptório as nossas posições principais: perante si, os outros e o mundo. Estas determinam os modos como explicamos e orientamos a vida, preenchemos as expectativas e alicerçamos as crenças, verdades e convicções.

As dimensões positiva e negativa fundam-se nas experiências de estabilidade e instabilidade, daquilo que gratifica ou frustra. Primeiro, num plano experiencial e imediato, posteriormente no plano das representações e idealizações, ambas sustentam as opções estruturadoras das nossas imagens, expectativas e acções sobre o que é e deve ser o mundo e a vida.

Abolir o negativo é um sonho e desejo natural de uma espécie consciente, mas o negativo é. O que eram apenas experiências originais transformam-se em estrutura das nossas representações do mundo, de nós e do outro. A sua história enreda-se num conjunto de percepções e representações sobre o nocivo, o mal e o amaldiçoado e das suas consequências práticas, por vezes brutais, mas ainda humanas.

O que gera ou promete estabilidade e segurança, imediata ou futura, é preferível ao que se apresenta como ameaça. Identificação e pertença: são vividos como positivo – protecção, conservação, prosperidade –, são promessas do positivo. O negativo surge numa acepção comum como algo de nocivo, contraproducente, um menos de ser ou estar, uma menoridade ou ameaça e está envolto em preconceitos e estigmas, tacitismos, interesses e mesmo sentidos que são na verdade sem sentido. O cortejo dos seus sinónimos deixa perceber o sentido das suas associações possíveis: ilegítimo, falso, indesejado, privação,

obstáculo, nocturno, marginalizado, excluído, diabolizado e destrutivo. Tem figuras emblemáticas como o cismático, o herético, o proscrito, o impostor, o maldito, o inimigo, o estrangeiro. Conspiração, paranóia, demonização e delírios são processos e estratégias visíveis nessa ruptura instalada pela dimensão negativa. O que é contra e se apresenta como possibilidade de revolta ou insubmissão perante uma ordem estabelecida é o signo dessa negatividade. O positivo apresenta-se como o verdadeiro, o que vale a pena defender e propagar, é construtivo e aceite.

É irrecuperável o início dos conteúdos destas representações, a diferenciação entre ter ou não sentido, ser ou não legítimo, ser ou não real. Essa longa viagem conduz-nos certamente desde os genocídios em que foi pródigo o século XX até ao acto impuro. A diferença entre bárbaro e civilizado, fiel e infiel, eu e o outro não constitui dicotomias extintas pelo progresso da civilização, regressam revigoradas em cada tempo. A sua legitimação não é já apenas física ou psicológica ou cultural ou social ou ideológica, mas estratégia e manipulação sofisticada na junção de todas essas dimensões.

O negativo tem graus, usos e níveis de concretização. Indagar a sua origem e amplitude permite não só não reduzi-lo às suas dimensões culturais, políticas e sociais como compreendê-las melhor, pois é nelas que melhor encontramos as manifestações do negativo.

Num primeiro plano, a negatividade constitui um traço essencial das experiências fundadoras das construções humanas, particularmente da identidade e da relação. A diferença, o outro que se vive e se apresenta ou é apresentado como ameaça de um equilíbrio, de uma continuidade e realização, assume formas negativas. O que destrutura ou o seu fantasma constitui a sua génese. A sua história é o conjunto das narrativas e experiências do mal-estar que irradia em todos os planos da existência e cabe particularmente aos movimentos de ideias captá-lo e atribuir-lhe um conteúdo e uma práxis. Representação, memória, desejo e expectativa são os seus operadores.

É longo o inventário da negatividade, desde uma dimensão mais metafísica como inaceitável e o incompreensível que perturba o modelo normativo de inteligibilidade, até ao modo mais simples da denegação concreta daquilo que me põe em perigo. O que se vive como irracional, inumano, imundo, abaixo do mundo, associa-se ao mal, é deste que se declina a hierarquia da degradação do inferior que é desvio e carece de torcionário para ser corrigido ou eliminado.

A falha, a cisão, a queda pertencem ao nosso património constitutivo e são expressões da origem de todas as malefências. Essa negatividade constitutiva confronta-nos com o que não conseguimos apagar, quando muito apenas iludir. Esse menos de ser adquire com o tempo, na história das ideias e das suas representações, uma qualidade maléfica. Padre António Vieira dá-nos um magistral retrato do poder do não, que melhor seria não existir ou ter razão para tal, mas existe e é:

Por qualquer parte que o tomeis sempre é serpente, sempre morde, sempre fere, sempre leva o veneno consigo. Mata a esperança, que é o último remédio que a natureza deixou a todos os males. Não há correctivo que o modere, nem arte que o abrande, nem lisonja que o adoce. Por mais que o confeiteis um Non sempre amarga. Por mais que o doreis sempre é de ferro.²

Tomamos como acepções principais o que opõe e divide (o que se instala como negativo), o que é indesejado, rejeitado ou condenado (o que é rotulado como negativo) e detém uma intensidade que põe em perigo uma ordem estabelecida, um equilíbrio e implica uma mudança sob a figura de dano e perda. Esse é o carácter normal do negativo e num plano ideológico e social refere-se ao conjunto de ideias e actos que adquirem um significado político vivido pela cultura dominante e oficial como processos de desorganização e desestruturação com repercussões intoleráveis se bem sucedidas.

Há também um negativo de uma outra ordem, patológica, que apenas a psiquiatria, a teologia e a política podem e tentam circunscrever.

Todos os tempos têm as suas perseguições³, os seus anátemas, os guardiões da doutrina e da fé, as suas fogueiras, as suas ortodoxias e heterodoxias, os seus fiéis e cismáticos. A Inquisição é ainda uma boa metáfora para designar a necessidade de preservar uma doutrina, a importância de a defender, os excessos dessa defesa e a lógica que a preside. O processo, a sua instrução, a aplicação das penas, é um hábito mental e não apenas um relato de uma época. Cunhar o que é comum a essa estratégia, indagar essa necessidade

² *Sermão da terceira quarta feira da Quaresma.*

³ As perseguições laicas não são menos delirantes e radicais, vejam-se as justificações e perseguição aos Jesuítas e a toda a Igreja no advento da República.

humana, detalhar as suas práticas comuns ao tempo e ao espaço, detalhar porque a imaginação dos torcionários supera sempre qualquer realidade, é um trabalho que não está feito. Trata-se da história do ódio perante tudo o que cai sobre a acusação de inimigo e estranho e da necessidade de o reduzir à impotência.

O negativo apresenta-se como heresia. Embora esta designação se desfigure fora do contexto religioso, serve como metáfora de peso sobre as linhas de pensamento e acção opostas à cultura e pensamento oficial, ao seu sistema doutrinal organizado e ortodoxias. As ideias, práticas e doutrinas opostas às “verdadeiras” continuam a ser “falsas doutrinas”, “mentiras”, “deturpações”. Mesmo nas apregoadas sociedades abertas do Ocidente, esses mecanismos e estratégias são bem visíveis nos dispositivos de legitimação e cada vez mais subtis. A metáfora continua a servir a outras estruturas se recordarmos que os hereges constituíam uma ameaça à unidade e eram contrários à “Verdade” ensinada e contida nos “Textos Sagrados”, restando-lhes a pena máxima de “excomunhão”.

São manifestações negativas os actos de profanação dos sustentáculos de sentido que sacodem o homem dos seus próprios dogmas, sonhos e delírios. Atentar contra os fundamentos do que é vigente, triunfante e oficial é ser portador de uma eficácia negativa. Ora, somos seres dogmáticos por excelência, mas também a dúvida, a descrença e a desilusão pertencem ao nosso ser. Os rótulos de marginais, excluídos, proscritos, infames e malditos são o catálogo, ora nobre, ora vil, das traições imperdoáveis ao equilíbrio político e social.

A traição de uma ordem estabelecida tem graus de perigosidade. Se são atacadas apenas as ideias, as concepções mais gerais e abstractas, beneficia-se actualmente de uma condescendência não aplicável às consequências práticas que daí podem resultar. Uma história da contestação, mesmo que só metafísica, tem as suas formações e deformações materialmente violentas.

As relações entre os povos e no seu próprio interior, os hábitos, transformações, ideias e mudanças são o cerne dessas oposições entre um instituído, o que dá confiança, sentido, fundamento, e o que o põe em causa. As oposições e exclusões e as suas configurações são traços concretos e conceptuais e passíveis de perspectivas distintas sobre os mesmos acontecimentos. Estes dados não podem ser abolidos, a não ser nas lógicas delirantes de sistemas “perfeitos” e nos seus infernos comunitários, totalitários ou solipsistas. A erradicação do conflito, dos nossos limites e deficiências, pertence a esses sonhos perturbantes e letais. Expor esses delírios já pertence a uma complexificação do negativo como modalidade de pensamento que demonstra falta de respeito para com as nossas certezas, seguranças e convicções.

No negativo estão presentes uma dimensão mental constitutiva, invariáveis independentes dos seus conteúdos, um modo de inteligibilidade e relação. As consequências práticas, as acções, o modo como se concretiza em teorias e actos essa dimensão mental pertencem a uma história por fazer.

Esta investigação incide sobre os movimentos de ideias que estruturam as principais representações do mal, do negativo e do outro no Ocidente e em Portugal, e sobre os conceitos e argumentos que os sustentam e como foram justificados. Encontrar respostas fecundas permite clarificar os nossos mecanismos e estratégias formadoras das representações e percepções sobre o que somos e o modo como nos organizamos.

Os movimentos de ideias resultam de oposições mais fundantes que os conflitos ideológicos e políticos. As teorias, as doutrinas, as religiões são abstracções, momentos segundos que só adquirem pregnância onde o que se pensa e crê exige ser vivido e as ideias e fantasias se convertem em experiências. O negativo é uma operação explícita dessa conjugação. Não se trata de diferenciar a vida e as doutrinas sobre a vida, mas de dar conta dos lugares onde se matizam. São apenas essas ideias que nos interessam e consideramos fecundas.

Não podemos subsumir as representações do negativo aos conflitos e divergências de interesses políticos, temos de considerar também os conflitos sociais, militares, dinásticos, territoriais, étnicos, económicos e religiosos. Destacamos uma acepção ampla de ideologia como conjunto de crenças irrefragáveis e dogmas dos modelos dominantes sobre os domínios públicos e privados da vida, os seus significados, representações e símbolos que se apresentam como positivo, no sentido do que se afirma e vive como melhor e vantajoso. As oposições e os conflitos concretos vinculam, servem e são servidos por uma fundamentação ideológica, que não é mera abstracção, e no seu normal desenvolvimento autolegitima-se através de mundividências e exerce-se inclusive através da violência. Há um modo de pensar, ser e agir que é preferível ou apresentado como tal perante o que

é o seu oposto e se apresenta como ameaça – o negativo –. A memória, a identidade, a pertença e a diferença são também domínios bem delimitados.

Tudo o que se vive como ameaça à conservação, preservação e expansão é a pedra de toque do negativo. Os movimentos de ideias consolidam-se nessa amálgama de necessidades e interesses, insatisfação e vontade de domínio. Diferenciar, excluir, eliminar são acções bastante humanas na afirmação de modos de agir, pensar e estar e excedem em muito conclusões sociológicas, jornalísticas ou momentos históricos e culturais.

Tudo o que é humano e significa algo para nós tem o seu duplo negativo. Não há civilização ou cultura que não tenha os seus demónios, sombras da sua história que envolvem os objectos que reflectem. Mas a maior parte das culturas tem um problema com o negativo e particularmente com o negativo de si próprias, característica determinante das sociedades doentes que não se pensam a si próprias.

De modo elementar, uma dimensão positiva é sinónimo da cultura dominante, oficial e triunfante e a dimensão negativa de oposição, ameaça ou fardo, próprios da cultura marginal e excêntrica que se exclui ou foi excluída. Mas é múltipla a expressão e importância do negativo; movimentos de ideias catalogados de negativos, movimentos que se assumem como negativos e movimentos que expressam o negativo dentro de uma cultura dominante⁴.

Três acepções nucleares dos movimentos de ideias destacam-se e expressam a sua importância como constituição mental. Primeiro, uma acepção proeminente do negativo como oposição⁵ à cultura dominante, triunfante e vigente – o positivo. Há toda uma tradição que apresenta o positivo como falsificação e contrafacção. Visto a partir dos olhos do negativo é esse positivo que é nocivo. É possível constituir uma história quer sobre os movimentos e atitudes não assimiladas pelas práticas da ideologia triunfante, quer sobre o modo como esse poder percepção esses movimentos, os transforma em ameaça, estigmatiza e anula. A segunda acepção do negativo refere-se à circunscrição feita a partir das percepções e representações da cultura dominante. Negativismo, degenerescência, falsificação e maleficência são qualificativos comuns para as oposições que o outro afigura. Nenhum projecto ou prática de poder se legitima sem a apresentação do seu negativo e delimitação de ameaças, adversários e inimigos. Os movimentos de ideias que apresentam o “sonho” como “pesadelo” são cunhados como um negativo desse modo dominante. Uma terceira acepção refere-se à constituição do negativo de si mesmo por parte de uma cultura. Essa é uma história tanto dos arrependimentos e das derrotas como dos desenganos e clarividências.

Nenhuma destas acepções se situa apenas no plano das ideias e assume frequentemente a forma de conflitos que conduzem inclusive à violência, segregação, discriminação e mesmo aniquilação.

Apresentar uma teoria das construções e representações negativas contemporâneas que fundamentam os nossos discursos e práticas é indissociável das noções de crença, fé, mito, utopia e religião, chaves inactuais da compreensão da História e paradoxais, porque a cultura contemporânea não problematizada surge rotulada de científica, secular e racionalista. Os conteúdos destas noções, mais que novidades, expressam reapropriações e concretizam-se mais como subprodutos ideológicos que como produtos. Aperfeiçoamento, salvação e verdade não são conceitos anacrónicos ou arcanas teologias, mas operadores invisíveis e definitivos também no projecto ideológico do que chamamos a presente modernidade e da sua oposição.

Estas chaves são preenchidas por duas posições distintas mas substanciais sobre a existência e condição humanas. Uma revela o “fascínio” para com o tipo de homem e mundo que gerámos, outra destaca o “horror” e “apocalipse” em relação a essa mesma realidade. A nossa acção e conhecimento apresentados como “salvação” mas também como “perdição” marcam bem essa diferenciação. Estas posições conduzem-nos às linhas essenciais da História e da Cultura.

É nas utopias⁶, lugares de felicidade e das qualidades positivas de bem e perfeição e nos seus resquícios, que encontramos quer as razões, diria mesmo ontológicas, quer os conteúdos dessa dimensão positiva das sociedades.

⁴ Auguste Morel, *Traité des Dégénérescences*, publicado em 1857, caracterizava a degenerescência como um desvio malsão de um tipo ideal. Esta é uma posição paradigmática de uma cultura dominante em relação ao que se lhe opõe.

⁵ Pasolini, numa entrevista “Siamo tutto in pericolo – La stampa 8 /11/75”, algumas horas antes da sua morte, cunha este exemplo: “A recusa sempre foi um gesto essencial. Encontramo-la nos santos, nos eremitas, mas também nos intelectuais. Os poucos que fizeram história são aqueles que disseram não, e nesses não se encontram em absoluto os cortesãos ou os ajudantes dos cardeais. A recusa para funcionar deve ser grande, não pequena, mas total, não sobre este ou aquele ponto, “absurdo”, não no sentido comum”.

⁶ Ou Eutopia. O início do segundo livro de Tomas Morus é bem explícito sobre o programa utópico. Utopus, o legislador filósofo após a conquista do território, não só realiza uma remodelação geográfica, mas especialmente uma modelação política e social. O que era uma horda de bárbaros transforma-se numa superior e incomparável comunidade de cidadãos civilizados. Em termos concretos, o que está em causa é uma nova ordem política e social governada por princípios de justiça moral e económica que figurariam um plano ideal de justiça e harmonia. Desejável e ideal, a ordem apresentada e a perfeição coincidem.

[Reconhecemos o] papel da consciente vontade humana em sugerir um veio de desenvolvimento para a sociedade, o alinhamento inconsciente da sociedade em conformidade com um qualquer ideal positivo. Na sua manifestação activa podemos também pensar a utopia como a realização

⁷ Joyce Oramel Hertzler, *The history of Utopian Thought*. London: Georg Allen&Unwin, 1922, p. 268.

⁸ Veja-se como a noção precursora da aceção moderna de progresso, que se situa no Renascimento, significa ainda o modo como se recuperara os ideais da Antiguidade.

⁹ John Gray, *Black Mass*. London: Farrar, Straus and Giroux, 2007. Nesta aceção, os acontecimentos fulcrais dos últimos dois séculos são episódios da história da fé.

¹⁰ Veja-se a longínqua tematização da teologia política como laicização da teologia.

¹¹ Cioran, *Oeuvres*. Paris: Gallimard, 1995, p. 70.

¹² A deterioração do mito e a confusão conceptual são visíveis na contrafacção das antigas mitologias. O que o eterno presente, a harmonia universal e a duração estacionária simbolizam está presente de modo antagonico na concepção revolucionária, que enforma o carácter das transformações políticas, sociais e económicas a partir do final do século XVIII.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 1036.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 1054.

em vida de ideais aparentemente inalcançáveis, pois agora sabemos que existe um potencial de ideais inspiradores que impelem definitivamente, e todavia inconscientemente, os homens a torná-los reais; neles sopra um espírito que dá esperança e encoraja a acção.⁷

As apresentações e concretizações de projectos de vida e bem comum, as orientações sobre o como viver, são reguladas por ideais positivos; num duplo sentido, afirmam-se de modo frequentemente categórico, indiscutível, absoluto e inquestionável mas também como promessa e caminho inelutável de aperfeiçoamento das condições de vida individual e social. O melhor modo de conhecer a dimensão positiva, dominante, oficial e vigente da história radica em conhecer as suas receitas de felicidade, os seus salvadores, as suas soluções e dogmas.

A força utópica transforma-se de modo acabado a partir do século XVIII em ideologia. Noções como progresso⁸, novidade e futuro não são já categorias decalcadas principalmente de uma transformação espiritual mas social e política. Esta providência laica tornou-se objecto para os novos teólogos e metafísicos, os sociólogos, politólogos e jornalistas.

Para John Gray⁹ assiste-se ao regresso da religião numa visão laica¹⁰ e degradada sob a forma de mitos políticos. As ideologias baseadas nas promessas e conquistas da ciência e na rejeição das fés tradicionais são devedoras do mito do apocalipse e da crença no fim dos conflitos e da própria História. A política moderna e a própria modernidade são um capítulo da História da Religião e a visão neoliberal e economicista uma sectorização desse capítulo.

A expressão actual da modernidade – a contemporaneidade – é um conjunto de detritos de mitos religiosos e projectos utópicos. Cioran¹¹ destaca o declínio da força utópica das nossas produções e a respectiva degradação em criações menores, subprodutos que são as ideologias, expressões vulgares das visões messiânicas e utópicas¹². As utopias no mundo contemporâneo associam-se de modo secularizado ao apocalipse e à catástrofe, pelos novos infernos e fins que prenunciam. “Há fórmula apocalíptica, em breve será o fim de tudo; e haverá um novo céu e uma nova terra, a utopia introduz uma pequena mas tremenda alteração... em breve será o fim de tudo; e haverá uma nova terra”¹³. Esta é a estrutura ideológica do positivo contemporâneo (Occidental).

A destruição da metafísica, da religião e da transcendência tem consequências profundas nas construções ideológicas e nas estruturas mentais, mas esses domínios continuam de modo latente e deformado a constituir as nossas representações. O céu na terra é a fórmula dos *contos de fadas monstruosos* quer das versões aparentemente benignas do humanismo impraticável, do estado social, quer do capitalismo financeiro, do Comunismo ou do Nazismo, salvaguardando as diferenças.

A ideia de modernidade, no presente, a sua sombra e resquícios constituem mais uma ideologia, um projecto político, que uma periodização histórica. A sua contestação constitui um traço distintivo entre uma cultura designada de positiva ou negativa. A sua dimensão positiva perdeu a ingenuidade filosófica, a crença na perfectibilidade e nas virtudes racionais humanas, sinónimo de progresso moral, já não são um fim mas um meio.

É antiga a disputa entre Santo Agostinho e Pelágio que antecipa toda uma tradição, de um lado a dependência das nossas imperfeições, de um outro, a crença na capacidade ilimitada de aperfeiçoamento que só depende do próprio homem. Esta última será precursora dos mitos modernos e, nessa linhagem, entronca Condorcet, influenciando também Saint-Simon e Comte, em concepções aparentemente opostas como o Marxismo e o Neo-Liberalismo.

[E]xiste no pensamento moderno, hostil ao agustinianismo e ao jansenismo, toda uma corrente pelagiana – a idolatria do progresso e as ideologias revolucionárias serão o seu culminar – segundo as quais formaríamos uma massa de eleitos virtuais emancipados do pecado original, moldáveis a gosto, predestinados para o bem, susceptíveis de todas as perfeições.¹⁴

Transformar a história em paraíso está subjacente na cultura triunfante seja nas intenções mais ingénuas às mais pragmáticas. A crença fundamental e o modo de acção que permite ler as características essenciais da cultura positiva estão bem patentes na obra de Cioran *Historie et Utopie*:

Triunfar sobre os nossos semelhantes, depois sobre Deus, querer refundir a sua obra, e corrigir-lhe as imperfeições... improvisados em Demiurgos nós queremos, pelo nosso lado, fazer melhor que Deus, infligir-lhe a humilhação de um paraíso supremo ao suprimir o irreparável, “desfatalizar” o mundo”... no seu desenho geral, a utopia é um sonho cosmogónico ao nível da¹⁵.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 1053.

¹⁶ Zeev Sternhell (org.) *O Eterno Retorno*. Bizâncio: Lisboa, 1999.

¹⁷ J. Ballard, *Gente do Milénio*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, p. 148.

É na modernidade que a mundividência Ocidental, determinante do aperfeiçoamento do homem e da sociedade que se realiza na História através da acção e de um conhecimento ilimitado e perpétuo, adquire uma autonomia ideológica inédita que tudo legitima e funda. A racionalidade, secularidade e cientificidade, fundamentos desse projecto que parecia hegemónico e imparável, há muito que não são apenas ideias ou intenções e encontram-se desmultiplicadas como desenvolvimento, eficácia, rentabilidade e sucesso que determinam as nossas opções capitais. Essas concepções modelam as sociedades contemporâneas e as suas representações sociais e políticas. Esse conjunto de ideias em crenças filosóficas e religiosas assumiram a figura de um sucesso imparável que domina os modos correntes de viver e pensar. Razão, ciência, ética, justiça, tecnologia e mercado coincidiram nesse aperfeiçoamento e constituem simulacros de antigas divindades e crenças, fruto da nossa necessidade permanente de ficção e mitologia.

Zeev Sternhell e Habermas¹⁶ traçaram de modo conciso a identidade moderna desse positivo. A utopia das Luzes constituiria o terreno mais sólido e mesmo o único onde seria possível construir uma sociedade mais justa e livre. Nenhum sistema de pensamento teria substituído vantajosamente a crítica racionalista, o humanismo universalista e a fé no progresso, elementos que estruturam o modelo triunfante da nossa História e Cultura. Negar as utopias subjacentes a esse modelo predominante de sociedade consistiria em minar os fundamentos da modernidade no que ela contém do projecto das Luzes. O anúncio de uma pós-modernidade revela-se ainda prematuro.

A modernidade como projecto ideológico não está concluída e o Ocidente não se refere tanto a uma designação geográfica como ao espaço mental onde esta se concretiza. O projecto político apresentado e vivido como cultura positiva, a visão e missão, primeiro europeia e depois americana, do mundo constituíam o modelo dominante e exemplar até há bem pouco tempo, mas o seu alcance ideológico e económico e a globalização com estratégia final e total da exportação desse modelo têm afinal resultados descontrolados e imprevisíveis.

A modernidade vê eclodir uma sombra sua que repudia, reflectida não só através de representações e percepções opostas, mas também no terror das suas próprias consequências práticas que agudizam de modo único a dúvida sobre o outro e sobre si mesmo. Negativo e positivo adquirem na História um grau de incerteza desconhecido e impróprio às nossas capacidades de resolução. As perplexidades e medos que nos acompanham desde a origem da consciência nunca estiveram tão expostos porque se materializaram.

Pensamos que acreditamos em Deus, mas estamos aterrorizados com os mistérios da vida e da morte. Somos profundamente egocêntricos, mas não conseguimos lidar com a ideia dos nossos eus finitos. Acreditamos no progresso e no poder da razão, mas somos perseguidos pelos aspectos mais sombrios da natureza humana. Estamos obcecados com o sexo, mas tememos os nossos corpos e, sobretudo, tememos a morte. Somos um acidente da natureza, mas pensamos que estamos no centro do universo. Estamos a alguns passos do oblívio, mas temos esperança de sermos de alguma forma imortais¹⁷.

O negativo na modernidade Ocidental já não é ciência certa e os sonhos dogmáticos, mesmo os de uma época onde dispomos de recursos inauditos, tornam-se periclitantes. A época das respostas científicas é mais frágil do que as dos que dependiam apenas de uma fé. A sede de imortalidade, a perfeição e o domínio ilimitado, apesar da sua cientificação não perderam o carácter diabólico.

A segunda parte desta investigação é sobre o “caso” português.

Trata-se de incidir particularmente sobre um quadro do negativo aplicado à Cultura Portuguesa: a importância da visão negativa sobre nós próprios; as representações portuguesas do negativo, do mal e do outro; a afirmação de uma identidade por contraposição,

¹⁸ Cf. José Eduardo Franco (coord), *A Dança dos Demónios*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2009.

¹⁹ Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Rosa Peixoto, Adolfo Coelho.

²⁰ António Sérgio, Teixeira de Pascoas, Fidelino de Figueiredo, Domingos Monteiro.

²¹ António Quadros, Jorge Dias, Vasco Pulido Valente, Eduardo Lourenço, Virgílio Ferreira, Manuel Antunes, Almeida Faria.

²² Manuel Antunes, *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005, p. 3.

²³ Maria de Lurdes Belchior, *Sobre o carácter nacional ou para uma "explicação" de Portugal*. Lisboa: Nação e Defesa, IDN, 1982, p. 26.

os seus conceitos e argumentos; os movimentos de ideias sobre o negativo que surgiram em autores nacionais e estrangeiros; a recepção de movimentos de ideias que serviram para interpretar e pensar Portugal.

Importa principalmente saber como se construíram, recepcionaram e apropriaram esses movimentos e qual o seu impacto na ordenação mental e social colectiva. Deste modo reconstruam-se criticamente as representações e percepções oficiais e triunfantes e os seus modos de interpretação.

Uma visão negativa, a sua predominância e insistência, é precisamente uma das características principais numa autocaracterização dos Portugueses sobre a sua identidade – modo de estar e de ser. O negativo tem, nesta acepção, uma conotação pejorativa e constitui paradoxalmente um modo de afirmação.

Uma outra tematização para uma compreensão geral do negativo encontra-se em José Eduardo Franco¹⁸, no seu trabalho sobre os mecanismos de intolerância e de oposição ao “Outro” que marcaram e marcam a cultura e mentalidade portuguesas.

A abertura à amplitude das manifestações concretas do negativo permite interrogar o modo como a cultura oficial criou e percebeu diferenças ameaçadoras e como essas diferenças perceberam a cultura dominante. Esta inquirição opera-se sobre os discursos e práticas da ideologia relacionados com designação do negativo, e sobre os movimentos e correntes negativas face à ideologia da cultura dominante. Veja-se as cambiantes e extensão dos epítetos “fascista” e “comunista”, “democrata” e “antidemocrata”.

Esta busca cumpre também um desígnio Pessoaano, em que Portugal para se reencontrar, tem de se compreender. Não se trata de alimentar, justificar ou contestar esse negativo mas de compreendê-lo. Há uma tradição, mais que uma ideologia – diria mesmo uma filosofia do negativo –, que antes de ser percepção exterior é autopercepção e auto-representação frequentemente simultânea com exaltação excessiva de “melhores do mundo” que assume contornos de “caso” português.

Uma das questões principais que perpassa a história do nosso ensaísmo é a necessidade e desafio de constituir os fundamentos de um modo de ser Português e estar no mundo. Elementos fundamentais para o estudo do carácter nacional e personalidade do povo português, o enigma de ser Português, modo português de ser e estar no mundo, espírito da Cultura Portuguesa, análise mental da vida portuguesa, paisagem social portuguesa, psicanálise do destino português, problema nacional, constituíram títulos de obras importantes e linhas de investigação antropológicas, filosóficas, etnográficas, psicológicas, literárias, políticas e sociológicas bem patentes particularmente desde a segunda metade do século XIX¹⁹ até à primeira metade do século XX²⁰, e menos no fim do século XX²¹ e início do século XXI.

Se a temática já não surge em toda a sua exuberância tal não significa que não subsista em importantes investigações e discursos e continue a solicitar clarificação. Neste domínio fazemos nosso o espírito das palavras do Padre Manuel Antunes: “Apesar de todos os esclarecimentos ‘as coisas ainda não estão claras’”²². Na verdade continuamos a falar para afirmarmos que não é possível falar e de modo tímido dizemos tratar-se apenas de aproximações, tentativas e tentações.

A importância de uma identificação de um modo de ser Português foi um projecto ideológico, como ideológico é o esforço de apresentar um novo Português moderno, competitivo e europeu. A delimitação de um negativo e um positivo são axiais nesses dois projectos.

A nossa hipótese defende que a visão negativa sobre nós próprios é, mais que a influência, recepção ou construção de movimentos de ideias, um dos elementos capitais da Cultura Portuguesa. Essa visão justifica mesmo os movimentos que são cruciais na nossa organização política, social e mental.

Maria de Lurdes Belchior, ainda nessa procura sobre uma explicação de Portugal e do carácter nacional, conclui: “Se fizermos um balanço das definições, dos juízos de valor ou das apóstrofes, com que os autores portugueses... têm tentado caracterizar o povo português e o seu modo de estar no mundo, verificamos que não é muito positivo o saldo”²³. Acrescentamos não se tratar apenas de autores mas de percepções colectivas e da existência de elementos comuns a épocas e autores.

Uma tese central defende que as representações e percepções sobre o negativo dizem-nos melhor que qualquer outra opção o que somos, desejamos, tememos e afirmamos. Qualquer estudo sobre elementos fundamentais da nossa cultura, estrutura psíquica ou personalidade é mais pregnante se derivar dessa metodologia.

Investigar o que somos está irremediavelmente condenado ao fracasso, nunca é consensual, carece de modo irreparável de rigor e evidência e é para afastar de vez. Só constitui um domínio plausível a investigação sobre aquilo que pensamos que somos, as imagens e percepções que construímos sobre nós próprios e porquê.

Nos últimos dois séculos fizemos nossos mitos e utopias comuns ao espaço Europeu e Ocidental e procedemos ao sincretismo dos nossos mitos específicos e particulares. Um exemplo dessa especificidade é o movimento exótico da Filosofia Portuguesa, dos nacionalismos místicos, quinto-impérios, missões civilizadoras de fundo espiritual, pseudofilosófico, exotérico, político e religioso. Saudosismos e Sebastianismos já não têm correspondência efectiva num modo de estar e pensar, são apenas idealizações e mistificações de grupos restritos sem correspondência com o concreto. O seu carácter folclórico está reduzido a uma espécie de devaneio poético-filosófico e religioso desfasado do país e do tempo e cristalizados num tempo e espaço outro da acção e do pensar, a que não serão alheios o secular isolamento geográfico e mental. Actuantes continuam ainda as utopias socialistas e positivistas recepcionadas no século XIX. Interessa neste século, no caso português, destacar a Maçonaria, o Laicismo, o Anticlericalismo, o Livre Pensamento, a Carbonária, portadores de ideias e teorias que provocaram convulsões determinantes no modo de pensar e organizar a sociedade e as mentalidades. As novas políticas liberais, os ideários da República, do Socialismo, do Cientismo e do Positivismo anunciavam uma “nova aurora”. As suas ligações são basilares para a compreensão da ideia de modernidade e a declinação dos seus mitos e utopias. Estes movimentos de ideias e estratégias políticas e ideológicas preencheram o imaginário das representações negativas nacionais e eles próprios alicerçam-se também em percepções negativas que constituíam os seus alvos nas transformações sociais e mentais. Por exemplo, Manuel Curado refere a importância da ideia de degeneração na segunda metade do século XIX, e o modo como filósofos, médicos e outros intelectuais ampliaram as ideias de Auguste Morel de modo a interpretarem a sociedade portuguesa²⁴.

Este quadro adquire uma tonalidade extravagante e um desenvolvimento atípico ao desembocar em quarenta anos do regime salazarista. Vemos o nacionalismo português atribuir à nação um lugar providencial na história da Humanidade, destacar o seu papel charneira no mundo, esteio do advento da modernidade através da expansão marítima e precursor da globalização. Papel que, na maior parte das vezes, os outros não destacam ou sequer reconhecem. Mesmo perante o triunfo do materialismo capitalista que já se pressentia estender a todo o planeta, Portugal seria o farol do projecto exclusivamente espiritual do cumprimento universal do Cristianismo e dos valores da fé, exemplo a seguir para a salvação da crise contemporânea. Até em termos transcendentais, é em Portugal que a Virgem Maria comunica o fim do Comunismo.

Jorge Dias dizia-nos, em 1965, acreditar que os factores basilares de permanência do carácter nacional estavam seriamente ameaçados. Afirmção datada, acontecimentos históricos locais e mundiais próprios da vertigem do século mais rápido de sempre trariam forçosamente algo de novo, mas a intuição permanece. Resta saber ao certo o que mudou e como construímos as imagens dessa mudança. Conhecer essas características é, seguindo a linha da nossa investigação, secundário em relação ao modo como a percebemos. No essencial, a visão negativa sobre nós próprios permanece sempre retomada.

Uma revolução isolada no tempo, estamos nos anos setenta do século XX na Europa Ocidental, desenvolvida num espaço temporal de breves anos quando demorou décadas a amadurecer em outros países, em breve transportará Portugal para o presente e aproximá-lo-á da “realidade”, permitirá uma reconfiguração do que é o positivo e o negativo. A grande obra da uniformização democrático-económica assimilou e é assimilada por Portugal no fim do século XX. Algo se perde, a vitalidade de alguns círculos intelectuais e políticos do século XIX e início do século XX não terá paralelo no fim do século XX e início do século XXI.

A retórica e exigências da democracia capitalista invadem a política, um conjunto de conceitos é apropriado pelo sistema político dominante e pelas elites económicas e caucionado maioritariamente pelas elites intelectuais como promessa de acesso a uma ideia de primeiro mundo. Esses conceitos e novos critérios constituem o pilar desejado da contemporânea organização mental; sucesso, mérito, empreendedorismo, mobilidade, adaptação, desenvolvimento, competência pertencem a um novo léxico. Institui-se uma racionalidade que decorre do funcionamento mais eficaz da economia aplicada à vida social que regula leis, relações, poder e modos de submissão. A pertença de Portugal à União

²⁴ Antero Quental, Basílio Teles, Manuel Laranjeira, para destacar apenas alguns.

²⁵ A famosa teoria do *Oásis* foi bastante discutida em 1992 e 1993.

²⁶ As expressões «O país está de tanga», o «país está um caos» são do ano de 2002.

²⁷ Discurso 16 de Dezembro de 2001, após as eleições autárquicas mas quais o seu partido político, socialista, não perdeu. «(Portugal) cairia num pântano político se continuasse como primeiro-ministro».

Europeia, aos seus tratados e ditames, a entrada no Euro, obrigam a um funcionamento e discurso regido de fora para dentro. Esses factores geraram um outro discurso onde positivo e negativo se clarificam de modo inequívoco. Portugal descobre-se Europeu e Moderno. Mas as noções intrínsecas e permanentes de decadência, inferioridade, degenerescência, trauma, crise e pessimismo continuam presentes. Como presentes continuam as dicotomias estruturantes do passado e futuro onde o presente é apenas o lugar esquivo para olhar para trás ou para a frente e compreendermo-nos de modo bipolar e inseguro. Actuantes continuam velhos conceitos como progresso, desenvolvimento e bem-estar social, apenas os seus conteúdos variaram.

Os mitos do progresso *versus* conservadorismo continuam latentes. Em 2010 o primeiro-ministro apoia o candidato presidencial Manuel Alegre pelo motivo principal que ambos perfilham do *progressismo*. Tony Blair fala da sua linha política onde situa José Sócrates, no *reformismo progressista*. Ana Paula Vitorino, secretária de estado dos transportes em 2008, definia a doutrina dominante após a apresentação de um projecto, e atente-se na terminologia, *valorização do património imobiliário ferroviário* de uma cidade alentejana, “o PSD critica os investimentos no TGV, nas estradas, nas barragens e na ferrovia em geral”. “Quando um partido com responsabilidades, por ser o principal da oposição, vem criticar tudo quanto é investimento público, que é o motor do desenvolvimento da nossa economia e do bem-estar social, não posso deixar de os apelar de velhos do Restelo”.

As degradações dos grandes mitos também nos aguardavam no fim do século XX, o mito do gestor e do empreendedor, a nova hagiografia laica de um treinador e jogador de futebol como orgulho da nação, “os melhores do mundo” em simultâneo com a importância de alguém que ponha o país na “ordem”, país que é tanto “o últimos dos primeiros” como “o primeiro dos últimos”.

O grande desígnio reside agora na mudança da percepção sobre a identidade portuguesa. O novo tipo de representação positiva consiste em ser “modernos”, “europeus”, formatados com o espírito do tempo e assumir qualquer oposição como obstáculo ao sucesso, desenvolvimento e progresso. Este acertar o passo com a modernidade assume a figura de uma ideia problemática de Europa como ideologia, essa mistura de Democracia, princípios humanistas, preocupações sociais e valores, mas perplexos perante a subordinação à lógica do mercado e aos preceitos neoliberais.

Este novo Portugal ensaiado e propagado pelas elites possíveis, jornalistas e comentadores a partir dos anos oitenta do século XX tem como objectivos uma mudança radical da imagem, do discurso e da acção do país, ousamos mesmo falar de um novo homem, um país pela positiva contra o pessimismo.

Na década de noventa do século XX o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva falou de um Portugal no *pelotão da frente*, do *bom aluno* europeu, o seu ministro das finanças Braga de Macedo²⁵ proclamou o *oásis*. Iniciam-se grandes obras públicas como afirmação simbólica do país, o Centro Cultural de Belém, a Expo 98, o surto de auto-estradas e betão, a transformação repentina da paisagem, o consumo generalizado, o Campeonato da Europa de Futebol e os seus estádios.

Os verbos como liderar e inovar, temas como novas tecnologias, novas energias, a obsessão com o novo, as reformas “indispensáveis”, sempre repetidos e destacados à exaustão, são o jargão do novo discurso ideológico. Permanente é também o foco reiterado de sermos a excepção positiva que frequentemente se revela negativa. Veja-se a importância que o primeiro-ministro José Sócrates, já no século XXI, atribuiu a “sermos os últimos a entrar na crise” económica e financeira que assolou o mundo ocidental e os “primeiros a sair”, apagando dados importantes da realidade que demonstrariam a irrealidade dessas afirmações. A inexistência notória de um pensamento crítico permite que o *marketing* funcione como propaganda e se transforme em conhecimento ampliado pelos seus maiores difusores, os meios de comunicação. Refira-se que a existência de meios de comunicação livres e privados surge em Portugal apenas a partir dos anos oitenta.

Alcançados os padrões europeus e os índices de desenvolvimento positivos estabelecidos pela OCDE, não há unanimidade sobre a história do nosso êxito, resta a dúvida se este progresso não se deve a um atraso tal que só poderia melhorar. Continua a oscilação de perspectivas que coincidem num tempo curto. O país de sucesso, o país que está na moda é o mesmo país que está de “tanga” do primeiro-ministro Durão Barroso²⁶, ou o “pântano” do primeiro-ministro António Guterres²⁷. O exemplo português é também o do país falido e incumpridor dos critérios de europeidade, elemento dos PIGS, nomenclatura europeia para os países menos credíveis da zona Euro. No fim de

2010, novamente a crise, a incapacidade, o fantasma do atraso e da incompetência, a decadência, a depressão. ▽

Resumo

Este texto anuncia um trabalho sobre o negativo e do negativo sobre a nossa condição, história, pensamento e cultura. A realidade pode e deve ler-se numa imagem em negativo. A sua lacuna conduz-nos a uma visão unilateral da História.

Fornecer o quadro e os princípios metodológicos para a investigação do negativo aplicado às representações e percepções humanas; mostrar a sua importância e pertinência é o caminho que aqui se apresenta.

Palavras-Chaves: Negativo; História; O Outro; Cultura; Sociedade.

Abstract

This text presents our work about the negative. The negative in our condition, the negative in our history, in thought and in culture. Reality can and should be read in negative terms. The lack of this inevitably provides a misleading vision of History.

To supply the context and the methodological principles necessary to make research about the negative, when applied to the real of human perception and representation, and to show its importance and relevance is the outline of this paper.

Key-words: Negative; History; The Other; Culture; Society.



Signos
e
Rotação

Lusofonias / Lusophonies

Situada no centro histórico de Lisboa, em Alfama, a Perve Galeria apresenta exposições de arte moderna e contemporânea desde Novembro de 2000 e tem por objectivo principal divulgar artistas nacionais, do espaço lusófono e internacionais, das artes visuais ao multimédia e à interactividade.

Tendo estado presente na Arte Lisboa em 2004 e 2005, a Perve Galeria regressou em 2009, ano em que assinalou a abertura de um novo espaço expositivo em Lisboa: a Perve – Galeria 2, localizada na Av.^a de Ceuta, em Alcântara, com programação focalizada na produção artística lusófona e nos novos autores portugueses.

Do histórico da Perve Galeria, contam-se participações ininterruptas na Art Madrid, desde 2006, e a organização de múltiplas iniciativas artísticas e culturais de âmbito nacional e internacional, de onde se destacam os projectos de curadoria para a Trienal Internacional de Arte Contemporânea, de Praga, República Checa (2008); a exposição internacional itinerante “Mobility”, na Polónia, Finlândia, Bulgária, República Checa e Portugal; o “2.º Encontro de Arte Global”, em vários locais de Lisboa, entre os quais o Panteão Nacional, em 2008-2009, com 150 artistas de 3 continentes; o ciclo “Os Surrealistas – 1949-2009”, o “555-Ciclo Gutenberg” e a exposição internacional itinerante “Lusophonies | Lusofonias” (Informações sobre essas iniciativas, exposições, acervo, autores e edições artísticas estão disponíveis em: www.pervegaleria.eu).

Este projecto “Lusofonias | Lusophonies”, recentemente apresentado na Galeria Nacional de Arte do Senegal com a curadoria de Carlos Cabral Nunes, surge de um convénio entre a Perve Galeria e a Embaixada de Portugal em Dakar, e propõe, através da cedência de obras de arte que fazem parte da colecção da galeria, a divulgação de um espólio artístico que permite várias leituras sobre a obra dos artistas participantes e, conseqüentemente, sobre a partilha de identidades no espaço da Lusofonia.

A exposição introduz a arte da Lusofonia fazendo a separação entre a produção realizada antes das independências nos PALOP e o desenvolvimento artístico após a instalação dos regimes soberanos naqueles países, estabelecendo-se a ponte para as novas gerações de artistas lusófonos.

Na produção artística realizada antes de 1975, estão representados artistas tais como António Quadros (*Pt*), Cruzeiro Seixas (*Pt*), Malangatana (*Mz*), Manuel Figueira (*Cv*), Mário Cesariny (*Pt*), Pancho Guedes (*Pt*) e Shikhani (*Mz*). Na criação posterior, podem ser vistas obras de Abílio Nhate (*Mz*), Albino Moura (*Pt*), Luisa Queirós (*Cv*), Márcia Matonse (*Mz*), Miro (*Mz*), Paulo Kapela (*Ao*), Pedro Wrede (*Br*) e Reinata Sadimba (*Mz*). Por sua vez, os novos autores lusófonos são Ana Silva (*Ao*), Cabral Nunes (*Mz*), Gabriel Garcia (*Pt*), Idasse (*Mz*), Isabella Carvalho (*Br*) e João Garcia Miguel (*Pt*).

Todas as obras expostas abordam a temática da Lusofonia numa perspectiva de enquadramento da sua matriz miscigenada e os autores participantes têm em comum a sua ligação, seja vivencial, seja estético-formal, às raízes africanas e/ou brasileiras.

Após a apresentação em Dakar, a mostra desloca-se, espera-se, até aos países de onde são originários os artistas envolvidos.

“Há um enorme, espantoso, interesse em descobrir o que são hoje aqueles que foram afamados descobridores marítimos. Saber o que são na arte e o que sobrou de si nos lugares que conservam a língua portuguesa como ferramenta indispensável à comunicação, dela se havendo apropriado, fazendo-a sua, transformando-a, enriquecendo-a. Mostrar o que foi e é a arte naquilo a que hoje chamamos Lusofonia é, mais do que uma premissa de divulgar o que entendemos válido, uma obrigação ante a demanda de conhecimento”.



FIGUEIRA
2000

Boleia em noite treze, 2000, Manuel Figueira, Cabo-Verde.
Óleo sobre tela cosida.



Os amantes da paz, 2000, Nhate, Moçambique.
Escultura em madeira e areia.



Seres suspensos | *Sentir*, 2004, Ana Silva, Angola.
Técnica mista sobre zinco.



Sem título, 2003, Pedro Wrede, Brasil.
Óleo sobre tela.



Spring Time Train, 2010, Pancho Guedes, Portugal.

Acrílico sobre tela sobre platex com moldura escultórica em madeira pintada.



punchgucitas.

STELLA VITAE

Uma cantata a Viseu

DIONÍSIO VILA MAIOR Nas minhas leituras de Fernando Pessoa, reencontrei-me com esta frase: “Como o panteísta se sente árvores e até a flor, eu sinto-me vários seres. Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens [...]”. Foi o início de um percurso que me levou alguns meses de investigação e composição.

Stella Vitae ia sendo construída...

Já um dia — e sob a égide de Viseu, cidade de olhar azul onde descansam emoções — escrevera uma outra música (“*Viseu Menina*”, hoje, uma referência do canto estudantil desta cidade), dedicando-a, precisamente, a essa cidade que “desvenda sonhos e pedaços de ternura”, a essa cidade “por quem perguntam saudades de estudante”, a essa “cidade que tantas vezes a manhã vê florir”.

Entretanto, e porque, como disse Pessoa (mais uma vez), a arte suprema “dá prazer porque liberta”, senti necessidade de escrever uma composição que encontrasse a sua *autonomia* e a sua razão de ser mais profunda na glorificação à essência natural que envolve aquela cidade.

Sendo composta propositadamente para o *Coro Mozart* (juvenil), ia nascendo a cantata *Stella Vitae*...

Porém, antes, um outro desafio se me colocava: como integrá-la num repertório do *Coro Mozart*, de um coro que tão bem interpreta músicas de compositores, autores, tão conhecidos como Duke Ellington, Roger Waters, Bruno Coulais, John Lennon, Paul McCartney, Freddie Mercury, B. Andersson, B. Ulvaeus, Ray Charles, Paul Rardin, Edwin Hawkins, David Dunbar, R. Kelly, Bobby Helms, Cy Coleman, Alain Oulman, Paulo Gonzo, Rui Veloso, Jorge Palma, André Sardet, entre outros? Ia vendo, escutando, ouvindo os créditos de algumas referências, no âmbito do movimento *music in motion*: as belíssimas interpretações de The Solon High School’s; os tão agradáveis arranjos dos Perpetuum Jazzilla; o encanto das vozes e das coreografias de Las Piñas Boys Choir.

E, ouvindo, investigando, trabalhando, compondo, ia encontrando, paulatinamente, a justificabilidade para *Stella Vitae*: uma composição pluridiscursiva (no sentido Bakhtiniano), distribuída por cinco vozes (mas acompanhada ao piano, ou orquestra, também entretanto escrita e gravada), sem obediência a um metro definido e apresentando um perfil muito próximo daquela frase de Pessoa com que abri este texto. Distribuída, ao todo, por doze pequenas secções interdependentes, *Stella Vitae* pretende-se como uma figuração poético-musical da essência viseense e da natureza serrania da Beira; já o fizera, é certo, em diversos momentos, noutras composições minhas; contudo, foi nesta que consegui sentir e transmitir como Viseu, *estrela da vida*, “desperta tanta delicadeza”. E foi, afinal, em *Stella Vitae*, que, a bailar expressões, pretendo ter definitivamente conseguido embrandecer a luz silvestre, transmitida pelas vozes de cerca de 50 jovens coralistas que, com tanto manifesto profissionalismo, desprendem melodias do olhar e dançam com a voz tão intensas emoções. ▽

Stella Vitae

(Cantata)

Piano, Solista e Coro de 4 vozes iguais

Dionísio Vila Maior

♩ = c. 110

Musical score for the first system. It features five vocal staves (Voz1, 1ªVoz, 2ªVoz, 3ªVoz, 4ªVoz) and a piano accompaniment. The vocal staves are mostly empty, with a fermata over the first measure. The piano part begins with a *p* dynamic and *Espressivo* marking, followed by *Legatissimo*. The piano part includes a melodic line with a *M.E.* (Melisma) marking and a *MD* (Musical Development) marking.

A 1

Musical score for the second system, starting at measure 6. It features five vocal staves (labeled 1(4), 1, 2, 3, 4) and a piano accompaniment. The first vocal staff (1(4)) has the lyrics: "Do teu véu nas - ceu a luz". The piano part is marked *Espressivo* and includes a *6* (sexta) marking. The piano part features a complex rhythmic pattern with many sixteenth notes.

Três jovens escritores apresentam três contos. A primeira é uma estreante, Fernanda Santos, vencedora do Prémio da Lusofonia 2010 com o livro *Sinestésias ou Contos de Ser-Aí*, de onde retirámos o conto que aqui incluímos. Pela consistência cultural e pela qualidade da obra publicada, destacamos Afonso Cruz e Patrícia Portela.

Em três anos (2008 – 2010), Afonso Cruz irrompeu de um modo soberanamente original na cena literária portuguesa, construindo uma nova casa no horizonte do panorama do romance. *A Carne de Deus* (Bertrand, 2008), *Enciclopédia da Estória Universal* (Prémio Camilo Castelo Branco-2009, Quetzal, 2009), *Os Livros Que Devoraram o Meu Pai* (Prémio Literário Maria Rosa Colaço-2009, Caminho, 2010), *A Contradição Humana* (Caminho, 2010, infantil) e *A Boneca de Kokoschka* (Quetzal, 2010) substituem a inspiração da realidade social pela inspiração literária e cultural, ou seja, pela construção de um universo intelectual literário, filosófico e histórico como mediador entre a realidade e a criação do texto.

Patrícia Portela, autora de *Odília ou história das musas confusas do cérebro de Patrícia Portela* (2005) e *Para Cima e não para o Norte* (2009), é criadora de uma linguagem própria, ex-tasiante, enfeitiçante, constituída por um volume caudaloso de imagens e de imagens de imagens, de metáforas e de metáforas de metáforas, gerador de um processo “alquímico” de fusão, dissolução e refusão de imagens, revelador de uma superação e de um desmascaramento da razão lógica e aproximador da palavra narrativa de uma iniciação onírica. Em *Odília*, a linguagem trabalha-se a si própria numa pulsão metamorfoseadora de pluralidades de sentidos, compensando a ausência de referencialidade com um excesso luxuriante e retórico. Nesta sua lógica simbólico-imagética, as palavras conspiram circularmente entre si, tudo se relacionando com tudo, sem distinção de planos ontológicos ou epistemológicos. ▽

Elas, que (nada) são...

FERNANDA SANTOS

O currículo literário e institucional da autora é diversificado. Começou a escrever poesia aos 12 anos e completou o seu primeiro livro aos 16, por entre uma inúmera produção epistolar. Mais tarde dedicou-se à escrita de narrativa poética, de contos e actualmente prepara um romance. A ficção literária atribuiu-lhe o 2.º lugar no Prémio Camões Pequeno, promovido pela Câmara Municipal de Machico, em 2009, e o 1.º lugar no 4.º Prémio da Lusofonia, promovido pela Câmara Municipal de Bragança e pelos Colóquios da Lusofonia, em 2010.

Actualmente é doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil. É Mestre em Literaturas e Culturas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, desde 2006.

Destaca-se como investigadora integrada no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Olha... Isaura é obrigada a voltar atrás para mais uma vez dizer à tia-avó, que semanalmente visita no lar, que vai só tomar um café. Quem és tu? A velhota que a criara não mais a reconhece. Isaura entristeceu-se. Embora a tia-avó não tenha sido grande ajuda na sua vida, criou-a. Graças a ela não fora para um orfanato aos seis anos, quando a mãe morrera. A avó tinha treze filhos e esta irmã da avó não tinha nenhum. Cria tu a menina. Puxou Isaura à bruta por um braço e deu-a a Carlota. Carlota olhou-a de cima abaixo. Se me deres trabalho vais para um orfanato, diz-lhe secamente.

Isaura não deu trabalho. Foi perfeita, justa, pacata, boa filha, se assim se pode dizer. Carlota foi tudo menos mãe. Apenas ela própria, vazia, sozinha, sem nada que contar. Quando Isaura chegava da escola contava o dia. Carlota ficava em silêncio. E tu, vó, que contas? Nada. Sempre lhe respondeu isso ao longo da vida. Nada. O silêncio de Carlota sempre fora sepulcral. Passara-se algo na vida daquela mulher? O quê? Isaura nunca soube.

Atrasa-se. Já lá estão todas. Maria do Amparo, Rosário, Cecília, Manuela. São como irmãs. Eram vizinhas desde meninas, brincaram juntas, cresceram juntas. Isaura atrasa-se sempre. Faz parte do carácter dela, dizem as outras. O café é sempre o mesmo. Bebem um, dois cafés, café com leite, um doce, e, para aquelas que acabaram de parir (e há sempre uma delas que acabou de parir, excepto Isaura), apenas água mineral.

Isaura não teve filhos nem casou. Tal como Manuela. Mas todas acham que a Manuela é lésbica. Trabalha no Ministério da Justiça, é recta e boa empregada, uma chefe exigente, exímia, intratável com aqueles que falham e ela rapidamente despromove. Maria do Amparo diz que ela é como um homem. Manuela mantém a maquilhagem e traços femininos. Mas é rude, veste camisas masculinas, usa cabelo curto. As outras criticam baixinho os óculos de massa, que já não se usam, mas ainda mantém.

Maria do Amparo e Rosário são irmãs gémeas. Não têm, fisicamente, nada a ver. Casaram com dois irmãos. Não gémeos, mas muito próximos. Todas estão convencidas de que, no dia em que uma morrer, a outra também morre. Sempre juntas na escola, nas brincadeiras, no dia-a-dia. Diferenciáveis apenas no físico, psicologicamente são parecidas. Muito parecidas. Gémeas falsas. Vizinhas ainda, na casa, na vida. No amor pelos dois irmãos.

Cecília. Linda. Acaba de ter o primeiro filho, o Filipe, cujo nome é igual ao do pai. Cujo nome é igual ao do avô. Tradição familiar. Ela não queria, esperneou um bocado, mas o marido e a sogra levaram a deles avante. Tem de ser, amor, disse-lhe Filipe Augusto, o marido, tem de ser, tradição é tradição. Cecília, além de muito bonita a atraente, é muito trabalhadora. Trabalha em arquivo. Mas o marido convenceu-a a largar tudo para cuidar do filho e dos outros rebentos que virão. Que fazes tu a apanhar asma nos arquivos sujos? Desliga-te disso. Ela gostava, mas começou a ter problemas com as colegas do trabalho que, segundo ela, tinham imensa inveja da sua beleza e da forma como mantinha as unhas bem tratadas, sem nunca partir nenhuma, mesmo mexendo em arquivo todos os dias. Convenceu-se disso e demitiu-se. Esperava-a, segundo a sogra, uma vida repleta de felicidade, com filhos à volta e uma boa herança.

Isaura reparou logo nela quando entrou no café. Estava muito gorda. O Filipe tinha nascido havia seis meses, mas o corpo não tomava outra forma que não a da gravidez. Estava redonda e as mãos eram alvas, bem tratadas, mas muito sapudas, inchadas. Tinha o semblante triste, pois estava a sofrer de uma espécie de depressão pós-parto, que a sogra vivamente condenara, achando que isso seria impossível, era coisa de mulheres desequilibradas, ela nunca tivera nada disso no seu tempo, e era mãe de cinco filhos lindos, todos homens de sucesso. Falavam disso quando Isaura chegou, descabelada e afogueada, como sempre.

A D. Carlota, como está? Isaura reparava no pormenor de perguntarem sempre primeiro pela tia-avó e só depois lhe perguntarem como estava ela. Essa sensibilidade afastava-a das outras. Entre uma pergunta e outra vinha a crítica. Já sabes o que queres da vida? Perguntava Maria do Amparo. Vestiste outra vez esse vestido? Perguntava Rosário. Descostas para a segurança social e fazes IRS? Manuela. Estás um pouco mais magra. Cecília.

Isaura lia cartas de tarot. Mas para ganhar a vida cantava em bares, outras vezes servia às mesas. Ou, como dizia Manuela, fazia dos biscates forma de vida, ou, como dizia Cecília, era amante dos recibos verdes. Isaura não tinha coragem para as enfrentar, e muito menos para largá-las, como amigas, deixá-las nas suas vidas tolas e vazias, como ela achava, bem lá no fundo, que eram as vidas de todas elas.

Isaura era uma cobarde. Amava-as tão profundamente e achava-as tão únicas na sua vida que não embatia nelas. E, ao contrário do que elas achavam, não as procurava nas cartas sem ser para ajudá-las. Se acaso dissesse, a carta da Imperatriz diz que tu...elas riam. Se ela dissesse a carta do Enforcado, elas estremeciam. Manuela atirava logo, ui, o Enforcado diz que algo vai mudar, se calhar vai chover. A gargalhada era geral. Mas num Verão, num Verão bem quente, fora diagnosticado cancro da mama a Manuela. Dias antes Isaura vira uma doença grave nas cartas. Telefonara a Manuela. Estou sã que nem um pêro, sua agoirrenta de merda...A linguagem de Manuela era rude quando se zangava. Mas tinha cancro de mama, rapidamente tratado com radioterapia. Nunca Manuela falara disto a nenhuma das outras amigas do grupo. E muito menos Isaura. Um dia Isaura tentou abordar o assunto...Manuela fulminara-a com o olhar. Jamais voltes a ver seja o que for nas cartas, pelo menos para mim. Isaura acobardou. Mais uma vez.

Lembrava-se. Tinha 14 anos quando foi obrigada pela escola a ir fazer testes psicotécnicos. Ali estava perante a psicóloga. Não imaginava uma psicóloga tão feia. Despen-teada, dentes mal arrançados. Pareceu-lhe uma bruxa. Mas puxava o sorriso forçado, mostrando uma fileira de dentes queimados pelo tabaco, que fumava incessantemente. Fez-lhe o diagnóstico. Não tiveste nada bom resultado nos testes de espaço, de geometria...foste mais ou menos nos de língua. O que queres fazer na vida? Isaura nem pensou duas vezes. Quero ser artista de circo. E a psicóloga levantou a cabeça e franziu a testa. E vais viver de quê? Comprende que não posso colocar no papel da tua avaliação uma

coisa dessas... Jornalista. Está bem. E ficou jornalista. Ou seja, área de letras, área D na altura. Porque artista de circo não havia e ninguém queria uma parvoíce dessas aos 14 anos. Excepto Isaura.

Chegou ao final do ensino secundário chumbada a matemática e completamente desmotivada. A tia-avó Carlota não disse nada. Nem ela, que saiu de casa e foi viver com uma amiga bailarina, com quem teve um caso. Foi a primeira vez que andou com uma mulher. Tinha dezanove anos. A bailarina era disciplinada e neurótica com a comida. Zangaram-se. Quis esquecê-la, mas ainda a perseguiu com juras de amor. Isaura fez-se à vida e foi viver para Espanha. Aí conheceu uma vidente que lhe leu a sina. E começou a aprender a ler a sina, também. E foi aprendendo. E foi vendo, escutando, prescrutando a alma humana.

Houve um tempo em que sabia tanto sobre tanta coisa, que teve de parar. Estava a transbordar de conhecimento humano. Era capaz de ler auras, de ver futuros, de ver os interstícios da alma humana ao ponto mais resquício. Era capaz de saber quem tinha vida sexual só pelo cheiro da roupa, e com que frequência. Era capaz de calcular quem eram os bons amantes e quem eram os falsários. Era capaz de saber quem gostava de viver e quem tinha vontade de se matar e quem estava no meio, como as suas amigas, simplesmente a sobreviver na superfície de toda a humanidade.

Voltou para Portugal. Viveu no Algarve algum tempo, fez algum dinheiro a trabalhar em bares e cafés. As amigas permaneciam na fixidez das suas vidas preenchidas com decotes, saltos, dívidas com a casa e com o carro, com a roupa. Outras viajavam para Punta Cana. O grande marco das suas vidas era o casamento. E passado uns anos os filhos. Excepto Rosário, que casou grávida. Mas tinha sido uma enorme felicidade. Era a primeira a ter filhos de todas elas. Nascera a Carolina, a sua primogénita de quatro filhos, praticamente seguidos. Maria do Amparo dizia que ela inaugurara uma vida cheia de sucesso, em grande. E que era isso mesmo que as esperava a todas. E quando brindavam, incluíam Isaura. Mais por pena do que por outra coisa. Esperando que ela tomasse juízo, e «arranjasse uma vida», como dizia Cecília. Esperando que arranjasse, para além de marido (ou pelo menos namorado), um emprego a sério, com descontos para a Segurança Social e um seguro de saúde válido em todo o território nacional, como diria Manuela. O mais importante é isso, não vês como foi comigo? E para esse assunto, só para esse assunto, falava do cancro, ou como ela dizia, da «sua» doença, que tanto a debilitara e invalidara para dobrar facturas no Ministério, controlar serviços e despedir funcionários incautos e desmazelados.

Maria do Amparo perguntava sempre o mesmo a Isaura: quando resolves a tua vida? Já tens quase quarenta anos... A que te vais segurar um dia?

E Isaura imaginava vezes sem conta que saltava lá do alto, no circo, com a rede cá em baixo, mas sem precisar dela, ao mesmo tempo que as amigas esperavam, cá em baixo, que ela se estatelasse, só para terem o gostinho de dizerem dentro de si mesmas e na cara de Isaura, não vês que tínhamos razão, Isaurinha? Não te dissemos que caías, um dia? E se Isaura não caísse, então diriam umas às outras, mas o que ela anda a fazer lá em cima? A vida não é só diversão...

Um dia Carlota morreu. Isaura estava em Paris a aprender a saltar do trapézio e fazer mais um curso de tarot. Coisas tolas, como sempre dizia Manuela, e fazia um gesto largo com a sua mão grande e masculina.

Isaura veio para o enterro. As amigas estavam inconsoláveis. Ela também. Carlota era o que restava do mundo da infância, para além das amigas. Por isso estava triste. Em homenagem ao seu passado. E não a Carlota.

Carlota morreu e nada deixou a Isaura. Morreu no silêncio quieto em que sempre vivera. Morreu no sono, como disse Rosário, a mais católica de todas, morreu na paz do Senhor, e enquanto dizia isto Rosário fazia o sinal da cruz com a rapidez e a destreza de quem está habituada a fazer o sinal da cruz. Deus nos acompanhe e nos dê saúde....

Carlota morreu sem frémito. Como sempre vivera. Sem estreitor nem demónio que a atacasse. Como diria Maria do Amparo, «uma jóia de pessoa», que ela nunca ouvira falar, que ela nunca conhecera, mas que, como não provocava guerras nem sarilhos com ninguém, era «boa» por natureza. Já que nunca reclamara da vida e dos problemas, só podia ser boa pessoa, segundo Cecília, agora meio-deprimida com o estado de pós-gravidez. Isaura lembrou-se da reclamação primordial de Carlota: a aceitação dela quando era menina, lá em casa. Mas não disse nada em voz alta ou as amigas admoestá-la-iam vivamente, dir-lhe-iam, e não vês que a D. Carlota tinha razão? Olha a complicação que foi para ela criarte...e tu começas a deitar cartas, então... Mas Isaura sabia. Sabia que Carlota nunca se importara com isso. Nem com isso nem qualquer outra coisa diferente disso. Talvez a vida lhe tivesse passado ao lado, pensou Isaura durante o velório de Carlota. Talvez não tivesse vivido nada. Mesmo nada de nada. Nem tivesse sequer perdido a virgindade... sorriu para si. Mas não disse nada às amigas, que compenetradamente rezavam ao Senhor.

O que fazes agora?, perguntou Maria do Amparo a Isaura. Todas se entreolharam. Porque, lá no fundo, Isaura não fazia nada de válido à sociedade. E toda a gente sabia disso. Salto no trapézio... quer dizer, estou a aprender. Vais para o circo? Cecília, que agora estava mais roliça porque, seguidamente a Filipe, engravidara de uma menina, franziu o sobrolho com muita intensidade. Vê-se que não tens filhos... uma pessoa quando tem filhos pensa na vida. E se tu morres? Bem, não deixas descendência. Isaura sorriu. Pois não. Mas eu não caio, tenho rede.

Isaura voltou para a velha casa alugada onde vivera a sua infância junto a Carlota. Sem saber quem era Carlota, «essa boa senhora», nas palavras de Rosário, «tão católica e devotada ao terço», segundo Maria do Amparo. Desfez-se do resto das coisas. Sem pudor e sem saudades do passado, que era isso mesmo. Passado.

Voltou para Paris e ficou enamorada de um trapezista romeno que a agarrava no ar e que fazia dela uma nefelibata. As amigas souberam, um dia no café, por Rosário. Sabem quem vai casar? A nossa amiga Isaura. Ah!, exclamaram todas, finalmente... Com quem?, indagou Manuela. Obviamente com um louco, um trapezista cigano que a agarra no ar, senão ela estatelava-se cá em baixo num instantinho... Riram-se do maravilhoso sentido de humor de Rosário. Era tão espirituosa, aquela rapariga. Olharam para a cadeira vazia onde Isaura se costumava sentar, já muito atrasada, quando todas falavam dos seus filhos e maridos e das novas máquinas de lavar loiça ultra-rápidas. O circo não deve ser lá muito higiénico, pois não? Perguntou Cecília, outra vez na engorda, no terceiro filho, que se seguira a Maria Margarida, com pouco mais de um ano. Como vai ter filhos, questionava Maria do Amparo. Se engravida, os filhos andam com ela no ar. Rosário novamente. Riso geral e descomedido.

Nesse dia foram para casa. Silenciosamente voltaram às suas vidas. Maria do Amparo voltou aos seus filhos, aguardando que o marido chegasse de viagem, já noite dentro, como sempre. Rosário abriu a porta do lado da irmã, e aguardou a chegada do cunhado, conversando com o marido sobre as «demoradas viagens do irmão», frisando que era bom ele não ser assim, pois não lidava bem com as distâncias. Cecília transportou o seu corpo deformado, outrora belo, para dentro do carro, onde tinha um carrinho de bebé atrás, bocados de bolacha Maria, baba e cuspo, brinquedos velhos. Aguardava a chegada de Martim. Voltou para as fraldas e o choro que conhecia há já alguns anos. Reparou, ao espelho, que o seu cabelo louro, dantes forte e lúcido, estava quebradiço. Ia fazer um tratamento revitalizador, um SPA, não andava bem desde a depressão da outra vez... A sogra continuava a achar que eram manias dela. Não se sentia bem... Pensou no trapézio de Isaura. Como seria? Rapidamente afastou esse pensamento. Tinha outro bebé à espera da sua vez, como ela dizia. E Deus abençoava-a.

Manuela voltou para os seus papéis e as suas facturas múltiplas e sempre bem preenchidas. Tinha-se apaixonado por uma colega lá do Ministério fazia pouco tempo. Mas a colega era casada. Não lhe tinha dado troco. Manuela andava triste. E não havia hipótese de dizer às amigas o quão triste estava e porquê. Não compreenderiam que ela gostava de mulheres. Diriam que ela era um desvio da natureza do Senhor. Manuela calou-se. Não tinha mais amigas ou amigos no mundo dos vivos. Era melhor não arriscar.

Isaura saiu do circo, um dia. Chateou-se com o trapezista. Foi para Londres. Voltou a trabalhar num bar. Ingressou numas aulas de teatro e fez uma pequena peça. Aplaudiram-na muito, sobretudo pela ligeireza com que se mexia, graças aos anos do trapézio. Para Isaura, todos os talentos tinham uma utilidade, nem que fosse muito mais tarde, um dia, na vida. Um dia inesperado, estúpido. Um dia qualquer de sol ou de chuva.

O trapézio fez render esse dia, ou essa noite, a noite de estreia. No teatro um mágico convidou-a para ser sua partener e ela aceitou. Era uma excelente contorcionista e metia-se nas caixas todas. Ele era mais velho e ria muito com ela. Era viúvo, a sua partener e mulher morrera fazia pouco tempo. Então apaixonaram-se.

E Isaura foi feliz como nunca fora até esse dia. ▽

Tzimtzum! – Primeiros capítulos

AFONSO CRUZ De uma coisa podemos ter a certeza: as coisas não são como são

Escreve e, além de ilustrador, realiza filmes de animação – às vezes de publicidade, às vezes de autor –, toca e compõe para a banda de blues/roots “The Soaked Lamb”. Em Julho de 1971, na Figueira da Foz, era completamente recém-nascido e haveria, anos mais tarde, de frequentar lugares como a António Arroio, as Belas Artes de Lisboa, o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira e mais de meia centena de países (<http://afonso-cruz.blogspot.com/>).

1
Roda ouviu um gemido ligeiro, um som confuso, meio escurecido, que lhe parecia a sua mãe a chamá-lo. Levantou-se do cadeirão onde costumava sentar-se e suspirou. Porém, ao entrar no quarto sentiu-o silencioso. A mãe estava com o seu ar mais sereno, em certa medida cadavérico, com os olhos fixos no tecto como se meditasse. Tinha as mãos pousadas no peito, junto ao coração. Roda chamou-a baixinho e não obteve resposta. Voltou a chamá-la aproximando-se com cautela. Depois abanou-a um pouco, voltando a abaná-la uma segunda vez. Baixou-se e encostou a cabeça ao peito da mãe. Estava parado, como um relógio sem corda. Roda, perfeitamente fleumático, pegou-lhe na mão e levantou-lhe o braço. Deixou-o cair sobre a cama, paralelo ao corpo. Voltou para a sala, serviu-se de um absinto e adormeceu no sofá. Acordou horas depois, notavelmente entorpecido, passou pelo quarto e voltou a chamar a mãe. Pegou-lhe na mão como havia feito horas antes, mas não conseguiu levantar-lhe o braço. Está viva, pensou, a fazer força para baixo.

2
O telefone tocou e Roda, enevoado como era seu feitio, agarrou no auscultador e encostou-o à barba mal feita. Do outro lado ouvia-se a jovialidade do seu amigo Couto.
– O que é que estás a fazer aqui? – perguntou Roda.
– A passear. O tempo está bom: a neve cai com abundância, como os dentes dos velhos. Há quanto tempo não vais a Lisboa? Vim cá de propósito por causa da última conversa que tivemos. Não podes continuar assim, perdido no teu esquecimento. Marquei uma consulta para o Dr. Bobrov, um grande especialista nas coisas de que sofres.
– Eu não soffro.
– A vida é sofrimento. Não andas atento ao que diz o budismo? A diferença entre o homem feliz e o infeliz é que o segundo sabe a verdade. Vais sim senhor. Está marcada a consulta. Amanhã às nove. Passo por aí?
– Encontramo-nos na brasserie Vivat.

3
No dia seguinte, Roda abriu a janela do quarto da mãe porque sentiu um cheiro acre demasiado forte. O pescoço da mãe, que antes parecia tão vivo, estava esverdeado, um tom de relva por aparar. Está mesmo morta, concluiu Roda, no entanto, a pele parece tão fresca.

Roda vestiu um sobretudo cinzento com padrão em espinha e pôs um chapéu verde-escuro. Desceu a rua da sua casa, atravessou o largo e entrou na brasserie. Couto estava sentado de costas, de pernas abertas e recostado na cadeira. Roda tocou-lhe no ombro, um gesto rápido, e voltou a pôr a mão no bolso do sobretudo. O amigo voltou-se com a

sua cabeça imensa e sorriu.

– Até que enfim, pá. Dá cá um abraço.

Couto abriu os braços longos e sólidos e abraçou o amigo. Roda hesitou, indeciso se deveria tirar as mãos dos bolsos. Quando se decidiu, já o abraço tinha terminado.

– Estás mais magro – disse Roda.

– Foi de uma salada que comi.

4

Caminharam dois quarteirões e apanharam um táxi. Couto mantinha o seu bom humor (era daquelas pessoas que nem sequer tem outro). Roda continuava cabisbaixo, indeciso se deveria tirar as mãos dos bolsos.

– Que médico é esse?

– É um psiquiatra. Que digo? É um mágico! Um taumaturgo! E não é nada barato. Fazes ideia de quanto custa um taumaturgo nos dias de hoje? Já não vivemos no Antigo Egipto. É preciso actualizar-te. Isto agora é o progresso, é andar para a frente, não é para os lados como faziam os hieróglifos.

O táxi parou em frente de uma chapelaria. Roda hesitava enquanto Couto o puxava para fora do carro usando apenas o seu bom humor. Entraram na chapelaria, Couto à frente, meio a gargalhar, e Roda atrás com passos miudinhos.

– Isto é uma loja de chapéus – comentou Roda.

– Bem visto, bem visto. O consultório é lá ao fundo. Bobrov acha que os chapéus são terapêuticos. Faz tudo parte da sua magia. Ele põe um chapéu na pessoa e ela porta-se de maneira diferente. É científico: não há nada que mude mais rapidamente a nossa postura perante a vida do que um chapéu. Não é por acaso que é o objecto que usamos mais perto da nossa cabeça, da mente. O chapéu é a roupa dos pensamentos. E ainda serve momentos tão contraditórios como a meteorologia: um chapéu protege do sol, tal como protege da chuva. Vai de um extremo ao outro, tal como os nossos pensamentos. De um extremo ao outro, Roda, de um extremo ao outro!

Roda leu em voz alta a frase que estava por baixo do nome da loja: “O que importa é o que está dentro do chapéu”. Do lado direito, mais uma frase: “O céu é o chapéu do Absoluto (provérbio Viyhokim)”. Do outro lado, do esquerdo, um cartaz garantia uma coisa, uma verdade, talvez a única que é verdadeira. Roda, mais uma vez, leu em voz alta: “De uma coisa podemos ter a certeza: as coisas não são como são”. Couto soltou uma das suas gargalhadas.

Uma definição de tempo: O tempo é um fazedor de riscos. E os relógios são muito relativos

1

Bobrov era um homem tão solitário que não tinha familiares nem amigos, só tinha clientes. A sala de espera estava cheia. Roda tirou o relógio e olhou para ele, olhou para o tempo que fazia no mostrador. Era um relógio de bolso, tinha pertencido ao pai. Agora estava riscado pelo mesmo tempo que tinha por função medir. O tempo é um fazedor de riscos. Quando um homem olha à sua volta e vê marcas do tempo, o que vê são riscos: nos vidros, nas paredes, nas pedras, nas caras: riscos. São a única maneira que o tempo conhece para assinar a sua passagem.

2

– Estás com pressa? – perguntou Couto.

Roda não respondeu.

– O pior do tempo é ter de esperar. É por isso que existem estas salas com revistas desactualizadas que, por coincidência kafkiana, costumam ficar imediatamente antes dos consultórios médicos e logo a seguir à nossa paciência. Dá para ter uma ideia de que o Purgatório é que é um inferno.

Uma senhora que se abanava com um leque disse a Couto:

– Há pessoas que ouvem a voz de Deus, ao passo que eu tenho-me comunicado com um Einstein que se alojou no meu pavilhão auricular esquerdo. Porque é que os senhores estão aqui? Ou os senhores não estão aqui?

– Estamos, estamos.

Roda concordou com um ligeiro gesto da cabeça.

– E queixam-se do quê? – perguntou a senhora.

– Este meu amigo aqui ao lado – respondeu Couto – esqueceu-se da felicidade. E a senhora?

– Queixo-me de Santo Agostinho quando dizia que o tempo não existe senão na nossa percepção.

– Ah, o tempo! É o grande inimigo do peixe fresco – interveio um senhor muito pequenino. Mal se via atrás do leque da senhora. – Repare no que o tempo nos faz, repare nesta cabeça: cabeluda como um ovo – disse, passando a mão pela careca.

– É verdade que Cronos pode ser devastador para a nossa beleza – comentou a senhora do leque –, mas por outro lado compensa-nos com falta de visão. Nunca chegamos a ver muito bem o que é que aconteceu com a nossa cara.

– Discordo! – exclamou o senhor pequenino. – Uma pessoa contaminada pelo tempo pode usar óculos.

Do consultório saiu um senhor velhíssimo, de chinelos, a arrastar as ideias pelo chão. Parou perto de Couto, fitou-o durante uns segundos pendurados na sua lentidão e perguntou-lhe:

– Já ouviu falar na lei da gravidade?

– Claro. Sempre cumpri essa lei.

– Não tem piada. A gravidade, tal como o nome indica, é uma coisa séria. Uma lei muito amiga do tempo e das bengalas. O pescoço – continuou ele – é a melhor maneira de começar a cabeça. Mas diga-me: onde está o meu pescoço? Bateu no iceberg do tempo e foi-se afundando nos ombros. O tempo faz muito mal às costas. Faz-nos encurvar e depois passamos a vida a contemplar o chão que será o nosso derradeiro leito. O tempo obriga-nos a olhar para o nosso futuro que fica, como se sabe, debaixo da terra. Não é curioso que andemos todos a pisar o nosso próprio futuro?

– E o das outras pessoas também – concordou Roda.

O senhor muito pequenino, afastando o leque do caminho, asseverou:

– É como este senhor diz: Não se valoriza o dia de amanhã. O passado é muito bonito, mas o futuro é muito mais moderno. Já repararam como o passado está fora de moda? homens com caras medievais, casas em forma de caverna, roupas perfeitamente mesopotâmicas.

– Aliás, o passado só serve para nos arrependermos – concordou a senhora do leque.

– Quando era novo – disse o homem que andava com os seus chinelos a pisar o futuro – passava os dias à procura de Deus. Até tinha comprado umas botas e tudo. Mais tarde percebi que são raros os homens que falam suficientemente baixo para que Deus os possa ouvir. Eu nunca fui um homem desses. Mas acredito no Paraíso, apesar de correr o boato de que não tem uma segurança social tão boa quanto a dinamarquesa. Mas é do tempo que eu gostaria de lhe dizer umas coisas: ele tende a acumular-se na barriga e nas artérias. O tempo pode até ser medido em mg/dl. O senhor sabia que a felicidade humana está acima dos 200 mg/dl? Muito acima. Mas tenho sobrevivido. Nesta idade, quem não tem cão, caça com espingarda.

– Não seja tão negativo, senhor de chinelos – disse Couto. – Vá desfrutando do caminho. Nos dias de hoje anda tudo tão rápido que não se vê a paisagem. O destino de Ulisses não era Ítaca. Ítaca era a viagem, o verdadeiro destino era a viagem, disse Kavafis.

– A paisagem que se desfruta pelo caminho é uma coisa muito sobrevalorizada – contrapôs o senhor muito pequenino. – Por mim, evito-a. Vou directo ao destino onde normalmente se podem comprar bons postais. E porque é que o caminho há-de ter melhor paisagem do que o destino? Se fosse assim, o caminho é que era o destino e ninguém ia passar férias às Maldivas, ficávamos pelo mar, a ser comidos pelos tubarões, tal como fazem os naufragos. O que é que esse Kadafi percebe de férias na praia?

– Kavafis – emendou Couto.

– Nunca usei relógio – disse o senhor que pisava o futuro. – Olhe para este pulso completamente nu. Sinta-o, não se acanhe. Os relógios, como diria Einstein, são muito relativos. O tempo mede-se é com o coração. Quando ele pára de fazer tique-taque, acabou-se o tempo!

3

A senhora da recepção, redonda como um prato visto de cima, abanou os seus afazeres e caminhou em direcção a uma porta longínqua, no fundo do corredor. Desapareceu por lá

reaparecendo, ainda redonda, anunciando a vez de Roda.

– É a nossa vez, Roda. Levanta-te! Partimos para dentro daquela sala, mas aquilo não é só uma divisória, um capricho arquitectónico. É o jardim do Início. Vais reencontrar a felicidade ali dentro. O doutor Bobrov é um deus.

4

– Doutor, faça lá as suas bruxarias com o meu amigo.

Bobrov olhou para Roda ignorando Couto.

– Qual é o seu problema, senhor Roda?

– Esqueço-me de coisas.

Couto interrompeu-o:

– O motivo pelo qual o meu inolvidável amigo está aqui é romântico, lírico, um acto de extrema beleza: no outro dia, já lá vão meses, apaixonou-se. daquelas paixões infinitas e inacabáveis e eternas e isso tudo. Apesar de viver em Paris com a sua santa mãe, tem um apartamento em Lisboa que era do pai. Foi aí, em Lisboa, que aconteceu toda a tragédia desta existência que vê aqui à sua frente. Ele viu a mulher dos seus sonhos e esqueceu-se da cara dela. Esqueceu-se completamente da cara dela. Já não consegue ser feliz, pois não reconhece a cara da felicidade mesmo que passe por ela na rua.

Bobrov fez um gesto largo com o braço. Um gesto brusco. Couto calou-se.

– Saia. Quero ouvir o seu amigo – disse Bobrov.

– Saio, mas como protesto. Caro Roda, fico à tua espera na loja de chapéus. Sou bem capaz de comprar um se tiverem tamanhos acima do 59. Sabe, Doutor, é que eu tenho uma cabeça que dava para viver lá dentro. Ou como diria Berkeley: a nossa cabeça é um condomínio de luxo. É ou não é?

5

– Vou pôr-lhe um chapéu e vou hipnotizá-lo. Ficará num estado de hipnose muito ligeiro, apenas para que se recorde. Ponha esta cartola que é como se fosse à ópera, para reforçar o momento, e o senhor Roda irá, com toda a certeza, lembrar-se da cara da tal senhora, da cara da felicidade.

6

(5,4,3,2,1,0, está a dormir profundamente)

– Lembro-me – disse Roda – de o relógio dizer que eu estava ligeiramente atrasado. Corri como pude, aparentemente a andar lentamente, para o São Carlos. Sentei-me e olhei para a plateia, lá de cima, do meu camarote. Tirei uns binóculos pequenos que a minha mãe costumava usar e apontei-os para uma jovem, com ares de casa de campo. Aquela rapariga poderia ser a minha casa de fim-de-semana, pensei eu. Olhei com mais atenção e percebi que estava apaixonado. Nunca vira nada assim: os cabelos pretos que pareciam velas apagadas, o olhar infantil que era como uma pergunta.

– Isso, concentre-se na cara dela. Está a recordar-se.

– Não consigo visualizar nada. Não me lembro senão de palavras, não consigo invocar nenhuma imagem. Se a tento formar na minha cabeça sai-me uma obra abstracta, dum cubista qualquer.

– Não importa. Continue o seu relato. A imagem virá naturalmente.

– Enfim, depois de largos minutos a contemplar o rosto da rapariga, desviei os binóculos para o palco e admirei Ester Valdez. Queria ver se aguentava comparações, se poderia relativizar o que via. Mas o que pude observar é que Ester Valdez era apenas uma mulher insípida, apesar da sua perfeição, se comparada com a mulher da plateia. Muitas vezes, as luzes apontam para o lado errado da vida. A ópera prosseguiu através da voz de Ester Valdez, mas, para mim, o espectáculo era a assistência. A rapariga parecia estar acompanhada por um senhor mais velho. Será o pai?, pensei eu. Ester Valdez cantava e isso servia-me de música para o que via. A cena era grandiosa: apaixonava-me a ouvir uma das árias mais belas de todos os tempos. Não me pergunte qual era que eu não me lembro. Fiquei ali vidrado durante todo o espectáculo com os binóculos a apontar para a rapariga, quase que esgotava todo o meu olhar. No intervalo, com o coração aos pulos, dirigi-me ao bar e pedi um dry martini com duas azeitonas. Bebi-o de um trago, e cerrei os punhos. Sei que os pormenores deste relato são a minha imaginação a preencher os espaços vazios. A Natureza abomina o vazio. Não deixa nada por encher. Mas continuarei, apesar de sentir que é tudo vão: estávamos no intervalo e eu ainda só tinha bebido um dry martini. Então cerrei

os punhos. Vi-a entrar no bar acompanhada pelo cavalheiro mais velho. Não poderia ser pai dela, pensei, é demasiado velho, talvez seja avô. As minhas pernas pareciam líquidas, tal era a escassa solidez com que me mantinha na vertical. Dei um passo na direcção dela, mas percebi que só o tinha dado dentro desta cabeça. Continuava parado com as minhas pernas de água. Gaguejei qualquer coisa mentalmente enquanto via a rapariga sair do bar. O cavalheiro, o velho, ficou encostado ao balcão. Tinha um ar simpático. Bebi outro dry martini com duas azeitonas enquanto o intervalo envelhecia e, quase na hora de voltar para a sala, apareceu ela outra vez com aquele vestido de que não me lembro. Mais uma vez, fiquei aterrado, parado, com os olhos marejados. E então pensei: tenho de recompor-me, durante o resto do espectáculo concentro-me, volto a adquirir a solidez que os ossos costumam ter. Mas foi pior. Continuei com o coração aos saltos, sem qualquer capacidade para falar. À saída voltei a tentar, julgo que ainda consegui abrir a boca, mas não aconteceu nenhum som. Não perdi as esperanças quando a vi entrar num táxi com o velho. Pensei: amanhã percorro a Rua Augusta para a frente e para trás. Percorro a Rua do Ouro e toda a Baixa. Farei isso todos os dias. Encontrá-la-ei. No outro dia levantei-me cansado, apesar de ter dormido bastantes horas e de não ter motivo aparente para estar fatigado. Saí para tomar o pequeno-almoço e enquanto caminhava percebi a desgraça que me tinha acontecido. Sabe, doutor, uma pessoa só encontra a felicidade uma vez na vida. E eu tinha-a perdido. Ao descer a rua para o café do Magro (excelentes salgados), percebi, ao olhar para quem passava por mim, que tinha esquecido por completo o seu rosto.

– É perfeitamente normal que esqueçamos os contornos das faces das pessoas que conhecemos, até daqueles que conhecemos melhor. Se uma pessoa tentar lembrar-se da cara dos seus filhos, de um modo objectivo, tem alguma dificuldade.

– Não é a mesma coisa. Eu não a reconheceria na rua.

– Tem a certeza disso?

– Absoluta. São memórias evaporadas. E é por isso que estou aqui. Na verdade, isto é quase um milagre: a mim custa-me tomar decisões. Cada vez que decidimos ir para a esquerda perdemos o que está à direita. E perdemos o que está em cima e em baixo e atrás e à frente. Tenho reparado que sempre que decidimos uma coisa, perdemos a infinitude de coisas que não escolhemos. A escolha é só uma, mas o que não escolhemos é um terreno infinito. Para mim, tudo “tanto faz”. Sou blasé e nada me afecta. Sou completamente desprovido de sentimentos, excepto ataraxia. Acho que sou um homem paralelo a mim mesmo. Por isso, para quem tem dificuldade em escolher (e até em falar, o doutor terá de tomar isto por uma excepção), o facto de estar aqui é insólito.

7

Roda saiu extenuado do consultório.

– Então? – perguntou Couto com um chapéu na cabeça.

– Nada feito.

– As bruxarias não funcionaram?

– Acho que não. Ainda é cedo para dizer, mas acho que não. Hipnotizou-me uma primeira vez e eu não me lembrei do rosto dela. Depois hipnotizou-me uma segunda vez e eu não me lembro de nada.

– Mas estiveste três horas lá dentro. Paguei uma pequena fortuna para chegares a esse vazio?

– O doutor Bobrov gravou aquilo tudo. Diz que precisa de estudar o que ouviu e de uma segunda opinião de um colega. Disse-lhe que sim e ele marcou-me outra consulta para daqui a uma semana.

– Uma semana? O mundo pode acabar antes disso. Já viste o que andamos a fazer com os tubos de escape? Não dá para abreviar a coisa e teres outra sessão amanhã?

– Impossível. Bobrov tem muitos clientes. A consulta que ele me marcou será, não no consultório, mas em casa dele. Juntamente com o tal colega. Será uma sessão fora daquelas que ele dá na loja de chapéus.

Pararam na brasserie Vivat! e beberam umas cervejas. Roda reparou que os sapatos de Couto brilhavam muito.

– São sapatos novos? – perguntou.

– São. Os sapatos são fundamentais para andar neste mundo metafísico. Mas também são perigosos. Uma vez, uma vizinha (morava no terceiro esquerdo) ficou com o salto preso na passagem de nível até o comboio chegar. Ela podia ter-se descalçado, mas quem é que pensa em descalçar-se quando vem um comboio contra nós?

– Vou para casa. Estou cansado – disse Roda após acabar a terceira cerveja.
– Escusas de me convidar para dormir em tua casa que eu estou num hotel maravilhoso, tem uma janela e tudo. Por azar, não está no meu quarto.

8

Roda despediu-se de Couto e caminhou para casa. Quando entrou, estava um cheiro insuportável. Serviu-se de um absinto e pôs música a tocar. Será que está realmente morta? Interrogou-se. Foi até ao quarto e espreitou. A mãe estava na mesma (um pouco mais cinzenta), exactamente na mesma posição, com o braço paralelo ao corpo e o outro junto ao coração avariado. O cheiro era nauseabundo. Como é que uma pessoa tem aqueles cheiros dentro dela? É a vida que não os deixa sair, a civilização. Roda virou as costas e sentou-se no sofá. Aumentou o volume da música. Apesar disso continuava a sentir o cheiro fétido, quase sólido, que andava pela sua casa. Pensou que deveria ligar para alguém, mas para as emergências não adiantaria. Talvez para a polícia, pensou, mas primeiro beberia um uísque. Bebeu quatro e adormeceu.

Acordou a meio da noite com um pesadelo, muito nervoso, e foi até à casa de banho lavar o rosto. No outro dia teve dificuldade em reconhecer a cara da sua mãe. Não é ela, pensou. Tocou-lhe com os dedos, junto ao pescoço, e sentiu o corpo frio e inchado. Viu duas moscas a abandonarem a boca aberta. O cheiro já nem o incomodava assim tanto, mas pegou na ventoinha da sala e colocou-a junto ao corpo, virada para a janela aberta.

9

Cruzando as pernas, Bobrov descruzava apontamentos. Pegou no cachimbo e encheu o forninho com tabaco. Calcou-o, distraído, e acendeu-o. Deu umas baforadas e voltou a exclamar a sua perplexidade. O que tinha nos apontamentos era demasiado inusitado. Telefonou a um amigo para ter uma segunda opinião. Gunnar Helveg atendeu o telefone e percebeu o espanto de Bobrov.

– Vou de imediato para aí! – disse Helveg. ▽

Banquete da segunda árvore

Banquete da segunda árvore 1

No início havia um jardim não com uma, mas duas árvores.

Gémeas.

O jardim não tinha Tempo e debaixo de uma das árvores, não sabemos se sempre a mesma, realizava-se todos os anos um grande festim.

Nesse dia desse festim, também não sabemos por que razão, comemorava-se, comendo.

Trincavam-se as folhas, mascavam-se os ramos, chupavam-se as raízes, a seiva, as flores, saboreavam-se pequenos insectos e larvas, mas por estranho que pareça, nunca se comiam os frutos da árvore que dava abrigo a este banquete.

Todos celebravam.

Todos eram cegos.

A árvore que os abrigava era tão velha e o clima era tão quente que os frutos nasciam secos e duravam séculos, intocados.

Os pássaros, as aranhas, as abelhas e os ventos reuniam-se sempre neste dia, no topo dos ramos dessa mesma árvore para discutir filosofia, ver as pessoas comer, e recolher as migalhas que sobravam ao final do dia.

Estes banquetes decorriam com frequência e sempre com rituais semelhantes, mas, no último banquete, alguém sugeriu experimentar, pela primeira vez, o fruto da árvore que os abrigava.

PATRÍCIA PORTELA

Nasceu no dia 16 de Março.

Acabou o curso de realização Plástica do Espectáculo em 1995, mas a verdadeira escola foram os teatros independentes como o Teatro da Garagem, O Olho e o projecto Teatral onde trabalhou como figurinista com muito amor à camisola.

Foi no European Scenography Center de Utrecht onde frequentou o MA of Arts in Scenography que descobriu a paixão pela dramaturgia do espaço e por cozinhas portáteis. Desde então escreve para cafés, mercados, escadarias e livrarias entre outros cantinhos onde possa montar o estaminé.

(Texto adaptado daqui: http://www.c-e-m.org/?page_id=95)

Todos acharam uma bela ideia e o mais corajoso dos convidados apanhou um fruto, mordeu-o e passou-o ao próximo.

Exactamente quando o fruto terminou a sua primeira volta, de mão em mão, de boca em boca, exactamente quando já todos o tinham saboreado, toda a restante fruta que ainda estava suspensa na árvore caiu,

tocando o chão pela primeira vez.

O clima mudou abruptamente.

Todos os pássaros se levantaram em debandada,

Todas as abelhas e todas as aranhas dispersaram,

uma ventania levantou-se a norte acompanhada de uma chuva miudinha que começou a cair, imparável.

Todos os presentes ganharam o dom da visão e um enorme apetite.

Olharam uns para os outros e perceberam quão diferentes eram uns dos outros, todos mulheres.

Olharam à volta mais uma vez e viram, não muito longe da árvore onde partilhavam o banquete, uma Segunda árvore, com o mesmo tronco, as mesmas raízes, as mesmas folhas, mas frutos diferentes.

Num inesperado impulso de fome, uma das mulheres correu para a Segunda árvore.

Nesse preciso instante dois estranhos entraram no jardim e um deles sussurrou ao ouvido dessa mulher que alguém lhe desejava falar urgentemente, e conduziram-na até à saída.

Ela nunca deixara o jardim, nunca tinha reparado que havia uma porta, mas seguiu-os, enquanto todas as outras mulheres se deixaram ficar, aguardando, dentro do jardim.

Ela saiu.

E lá fora ninguém a esperava.

Ela virou costas,

E não havia sinal dos dois estranhos que a tinham procurado no jardim.

Não percebendo o que se passa,

decide regressar ao banquete, mas no preciso momento em que se prepara para reentrar no jardim, um terramoto destrói tudo à sua volta, incluindo as duas árvores.

Apenas ela sobrevive.

Ela, a sua insaciável fome, e uma primeira e terrífica visão da morte de todos os seus entes queridos.

Banquete da segunda árvore 2

O terramoto destruiu o jardim espalhando as partículas das duas árvores pelo planeta inteiro.

Ao contrário do que se presumiu,

O jardim foi destruído mas não desapareceu.

Não desapareceu porque nada desaparece,

tudo se transforma.

E tudo é algo feito de partículas, de genes, de células.

Tudo é feito de átomos, moléculas.

As mesmas moléculas que fazem um homem,

Fazem um animal ou uma planta.

Os mesmos princípios que se aplicam a uma bactéria, aplicam-se a um mamífero, a um pássaro, a uma trepadeira.

A mesma quantidade de proteínas pode constituir uma mosca ou uma pessoa.

As árvores não desapareceram.

Espalharam-se.

Estão hoje num homem, num animal, numa rocha, noutras árvores.

Banquete da segunda árvore 3

No início o mundo não tinha apenas um jardim, mas dois, cada um com duas árvores.

Gémeas.

E enquanto uma mulher, num dos jardins, trincara o fruto da primeira árvore e estava prestes a trincar o fruto da segunda, um homem, que vivia no outro jardim, era convidado pelos deuses para um banquete.

Claro que ele não sabia que eles eram deuses,

Porque eles eram invisíveis,

e porque ele era cego.

Os deuses apresentaram-se ao homem como sendo estrangeiros, viajantes de passagem, necessitados de uma pausa, de algo para comer, e pediram-lhe para descrever o seu mundo em troca de uma refeição partilhada com eles.

O homem não tinha fome mas aceitou, cordialmente, o convite e começou a descrever o que o rodeava...

Primeiro imitou o ar, soprando e movimentando as folhas do jardim.

Depois, deixou-se cair com leveza, fez do ar um *splash* e imitou um rio, deixou-se correr até uma margem, nadou até se fazer um peixe que se transformou logo numa pedra, que se rebolou pelo chão, que se desfez em erva, que se contorceu numa planta, que cresceu até uma árvore e que se desmanchou num bando de pássaros que debandaram até ao outro jardim. O homem fez uma pequena pausa para ouvir a partida dos pássaros e depois imitou, um a um, todos os animais por ordem de grandeza e de rugido, descrevendo-se também a si próprio com todos os seus detalhes. Acabou a sessão personificando um deus. Fez uma vénia e retirou-se para pensar.

Sendo invisíveis para o homem, os deuses também o eram para si próprios, e por isso nunca tinham imaginado que pudessem ser tão belos, e, no preciso instante em que se viram pela primeira vez, uma estranha e inimigável reacção química aconteceu:

Os deuses emocionaram-se.

A terra molhou-se.

A ilusão da natureza apresentada por este homem foi tão perfeita que os deuses, rendidos, perguntavam-se porque não era ele um deles.

Tiveram ali logo a certeza de que nunca mais no resto das suas eternas vidas se poderiam impressionar tanto como naquele momento;

um momento inesquecível, proporcionado por uma criatura banal, inventada por eles próprios para se exibirem o seu virtuosismo criador e nada mais, uma fantasia que deveria terminar no sétimo dia com um banquete celestial, à volta de uma árvore.

Mas o que este homem entendia deles e do mundo inteiro era tão perfeito que os deuses se interrogaram se a sua criação humana deveria desaparecer como estava previsto ou se, em vez disso, eram eles que deveriam partir para nunca mais regressarem à Terra.

Foi assim, e em silêncio, que os deuses decidiram ali mesmo a sua extinção, sem concílios nem profecias, e convidaram o homem para se sentar à sua mesa e o informar.

Um ligeiro tremor tremeu a terra.

Mas foi apenas um aviso.

Que não avisou.

O homem reentrou na sala dos banquetes e encontrou todos sentados à mesa.

Os deuses, por terem decidido partir, já não eram invisíveis e já não eram deuses, mas continuavam a ser muitos, agora de carne e osso, tal como o homem, que ainda assim, ainda não os via.

Foi a única vez que deuses e homens comeram juntos, à mesma mesa, devorando o repasto celestial com uma fome até então desconhecida, como homens entre homens.

O banquete era infinito, suspenso e inimaginável e estendia-se por 2543 mesas, o mesmo número de estrelas que se conseguem ver do quarto de Juno, ou Hera, ou Vénus, ou como lhe queiram chamar.

A primeira mesa servia vários tipos de terra, acompanhadas de águas de diversas fontes, todas bebidas por uma palhinha.

Numa segunda mesa ofereciam-se orvalhos diurnos e nocturnos.

A terceira mesa apresentava vários tipos de raízes acompanhadas de xaropes e resinas, bebidas várias, e uma quantidade infinita de melaços.

A quarta mesa dedicava-se aos pudins, aos pólens, às poeiras de todo o Universo, das mais amargas às mais doces, e a quinta mesa convidava a provar várias sementes em vários temperos.

Durante a sexta mesa fez-se uma pausa com um sorvete de seivas, para limpar o palato.

Na sétima mesa dispunham-se todo o tipo de folhas secas, maduras, verdes, recheadas.

Na oitava, um banquete de flores.

Depois de duas mil quinhentas e quarenta e duas mesas, o mesmo número de *psichés* que Juno tinha espalhados pelo mundo fora, (prevenida para qualquer paragem inesperada, aleatória – mas absolutamente necessária para se refeedar),

mudaram-se todas as toalhas, todos os guardanapos e

na penúltima mesa serviram-se frutos secos.

O homem que ainda não percebia o que era a fome, mas que era muito delicado, provou

de tudo, elogiou a confecção de cada alimento e agradeceu cada nova iguaria.

A comida era tão leve que não lhe pesava no estômago e ele ia provando sempre, sempre mais, até que, na penúltima mesa, trincou um fruto que lhe abriu o apetite. Comeu logo outro a seguir e logo outro e mais outro, e mais outro, e num processo incompreensível de sinestesia, já não era cego.

Sentado à cabeceira da mesa, o homem contemplou este banquete infinito, suspenso, inimaginável e olhou, olhos nos olhos, cada um dos convidados estrangeiros.

Nesse preciso instante, noutro lugar, dois estranhos conduziam uma mulher para fora do seu jardim.

Nesse preciso instante, os deuses pediam ao homem que se ausentasse por uns momentos. Dois deles acompanharam-no até à porta do jardim.

O homem saiu e esperou, à porta do seu jardim que não tinha Tempo, ou melhor, tinha todo o tempo do mundo. O homem ficou à espera que os estrangeiros se recompusessem da sua estranha emoção durante quase seis mil anos que é como quem diz por estas paragens, um segundo quântico. E enquanto esperava perguntava-se de onde poderiam estes estrangeiros vir senão havia mais nada no mundo senão aquele jardim, e imaginava que só poderiam vir de um sítio longe e escuro para os deixar tão surpresos por verem vento, pedras, um animal, e então, enquanto esperava, o homem concluía que estes estrangeiros só podiam vir de cima ou vir de baixo, pois ali onde ele vivia tudo aquilo era estável e normal, não havia grande espaço para comoções diárias.

Nesse mesmo instante, depois de milénios passados num magnífico segundo quântico, exactamente quando concluía o seu raciocínio, um terramoto destruiu o seu jardim e todos os deuses, que agora transformados em homens, podiam morrer.

O homem ficou sem jardim, só e perdido, frente a uma mulher, também ela só e perdida.

Os dois com um enorme apetite e um recente sentido da visão.

Banquete da segunda árvore 4

No início não foi destruído um jardim mas dois, cada um com duas árvores.

E de cada jardim sobreviveu um homem,
ou uma mulher.

Gémeos.

Quimeras.

O abanão foi tão forte que há quem conte que quem quer que seja que tenha conseguido sobreviver não poderá ter sobrevivido inteiro.

Diz-se que o impacto terá sido tão violento, que quem quer que seja que ali estava nesse momento só pode ter-se desintegrado ou ter sido projectado contra um próximo, sofrendo o inevitável destino de acordar, após a catástrofe, sendo muito mais ou muito menos do que já era.

Nunca ninguém saberá quem de facto sobreviveu.

Mas não interessa para o efeito.

À porta dos jardins destruídos pareciam estar um homem e uma mulher.

Não. Minto. À porta dos jardins destruídos encontram-se duas quimeras.

Gémeas.

Metades de homem, metades de mulher, metades de deuses, metade mensageiros.

Ela acha que ele é o estranho que precisa de falar com ela urgentemente.

Ele pensa que ela é um dos últimos estrangeiros que partira depois de lhe oferecer um banquete.

Ambos acreditam secretamente que o outro os salvou do terramoto, obrigando-os a sair do jardim.

Não só porque ambos olham um para o outro pela primeira vez, mas porque olham pela primeira vez para o mundo, é provável que tenha sido este o primeiro momento de deslumbramento na História da Humanidade, mas nunca o poderemos confirmar; as únicas testemunhas foram um bando *milharoso* de pássaros que sempre se recusou a falar e que, ao que sabemos, sobrevoavam o homem e a mulher nesse mesmo momento, como se procurassem por ali uma árvore onde costumavam pousar. (...) ▼

Tristão e Isolda

Tristão

Não bebas da poção
Que eu te dei
Porque também eu dela
Não beberei.

Não me esperes, Tristão
No lugar do costume
De mim, recorda apenas o perfume
E as promessas feitas em vão.

Não bebas da poção
E não desças aos Infernos
Por mim
Pois há amores mais modernos
Que de perto conheçam o fim.

Não queiras a eternidade
Não sigas pelo caminho de Orpheu
Na dúvida, que sigas a comodidade
Por ti, que seja Narciso espelho teu.

Não bebas da poção
Porque amores existem mais bonitos
Que destes só acontecem em mitos...
Tristão.
E se da poção beberes
Não me busques em subterrânea avenida
Se quiseres, nesta vida
Posso ser tua Lídia
Dando-te apenas minhas brancas mãos
Quando a beira do rio assombrar tuas quimeras.

ALEXANDRA ANTUNES

Nasceu em 1979 em Lisboa. Desde cedo se lhe notaram certas inclinações para o mundo das artes, nomeadamente o desenho, a pintura, a escrita e a fotografia. Licenciada em Estudos Portugueses e Lusófonos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, frequentea, actualmente, o segundo ano do Mestrado em Edição de Texto na mesma instituição.

Publicou no passado mês de Setembro o seu primeiro livro de poesia, *A Palavra-Janela*, pela editora Ecopy. Mantém, desde Outubro de 2006, o blogue de fotografia *O Vértice do Vórtice* sob o pseudónimo de Charlotte Dubois.

O blog poderá ser consultado em <http://overticedovortice.blogspot.com>

A festa da casa

para José Bechara

a casa era a flor que explodia
para uma ordem
que ainda não havia

era o grito que nascia
no vento que soprava
para a luz de outro dia

era a casa devassada
em que o dentro era fora
e o fora a harmonia

era a solidão partilhada
o poema do avesso
no arremesso da alegria

- a casa era a rua
que dava para o largo
onde a festa acontecia

CARLOS FRIAS DE CARVALHO

Nasceu em 1945 em Seiça, Ourém. Frequentou Engenharia Química no I.I.L e Química na Faculdade de Ciências da U.L. Foi professor do ensino técnico em Vila Franca de Xira e trabalhou na indústria alimentar na área da Química Laboratorial. Foi dirigente associativo do movimento estudantil na área cultural. Colaborou em jornais como o *Notícias de Ourém*, *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Diário Popular*, *A República*. Exilado de 1969 a 1974 em França, aí colaborou na revista *O Imigrado Português*. Poeta e escritor, está representado na antologia *Poemabril*, edição Nova Realidade e no *Cântico em Honra de Miguel Torga*, edição Fora do Texto. Acerca da sua obra literária escreveram, entre outros, Manuel da Silva Guimarães, Carlos Loures, Urbano Tavares Rodrigues, Bernardo Santareno, Cupertino, Mário Castrim, António Luís Moita, Júlio Conrado, Miguel Serrano, Cecília Barreira, António Ramos Rosa, João Rui de Sousa, José Manuel de Vasconcelos. É fundador e director da galeria de arte Ara desde 1988. Obras: *Antes da Água* (em colaboração com João Vieira), *Escrita da Água* (em colaboração com Saskia Moro).



Nós, os outros



Vasco Graça Moura

Entrevistado por MIGUEL REAL, ANTÓNIO CARLOS CORTEZ E CARLOS LEONE

MIGUEL REAL Lendo o seu currículo, não podemos deixar de o considerar como um homem verdadeiramente realizado. Todos os campos da Literatura foram pelo Vasco Graça Moura praticados com sucesso, qualidade e inovação. Simultaneamente, possui uma vida profissional e de dedicação à causa pública que pode ser considerada exemplar, fundindo política e cultura nas instituições que dirigiu (Imprensa Nacional, RTP, Comemorações dos Descobrimientos, Europália, Sevilha...). Olhando para *Modo Mudando*, seu primeiro livro, de 1963, em edição de autor, e para os seus dois últimos livros, já de 2009 (*O Caderno da Casa das Nuvens*, poesia; *Diálogo com (Algumas) Imagens*, ensaios sobre quadros de pintura), que sentimento o assalta – nostalgia, satisfação, realização? Existe alguma palavra que sintetize a sua visão sobre a totalidade da sua vida, essa pela qual gostaria de ser recordado?

VASCO GRAÇA MOURA Um escritor é um ser permanentemente insatisfeito, mesmo quando considera que aquilo que fez corresponde ao menos em parte, na forma e no

conteúdo, ao que pretendia e esperava poder dizer. Feita essa ressalva, sinto-me razoavelmente realizado com algumas obras, em especial de poesia e de ficção. Se não for por outras coisas, gostaria de ser recordado pelo meu apego à herança clássica e à tradição viva da grande cultura europeia de todos os tempos, sobretudo nas formas dela que mais prezo, a literatura, as artes plásticas e a música. Acho que tudo o que escrevo tem sempre alguma coisa a ver com a Europa. E por isso, se não fosse desmedida a jactância, gostaria de ser recordado nos termos em que Faria e Sousa, na sua *Europa Portuguesa*, recorda Camões em apenas quatro palavras: “el poeta de Europa”...

MIGUEL REAL Sente-se, na sua vasta obra de poeta, romancista, cronista, tradutor, ensaísta, dramaturgo, antologador, um fortíssimo cruzamento entre uma estética clássica, centrada na ordem, na medida, na simetria, na harmonia, e uma estética moderna ou modernista, desfigurativa e relativamente caótica. Sente esta tensão quando escreve? Reflectindo sobre o que tem escrito, vê como possível este enquadramento para a sua obra em geral: uma constante luta entre classicismo e modernismo, um pouco ao modo da obra de José Régio; por um lado, uma necessidade de exploração e inovação estética, por outra uma vontade de ordem e proporção?

VASCO GRAÇA MOURA A ordem, a medida, a simetria, o equilíbrio, a proporção, a harmonia, e também o seu oposto, o caos, a desmedida, a assimetria, a dissonância, o excesso, a desfiguração, sempre coexistiram na criação. A maneira como o criador interfere nesse cruzamento, o vive e se projecta nele é que tem variado ao longo do tempo e não depende só da sua individualidade. O nosso tempo é um tempo de desordem, distorção e fragmentação. Também por isso só temos acesso a fragmentos de uma herança clássica que por vezes temos a veleidade de pensar ou de ficcionar como uma totalidade (o que é impossível e, paradoxalmente, também o sabemos...). Há algumas décadas, André Chastel, prefaciando o monumental *L'Antirascimento*, de Eugenio Battisti, falou numa "epistemologia do negativo" que se impõe em todos os campos e acentuou que, entre as malhas da ordem clássica, passam manifestações de que ela não dá conta e que pertencem a outros domínios: o obscuro, o comum, o vido... As minhas referências clássicas nunca prescindem destes aspectos mais turvos, mais viscerais ou mais perturbadores. Eu não procuro repegar num tema clássico ou numa forma clássica e depois dizer "– vamos lá dar-lhe um toque moderno". As coisas surgem-me no processo de um trabalho de escrita em que a própria importância que dou à técnica acaba por convocar elementos de um lado e do outro, por estabelecer múltiplas tensões, muitas vezes por associação armadilhada pela própria acumulação de materiais ou por um trabalho de memória muitas vezes inconsciente, mas elementos que se me revelam adequados nas próprias distorções em que os utilizo. Nunca penso que estou a satisfazer uma necessidade de inovação ou coisa assim e muito menos me "autovanguardizo"... só penso que me está a apetercer exprimir-me daquela maneira até chegar à expressão que se me afigura certa. Ao Régio quadraria melhor um princípio que vem, salvo erro, de André Chenier: "sur des pensers nouveaux faisons des vers antiques". Eu não procuro fazer "des vers antiques", mesmo quando me acontece fazê-los... procuro antes retomar a dignidade dos clássicos e a sua lição material dentro do quadro de operações criativas e reelaboradoras a que aludi.

A ordem, a medida, a simetria, o equilíbrio, a proporção, a harmonia, e também o seu oposto, o caos, a desmedida, a assimetria, a dissonância, o excesso, a desfiguração, sempre coexistiram na criação.

MIGUEL REAL A resposta de Vasco Graça Moura à questão posta por Lionel Ray, numa conhecida entrevista, relativa ao seu "ofício" (no antigo sentido artesanal) de tradutor é notável e, até, original, já que assume como próprios os livros de poesia traduzidos. Permite-nos que a reproduzamos aqui? Teria algo mais a acrescentar?

VASCO GRAÇA MOURA Pode reproduzir à vontade essa passagem. Ela sintetiza bastante bem a minha experiência e o que penso sobre a matéria...

"Il y a surtout un dialogue avec des œuvres littéraires qui m'ont fort impressionné et dont le texte m'accompagne depuis de longues décennies. Il est très rare que je me décide à entreprendre une traduction d'après un programme préétabli. Je ne sais jamais qui je vais traduire plus tard. Il faut que le texte se mette à réverbérer dans ma tête, qu'il y ait des fragments qui surgissent tout à coup dans ma langue, que ces fragments gagnent, comme par hasard, leur forme portugaise. Alors je sais que la traduction de ce texte mûrit et «demande» à être faite..."

Je traduis pour mieux connaître une œuvre ou un auteur. Pour mieux connaître ma langue. Pour mieux me connaître. En même temps, pour m'adonner à une sorte de corps à corps avec une langue étrangère dans ses modalités de passage littéraire vers la mienne. Sauf pour les Lettres à un jeune poète, de Rilke, je ne traduis que des vers et en vers, essayant de garder toutes les caractéristiques du texte original (mètre, rime, strophe, etc.). C'est ce qui m'a fait traduire récemment *Bérénice*, *Phèdre*, *Andromaque*, *Le Misanthrope*, *Le Cid* et... *Cyrano de Bergerac*. Le texte de Rostand s'est révélé le plus difficile dans ce corps à corps...

Traduire est en effet une appropriation. Je me considère comme une sorte d'auteur de seconde main, mais auteur quand même des textes que je présente comme des traductions et je les signe comme auteur. Dans mon œuvre personnelle, quoiqu'elle ne puisse être jamais confondue avec celle des auteurs que j'ai transposés en portugais, il y a des allusions inévitables, d'ailleurs en général très conscientes, à tout ce patrimoine accumulé, parfois même des pastiches plus ou moins ironiques. Par exemple, après avoir traduit les Testaments de Villon, j'ai écrit *le testament de vgm*, en octosyllabes, avec des rondeaux et des ballades intercalés, des tirades en argot, essayant d'appivoiser les traits les plus saillants de mon modèle. Et après l'avoir écrit, je l'ai traduit en français, tout en essayant de garder les mêmes traits. Ça a été une expérience très intéressante...

Mais souvent il arrive que je redonne aux auteurs traduits des expressions portugaises qui ont été frappées par nos auteurs. Avec Ronsard, Pétrarque et Shakespeare, par exemple, j'ai parfois adopté des tournures et des tics très reconnaissables chez nos auteurs du XVIe. Avec Gottfried Benn, ça et là, il m'est arrivé d'alluder à Pessoa...

Quant à la tentation d'imiter l'inimitable, l'unique, il est vrai qu'il y a cette hantise d'une identification dans mon travail de traducteur. Mais j'ai toujours conscience que c'est un travail plus périssable que les autres. En général, une traduction ne tient plus de 20 ou 30 ans. Après, elle devient démodée, elle ne satisfait plus. Peut-être parce que la langue de réception évolue d'une façon imperceptible dans cette période et aussi parce que le traducteur, comme le faussaire, est surtout sensible à la lecture que ses contemporains, que son temps, font de tel ou tel auteur et finit par mettre en relief ce que son époque lit chez eux..."

MIGUEL REAL Entre Camões e Pessoa, o seu coração balança para Camões, é indubitável, tendo em conta os di-

versos ensaios escritos sobre este autor, nomeadamente, e com grande destaque, *Camões e a Divina Proporção* (1985), um livro sem dúvida notável pela tese original apresentada. Poderia sintetizar aqui, para os novos estudantes da Faculdade, a sua tese sobre Camões? Importar-se-ia de adir umas breves palavras sobre a sua interpretação (e de Victor Serrão) relativa ao famoso retrato de Camões?

VASCO GRAÇA MOURA Começando pela segunda questão, o livro de que sou co-autor com Vítor Serrão, *Fernão Gomes e o retrato de Camões*, é na verdade composto por um ensaio dele e outro meu. No meu, intitulado “O retrato pintado a vermelho”, procuro mostrar que, pela técnica do desenho a sanguínea, pelas dimensões, pela inscrição dos dizeres e pela própria assinatura de Fernão Gomes exterior à mancha, o retrato se destinaria a ser aberto em chapa de metal de modo a figurar numa edição da obra camoniana (as dimensões consideradas são as de *Os Lusíadas* de 1572, único livro de Camões publicado em vida dele, no único impressor, António Gonçalves, para quem trabalhava o único gravador conhecido na época, Jerónimo Luís). Incidentalmente, uma série de considerações idênticas se aplica, *mutatis mutandis*, ao chamado retrato de Goa, que é o primeiro retrato “robot” que eu conheço na cultura portuguesa, uma vez que foi elaborado a partir de “sinais” fornecidos por companheiros de Camões na Índia a uns bons 15 anos de distância e que, num canto da imagem, “afirmam ter parecença todos”. Destinar-se-ia a ornamentar um exemplar de *Os Lusíadas* pertencente ao vice-rei D. Luís de Ataíde (irmão de Vasco de Ataíde, um dos amigos de Camões na Índia), a quem foi oferecido. E uma análise cuidada de datas permite utilizar este retrato para supor que Camões não morreu a 10 de Junho de 1580, mas antes de Março desse ano.

Quanto a *Camões e a divina proporção*, resumindo muito, tratou-se de, por um lado, sugerir que havia aproximações a fazer entre o número

de 73 quintilhas (365 versos) das redondilhas “Sóbolos rios que vão” e os anos do século XVI decorridos até ao momento da escrita, com esta ou aquela incidência autobiográfica, como ressalta, por exemplo, do confronto da quintilha 52 (“Não cativo e ferrolhado / na Babilónia infernal”) com factos conhecidos da vida do autor em 1552, i.e. a sua prisão; por outro lado, e isto parece-me muito mais importante, creio ter demonstrado que há um princípio matemático que rege a utilização dos versículos do salmo 136, de que as redondilhas são a paráfrase: da primeira vez que cada um desses versículos ou parte dele é utilizado, a colocação desse elemento obedece ao princípio do número de ouro. Tanto quanto me lembro, mostrei que era assim em 9 ou 10 dos 13 casos em que isso acontece. Por isso concluí tratar-se de um poema feito a régua, esquadro e compasso e elaborado com alguma heterodoxia religiosa, platónica e pitagórica...

MIGUEL REAL Contra a corrente, disse um dia que a “constelação Pessoa não me interessa”. Já o defendeu em dois memoráveis debates em que participou, um em 1977, com Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho, no Centro Cultural de Belém, outro com Manuel Alegre e Eduardo Lourenço, em 2009, na Biblioteca Nacional. A primeira intervenção foi publicada em *Contra Bernardo Soares e Outras Observações* (1999). Pressupomos interpretar correctamente a sua atitude anti-Pessoa devido ao “vazio” modernista e individualista em e de que se levanta a poesia deste autor, animada de uma bela retórica, mas desprovida de conteúdo humano. Interpretamos bem?

VASCO GRAÇA MOURA Sim, é mais ou menos isso. Mas parece-me que o vazio em Pessoa tem tanto uma matriz anterior quanto uma modernista. Antero e, para a *Mensagem*, Oliveira Martins, são os dois pessimistas da geração de 70 que influenciaram Pessoa. Note que eu não deixo de considerar o Pessoa um grande poeta, e sempre admiti ter sido influenciado por Álvaro de Campos nalguma da minha poesia, mas irrita-me, além de uma excessiva liturgia de que o Pessoa não tem culpa, um culto do paradoxo que me parece insuportável e aquela rotina ainda mais insuportável de um sujeito que escreve repetidamente para dizer que escreve, mas nada faz sentido e ele não tem nada a dizer. Prefiro os poetas do “cheio”, como Nemésio, aos poetas do “vazio”, como Pessoa. São as duas grandes decorrências do Simbolismo. Mas os grandes poemas ou ciclos de poemas do século XX, de Rilke a Lorca e T. S. Eliot, têm todos uma preocupação muito maior na expressão de uma relação com o mundo, mesmo no caso do Eliot, lá onde a relação do Pessoa é mais e quase só com o próprio umbigo.

**Prefiro os poetas do “cheio”,
como Nemésio, aos poetas
do “vazio”, como Pessoa.
São as duas grandes
decorrências do Simbolismo.**

MIGUEL REAL Tanto na poesia quanto no romance, o Vasco Graça Moura tem tendência a incorporar nos seus textos contribuições de outras artes (cinema, fotografia, poesia, música). Tanto quanto nos parece,

não é propriamente um “programa de trabalho”, já que não é um método permanentemente usado. É, parece-nos, menos uma atitude renascentista e mais uma tentativa estética (*clássica*) de resgatar e reconstituir uma realidade única que surge, hoje, múltipla e fragmentária (*modernismo*). Será? Como aprecia esta sua desmultiplicação nas diversas artes, inclusive como escritor que pratica todas as artes intrínsecas à Literatura?

VASCO GRAÇA MOURA Talvez eu pudesse chamar a isso, se não fosse muito pretensioso e excessivamente wagneriano, uma nostalgia irreprimível do *Gesamtkunstwerk*. Acho que procuro nessas incursões ou espelhamentos das outras artes uma espécie de relação simbiótica entre várias fascinações pessoais e várias vocações da minha escrita e também uma tentativa de estruturação de certos textos que escrevo obedecendo a princípios de disciplinas alheias. Por exemplo, para tentar o processo contrapuntístico de uma fuga

musical, peguei num tema popular em que podemos ver três linhas melódicas a elevarem-se, “lá vai uma, lá vão duas, as três pombas a voar”. Para “harmonizar” a peça, uma vez que não podia sobrepor palavras sob pena de uma ininteligível mastigação sonora, atribuí uma cor a cada uma das pombas e, quando elas se cruzam no voo, essas cores sobrepõem-se e misturam-se, dando lugar a novas cores. E por fim estruturei o poema com base numa análise teórica de uma fuga da *Oferenda Musical* de Bach, procurando fazer com que esse aspecto erudito não se notasse na *allure* popular do meu texto. Desmultiplico-me, para recorrer ao termo que emprega, porque sou de uma curiosidade insaciável no tocante ao “fazer” (à poética) das outras artes e acho que nenhuma arte é alheia ou indiferente às restantes... Já quanto ao cinema, o que me interessa mais são as questões do ritmo narrativo e da montagem que eu possa utilizar na minha própria ficção. O meu amigo António Tabucchi diz algures uma coisa semelhante.

MIGUEL REAL Neste momento, é um dos mais antigos cronistas da imprensa portuguesa, com coluna certa, à 4.^a-feira, no *Diário de Notícias* desde 1994. Não poucos leitores, concordando ou discordando, compram este jornal naquele dia só para o ler. Vê-se com clareza que as suas crónicas nunca são neutras: ou atacam ou defendem teses, situações, pessoas. A diferença entre as suas crónicas e as de muitos outros cronistas portugueses reside na acutilância própria da crítica ou da defesa. É, assim (é aqui que queríamos chegar), um homem de causas. Face à vacuidade mental que impregnou os jornais portugueses este século, o Vasco Graça Moura distingue-se (para uns, negativamente; para outros, positivamente) pela militante defesa e/ou ataque de que as suas crónicas estão impregnadas. Sente que exprime nas suas crónicas o “espírito” daquele antigo Porto “liberal, burguês, activo e reivindicativo”, como um dia escreveu, bem manifestado nos seus romances norte-nhos, aliás, igualmente no *Auto de Mofino Mendes*, uma farsa onde satiriza, ao modo de Gil Vicente, as figuras pardas do Partido Socialista? O combate contra o Novo Acordo Ortográfico insere-se nesta contínua guerra travada por causas consideradas justas?

VASCO GRAÇA MOURA É verdade que eu tenho sido um homem de causas, algumas delas políticas, em que procuro dizer desassombadamente o que penso e, de passagem, piscar o olho à tradição polémica da nossa cultura, sem esquecer, de facto, aquele lado mais pão-pão, queijo-queijo da minha origem portuense; mas outras causas que têm a ver com um combate pela língua e pela cultura e seus valores. Não é apenas o Acordo Ortográfico. Foi também o da TLEBS e, antes, por exemplo, o dos molhes que iam desfingurar a paisagem da Foz do Douro (felizmente acabou por ser encontrada uma solução aceitável...), ou ainda o caso, entre o cultural e o político, de algumas questões europeias, muito em especial as que deveriam reaproximar a Europa dos seus próprios valores e pô-la ao abrigo das patéticas terceiro-mundistas da UNESCO. Não é costume atentar-se nisto em Portugal, mas fui o autor no Parlamento Europeu dos dois relatórios relativos aos programas-quadro Cultura 2000 e Cultura 2007-2013 que foram votados por

ampla maioria e têm sido o principal instrumento de política cultural da União Europeia. É nesse trabalho, entre a polémica e a negociação, creio ter servido suficientemente bem a causa da Europa. Também encarei como causas ligadas à cultura, em especial à cultura portuguesa, os meus desempenhos na RTP, IN-CM, na Comissão dos Descobrimentos e na Gulbenkian.

MIGUEL REAL Costuma dizer que tem pouco tempo para a ficção, mas já publicou doze romances e duas peças de teatro originais e a tradução de seis peças de teatro clássico, tanto ou mais do que muitos escritores com muito menor actividade profissional e política. Porém, parece residir na poesia a sua mais alta e original expressão estética, a porta por onde entrou para a história da literatura. Qual o lugar que o romance e o teatro ocupam na sua obra? Como e porque decide que uma ideia será vazada em romance e aquela outra gerará um poema? É espontâneo e impulsivo?

VASCO GRAÇA MOURA Para além de dois pequenos autos, um deles nem sequer lançado no mercado, no teatro só me tem apetecido traduzir alguns autores (Molière, Racine, Corneille, Rostand...). Nunca encarei a sério a hipótese de escrever uma peça, mas não a excluo. O romance tem vindo a ocupar um lugar absorvente naquilo que faço. É verdade que na poesia ganhei mais “galões”, até porque comecei muito antes, mas a minha ficção já forma um *corpus* razoável e penso continuar a dedicar-me a ela. Não decido nunca de antemão se vou fazer assim ou assado. Começo a escrever e sai o que tiver de sair. É claro que, se for ficção, ao fim de algumas páginas já sei se será conto, novela ou romance... Sou espontâneo e impulsivo no arranque, mas depois preocupo-me em calibrar e regular todas as peças do mecanismo que estou a construir.

MIGUEL REAL Aliás, a propósito de “espontâneo e impulsivo”, tem-se por vezes a ideia, porventura certa, de que o Vasco Graça Moura não “programou” a sua vida e a sua obra, elas foram acontecendo, marcadas pela oportunidade. Advogado, tornou-se administrador; administrador, tornou-se mentor dos grandes acontecimentos culturais que, de certo modo, mudaram a face da cultura em Portugal; administrador de acontecimentos culturais, tornou-se ensaísta; advogado, tornou-se político; poeta inicialmente, tornou-se romancista e dramaturgo; político, tornou-se cronista, militante de causas; poliglota, tornou-se tradutor... Entre tudo, como uma bissectriz dominante, a cultura evidencia-se, de facto, como o vínculo unitivo da sua acção. Estamos certos – foi menos o Vasco Graça Moura que fez a vida e foi a vida que o foi tornando no que foi sendo (desculpe a repetição de palavras)?

VASCO GRAÇA MOURA Não sei se o quiasmo será pertinente, mesmo na interrogativa... Confesso que em muito do que faço vejo vestígios do advogado que fui durante 16 ou 17 anos. Explicando melhor: a advocacia, pelo menos antigamente, preparava os profissionais para fazerem competentemente face a um vastíssimo leque de assuntos, de uma questão de águas ou de propriedade industrial a um divórcio ou a uma acção de dívida, a questões fiscais e

criminais, negócios, etc., etc. Esta forçosa multidisciplinaridade acabou por introduzir alguns princípios dinâmicos na minha maneira de estar e de fazer. Sempre gostei da acção, sobretudo se essa acção se situasse num plano em que a cultura fosse também convocada e os resultados ficassem à vista tão depressa quanto possível. É por isso que creio ter funcionado razoavelmente nos cargos que desempenhei. Também, claro, por ter sempre procurado abordar as questões culturais com uma total abertura, sem complexos e sem olhar a quadrantes ou compromettimentos ideológicos, antes procurando apenas a qualidade em quem poderia prestá-la.

MIGUEL REAL Há pouco tempo, classificou o estado actual da cultura em Portugal como o de um “analfabetismo funcional, que tende a adensar-se e a alastrar-se a todas as áreas da vida”. Legamos uma herança aos nossos filhos de menor qualidade do que a recebida dos nossos avós? Pensa que a singularidade da cultura portuguesa tem condições para sobreviver numa Europa globalizada, ou o que de mais específico Portugal criou (os Descobrimentos, Camões, P^o António Vieira, Fernando Pessoa, o Fado, a Saudade, o Lirismo...) será no futuro vendido aos turistas como mero produto atractivo, culturalmente esvaziado, mero produto de marketing? Em troca do que os nossos maiores nos deixaram, nós nada temos criado de singular desde a perda do Império?

VASCO GRAÇA MOURA Sem dúvida que estamos a degradar, por estupidez e descaso, o património material e imaterial que recebemos das gerações anteriores e que, portanto, a herança que deixaremos aos nossos filhos vai ser bem mais chilra. A cultura portuguesa não precisaria de esperar da Europa globalizada um apoio para a sua sobrevivência (isso é o que vai dizendo a Europa para justificar os seus programas e as parvoíces em catadupa multiculturalista que ela persiste em aplaudir na UNESCO, sem perceber que está apenas a favorecer um antiamericanismo industrial e muito francês na área do audiovisual: a UNESCO continua a fingir não perceber que, para um europeu, um quarteto de Beethoven é muito mais importante do que um totem da Papuásia; serve-se do “multiculturalismo” como instrumento redutor das grandes obras da cultura europeia; a UNESCO não presta). Aquilo de que a cultura portuguesa precisa é de que os portugueses a defendam, valorizem e promovam, muito em especial no plano da Educação e da família. Não estamos a criar nada, ou pelo menos estamos a criar muito pouco, mas a verdade é que no passado a criação foi quase sempre uma excepção. O epigonismo, o improviso e o desenrascanço fizeram o resto. Lembram-se do Sena a dizer que o Herculano e o Garrett eram duas vastas sequóias num jardim de pilriteiros?... Agora temos ainda o *Ersatz* pateta e patético do “império” pela afirmação de uma espécie de “vocação imperial” da língua portuguesa que corresponde a um *transfert* de más consciências culturais e de neocolonialismos disfarçados... Continuamos a viver de sebastianismos equívocos e equivocados.

MIGUEL REAL Eduardo Lourenço confessou, em famosa entrevista à revista *Prelo* (dirigida por Diogo Pires Aurélio quando o Vasco Graça Moura era director editorial da

Imprensa Nacional), que tinha tido muitas desilusões na vida, inclusive políticas, mas a “Grande Literatura” nunca o desiludiu. Pode o Vasco Graça Moura dizer o mesmo?

VASCO GRAÇA MOURA Subscrevo inteiramente. A grande literatura é *a thing of beauty*. Mas eu acrescentaria a grande música e a grande arte. Pelo menos!



CARLOS LEONE O seu ensaio dedica-se quase exclusivamente a duas áreas: Língua e Literatura e História. Há incursões na Europa e na pintura, mas pontuais. Apesar da sua formação e experiências, nem o Direito nem a Política comparecem, mesmo quando recorre a argumentos legais em sede linguística (como no caso do Acordo Ortográfico). Não lhe interessam de todo como matéria de reflexão?

VASCO GRAÇA MOURA Interessam, mas como autor sinto menos a necessidade deles. E não se pode fazer tudo... Em todo o caso, publiquei em 2008 uma recolha de artigos, análises, crónicas e ensaios políticos, *Anotações europeias*.

CARLOS LEONE É no ensaio que a sua bibliografia contém duas obras em colaboração. Como experiências invulgares na sua Obra, que memórias retém delas?

VASCO GRAÇA MOURA São pelo menos três: com Vítor Serrão, um livro sobre Fernão Gomes; com Sílvia Chicó, um livro sobre Graça Morais; com Martim de Albuquerque, um livro sobre fantasia e objectividade nos Descobrimentos. Só neste último é que há um só texto, elaborado a duas mãos. Foi uma experiência singular e muito gratificante. O Martim de Albuquerque é um poço de erudição, de saber e de argúcia. Mas em todos os casos, foi extremamente interessante preparar e concretizar as colaborações.

CARLOS LEONE O memorialismo, o nacional e o seu, que atenção lhe merecem? Sem querer enveredar por um tom testamentário, não lhe parece que o seu percurso é dos que mais recomendariam uma reflexão memorialística, pelo que fez na vida pública pelo menos (cargos políticos, cargos de administração, cargos representativos)?

VASCO GRAÇA MOURA Nunca me senti propriamente tentado a escrever umas memórias. Mas há um volume, *Páginas do Porto*, em que, em jeito de memórias, reuni quase tudo o que escrevi sobre o Porto nos meus livros e sobre a minha vida enquanto lá vivi. E há um volume de diário, *Circunstâncias vividas*, que tem várias partes de índole memorialista. Acho que a minha experiência, no percurso que assinala, foi extremamente rica e diversificada. Mas daí a pensar que se justifica consigná-la numas memórias vai uma grande distância que não sinto vontade de percorrer.

CARLOS LEONE Correndo o risco de fazer uma distinção em que não se reconhece, por que motivo mantém uma colaboração na Imprensa tão regular no domínio da crónica de opinião e não escreve regularmente sobre livros, arte, etc, enquanto crítico?

VASCO GRAÇA MOURA Tenho plena liberdade para a temática da minha colaboração. Muitas vezes não escrevo sobre livros ou sobre arte porque, no tocante à minha própria escrita de poesia, ensaio ou ficção, tenho de me concentrar e fica-me pouco tempo para analisar ou falar de obras alheias...

CARLOS LEONE Ainda a este respeito, mas enquanto leitor: que comentário lhe merece o ensaísmo crítico no nosso espaço público?

VASCO GRAÇA MOURA Quando os nomes são os de Eduardo Lourenço, José Pacheco Pereira, Alberto Gonçalves, José Cutileiro, e mais alguns, penso que temos excelentes análises, já de pendor ensaístico, no contraponto do quotidiano, em especial da política. Quando são os de António Guerreiro, Eduardo Pitta, Pedro Mexia, Fernando Guimarães, José Mário Silva (e seria injusto não referir os meus três entrevistadores, Miguel Real, António Carlos Cortez e Carlos Leone, isto sem pretender lisonjeá-los...), mais dois ou três nomes para as artes, fico com a ideia de que o nosso espaço público proporciona alguns bons momentos desse ensaísmo, embora irregularmente distribuídos.

CARLOS LEONE Enquanto editor de colecções e antologias, concebe essas actividades como ofício crítico? E o que nelas escreve é a seu ver um *corpus* próprio ou apenas subsidiário da obra antologizada, por exemplo?

VASCO GRAÇA MOURA De um modo geral, procurei mais elaborar panorâmicas do que subordinar as selecções de autores e obras a opções estéticas ou outras. Creio que o leitor português precisa sobretudo de ter disponíveis boas recolhas que lhe permitam um percurso razoavelmente informado através de determinadas épocas ou géneros. O que escrevo nesses casos pretende ser mais um material de apoio e informação do leitor médio do que um exercício de crítica.

CARLOS LEONE Num sentido mais administrativo de editor, isto é, como administrador, disse-nos que Mota Pinto o convidou para a INCM com o objectivo de reanimar a tradição editorial da Casa e que disso mesmo fez uso quando em choque com restantes membros da Administração. Na situação actual, como vê a situação da INCM? Um procedimento idêntico ao de Mota Pito justifica-se?

VASCO GRAÇA MOURA Nunca cheguei a viver situações de choque com os meus colegas da INCM que ainda hoje são excelentes amigos meus. O convite de Mota Pinto, formulado nos termos que refere, arredou *ipso facto* a possibilidade de discussão dessa perspectiva, afinal ligada à revitalização da tradição cultural da empresa. Não tenho acompanhado a INCM desde a saída de António Braz Teixeira que, tal como Diogo Pires Aurélio, teve um papel de grande importância na continuação das grandes tradições da casa. O procedimento de um chefe do Governo que

incumbe alguém de prosseguir uma dada linha ligada ao património cultural e o responsabiliza por isso justifica-se sempre. Assim haja meios e possibilidades de articulação com outras entidades públicas e privadas...

CARLOS LEONE A título individual, a tradução está-lhe associada quer no *métier* quer junto do público. Enquanto prática e enquanto tarefa intelectual, como participa ela na sua reflexão ensaística?

VASCO GRAÇA MOURA Penso que a resposta que dei a Lionel Ray (transcrita acima) já em parte contempla a matéria da pergunta. Mas, mais directamente, a minha vocação ensaística sentiu-se particularmente estimulada a propósito de algumas introduções ou prefácios que escrevi sobre a obra dos autores traduzidos.

CARLOS LEONE Entre os seus múltiplos prémios, e entre as múltiplas experiências em júris de prémios, formou alguma perspectiva sobre a importância desse reconhecimento institucional e respectiva relação com a crítica? Concorrem ou colaboram enquanto mediações das obras com o público?

Eu costumo dizer que tenho uma maneira mais verbal de estar no mundo e, quando o digo, penso em primeira linha na poesia que escrevo. Creio que a poesia é isso para mim.

VASCO GRAÇA MOURA Quase sempre um prémio representa um estímulo para o autor premiado. Muitas vezes também concorre para torná-lo mais conhecido e divulgar a sua obra. A relação com a crítica está também quase sempre implícita no facto de os júris serem normalmente formados por pessoas que têm incursões na crítica.

CARLOS LEONE O tom pessimista do seu ensaísmo, polémico e catastrofista, não lhe parece contraditado pela nossa História, pelo menos em igual medida que o discurso optimista oficial em todos os tempos?

VASCO GRAÇA MOURA Eu diria antes que me parece confirmado... o que vai acontecendo em Portugal tem-se revelado bem pior do que aquilo que eu previ... Mas é verdade que há um tom optimista (e até muitas vezes acaciano) no discurso oficial.



ANTÓNIO CARLOS CORTEZ O que é para si a poesia? Que relações procura a sua poesia estabelecer com a música e a pintura?

VASCO GRAÇA MOURA A poesia dá um sentido mais intenso e mais pessoal (não necessariamente mais puro) às palavras da tribo. Eu costumo dizer que tenho uma maneira mais verbal de estar no mundo e, quando o digo, penso em pri-

meira linha na poesia que escrevo. Creio que a poesia é isso para mim. Procuo estabelecer com a música e a pintura relações que utilizem modelos estruturantes adaptados desses outros campos, como no exemplo que acima dou quanto à escrita de uma peça de índole contrapuntística. O que não exclui que outras vezes procure antes explorar aspectos descritivos, talvez mais caracteristicamente eufrásticos (porque representações verbais de obras surgidas noutros campos da arte), ou áreas metafóricas e metonímicas em que a relação com determinada imagem plástica ou construção musical seja tentada por essas outras vias. Isrto para dizer que certas modalidades da ordem do visual e do auditivo interferem sem dúvida na minha poesia.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ A sua obra poética parece oscilar entre dois conceitos, os quais, apesar de não se excluírem, sugerem uma mútua antinomia: por um lado é a sua poesia um exercício lúdico, por outro lado existe uma extrema lucidez quanto ao funcionamento, e também função, do discurso poético em face da vida. Concorda com esta ideia? Pode desenvolver um pouco esta questão relativa àqueles dois conceitos (poesia como “ludus” e poesia “lúcida”)?

VASCO GRAÇA MOURA A lucidez compraz-se naquilo a que poderíamos chamar as regras do próprio jogo que vão sendo estabelecidas caso a caso. E estes dois aspectos ligam-se ao mundo, à vida, à interpretação proposta para aquele e para esta, ao envolvimento de uma pulsão visceral que se combina com uma dada refracção ou reverberação do mundo e da experiência vivida. Mas há na minha poesia um certo ludismo combinatório, fascinado pelas formas rigorosas, pelas construções contrapuntísticas, pela exploração do paradoxo. Num livro de 1985, *A sombra das figuras*, incluo vários textos desse tipo, em especial uma série de três intitulada “o princípio de m. c. escher”. Mas o que procuro em mim, para o dizer de forma irrepitível, é o que possa ser partilhável, isto é, o que possa servir um jogo entre o “hypocrite auteur” e o “hypocrite lecteur”. Escrever é refigurar a realidade, com escondimentos e subtracções, mas tam-

bém com acrescentos e armadilhas. Esse jogo implica uma profunda desconfiança em relação à sinceridade do poeta (ah, Fernando Pessoa...), mas não é uma terapia, como, entre nós, alguns classificaram a prática da escrita (lembro-me de o Alçada Baptista e a Agustina dizerem que a escrita é uma terapia). Um bom hermeneuta, no meu caso, deveria poder decifrar as alusões culturais (relativamente frequentes) que permitem iluminar as inflexões pessoais e circunstanciais do meu registo. Hélas!, não tenho a certeza de que poesia e salvação sejam um binómio. Eu não considero o poeta uma espécie de ser superior, a planar sobre o comum dos mortais e a dignar-se descer à terra de vez em quando. E não tenho também a angústia da página em branco. A poesia é uma coisa que me vai acontecendo porque tenho um certo apetrechamento técnico e cultural

e me sinto bem nesse exercício de simulações sucessivas, com a sensação de que, pela escrita, “acrescento” qualquer coisa à realidade.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Fernando Pinto do Amaral, Óscar Lopes e outros exegetas da sua obra têm visto na sua linguagem um pendor clássico que o aproxima de certo gosto italianizante. Outros salientam uma certa tentação experimental. Que lhe importa, ou em que registo pode a sua poesia inscrever-se?

VASCO GRAÇA MOURA É possível que o gosto italianizante venha mais do trato com os nossos autores do século XVI, que foram beber a Itália muito daquilo que exprimiram, do que de uma minha italianização directa... Modelos como a sextina, a canção canónica, o terceto dantesco, o próprio soneto chegam-nos a partir de Itália, mesmo que muitas vezes tenham passado pela literatura castelhana. Também tive uma certa tentação experimental, que se atenuou com o tempo, cedendo o lugar a modos de agregação e desagregação de elementos colhidos na herança clássica ou na minha própria via criativa. Provavelmente isso é que levou alguns críticos a qualificarem a minha poesia de pós-moderna.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ O tempo, o amor, a fluidez das coisas e dos seres, a certeza do efémero em tudo quanto faz parte da condição humana, eis alguns temas que, à luz da melancolia, fazem parte das suas preocupações. Também o Vasco Graça Moura participa daquela ideia, tão certa em Hugo Von Hofmannsthal, segundo a qual a poesia é o meio através do qual o efémero de tudo quanto há pode, pelo poema, eternizar-se? Há uma incapacidade da linguagem para dizer o mundo?

A poesia é uma coisa que me vai acontecendo porque tenho um certo apetrechamento técnico e cultural e me sinto bem nesse exercício de simulações sucessivas, com a sensação de que, pela escrita, “acrescento” qualquer coisa à realidade.

VASCO GRAÇA MOURA A linguagem é sempre tentada a dizer o mundo (já o Nemésio dizia “com medo de o perder, nomeio o mundo”) mas nunca dá verdadeiramente conta dele, mesmo quando a consideramos certa e ajustada. A *hantise* do efémero habita toda a cultura ocidental e a poesia pode criar uma ilusão de permanência e de reiteração por cima dessa efemeridade, mesmo quando a postula ou insiste nela como experiência vivida. Por exemplo, o amor, no sentido cósmico em que o encontramos em Dante, é uma espécie de lei da atracção universal, ou pelo menos de um movimento harmónico universal. No sentido existencial, embora possamos filosoficamente reconduzi-lo a essas ideias, o amor tem normalmente uma dinâmica menos ambiciosa e mais imediata: prende-se com o estabelecimento de laços entre seres humanos e, se abordado no plano lite-

rário, com uma dada utilização da palavra para exprimir numa fundamental ambiguidade entre o efêmero e o intemporal. Se a palavra envolver uma mobilização mais funda, mais visceral, do “ser” humano, é provável que toque simultaneamente as zonas de Eros e de Thanatos. De resto, a morte dos amantes, nas mais típicas e prementes “epopeias” íntimas do amor (Píramo e Tisbe, Tristão e Iseu, Paolo e Francesca, Romeu e Julieta,

etc.) é um *topos* essencial que move o leitor porque o leitor é apanhado pela sua comovente exactidão.

Na minha poesia não há a intenção primordial de “fai-re miroiter” o universo inteiro, mas há a consciência de que é possível, a partir do circunstancial, fazer vibrar uma corda mais funda ligada à condição humana. Eu procuro uma subtilidade um tanto ou quanto insidiosa e caleidoscópica nos poemas que escrevo, mas de modo a que o lado cerebral da construção não oblitere um lado controladamente emocional. Daí, uma emergência de convocação do mundo que é, pelo menos tentada. Num dos poemas de *nó cego, o regresso* (1982) pergunto mesmo: “como meter o mundo / num poema?”

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Como é que a ironia, procedimento típico também em muito do que tem escrito, com parece nos seus poemas?

VASCO GRAÇA MOURA Precisamente porque a ironia acaba por ser uma arte de pôr tudo em questão, quando ela se instala e se põe a funcionar no poema, acentua a sua precariedade e desmente quaisquer veleidades de “absoluto” que nele afflorem. Por outro lado, e para dar um exemplo, há casos em que uma certa sensualidade é obviamente procurada. Mas há tantas passagens irónicas na minha poesia, irónicas nesse mesmo sentido de que põem tudo, ou procuram pôr tudo em causa, que eu julgaria mais correcto dizer-se que na minha poesia as palavras se substituem à linguagem do corpo e é por isso que se tornam prática amorosa. O grande desafio, para mim, é um equilíbrio esteticamente eficaz entre cerebralidade e sensualidade. Porque também posso dizer que sou um cerebral. De resto, digo isso mesmo no final do poema “um cão para pompeia”.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Em *Os Rostos Comunicantes* escreve que “o poema / é um beco sem saída, a certeza sumária / de ser também lugar do sofrimento [...]” e chega mesmo a referir-se à poesia como algo em que “não há nem mentira nem verdade”. Ora, apesar de Pessoa não ser uma das vozes tutelares que presidem ao seu discurso poético, em que medida é que pode declarar que a poesia, como lugar onde não há mentira nem verdade, não é também fingimento? É a sua poesia uma das que privilegia a sinceridade à Régio por oposição ao fingimento pessoano? No fundo, se qui-

O grande desafio, para mim, é um equilíbrio esteticamente eficaz entre cerebralidade e sensualidade. Porque também posso dizer que sou um cerebral.

sermos enquadrar a poética de Vasco Graça Moura no contexto da poesia europeia, que poetas pertencem à sua família?

VASCO GRAÇA MOURA Nunca pensei nisso, mas parece-me que onde possa não haver mentira nem verdade, em boa lógica, também não poderia haver fingimento... Tão-pouco me interessa a sinceridade à Régio, com o seu correlativo subjectivo de expiação e remorso. Tam-

bém é certo que, no sentido em que o disse no poema que cita, onde não haja mentira nem verdade pode sempre haver ficção de qualquer coisa, uma atitude do “como se”, aquilo a que os alemães chamam a filosofia do “como se” (“Philosophie des *als ob*”). Não me interessa muito a introspecção regiana nem a insinceridade pessoana. O poeta fabrica cada um dos seus momentos e propõe a sua qualificação como ficção de qualquer coisa, sobrepondo-se à mentira e/ou à verdade. Isto é, estas são categorias “fabricadas” a partir do próprio poema – nisso está a sua autenticidade – com todas as armas de que disponha para se prender à realidade ou desprender dela, transformando-a ou transtornando-a. Dante e Petrarca, Camões e Cesário, Lorca e Eliot, Álvaro de Campos e Drummond de Andrade, João Cabral e Jorge de Sena, Borges, Nemésio e David são nomes em que me revejo como autor. Não sou eu quem pertence à família deles, eles é que entram na família, por vezes conflituosa, que eu me construí...

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Na nota final ao primeiro dos volumes da sua obra poética (Quetzal, 1963 – 1965) fixou estas palavras: “reinventei-me as vezes que foi preciso e fi-lo tão deliberadamente quanto estive ao meu alcance”. Pode esclarecer-nos um pouco sobre a repercussão desse reinventar-se no que tange à elaboração dos seus poemas?

VASCO GRAÇA MOURA Procurei explicar que o facto de haver sempre uma dimensão autobiográfica na criação literária não significa mais do que o serem assumidas, pelo autor, situações que ele propõe como tendo acontecido, mesmo que isso não se tenha verificado, ou a não ocorrência de situações que na realidade se verificaram. O autor atravessou tudo isso conscientemente, propondo uma “suspensão da descrença” aos seus leitores.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ No sentido em que se reinventa e ao mesmo tempo mostra o que é, em que lugar ficam o Vasco Graça Moura, o tradutor, e o poeta? Comparticipam ou há como que uma divisão entre essas duas dimensões da sua criação? E se não, em que medida as suas traduções podem ser lidas como (re)criações do poeta que o Vasco também é?

VASCO GRAÇA MOURA Não é possível traduzir sem ter ad-

quirido um certo *métier* na escrita própria. E nesta, evidentemente, ocorrem contaminações de autores que eu prezo tanto que me pus a traduzi-los. Procuo uma relação de verdadeira autoria literária com as minhas versões de poetas de outras línguas. Sou delas um autor de segunda mão, mas em qualquer caso um autor.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Publicou recentemente um livro que, parece-nos, é no conjunto da sua obra singular. Em *Caderno da Casa das Nuvens* é mais deliberada a dimensão lírica e confessional da sua poesia. Que intenção animou a escrita deste livro? Sendo mais confessional, mais intimista, que lugar, no fundo, reserva a sua poesia (neste ou em outros livros) ao “hypocrite lecteur”?

VASCO GRAÇA MOURA Neste livro, procurei reabilitar um certo tipo de escrita poética: a do poema de amor como elemento fulcral de uma obra literária. Mas o “hypocrite lecteur” é sempre o leitor que eu espero ter e que me constrói literariamente peça a peça. Digo isso em mais do que um poema, por exemplo em “nota sobre um autor”, de *a sombra das figuras*, ou em “antígrafo” de *a furiosa paixão pelo trangível...* O ideal seria que ele intensificasse ainda mais a intensidade que procurei expressar... Falar de amor, investir literariamente na sua expressão, é a perseguição de uma harmonia construída a partir de contradições e dilacerações, sobretudo a partir do incidental, do doloroso e do fragmentário da existência. Foi essa a grande descoberta de Petrarca. Mas Petrarca terá iludido muitas vezes a questão do desejo físico numa *jonglerie* intelectual extrema. Falar de amor em poesia é um acto de cultura (*versus* Natura) que supõe uma disciplina das pulsões físicas, quanto mais não seja pela sua expressão escrita. Mas é evidente que isso também implica a consciência do desejo, o deixar-se dominar pelo desejo, ou o controlar-se o desejo, e conseguir ir dizendo tudo isso no poema. Também poderia falar de um diário em sentido stendhaliano: n’ *O caderno da casa das nuvens* o registo vai da expectativa amorosa à frustração e à tragédia do desencontro ou do fim da relação amorosa, às sombras fantasmáticas que permeiam a memória ou os incidentes do quotidiano, à amargura do efémero e à premonição da morte (o último poema, “con che soavità”, é isso mesmo à sombra do título dum madrigal do Monteverdi), à dignidade da palavra para procurar dizer isso tudo, muitas vezes com recurso a alusões (à música, à pintura...). Por isso é que eu acho que o livro se organiza como uma ficção. Quando especifico “poesia de amor”, as coisas ficam mais claras, suponho. Não falo nem do vazio do mundo (como o Pessoa), nem do cheio simbólico dele (como o Nemésio). Falo de um processo de regulação e desregulação do ser e da experiência, ligado a uma expressão literária do amor e dos sentimentos que o pressupõem ou induzem ou alimentam. E esta pode também ser uma ilusão de autor. Talvez devesse introduzir-se também a ideia de aproximação à morte. A morte de amor, com tudo o que tem de paradigmático, de simbólico, de wagneriano e, às vezes, de real, pode ter com o poema uma relação semelhante àquela que tem com a palavra (creio que é o Agamben quem fala dessa relação entre a palavra e a morte, mais ou menos “heideggerianamente”). Se num poema digo “eu amo-te”, por se

tratar de poema e de nele a linguagem estar alvoroçada ou em estado intensificado de emergência, estou a implicar uma relação com a vida e também uma relação com a morte no plano das emoções transfiguradas pela criação artística em que intervém ou é sempre pressuposto aquele “tu essencial” de que falava António Machado. Talvez por isso todos os grandes poemas de amor (ou quase todos) se debruçam sobre uma ausência e/ou uma carência, exprimam uma falha quase sempre só colmatada na memória, uma *folie Tristan*, um *tempo felice ricordato nella miseria*, e sejam saturnianos e melancólicos pela sua própria dilaceração. Que relação há entre o facto de serem grandes poemas de amor e o facto de muitos deles estarem caleidoscopicamente contidos em grandes ciclos de sonetos (Petrarca, Michelangelo, Boscán, Garcilaso, Camões, Shakespeare)? A estrutura paralógica e silogística do soneto canónico estará especialmente predisposta para essa dialectização de carências sentidas e entrevisões de plenitude? Os grandes poemas de amor também tocam a morte. E a morte é o grande oxímoro revelador (“amo-te em vida, ou vivo de te amar porque vou morrer”) e por isso mesmo é o absurdo pleno para quem usa a palavra como material da criação. Até por implicar a rasura ou o fim da memória que a palavra também contém ou transporta em si. A contemplação do mundo que os poemas de amor envolvem é inseparável da consciência da finitude e da ilusão da eternidade. No poema de amor joga-se o efémero contra o absoluto. E quanto mais arriscado for esse reenvio mais mobilizador será o poema na sua aposta e mais melancólica será a sua voz na sua expressão.

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ Falou um dia na rejeição, da sua parte, daquilo a que chamou “poéticas do silêncio”, ao mesmo tempo que nunca aderiu, e mesmo rejeitou, os processos mais ou menos surrealizantes que fizeram escola na nossa poesia, em particular nos anos sessenta. A estas ideias somou uma outra que nos parece relevante: segundo o que escreveu sobre a sua obra poética, teríamos de ler a sua poesia como pertencente a uma “poética do ruído”. Pode esclarecer-nos quanto a estas tomas de posição? E, em rigor, dada a mestria versificatória da sua obra, não seria mais correcto falar-se, em vez de uma poética do ruído, de uma “poética do ouvido”, dada a extrema atenção que presta às potencialidades fónicas dos seus textos?

VASCO GRAÇA MOURA É verdade que eu procuro um certo grau de sofisticação técnica, mais ou menos atenta a todas as potencialidades exploráveis daquilo que escrevo. O ruído, que preenche o silêncio, vai expulsando este, embora admita perfeitamente a pausa, e não é incompatível com o ouvido, até porque este não tem apenas a ver com metros regulares e rima... Prende-se também com inflexões, propostas e possibilidades de dicção, exercícios prosódicos, ambiguidades, materialidades sonoras... O ruído contra-posto a silêncio pode assumir todas essas valências.



A mulher que vive ao pé do rio

a mulher que vive ao pé do rio
tem nos olhos a cor das águas quando o vento
limpou as nuvens devagar, sim, quando
a alma da cidade se tornou efusiva
rente ao coração dos que se amam

a mulher que vive ao pé do rio
tem uns olhos que se tornam verdes e eu
não sei dizer como esse olhar me traz
ainda mais preso ao porto, a exaltar-me
lá onde sobre reflexos dos barcos e das casas

se levanta a cidade com sua torre
vestida numa luz húmida e benigna
de sonho e de granito e eu
só vejo partículas dessa luz sentindo-se louvada
nos olhos da mulher que vive ao pé do rio

e elas povoam a minha alma e são
claros sinais para o coração rejubilar
com tudo o que viveu e aprendeu e mais ainda
com esses madrigais da luz reverberando
entre as águas do rio e os olhos dela

25.01.2010

VASCO GRAÇA MOURA (poema inédito)



Sei de um Rio, Tiago Mestre, 2010.



**Dossiê
Escritor**



João de Araújo Correia

COORDENAÇÃO DE ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Este Dossier Escritor do número dois da Revista *Letras Com Vida* é dedicado a um dos mais importantes escritores da Literatura Portuguesa de qualidade: João de Araújo Correia, destacado contista, cronista e epistológrafo português do século XX.

João de Araújo Correia nasceu em Canelas do Douro no dia 1 de Janeiro de 1899. Viveu quase toda a sua vida no Peso da Régua, onde exerceu a sua actividade de médico de profissão e de escritor por vocação, como dizia. Faleceu no Peso da Régua no dia 31 de Dezembro de 1985.

Este notável autor deixou-nos dez livros de contos, quatro novelas, oito livros de crónicas, dezassete títulos diversos e um livro de poesia. A Imprensa Nacional – Casa da Moeda está a reeditar a sua obra completa (ficção). Sendo um autor de difícil rotulagem, João de Araújo Correia insere-se na linhagem de escritores do século XX português que pediram águas a Camilo Castelo Branco, Trindade Coelho ou Fialho de Almeida, entre outros, e que, a par de um Aquilino Ribeiro, de um Domingos Monteiro ou de um Miguel Torga, influenciaram outros autores contemporâneos, como Mário Cláudio ou Agustina Bessa-Luís, também entre outros.

Deste dossier – constituído também por manuscritos inéditos do autor, fotografias e imagens criteriosamente seleccionadas – fazem parte, a abrir, um artigo/ensaio de António José Borges, intitulado *A Consciência na Criati-*

vidade de João de Araújo Correia, que procura retratar as principais temáticas, características estilísticas e motivações presentes na obra do autor; segue-se um ensaio de Eugénio Lisboa, com o título *João de Araújo Correia e a Literatura Regionalista*, onde o ensaísta discorre, com adequadas referências comparadas (das literaturas nacional e universal), sobre variados aspectos temático-estilísticos da obra de Araújo Correia, vincando justamente o seu carácter universal; de seguida surgem os *Instantâneos de João de Araújo Correia*, da autoria de João Bigotte Chorão, que nos brinda com breves inéditos do seu diário, onde constam interessantes referências a João de Araújo Correia, permitindo ao leitor um contacto mais íntimo com os textos de alguém, Bigotte Chorão, que privou muito de perto e frequentemente com este patriarca da Língua e Literatura Portuguesas; por fim, o jornalista e escritor José Braga-Amaral proporciona-nos, com o seu texto *Visita ao confessionário de um escritor livre (a propósito da correspondência de João de Araújo Correia)*, essencialmente uma viagem pelo pensamento político de Araújo Correia, com adequadas abordagens à importância da epistolografia na história da literatura e cultura portuguesas até finais do século XX, enaltecendo, no caso do género, a obra do profícuo epistológrafo que foi João de Araújo Correia.

Visa, então, este Dossier Escritor dignificar mais um Autor português, consciente e iluminado, que se quer maior no panorama da Literatura Portuguesa do século XX.



O ESCRITOR

Araújo Correia a trabalhar.



João de Araújo Correia, aos 6 anos, quando visitou a Invieta pela primeira vez; aos 13, aluno da Escola Académica do Porto; quando estudante de Medicina; e no dia em que concluiu brilhantemente o seu curso



o escri-
tor a ler, no seu gabinete da casa da Régua)

DE ARAÚJO CORREIA



(O dr. João de Araújo sai de casa para visitar os seus doentes)

Casas de João de Araújo Correia

*Casa de João de Araújo
Correia em Canelas*



Peso da Régua



Escritório de João de Araújo Correia em Peso da Régua



A Consciência na Criatividade de João de Araújo Correia

O que existe de humano no ensaísta que se dedica a esta causa impõe-lhe por instantes afastar-se do cunho científico e, assim, não pode ignorar e deve mesmo registar o carácter elevado de um homem/médico generoso e incansável, João de Araújo Correia, a quem (nas palavras de João Bigotte Chorão) no dia da sua morte uma paciente lhe dissera que até os montes o chorariam.

João de Araújo Correia era um homem discreto, ordenado e considerava a admiração um dos mais belos sentimentos. Quando se formou era um homem que tivera os seus anos de formação na elevada cultura e reflexão, pelo que, se tornou escritor cumprindo-se a sina com origens inalcançáveis. No corpo de um médico dedicado e sensível, de um patriarca firme e exemplar, apesar de reservado, continuou sempre a germinar um escritor intrínseco às Letras. Neste sentido, afirmou convictamente que nasceu escritor. Notável conhecedor da Língua Portuguesa e da natureza humana, purista, de um rigor silencioso, modesto com as autoridades literárias e os autores que despontam, possuidor de um vocabulário que vai além do vernáculo e chega a ser inédito, é autor de contos geniais e de crónicas assertivas, também de novelas, poemas e de um admirável e profícuo epistológrafo. Possuidor de um estilo muito pessoal e correcto, cimenta-o admiravelmente, além da sua ficção neo-camilianista que traça o Ser da gente laboriosa e sofredora que conhece, e da crónica, o manuseio sintáctico-semântico das suas epístolas. São características marcantes na sua escrita a essencialidade da palavra, a densidade humanista do enredo e a simbiose artística entre o conteúdo e a mensagem. Desde o seu primeiro livro, que data de 1938, *Sem Método* – cujo prefácio à segunda edição é um reparo à crítica: “Quem é que não se repete? Só se não repete quem lavou a cara uma vez e nunca mais. Eu repito-me... Tenho a honra de me repetir todos os dias e até nas horas de cada dia” –, que da sua obra verte um universo múltiplo e deslumbrante. No respeito pelo homem de carne e osso entende-se o diálogo espiritual que os seus livros têm – diálogo este que o autor de *Pátria Pequena* assume como universal, ainda que o homem seja sempre o mesmo no tempo e no espaço. Vem a propósito referir a particularidade da obra atrás citada, a qual é constituída por crónicas dedicadas ao concelho do Peso da Régua. São textos pequenos, simples e interventivos¹.

Sobre o conto, na carta introdutória do volume *Contos*, escreveu Vergílio Ferreira que “um conto (como uma cerâmica ou uma gravura), bem realizado, excede em importância um mal realizado romance”. Ao contar em retratos palavreados os sentimentos, as vidas, os homens e as mulheres que fizeram e deram sentido à terra suada que é a sua, Araújo Correia mostra-se fiel às suas origens, de onde nunca saiu decididamente (para viver), como Camilo Castelo Branco, que nunca saiu de Portugal. Com clareza, sensibilidade, um estilo transparente e pessoal, finos rasgos poéticos, numa aproximação entre a linguagem escrita e a falada, a popular e a erudita, JAC² verteu em páginas cavadas a fundo as porções de vida com que ainda nos seduz. Ora, o despojamento verbal nada artificial, num discurso, sempre que necessário, coloquial, torna a sua prosa limpa, nunca contaminada pelo calão, e afirma a sua resistência a supostas correntes de vanguarda ou a tendências literárias.

A sua nobreza assentava na Liberdade, numa firmeza de postura, na pureza da língua, o que levou Aquilino Ribeiro a considerá-lo “o mestre de nós todos”, realçando, deste

¹ Vide: António José Borges, “*Pátria Pequena* e o Carácter Universal na escrita de João de Araújo Correia”, in *Revista Geia*, n.º 1, Peso da Régua, Tertúlia de João de Araújo Correia, 2009, pp. 48-58.

² Leia-se: João de Araújo Correia.

³ José Braga-Amaral, “Epistolário de João de Araújo Correia – Espelhos de um confessorário”, *op. cit.*, p. 19.

modo, a sua humildade, dedicação e o respeito pela língua.

Ao escrever na terra que vive uma vindima perpétua (terra/pátria que é também, realce-se, a de Domingos Monteiro) ombreia com nomes como Sá de Miranda, Bernardes, Camilo, que considerava o seu predilecto, nas suas palavras “o nosso idioma na pena de um génio”, entre outros, que preferiram as suas pátrias locais ao pulsar dos grandes centros da cultura. Assim, nomeadamente os contos de Araújo Correia, sem desprimor pelo cronista e epistológrafo, surgem como o vento do espírito de uma época e as suas palavras assemelham-se aos socalcos depositados nas encostas, os quais permitem alcançar o que os ventos do tempo foram semeando. Como um médico, o nosso contista escreveu sobre as histórias que acontecem – são histórias que mostram a fraqueza da gente, não terminando necessariamente bem ou mal.

Como produtor de um registo epistolográfico, ainda inédito, como há poucos em Portugal, constituído por uma linguagem que alia a elegância à criatividade discursiva, com toda a propriedade da língua, Araújo Correia também cumpre a preceito os desígnios da epístola como reprodução, expressão sentida de uma cumplicidade e de um compromisso ético, sendo que se trata, no dizer de José Braga-Amaral, de um “roteiro dos nomes maiores da epistolografia”³. Neste sentido, na impossibilidade de aqui poder deixar registados todos os nomes, importa referir que JAC correspondeu-se intensamente com João Gaspar Simões, João Bigotte Chorão, Joaquim Montezuma de Carvalho, Aquilino Ribeiro, Teixeira de Pascoaes ou Guedes de Amorim, algumas vezes com Jacinto do Prado Coelho, entre outros dignos de referência, e ainda outras poucas com Eugénio Lisboa, Fernando Namora, Urbano Tavares Rodrigues ou Ana Hatherly, sem desprimor por todos os outros correspondentes, com projecção pública ou não, importantes na sua correspondência e não mencionados aqui. Colaborou com textos literários na *Colóquio/Letras*, entre outras revistas nacionais, e em diversos jornais nacionais e regionais. Com efeito, foi corajoso, porém, delicado, ou talvez possamos aqui inverter a ordem das palavras, no relacionamento com várias figuras da praça central do meio literário português, como é precisamente o caso de Jacinto do Prado Coelho. Sigo de perto uma carta de JAC (24 de Junho de 1973) dirigida a este mesmo, desabafando sobre os erros nas edições dos livros de Camilo (Castelo Branco) e em geral, sendo que também se considerava um mártir dos mesmos. Assim registou:

Ex.mo Senhor Professor
Dr. Jacinto do Prado Coelho:

[...]

É insolúvel, creio eu, o problema da revisão dos livros de Camilo. Se, em primeiras edições, saídas do prelo em vida do autor, há disparates que se não concebem, devemos atribuí-los ao Diabo, que se meteu de permeio entre o autor e a tipografia. Isto, à parte os lapsos devidos a ignorâncias e pressas de quem tomava o freio nos dentes para escrever a mata-cavalo. Eu não hesitaria em emendar respeitosamente a mão de quem escreveu, por exemplo, *Manon de L'Escaut* em vez de *Manon Lescaut*.

Digna de referência é também uma carta de 1972, em que Araújo Correia lamenta-se do seu eremitério ao prezado e ilustre confrade Fernando Namora.

No exercício da sua prosa límpida, que é a dos seus contos e das suas crónicas, Araújo Correia não raras vezes torna notável o trivial. Neste sentido, para o autor a expressão é um milagre. Ora, tomando como exemplo desta deriva as suas crónicas, sendo um género em que tão bem expõe a sua pena cívica, as ideias casam com a forma e o estilo com as ideias, concretizando a premissa horaciana da *Arte Poética*, em que o *utile* e o *dulce* se conjugam, ou, na verdade, será mais correcto dizer que o útil é cumprido através do deleite. Justamente, a expressão perfeita em JAC tem que ver com a clareza e a leveza da sua escrita, não obstante a vernaculidade do seu dicionário discursivo. No género da crónica exercia o seu dever de cidadania, combatia os *deficits* da civilização, regional ou extra-regional, sendo disto exemplo ter desejado para a sua região do Douro um museu eloquente, precisamente com sede no Peso da Régua. Portanto, foi um dos máximos precursores da mais recente elevação cultural da região.

O escritor em grande medida torna a dizer o que já foi dito. Logo, é um criador à altura da maneira como diz. Prezando a liberdade e a originalidade, mas sem excentricidade,

o contista de *Contos Bárbaros* é com justiça considerado por João Bigotte Chorão “um clássico contemporâneo”⁴. Tendo pedido águas a Cervantes e a Balzac, mais duas das suas maiores referências literárias, o autor vinca, ainda assim, um estilo próprio de mover a discussão, a divulgação e a procriação literária.

Há planos de incidência delineáveis na análise das suas crónicas, entre os quais podemos privilegiar as explanações do autor sobre o escritor e a escrita, observações acerca do meio literário e reflexões sobre géneros literários. Tomando como exemplos determinados textos presentes em obras como *Pontos Finais*⁵ ou *Pó Levantado*, onde constam alguns textos que atestam os referidos planos, justamente neste último, numa crónica intitulada “Conceitos Literários”, escreve JAC:

“Penso, como o prègador, que só o estilo pode distinguir talento e talento. Ideias novas não há. O ideário é velho como a terra ou como a lua. Servi-lo com justeza, correcção e elegância, à parte a originalidade que não transcenda as raias do juízo – é talento significativo de personalidade. Sim, quando o poeta nato quebra a lira para ser romancista ou o romancista se põe a dedilhar lira emprestada – não é ninguém. Também é certo, como entendia Herculano, que só o querer distingue inteligência de inteligência. *Peut qui veut* foi a sua divisa”.⁶

Se concebermos que na subconsciência está alojada a arte do escritor e na consciência o seu ofício, logo entendemos que em JAC a inspiração e a forma sejam sinónimo de um processo fecundante. A avaliar pela sua arte, certamente que o autor de *Contos Durienses* considerava que o escritor deve ter um estilo próprio, possuir dotes de retórica e de imaginação e, não menos importante, ser conhecedor, utilizador e defensor do carácter vernáculo da grande prosa.

A obra-prima de Araújo Correia não é uma, são os retratos tirados a olho nu, da gente, costumes, linguagem e história, do Douro, da condição humana, por um homem, um pedagogo, que foi uma figura de linguagem invulgar, sempre sob o pano do purismo, conciliador, recorde-se, da linguagem popular com a vernácula, que aprendeu com a gente do Douro vocábulos inéditos, logo, construtor de uma obra que se afirma por si só.

A mudança de regime em Portugal, após o 25 de Abril, não mudou nada nele, os seus temas literários e as suas entregas como médico e homem continuaram a ser as mesmas, dando seguimento à sua solidariedade com os sofrimentos alheios. O Douro continuou a ser o reflexo do seu objecto e, deste modo, o autor de *Caminho de Consortes* perseverou com a sua arte a humanizar a natureza, como o próprio Araújo Correia considerava ser o propósito da arte. As suas crónicas locais, de afirmação da identidade, revestem-se daquela crítica, sátira mordaz só ao alcance dos homens realmente livres. Neste sentido, impõe-se assinalar o interessante volume de crónicas *Nuvens Singulares*.

Tomando como exemplos, entre outros, as obras *Enfermaria do Idioma* e *Dispensário Linguístico* (na badana da contracapa deste mesmo livro escreve o seu filho Camilo de Araújo Correia, também um notável cronista que já não se encontra entre nós em vida: “Meu pai vivia tão intensamente a Língua Portuguesa, que nos mandava fechar o rádio ou a televisão sempre que lhe eram mais insuportáveis os atropelos da linguagem falada” – ora, os atropelos continuam), esta última póstuma e editada em primeira edição no ano centenário do nascimento do autor, anotamos imediatamente que de facto a Língua Portuguesa é para JAC o “sangue materno”, seguindo de perto as suas palavras. Antecedendo o nosso autor, na mesma linha está o de *Novelas do Minho*. Camilo une-se em compromisso com a sua estética e é, também assim, a representação do nosso idioma na criação de um talento único. Sobre este mesmo autor, eremita de São Miguel de Seide, produziu Araújo Correia um ensaio digno de referência, *Uma Sombra Picada das Bexigas*, conquanto tenha ficado por concretizar a devida biografia do autor de *A Quêda dum Anjo*.

O conto correiano é de concentração doseada, não obstando o dito teor interventivo do conteúdo, com o toque do fino observador directo, crítico dos valores da palavra dada, a integridade, a honestidade, ou o cumprimento dos deveres e das prioridades sociais – um filantropo que era – pujante de fina ironia, aqui e ali exagerada, mas levemente caricatural, com bom senso e sal suficiente para fazer as delícias dos leitores.

Há nos contos de JAC um caudal linguístico, rural e urbano, que se insere nos diversos núcleos temáticos que passam pelo casamento, pelos tribunais, pela doença, pelas traições, pela morte, entre outros, em que o narrador é, não raras vezes, um médico. Os livros

⁴ João Bigotte Chorão, *João de Araújo Correia – Um clássico contemporâneo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Divisão de Publicações (Biblioteca Breve, Volume 107), 1986.

⁵ No conjunto da sua obra, *Pontos Finais* insere-se no rol de livros considerados como: Títulos diversos.

⁶ João de Araújo Correia, “Conceitos Literários”, in *Pó Levantado*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, 1974, pp. 11-12.

⁷ João de Araújo Correia, *Contos Bárbaros*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, 1968, p. 136.

⁸ Maria Alzira Seixo, “A palavra fecundante”, in *In Memoriam de João de Araújo Correia*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real, 2010, p. 56.

⁹ João de Araújo Correia, in José Braga-Amaral, *À conversa com João de Araújo Correia* (Prefácio de João Bigotte Chorão). Edição do autor, 2002, p. 24.

de contos já citados são suficientemente exemplificativos – plenos de uma aparência não só condensada, mas também burilada, em cujos contos mora a eternidade do vate que se exprime a espaços com uma temperatura poética assinalável. Como mera referência, no conto “Miguel”, que faz parte do volume *Contos Bárbaros* – um êxito de livraria que vender mil exemplares – escreve: “Na eira, junto ao solar, o fidalgo contemplava os aspectos da montanha e do vale. Era um mapa de sombras num mar de luz tão doce, que obrigava a sonhar volúpias”⁷. Pelo que, não deve ser dito uma só vez que a ruralidade que é representada e ironizada é, de igual modo, ornamentada de uma linguagem inovadora, impressionista e, a espaços, polvilhada de humor.

Como reforço oficial da qualidade dos quadros escritos de composição airosa e simultaneamente profunda no seu sentido, que é a sua produção literária, veio JAC a receber em 1969 o Prémio Nacional de Novelística.

Julgamo-lo o último cultor da vernaculidade portuguesa. Reconhecemos nele o saudosismo de Trindade Coelho e a necessidade telúrica e o casticismo de Torga, do Abade de Baçal ou de certos modos de Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes.

Ávido de contacto com a natureza e a sua beleza, Araújo Correia semeou, na qualidade de prosador, mas como só um poeta o pode fazer, um caudal de impressões escritas sobre o rio que amou: o Douro.

Sobre a origem e o alcance da voz feita palavra em JAC, escreve Maria Alzira Seixo que

A voz da terra regista-se, na obra de João de Araújo Correia, e descreve-se a sua prolação como canto da manifestação humana no percurso dos seus vários caminhos: incertos, difíceis, reprováveis, tantas vezes incompreensíveis e tantas outras surpreendentes de entrega ao ideal, de pasmo ou alienação. Essa voz, atentamente ouvida e reproduzida pelo escritor, numa sintaxe que em simultâneo procede à figuração e à sugestão, fecunda a sua escrita como semente temática e estilística que frutifica, tanto como fecunda a leitura, de todos nós, em conhecimento dessa terra, desse homem, e sobretudo em possibilidade de conhecimento do poder que tem a Literatura.⁸

Justamente no conto o autor imprime o vínculo inquebrantável que não nos permite fugir das raízes. É esta ligação que suporta e fortalece a personalidade.

Ora, “se o que faço é arte, então que se leiam as páginas que a vida me ditou”⁹, escreveu o contista que declarou como uma das suas mais gratas emoções da vida literária: “Ter feito chorar uma criança que ouviu ler à mãe um dos meus contos”.

Dos seus livros brota, essencialmente, uma atmosfera de sugestão e dramatização, conduzidas pela boa alma e boa habilidade do escritor criador da consciência como personagem.

Em síntese, o foco central da obra de João de Araújo Correia, que é uma autêntica antropologia literária, incide no ser humano enquanto agente circunstancial das suas fraquezas e virtudes, em larga medida expressas no Douro, nas suas gentes, costumes, linguagem, história, dramática ou não, que o autor vindica pela intenção universal do seu impressionismo tocante, rigoroso, irónico, recheado de algum humor e de afirmação clássica. ▽

João de Araújo Correia e a Literatura Regionalista

João de Araújo Correia (1899 – 1985) é um verdadeiro clássico moderno. Escritor pessoalíssimo, pelo estilo, pela visão desenfastiada do mundo, pela soberana indiferença com que cruzou escolas e movimentos literários, de que tomou conhecimento mas de que não fez alimento seu, o grande contista da Régua usou das suas andanças de João Semana militante para melhor ir conhecendo as terras e as gentes do Douro, que tão impressivamente fixou, depois, na sua ficção curta e nas suas crónicas disertas e de uma rara frontalidade. Conhecedor, como poucos, da língua portuguesa, de que se apropriou, lendo os clássicos em período de doença prolongada (é preciso fazer bom uso das doenças, recomendava Pascal), João de Araújo Correia soube defendê-la com galharda e irónica artilharia, mas não foi nunca um recta-pronúncia dado a fundamentalismos pacóvios. Como escritor, metia ele mesmo as mãos na massa linguística e muito bem sabia que a língua evolui, que a língua se *vai acrescentando* e que são também os escritores que a fazem *crescer*, inovando-a e refrescando-a. *Autor* quer, na origem, dizer isso mesmo: aquele que *acrescenta*. Por isso, o autor dos *Contos Bárbaros* não temia dizer: “Eu não sou caturra. Termo peregrino que me cative, desde que precise dele e não colida com o âmago da nossa língua, não o enjeito. Olho vê, mão pilha”. Eis Araújo Correia no seu melhor *franc parler*, aquele falar franco que Stendhal tanto prezava. Nisto, no tiro certo aos caturras do purismo excessivo, era exímio: mimoseava-os, chamando-lhes “homens cabeludos e com fígados de ferro, que desejam a língua de hoje igual à de ontem, já que, ai Jesus, a não podem fazer igual à língua de ante-ontem”. Amante, pois, mas lúcido: as tradições servem para o que servem e quando servem – não são sagradas e intocáveis. Por isso, notava: “Há tradições veneráveis e revoluções indispensáveis. Em linguagem, a revolução é perigosa como arma de dois gumes. Se for executada por mãos ineptas, é cataclismo. Há patetas que substituem expressões divinas por expressões tigrinas”. Nada como um bom exemplo: “Eça pôde cometer *erros admiráveis*. Quem não é Eça deve contentar-se com *erros abomináveis*”.

Profundamente dedicado à profissão de curar, que lhe levava o melhor do seu tempo, ficava-lhe curta a disponibilidade para a escrita: daí que tivesse optado pelo conto (ficção curta), em que se sagrou mestre e de que nos deixou, ainda assim, uma dezena de volumes. Além de perto de uma trintena de outros: crónica, ensaio, monografia e até poesia. Sobre o conto, teceu judiciosos considerandos, com que os teóricos (que provavelmente não leu) têm concordado: “Que os maus romancistas comecem pelo conto, como quem aguçá a pena para mais larga escrita, admite-se, considerando-se que o conto é, em geral, mais curto que o romance. Considerar-se que o romancista é licenciado, e o contista caloiro, é uma barbaridade que não deve cair em saco roto”. Por outras palavras, o conto não é um género menor, face ao romance, que o seria maior. *Boule de Suif* ou *La Maison Tellier*, de Maupassant, *A Senhora e o Cão*, de Tcheckov, *The Killers*, de Hemingway, ou *José Matias*, do Eça, são obras maiores da ficção, curta ou alongada que ela seja. São géneros diferentes, mas um belo conto vale bem um bom romance e fica infinitamente acima de um romance apenas razoável. O autor de *Terra Ingrata*, que hoje nos ocupa, tinha desta profunda diferença entre o conto e o romance uma aguda consciência: “O género conto

é distinto do género romance”, observava ele, acrescentando: “Nem romance é conto grande, nem conto é romance pequeno. O que distingue os dois não é a medida... É um conjunto de qualidades alheias ao sistema métrico. Há contos largos e há romances curtos. *O Mandarin* do Eça de Queirós, com as suas cento e tal páginas, é um conto. São pequenos romances, em geral, os maus contos dos grandes romancistas”.

Tendo tido que optar pelo conto, pelas razões já dadas, João de Araújo Correia de modo nenhum se sentiu diminuído no seu estatuto de ficcionista. Defendendo Fialho – que nunca escreveu um romance – de algum modo agenciou argumentos para a sua própria defesa: “Não se lamente a Fialho porque nunca foi romancista. Nem também se deplore que bons romancistas não sejam contistas. Não há bossas literárias mais finas umas que outras. As bossas literárias são equivalentes. Há contista incapaz de escrever um romance, como há romancista incapaz de escrever um conto”.

Foi, pois, no conto que se afirmou este grande escritor que analisou o povo duriense, nos seus mais variados extractos, com olho, a um tempo, atento, curioso, empático e implacável. A uma literatura como a sua, de inventariação de uma área circunscrita do território nacional (para o caso, o Douro), tem-se chamado “literatura regionalista”. Ainda dentro desta, há quem vá ao ponto de nela ver manchas daquilo a que já se tem chamado “literatura rústica”. O termo “regionalista” pode implicar, perigosa e injustamente, conotações redutoras e mesmo pejorativas, sem, aliás, nenhum fundamento.

Antes de mais, parece-nos que o termo “regionalismo” pode dar lugar a confusões, visto que Regionalismo (esclarece-nos a preciosa enciclopédia Larousse) é uma “doutrina política internacional que favorece os agrupamentos regionais no seio de uma mesma nação”. Ora, os escritores classificados (ou que podem ser classificados) como regionalistas não visam *favorecer* coisa nenhuma. Não se trata de qualquer reivindicação, mas tão só do acto humilde de se escrever sobre aquilo que se conhece melhor, por experiência directa e quotidiana. E também da convicção muito certa de que o homem universal também está presente na nesga mais estreita de território local. Ou, nas palavras luminosamente certeiras de Araújo Correia: “Não saias do teu meio à procura da universalidade. O Sol da tua terra é o que ilumina o mundo”.

Grandes escritores regionalistas, mas, simultaneamente, grandes escritores universais foram, por exemplo, Mauriac, Giono, Ramuz, Silone, Torga, Aquilino ou os americanos Sherwood Anderson ou Theodore Dreiser. Nos Estados Unidos, precisamente no final do século XIX, surgiu o chamado Midwest Regionalism, que tinha como foco da sua atenção e sondagem a pobreza e a dureza de vida no Midwest americano. Grandes figuras dessa preocupação “regional” foram os grandes escritores acima citados: Anderson (o primeiro escritor verdadeiramente “americano”, mas preocupado, sobretudo, com o Ohio) e Dreiser.

Em Portugal, houve sempre a muito provinciana preocupação com o provincianismo dos outros, que era de bom tom escarnecer. Opunha-se, assim, com algum orgulho pacóvio, o *Orpheu* lisboeta, logo sofisticado e universal, à *Presença* coimbrã, logo provinciana e confinada. Como se a vida – a verdadeira – e a arte – a universal – se abrigassem exclusivamente em Lisboa, Paris ou Londres. De aí, um certo paternalismo contente, em relação aos escritores regionalistas, alegadamente condenados a patinhar no húmus local, numa tentativa desesperada e inútil de atingirem a almejada universalidade (reservada, é claro, para os felizes residentes das grandes metrópoles, nas quais, com alguma perdoável megalomania, se incluía Lisboa...). Esquecidos de que em Giono, convicto e persistente habitante da provinciana Manosque, nos reencontramos com Homero e com o “canto do mundo”, e, no Bordéus não parisiense de Mauriac, se ensaiam os combates milenares do bem e do mal e se tenta o equilíbrio delicado e perverso entre as seduções da carne e a sede de pureza e de absoluto. Não é o “lugar onde” que dá dimensão universal aos conflitos que devoram os humanos. Antígona e Electra podem residir numa aldeia de pescadores. A provinciana Rosa Maria, da admirável novela de Régio – *Davam Grandes Passeios aos Domingos...* –, encalhada numa Portalegre remota, pobrete e descomandada, vive, dilaceradamente, um drama de todos os tempos e lugares: o da queda de um anjo, isto é, a tragédia da desilusão e de um futuro sem futuro: a inocente apanhada despreve-

nida e abusada por um primo canhestro e medíocre, posto, por ela, inadvertidamente, nos cornos de um lua onde não cabia. O abafador do conto de Torga é transmontano e grego, da Grécia antiga e fomentadora dos grandes mitos trágicos. O Malhadinhas, de Aquilino, é provinciano e universal. O toque local é apenas um prurido de verdade, é um situar, em terreno que miudamente se conhece, a música das emoções, das picardias e dos conflitos de todos os tempos e dos mais disparatados horizontes. Falando do grande escritor “regionalista” suíço, Charles Ferdinand Ramuz, um crítico francês observava, referindo-se às gentes e aos sítios que enchem a obra do romancista:

“ele descreveu minuciosamente os seus gestos, traduziu os seus pensamentos, pediu emprestados o tom e as palavras que compõem a sua linguagem. ‘Vaudois [habitante do Gros-de-Vaud] e apenas Vaudois’, mas simplesmente por prurido de verdade. [...] A sua grandeza é ter aceitado esse dado com respeito e com uma espécie de humildade. Nunca, antes dele, se ousara uma tal empresa de autenticidade. O mais difícil, para cada um de nós, é o reconhecer-se a si próprio, encarar de frente os seus limites e manter-se dentro deles”.

João de Araújo Correia fez isso mesmo: manteve-se dentro dos seus limites – a região do Douro – para nos poder dar o homem universal. “Preferi a rudeza da aldeia à delicadeza da cidade. Fiz-me aldeão. Meti-me no buraco onde nasci como quem pratica a proeza da sua felicidade”. Simplesmente – e a sua obra di-lo, por si – desse buraco onde se meteu, vê-se o mundo todo. Ou, usando as penetrantes e saborosas palavras de Ortega y Gasset, no seu livro genial *Ideias sobre la Novela*, “a senhorita do *comptoir* supõe que o mundo da duquesa é mais dramático do que o seu, mas o facto é que a duquesa se aborrece tanto no seu orbe luminoso como a romântica contabilista no seu pobre e obscuro âmbito. Ser duquesa é uma forma do quotidiano como outra qualquer. [...] O microcosmo e o macrocosmo são igualmente cosmos; só se distinguem pelo tamanho do raio; mas para o que vive dentro de cada um, tem sempre o mesmo tamanho absoluto”. Eis uma formulação que não fariam mal em ter em conta os sempre dispostos a desvalorizarem, nos outros, as vivências provincianas. Ao fim e ao cabo, Kant não concebeu a sua *Crítica da Razão Pura* na grande e buliçosa Berlim, mas sim no “âmbito obscuro” de uma pequena rua de uma cidade secundária (Königsberg). E Stendhal não precisava para nada de Paris (que detestava): bastava-lhe o microcosmo de Civita Vecchia, de raio bem mais pequeno. Como, provocantemente, resumia Ortega, “fazer de cada leitor um ‘provinciano’ transitório é, no meu entender, o grande segredo do romancista”. De resto, ninguém foi tão pouco provinciano como Régio ou João de Araújo Correia, ambos gente do Norte, e ninguém o foi tanto como alguns lisboetas contentes por serem da “grande urbe” de Lisboa. O provincianismo (que Pessoa denunciou em tantos que via, todos os dias, passearem-se pelas ruas da capital...) reside na cabeça e não na geografia. “Apesar de nascido na província”, observa o grande contista de *Folhas de Xisto* e de *Montes Pintados*, “e de não ter emigrado para os grandes centros, Porto ou Lisboa, muito me repugna o espírito provinciano. Penso que nasci avesso a esse espírito e que manterei essa aversão até o último sopro”. E acrescenta, com ironia certa, uma farpa que Pessoa subscreveria: “Não é privativo da província o espírito provinciano. Mais vezes o tenho visto alerta na cidade do que nos arredores do meu eremitério. [...] Às vezes é mais virulento e mais violento em meio grande do que em meio pequeno”. Nas suas deambulações ocasionais pela capital, Lelito, o personagem central do romance de Régio *A Velha Casa*, goza à sucapa com a superficialidade e o provincianismo profundo de alguns intelectuais contentes, que se agitam pelos cafés lisboetas...

Muitas vezes, para se fugir à superficialidade e ao ruído esterilizante das grandes cidades, há que inventar, dentro destas, uma “província”, em que se refugia quem não é provinciano, para ali poder meditar e trabalhar. Fê-lo, por exemplo, Montherlant, residente no Quai Voltaire, em Paris, mas fugindo da vida “parisiense” como da peste. E fê-lo, também, fora dos grandes centros, o autor de *Camimbo de Consortes*, confinado na Régua, mas abrindo-se ao mundo todo, quando, na sua bela e ampla casa, repleta de edições preciosas de Balzac e Camilo, meditava, com apuramento de grande observador da comédia humana: “Em competição literária e artística, fremente nos grandes centros, vingam-se da má língua esterilizante, provinciana como se usasse tamancos, artistas e homens de letras que se isolam em água-furtada quimérica ou verdadeira. Assim escapam à destruição eles e a

sua obra”. Em suma, a província dentro da cidade, para que se salve a vida e a obra... Construir a província no centro das grandes urbes é a única salvação de quem quer construir uma grande obra. Ou, então, refugiar-se mesmo na “província”, como fez Martin du Gard que, para levar a cabo a saga de *Les Thibault*, alugou uma baiuca, em Clermont, onde se “refugiava” de segunda a sexta, para, fora do bulício da capital, meditar, com sossego, nos conflitos que devoravam os fantoches do seu grande romance. Em Clermont, em Verger d’Augy, no Cher, no Tertre, em Bellême, sempre na província, sempre *fora do tumulto de Paris*, é que ele pôs de pé a sua obra de uma arquitectura e de um profissionalismo impecáveis. Sempre, repito, fora de Paris: a capital era para o convívio, para a observação de um ou outro pormenor, para a conversa, para a *camaraderie*, para o desperdício... A criação exigia refúgio. Não foi em Londres que Conrad erigiu a sua obra vasta e profunda – foi na província inglesa, tão alheado dos ecos da capital, que até se esqueceu de abrir o envelope caqui, onde vinha a sondagem do Palácio de Buckingham: aceitaria ele ser feito cavaleiro? Tarde e a más horas, lá respondeu: que não, que se não incomodasse Sua Majestade, que ele só queria ser deixado em paz, na sua solidão provinciana, habitada pelos fantasmas que ia ficcionando... E por ali ficou, no centro da província inglesa. A província, dentro e fora das grandes cidades, é que é o berço eficaz da criação.

Em resposta a um questionário de Cruz Malpique, Araújo Correia rende homenagem às gentes do povo duriense, nestes termos comoventes:

“Tive a dita de lidar a tempo com gente iletrada minha conterrânea. Essa boa gente, que não conhecia uma letra do tamanho de uma casa, expressava-se melhor do que o melhor jornalista ou o melhor escritor dos nossos dias. Era sábia a seu modo. Possuía cultura oral. Tinha sintaxe infalível. Contava uma história com amenidade, simplicidade e relevo. Foi minha mestra e mestra de Camilo, criado como eu em Trás-os-Montes.”

É também com amenidade, simplicidade e relevo que João de Araújo Correia nos enfeitiça com aquilo a que gostava de chamar as suas “miniaturas”: contos e crónicas, que ficarão como clássicos da literatura regional, isto é, universal. ▽



Imagens gentilmente cedidas pela Tertúlia João de Araújo Correia.

Copiaru / v. 4
re
Jan a Kruji Comu

Percebe-se que me escreve, logo
que posso, e por isso he de Mr.
Tencinot e - como he
permanente. Percebe-se de he por
concessão e he plata e
ou he plata e irregular. Sou
de V. V.

Piçá - ampliação
17-1-55 He. C.

Mr. de he

Dr. Jap. Stuy

Plata de Bencost Jap, S
Tista

he. de he Dr. Jap. Stuy.

reubi e separado e he mais a list
- 2^a exemplar e plata e plata
plata.

he de plata e plata e plata
e plata e plata e plata
e plata e plata e plata

Instantâneos de João de Araújo Correia

Uma saltada ao Douro para a inauguração, na Biblioteca Municipal da Régua, do espaço reservado a livros que pertenceram a João de Araújo Correia. Já ali estão alguns – cerca de 50 – que me lembro de ter visto ainda no gabinete de trabalho do escritor. Lá estão os seus autores portugueses predilectos – Camilo, Eça, Ramalho, Trindade Coelho, Raul Brandão, Aquilino – e confrades tão próximos como Guedes de Amorim. E a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Também me levou ao Douro o ritual das vindimas, prejudicado pela chuva. Não a céu aberto, pude gozar porém o espectáculo, o pagão espectáculo – tal o aroma, a cor, o ritmo – da lagarada.



Pela primeira vez reli as muitas cartas que João de Araújo Correia me escreveu, de finais dos anos 60 a meados dos anos 80. Elas me fizeram recordar e reviver coisas desse tempo. Hoje que a epistolografia está (quase) em vias de extinção, privado o futuro de insubstituíveis testemunhos do passado (já nem os escritores se dão ao trabalho de escrever cartas), João de Araújo Correia é um dos últimos abencerragens de um tempo em que se comunicava por escrito, e se agradecia um livro, um recorte, uma informação.

João de Araújo Correia gostava que reconhecessem, com os seus méritos de contista e de cronista, a sua vocação de epistológrafo, que, sendo privada, era menos conhecida ou até ignorada. Tive o privilégio de beneficiar desse feitio de carteador, que, vivendo isolado dos meios literários, julgava encontrar em mim um destinatário atento. Homem austero, guardava-se de confidências e inconfidências. Nessa reserva e concisão verbal se revelava também um escritor clássico. Só se alterava com desatenções, deslealdades, vilanias. Mas tirava o chapéu a quem se comportava de outro modo. Era um humanista o velho mestre.



De manhã, João de Araújo Correia entra em minha casa pela mão simpática de uma repórter e de técnicos de televisão que preparam um documentário sobre o escritor. Vêm registar o meu testemunho sobre ele. Para mim, o escritor e o homem são um só, pelo rigor da escrita e a dedicação aos doentes. Respeitava os leitores como os que batiam à porta do consultório. Escritor de raiz rural, como se diz um pouco depreciativamente, foi sempre um defensor de grandes causas – o idioma, o ambiente, o termalismo, o património. E ecologista, quando não era ainda corrente sê-lo. Também universal: os seus contos durienses retratam o homem que é o mesmo em qualquer latitude. ▽

Visita ao confessionário de um escritor livre

A propósito da correspondência de João de Araújo Correia

Se é verdade que dentro de cada livro está sempre a pessoa do escritor, como dizia Saramago, não é menos verdade que esse homem ou mulher se pode esconder por detrás da ficção que constrói, da poesia que direcciona, enfim, estarão lá o criador e a sociedade, mas resguardados pelo biombo de metáforas que vestem conceitos e personagens. O seu lado confessional e metafísico onde germina e amadurece o seu percurso de vida, onde assenta a substância maior da sua mensagem, esse apenas se pode conhecer através do convívio com a sua intimidade despida de intencionalidade literária. Eis a importância maior da correspondência pessoal de um escritor.

Desde sempre que a correspondência, as cartas, foram da maior importância para a comunicação entre os homens. Foi aliás o Humanismo que promoveu o ideal do culto universalista das letras, incentivando a troca de correspondência entre escritores e pensadores. Garantem-no historiadores e arquivistas que preenchem os dias de uma vida à conversa com essas íntimas confissões.

Em Portugal muitos foram os que se notabilizaram pela sua epistolografia, desde Pêro Vaz de Caminha a Camões, passando pelo Padre António Vieira, por Camilo, por Pessoa, e tantos outros, de geração em geração, até há bem pouco tempo, com o advento da nova era da informática e do *e-mail*, onde a maior parte das vezes a correspondência se esfuma com um simples *delete!*

Porém, a carta como forma de comunicação privilegiada é mantida em Portugal até finais do século XX, por uma geração de escritores e homens de letras determinante para a evolução da língua portuguesa e a modernização da literatura e da sua utilidade social. É aqui que entram alguns dos mais assíduos epistológrafos da segunda metade do século passado, entre os quais se deve incluir com pleno direito João de Araújo Correia, o autor de *Sem Método* e dos *Contos Bárbaros* e de mais cerca de quarenta obras que ainda hoje são manuais de purismo linguístico e exemplares da melhor forma que a literatura portuguesa assumiu, tornando-o um dos maiores e mais respeitados contistas portugueses do século XX. Talvez por isso Aquilino Ribeiro lhe tenha chamado “o mestre de nós todos...”.

É quando opta pelo eremitério duriense que João de Araújo Correia inicia de forma assídua a sua correspondência com confrades, jornalistas amigos, familiares e até políticos, produzindo dessa forma um dos mais vastos e ricos espólios da epistemologia portuguesa do seu século. Apesar da sua permanência de uma vida com os olhos postos no Douro interminável e em milhares de olhares doentes que o tiveram sempre à cabeceira do leito, o autor que escrevia nas horas mortas que a vida médica de *João Semana* lhe ia permitindo foi também um cidadão nacional e do mundo, levando-se e trazendo até si as mensagens e o conhecimento que as cartas permitiam. Não viveu, portanto, confinado aos limites das suas montanhas, e espalhou a sua mensagem pelo país e fora dele, não deixando nunca nada por dizer. Talvez por isso a mediocridade da comunicação da época o tenha ignorado de forma inusitada.

São mais de três mil e quinhentas cartas que o escritor deixou de forma muito organizada, trocadas ou escritas com e para as mais diversas personalidades literárias da sua

geração, que conheceu e que o reconheciam. Aquilino Ribeiro, Teixeira de Pascoaes, José Régio, Tomás de Figueiredo, Manuel da Fonseca, Fidelino de Figueiredo, o galego Anxel Fole, entre outros, mas também os da geração seguinte, como Pina de Moraes, Manuel Mendes, Guedes de Amorim, João Bigotte Chorão, Eugénio Lisboa, ou Fernando Assis Pacheco. Para além dos directores dos jornais nacionais para onde enviava as suas crónicas e até contos, assim como correcções e reprimendas, por vezes duríssimas.

João de Araújo Correia copiava toda a sua correspondência emitida de forma organizada, transformando o espólio num autêntico fundo documental. É pois possível perceber muito bem o homem que escrevia e os homens que lhe escreviam, não só pelo conteúdo confessional que as cartas sempre encerram, mas também pelos belíssimos pedaços de literatura que naturalmente lhe saíam da pena, nas mensagens mais simples ou nos pensamentos mais profundos.

Apesar de muito reflexivo e grande conhecedor da realidade social que lhe passava diariamente pelo estetoscópio, Araújo Correia expõe-se corajosamente nas suas cartas, seja ao nível dos afectos, seja a sua personalidade, sejam as suas opções políticas. Pelas suas cartas, no seu incontornável estilo confessional, passam a sua luta contínua e diária pelos valores e contra a injustiça, contra a falta de liberdade, mas também contra a ignorância geradora de inveja. Tudo está plasmado num puríssimo português, no epistolário deste grande operário das letras.

O médico e o escritor que apalpava o pulso à comédia humana e a retratava a desoras era um defensor de causas nacionais, democrata e republicano, sangue que lhe corria nas veias vindo do pai, activista do Partido Republicano, amigo e admirador de António José de Almeida, cuja visita à Régua em 1910, poucos dias depois da implantação da República, João de Araújo Correia descreve numa crónica cujas imagens foi buscar aos seus 11 anos de idade, acabando por explicar o seu relacionamento pessoal com o governante e Presidente da I República anos mais tarde, quando seu pai foi preso político em 1927.

João de Araújo Correia seguiu-lhe as passadas e partilhou a mesma cumplicidade política ao fazer parte da candidatura de Norton de Matos, afirmando na sua correspondência o seu apoio ao general e a sua luta contra o Estado Novo.

Em carta ao escritor lisboeta Julião Quintinha em 1949, João de Araújo Correia define o seu carácter e a sua personalidade política ao afirmar: “...*Eu não sou político, já lho disse, não quero traír a minha recatada missão de humilde pensador. Todavía, meu amigo, o meu sonho único é o sonho de Herculano. Chama-se liberdade*”.

Não sendo despicenda esta referência ao confesso republicano livre que foi João de Araújo Correia, agora que se comemora o centenário da República, não é possível terminar uma reflexão sobre este mestre da língua materna e da cidadania sem uma referência ao seu amor pela língua portuguesa, tantas vezes afirmado em crónicas, mas também em cartas. Talvez a sua última referência a propósito tenha sido feita numa carta enviada a Eugénio Lisboa já em 1981, quando refere: “*A nossa língua, se ninguém lhe acudir, vai-se embora antes do século dar o último suspiro. Se ninguém lhe acudir? Eu creio que ninguém lhe acode. Poderiam salvá-la os jornais, mas os jornais são os corveiros do idioma. E ninguém os empece. Toda a gente os imita, como eles imitam servilmente o mau Brasil...*”

(Pergunta-se o que diria João de Araújo Correia com essa verborreia política inventada nos últimos anos por políticos ignorantes, e a que chamaram “Acordo Ortográfico”).

Muito há ainda a explorar dentro deste confessional que é a correspondência de João de Araújo Correia, e muitas são as mensagens e as imagens por descobrir neste trabalho de joalheria onde todos os diamantes aparecem perfeitamente lapidados pela mão deste mestre de nós todos.

Vamos continuar a visita ao confessional de um escritor livre. ▽

João de Araújo Correia

Meu querido Am. e Loupado:

Bem feliz por suas
 atencões. Foi a festa, um,
 com o tempo, e a meu
 de cast e de cast. A
 muita festa, por o tempo
 geralmente, mas se firmarem
 firmarem - me e othy
 no cast - o Stacionar. Foi
~~sentido~~ a definição de um
 nome o tempo. Foi muito
 a expressão. Alguém, se se a
 mentalidade e a imitação de espírito -
 e de espírito de R. Augusto -
 do tempo. Foi, pois
 por muito com uma pluma e
 pensos e pensamentos, os fatos por mim.



Inéditos

CORRESPONDÊNCIA

DE

JOÃO DE ARAÚJO CORREIA (DACTILOGRÁFICA)

EPISTOLOGRAFIA INÉDITA DE JOÃO DE ARAÚJO CORREIA

Esta secção, a título exemplificativo e não exemplar, pretende dar conta do carácter elevado da linguagem na correspondência epistolar de João de Araújo Correia. As cartas, integrais ou em excertos, e o telegrama escolhidos transmitem a originalidade, elevação e grandeza do discurso de Araújo Correia.

Dado o manancial epistolográfico do autor, é claramente ingrata esta magna tarefa. Contudo, acreditamos que a sensatez crítica do leitor deduzirá que jamais aqui qualquer selecção das cartas poderia ser A selecção. Resta, portanto, do possível exposto – pensando como na Alemanha a correspondência de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) é tida em grande conta quando se pretende avaliar o seu pensamento, ou, evoque-se justamente, entre nós, as cartas de Antero de Quental (1842-1891) – fruir do nível a que ascendeu, e se mantém, o discurso nobre, retórico, delicado, clássico-poético das epístolas de João de Araújo Correia.

Nota: No telegrama da página 189, em vez de “como se pusesse num altar” deve ler-se “como se depusesse num altar”.

João de Araújo Correia

Peso da Régua, 3 de Janeiro de 1971

Meu querido Amigo
Costa Barreto :

Os vândalos destruíram a Poética, mas, não destruíram a Poesia, que se refugiou na Prosa. É ~~essa~~ pura o conto que me dedicou e agradeceu em telegrama.

Os contos primitivos eram assim, cheios de simbolismo, cheios de alegorias. Com o realismo, queimaram essas asas. Só as vivifica o realista que não deixa de ser poeta. Questão de tacto, que permite extrair perfume de uma couve.

Penso que houve trapalhada no vinho que lhe mandei. Meu filho, que tem muito que fazer, admite que se tenha equivocado, entregando-lhe ou mandando-lhe entregar uma garrafa de vinho inferior. Hei-de vingá-lo dele e do equívoco na Páscoa, com uma garrafinha que se veja e beba.

Não me esquecerei dos meus bilhetes. Nunca me faltam assuntos, mas, às vezes, deixo fugir os melhores, porque me falta um minuto vago para os agarrar.

Apertado abraço do
Admirador e Amigo

João de Araújo Correia

Telefone 22114

Rua de Maximiano Lemos, 103

Peso da Régua

5 de Fevereiro de 1975

Meu Ilustre Amigo

Dr. Joaquim Montezuma de Carvalho :

Quis dedicar-lhe o conto Aquele Gate. Mas, refreei a vontade, supondo-o insulso. Como gostou dele, ponha-o, sem hesitação, na sua antologia. E, se um dia a publicar, acrescente-lhe a dedicatória : ao Dr. Joaquim Montezuma de Carvalho.

Muito me deleitaram e instruíram as suas considerações sobre génese literária, nomeadamente as que se referem à arte de contar. O artista, quanto mais perfeito, menos se conhece. Precisa de luz alheia para se enxergar um palmo adiante do nariz.

Bem haja pelo elogio do Pó Levantado, que eu supus livro somenos. Mas, a sua análise do corpo de delito, absolveu-o ! Bem haja. Agora, que a letra de fôrma se alheou da Literatura para se absorver na Política, se não fossem os amigos particulares, o escritor andaria no mundo como cego a que faltasse o bordão.

Pax et Libertas lhe deseja o

Admirador e Amigo



João de Araújo Correia

Rua de Maximiano Lemos, 103

Peso da Régua

Telefone 22114

23 de Julho de 1971

Ex.^{mo} Senhor

Dr. Jacinto do Prado Coelho :

Muito obrigado a V.Ex.^a

pela maneira como leu e apreciou, com penetrante lupa analítica, a minha Enfermaria.

Pouca gente sabe ler. Há muitos leitores e poucos leitores. Há quem possua todas as ciências, fale de cadeira a respeito de tudo e meta as mãos pelos pés ao interpretar o pensamento alheio - embora expresso em linhas muito claras. Se todos os críticos soubessem ler, como o Prof. Jacinto do Prado Coelho, haveria menos lisonja e mais justiça no mundo literário.

Alinharei um dia destes, para o Colóquio, um conto próprio de Julho. Mas, como não tenho letra que se leia, espero uma hora vaga para o dactilografar. Creio que o mandarei a V.Ex.^a na próxima semana. Hoje não vai, porque vou sair de casa, para o Porto, com demora de três dias.

Creia-me V.Ex.^a

consciencioso admirador

4 de Maio de 1976

Ex.^{mo} Senhor

Dr. João Gaspar Simões :

Muito me honra V. Excia, convidando-me para colaborar no Século. Mas, só poderei colaborar como contista na página literária. Por vários motivos, superiores à minha vontade, emudeci como cronista. Não sei se me será possível recuperar a fala. Esse milagre dependerá de vento que favoreça a minha liberdade. Como diria o Raúl Brandão, até na cova esperarei o sopro desse vento.

Se V. Ex.^a concordar com a colaboração que posso dispensar-lhe, tenha a bondade de mo dizer para lhe enviar, na volta do correio, o primeiro conto. É óbvio que se tratará de conto inédito.

Folgo de saber que o Século, agora dirigido por V. Excia, tenta reatar, como V. Ex.^a diz, o caminho encetado vai para cem anos. Será difícil, mas não será impossível reencontrar esse caminho. Ponto é que V. Ex.^a e colaboradores se disponham a orientar o povo no sentido da luz e da fraternidade.

O povo anda hoje às escuras e não sabe o que é fraternidade. Precisa de quem o alumie e lhe dê exemplo de amor sem lhe dar gato por lebre, isto é, sem lhe dar cinco para receber dez em negócio político.

Só a isenção, própria de pensadores estremos, poderá acudir, se for activa, ao desgraçado povo português. Acudia-lhe eu se fosse mais novo e se me não tolhesse o embargo que apontei no alto desta carta.

Respeitosamente me subscrevo

camarada atento



João de Araújo Correia

Telefone 22114

Rua de Maximiano Lemos, 103

Peso da Régua

31 de Julho de 1971

Ex.^{mo} Senhor

Dr. Jacinto do Prado Coelho :

O meu conto de Julho não me saiu grande coisa. Mas, tal como brotou da minha fonte, quase seca, o envio a V. Ex.^{ra} para o COLÓQUIO.

O meu prefácio às CENAS CONTEMPORÂNEAS passou despercebido à nossa crítica oficial. As gazetas limitaram-se a transcrever, como propaganda do livro, um ou dois passinhos do meu escrito. Qual não foi o meu espanto, ao ouvir na Emissora, antecorrem, o elogio da nota preambular. Deve-se ao Dr. Bigotte Chorão, que foi tão espontâneo como abusivo em generosidade. Não lhe ofereci as CENAS CONTEMPORÂNEAS.

Tenho comprado e lido o COLÓQUIO-LETRAS. Muito me honrarei de ver o meu nome em tão formosa revista.

Disponha V. Ex.^{ra} do

Sincero Admirador

Telepau
24-2-13

João de Araújo Correia
 Rua de Martiniano Lamas, 103
 Peso da Régua

DONA MARIA DA GLÓRIA TEIXEIRA DE VASCONCE-
 LOS

CASA DA CERCA

AMARANTE

VOU EM ESPÍRITO CUMPRIMENTAR VOSSA EXCELÊNCIA COMO SE
 FOSSE NUM ALTAR DOIRADO UM RAMO DE VIOLETAS ponto

João CORNEIA - Peso da Régua - TELEFONE 22114

Telefone 22114



Quinteto

Margarida Vale de Gato

TRADUZIR E CRIAR EM CINCO PERGUNTAS

Margarida Vale de Gato, poeta e investigadora do Centro de Estudos Anglísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem compaginado a sua vocação de criação literária com um importante labor na área da investigação, em especial na árdua tarefa de efectuar traduções de obras de qualidade para a Língua Portuguesa. O seu trabalho de criação e investigação tem merecido alguma atenção da crítica nos periódicos de referência a nível nacional.

Esta intelectual emergente no panorama das Artes e Humanidades em Portugal continua de forma fecunda a grande tradição dos intelectuais portugueses que pautaram a sua carreira cultivando um diálogo fecundo entre a cultura portuguesa e as escolas, as correntes e os grandes protagonistas da cultura internacional.

A sua actividade como tradutora promete oferecer um contributo relevante para esse diálogo necessário que importa não interromper e para o qual o exercício da tradução é fundamental. Com efeito, o labor da tradução é um trabalho importante para o enriquecimento intercultural e para favorecer a abertura de horizontes novos, potenciar as energias criadoras dos indivíduos e desenvolver cultural e espiritualmente os povos.

Apresentamos aqui Margarida Vale de Gato como uma referência dessa convivência multidisciplinar e multicompetente entre o universo da tradução, da investigação e da criação. O resultado tem sido de qualidade assinalável.

Entrevistada por
JOSÉ EDUARDO FRANCO

1 - Poderia destacar os traços mais relevantes da sua biografia intelectual, relevando o que a teria levado a enveredar por uma carreira livre dedicada à tradução compaginada como trabalho de tradução e criação literária?

MARGARIDA VALE DE GATO Na verdade, desde muito nova que me lembro de ficar algum tempo a pensar que aquilo que eu pensava tinha uma expressão, que essa expressão influenciava as próprias coisas sobre que eu podia pensar e a maneira de pensar nelas, e que gostava muito de saber o que se passaria se essa expressão se desse noutra língua. Foi o que descobri aos 12-13 anos, quando vivi na Califórnia. A primeira vez que tive consciência de estar a pensar na língua daquela terra de empréstimo foi para mim um acontecimento. Deixei de ser só uma pessoa, ao mesmo tempo que senti que tinha capacidade de me aproximar de muito mais pessoas. Simultaneamente, estudava francês para tentar acompanhar os programas de cá, sendo que a melhor maneira que descobri para o fazer foi mudar para português as canções de Jacques Brel, que tanto me emocionavam e foram as minhas primeiras traduções, juntamente com os capítulos iniciais do *Out of Africa*. Se acreditarmos, como eu acredito, que a expressão artística linguística se esforça por ir além do código de verbalização que é o discursivo, abeirando-se de um qualquer transcendente intenso, então há todo um sublime que se potencia quando descobrimos a dissonante beleza de Babel que pode integrar essa experiência. Numa perspectiva romântica, claro, essa experiência é desesperantemente incomunicável. E, no entanto, só se pode dar pela oposição – e pelo reverso do confronto, que é o diálogo. Então, aqueles de nós que temperam o romantismo com compromissos materiais de localização efémera agarram-se ao espaço intersticial da tradução.

2 - Como combina o trabalho de tradução com o exercício da sua actividade como investigadora e ensaísta, e de que modo estas duas valências se tornam obstáculo ou antes facilitadoras e fecundadoras da sua vida de criadora literária como poeta?

MARGARIDA VALE DE GATO A mim interessa-me a literatura, o uso da linguagem para além da comunicação-comércio, do inteligível, interessa-me a ambiguidade que abre curto-circuitos e frechas e circulação, o equívoco que propicia a descoberta. Interessa-me o papel que tem nisto a forma como essa linguagem se materializa, seja num uso prosódico-retórico, seja no seu modo de desafiar as infinitas limitações das estruturas morfo-sintácticas e combinações lexicais permitidas pela(s) língua(s) de expressão. Esta última característica emerge com especial pungência na prática da tradução. Tradução, crítica e análise de texto são hoje para mim actividades sobrepostas, e praticamente não as consigo conceber sem interferirem umas nas outras (até porque grande parte da minha pro-

dução ensaística se faz em inglês e logo estou sempre a pensar em termos de conversão). Ao nível da criação, passa-se outra coisa, que talvez eu consiga explicitar melhor na resposta seguinte. No entanto, se me parece evidente que as minhas actividades de investigação, docência e tradução beneficiam com as minhas tentativas de praticar literatura, o contrário já não é assim tão linear, porque às vezes o bisturi da análise funciona como censura e quase desertifica a imaginação.

3 - É mais do que recorrente a afirmação de que um tradutor é um traidor, ou antes um co-criador, um co-autor. Define a tradução mais como uma arte ou mais como uma ciência e uma técnica? Como avalia a importância cultural do trabalho de tradução?

MARGARIDA VALE DE GATO Reparo que na pergunta anterior acabei por colocar do mesmo lado a tradução e a reflexão crítica e, do outro, a criação literária. Na verdade, porém, acredito que a tradução literária comunga da criação e da crítica, como defendia um tradutor-poeta que muito admirei, Haroldo de Campos. Também acredito que a tradução literária se distingue da restante tradução, embora tivesse demorado alguns anos a chegar a esta convicção. Antes, sentia-me bem com a designação “tradução de textos literários”, mas hoje julgo que a qual-

idade “literária” modifica realmente a natureza da actividade da tradução, porque o seu objectivo deixa de ser principalmente a inteligibilidade de uma mensagem numa cultura diferente daquela em que foi produzida, e o seu fazer não é uma transmissão de significados. Para o texto continuar a ser literário não pode haver paráfrase, tem de haver uma presença da desfamiliarização da linguagem que tornou aquele texto literário, que força o contágio dos modos de trabalhar a língua de partida na língua de chegada. Esse trabalho do contágio passa pela transcriação, como também dizia Haroldo, usando para isso ainda a metáfora física da “transusão de sangue”. Mantenho, no entanto, uma diferença ao nível da criação em termos do fazer do texto literário e da sua tradução. O primeiro é o universo e a segunda um satélite que tem de reconhecer a dependência deste e a órbita para a qual se desloca. Talvez este pensamento leve a uma hierarquização que limita o fazer da tradução – seja: para mim ele é mesmo balizado, e o meu maior prazer é agir no respeito dos seus limites que são, em última instância, os horizontes ideais de autor e leitor.

Sobre a importância cultural do trabalho do tradutor, deixo uma reflexão relativa a uma citação de Saramago que li recentemente: “Os escritores fazem as literaturas nacionais e os tradutores fazem a literatura universal”. Ora, isto é bonito mas eu preferia que Saramago tivesse dito “internacional” em vez de “universal”, visto que o primeiro caso nos daria a medida diversa das ideias de literatura e do Homem que as traduções tornam presente, tantas vezes a partir de um mesmo texto.

Aqueles de nós que temperam o romantismo com compromissos materiais de localização efémera, agarram-se ao espaço intersticial da tradução.

4 - A Universidade portuguesa tem potenciado e valorizado suficientemente o trabalho de tradução ou entende que o ensino e proficiência da arte da tradução precisa de ser repensado?

A mim interessa-me a literatura, o uso da linguagem para além da comunicação-comércio, do inteligível, interessa-me a ambiguidade que abre curto-circuitos e frechas e circulação, o equívoco que propicia a descoberta. Interessa-me o papel que tem nisto a forma como essa linguagem se materializa, seja num uso prosódico-retórico, seja no seu modo de desafiar as infinitas limitações das estruturas morfo-sintácticas e combinações lexicais permitidas pela(s) língua(s) de expressão.

MARGARIDA VALE DE GATO Julgo que, sobretudo nas últimas duas décadas, a Universidade portuguesa tem contribuído muito para valorizar não só a prática tradutória como aquilo que os estudos literários, culturais e sociais têm a ganhar debruçando-se sobre as traduções enquanto índices de diálogos, negociações e conflitos entre culturas ou de agenciamento artístico para instauração ou mudança de sistemas poético-ideológicos. A história dos cursos de pós-graduação em tradução e nos seus estudos, em primeiro lugar, e de licenciatura, mais recentemente, na Faculdade de Letras, onde cumpre destacar nomes como João Ferreira Duarte ou João de Almeida Flor, é exemplo disso mesmo. Claro que a investigação e o ensino nesta disciplina, tal como em qualquer outra, necessitam de ser constantemente repensados. Neste momento, cumpriria fomentar o diálogo entre os vários interlocutores desta área essencialmente interdisciplinar – da literatura à linguística e aos estudos artísticos e culturais – por forma a assegurar continuidade e articulação nos programas de estudos.

5 - Como investigadora especializada na área de estudos americanos do Centro de Anglisticos da Faculdade de Letras da UL, queira destacar as opções e resultados mais relevantes da sua produção intelectual nesta área de saber, oferecendo um comentário sobre o modo como articula o investimento em pensar e fazer a literatura.

MARGARIDA VALE DE GATO As escolhas vocacionais naturalmente integram e determinam a biografia. No meu caso, muito do que faço hoje profissionalmente, à parte talvez do escrever que de qualquer forma não encaro como profissão, teve a ver com o acidente de a minha pré-adolescência ter sido transplantada para a costa oeste dos Estados Unidos. Mas também com outras coisas: a dada altura, quando estava a fazer a licenciatura, apaixonei-me por William Faulkner. Por isso, fiz a minha tese de mestrado em Literatura Norte-Americana e nessa altura tive a sorte de deparar com duas Teresas, Alves e Cid, que me deram a ver a natureza profundamente transcultural da formação e continuidade da região dos EUA, além de me darem a perceber que uma forma produtiva de estudar esse fenómeno era incorporar nele o estar fora, num movimento de quase-agressão com vista à apropriação que tem também

a ver com a tradução. Logo, portanto, me lancei no contrastivismo, orientando a minha dissertação de mestrado para um estudo comparado com um autor português que, à semelhança do americano que eu tinha escolhido, se ocu-

pava de discursos a um tempo desviantes e singulares e do desafio potencial da sua transmissão: António Lobo Antunes. Mais tarde, no doutoramento, dediquei vários anos de estudo a perceber o extraordinário fenómeno de arbatamento que aconteceu a Edgar Allan Poe, desde os EUA para o coração de uma Europa culturalmente dominada pela

França no século XIX, e como serviu a uma demarcação de diferença na lírica portuguesa. O que faço, quando às vezes tento escrever literatura, é também um trânsito de paixões e conflitos – sendo que (reparo, mesmo que me sinta tentada a reclamar o contrário) ocorre igualmente uma transferência da crítica para a criação, no prazer de desmontar o que outros (re)criaram. Assim, acabo de concluir um trabalho de tentativa de reconstituição de papéis e discursos – os de Fernando Pessoa sobre Edgar Allan Poe – que, pelo meio da ilusão de reanimar gestos tradutórios, já me valeu certos poemas.



DOSSIÊ REPÚBLICA



O dever académico forçou-nos a participar nas comemorações do centenário da instauração da República. Não o quisemos fazer do ponto de vista da neutralidade académica que moveu a maioria das iniciativas. Deste ponto de vista apresentamos o brilhante estudo de Ernesto Castro Leal, cujos trabalhos sobre a história dos séculos XIX e XX o têm afirmado como um dos melhores historiadores portugueses recentes, bem como o artigo da jovem investigadora Elizabete Francisco.

Porém, dois trabalhos de João Bigotte Chorão e Pinharanda Gomes marcam um directo envolvimento nas tensões culturais originadas pela instauração da República em 1910. Do mesmo modo, permitimo-nos destacar o “caderno” que acompanha a nossa revista em forma de separata, com uma poderosa e sábia intervenção de Vitorino Magalhães Godinho, cujos ecos culturais e epistemológicos – não o duvidamos – se repercutirão sobre futuros estudos sobre a República.



A EXPRESSÃO “ÉTICA REPUBLICANA” TERÁ SENTIDO? (DESPRETENSIVO INFORME)



Carlos Leone

CHC – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



No seu Editorial de *Brotéria* (169/2009), intitulado “Preparando a ‘República’”, António Vaz Pinto, sj responde à pergunta que formula (p. 636) pela negativa. Os argumentos que apresenta (pp. 636-637) são pertinentes a título histórico e conceptual, pelo que esta outra resposta à interrogação pretende pautar-se não tanto pelo princípio do contraditório como pela identificação de uma alternativa de entendimento da própria pergunta que permita, com o mesmo cuidado histórico e conceptual, argumentar em sentido afirmativo.

Acaso a leitura que fazemos do argumento do editorialista seja errónea, agradecemos correcção. Mas, desde já, o argumento que propomos pretende valer por si, independentemente de qualquer apoio em textos alheios.

1. SENTIDO E ALCANCE DE “ÉTICA”

Na sua interrogação da “ética republicana”, António Vaz Pinto começa por identificar a noção “ética” com “o comportamento correcto” em termos não políticos mas morais (axiológicos), indiferente a considerações de tipologia política, razão pela qual não se poderia subsumir nenhum comportamento correcto à República, como nenhum o poderia ser à Monarquia (cf. p. 636).

Sem cuidar aqui de nenhuma definição mais elabora-

da de “ética”, podemos sem dificuldade aceitar a identificação do termo com a noção de “comportamento correcto”. Com efeito, seja no uso comum seja mesmo (com maior elaboração) em sede filosófica, esta “correcção” (ao menos como *dever-ser*) norteia o uso e o entendimento do termo. Deste modo, a sua irredutibilidade a qualquer apropriação por construções institucionais (a República e a Monarquia referidas por A. Vaz Pinto, mas poderíamos ainda acrescentar a teocracia, pelo menos) é de facto lógica. Contudo, atendendo ao sentido caracteriológico de *ethos*, a referência à eticidade a respeito do republicanismo permite-nos interpretar a pergunta de um outro modo: em vez de uma alternativa entre formas políticas, uma reflexão sobre a política enquanto parte iniludível da natureza social do Homem.

Nesta outra perspectiva, que não anula nem sequer contraria a prosseguida no editorial, a “ética republicana” pode fazer sentido a dois títulos. Não o formal-institucional já mencionado, em que se distingue da Monarquia, mas dois outros que lhe são lógica e historicamente anteriores: uma prática política e uma concepção de dever social que sustenta tal prática.

A concepção de dever social consiste em definir a ética republicana como o conjunto de valores sociais prezados pelo cidadão. Assim, a igualdade de todos

perante a lei comum (por todos criada) será marca distintiva da ética republicana, ao abolir qualquer privilégio (de nascimento, de classe, de *status*, etc.) na vida cívica, no que se distingue de uma eticidade que (monárquica ou não) não rejeite uma diferenciação entre membros de uma cidade no plano dos seus próprios deveres.

Associada a esta ética republicana igualitarista estará, naturalmente, uma prática, antes ainda de qualquer forma política (presidencialista ou parlamentarista). Essa prática, no entanto, confunde-se hoje com o democratismo. Trata-se de um problema conceptual interessante (apesar de não ser novo) mas que, tal como a própria aceção formal-institucional referida no Editorial, não carece de discussão aqui, pois a prática não pretende realizar sem falhas os ideais, antes se caracteriza por concessões ao real. Isto mesmo nos permite voltar ao texto do Editorial¹.

2. HISTÓRIA E FACTICIDADE

Delimitado o sentido (tendencialmente igualitarista) e o alcance (normativo, não descritivo) da referência à “ética republicana”, esta nossa resposta à pergunta do Editorial de *Brotéria* 169 ganha em considerar de novo o argumento aí desenvolvido. E, após destacar a apoliticidade da ética enquanto comportamento correcto, A. Vaz Pinto interroga-se se a expressão “ética republicana” pretenderá reclamar para os defensores do republicanismo o monopólio da eticidade. Tal interpretação evidencia o absurdo de semelhante raciocínio, como a comparação factual entre cidadãos republicanos e súbditos monárquicos ilustra, bem como a nossa História republicana, centenária, permite identificar comportamentos díspares, todos eles reclamando para si correcção, quando não mesmo correcção exclusiva (cf. pp. 636-637).

Não se nos oferece nenhuma questão quanto ao sentido da comparação estabelecida no Editorial entre a

eticidade dos republicanos portugueses e a dos monárquicos ingleses. Do mesmo modo, a simples observação do comportamento dos agentes políticos deixa bem clara a diferente apreciação do que vem a ser a eticidade na prática, ao longo do tempo, mesmo dentro de um modelo formal único, republicano.

Apenas observamos que a comparação entre Monarquia e República persiste nos planos tipológico, formal e institucional. E que a nota da diferente concepção de eticidade patente ao longo dos 100 anos de República em Portugal se reporta ao plano da prática. Ora, como já propusemos, existe pelo menos um plano mais – e, ousamos afirmar, anterior aos restantes – na concepção de “ética republicana”, o da axiologia. E, atendendo a este terceiro nível, a nossa resposta afirmativa à pergunta pela existência da ética republicana pode, por seu turno, subdividir-se:

- a) fazendo do “dever-ser” republicano (tendencialmente igualitário) o critério rigoroso para a prática política, plano em que, por exemplo, o republicanismo da Constituição do Estado Novo redundava em mera semântica²;
- b) centrando a resposta na consequência política dessa eticidade, rumo que iremos tomar.

Dado que o primeiro rumo reconduzir-nos-ia do plano do “dever-ser” ao plano do “é” (prática) e ao do “tem de ser” (institucional), optamos pelo segundo. Entendendo que a resposta afirmativa à pergunta pela existência de uma ética republicana se fundamenta num carácter específico, com consequências políticas, parece mais apropriado prosseguir por esta via. Assim, tal como o Editorial propõe (p. 637), não privilegiamos República sobre Monarquia, diferença institucional de momento negligenciável. Optamos sim por conceber a ética republicana como um comportamento com consequências políticas³.

¹ Antes, porém, uma nota. Vale a pena registar como a Causa Real, liderada pelo Dr. Paulo Teixeira Pinto, anunciou a 5 de Outubro de 2009 (cf. *Diário de Notícias* dessa data) pretender assinalar o centenário da República portuguesa, propondo uma alteração constitucional que renomeie a lei fundamental como “Constituição da Democracia Portuguesa”. Trata-se aqui da exploração consciente (e pertinente...) da confusão conceptual que, no plano prático – que não ético nem institucional – se estabeleceu nas sociedades modernas entre o republicanismo como vida pública e a democracia como modo “natural” de (auto)governo. Será, a verificar-se, um debate interessante para aferir a própria consciência cívica da necessidade de articular os ideais republicanos com as instituições, numa prática que não se identifique com a mera gestão, pela forma de governo democrática, de um *statu quo* simplesmente herdado (uma herança complexa, aliás).

² Sobre o termo “constituição semântica” e sua aplicabilidade aqui, veja-se M. Rebelo de Sousa, “Estado de Direito”, in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal, “Suplemento”*, vol. 7. Lisboa: Figueirinhas, 1999, pp. 662-664.

³ E, nisto, distinguimo-la também da confusão com o conceito de “Democracia”, aliás referido no Editorial (p. 637) enquanto comportamento cívico, numa fórmula que, se bem entendemos, não exprime uma teoria política mas uma simples forma de expressão. Por esse motivo, não insistimos aqui na diferenciação entre “República” e “Democracia”.

3. ETICIDADE E POLÍTICA

Aquilo que de mais relevante se pode argumentar em favor da pertinência da noção “ética republicana” é, a nosso ver, a sua consequência. Esta, entendemos ser política por se reflectir seja no plano prático dos comportamentos seja no plano formal das instituições (por muito matizadamente que isso suceda).

A consequência política da igualdade de todos perante a lei comum, obra de todos, é o primado da lei, característico de toda a sociedade moderna e indissociável das sociedades bem governadas em todas as eras. Apesar dos riscos que inevitavelmente comporta (desde logo, o sacrifício da liberdade no altar da igualdade), este primado da lei estabelecido pela experiência social da igualdade é distintivo do cuidado com o bem público. Sem entrar aqui em considerações filológicas em torno da *res publica*, é ainda assim lícito mencionar que o termo “republicano” serviu, em autores tão diversos como Cícero ou Maquiavel, para designar o *ethos* responsável pela criação de governos orientados para o bem comum. Que as práticas e instituições concretas desse bem comum divergiram muito, é sabido. Nem por isso o termo perdeu esse sentido. Para não multiplicarmos as referências, exercício fútil, cite-se por todos David Hume, filósofo que, sendo escocês, nem por isso deixou de ser súbdito da Monarquia inglesa. No seu ensaio “Da Liberdade Civil”⁴, em pleno século XVIII, lemos: “Pode actualmente afirmar-se, sobre as monarquias civilizadas, aquilo que anteriormente se dizia apenas em louvor das repúblicas: que são *um governo de Leis e não de Homens.*” Itálicos no original, note-se.

Podemos, assim, com o necessário grau de generalidade (e, por conseguinte, susceptível de excepções), afirmar que a “ética republicana” é o termo que exprime o cuidado com a coisa pública em primeiro lugar, o que, sendo uma questão de carácter antes de questão prática e antes de adquirir algum grau de institucionalização, por isso mesmo condiciona (ainda que por vezes em fraca medida) esses outros sentidos de republicanismo. Libertado, deste modo, dos constrangimentos de uma identificação com práticas específicas e de uma identificação com um termo próprio de tipologias institucionais, “ética republicana” readquire assim, pela referência ao valor social da legalidade, um sentido, não polémico nem exclusivo, mas em todo o caso substantivo. “Sem adjectivos”, como bem indica o Editorial, *in fine*.

4. CONTEXTO E COMEMORAÇÃO

Respondida pela positiva a pergunta formulada no Editorial de *Brotéria*, e partindo do princípio de que não houve no que ficou atrás expresso margem para suposição de leitura tendenciosa do Editorial, necessário é não terminar sem uma palavra a respeito do contexto da interrogação sobre a ética republicana. Esse contexto, como claramente afirma A. Vaz Pinto (p. 366), é o da comemoração do centenário da República. E esse contexto merece comentário, tanto pela pertinência da “ética republicana” nele, como pela dimensão ideológica a que provavelmente não irá escapar o comemorativismo, num conflito das interpretações em que o “lembrar com outros” será também, amiúde, “lembrar contra outros”.

A “ética republicana” supõe, como afirmámos, uma partilha de valores entre os cidadãos e as organizações em que se associam politicamente. Nessa medida, tudo indica que a presente e continuada mortificação “dos partidos” se preste a ser explorada num contexto comemorativo dos ideais fundadores do republicanismo. Sem assumir as dores dos partidos políticos portugueses (que tanto fazem para as merecer), cumpriria no entanto perguntar-nos se a razão de ser de tais queixas não reside justamente em esses partidos serem representativos da sociedade. Isto é: a invocação da ética republicana, no contexto de 2010, só fará sentido (tal como a entendemos, claro está) enquanto questionação da sociedade portuguesa – e não de nenhum subsector específico, cuidadosa mas acriticamente isolado para servir de bode expiatório, seja o subsistema partidário, o judicial ou outro.

Por último, tudo indica (veja-se desde logo a referência ambígua à democracia no Editorial que citámos) que uma vez mais assistiremos à identificação entre “República” e “Democracia”. Tanto do ponto de vista conceptual como do ponto de vista histórico, esta confusão de termos é grave, embora quase inevitável. Não sendo esta a ocasião para a discutir, uma vez que se trata de um problema de tipologia de formas políticas, não deixa de ser, por isso mesmo, necessário terminar enfatizando a autonomia da “ética republicana” (tal como a apresentámos) face a qualquer experiência histórica que a reclame. A bem da ética de todos, republicanos ou não.

⁴ In David Hume, *Ensaíais Morais, Políticos e Literários*. INCM: Lisboa, 2002 (p. 92).



PATRIOTISMO REPUBLICANO E GRANDE GUERRA – MEMORIALISMO NA “RENASCENÇA PORTUGUESA”¹



Ernesto Castro Leal

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



“Eu os vejo, [...] o tronco envolto na samarra, e as pernas nos safões, hirsutos e felpudos, como os Lusitanos bárbaros de outrora. Descem do seu calvário, patujando, a fundo, com as suas toscas botifarras dentro da neve e da lama, nos trilhos aspérrimos da *trincha*. Vergam ao peso das armas, da mochila, do capote, do capacete, da máscara, e mais ainda da miséria, da doença, do cansaço.”

Jaime Cortesão².

“Os factores espirituais e materiais expressam-se numa dimensão de tensões e complementaridades [...]. Na recorrente visualização dramática, emerge o homem, na sua expressão de classe e actividade, levando Cortesão a privilegiar os aspectos unificadores que acompanham a sua acção voluntária.”

José Esteves Pereira³.

1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

No ano do Centenário da República em Portugal, revisitamos algumas obras memorialísticas de combatentes portugueses durante o prolongado conflito da Grande Guerra. A amostra representativa para a construção deste texto incorpora livros que foram publicados na cidade do Porto, pelas edições do Grupo “Renascença Portuguesa”, entre 1916 e 1924, incluindo o número especial da revista portuense *A Águia* de Abril-Junho de 1916 (“Portugal e a Guerra”).

Entre os autores das narrativas memorialísticas, onde se destaca as *Memórias da Grande Guerra* de Jaime Cortesão, ou dos estudos críticos, estão importantes vultos das elites intelectuais e das elites militares, como Jaime Cortesão (capitão miliciano médico na guerra da Flandres), Basílio Teles, José de Macedo, Bento de Carvalho Lobo (Visconde de Vila-Moura), Alfredo Barata da Rocha, Adelino Mendes, general

¹ Neste texto, reescrevemos e aprofundamos uma parte de um texto mais vasto que publicámos na *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, 2000, pp. 441-460 (“Narrativas e imaginários da 1.ª Grande Guerra. O ‘soldado-saudade’ português nos ‘nevoeiros da morte’”).

² Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 237.

³ José Esteves Pereira, “A teoria da história de Jaime Cortesão”, in *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 383 e 387.

Manuel Gomes da Costa, tenente-coronel Alexandre Malheiro, tenente-coronel médico Eduardo Pimenta, capitão Augusto Casimiro, capitão Carlos Afonso dos Santos (pseudónimo, Carlos Selvagem) e tenente João Pina de Morais.

Quanto aos colaboradores do referido número da revista *A Águia*, figuram, entre outros pensadores, Teixeira de Pascoaes (pseudónimo de Joaquim Teixeira de Vasconcelos), Teófilo Braga, Leonardo Coimbra, Alberto de Oliveira, Raul Proença, Jaime de Magalhães Lima, João de Barros, Francisco Mayer Garção, Henrique Lopes de Mendonça e Marcelino Mesquita, com prosas; Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, António Gomes Leal e Augusto Gil, com poesias.

2. HISTÓRIA, LITERATURA E GUERRA

O processo social de construção da identidade, quer se trate de uma sociedade, de um grupo ou de um indivíduo, faz uso da íntima relação entre memória (passado), vivência (presente) e projecto (futuro), recorrendo a várias categorias de referentes identitários, entre os quais se encontram os materiais e físicos (território ou clima), os históricos (origens ou acontecimentos marcantes), os psicoculturais (sistema de valores ou hábitos colectivos) e os psicossociais (actividade ou motivação).

Há sempre, com óbvia diferença de intensidade, um jogo dos possíveis, entretecendo o biológico e o cultural, que mobiliza uma dimensão genealógica e uma dimensão ambiental, definindo assim traços de uma personalidade de base. Durante o processo de identificação-singularidade, torna-se necessário, seguindo Eric Erikson, operar uma distinção, atribuir um significado e conferir um valor⁴. A escrita diarística e memorialística evidencia esse processo de construção social da memória, mas também alicerça a construção historiográfica do passado. Afirma Jacques Le Goff que a “memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”⁵.

O tempo da escrita das presentes *narrativas de guerra* tem uma grande proximidade com o exaltante tempo histórico descrito (tensão trágica entre a vida e a morte), impregnando por isso as descrições de uma

forte dramatização emocional que não lhe retira o imediatismo, habitualmente “reformulado nos termos distanciados e amadurecidos que o memorialismo implica [...]”⁶. Pode então colocar-se o problema de se estar mais perto do género narrativo do diário/auto-biografia do que do género narrativo das memórias, se se enunciar a questão da distanciação.

Por outro lado, convive com frequência um discurso autojustificativo e propagandístico do cidadão-político combatente (ideologicamente motivado) com o fino olhar crítico reconstrutivo de tensões psicológicas, de circunstâncias físicas ou de situações de confronto militar, revelando-se assim uma *encruzilhada de escritas*, onde se mistura a literatura de justificação com a literatura historiográfica. Um dos riscos que daqui decorre é o do uso e abuso da História – na expressão consagrada de Moses Finley – como lugar legitimador de discursos ideológicos⁷.

No mundo destas *narrativas de guerra* é fácil surpreender discursos que comunicam memórias elaboradas de experiências, transportando para o presente uma clara intenção política. O Homem, ao vaguear pelo tempo-memória com finalidade interveniente, propicia um acto comunicativo que apela a uma cumplicidade partilhada. Deste modo, a guerra vivida (e sofrida individualmente) ao ser recordada (e comunicada publicamente) permite a generalização de um mundo de atitudes e valores que, ao propiciar a activação de um sistema de incitações interindividuais, pode criar uma área de opinião pública.

O narrador-antigo combatente que pretende seguir esta estratégia reinventa o concreto *tempo-vivência* no decurso da elaboração utópica do *tempo-projecto*, podendo até evocar um *tempo-memória* da experiência nacional, lido como referente exemplar. Veja-se o caso de Jaime Cortesão, nas *Memórias da Grande Guerra*, que, em face de uma imagem de Portugal como “Nação entorpecida” desde os finais do século XVI e assente no “génio do Povo” que se tinha revelado em “isolados clarões de relâmpago”, como aqueles que se manifestaram durante as Invasões napoleónicas (1807-1811), o Ultimato inglês de 1890, a Revolução republicana de 1910 ou a Primeira Grande Guerra (1914-1918), propõe um novo “abalo” na vida portuguesa em direcção a uma

⁴ Eric Erikson, *Identity, youth and crisis*. New York: W.W. Norton & Company, 1968.

⁵ Jacques Le Goff, “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Lisboa: INCM, 1984, p. 47.

⁶ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990, pp. 99-101.

⁷ Moses I. Finley, *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1989.

República “progressiva e fecunda”, fazendo-a “entrar nas grandes correntes do trabalho moderno”⁸.

A defesa intransigente do intervencionismo português na Grande Guerra, espelhado nas narrativas dos republicanos Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, João Pina de Moraes ou Carlos Selvagem, transportava uma *visão profética prometeica*, radicada numa dupla justificação de profundo sentido patriótico: a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal anglo-francês contra o expansionismo cesarista alemão; a justificação ética de uma proposta de revigoração moral e de regeneração nacional que, fundamentalmente, o soldado encarnava.

No número especial da revista *A Águia* de 1916, vários intelectuais, incluindo Jaime Cortesão e Augusto Casimiro com textos poéticos, exprimiram também em textos ensaísticos esse tipo de *argumentos ético-políticos*. Por exemplo, Teixeira de Pascoaes, evocando a velha aliança anglo-portuguesa, proclama que o “Passado vela pelo Futuro” e conclui pela íntima ligação da sorte de Portugal à sorte da Inglaterra e da França; Teófilo Braga alega o risco de se perder a “Occidentalidade” como matriz de base do equilíbrio europeu; Raul Proença apela à mobilização moral dos portugueses para estabelecer um “nexo patriótico” e sustentar a nossa participação na guerra, caracterizada fundamentalmente como guerra económica, ao contrário de Cortesão que desde o início a considera eminentemente política; Francisco Mayer Garção detecta a oposição essencial entre o direito e a força no conflito; Henrique Lopes de Mendonça adverte para o perigo do germanismo ameaçar a civilização greco-latina, “única verdadeiramente expansiva e fecunda”; Leonardo Coimbra define um sentido da guerra marcado pelo “esforço transcendente das forças espirituais” contra “a vertigem materialista do mundo moderno”.

3. ÉTICA DO PATRIOTISMO E REDENÇÃO NACIONAL

Na diarística e no memorialismo de guerra encontra-se habitualmente uma versão apologética da acção do soldado combatente (principalmente um camponês fardado, o “magala” português), mas também surge a valorização da oficialidade miliciana que correu riscos na frente de combate. Panteonizados civicamente nos túmulos dos Soldados Desconhecidos ou nos vários

monumentos aos Mortos da Grande Guerra, deste modo se evidenciava novos discursos de legitimação ético-política e uma nova hierarquia social devedora da coragem física e da integridade moral, que não excluía a intenção de “morrer pela Pátria”, moldando assim uma ética do patriotismo.

A narrativa intervencionista de Jaime Cortesão é paradigmática a este respeito, estando percorrida por uma *leitura redentorista* da acção do soldado, que devia convergir politicamente com a acção de uma vanguarda elitista iluminada: “Colectivamente na guerra, na nossa guerra, salvou-se o soldado. Ele foi, sempre que o não enganaram, paciente, sofredor e heróico [...]. Entre os oficiais, por via de regra, quanto mais galões, pior [...]. Porque a guerra educa [...], as velhas virtudes da arraia-miúda, que nele [soldado] dormiam, acordaram [...] para se afirmarem mais uma vez a única grande força da grei [...]. De novo, como sempre, uma reduzida minoria de eleitos e iluminados [...] se encontrou unicamente com a arraia, para realizar os milagres que redimem [...]”⁹.

Nessa mesma parte das *Memórias da Grande Guerra*, Jaime Cortesão pretende mostrar a guerra como escola de valores (honra, valentia, solidariedade), propiciando uma mudança de carácter que, no caso do “magala”, o transformara de “soldado bonacheirão e humilde”, “sonâmbulo”, “galhofeiro e manhoso”, num “homem novo”, numa “legião de gigantes”, onde estavam o Esgalhado, o Baldaia ou o Rancheiro da Segunda, que aprenderam a “desprezar a morte e o sofrimento” e souberam entender qual é o valor da vida, construindo pilares da regeneração urgente do corpo nacional. Assim, construiu um processo narrativo, revelando o homem confrontado com a morte e desocultando o que chamaria em 1926 “as máscaras de convencionalismos e mentiras”, por meio das quais o ser humano esconde as verdadeiras faces: “As almas ficaram a nú e guardaram por muito tempo – e quantas para sempre! – o jeito de se mostrarem na sua esplêndida nudez [...]”¹⁰.

Sendo uma constante nas narrativas intervencionistas a evocação do heroísmo dos soldados, tal não obsteu a que se produzisse uma leitura antropológica dos seus hábitos profundos, que Carlos Selvagem de forma vigorosa sintetizou: “O nosso lapuz das Beiras e Alentejo – a grande massa destas tropas – é, por natu-

⁸ Jaime Cortesão, *op. cit.*, pp. 13-24 e 239-242.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 232-238.

¹⁰ Jaime Cortesão, “A literatura da Grande Guerra. I – Portugal e o estrangeiro”, in *A Guerra*, Lisboa, ano 1.º, n.º 4, 9 de Abril de 1926, p. 24.

reza, por hábitos ancestrais, por desamor de si próprio, desleixado e porcalhão. Todo o navio fede a um fartum gorduroso e sórdido, misto de rancho coagulado e pé descalço. E, com a falta de água doce para as lavagens frequentes, os miseráveis uniformes de cotim cinzento ganham uma cor parda, de causar engulhos aos menos susceptíveis [...]”¹¹.

À partida, portanto, colocava-se o problema do espírito militar, quer dos soldados quer da capacidade dirigente das chefias em face dessa massa humana, e é precisamente na verificação positiva da sua resposta a nível dos comandos intermédios (tenentes e capitães) que surge a evocação generalizada e o elogio da liderança dos oficiais milicianos vindos das Universidades, “com alma de condestáveis”, na opinião modelar de Augusto Casimiro¹².

Há, contudo, a considerar também o enunciado de versões críticas face a sectores da classe política e das chefias militares ou perante a estratégia de guerra desenvolvida: “Portugal vivo, Portugal da Flandres, os soldados de África e da França choram o abandono a que os votaram as sombras de Portugal [...]. Os calvários da França não-de ser a redenção da nossa miséria [...]”¹³; “as nossas elites governativas, todas elas, mais ou menos, são incapazes dos grandes actos redentores, enquanto o Povo, apesar de ignorante e desorientado, é ainda e sempre a maior esperança [...]”¹⁴; “Nada se organizou com método, com acerto, como se pensa em fazer para as tropas de França. [...] a pobre tropa de África [...]”¹⁵; “De Portugal nem um reforço [...]”, numa alusão à política do regime presidencialista de Sidónio Pais¹⁶.

3.1. “ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA”: A PARTIDA E A SAUDADE

Momento de forte tensão física e psicológica, o embarque dos combatentes no cais de Alcântara-Mar, em Lisboa, surge em várias narrativas como lugar privilegiado de observação e interpretação de comportamentos perante realidades que se tornariam fisicamente ausentes. Jaime Cortesão divulga a seguinte imagem, captada no ambiente de despedida do contingente onde ia o seu cunhado e amigo íntimo Augusto Casimiro: “Há lágrimas, abraços, olhos atados em êxtase, e uma alegria doida no rosto dos que vão [...]. Não há um único rosto triste. Antes uma alegria generosa e bárbara, que brota da profunda consciência da sua missão, radia das suas faces, enaltecendo-lhes as rústicas figuras de cavões e zagais [...]”¹⁷.

Por certo que os discursos patrióticos das Sociedades de Instrução Militar Preparatória, das Sociedades de Assistência Religiosa em Campanha (católicas e protestantes), das Comissões de Madrinhas de Guerra ou da Cruzada Nacional das Mulheres Portuguesas prepararam muitas consciências intervencionistas, mas também é verdade que as consciências anti-intervencionistas não deixaram de existir na sociedade portuguesa fortemente polarizada sobre a participação na frente europeia da Primeira Guerra Mundial.

O choro do único soldado que Jaime Cortesão divisou na imensa e compacta massa de combatentes, como contraponto a uma alegria colectiva (com excessos que atribuía ao vinho), com certeza que não teria essa singularidade, pois o sentimento (afecto, saudade, sobrevivência) é uma das dimensões da pessoa humana. A

11 Carlos Selvagem, *Tropa d'África*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, pp. 24-25; na 4.ª edição de 1925, a obra intitulava-se *Tropa d'África*. (*Jornal de campanha dum voluntário do Niassa*). Noutro relato memorialístico – também com grande audiência na opinião pública da época – sobre a viagem imediatamente seguinte, que levou para Moçambique novos contingentes dessa 3.ª expedição militar, confirma-se o mesmo ambiente de degradação no interior do vapor: “[...] o pequeno corrimão de ferro frio, engordorado e salitroso, dá-me um contacto glacial; as paredes de ferro, pintadas a cinzento, exsudam uma camada orvalhenta que dá náuseas; os degraus de madeira estão torpemente empastados de gordura, de restos de rancho, que se derramou e de mascarras esverdeadas de vômitos. Reprimo a custo uma convulsão de estômago em contacto com este estendal ignominioso. Continuo a descer e vou pensando como haja organismos humanos capazes de resistir a esta hedionda atmosfera [...]”. Uma agonia glacial estrangula-me a garganta. Estou no fundo da quadra, no fundo deste porão maldito que nitidamente faz lembrar a horrorosa casa do pêndulo de que fala o sombrio Edgar Poe [...]” – António de Cértima, *Epopeia Maldita. O drama da guerra d'África: que foi visto, sofrido e meditado pelo combatente* [...]. Lisboa: Edição do Autor [Portugal - Brasil Depositária], 1924, p. 29.

12 Capitão Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”, 1918, pp. 93-98.

13 *Idem, ibidem*, p. 120.

14 Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 222.

15 Carlos Selvagem, *op. cit.*, pp. 20 e 373.

16 Capitão Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1920, p. 78.

17 Jaime Cortesão, *op. cit.*, pp. 37-38.

estratégia descritiva visava promover uma argumentação de civilismo republicano intervencionista, posição considerada essencial para defender o que considerava ser a “terra sagrada da Pátria”. Na *Cartilha do Povo*, adquirida aos milhares pelo Ministério da Guerra para distribuição propagandística entre os soldados, Cortesão era bem explícito, quando na voz do personagem *Manuel, Soldado* proclama: “Antes eu morra cem vezes na guerra do que os meus e a minha Pátria fiquem para sempre enxovalhados e miseráveis! [...]”¹⁸.

A dor da partida não estava, obviamente, ausente, e as leituras triunfalistas, muitas vezes hiperbolizadas pela retórica literária e política, devem ser relativizadas no processo de construção histórica do passado. João Pina de Moraes refere, na despedida serrana dos futuros soldados, soluços a bater e gritos dolorosos¹⁹; Carlos Selvagem vê no dia de embarque um dia de lágrimas e balbúrdia²⁰; Eduardo Pimenta comunica o embarque tumultuário: “Na loucura romântica de uma visão de glória partiam para o país distante, onde os clamores da guerra são gritos de fúria selvagem, tempestades violentas de crime [...]”²¹.

Augusto Casimiro regista, vibrantemente, a sua partida, exprimindo uma mentalidade de fundo messiânico sobre o destino histórico português: “Os navios abalam ... Jerónimos, Torre de Belém, espectro da Aurora nascente ... E a terra passa, fica, os soluços mudos largam o voo ... O coração dilata-se ... Ah! – que doce embalo! ... Que nau nos leva?... É o mar!...

É outra vez o mar! O mar ... [...]”. Cumpria-se assim a sua sistemática campanha, que exprimiui na palavra de ordem “Mandem-nos partir!”²².

Devedor do programa cultural do *Saudosismo* do sector republicano do Grupo da Renascença Portuguesa, que se identificava com as reflexões sobre a identidade nacional de Teixeira de Pascoaes²³, João Pina de Moraes percorre o seu discurso com justificações para o estado de espírito nostálgico dos soldados, o qual, no entanto, dispõe de um forte poder criador: “Que admira tanta Saudade [...]! Era lusíada! [...] A saudade lusíada é o velo de oiro dos espaços, à procura das cinzas do bem perdido, que o pecado de todos espalhou na Via Láctea, não sei onde [...]. A sua saudade nasce nos corações, ergue-se nas Fragas, corta Oceanos, peleja nas batalhas, voa nos céus e dorme na História [...]”²⁴.

Esta representação psicológica tem inerente, por conseguinte, uma dinâmica de acção, buscando glória para um regresso triunfal, atitude partilhada por Jaime Cortesão e Augusto Casimiro: é uma construção intelectual para um novo despertar heróico republicano da consciência nacional portuguesa. Cortesão, em 1916, deu um grito anunciador, por intermédio de *João Portugal*: “Levanta-me essa cabeça. Chegou a hora [...]. Vai para onde a Pátria te chamar [...]”²⁵.

O problema é que, como observa Carlos Selvagem, os soldados, na sua grande maioria não conhecem, não sabem, não sentem o que seja a Pátria, a não ser aquela que se refere ao seu lugar de nascimento, de trabalho e

18 [Jaime Cortesão], *Cartilha do Povo. 1.º Encontro. Portugal e a Guerra*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1916, p. 28.

19 Tenente Pina de Moraes, *Ao Parapeito*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 11.

20 Carlos Selvagem, *op. cit.*, p. 11.

21 Eduardo Pimenta, *A Ferro e Fogo. Na Grande Guerra (1917-1918)*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 97.

22 Capitão Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, pp. 23, 30-31.

23 O Saudosismo de Pascoaes era uma proposta de compreensão da “peculiaridade” da “alma lusíada”, a “Saudade”, mas também recobria uma dimensão interventiva na busca de um ideal de “Renascença”: “Deu-nos a revelação da Saudade e o conhecimento da essência espiritual da nossa Raça, na sua íntima figura extática e nas suas exteriores e activas qualidades. Logicamente nos dará também o conhecimento do seu profundo sonho secular, cada vez mais despedido da originária névoa encobridora e mais alumiado nas suas formas definidas. Sabemos que a Saudade, ou a alma pátria, significa, em vida activa e sentimental, em *génio popular*, a eterna Renascença [...]. *Se a ideia da Renascença, em Portugal, se tornou génio colectivo, deve competir ao povo português convertê-la em concreta realidade social ou nova Civilização [...]*” – Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991, pp. 107 e 113.

24 Tenente Pina de Moraes, *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1921, pp. 15-16. A mesma linha de pensamento pode observar-se noutro depoimento: “Os rasgos de heroísmo, as feridas sangrentas, os mortos, tudo exalta, decuplica as almas, doira de púnico entusiasmo os combatentes [...]” – Capitão Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 47. Um não-combatente mas escritor com várias obras publicadas pela “Renascença Portuguesa” recria desta forma o ambiente da partida e da chegada: “[...] o embarque – filas de homens pálidos rasgando as massas torporosas dos que ficavam [...]”; por fim o desembarque de todos aqueles soldados atordoados, cheios de saudades, mas firmes, crentes, como que amando, querendo já à Morte, que de alguma sorte iam buscar, procuravam a milhares de léguas! [...]” – Visconde de Vila-Moura, *Pão Vermelho. Sombras da Grande Guerra (Novela mensal)*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1923, p. 24.

25 [Jaime Cortesão], *Cartilha do Povo. 1.º Encontro. Portugal e a Guerra*, p. 5.

de vida: “A palavra Portugal ainda decerto os emociona e entenece. A ideia de Pátria, porém não lhes perturba as digestões nem o funcionamento regular do sistema circulatório [...]”²⁶.

3.2. “PELA PÁTRIA LUTAR”: A VIDA E A MORTE NAS TRINCHEIRAS

Jaime Cortesão interpreta nas *Memórias da Grande Guerra* o espaço geográfico envolvente de guerra que viveu – a Flandres francesa –, através de uma meticolosa observação da relação entre a terra e as gentes, comunicando configurações do solo, clima, plantações, tipo de habitação rural (a *ferme*), características das cidades, psicologia dos homens, para, por fim, se deter na área da frente de guerra e hierarquizar o perigo dentro de uma faixa – um grande triângulo isósceles – na qual se desenvolve a vida diária do Corpo Expedicionário Português. Será contudo nas trincheiras de Neuve-Chapelle – “a grande cova, onde se aprende o ofício de morto” – que encontrará a imagem real do combatente português: “Pálidos, magros, exaustos, os pulmões roídos dos gases, os pés triturados das marchas, sem esperança nem apoio moral [...]”²⁷.

O contacto com o ambiente ao redor das trincheiras propicia a Jaime Cortesão uma leitura dramática e nauseabunda da relação entre a vida e a morte no quotidiano da guerra, como está bem patente nesta descrição: “Os vivos têm de viver em promiscuidade com os mortos, mais do que isso, com as mutilações dos cadáveres. Ali, ao pé da trincheira, a meio duma dessas paredes dum poço de explosão, emergem os dois ossos duma perna em farrapos de podridão suspensos e uma bota ainda calçada [...]. Todo o chão exala carnagem, loucura, nevoeiros de morte. Em certos pontos dir-se-ia que a terra ainda está ensopada de sangue negro [...]”²⁸.

A “miséria da trincha”, onde “se vive fora do tempo e do mundo” numa “fraternidade do sangue e das almas”, adquire nas várias descrições um lugar obviamente central. O quotidiano era pautado pela frequente ocorrência de chuvas, com as inevitáveis inundações das trincheiras, trazendo a lama (o “homem-lama”) e esboroando os taludes, ou pelo aparecimento de fortes nevoeiros e da gélida neve, o que dificultava a capacidade de resposta

militar daqueles que vigiam no parapeito: “O parapeito de argila queimada, de sacos rotos e madeiras esfareladas, é o pedestal duma infinidade de estátuas vivas e incompreensivelmente heróicas. Do mar à fronteira aos Alpes faz-se uma formatura de heróis! [...]”²⁹.

A vida nas labirínticas trincheiras não era fácil e dentro delas caminhava-se sobre “passadeiras”, quando existiam, senão, na invernia, os pés e as pernas enterram-se na lama e a sobrevivência física é posta em causa quando não chega ajuda ou se acrescenta uma acção militar do inimigo. Erguem-se então “calvários” que passam a povoar as “searas da morte”, onde “crucificadas, exangues, agonizam almas lusíadas”, como de forma expressiva nos comunicou Augusto Casimiro³⁰.

Segundo a narrativa do general Manuel Gomes da Costa, genericamente, os trabalhos nas trincheiras começavam pelas vinte e uma horas, com diferentes grupos a executar tarefas de reparação e aperfeiçoamento dos dispositivos de combate ou de assistência e manutenção sanitária e reposição de abastecimentos. Há então uma trégua tácita, mas vigilante, entre os beligerantes, pois uma metralhadora “facilmente dispersaria essas formigas trabalhadoras [...]”. À uma hora e meia da manhã, os trabalhos são suspensos e dormita-se. Ao amanhecer, tudo “A postos!”, pois é o momento provável dos ataques, atingindo o ponto alto às nove horas, com os habituais bombardeamentos. Depois, cava-se, melhorando e aumentando as trincheiras. Ao meio-dia, janta-se, e entre as catorze e as dezassete horas volta um sobressaltado repouso, sempre à espera de um novo “estoiro de *shrapnell*”, com feridos e mortos. Das dezoito horas ao crepúsculo, ocorrem habitualmente os ataques aéreos³¹.

São marcos de um horário da guerra, mas a guerra alimenta-se da surpresa e a “Morte domina misteriosa e implacável”, na observação de Eduardo Pimenta³². Será uma “guerra maldita”, afirma Alexandre Malheiro, feito prisioneiro na batalha de La Lys e libertado após a assinatura do Armistício³³. Comparando com a Flandres, em Moçambique, à torreira do sol africano junta-se o “fundo lodacento” das “absurdas trincheiras” de Palma, os homens pior preparados e os abastecimentos mais escassos, levando os combatentes portugueses a um desigual circunstancialismo mas ao mesmo trágico

²⁶ Carlos Selvagem, *Tropa d'África*, p. 28.

²⁷ Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, p. 165.

²⁸ Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, pp. 87-88.

²⁹ Tenente Pina de Moraes, *Ao Parapeito*, p. 38.

³⁰ Capitão Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, pp. 67, 87-94.

co destino: “Filhos ambos das mesmas serras [...], o sangue que ambos vertem, com tão céptico fatalismo, é igualmente generoso e simples [...]”³⁴.

4. CONSIDERAÇÃO FINAL

O universo narrativo, que foi sujeito a análise, exprime-se por meio de discursos de diversa natureza – diários, memórias, crónicas ou ensaios. Manifesta-se, no entanto, em quase todos a característica comum de depoimento vivencial republicano intervencionista, aderindo genericamente às posições do Governo republicano, por vezes muito condicionado pela leitura ideológica pessoal sobre o destino português. Também podemos encontrar nesses textos um rico repositório de reflexões críticas sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, fundamentalmente desenvolvida por antigos combatentes na Flandres francesa, com a excepção de um antigo combatente em Moçambique. A participação portuguesa no conflito mundial acabou por ser um importante factor para a legitimação nacional da República em Portugal, sagrando com sangue a bandeira portuguesa.



³¹ General Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1920, pp. 84-112. Veja-se também esta descrição após o combatente “mergulhar nas trincheiras”: “Aí a música era outra e o perigo sempre diante dos olhos. Havia os atiradores especiais, para liquidar o triste que se descuidava erguendo a cabeça um palmo acima do parapeito. O canto da metralhadora, o ronco de morteiro, o berro ensurdecador da peça de artilharia, a luz ofuscante do *very-light*, a traiçoeira granada de gás, o *raid* à terra de ninguém e a rede de arame farpado e as minas, o assobio arrepiante da bomba de avião. E muitas outras armadilhas para denunciar o inimigo, para o deter, para o matar. Quando se saía daquele inferno labiríntico experimentava-se uma sensação de alívio, de segurança, de contentamento e como que de ressurreição [...]”. João Sarmento Pimentel, *Memórias do Capitão*. Porto: Editorial Inova, 1974, p. 191.

³² Eduardo Pimenta, *op. cit.*, p. 79.

³³ Atente-se no seu comentário: “Ó guerra maldita! Se há trezentos anos o Padre António Vieira te classificava já de *monstro*, que nome poderá existir hoje no nosso vocabulário que bem possa abranger todas as crueldades e infâmias que à tua sombra vem agora praticando a humanidade? [...]” – Tenente-Coronel Alexandre Malheiro, *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg. (Notas dum prisioneiro)*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 85.

³⁴ Carlos Selvagem, *op. cit.*, pp. 142, 328, 368. Outro combatente, republicano que será fundador da revista cultural e política *Seara Nova* em 1921, com experiência de guerra em Angola e na Flandres, deixou-nos o seguinte registo comparativo: “Logo fui aliciado por Gomes da Costa para fazer parte do seu Quartel-General. Aceitei todo pimpão, não suspeitando que ia ‘passar as passas do Algarve’ encafuado naquelas trincheiras do *front*, um frio de morrer e a imobilidade enervante da guerra de cerco, capaz de tirar o juízo e a coragem a qualquer veterano, e muito mais a nós, os combatentes de África, habituados a um clima tropical e à guerra de movimento [...]” – João Sarmento Pimentel, *op. cit.*, p. 187.



UM MONÁRQUICO NA REPÚBLICA



João Bigotte Chorão

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



A efeméride do Centenário da República tem servido, como era de esperar, de pretexto para a publicação de muitos livros, naturalmente de valor desigual. Na pressa de não perder o comboio, ora apanhamos um texto mais ou menos superficial, ora percorremos uma obra de maior lastro literário ou ideológico.

Uma obra não escrita de afogadilho, para se integrar ainda no cortejo celebrativo, é o da Doutora Teresa Nunes, *Carlos Malheiro Dias / Um monárquico entre dois regimes* – tese universitária publicada em 2009 pela editora Caleidoscópio, com prefácio do Prof. António Ventura. Uma tese exige todo um trabalho de investigação, tempo, paciência, e uma bibliografia exaustiva, ou quase.

A personalidade de Carlos Malheiro Dias está indissolavelmente ligada ao ocaso da Monarquia e ao advento da República, período conturbado a que dedicou livros ainda hoje de grande interesse pelo que diz e como diz, ou não fosse ele autor de créditos firmados no jornalismo e na ficção. Por isso, o relato dos acontecimentos e o retrato dos homens encontram nele alguém que lhes dá vida e substância psicológica, como romancista que também era. Monárquico liberal (filhado no Partido Regenerador e deputado em várias legislaturas), defendeu como pôde e enquanto pôde as

suas convicções, e nunca ocultou a sua admiração pelo rei D. Carlos, vítima de dissidências e conspirações dos próprios monárquicos, e que, segundo Malheiro Dias, assinou a sua sentença de morte ao convidar João Franco para formar Governo. A impopularidade do ministro agravou a impopularidade do monarca, a quem os inimigos negavam qualidades evidentes, desfiguravam em caricatura e denegriam com toda a gama de insultos.

No entender de Carlos Malheiro Dias, a autocracia de João Franco fortalecera a oposição republicana, mais agressiva pela aliança de associações anarquistas e revolucionárias, favoráveis à acção directa para derrubar as instituições. Passara, já, o tempo da retórica oratória dos tribunos republicanos. Não se confiava já na eficácia da palavra: punha-se a esperança no resultado expedido do tiro e da bomba.

Eliminados o rei e o príncipe herdeiro, subiu ao trono quem notoriamente, até pela juventude, não estava preparado para o difícil ofício de reinar. Além disso, D. Manuel estava traumatizado pela tragédia que se desenrolara sob os seus olhos e por pouco o não vitimara a ele também.

Na sua fidelidade à coroa e ao seu idealismo, Carlos Malheiro Dias veio a público apresentar o jovem

monarca, em quem chegou a depositar as esperanças de uma coroa renovada. Era já tarde demais. Nem D. Manuel tinha autoridade e carisma para inverter a situação, quando se ouvia já o dobrar dos sinos por uma Monarquia sem vida e sem monárquicos. Não havia, na exaurida política do rotativismo, ninguém que, pelo seu rasgo ou audácia, pudesse travar a marcha inexorável da República. Para citar um título do nosso autor, depois “do desafio” (republicano) seguiu-se “a debandada” (monárquica). O 5 de Outubro não foi sequer um golpe militar bem planeado, mas uma acção quase improvisada dos chamados “revolucionários civis”, que nenhuma força armada, supostamente fiéis à instituição monárquica, desalojaram da Rotunda. Uma tentativa de resistência ou de reacção deveu-se unicamente a Paiva Couceiro, que se viu porém abandonado de tudo e de todos.

Poderá dizer-se que a República não apanhou ninguém desprevenido, e muito menos Carlos Malheiro Dias, que, em Londres, teve notícia dos acontecimentos de Lisboa. A sua lucidez e o seu temperamento dramático já o haviam advertido para o que aí vinha. Entrevistado por um jornal britânico (*The Daily Mail*), o jornalista não deixou de estranhar a moderação com que o deputado monárquico se referiu ao novo regime e aos seus líderes. O regime limitara-se a ocupar o espaço vazio pela negligência monárquica. Os novos governantes, informava Malheiro Dias, já tinham dado provas no Parlamento, na cátedra ou no tribunal. De alguns deles, para lá de divergências ideológicas, era até amigo pessoal. Que não se tratava de oportunismo, aliás inconciliável com o carácter do entrevistado, podemos comprová-lo no espólio do escritor (*in* Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, da BN), onde figura correspondência de António José de Almeida, Teixeira-Gomes, António Granjo, António Sérgio, Aquilino Ribeiro. Quando director da *Ilustração Portuguesa*, Malheiro Dias franqueou o semanário à colaboração de Aquilino e prefaciou, em 1913, o seu primeiro livro, *Jardim das Tormentas*, em que reconhece logo um singular escultor da prosa. A camaradagem e admiração literária que o ligavam a Aquilino não impedem Malheiro Dias de declarar o seu repúdio pelas “revoluções feitas de baixo para cima como modos iníquos de subverter o que não se sabe corrigir”. E não obstante a polémica com Sérgio, este, em privado, escreve cartas que demonstram apreço intelectual por Malheiro Dias. A quem foi dado saudar, em nome da colónia portuguesa, o presidente António José de Almeida, quando este visitou oficialmente o Brasil em 1922, no mesmo ano em que enalteceu Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Como eloquente orador oficial, coube-lhe ainda, na década seguinte, dar as boas-vindas ao Cardeal Cerejeira.

A Teixeira-Gomes unia-o a camaradagem literária e um destino que a ambos condenou ao exílio, por motivos políticos. Se a heroína da *Paixão de Maria do Céu* já não pôde rever a terra que renegara, porque cega antes do seu regresso, “o exilado de Bougie” não voltou a ver o sol e o mar do seu Algarve. As revoluções, quando entram em processo de radicalização, tornam-se autofágicas, devorando os precursores e as figuras de referência. Veja-se o triste destino de António Granjo, que, em carta a Malheiro Dias, confessa a nostalgia de acabar tranquilamente os seus dias na pátria pequena de Chaves: “Uma das minhas ambições supremas seria morrer, após uma velhice tranquila, numa casita a meio da encosta, olhando as serras por onde aprendi a andar, olhando o vale por onde aprendi a sonhar e fitando, da minha varanda, o sol poente”.

A polémica com António Sérgio, como vivo debate de ideias, não descambou na virulência verbal camiliana. São duas mentalidades que se defrontam – a de um racionalismo que não tolera os mitos da História e a de um idealismo que vê neles a melhor expressão anímica de um povo. Diga-se que esta polémica não teria o mesmo eco se o texto que a motivou fosse o de uma conferência inicialmente prevista para a solene Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, a convite do director da Faculdade de Letras, Eugénio de Castro. Mal se anunciou a conferência, logo se levantaram as pedras da calçada. Temendo desacatos de elementos radicais, achou-se prudente adiar a sessão – adiamento *sine die*. Malheiro Dias não era porém homem para desistir. Se não pôde falar a um auditório restrito, decidiu falar ao ar livre, não aos peixes como Santo António, mas às árvores do Buçaco. O texto, uma vez impresso e decerto alargado, reflectia naturalmente as circunstâncias que impediram a sua leitura pública e que configuravam um atentado à liberdade de expressão. A *Exortação à Mocidade* foi o ponto de partida para um livro – *O “Piedoso” e o Desejado* – que prolongava a polémica de um romântico e um pedagogo.

O que aconteceu a Malheiro Dias teve antecedentes também em Coimbra, com o poeta Gomes Leal, convidado pelos rapazes do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã) para dar testemunho da sua evolução espiritual. O revoltado de um tempo, o poeta “maldito” e “herege” e anárquico (mas com rasgos de génio) confessara inesperada e publicamente o seu regresso ao Cristianismo. Não lhe perdoaram os que não concebiam tal transformação da sua imagem. Assim, o poeta nem chegou a descer do comboio em Coimbra, para

o poupar a possíveis vexames e agressões. Era esse o clima de intolerância que se instalara no País.

Foi esse clima e toda uma série de desmandos que levaram Malheiro Dias a acusar abertamente homens e instituições que desmentiam na prática os altos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade proclamados na época da propaganda. Marginalizaram-se e perseguiram-se mesmo eminentes vultos republicanos, como Sampaio Bruno e Basílio Teles. Raul Brandão, esse, confiou às páginas secretas das *Memórias* o seu desgosto e distanciamento do mundo político que conduzia o País ao caos. Uma personagem lhe era, como a Malheiro Dias, particularmente antipática: a de Afonso Costa, possuído de um jacobinismo que se diria ainda mais hostil ao altar do que ao trono. Era aquela uma geração muito anticlerical, e ao anticlericalismo não estão sequer imunes alguns católicos. No caso de Afonso Costa não se tratava apenas de anticlericalismo, de antijesuitismo, moeda corrente na época, mas de aversão à igreja e ao Cristianismo. Quantos republicanos laicos respeitavam crenças que não tinham e práticas que não exerciam.

Para o autocrata da República, a Igreja era a grande inimiga, *l'infâme* que se impunha *écraser*, numa grosseira versão voltairiana. A chamada “Lei da Separação” nada tinha de censurável se se limitasse a estatuir a laicidade do Estado, na saudável autonomia do poder temporal e do poder espiritual. As teocracias, que julgávamos ultrapassadas, renasceram hoje quando a esfera religiosa é contaminada pelo desígnio político. Uma coisa é a laicidade, outra o laicismo, com o seu militante intuito de eliminar da vida pública todo e qualquer símbolo ou manifestação religiosa. Não só a letra da lei, mas a sua prática – que se traduziu em esbulho, prisão, desterro de clero secular e regular, de bispos –, deram origem ao protesto colectivo do episcopado português. Nele terá tido papel de relevo o arcebispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, pela sua maior formação teológica e jurídica. Incorreu assim no desagrado do ministro da Justiça, que ordenou ao governador civil a expulsão do bispo da diocese. Educado nos princípios da convivência e da tolerância, figura histórica da República (ainda estudante de Direito, participou no 31 de Janeiro), o governador civil Arnaldo Bigotte fora logo nomeado a 7 de Outubro. No discurso de posse, fez um apelo à concórdia para que, naquela hora grave, independentemente do seu credo, todos colaborassem numa obra patriótica. Quem não esteve pelos ajustes foi o jornalista José Augusto de Castro, director d' *O Combate*, folha radical guardense como o lisboeta *O Mundo* de França Borges. Contra a

política de apaziguamento do governador civil, protestou o impulsivo jornalista.

Naquele tempo os padres usavam hábitos talares, pelo que foi proibido que assim se apresentassem em público. Dir-se-ia que essa medida só podia dimanar de quem ignorava o áspero clima da Guarda, pois apenas lhes era permitido mudar de roupa justamente na gélida sacristia da igreja. À vigilância policial não escapavam leigos a ler em local público o jornal católico *A Guarda*. Desafiando a proibição, Augusto Gil, de indefectíveis convicções republicanas, ostensivamente exibiu o jornal de leitura clandestina.

Nem o governador civil da Guarda nem Malheiro Dias seriam o que chamamos “fundamentalistas católicos”, longe disso. Mas a sua ética reagia à arbitrariedade e à demagogia jacobina. Malheiro Dias, que acolhera sem acrimónia a República, esperando dela o respeito da tolerância, da liberdade e da democracia, não tardou a desenganar-se de uma partidocracia autocrática que hostilizava correligionários que militavam em outras facções ou não tinham vocação para o servilismo. A liberdade de imprensa debateu-se com múltiplos entraves. Jornais monárquicos eram assaltados, empastelados, proibidos. Os artigos de opinião de Malheiro Dias publicava-os o autor na imprensa brasileira e contribuía, segundo os censores, para criar no exterior uma imagem negativa do regime. Quando o autor os quis editar em livro – *Do Desafio à Debandada* –, a tipografia teve a zelosa visita da Polícia. *A Ilustração Portuguesa*, propriedade do jornal *O Século*, despediu Malheiro Dias, que, enquanto director, se distinguiu também pela sua liberalidade.

Se era já difícil a situação de Malheiro Dias, tornou-se insustentável com a *Zona de Tufões* (1913), uma crítica, não ao regime republicano, mas aos excessos da República na mão de ferro de políticos animados de espírito de revindicta. Rumou pois ao Brasil, terra de sua mãe, para tentar refazer aí a sua vida, na imprensa, onde já tinha nome e se sentava entre os seus pares na Academia Brasileira de Letras, onde lhe coube suceder nada mais nada menos que a Eça de Queiroz. Em carta escrita numa “hora de adversidade”, pede o concurso do seu amigo e camarada Coelho Neto a fim de “obter que um dos grandes jornais do Rio [...]” o convidasse a escrever “crónicas semanais sobre acontecimentos portugueses”.

No Brasil, prosseguiu a carreira jornalística onde ganhava o pão de cada dia. E para não ficar dependente de directores ou empresários de jornais, dirigiu ele próprio *A Revista da Semana* e fundou o semanário *Cruzeiro*. De longe, acompanhava a infeliz participação de Portugal

na Grande Guerra, o efémero consulado de Sidónio Pais – um republicano que queria regenerar a República, reconciliar a família portuguesa e normalizar as relações com a Igreja –, e a não menos infeliz tentativa da Monarquia do Norte, mais uma aventura do soldado com alma de condestável que se chamava Paiva Couceiro (que, em seu idealismo, improvisava incursões quase sem homens e sem armas, na ilusão de que o país real se levantaria como um só homem para apoiá-lo).

No Brasil, Malheiro Dias sobressai como paladino da luso-brasilidade. Na imprensa, em associações de beneficência ou culturais (especialmente o Gabinete Português de Leitura), a sua palavra eloquente ouviu-se, em muitas circunstâncias, na defesa dos ideais que tão caros lhe eram. A expressão mais notória desse empenho foi a monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, três volumes dos quatro previstos. Com direcção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias, ele convidou colaboradores de relevo, sem que tivessem de ler pela mesma cartilha: Duarte Leite, Jaime Cortesão, Paulo Merêa e outros de igual gabarito. A longa e erudita “Introdução” é de Malheiro Dias, que chamou a si também a redacção de textos especializados, certamente encomendados a eruditos que não honraram os seus compromissos, como tantas vezes acontece em obras colectivas. Para Marcello Caetano, a colaboração de Malheiro Dias revela uma preparação que lhe merece o título de historiador – e de historiador não menor que romancista.

Relida hoje essa crónica política de há um século que se intitula *Zona de Tufões*, é tão perturbante a sua actualidade, que vemos aí como a história se repete no espectáculo da desordem, da injustiça, do descalabro económico e moral, no poder voluntarista ou demagógico. Passageiro de uma nau à deriva, Malheiro Dias responsabilizava o comandante – Afonso Costa. A ele, sobretudo a ele se devia o radicalismo que sacudia a República, rompendo abruptamente com o passado, as velhas crenças e instituições, a aliança de partidos da mesma área política. Ao perfil do idolatrado agitador, contrapõe o escritor as virtudes cívicas, éticas e intelectuais de outros vultos republicanos – Basílio Teles, Sampaio Bruno, António José de Almeida, António Granjo, Jacinto Nunes. Encontrava neles o que faltava em políticos monárquicos, mesmo os que não chegavam ao extremo de armar regicidas.

O capítulo final da *Zona de Tufões*, “Mais perto de Ti, meu Deus!”, por mais admirável que seja, à primeira vista parece ali deslocado. O naufrágio do *Titanic* era para o escritor a alegoria de um povo que corre para o desastre, na inconsciência dos perigos que o esprei-

tava. O luxuoso paquete, obra-prima da engenharia naval, lisonjeia a vaidade humana, que não conhece fronteiras ao que é por sua natureza precário. Do fim do grande paquete pode pois tirar-se uma lição – que Malheiro Dias não deixou lucidamente de tirar. O poder, sobretudo o poder absoluto, cega e dementa quem o exerce. E quanto mais alto é o cargo maior é o risco de uma queda que arrasta não só um homem e um regime, mas todo um povo. O que dir-se-ia uma grande reportagem de uma testemunha é, na pena de Malheiro Dias, uma lição moral. E nos momentos de grande angústia, o homem, como último recurso, apela para o auxílio divino. Estas páginas dramáticas de Malheiro Dias são-no também de toda uma literatura, embora ignoradas, como se viu, quando correu entre nós um filme de grande êxito sobre o *Titanic*.

Nas *Memórias* de Raul Brandão, alma naturalmente cristã pelo sentimento de *pietas* que o levava a tomar o partido dos mais feridos pela vida e dos visionários dilacerados pela realidade brutal – Fialho, Gomes Leal –, o grande escritor não tolera os arrogantes, os que calcam os indefesos e os mais puros. Traça de Afonso Costa um dos retratos mais duros que alguma vez se fizeram dele, aproximando-se de Malheiro Dias nesse juízo negativo. Afirma porém o autor das *Memórias*, que conhece “alguns seres extraordinários sem Deus nem religião. Mas esses tipos excepcionais têm Deus lá dentro, quer queiram, quer não queiram, e às vezes mais luminoso do que os que andam sempre a falar n’Ele [...]”. Não seria esse o caso de Afonso Costa, que Junqueiro, em síntese que Raul Brandão regista, considerava perigoso para a Monarquia, para a República e perigoso para ele próprio. Já o protagonista d’ *Os Teles de Albergaria* reclamava, na sua alucinação final, “Ideias! Ideias!”, em vez de agitação, intentonas, activismo infrene.

O ficcionista em que alguns (por exemplo, João Gaspar Simões) viram um provável herdeiro de Eça de Queiroz propendia cada vez mais para a literatura de ideias, assumindo-se como um doutrinador. Significativa é uma antologia organizada no Brasil, e só publicada dois anos depois em Portugal, *Pensadores Brasileiros*, dedicada à memória de Ronald de Carvalho, um dos autores antologados. Mas os escritores convocados por Malheiro Dias figuram aí sobretudo na sua condição de ensaístas, críticos, doutrinadores, ainda que na sua obra haja poesia ou romance. Ronald de Carvalho, cujo nome associamos ao *Orpheu*, é valorizado menos pela sua inovação estética do que como escritor especulativo e de prosa de acordo com o cânone. Plínio Salgado, autor de romances “verde-amarelistas” – uma

expressão de nacionalismo literário –, tem lugar na antologia como figura de proa do nacionalismo político e orador e agitador de ideias. Tristão de Ataíde compara na sua qualidade de crítico e de ensaísta literário, mas que, para além da literatura, publicava livros de temas religiosos, sociais, políticos e pedagógicos, numa perspectiva cristã. Com os seus indiscutíveis méritos literários, Gilberto Freire é focado pelos seus atributos de sociólogo ou de “cientista social”, como ele preferia ser designado.

Malheiro Dias precede a antologia de um prefácio entusiástico sobre o novo Brasil, que caminha para o futuro sem se deter no passado para não ficar imobilizado como a mulher de Lot. De cada autor apresenta um breve perfil e transcreve excertos de textos, com um breve comentário. A escolha dos autores e dos textos comprova a evolução ideológica de Malheiro Dias, – e não faltará quem lhe chame antes “involução”.

Pensadores Brasileiros é como uma despedida do Brasil e da vida intelectual activa do nosso autor. Regressa a Portugal – regresso definitivo, por motivos de saúde. Fisicamente debilitado e financeiramente depauperado (nunca foi um autor de sucesso), valeu-lhe a generosidade da colónia portuguesa do Brasil que ofereceu ao escritor uma casa em Lisboa. Aqui viveu os derradeiros anos crepusculares, quase impossibilitado de escrever e publicar. A essa obscuridade foi surpreendê-lo o inesperado convite (não sendo diplomata de carreira) para nosso embaixador em Madrid. A falta de saúde já não lhe permitiu tomar posse do cargo. Quem sabe o que o destino lhe reservaria se tivesse partido para Espanha, em vésperas de uma convulsão de proporções

inimagináveis. Convulsões políticas eram familiares a Malheiro Dias, mas sem a dimensão da Guerra Civil espanhola, onde se cometeram actos da maior crueldade e da maior heroicidade. Ele, já sacrificado pela República portuguesa, estaria ainda destinado a ser vítima da República espanhola, como representante de um país que, no conflito, se tornara claramente hostil ao Governo de Madrid.

O autor da *Zona de Tufões* não seria apenas mudo espectador da grande tragédia. Que páginas escreveria quem tantas escreveu, ditadas pela agonia dos homens, dos regimes, das nações. Que tema esse, não para uma reportagem, mas para um romance que retomaria porventura o final d’ *Os Teles de Albergaria*.

Uma vida aparentemente votada ao triunfo apagava-se na inacção e no silêncio. Em notas autobiográficas do seu espólio, escreveu em jeito de balanço final: “Assim acabou a minha existência agitada e amarga, como uma fantasia de romancista: que parecia morrer como no romance dos *Teles de Albergaria*”.

Quando morreu Carlos Malheiro Dias, Torga escreveu, no *Diário*, que o seu drama foi o de “ser-quase” – “dor sem fim” – como o de Sá-Carneiro. O grande romance que seria ainda de esperar do autor da *Paixão de Maria do Céu* foi uma promessa não cumprida. Faltou-lhe o tal golpe de asa... Se hoje aqui o recordamos, é como jornalista que não criticou o novo regime, mas aqueles políticos republicanos que na prática negaram os ideais proclamados.

Impõe-se pois concluir, com Álvaro Ribeiro, que o mais credível regime seria o de uma República de aristocratas.



A REPUBLICANIZAÇÃO DO BENEPLÁCITO RÉGIO



J. Pinharanda Gomes

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA



A Constituição Política da República Portuguesa, promulgada pelo Decreto de 21 de Agosto de 1911, é formada por 87 artigos, e do seu contexto ressaltam alguns aspectos que já por outros terão sido questionados. Entre eles cita-se o teor do artigo 2.º que, na definição do território, opta por uma vaga descrição – “o existente à data da proclamação da República” – que, em termos jurídico-políticos, obrigaria a prova remissiva, fosse para a anterior Constituição, que fora revogada, ou para a tradição oral, quando teria sido muito mais nítida a enumeração das parcelas, de modo nominal e inequívoco. A definição das mesmas estava patente depois da conferência da partilha de África (Berlim, 1885), do Tratado Luso-Britânico de 1891, e da já efectiva redução territorial na Índia mediante a Concordata de 1886. Ora, de uma Constituição Política espera-se a *precisão* em vez da *omissão*. A língua oficial foi omitida e o mesmo veio a ocorrer na 1.ª edição da Constituição de 1976, o que levou ao surgimento de nova edição como se da 1.ª se tratasse, mas já com o artigo sobre a língua! Esta segunda omitiu os preceitos relativos ao direito eleitoral dos cidadãos, melhor, das cidadãs, interditas de votar, tratando com indelicadeza as senhoras – Adelaide Cabete, Maria Veleda, Carolina Ângelo... – que tanto haviam lutado pelo regime, e não

se sujeitou à aprovação geral da Nação por referendo. Estes dois aspectos constituem motivo para que se questione se a Assembleia Constituinte teve medo do referendo e do voto das mulheres. Talvez haja por aqui uma curiosidade: se, em 1911, o voto não foi concedido às mulheres, por medo do seu eventual conservadorismo, ele foi concedido em 1931 como crível instrumento de vitória da projectada Constituição de 1933?

Quanto à liberdade religiosa, questão muito sensível dado o clima de anti-Igreja que caracterizou a época, o artigo 5.º reconhece a igualdade política de todos os cultos e, quanto ao artigo 13.º, declara que a expressão do pensamento “é completamente livre”, “sem dependência de caução, censura ou autorização prévia”, salvo óbvio abuso do direito.

Ora, em 21 de Abril de 1911, foi promulgada uma Lei sectorial, chamada Lei da Separação do Estado das Igrejas, cujo articulado do Capítulo I parece nítido, inequívoco e transparente. No entanto, a sequência será contraditória, de tal modo que, relativamente à Igreja Católica, a Lei abandona a ideia de *separação* para avaliar a *expropriação* e a *apropriação*. Expropriação, porque em sucessivos artigos, sobretudo no Capítulo V, trata da expropriação dos edifícios e bens da Igreja, expropriação essa bem explicada no artigo

104.º. Apropriação, porque o Estado torna-se *dono* da Igreja Católica no Estado, através da autoridade administrativa, os bispos passando a ser considerados funcionários públicos e os padres ou ministros da “religião católica”, ou pensionistas do Estado. Este tema consta do Capítulo VI da Lei, num complexo leque de artigos – do n.º 113 ao n.º 155. Como interlocutores do Governo estariam as associações de culto chamadas *Cultuais*, integradas por leigos, já que, pelo artigo 26.º, os ministros da religião não poderiam delas fazer parte, o que é bem mais exigente do que a anterior Lei francesa, que consentia que da associação ou junta paroquial fizesse parte o pároco. No caso português, este tornava-se funcionário da *Cultural*, obrigada a reportar para o Ministério da Justiça, mediante as respostas a um questionário formatado por este Ministério, e de cujo articulado se infere haver insinuado convite à denúncia, como na questão 11.ª – se há fanatismo, e qual a sua intensidade, ou se há *quem* se oponha à Lei.

– *Quem?*

Desde meados de Oitocentos que o Episcopado se movia para que uma Concordata fosse negociada. Mesmo na aurora da República, ainda se fez sentir que se pretendia uma Igreja Livre num Estado Livre, em conferência celebrada na Sociedade de Geografia, presidida por Afonso Costa, que não revelou qualquer sinal, salvo o que em breve confirmaria: preferir a solução protestante com vista, não tanto à liberdade, mas à desromanização da sociedade. Ambos estes factos constam de escritos. O inimigo a dominar não foi “as Igrejas”, foi a Igreja. Ninguém incomodou as comunidades anglicana, evangélica, judaica, presbiteriana, o Estado não se apropriou dos seus bens, nem para elas estabeleceu cultuais, nem fez delas uma estrutura religiosa do Estado, como ocorreu com a comunidade católica.

No advento da era republicana, foram evidentes pelo menos três teses: a da desromanização da Igreja, que em Portugal se deveria autonomizar, como no sistema anglicano, tese esta postulada por Sampaio Bruno e, depois, por Teixeira de Pascoaes; a da supressão das Religiões, sobretudo da católica, tese preferida por sectores anarco-maçónicos; e a da separação com respeito por todas as religiões, especialmente a católica, em vista dos serviços que a Igreja prestara ao Estado, tese defendida por Guerra Junqueiro, no Congresso republicano (Porto, 1909) contra o anticatolicismo de afonsinos, bernardinos e bombardinos. A Concordata de 1940 de algum modo concretizou a tese.

A gestão da Igreja pelo Estado atingiu tal empenho, que levou à promulgação de normas só caracterizáveis pelo adjetivo “ultrapombalismo seródio” como essa,

inscrita no artigo 18.º, sobre a intervenção do Estado nos Seminários (enquanto existissem!), relativa aos livros adoptados nos respectivos cursos preparatórios de Teologia.

O redactor da Lei foi Afonso Costa, mas, segundo testemunhos do tempo, Bernardino Machado teria burilado o texto. Ignoramos o que burilou, sabemos que, em 1926, sendo Presidente da República, e já havendo Núncio em Lisboa (Sebastião Nicotra), foi ele convidado para um jantar oficial, de que participou. Discursou, como protocolarmente lhe competia, e declarou que fizera tudo o que pudera para alterar a Lei. Não se duvida, mas seriam bem vindas as provas.

Entendia-se que, uma vez promulgada a Constituição, as determinações administrativas, limitantes da liberdade religiosa, eram revogadas. Ora, o artigo 181.º da Lei, num acto de plena apropriação, proíbe

publicar em quaisquer templos ou outros lugares habitual ou incidentalmente aplicados ao culto, ou mesmo outros lugares públicos, ou imprimir, ou publicar separadamente ou por intermédio de jornais, quaisquer bulas, pastorais ou outras determinações da cúria romana, dos prelados ou de outras entidades [...] sem delas dar conhecimento prévio ao Estado, que pelo Ministério da Justiça lhes *poderá negar o beneplácito no prazo de dez dias, quando o julgar necessário*, considerando-se lícita a publicação na falta de resolução dentro desse prazo.

Os bispos teriam muita dificuldade em comunicar com o clero e os fiéis. Nem uma simples “oração” podiam divulgar, como ocorreu ao bispo da Guarda, em 1914, que, pelas intenções do Congresso Eucarístico Internacional em Lourdes, recomendava uma singela oração a suplicar os favores da graça divina. Já o bispo estava exilado da diocese, desde 1912, por desrespeito ao *placet* (todos os bispos portugueses tinham sido exilados das suas áreas de jurisdição), quando o Governo o acusou de novo, e o veio a julgar em tribunal, dois anos depois.

A meta era a de extinguir o Catolicismo em Portugal, conforme Afonso Costa e Magalhães Lima tinham prometido? Discursando em sessão no Grande Oriente Lusitano, a propósito da Lei, Afonso Costa garantiu que o Catolicismo acabaria em Portugal dentro de duas ou três gerações e Magalhães Lima, comentando a interferência nos Seminários, aduziu que também estes fechariam por falta de quem os procurasse. Os biógrafos panegiristas

têm afirmado ser calúnia isso de Afonso Costa ter dito tal coisa; só que o registo foi feito por um “irmão” assistente, o Dr. António Macieira, que foi Ministro da Justiça, no seu jornal *Tempo*. Afonso Costa repetiu a profecia no Porto, e Raul Brandão registou-a no 1.º volume do seu *Diário*, em nota que termina: “É tolo!”

O beneplácito era régio, e ainda constava da Carta Constitucional, embora raramente tivesse sido executado, como que caindo em desuso, mas a chamada Lei da Separação republicanizou-o, e agravou-o, porque na Lei foi omissa a legislação acerca do modo de apresentação dos Pastores. Tradicionalmente, o Estado tinha o direito de apresentar os Bispos, que eram confirmados pelo Pontífice. Na Lei em vista, esse costume é omissivo. Entendia-se que continuava válido o antigo?

Da Lei depreende-se que, embora funcionários públicos, os bispos não são nem apresentados nem confirmados pelo Governo... Ora, se um Papa eleger um bispo, emitindo a bula de eleição para ser tornada pública, e não sendo esta publicitada sem a prévia obtenção do *placet*, caso este não seja concedido, não haverá bispo.

Questionado o Governo, a respeito de se a Constituição revogava o *placet*, foi respondido que não. Apesar da Constituição garantir a liberdade sem censura no artigo 8.º, a Lei da Separação não fora revogada, por isso que ela veio a ter a fama de *Inviolável*, de algum modo prioritária relativamente à lei constitucional.

Se Afonso Costa tinha um projecto em mente, a Lei

era amplíssima, desenvolvida como barreira de arame farpado em 196 artigos contra os modestos 87 da Lei constitucional, de modesta e apressada contextura. Se, na verdade, Afonso Costa tinha um projecto em mente, como declarara, o artigo 181.º funcionaria como armadilha: nunca mais haveria bispo nomeado pela Santa Sé. Ignora-se, portanto, qual seria a sequência da liberdade religiosa em Portugal, se uma arreligiosidade, se uma religião de Estado (e neste caso ainda menos separação haveria!).

Eis, pois, uma bem fundada razão para que Guerra Junqueiro, em seu extremado laicismo, considerasse satânica a Lei da Separação. Sampaio Bruno, concorde-se ou discorde-se, apresentara o caminho a seguir quanto à hierarquia episcopal, mas Afonso Costa não apreciava Bruno que, nas páginas finais do *Plano de um Livro a Fazer*, admitia o cenário da semitização, que levou Mário Sâa à tese de que a República terá sido a invasão (regresso) dos Judeus.

Machado dos Santos, que deu o peito às balas, testemunhou e escreveu que o 5 de Outubro não foi feito pela Liberdade, nem pela Igualdade, nem pela Fraternidade, que havia, de um modo ou de outro. Foi feito pela Justiça, e logo tudo entrou em degradação. Há o sentimento de que, na realidade, se conseguira implantar, não a República, mas uma Ditadura, a que se tem chamado República, aprofundada no ciclo do *Terror* (1911-1913).



SINAIS DE VENCIDISMO NA LITERATURA DA 1.^a REPÚBLICA



Elisabete Francisco

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



“Portugal salva-se com a República ou não se salva.”
João Chagas, *Cartas políticas* (1910)

1. FINIS PATRIAE?

“O ser e o destino de Portugal como horizonte e aventura literária converter-se-iam nos finais do século em autêntica obsessão.”¹ É assim que, nas palavras de Eduardo Lourenço, a questão existencial da pátria invade a literatura nos finais do século XIX.

As elites intelectuais não ficaram alheias ao sentido de “fragilidade ôntica”² a que o contexto histórico arrastara a pátria. Quando em fim de século e – quase – em fim de regime Junqueiro formulara a questão *Finis Patriae*, no seu fatídico poema, já o vencidismo invadira o pensamento de muitos intelectuais de fim de século. E a essa “obsessão” pelo fim (fim de século, fim de regime, fim de pátria e até *Fim de um mundo*, tomando a obra de Gomes Leal, datada de 1899), responderia o

poeta Unamuno sobre o carácter do povo português: “Portugal é um povo triste, até mesmo quando sorri. A sua literatura, inclusive a sua literatura cómica e jocosa, é uma literatura triste. Portugal é um povo de suicidas, talvez um povo suicida.”³

O desânimo sob a situação vigente da pátria traria a visão pessimista de um Portugal à beira do fim, proliferando uma terminologia como “decadência” (Antero de Quental), “suicídio” (Oliveira Martins), “patologia social” (Júlio de Matos, Abel Botelho)...

É assim que, num contexto finissecular, com visões decadentistas sobre uma pátria que sofrera a humilhação do *Ultimatum*, cuja dívida externa aumentava e que vivia num regime pouco creditado (com a célebre alusão à “choldra” caricaturizada por Eça), um grupo de homens assume-se como “Os Vencidos da Vida”. Segundo os “Onze de Bragança”⁴ (também assim conhecidos pelos seus jantares no hotel Bragança), nas palavras de Eça de Queirós: “[...] para um homem,

¹ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2007, p. 98.

² Cfr. Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 87.

³ Miguel de Unamuno, *Por terras de Portugal e de Espanha*. Lisboa: Vega, 2009, p. 70.

⁴ O grupo era composto por Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Conde de Ficalho, António Cândido, Conde de Sabugosa, Bernardo Arnoso, Carlos Mayer, Luís de Soveral e Carlos Lobo d’Ávila. Segundo Ramalho Ortigão, o rei D. Carlos era considerado um vencido “suplente”.

o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava.”⁵

Assumia-se, assim, o vencidismo como atitude de desânimo face ao presente. Foi sinal de rejeição de um presente em crise, em que se confundiram esperanças messiânicas e rasgos de regeneração com sonhos perdidos.

À luz do contexto cultural de finais do século XIX, a ideia de crise era associada à dicotomia entre decadência e regeneração, a que a ideia de fim pressupunha um sinal de esperança. Essa esperança “tornada realidade” seria, para outros, a República: “Raramente uma mudança de regime terá sido recebida com tanto entusiasmo, com tão unânime alegria, por Portugal inteiro, de lés a lés, como se, de facto, o país inteiro aguardasse há muito a queda da monarquia de quase oito séculos para expandir enfim o seu incontido júbilo, como se aquela tivesse sido efectivamente uma lóbrega opressão sobre um povo insofrido, cativo e infeliz, que assim dava largas a um apoteótico sentimento de resgate.”⁶

É sob o estímulo deste promissor regime, qual salvador de um Portugal em decadência, que uma nova expressão literária surge, animada de propósitos redentores para uma pátria que se via, agora, livre do “caçador Simão” e do peso de quase oito séculos de Monarquia. Mas não livre, afinal, da discussão ôntica sobre o seu *fatum*: “Por que mares reais ou míticos poderiam as naus de agora lançar-se? Cortando que ondas? A que praias do fim do Mundo – ou de fim de mundo – aproudo?”⁷

2. DE PASCOAES A FLORBELA ESPANCA: SAUDOSISMO OU DESEJO DE AUSÊNCIAS?

Quando, em Fevereiro de 1912, Teixeira de Pascoaes escreveu, n’ *A Águia*, “é na saudade revelada que existe a

razão da nossa Renascença, nela ressurgiremos, porque ela é a própria Renascença original e criadora”, já o poeta seguia o inconformismo literário de António Nobre.

Sobre Nobre, Fernando Pessoa viria, mais tarde, a afirmar: “Quando ele nasceu, nascemos todos nós.”⁸

De facto, com o despontar da República, uma nova tendência literária e filosófica – próxima da metafísica – ganhou dimensão: o saudosismo. Mas, seria mesmo uma nova tendência, ou uma vertente radicante da já não recente procura de uma regeneração nacional? E em que sentido o saudosismo, reduto de ausências, se poderia associar a uma qualquer regeneração pátria?

O saudosismo poético que teve como mentor Teixeira de Pascoaes e que o grupo da Renascença preconizou no advento da República teria sofrido a influência do poeta de *Só*. Na verdade, a expressão de Fernando Pessoa sobre António Nobre aludia a um inconformismo ou inadaptação, comum aos grandes escritores nacionais dos primeiros anos da República e que, talvez começando com Nobre, se prolongaria além da plural solidão do próprio Pessoa.⁹

Aquele que Florbela Espanca dizia ser “o meu santo poeta da saudade” generalizou a situação da sua pátria na expressão “Que desgraça, nascer em Portugal”¹⁰. Desta forma, foi Nobre um inconformado que, embalado pela riqueza poética da sua terra, procurou na metafísica da dor a expiação de um sentimento de frustração pátria.

Segundo Óscar Lopes, “o saudosismo deve considerar-se sobretudo como um desenvolvimento do misticismo panteísta que se acentua na fase final da Geração de 70”¹¹. Na esteira de Antero ou Junqueiro, homens como Gomes Leal, Sampaio Bruno, Nobre e, mais tarde, Teixeira de Pascoaes e Raúl Brandão retomarão essa sensação de refúgio metafísico. Inadaptados à si-

⁵ *O Tempo*, 29 de Março de 1889, apud João C. Reis (org., introd.e notas), *Polémicas de Eça de Queiroz (1887-1890)*, Vol. IV, tomo II. Lisboa: Europress, 1988, p. 90.

⁶ João Medina, “Oh! A República!...” *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira Republica Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 43.

⁷ Fernando Pessoa, *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática, 1979, p. 39.

⁸ Fernando Pessoa, apud José Mattoso (dir.) e Rui Ramos (coord.), “Os inadaptados”, in *História de Portugal, A segunda fundação*, vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 635.

⁹ Se muitos destes autores se manifestaram, através das suas obras, contra o excesso de realismo de finais do século XIX, é certo que alguns não se encontraram indiferentes a tendências, formas poéticas e até à filosofia de homens da Geração de 70, como é o caso que Junqueiro teve em António Nobre ou o caso da influência anterioriana em Pascoaes, por exemplo. Por outro lado, o saudosismo de Pascoaes, polémico, por vezes, para Pessoa, irá influenciá-lo na sua teorização do saudosismo – não provinciano, como acusou ser o do grupo do Porto, mas desnacionalizado. E um dos exemplos notáveis desta continuidade de influências, será o de Florbela Espanca, que autores da segunda fase do Modernismo português, sobretudo o caso de José Régio, tornarão tão importante. Isto leva-nos a crer que, no fundo, não há uma ruptura efectiva com um passado literário em Portugal e que o próprio Modernismo falhará, nesse sentido.

¹⁰ Apud José Mattoso, *op. cit.*, p. 637.

¹¹ Óscar Lopes, “Época Contemporânea”, in *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2008, p. 964.

tuação intelectual e política do país, tal como o foram os homens da Geração de 70, estes autores reflectiram nas suas obras ênfases de regeneração, imbuídos, contudo, de um profundo sentimento de vencidismo.

O saudosismo visava uma regeneração “criadora”, como o tentou o espírito d’ *A Águia*¹², mas implicava um recuar a um passado que *passou*, denunciando, desta forma, uma recusa flagrante do presente. Estes homens visionaram um futuro, com ânsias de passado. O próprio Pessoa não foi excepção, quando sonhou o Quinto Império de um distante António Vieira.

Apesar das personalidades e tendências diferentes que *A Águia* inicialmente apresentou, o seu ideal subjacente era a busca de uma regeneração, ou “renascença” nacional. No contexto da implantação da República, a Renascença Portuguesa, plena de um “republicanismo” que transcendeu a política, ousou procurar a regeneração pátria. Foi essa a maior preocupação para os homens do grupo¹³ – Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, Fernando Pessoa, entre outros – que, sob a teorização de Pascoaes, viram na saudade o princípio dessa regeneração. Com visão republicana, os valores que este grupo de homens tentou propagar passavam pelo respeito da identidade cultural do povo português: “Ser português é também uma arte, e uma arte de grande alcance nacional, e, por isso, bem digna de cultura.”¹⁴

A poesia e a literatura assumiram, nestes tempos, uma densa carga mística, revestida de cariz religioso. Da revolução poética do saudosismo – a primeira escola literária do século XX português –, “saíram, por contraposição imediata ou solução de continuidade, todas as mais significativas formas poéticas das gerações seguintes.”¹⁵

A Renascença Portuguesa durou vinte anos, nascendo e morrendo com a 1.ª República. Também os homens da Seara Nova – saídos da contestação à *Águia* – não triunfaram nos seus ideais. E o *Orpheu*, breve e áurea fase de ruptura com o passado, pleno da herança – nem sempre polémica – de Pascoaes em Pessoa,

deixou profundas marcas na literatura pátria, mas não, de todo, isentas de saudosismo. Nem de desejo de ausências, afinal.

Num tempo polémico como foi o da 1.ª República, a literatura não o foi menos, carregando, contudo, na sua essência, rasgos messiânicos de um futuro glorioso, sob as cinzas de desgraças prementes... A entrada de Portugal na Grande Guerra, o assassinato de Sidónio Pais, a sucessão de governos e as constantes conspirações, aliados à ideia recorrente de fracasso do regime, foram factores incontornáveis à definição de um mal geral a que as elites intelectuais não ficaram alheias. O saudosismo, a par da frequente alusão à morte, ganhou terreno.

Na introdução que António Patrício fez a *D. João e a Máscara*, disse o seguinte: “Morrer, diz a antologia grega, é ser iniciado. Mas para a sensibilidade moderna, que séculos de cristianismo hiperestesiaram, morrer é sentirmo-nos morrer a cada instante, olharmo-nos no supremo espelho em que não há possível narcisismo: a Morte. A iniciação começa deste lado.”¹⁶

Tomando a visão anterior trágica da vida, António Patrício alude à morte como algo que acompanha os seres, no pulsar de cada acontecimento, algo que está sempre eminente e que D. João (o velho mito de D. Juan, retomado agora por Patrício) respira e anseia, desde que visou a “Máscara”, no baile de máscaras de Outono:

A vida!... Um Escorial de tédio na minha alma.
É... isto a vida? [...] Não posso mais... Qualquer coisa ou Alguém... Seja o que for.

D. Elvira – Ouves?... A matilha a uivar... É um mau presságio. Vai morrer alguém...

[...]

A Morte – Não é o instante ainda do meu beijo.

D. João – Sinto que te amo já para além do desejo. Dizem que a tua voz é um silêncio que gela, e é dentro em mim um céu que devagar se estrela. Falavam com terror, e baixinho, de Ti, e eu pensava: é mulher, e se é mulher, sorri: é mulher, é

¹² Revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social, principal órgão do grupo Renascença Portuguesa. Foi publicada entre 1910 e 1932, sendo o seu período mais intenso entre 1912-16.

¹³ Alguns destes homens, pertencentes à geração da Renascença Portuguesa, revelaram-se antes do 5 de Outubro de 1910, na participação da greve académica de 1907 contra João Franco, e intervindo activamente na propaganda republicana. É o caso de Jaime Cortesão (preso na madrugada de 4 para 5 de Outubro) de Leonardo Coimbra.

¹⁴ Teixeira de Pascoaes, *Arte de ser português*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, p. 9.

¹⁵ António Cândido Franco, “Saudosismo”, in *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2008, p. 764.

¹⁶ António Patrício, “Prefácio”, in *D. João e a Máscara, uma fábula trágica*. Mem Martins: Europa-América 1991, p. 15.

mulher: e se é mulher, é minha.¹⁷

António Patrício, um “possesso de eterno”, à semelhança do seu trágico D. João, faz o seu personagem sentir desejo da morte, como se da mulher possuída se tratasse. Contudo, é agora a morte que o toma [a D. João], ao contrário das paixões e desejos mundanos que lhe encheram uma vida de “tédios”... e vazia, afinal. Este é um D. Juan com saudades do eterno, e nele se projecta. Só assim a morte poderá assumir um sentido iniciático. A ânsia de eterno é desejo: a eternidade que D. João procurou – porque desejou – na morte.

Atente-se, por outro lado, no poema que Jaime Cortesão dedicou a Fernando Pessoa:

Trago dentro de mim a morte a rir E, como, se a minh’Alma se ajustasse/ à íntima caveira,/ É o seu riso que me ri na face.../ Riso de fé, saudade e orgulho forte: / É que o meu ser carnal, / Esta argila grosseira/ Fundiu-se com o Espírito Imortal:/ Sou rei... Senhor daquém e dalém morte!¹⁸

Morte e imortalidade confundem-se neste Rei [Senhor daquém e dalém morte] que, com saudade, deseja ainda governar. Porém, é um rei que reina sem povo:

Embora... Rei proscrito,/ Hei-de voltar à Pátria, hei-de reinar de novo:/ Erro de noite, vago à toa e grito:/ Sou o teu rei...Onde é que estás, meu Povo?!...¹⁹

É, por isso, um *príncipe exilado, rei proscrito*. As ausências afirmam desejo de futuro: “Hei-de voltar à Pátria.” Mas não estarão a pátria e o povo mais perdidos em nevoeiro que o seu próprio rei, que não os alcança?

Lembremos, na tragédia *O Fim*, de António Patrício, em cenas de intensa carga dramática, o adensar de

prelúdios de morte numa corte que espera o seu fim: “Ficou isto!... Um rei antigo deu beija-mão a um carácter exumado. Agora é uma corte póstuma, um povo póstumo, no beija-mão de uma Estrangeira Louca!... [...] Venham os corvos!...”²⁰

Neste sentido, assumia a morte carácter de decadência de um regime. Na passagem transitória que é a vida (*sic transit gloria mundi*), a morte espreita sempre e a saudade do tempo passado confunde-se com desejos de eternidade. A *Clepsidra*, de Camilo Pessanha, é um dos mais notáveis exemplos do tempo que passa, como água que corre: a passagem da vida, a contagem do tempo... e a inevitável aproximação da morte, a que o homem, frágil, não pode escapar²¹. O tempo futuro acaba por ser uma ilusão e tudo se resume ao que passou, transformado em desejo: “Vou a medo no rasto do futuro, embebido em saudades do presente.”²²

A incapacidade de agarrar a vida e a obsessão com o “não vivido” é particular em Raul Brandão que, em Setembro de 1910, no seu primeiro *Livro de Memórias*, afirmou:

Hoje acordei com este grito: eu não soube fazer uso da vida!” No entanto, é em *Húmus* que se atinge o paroxismo do caminhar para a morte, fazendo da vida um reduto de ausências e a saudade, o seu desejo: “Uma saudade da vida! Uma tristeza de não poder misturar-me à vida. A vida – e um cantinho do lume, a vida banal, a vida comezinha... Tenho saudades do muro a que costumava queixar-me... Vive devagariinho. Aquece-te à réstia do sol como quem nunca mais tornará a aquecer-se; perde todas as horas a trespassar-te da vida.”²³

E, mais adiante, o autor continua: “Eu não sou nada. Sou o minuto e a eternidade.”²⁴

¹⁷ António Patrício, *op. cit.*, pp. 44-45 e 49-50.

¹⁸ Jaime Cortesão, *Daquém e dalém morte, contos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda 2000, p.149.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 147.

²⁰ António Patrício, *O Fim*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1990, p. 48.

²¹ “A *hidra* é um monstro marinho, uma serpente gigantesca, com inumeráveis cabeças que nascem e se desenvolvem à medida que são cortadas, simbolizando a inutilidade da vontade e do esforço humanos perante algo que lhes é adverso.” Tereza Coelho Lopes, “Apresentação crítica”, in *Clepsidra* de Camilo Pessanha. Lisboa: Comunicação, 1983, p. 31.

²² Camilo Pessanha, “Caminho”, n.º 2, *Antologia*, *Apud* Tereza Coelho Lopes, *op. cit.*, p. 48.

²³ Raul Brandão, *Húmus*. Lisboa: D. Quixote 2003, p. 224.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 226.

Não serão todos estes autores, como António Patrício, “possessos de eterno”? O seu pensamento é saudosista, atinge-se nele uma dor de viver, embebida em esperanças e desejos de futuro... futuro de ausências, onde reina a eternidade.

O desejo, encoberto em saudade, como o Rei Desejado, vive na luz dos poetas: “D. Sebastião é uma vaga existência divinizada e absorta no seu remoto encantamento. A sua acção pessoal não é presente, como no D. Quixote, mas futura.”²⁵ Nessa expectativa messiânica de futuro, que se cruza com a saudade do passado, D. Sebastião vivia, para estes autores, na eternidade, porque de desejado se tratava, e havia, nesse desejo, ânsias de infinito.

Mas a rainha da saudade, do não vivido e do rasto que este deixa será, na literatura portuguesa republicana, a poetisa Florbela Espanca:

Caravelas doiradas a bailar... / Ai quem me dera
as que eu deitei ao Mar! / As que eu lancei à vida,
e não voltaram!...²⁶

Entre a saudade do que se teve, e que partiu, está o desejo do regresso. Regresso que não vem... Misto de dor, de anseio de ausências...

Florbela Espanca sonhou o Infinito, desejou o inalcançável:

Que sou eu neste mundo? A deserdada, / A que
prende nas mãos todo o luar, / A vida inteira,
o sonho, a terra, o mar/ E que, ao abri-las, não
encontrou nada!²⁷

Não seria este vazio, afinal, toda a riqueza do sonho dos poetas? Já Álvaro de Campos, em *Tabacaria*, o expressara:

Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez. /
Tenho apertado ao peito hipotético mais huma-

nidades do que Cristo. / Tenho feito filosofias
em segredo que nenhum Kant escreveu. / Mas
sou, e talvez serei sempre, o da mansarda...²⁸

Talvez por isso, dada a realidade de um presente em que a frustração pátria se confundia já com esperanças e inquietações – pessoais e colectivas – de muitos autores, Pessoa terá respondido que o futuro da raça portuguesa estaria no Quinto Império, “escrito já, para quem saiba lê-lo, nas trovas do Bandarra, e também nas quadras de Nostradamus.”²⁹

Anos antes, Teixeira de Pascoaes diria, sobre a nova Arte que o seu grupo e época apregoaram: “O fim desta Arte é a renascença de Portugal. [...] Colocar a nossa pátria ressurgida em frente do seu Destino.”³⁰

Afigurou-se, assim, a Pátria, com névoas de sombras e morte, com misto de saudades e desejos pelo que não se alcançava, ainda...

3. O MODERNISMO: PORTUGAL ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Em 1915, a Geração de Orpheu terá produzido a maior revolução poética portuguesa do século XX³¹. Adoptando a clássica figura órfica que encerra em si a missão de não olhar para trás, este grupo de homens – Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa – apropriam-se do epíteto de Modernistas, rumo a um novo caminho para a sua pátria: “Uma época não é apenas uma questão de tempo, mas essencialmente um sentido de novo no eterno. [...] Isso de ser moderno é como ser elegante: não é uma maneira de vestir, mas sim uma maneira de ser.”³²

A esta afirmação de Almada Negreiros, cremos, contudo, que num contexto de crítica às crises ou “decadência” – que Portugal vinha a desenvolver de uma forma intensa desde meados do século XIX –, há uma leitura legitimadora de que o presente estava decadente e de que era preciso inovar. Ora, este desejo de “inovação” que de certa forma, Pascoaes já apregoara

²⁵ Teixeira de Pascoaes, *Os poetas lusíadas*. Lisboa: Assírio e Alvim, s.d., p. 124.

²⁶ Florbela Espanca, *Sonetos*. s. l.: Aletheia, 2001, p. 73.

²⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 140.

²⁸ Álvaro de Campos, “Tabacaria”, in *Poesia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2006, p. 171.

²⁹ Fernando Pessoa, *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática, 1979, p. 136.

³⁰ Teixeira de Pascoaes, *Arte de ser português*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, p. 9.

³¹ Cf. Óscar Lopes, “Geração de Orpheu”, in *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2008, p. 993.

³² Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2006, p. 306.

com a sua ideia de “regeneração criadora”, associado às mudanças culturais por que a Europa passava³³, propiciaram esse “novo caminho” que este grupo de homens revolucionariamente apontou. Repare-se, contudo, segundo a expressão de Álvaro de Campos no seu *Ultimatum*: “Se eu soubesse o método, seria eu próprio toda essa geração! Mas eu só vejo o caminho; não sei onde ele vai ter.”³⁴

À intelectualidade, ou às “gerações novas”, reservou-se a tarefa de questionar o presente, para apontar o futuro.³⁵ Desta forma, o novo, pleno de carga messiânica e patriótica, estaria associado à solução dos males pátrios. Seria novo, contudo, o motivo de contestação destes homens ou o seu desejo de ruptura? Repare-se que a abordagem do problema nacional, bem como a dualidade pessimismo/optimismo e decadência/regeneração, continuaram a atormentar os homens do *Orpheu*, como décadas antes acontecera com a Geração de 70. As suas preocupações não eram novas, apesar dos ideais serem revestidos de mudança:

Nós vivemos numa pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes do 5 de Outubro mostrar a decadência da raça. Foi sem dúvida a República portuguesa que provou conscientemente a todos os cérebros a ruína da nossa raça, mas o dever revolucionário da República portuguesa teve o seu limite na impotência da criação. Hoje é a geração portuguesa do século XX quem dispõe de toda a força criadora e construtiva para o nascimento de uma nova pátria *inteiramente portuguesa e inteiramente actual*, prescindindo em absoluto de todas as épocas precedentes.³⁶

Aos termos *decadência e ruína* (da nossa raça), da citação de Almada, opõe-se a teoria desta nova geração: apropriados dessa “força criadora e construtiva”, estes homens, à semelhança da própria figura de Orfeu que simbolizaram em si, desprendem-se do passado. Contudo, a questão é polémica se tomarmos o caso de Fernando Pessoa: “Onde estão os antigos, as forças, os homens, os guias, os guardas?”³⁷ Apesar da eminente crítica ao presente, Pessoa alude aos “antigos” e não rejeita a sua “raça”: “Eu, raça dos Descobrimentos, desprezo o que seja menos que descobrir um mundo novo.”³⁸

O seu sentido patriótico afirma-se nesta frase: “Minha pátria é a língua portuguesa”, talvez pela comoção que o grande orador de uma pátria passada, António Vieira, lhe causara.

À inadaptação pessoal de Pessoa, juntou-se a essência da saudade de “qualquer coisa”, que se associaria ao messianismo político nacional. Por isso, quando em 1912 o poeta profetiza, no seu “Super Camões”, um futuro glorioso para Portugal, não lhe é alheia a ideia do retomar a grandeza passada. De facto, como se nota em Álvaro de Campos, não é o passado que é rejeitado: “Dai Homeros à Era das Máquinas, ó Destinos Científicos! Dai Miltons à Época das Coisas Eléctricas, ó deuses interiores à matéria!”³⁹

Com o nostálgico tom português do messianismo, o desejo do futuro, em Pessoa, passaria por uma recuperação mítica do passado. E, nesse sentido, aproximou-se de Pascoaes (com o seu “futuro, aurora de passado”), afastando-se dos futuristas. O seu tom é contrário à “reduzida e decadentista leitura”⁴⁰ de Almada Negreiros sobre o saudosismo: “A saudade prejudica a raça tanto no seu sentido atávico porque é decadência, como pelo seu sentido adquirido, porque define e estiola.”⁴¹

Talvez por isso, Pessoa tenha afirmado: “os artistas

³³ Lembremos, a este propósito, que Fernando Pessoa era um homem cosmopolita e que, quer Almada, quer Santa-Rita ou mesmo Sá-Carneiro – apesar deste ter sido apontado pelo seu amigo Pessoa como “provinciano” – conheciam bem a realidade cultural europeia.

³⁴ Álvaro de Campos, *Ultimatum*. Lisboa: Ática, 2006, p.16.

³⁵ Veja-se, a este propósito, o estudo de Fernando Catroga, “Portugal como corpo e como alma (sécs. XIX/XX)”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 28. Coimbra, 2007.

³⁶ Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2006, p. 25.

³⁷ Álvaro de Campos, *op. cit.*, p. 5.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 10.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁴⁰ Cf. Vítor Viçoso, “O saudosismo de Teixeira de Pascoaes e a identidade cultural portuguesa”, in *Encontro com Teixeira de Pascoaes*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 101.

⁴¹ Almada Negreiros, *Portugal futurista*. Lisboa, 1917, p. 37.

de ORPHEU pertencem cada um à escola da sua individualidade própria, não lhes cabendo, portanto [...] designação alguma colectiva.”⁴²

Se uns mais se aproximaram da recusa do passado, outros, por sua vez, permitiram que fosse esse mesmo passado (não o mais próximo, pois foi este que cedeu o seu lugar à “nova geração”), a “busca de quem somos, na distância/ de nós”, como afirmou Pessoa. Repare-se, em *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, de 1920: “Vivemos só de recordar/ Na nossa alma entristecida/ Há um som de reza a invocar/ A morta vida.”⁴³ E, mais adiante, “vive ainda em nós, longínqua chama – o DESEJADO.”⁴⁴ Alude-se ao “recordar”, ao saudosismo presente nessa “alma entristecida” que invoca o passado, que “vive ainda em nós”. Chama que arde, chama que não se apaga.

Não isento de saudosismo é ainda Mário de Sá-Carneiro:

Perdi-me dentro de mim/ Porque eu era labirinto/
E hoje, quando me sinto/ É com saudades de mim.[...] O tempo que aos outros fuge/
Cai sobre mim feito ontem.⁴⁵

Não terão estes homens, ao tentar furtar-se do mítico fado português do passado, aproximado-se mais deste do que do próprio futuro, como no mito de Orfeu e no seu amor ao que não é mais?⁴⁶ Ou a sua visão de futuro encontrar-se-ia, fatalmente, com o passado?

Buscaram a inovação, mas cometeram também o mesmo desprezo pelo presente que as gerações do passado.

Ironicamente, um dos principais mentores do Modernismo português, Sá-Carneiro, criticou o “novo”, porque de diferente e de tentativa de ruptura se tratava: “Desse Amadeo Cardoso tenho ouvido falar mui-

to elogiosamente ao Santa-Rita e vi uns quadros dele, sem importância e disparatados, no Salão de Outono. Tratava-se de uma turbamulta de bonecos – era um inferno, um purgatório ou qualquer coisa assim.”⁴⁷

4. PARA ALÉM DO TEMPO, A UTOPIA

Os anos da 1.^a República foram conturbados: a República Parlamentar nasceu e morreu sem ver concretizadas as suas esperanças mais profundas.

Muitos foram os homens que sonharam, sonhos já passados e esperanças já esperadas. Muitas esperanças de regeneração foram, contudo, vencidas. Vencidas pelo tempo que, como na *Clepsydra* de Camilo Pessanha, não dá tréguas ao ser humano.

Sonhos e quimeras, saudades e desejos... e um Império espiritual, esperavam os portugueses. Ou não seriam, afinal, alguns intelectuais a esperar essa “hora” que não vinha?

Vista como a solução dos males da Pátria, a 1.^a República não vingou. Vencida, deixou, contudo, a sua marca na literatura.

Entre a geração literária de Teixeira de Pascoaes (contando com nomes como Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, entre outros), contagiada por “saudades e encobertos”⁴⁸, e os homens do grupo da Seara Nova, pelo qual passaram os mais importantes vultos literários republicanos (Raul Brandão, Teixeira Gomes, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raul Proença, António Sérgio...), passando pelo esforço dos homens do Integralismo Lusitano, cujo princípio orientador foi – à semelhança de alguns dos vencidos – “reaportuguesar” Portugal⁴⁹, contaram-se esperanças redentoras, propostas regeneradoras, sonhos de “renascença”...

“Nunca geração portuguesa se sentira tão infeliz – tão

⁴² Fernando Pessoa *apud* Fernando Cabral Martins, “Vanguarda”, in *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2008, p. 568.

⁴³ Fernando Pessoa, *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*. Lisboa: Nova Ática, 2007, p. 13.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁵ Mário de Sá-Carneiro, “Dispersão”, in *Poemas*. Lisboa: Relógio d’Água, 2003, p. 20.

⁴⁶ Orfeu é o maior poeta lendário da Grécia. Quando a sua esposa, a ninfa Eurídice, morre, louco de dor Orfeu tem a permissão de Zeus para a resgatar do mundo dos mortos. Contudo, não poderia olhar para Eurídice antes de voltar a entrar no mundo dos vivos. Mas, à entrada do Inferno, no desejo de que a ninfa não lhe desaparecesse, Orfeu olha para trás. Imediatamente a sua esposa morre, para toda a eternidade. Orfeu despreza as mulheres do presente que dele se aproximam, ficando, para sempre, preso ao seu amor passado.

⁴⁷ Mário de Sá-Carneiro, *Cartas a Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática, 1978, p. 91.

⁴⁸ José Mattoso (dir.) e Rui Ramos (coord.), “A traição dos intelectuais”, *op. cit.*, p. 533.

⁴⁹ Leia-se, a este propósito, o estudo de José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires – As origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Nova Ática, 2004.

funda, sincera e equivocadamente infeliz – por descobrir que pertencia a um povo decadente.”⁵⁰ Assim alude Eduardo Lourenço aos homens da Geração de 70, que viram falhar os seus ideais.

Tomando o fim como ponto de partida, os homens posteriores àqueles que sonharam e viram os seus sonhos vencidos – os Vencidos da Vida – apontaram uma visão de futuro. Contudo, sobre esse “novo” caminho apontado, relembrem-se as palavras de Álvaro de Campos: “Eu só vejo o caminho; não sei onde ele vai ter.”⁵¹

Persistiu, afinal, o vencidismo na ideia presente – sempre implicitamente presente – de decadência? Na recusa do que é, pelo desejo do que foi e pela esperança no que será?

Aquilo a que Pessoa designou como “fulgor baço de terra”, Portugal, pátria “sem rei, nem lei”, estava envolto num nevoeiro de quimeras, de desejos, de ausências, de saudosismos, de esperanças de regeneração... A questão anos antes levantada por Junqueiro permanecia: *Finis Patriae*? E, afinal, nem a mudança de regime salvou uma pátria a que era necessário – ainda – resgatar da decadência.

Portugal é um país que vive de ausências e que sonha “horas” que não chegam... Onde estarão essas Índias espirituais, sonho dos lusíadas? E que mito é esse, de um rei que, porque desaparecido, se tornou desejado? Mito que se renova e surge em nebulosos sonhos de poetas? Não será, afinal, a espera de um rei que levou a pátria à perda de independência, ao *princípio do fim*, o seu maior sinal de decadência?

Fernando Pessoa, o homem que sonhou a grandeza de Portugal num Quinto Império, afirmou, através do seu heterónimo Álvaro de Campos: “Fui em tempos decadente; hoje creio que estou decadente, e já o não sou.”⁵²

Num Portugal onde “ninguém sabe que coisa quer, ninguém conhece que alma tem”⁵³, não seria, também, a “Hora” de Pessoa uma ilusão?

“O povo implantou a República para que a República satisfizesse os seus desejos.” Encontrada no espólio particular do Dr. Manuel de Arriaga, esta frase cru-

zou-se com a ironia da História. Há cem anos, o regime que substituiu séculos de Monarquia pretendeu mudar, inovar, “criar”.

A 1.ª República caiu. Mas os seus homens ficaram, em obras e sonhos, provando que, afinal, a morte tem a máscara da eternidade e nela se confundem passado, presente e futuro. E que os homens da geração da 1.ª República continuaram os sonhos de homens do passado.

“Éramos assim em 1867”, escreveu Eça sobre os que consigo partilharam uma geração. Geração essa que, na expressão de Eduardo Lourenço, “terá implicado o seu País num processo tão implacável” e em cujo “radicalismo estava já o germe da tragédia *cultural e humana* (ou a tragédia inteira), pois os instauradores dele ficavam abrangidos pela mesma superlativa exigência crítica, pelo mesmo ideal de redenção utópica [...]”.⁵⁴

Éramos assim... Eram jovens, sonhadores, ousaram tentar um Portugal diferente. Os seus sonhos foram vencidos pelo Tempo, o mesmo Tempo que não calou António Patrício, Camilo Pessanha, Florbela Espanca, Fernando Pessoa, António Sérgio... Mas terão sido eles realmente “vencidos”? Os seus sonhos permanecem. Tal como eles próprios que, vencedores, afinal, desafiaram o tempo e o futuro de que falavam.

Tomando as palavras de Raul Brandão, em jeito de homenagem a Junqueiro e a Teófilo Braga, aqui fica também a homenagem a homens e mulheres da literatura das primeiras décadas do século XX, que apesar de “vencidos”, quer em sonhos feitos desilusão, quer em saudades por um passado que já não se alcança, quer pelo próprio presente que rejeitaram, ousaram sonhar:

Foi esquecendo-se e prodigalizando-se que os grandes homens escreveram a nossa história, os nossos poemas e toda a vida espiritual de que nos alimentamos. E em troca da sua alma demos-lhe quase sempre o abandono e o isolamento [...]. Resta-lhes o sonho – que o sonho lhes baste!...⁵⁵

⁵⁰ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 90.

⁵¹ Álvaro de Campos, *op. cit.*, p. 16.

⁵² Álvaro de Campos, “Carta dirigida à Revista Contemporânea”, in *Aviso por causa da moral e outros textos de intervenção de Álvaro de Campos*. Lisboa: Nova Ática, 2007, p. 17.

⁵³ Fernando Pessoa, *Mensagem*. Lisboa: Oficina do Livro, 2007, p. 73.

⁵⁴ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 91.

⁵⁵ Raul Brandão, *Memórias*, vol. 1, tomo II, p. 203.



Leituras Críticas



Fernando Cristóvão (coord.), *Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e Suas Descendências de Rodrigues Mendes Silva Lusitano*. Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

Quase quatro séculos passados sobre a primeira publicação desta versão peculiar da crónica dedicada à personalidade do Condestável Nuno Álvares Pereira, este volume permite ao grande público aceder, de um modo bem acompanhado e completo, ao texto integral de Rodrigues Mendes Silva Lusitano, português ao serviço da coroa filipina, que, meses antes de se dar a Restauração, dedica a D. Luis Mendez de Haro Sottomayor Y Guzmán, Conde de Morente, uma abordagem aos feitos e à linhagem do herói que a tradição portuguesa transformou, ainda que anacronicamente, num estereótipo do cavaleiro virtuoso e patriótico por excelência.

A obra é introduzida por um texto da autoria do Professor Fernando Cristóvão, que atenta a algumas das questões cruciais que esta obra coloca. Elabora-se uma reconstrução da imagem de Nuno Álvares na leitura resultante do confronto com o original seiscentista, reconstrução essa baseada numa ampliação do mito do herói. Depois de destacar os motivos que conferem importância a esta fonte, distinta de outras produzidas desde a primeira *Cronica do Condestabre* e, também, na sequência da personagem à qual Fernão Lopes deu vida na *Crónica de D. João I*, Fernando Cristóvão procura demonstrar como ela se enquadra perfeitamente na dupla exaltação dos feitos dos portugueses, num momento em que ainda estavam vivos os desejos de independência política, e das relações culturais, linguísticas e políticas existentes entre os dois reinos peninsulares, bem evidentes na descendência de Nuno Álvares que, à luz do que se defende na obra, teria sido um dos elementos cruciais para a formação de boa parte da nobreza e da realeza europeias. Ideia certamente discutível e controversa, mas que se apoia directamente no texto, permitindo mostrar como o terreno de exaltação dos feitos gloriosos do decisivo comandante do exército do Mestre de Avis se alarga muito para além das fronteiras portuguesas, como defende Fernando Cristóvão no final do seu texto: “*Vida y Hechos* é, pois, uma das obras que melhor retratam a personalidade do Condestável, projectando-o muito para além dum simples herói da luta entre Castela e Portugal, por acrescentar a esse, e ao título de Santo da Igreja universal, o de patrono da Europa, através dos seus descendentes que a consolidaram e engrandeceram”.

Depois da edição integral do fac-símile do original castelhano, que permite, apesar da sua antiguidade, que o leitor consiga lê-lo se for essa a sua intenção, é apresentada uma cuidada tradução realizada pelo Doutor António Castro Henriques, actualizando a escrita seiscentista ao português contemporâneo e, portanto, ao acordo ortográfico adoptado. Antes de começar o texto da crónica propriamente dita o leitor contacta com alguns documentos de apresentação reveladores, dada a natureza do texto. São os casos dos textos que o avalizam perante a Inquisição e perante o rei de Portugal e de Castela (é, por exemplo, notória a relativa desconfiança que o texto suscita por ser produzida por alguém “tão favorável às glórias dos portugueses”, condição relevada dado que o conteúdo da sua primeira parte “cinge-se ao que consta na crónica em língua portuguesa sobre este Cavaleiro”, “concordando ainda com os mais eminentes historiadores de Castela”, enquanto que a segunda parte é conforme às descendências que constam “nos mais acreditados nobiliários” – p. 324); da dedicatória do autor ao seu protector, na qual este considera o Condestável “antepassado de quase todos os príncipes da Europa, assunto, até hoje, tratado por poucos ou por ninguém com um fito igual ao meu”, teoria que emoldura todo o conjunto (p. 325); de uma interessante carta enviada ao autor por Francisco Manuel de Melo, na qual se exalta, como o Prólogo de Silva Lusitano também o faz, a verdade do texto, que não exigiu do historiador qualquer tipo de encobrimento, também muito devido ao tema, a descrição do “mais proeminente homem da nação portuguesa e que a tantas outras nações deu gloriosos príncipes” (p. 330); e de uma série de poemas dedicados a exaltar simultaneamente o Condestável e o autor que escreve a sua crónica.

O texto da crónica consiste numa completa e interessante exposição de todo o manancial de acontecimentos que o Condestável acompanhou ao longo da sua vida, intercalados

pela apresentação dos principais aspectos que permitiram dar uma dimensão heróica e mítica aos seus feitos, relatos que incluem e alargam tudo aquilo que o leitor de Fernão Lopes já conhecia. A crónica evolui numa única sequência textual, dedicando menos pormenores à exposição dos acontecimentos do que as de Fernão Lopes. Começando com a apresentação da linhagem de Nuno Álvares, rapidamente se configuram, muitas vezes pelo recurso ao discurso directo do herói, os traços dominantes da sua personalidade: a sua coragem, audácia, crença nas capacidades próprias e dos portugueses, uma notória atracção pelo perigo e pelo conflito e, também, a sua religiosidade, humanidade e companheirismo. Destacaria, resumidamente, alguns episódios significativos: o modo como ainda pequeno, depois de observar o exército castelhano, considera “que era pouca gente mal chefiada, a quem pouca gente com melhor ordem facilmente venceria” (p. 346), frase que agrada ao rei e, sobretudo, a Leonor Teles e que antecipa o mito da desigualdade dos oponentes em Aljubarrota; a sua animação ao avistar forças inimigas (p. 348), a que se seguirão constantes episódios em que aceita ou lança desafios; o modo como antecipa a opção por D. João I como futuro rei de Portugal (p. 354); a sua coragem quando se mostra igualmente decidido a combater este inimigo ou um que reunisse todos os reis do mundo (p. 358-359); a justeza com que reparte os despojos de guerra pelos seus companheiros sem com nada desejar ficar (p. 368); a determinação e capacidade demonstradas antes e durante a Batalha de Aljubarrota (374-379); a crença religiosa exacerbada no célebre episódio da batalha de Valverde (pp. 381-382). Destaca-se ainda nesta Crónica uma perspectiva muito mais peninsular dos acontecimentos, evidente por exemplo quando se considera esta “a mais renhida batalha que alguma vez viram os campos da Espanha” e se resume a vitória de D. João I como “a mais célebre vitória que os portugueses conseguiram naquele tempo e que alguma vez se conseguiu em toda a Espanha”.

Depois do texto, e antes da exaustiva exposição de todos os descendentes conhecidos de Nuno Álvares até 1640, entre os quais os representantes da Casa de Bragança e a própria família real filipina, são ainda apresentados vários epitáfios dedicados ao herói, da autoria de relevantes personalidades como Tirso de Molina, Lopez de La Vega, Calderón de La Barca, Velez de Guevara, entre outras. Para além de referirem os tópicos fundamentais da personagem mítica do Condestável, alguns destes epitáfios não esquecem a importância da sua descendência.

Penso que o conjunto de informações disponibilizadas nesta obra é de extremo interesse para a construção sempre necessária da personagem de Nuno Álvares. Creio, no entanto, que precisaremos analisar e avaliar o conjunto de acordo com perspectivas distintas. Para um leitor que aprecie este período particular da História de Portugal, o modo como a disputa territorial entre Portugal e Castela se processou, a narrativa de episódios bélicos nos quais a distância entre mito e realidade foi sendo anulada com o passar do tempo e, sobretudo, que tenha especial interesse e admiração pela personalidade de Nuno Álvares Pereira, nas suas várias vertentes, esta obra é mais um importante tijolo de um edifício que desde as *Crónicas* de Fernão Lopes, escritas a pensar na legitimidade de uma dinastia original na forma como se iniciou, tem sido cuidadosamente construído para se identificar como o momento em que uma proto-ideia de nacionalidade começou a ser desenvolvida. Do ponto de vista literário, a obra é também um texto interessante, que não se dispersa em pormenores que potencialmente poderiam desviar a atenção do leitor do cerne da questão e que articula muito bem a narrativa com a utilização do discurso directo do Condestável. Do ponto de vista histórico, creio que a tese defendida quer pela crónica quer pela releitura que Fernando Cristóvão dela faz – poderei aproveitar para referir uma das mais significativas frases utilizadas pelo professor na apresentação pública da obra, quando defendeu que Nuno Álvares, dada a sua descendência e o impacto desta na construção da Europa, deveria ser considerado um dos padroeiros do Velho Continente – poderá não ser consensual e merecer da parte de outras correntes de opinião leituras contrárias, o mesmo sucedendo com a importância concedida ao original em questão. O que não impede que a crónica tenha necessariamente de ser tida em conta e que ocupe um espaço importante nos estudos que têm sido levados a cabo a respeito da História e da Cultura em Portugal.

Abre-se, creio, uma nova porta a futuras abordagens quer da personagem de Nuno Álvares quer da família Bragança, capazes de iluminar com outra documentação a questão. Neste sentido, saúda-se a oportunidade da edição, assim como a sua qualidade gráfica, evidente antes de mais na capa luminosa. ▽



Daniel Galera, *Cordilheira*. Lisboa: Editorial Caminho, Col. *Outras margens: autores estrangeiros de Língua Portuguesa*, n.º 88, 2010, p. 175.

O escritor Daniel Galera (SP, 1979) viu, em Janeiro de 2010, o seu quarto trabalho literário, *Cordilheira*, ser editado em Portugal, pela Caminho. Este romance, publicado no Brasil em 2008, foi considerado o melhor romance do ano pela Fundação Biblioteca Nacional, que lhe atribuiu o *Prémio Literário Machado de Assis*, e, em 2009, obteve o terceiro lugar no *Prémio Jabuti*, ambas distinções da maior importância na Literatura Brasileira.

Apesar de jovem, Daniel Galera, formado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já apresenta um acervo considerável de trabalhos no domínio da literatura, considerada igualmente a sua actividade enquanto editor e tradutor literário. Nesta qualidade tem dado preferência a textos da nova geração de escritores anglófonos, contando já com treze livros traduzidos. É notória, no seu trajecto profissional, uma postura empreendedora, multifacetada, sabendo tirar partido do avanço das tecnologias, nomeadamente das potencialidades oferecidas pela internet. Com efeito, foi um dos pioneiros nesta área com a criação não só do site *Proa da Palavra*, que esteve activo entre 1997 e 2001, mas também pela co-autoria do fanzine electrónico *Cardosoline (COL)*, onde escrevia regularmente. Após o seu encerramento, fundou, com outros parceiros, a Editora Livros do Mal, onde publicou a sua primeira obra, a antologia de contos *Dentes Guardados* (2001), que está traduzida em italiano, e alguns dos seus contos foram adaptados para curtas-metragens no Brasil e em Itália. Em 2002 mereceu uma adaptação para teatro brasileiro da responsabilidade de Mário Bortolotto. O romance *Até o dia em que o cão morreu* (2003), também editado pela Editora Livros do Mal, teve nova reedição em 2007, pela Companhia das Letras, ano em que foi adaptado para cinema, por Beto Brant e Renato Ciasca, com o título *Cão sem dono*. Em 2006 edita o romance *Mãos de Cavalo*, pela mesma editora, sendo traduzido e editado na Argentina em 2007. É possível encontrar textos seus em algumas antologias como, por exemplo, *Lusofónica: La Nuova narrativa in Língua Portoghese* (Roma, Ed. *La Nuova Frontiera*, 2006); *Sex'n'Bossa*, (Milão, Ed. *Mondadori*, 2005) ou *Os Cem Menores Contos Brasileiros do Século* (São Paulo, *Ateliê Editorial*, 2004).

Mãos de Cavalo, a sua primeira obra lançada em Portugal, pela Caminho (2009), e cuja publicação está já agendada para França (2010) e para a Roménia, não passou despercebida à crítica, não só pela temática e pelo cuidado minucioso que o autor dedica ao nível das descrições, como também pela destreza que demonstra no manuseamento da língua. Sublinha ainda a sua particularidade, o facto de ser um romance que pode ser lido de duas formas: à maneira tradicional (de fio a pavio) ou por capítulos pares e ímpares, já que se alicerça em dois eixos temporais: a infância e juventude da personagem central e a sua fase adulta.

Se, neste romance, a reflexão sobre as opções de percursos de vida e o questionar da validade dessas escolhas realizadas, a par com o sentimento de frustração, de vazio interior e de inadequação entre o “eu” e o que o rodeia, são pilares temáticos, em *Cordilheira* estes também estão presentes mas trabalhados numa perspectiva diferente.

A história constrói-se em torno de uma personagem feminina, Anita, órfã de mãe, criada unicamente pelo pai que fez dela o centro da sua existência. Formada em jornalismo, aos 25 anos ganha notoriedade graças ao livro que escreveu e que mereceu alguns prémios, tendo sido traduzido e publicado na Argentina. Até aqui nada de inovador ou de cativante. Porém, a estranheza depressa surge quando, aos 27 anos, Anita renega a condição de escritora, já que esta posição desconstrói o horizonte de expectativa do leitor, por contrariar o que seria previsível no universo ideológico e ético onde a personagem se insere. “O problema é que ninguém acreditava. [...] A literatura era passado e, num mundo em que as mães rejeitam filhos, eu não conseguia parar por instantes sequer de pensar em ter um” (p.16). Eis aqui o móbil principal que vai condicionar as suas futuras acções. Interioriza a necessidade de agir, de desvincular-se de todos os que lhe são próximos, uma vez que nem a compreendem, nem a apoiam quanto à questão de ser mãe. Danilo, o seu companheiro, rejeita a ideia de ser pai, apesar de ter uma vida profissional estável. As suas três amigas,

também elas problemáticas e sem conseguirem gerir, com equilíbrio, as suas próprias vidas – Julie, a bailarina, que só consegue ter relações frívolas, tentou o suicídio; Alexandra, independente e repórter numa revista, suicidou-se, atirando-se do seu apartamento; Amanda, assessora numa ONG, teoricamente defensora acérrima da independência da mulher, mas cuja vida continuava a ser marcada pela instabilidade e insatisfação emocionais, tendo como sonho ir para a Cidade do México atrás de um homem com quem tinha tido um caso – também a tentam dissuadir da ideia.

Com o pai morto há três anos e meio, e sentindo-se completamente só, sem qualquer apoio para a concretização do seu projecto de maternidade, vê o convite que lhe foi feito para se deslocar a Buenos Aires para o lançamento do seu livro como uma oportunidade de fuga, de se afastar daquele meio hostil ao seu desígnio e, longe de todos, tentar concretizá-lo, sem ter que estar sujeita a censuras. Ora, é a partir do momento em que Anita põe os pés em Buenos Aires que o romance ganha em densidade temática e se abre a uma multiplicidade de linhas de leitura.

Contudo, não deixa de ser notório, desde as primeiras páginas, que o autor constrói o seu texto em torno de questões bastante actuais e que frustram muitas das existências humanas. No fundo, explana uma realidade sentida pelo próprio e afirmada numa entrevista que deu no *Público* (06/03/2009): “Sou de uma geração que cresceu ouvindo dos pais que as pessoas podem ser aquilo que elas querem. [...] Mas quando a gente pode ser tudo, parece que tudo tem o mesmo valor e que não é muito. Isso nem sempre traz felicidade”. Pois bem, qualquer uma destas personagens femininas parece ter tudo para ser feliz mas não o é! Perseguem-nas a insatisfação, a instabilidade e o vazio que Anita pensa preencher se for mãe.

Após uma estadia enfadonha, porque solitária e de meteorologia adversa em Buenos Aires, a sua vida transformou-se graças a um admirador, Holden, cujo primeiro contacto ocorreu no dia da apresentação do seu livro. É esta personagem que vai possibilitar a Anita conhecer certas zonas menos turísticas de Buenos Aires e vivenciar novas experiências, como o tango (“Pela primeira vez desde que tinha chegado àquela cidade eu me sentia experimentando algo verdadeiro e extraordinário”, p. 68). É também Holden que a introduz no seu grupo de amigos que compartilham um mundo estranho, com afinidades muito estreitas e particulares e *modus vivendi* muito similares. É neste meio constituído de seres bizarros e insólitos que o romance mais se adensa em termos de possibilidades semânticas. Juanjo era açougueiro, careca, corpulento, sem pêlos, desprovido até mesmo de sobrancelhas; Jorge Parsifal, “meio gorducho, todo vestido de preto e com óculos de lentes grossas”; Silvia era bonita, jovem mas só mantinha relacionamentos com homens idosos; Pepino era “magricela e encurvado. Tinha um *mullet* do tamanho de uma tábua de passar roupa e um bigodinho ralo que salientava a insignificância da sua mandíbula” (p. 84-85), e Vigo andava de cadeira de rodas, por não ter pernas, com um imenso tronco, sobrancelhas densas e uma barba grisalha que lhe chegava a meio do peito.

Este grupo *sui generis*, nos seus habituais encontros, para além da leitura, debatia questões literárias e o leitor confronta-se com pontos de vista sobre o que pode ser literatura, sobre a distinção entre escritores famosos e os de segunda linha, expõe as suas opiniões sobre quem reflecte de forma mais verdadeira a nação e, sem se dar conta, começa a descobrir que, para além da história e dos interesses que unem Anita e Holden (para Anita, Holden é a possibilidade de ser mãe e para Holden, Anita é imprescindível para levar a cabo o seu plano que só mais tarde se saberá qual é!), há um discurso mais profundo, como se aquele nível narrativo fosse apenas um pretexto para a incrustação de um outro, este sim, o verdadeiro maná do romance. Este micromundo de personagens de vidas duplas, que escreveram cada uma um livro utilizando pseudónimos, e tentam viver até ao fim a vida que insuflaram nas suas personagens, levam de tal modo a sério esta experiência que Vigo concebeu de propósito uma filha (Primavera) para ser personagem do seu livro! Também é por causa do seu romance que Holden precisa de Anita. Ora esta questão de subverter as regras do jogo, em que o ser verdadeiro (escritor) cria um ser fictício (personagem) para depois querer, ele próprio, vivenciar as experiências que atribuiu à personagem é uma ideia, ao mesmo tempo, diabólica e inspiradora. A tentativa de fusão de dois universos inconciliáveis (o real e o fictício) no mundo a três dimensões, no qual vivemos, surge como algo de absurdo, medonho mas, simultaneamente, apelativo para o leitor que, num ambiente de assombro, segue cativado, passo a passo, o enredo e descobre, aos poucos, até onde vai a anormalidade que envolve estes seres. Mas não comprova a história de Madalena que a ficção pode destruir o real?

Cordilheira pode ser lido como uma metáfora hiperbolizada do que se passa nas sociedades actuais, ditas desenvolvidas, onde impera a globalização, as tecnologias, a superabundância de informação mas onde os afectos ficam em segundo plano. Diria que este micromundo de seres pontuados pela extravagância não é senão uma parábola das vidas que muitos se vêem obrigados a cumprir, como se de seres sem vontade própria se tratassem. Julgo não ser desajustado lembrar aqui a ideia, largamente difundida, de que a vida é um palco e de que os seres não passam de actores. Mas quem escreve as deixas?

Uma questão também central para o leitor que cai sem pré-aviso neste universo de loucos, de rituais com sangue, queima de livros e mortes é o facto de facilmente se aperceber de que esta irracionalidade também existe na vida real, não surgindo no texto de forma gratuita. Mas o facto de Anita se negar a cumprir o plano de Holden (que consistia em encarnar a personagem do seu livro e agir enquanto tal, empurrando-o do monte para a morte, assim como Magnólia fez com o seu amante) é uma brecha ventilada donde pode emanar a esperança, uma vez que a personagem impôs a sua vontade própria à colectiva, vencendo o seu bom-senso. O mesmo não se dirá de Holden que, tendo amaldiçoado o seu nascimento, se condenou ao suicídio sendo obrigado a ser ele próprio a pôr fim à vida, o que frustrou todo o seu plano.

A sua estadia em Buenos Aires resultou enquanto aprendizagem de si própria, de autoconhecimento. Conseguiu engravidar mas perdeu o filho e o seu regresso a São Paulo e ao seu ex-namorado é um desfecho que, mais uma vez, delega no leitor o poder de interpretar e decidir o destino das personagens já que o diálogo fica inacabado. *Cordilheira* é um romance construído a contar com a competência interpretativa do leitor. Só desta forma o romance se completa.

Se as temáticas têm mérito pela actualidade e instigação da reflexão, a construção textual e o estilo do autor também merecem ser aqui referidos. Tudo parece surgir com a maior naturalidade e a talhe de foice. Porém, a um leitor mais atento, não lhe escapa o trabalho árduo e complexo que tal aparência tenta ocultar. Daniel Galera é exímio no manuseamento da ordem temporal do discurso, recorrendo a analepses, elisões e resumos. O recurso aos monólogos interiores é outro artifício recorrente, prestando-se à caracterização das personagens e ao preenchimento de vazios narrativos que funcionam como informantes diegéticos. Realça-se, do seu estilo, o cuidado em utilizar uma linguagem conforme ao contexto histórico e social das personagens, sem preconceitos de linguagem, recorrendo com frequência ao calão e à gíria perfeitamente enquadrados e ao serviço da verosimilhança do discurso. Como já realcei anteriormente, aquando da referência a *Mãos de Cavalo*, também se verifica uma notável proficiência na descrição, sobretudo de espaços físicos e estados emocionais. É exemplo significativo a referência ao estado de pânico vivido por Anita (pp. 102-103), cujo realismo descritivo, que segue, passo a passo, a evolução gradual das sensações experienciadas, associado ao facto de o narrador se dirigir pessoalmente ao leitor, nos envolve de tal modo que parece que somos nós que estamos a ter esta experiência atterradora.

O romance está arquitectado como se de uma constelação se tratasse. Ao centro está a história de Anita e, em seu redor, gravitam outras histórias que têm, como personagens fulcrais, seres verdadeiros das suas relações pessoais (Alexandra, Amanda, Julie, Holden e o seu grupo de amigos) ou seres fictícios pertencentes aos romances aos quais se vai aludindo, como é o caso de Magnólia e de Duisa.

Para terminar, diria que *Cordilheira* é a Literatura a reflectir sobre si própria (função metalinguística) e sobre o estado, não da nação, mas do Homem do século XXI (função referencial) que respira e transpira um mal-estar incontrolado, que desemboca, muitas vezes, no suicídio concretizado materialmente ou não, ou na procura de trajectórias alternativas, à procura de um elixir que atenuie esse estado de alma. Poderá ser esta uma interpretação possível para o título: “Cordilheira”, a instabilidade emocional, os constantes desafios, o além desejado mas inalcançável, a fuga pretendida mas não concretizada. A linha assimétrica que representa os altos e os baixos de cada uma das nossas vidas. Um livro a ler, aceitando o desafio proposto pelo autor de entrar, de espírito aberto e crítico, num universo aparentemente ilógico, mas que não deixa de ser uma visão do mundo que nos rodeia. “Dar sentido ao mundo é um ato criativo. Uma visão de mundo é uma narrativa” (p. 72). ▽



Diana de Cadaval, *Eu Maria Pia*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

Eu Maria Pia trata-se da primeira obra de D. Diana, Duquesa de Cadaval, publicada em 2010 pela Esfera dos Livros. Lançado no ano em que se comemoram os cem anos da Implantação da República, e dois anos após o centenário do Regicídio, o romance de D. Diana insere-se neste contexto de inegável curiosidade sobre o período, os seus principais agentes e actores, não deixando de estar ligado ao profundo e incontestável interesse que o género biográfico adquiriu, tanto na historiografia como na literatura, após anos de evidente abandono, em grande parte graças à corrente da historiografia francesa da *École des Annales*, que condenava o género. Esta renovação é facilmente constatável pelo sucesso científico e editorial da Coleção *Biografias dos Reis de Portugal*, publicada recentemente numa pareceria entre o Círculo de Leitores e o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica, mas também pelo número de títulos deste género publicados pela editora deste romance, a espanhola *Esfera dos Livros*, que abrange biografias romanceadas como as de Isabel Stilwell, ou obras de carácter mais científico, como *As Amantes dos Reis de Portugal*, de Paula Lourenço, Joana Troni e Ana Cristina Pereira.

Estamos perante uma biografia romanceada da penúltima Rainha de Portugal, casada com D. Luís I desde 1862 até à morte deste a 19 de Outubro de 1889. A estrutura da obra poderá ser dividida em três partes, correspondentes aos marcos mais importantes da vida da biografada: a infância e adolescência passadas nos palácios italianos; o casamento e a maternidade vividas enquanto Rainha de Portugal e, finalmente, os anos passados como Rainha-mãe, desfrutando de uma viuvez tranquila até 1908. Os seus últimos anos de vida serão atravessados pela depressão e progressivo alheamento da realidade até à sua morte a 5 de Julho de 1911.

Os primeiros capítulos da obra levam o leitor numa viagem até à Itália recém-unificada em torno da Dinastia de Sabóia, onde a figura de Vitor Emanuel II, pai da futura Rainha, ocupa um espaço central, demonstrando como o relacionamento entre ambos e o modo como D. Maria encarava o pai, nas suas vertentes de Soberano e de Homem, viria a condicionar todo o seu futuro como Rainha de Portugal.

Falecida a sua mãe, quando ainda contava poucos anos de vida, desde muito cedo que a Princesa de Sabóia teve de aprender a lidar não só com a falta da progenitora, mas também com as ausências do pai, a descoberta das suas infidelidades e a consequente infelicidade de sua mãe durante os anos de matrimónio. Conforme a autora salienta por diversas vezes, este é um acontecimento fundamental e que condicionará a sua perspectiva futura do casamento.

Ao longo destas primeiras páginas o leitor consegue contemplar a infância e os primeiros anos de adolescência da Princesa de Sabóia, observando as cenas de cumplicidade com a sua irmã mais velha, Clotilde, e o papel primordial desta, em conjunto com a sua ama, na construção de uma infância feliz, que viria a assumir um carácter quase mítico com o decorrer dos anos.

Durante este período a autora destaca a construção do carácter forte da princesa e o seu gosto pelo luxo, por bens materiais e por alguma opulência, algo que, mais tarde, seria fortemente criticado pela imprensa portuguesa. Os presentes que recebia serviam, de algum modo, para compensar as largas ausências do pai e as suas carências afectivas. Isto, conforme nos é explicado pela autora, seria uma constante ao longo da sua vida.

A segunda parte da obra inicia-se no capítulo III, com o pedido de casamento feito por D. Luís, o que implicava mudar o seu estatuto de princesa para Rainha de um país estranho, com um regime liberal ainda pouco consolidado. Apesar de ter apenas catorze anos, D. Maria já fazia parte do restrito mercado matrimonial, onde as Casas Reais Europeias procuravam os melhores partidos e, consequentemente, as melhores alianças para o seu país. Nesta época destacam-se especialmente as alianças feitas pela Casa Real Inglesa, que daria a Rainha Vitória na “avó” da Europa e pela Casa Real Dinamarquesa, que daria a Cristiano IX o epíteto de “Sogro da Europa”. Todavia, apesar das boas relações, do parentesco e da antiga aliança que ligava Portugal a Inglaterra, nenhuma princesa

inglesa viria para Lisboa e procurou-se a futura Rainha numa Casa Católica e Liberal. A escolha recaiu assim na Casa de Sabóia, na pessoa da princesa D. Maria Pia.

Ao longo dos capítulos que descrevem o noivado e a viagem para Portugal, os leitores são brindados com as alegrias, dúvidas e exaltações da futura Rainha, com os seus pensamentos mais íntimos, que certamente D. Diana terá recolhido no diário pessoal – que se encontra à guarda do Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda –, à semelhança do que sucede nos capítulos seguintes.

O leitor é confrontado com as cores e os cheiros de Lisboa durante a cerimónia matrimonial, com a felicidade do casal régio durante os primeiros anos de coabitação. A Rainha sentia-se feliz, exuberante, pensava ter-se resguardado da infidelidade conjugal que tinha marcado a vida de sua mãe e agora a da sua adorada irmã Clotilde. Muitas destas horas felizes são-nos reveladas através da correspondência que mantinha com a irmã, artifício ao qual a escritora recorre diversas vezes, para dar a conhecer ao leitor a situação do país ou o quotidiano e os sentimentos da rainha.

A leitura adensa-se com o nascimento dos filhos, o futuro Rei de Portugal e pouco tempo depois o Duque do Porto. É-nos relatado um mundo de ternura e de dedicação aos filhos, apenas ensombrado por um pesadelo, que viria a tornar-se recorrente ao longo da sua vida e cujo significado só viria a compreender quase no final dos seus dias. Todavia, esta felicidade será lentamente ameaçada pelo fantasma das infidelidades de D. Luís, primeiro apenas partilhados com a sua amiga e confidente, a Condessa de Rio Maior, depois com a irmã, numa altura em que toda a sociedade lisboeta se entretinha com os boatos sobre a vida pessoal de Suas Majestades.

É neste período que se tornam mais notórios os seus desequilíbrios emocionais, entre períodos depressivos, viagens a Paris com elevados gastos em compras luxuosas, contrabalançados pela sua dedicação aos pobres e às obras de caridade. À medida que os filhos crescem é cada vez mais notório o afastamento entre o Casal Real. É também nesta fase mais difícil que o seu pai, o Rei de Itália, falece, dando lugar a um enorme desgosto, que será aligeirado com a amizade que entretanto trava com Tomás de Sousa Rosa. Muito comentada na sociedade portuguesa da época, a autora pouco explora esta relação, dando-lhe contornos muito suaves. No término desta ligação fica exposta a má relação com a família portuguesa, nomeadamente com a cunhada, a infanta D. Antónia, o afastamento cada vez maior do marido e uma solidão apenas quebrada pelo refúgio na caridade.

A dedicação aos filhos volta a ser demonstrada no empenho que coloca no matrimónio de D. Carlos com a princesa Amélia de Orleans. Mas, se inicialmente tudo parece decorrer bem, com o tempo as relações familiares voltam a degradar-se devido aos problemas com a nora. A chegada dos netos traz-lhe uma enorme felicidade e certamente que ameniza parte da sua solidão e suaviza a relação com o Rei seu marido e com a futura Rainha. Há uma reaproximação entre os dois esposos, que é abruptamente interrompida pela morte de D. Luís.

Infelizmente o espaço e a investigação dedicados à última parte da vida da Rainha é bastante curto. São mais de vinte anos de vida, quanto a nós muito pouco explorados, ao contrário do que sucedeu, a título de comparação, com a primeira parte da vida de D. Maria Pia. Aqui, à semelhança de outros capítulos, o leitor é informado dos pensamentos da Rainha sobre a sua vida e a daqueles que a rodeiam, bem como da situação política e social do país através da epistolografia trocada com a sua irmã Clotilde. Embora esta não esteja datada, está repleta de visões sombrias que desvendam o caminho para o desfecho trágico da vida de seu filho, o Rei D. Carlos, e de seu neto, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

Os capítulos finais conduzem-nos através das agonias da Rainha, das angústias que lhe perturbavam a mente e que lhe apagam lentamente o espírito, outrora tão cativante. Será novamente no palácio da sua infância que encontraremos o epílogo para uma vida que foi, ao mesmo tempo, tão rica, cheia, mas também feita de vazios, de solidão, incompreensão e por fim de muita dor e amargura.

D. Maria Pia marcou indelevelmente a sociedade portuguesa de finais da centúria de oitocentos e princípios do Século XX, falecendo quando a *Belle Époque* também se desvanecia lentamente, abrindo lugar a uma nova Europa marcada pela Guerra e pelo nascimento de diversas repúblicas.

É sem dúvida uma boa estreia literária, comprovada pelo elevado número de vendas e presença constante nos *tops* das maiores cadeias livresiras do país. Embora não traga dados novos ou relevantes para o panorama já explorado pelos historiadores, constitui

uma leitura agradável e muito informativa, especialmente para o leitor com poucos conhecimentos historiográficos sobre este período. Todavia, não podemos deixar de salientar o pouco desenvolvimento de alguns capítulos e os muitos espaços cronológicos que ficam por preencher. Sendo um período tão rico da nossa História Contemporânea não será certamente por falta de fontes e bibliografia. Pelo contrário, um maior desenvolvimento dos capítulos só teria melhorado o romance. ▽

MAURÍCIO SHIGUEO RIZZI IEIRI



José Eduardo Franco, Teresa Pinheiro, Béata Elżbieta Cieszyńska (coord.). *Europa de Leste e Portugal, Realidades, Relações e Representações.* Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

No final da década de 80, aquando da queda do Muro de Berlim, dois blocos ideológicos atingiam um ponto crítico. Dois diferentes pensamentos que separavam países de um mesmo continente, cultural e geograficamente fragmentado, aguardavam apreensivos pelas consequências que se seguiriam às cenas da destruição da barreira que teimava em separar a Europa. A bela simbologia envolvida no evento interessa-nos essencialmente pelo diálogo retomado no âmbito europeu, principalmente entre os dois opostos geográficos do Velho Continente. Para Eduardo Lourenço, somos o resultado de imagens fragmentadas de terceiros: a percepção de identidade própria é definida pelo olhar do “Outro”, figura exaustivamente trabalhada pelos mais diferentes campos do saber. O “Outro” interessa não apenas pela cultura diferente, por costumes e crenças que servem para deleite e espanto, mas também para espelhar uma imagem própria que pode ser demasiado surpreendente. Neste contexto, é evidente a importância dos diversos artigos que preenchem as páginas de *Europa de Leste e Portugal*, obra coordenada pelos Professores Doutores José Eduardo Franco, Teresa Pinheiro e Béata Elżbieta Cieszyńska.

Resultado da soma de esforços das apresentações selecionadas da Conferência Internacional *Peripheral Identities: Iberia and Eastern Europe Between Dictatorial Past and European Present* e da I Conferência Internacional sobre *Culturas Ibéricas e Eslavas em Intercâmbio e Comparação: Entre Crise e Prosperidade*, organizadas pela CompaRes, Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, e pelo CLEPUL, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, o livro se dedica principalmente à troca cultural entre dois pólos europeus opostos. “Europa de Leste e Portugal” estrutura-se em três corpos textuais de igual importância, dedicados primeiramente à imagem que Portugal projecta na Europa de Leste, numa posterior inversão de reflexo cultural e finalmente no argumentar acerca da relação entre as “duas Europas” em questão: o conjunto de países ligados à antiga URSS e a Península Ibérica.

Diferentes momentos da História Ibérica são cuidadosamente analisados em fontes do Leste europeu, a partir do qual é desenhado um quadro completo que se pode considerar a imagem vigente na Europa de Leste que perdura acerca de um certo lirismo peninsular. No artigo de Fernando Cristóvão, por exemplo, existe a menção a relatos polacos que cobrem quase dois séculos de perspectivas já fortemente enraizadas acerca dos portugueses e espanhóis. O primeiro relato provém da pena de um cavaleiro polaco que erra por terras portuguesas e espanholas em 1484, oferecendo-nos uma visão repleta de crítica e de superioridade. A partir do seu próprio testemunho, o cavaleiro relata a experiência de uma população ibérica destinada à perdição, cheia de vícios, rancores, luxúria e avariza; um povo sem a mais básica educação ou polidez, cujas mulheres, pouco instruídas e vulgares, representam de forma transparente a corrupção do cristianismo causada pelos mouros. D. João II é o único dignamente representado, apesar dos célebres episódios de brutalidade. O testemunho posterior, datado de 1580 e de cunho militar, expressa de forma mais branda os seus pontos de vista em relação aos países ibéricos. São relatadas ao pormenor a cultura e a crença popular portuguesas, nas quais o sobrenatural é um dado adquirido. O último relato abordado pelo autor vem de um posicionamento diferente. Escrito no final da primeira década de 1600, a própria natureza da viagem faz com que esta seja diferenciada das visitas anteriores, sendo marcada pelo aproveitamento oportu-

no de aprendizagem e de absorção da cultura local. As descrições ricamente detalhadas destacam os mais variados aspectos culturais e sociais dos países ibéricos, com uma visão ingénua e apaixonada, refletindo perfeitamente as diferentes mentalidades dos três viajantes e dos seus tempos.

Há ainda espaço para que Jörg Seidel M. A., ainda preocupado com a imersão na visão da Europa de Leste sobre Portugal, fale da recepção da Revolução de Abril em território geograficamente próximo, mas culturalmente tão distante quanto a já mencionada Polónia. Seidel apresenta ao leitor a recepção no jornal estatal alemão *Neues Deutschland* da Revolução dos Cravos. Este é um caso atípico, visto que a queda de um governo de Direita, o primeiro desde 1945, era iniciada de forma surpreendente pelo Movimento das Forças Armadas, de fundo burguês, portanto contrário às expectativas da Alemanha Oriental, o que causou uma certa hesitação no posicionamento relativamente ao evento e posterior censura, informando o mínimo possível e com relativos atrasos. Para o autor, este é um exemplo de como a Revolução dos Cravos foi manipulada pelos *media* estatais da Alemanha Oriental e aproximada de maneira conveniente à doutrina Marxista-Leninista.

Do outro lado do espelho, Ernesto Castro Leal escreve sobre a dividida percepção portuguesa concernente aos acontecimentos da Revolução Russa de 1917. Enquanto o governo de Direita dedicava publicações à propaganda anticomunista, alertando o país para o terrorismo e a decadência vermelha, há uma recepção calorosa dos ideais revolucionários por parte de grandes pensadores portugueses. Algumas das grandes mentes de Portugal, seduzidas pelas palavras de Lenine e pelos argumentos de bases marxistas, iniciam jornais e periódicos de Esquerda, favoráveis à organização comunista portuguesa. Ao contrário do que posteriormente ocorreria com a Revolução dos Cravos, Portugal recebe uma visão mais ampla da Revolução Russa, ainda que ambígua e distorcida a favor da envergadura política de seu noticiador. Mas, conclui Leal, “a geografia da revolução comunista no Ocidente não começaria com certeza em Portugal, apesar dos apelos românticos para a revolução imediata, num momento considerado decisivo e único. Do sonho à realidade ia uma imensa distância” (p.127).

Europa de Leste e Portugal apresenta duas diferentes visões do “Outro”, construindo imagens dos respectivos opostos da geografia europeia em uma troca interessante e rica de costumes e culturas. No bloco final de textos, o leitor identifica os pontos em comum das “duas Europas” estudadas nos artigos anteriores. Pontos independentes são exemplificados para mostrar a fértil troca cultural, como palavras de origem portuguesa na língua polaca ou a aproximação ideológica e artística entre figuras russas e portuguesas, como aponta Antônio Braz Teixeira ao iluminar paralelos entre a religiosidade, cultura e pensamento dos dois países. Teixeira argumenta sobre as semelhanças entre Sampaio Bruno e Vladimir Soloviev, pensadores de uma mesma geração, de inestimável importância para seus respectivos países, que partilham “comum atitude de exigente e bem informada crítica do positivismo e das correntes materialistas, naturalistas e cientificistas de seu tempo” (p. 227). Paulo Mendes Pinto lembra-nos da importante figura mediadora entre Portugal e Polónia que foi João Paulo II, Papa que visitou Portugal três vezes, contribuindo para que a Europa de Leste se aproximasse do país ibérico.

A procura da identidade cultural pela visão do “Outro”, que para muitos pensadores é a melhor definição daquilo que somos, se mostra relativa, dependente da cultura e do tempo em que se apóia. *Europa de Leste e Portugal*, ao construir duas diferentes visões de um mesmo continente, curiosamente termina por apresentar ao leitor a História europeia propriamente dita, de um continente que convive com suas diferenças e, de forma fascinante, abre-se para um plano em que se observa a História do continente como um todo. *Europa de Leste e Portugal* cria muito mais do que uma porta de comunicação que permite pensar e relacionar culturas tão opostas, possibilita (re)pensar o diálogo entre as mais diferentes realidades europeias e admirar o multiculturalismo do Velho Continente. Bastam as palavras de Annabela Rita para concluir: “Tentamos autodefinir-nos. E procuramos resposta na História, nos movimentos das idéias, na língua, na literatura, etc. Busca que continua, tão irresolúvel como qualquer outra de tipo *essencialista*, e inconclusiva até pela permanente mutação do sujeito e do objecto” (p. 17). ▽



Dionísio Vila Maior, *Revivência dos Sentidos: Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Hespéria, 2009.

As badanas deste livro escondem mais do que revelam. Dizem que Dionísio Vila Maior é Professor de Literatura Portuguesa e membro colaborador do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, onde já assumiu responsabilidades ao nível da direcção. Dizem que o nosso autor tem desenvolvido a sua carreira de investigador, integrado no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), e que colabora no Séminaire d'Études Lusophones do Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques et Contemporaines da Sorbonne (CRIMIC). Na síntese, também limitadora, que como historiador estou habituado a fazer, eu digo que estamos perante um Professor, um Investigador, um Ensaísta, e mais ainda, um talentoso artista, apaixonado pela música, compositor, director, maestro e intérprete, um melómano na mais completa acepção do termo, alguém que elegeu a Geração de *Orpheu* como motivo maior de estudo e os seus membros como inspiração de uma vida plural porque repartida por várias artes e espaços e partilhada com as maiores figuras da cultura portuguesa contemporânea, Eduardo Lourenço, José Saramago, Carlos Reis etc., nos seminários e colóquios que tem organizado. Sendo ainda muito jovem, publicou meia dezena de livros e outros tantos capítulos, em várias editoras, alguns já com mais de uma edição, e ainda uma dezena de artigos e mereceu um prémio pela sua notável carreira, concedido pela *Revista AnimArte* de Viseu, em 2007, contrariando a sentença de que ninguém é profeta na sua terra.

O Modernismo e particularmente Fernando Pessoa têm-no absorvido, mas, como vimos, tem alargado o seu campo de trabalho aos mais diversos temas da cultura portuguesa. Estamos, pois, perante um humanista, alguém capaz de escrever em profundidade sobre qualquer assunto, e por tal motivo tenho o maior orgulho de apresentar a sua obra, sabendo também que ficarei sempre distante do desenho completo da sua figura de intelectual e artista.

Dionísio Vila Maior é um intelectual desdobrado em vários seres, como já dissemos, mas todos eles cheios de vida ou de sentido e participantes na superior natureza do Talento, a exemplo de Almada Negreiros. Decerto, Fernando Pessoa é o seu maior motivo de inspiração e de estudo. Nesta obra, dedica-lhe o ensaio *Fernando Pessoa e a projecção da "portugalidade"*, recorre ainda a ele ao abordar as figuras de *Orpheu* pelo menos em outros três títulos: *Orpheu, dialogismo, provocação*; *Mário de Sá-Carneiro: "morre jovem o que os deuses amam"* e *Almada: Uno más uno igual a uno*". O primeiro ensaio, que citámos, foi apresentado, aqui, na Universidade da Beira Interior, em 14 de Outubro passado, no âmbito do Congresso Portugal/Brasil organizado pelo Prof. Paulo Osório e promovido pelo Departamento de Letras, e mostra-nos a concepção da Pátria Portuguesa por Pessoa como *logos*, *topos* e *kronos*, em que o autor da *Mensagem* parece querer remeter para o Evangelho de S. João: tanto para o primeiro versículo, Ἐν ἀρχῇ ἦ ὁ λόγος, como para o cap. 14, versículo 6 do mesmo evangelista, em que Cristo diz aos seus discípulos: ἐγώ εἰμι ἡ ὁδὸς καὶ ἡ ἀλήθεια καὶ ἡ ζωή, vertido em mais fácil latim como *Ego sum via, et veritas, et vita*, que não urge tradução para português percebido o entendimento por todos nós. Portugal é uma religião para Pessoa, um ser que se lhe revela, ou em que ele mesmo se revela na palavra (λόγος) e em que transmite a sua mensagem, o seu evangelho, na espera de que a Ideia que tem para que o seu país se cumpra num Portugal a Haver. Todos os autores anteriores, mesmo o Padre António Vieira, que desvendaram Portugal foram apenas profetas, pertenceram ao Antigo Testamento. Só em Pessoa, o Portugal outro, o do Espírito, começou a cumprir-se, tomando a forma múltipla de pessoa.

Noto aqui que nesta perspectiva Dionísio Vila Maior não quis repetir-se nem trazer à colação um texto em que fez luz *online* do *Livro do Desassossego* de Pessoa na expressão de Bernardo Soares:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentimento, um alto sentimento patriótico. **Minha pátria é a língua por-**

tuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida.

Embora Pessoa e a Geração de *Orpheu* pudessem ser tudo e nós ficassemos por aqui, nesta obra há muito mais. Como diria o clássico Frei Heitor Pinto, Dionísio Vila Maior chega até nós na densidade de quatro espantosas nuvens: **uma nuvem de temas** de desenvolvimento; **uma nuvem de autores ou galáxia** objecto de abordagem; **outra nuvem de suporte conceptual e envolvimento científico** de grande actualidade; e uma **nuvem de palavras ou conceitos**.

Sobre a **Nuvem de temas**: a Literatura de Cordel, a História Luso-Brasileira, a Literatura de Viagens, e Pessoa que já dissemos, como tema dos temas, com toda a geração de *Orpheu* e a portugalidade, a Guerra Colonial, etc. Em todos eles subjaz a sentença délfica, princípio da filosofia socrática e finalidade de todo o conhecimento: γνῶθι σεαυτόν, **Conhece-te a ti mesmo**, que aquele sábio autor covilhanense glosou na sua *Imagem da Vida Cristã* e que Fernando Pessoa transformou em fundamento ético ao afirmar: “Do nosso grau de consciência do exterior nasce o nosso grau de consciência do Interior” (p. 177). Aqui, talvez ficasse explicado o título sob o qual Dionísio Vila Maior une os seus ensaios: *A Revivência dos Sentidos*. Os génios andam sempre de mãos dadas. Quanta proximidade nesta afirmação ao conceito de verdade de Santo Agostinho, “in interiore homine habitat veritas... unde ipsum lumen rationis accenditur” (*De vera religione*. 39, 72), talvez também aqui remissão à instância da auto-consciência empírica de Emanuel Kant e referência ao fenómeno da alteridade de Mikhaïl Bakhtine, aprofundado nesta obra (pp. 23 e 278). O conhecimento do eu que, no caso da situação autoral ou do criador, é sempre mais do que um, exige a mobilização de um super-eu ou de um eu pessoano, dito “Si-próprio”, para que a polifonia, que todos os eus geram, se faça em harmonia tanto em si e para si como fora de si, nos outros, pelos outros e para os outros (p. 264). O suicídio de Sá Carneiro preenche o contra-exemplo desta falta de integração do eu em si e com os outros, ou melhor dito, do eu, sem si e sem os outros, que afinal só pode acabar no suicídio, que Pessoa e Almada resolveram, aquele recriando a sua natureza em várias pessoas, a exemplo de Deus, este conciliando na forma clássica o micro e o macrocosmos adentro de si: vale a pena citar o *Bom-Dia, Mãe* da *Invenção do dia Claro*: “Todas as coisas do universo aonde, por tanto tempo, me procurei, são as mesmas que encontrei dentro do peito no fim da viagem que fiz pelo universo” (p. 260).

Quanto às nuvens de Autores, considero primeiro a nuvem dos abordados como objecto de trabalho: já dissemos dos nomes de *Orpheu*, citemos os quinhentistas Pêro Vaz de Caminha e particularmente Baltasar Dias, que trata, com toda a profundidade que as suas sentenças merecem, nas duas peças que dele analisou. Aqui ficamos ao nível da construção dos conceitos éticos junto do povo, como Baltasar Castiglione, ou mesmo Thomas Morus, o fizera junto da Corte, para não repisarmos com António de Guevara e com Rodrigues Lobo. Evoquemos também alguns autores de narrativas de naufrágios, Manuel de Mesquita Perestrelo e Diogo do Couto, voltemos ao incontornável romântico e liberal Almeida Garrett, a todos os membros da Geração de 70, Antero, Eça, Batalha Reis, Junqueiro, Salomão Sáraga, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Augusto Soromenho, Teófilo Braga e finalmente a António Jacinto, Manuel Alegre, Lobo Antunes, Lídia Jorge, etc..

Quanto à nuvem de Autores de suporte teórico ou autoridades: Edgar Morin, Luciana Stegagno Picchio, Maria Cruz García de Enterría, Alberto Figueira Gomes, Júlio Caro Baroja. O Prof. Dionísio Vila Maior é um estudioso da intertextualidade dialógica, passe o pleonasma que tal conceito possa ter, sob a inspiração de Júlia Kristeva e de Mikhaïl Bakhtine, convicto de que um texto, mais do que produção de um autor, é um mosaico onde se representam vários autores, todos importantes para a sua compreensão.

Além da nuvem de autores e de temas, somos envolvidos, nos textos do Prof. Dionísio Vila Maior, também por uma **nuvem de Palavras recorrentes**: intertextualidade, dialogismo, palimpsesto, polifonia, semântica, geração, identidade e portugalidade. Tomemos algumas destas palavras/conceitos, por exemplo, **geração**, com que podemos

percorrer de novo toda a obra, embora o autor prefira para o mesmo efeito **dialogismo e intertextualidade**. Eu não desgosto, mas, como sou historiador, prefiro geração e volto a Baltasar Dias e rememoro Boscán (1487-1542) e Garcilaso de la Vega (1501-1536), Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão e Gaspar Frutuoso, que pode ter encontrado aquele no Funchal, e comungado com ele o romanceiro hispânico entretanto publicado. A assumpção por uma certa elite dos temas do romanceiro expurgava o da grosseria, purificava o amor, transportava-o para Deus e informava-o de preceitos de conduta humana inquestionáveis a qualquer nível. Com o mesmo conceito em mãos, saltaríamos do século XVI para o XIX, a fim de nos encontrarmos com Garrett. A geração que assistiu à independência do Brasil e que sentiu um dos maiores traumas da História Portuguesa de que só recentemente se curou, depois de termos percebido curiosamente com Pessoa que mais do que a economia, quase sempre conotada com exploração, é a Língua que faz as Pátrias, por permitir o diálogo, o encontro e a partilha cultural, manifesta na Carta de Pêro Vaz de Caminha na permuta de um chapéu preto por um outro de penas, logo ali na primeira Praia de Vera Cruz. A partir de Garrett, podíamos ainda reportar o tema viagem, as feitas adentro de nós como em Pessoa e Almada, as da nossa História Trágico-Marítima, e as feitas Portugal adentro, ainda que Garrett se tenha ficado por Santarém, para contrapor ao Portugal antigo e peregrino, de mareantes e frades, o Portugal entretanto estabelecido, o dos Barões sem saída no Portugal Novo que ele queria e só Pessoa havia de descobrir, o do Espírito. As diferentes gerações do século XIX português ficaram há muito estabelecidas e nós raras novidades podemos trazer. Saltamos por cima da Geração de 50, que iniciou em Portugal uma particular atenção às ideias sociais, mas esta é pouco conhecida dos literatos. A partir da Geração de *Orpheu*, o Prof. Dionísio Vila Maior remete para a mais conhecida e debatida Geração, a de 70, e ao seu líder Antero de Quental, de quem cita o Manifesto de 1862-1863, por ele elaborado em nome da Academia e tão desconhecido por questionar os poderes, designadamente os universitários.

Geração de 70, Geração de 90, Renascença Portuguesa, Seara Nova, Presença, e aquela geração que nos antecedeu e que afinal não ficou tão impávida à Guerra Colonial como Alçada Baptista, de boa memória, reprovara como “uma geração que ficou quieta e muda perante a opressão e a injustiça e que, por fim, deixou imolar os seus filhos numa guerra injusta, sem dar um passo para os tirar de lá” (Alçada Baptista, 2000). Ao texto da *Jornada de África* de Manuel Alegre, com que Dionísio Vila Maior fecha este livro, eu altero naturalmente um aqui para um ali, um presente do conjuntivo para um imperfeito do conjuntivo e termino com a melhor versão da dita acima sentença délfica no plural colectivo identitário: é que talvez tivéssemos de nos perder ali para chegarmos finalmente ao porto por achar dentro de nós.

Nesta viagem adentro de nós valem-nos os livros que nos guiam e este é um deles. Obrigado, pois, Dionísio Vila Maior, pela companhia em mais uma peregrinação ao mais íntimo dos santuários, o de nós mesmos. ▽

CARLA RENATA A. DE SOUZA GOMES



Vania Pinheiro Chaves, Lauro Moreira, Solange Aparecida Cardoso (Org.), *Lembrar Machado de Assis: 1908-2008*. Lisboa: CLEPUL/Missão do Brasil junto à CPLP, 2009.

A leitura de uma obra coletiva sobre Machado de Assis que reúne muitos dos mais capacitados leitores-críticos de sua obra é um privilégio desafiador. A reunião dos textos, apresentados em diversos eventos realizados em Portugal, para homenagear o centenário de morte do escritor que colocou a literatura brasileira no contexto da grande literatura mundial, é uma excelente oportunidade para comprovar a eficácia da formulação de Pierre Bourdieu, de que “um livro muda pelo fato de que ele não muda quando o mundo muda”, ao que acrescentou Roger Chartier “enquanto o seu modo de leitura muda”¹.

Sem descurar da genialidade na construção narrativa, a atualidade da escrita de Machado de Assis mantém-se preservada sobretudo pelo renovado interesse que os leitores

¹ Pierre Bourdieu, Roger Chartier, “La lecture: une pratique culturelle”, in *Pratiques de la lecture*. Marselha: Rivages, 1995, pp. 217-239, apud Roger Chartier, *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: EdUNB, 1999, p. 22.

nutrem por esse que é o maior de todos os personagens machadianos, o autor.

Desvendar, compreender ou, simplesmente, ler de maneira adequada, continua sendo o maior desafio das sucessivas gerações de estudiosos de literatura que não podem e não devem fugir a esse dever do ofício. Assim, *Lembrar Machado de Assis* é mais do que um exercício de crítica literária, é antes um justo tributo que se presta ao criador de *Dom Casmurro*, esse aliás um dos textos mais referidos nas análises apresentadas nesse livro.

Convidados a cumprir essa tarefa, apresentam-se nesse volume 18 estudiosos que trazem instigantes análises sobre a vida e a obra de Machado de Assis, comprovando que a leitura é uma prática social e histórica pois, se os livros de Machado de Assis continuam os mesmos, mudam continuamente seus modos de leitura, e as narrativas ganham novos significados quando analisadas de ângulos diferentes, de tempos diferentes, sob outras condições e, muitas vezes, guiadas pelas interpretações anteriores.

Lembrar Machado de Assis, organizado por Vania Pinheiro Chaves, Lauro Moreira e Solange Aparecida Cardoso, é uma publicação conjunta do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa (CLEPUL), e da Missão do Brasil junto à comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, e foi lançado em Lisboa em novembro de 2009. Essa edição contém um CD com poemas musicados de Machado de Assis produzido por Luiza Sawaya.

Vania Pinheiro Chaves lembra a importância da “memória escrita” sobre os eventos realizados em Portugal, em comemoração ao centenário de morte do escritor, através da publicação do livro *Lembrar Machado de Assis*, que foi possível através de uma parceria entre diversas instituições, no qual estão reunidos os textos das conferências realizadas por estudiosos do Brasil, Portugal e Estados Unidos nas Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra e Porto, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Missão diplomática do Brasil junto à CPLP, durante o ano de 2008.

O embaixador **Lauro Moreira** recorda com entusiasmo as comemorações do cinquentenário da morte do escritor das quais guardou uma inestimável relíquia: a dedicatória de Lucia Miguel Pereira ao jovem machadiano Lauro Moreira em seu clássico estudo sobre Machado de Assis, no Rio de Janeiro, em Setembro de 1958. Ao rememorar a importância do genial autor de *Dom Casmurro* em sua formação literária, tece também considerações sobre o estilo enxuto e sóbrio do escritor, revelando admiração pelo homem de enorme dignidade e força moral, que superou a pobreza e a saúde frágil apoiado em uma incansável curiosidade intelectual e disciplinada carreira burocrática no funcionalismo público.

Luiza Sawaya é a soprano responsável pela apresentação dos poemas musicados por compositores contemporâneos de Machado. *Coração Triste*, *Lágrimas de cera* e *Lua da estiva noite* proporcionam ao leitor uma possibilidade de aproximação com o ambiente sonoro que cercava Machado de Assis, um mundo em que o piano era o principal instrumento e no qual música erudita e literatura constituíam o repertório cultural básico das personagens de seus contos e romances.

O artigo de **Abel Barros Baptista** propõe uma reflexão em torno da questão moral apresentada no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, segundo a qual o *defunto autor*, porque morto, fica livre para dizer tudo o que, em vida, esconderia ou dissimularia. Baptista problematiza e discute as condições de liberdade de um autor personagem criado para tal finalidade, pois “Brás Cubas diz a verdade, como se estivesse condenado à dizê-la, porque assim mesmo, com esse feito e essa finalidade, foi criado por Machado. Não tem escolha, ou melhor, o criador não o criou com capacidade de escolher” (p. 22). Também o modo de exercício dessa liberdade, a confissão, é problemático porque “implicaria a organização do livro em vista da finalidade de expor a verdade” (p. 25), entretanto não é a exposição da verdade o objetivo dessa narrativa e sim a “exposição da mediocridade” através da “desqualificação daqueles a quem a exposição se destina” (p. 25). Essa é a principal idéia, segundo Baptista, contida na expressão que intitula o artigo, *o desdém dos finados*, pois “a exposição franca da verdade não decorre da exigência de verdade por parte daquele a quem a exposição se destina [...] resulta justamente da indiferença perante o exame e o juízo da opinião” (p. 26). Diante dessas observações conclui que “o que a morte traz a Brás Cubas não é a liberdade de “dizer tudo” por inviabilidade de punição, mas a liberdade de representar a própria vida livre do encargo de lhe atribuir sentido e finalidade”, o que torna *Brás Cubas* menos sério que *Dom Casmurro*, pois trata apenas de “descrever o percurso biográfico como um imenso escárnio sem no entanto o transformar em destino” (p. 28).

Ana Maria Lisboa de Mello analisa a singularidade do estilo e o vanguardismo da forma nos contos de Machado de Assis, que, embora não tenha sido o primeiro autor de contos no Brasil, “é quem dá um novo rumo à incipiente história do gênero” (p. 30). Mello invoca a precedência do autor brasileiro na produção moderna do conto, que já os produzia 14 anos antes de Tchecov, para estabelecer um parâmetro segundo o qual a escrita machadiana inova ao “recusar modelos preestabelecidos”, ao introduzir “doses agudas de ironia que enfraquecem a ênfase na pura história”, além da “diversidade de procedimentos discursivos” que impossibilitam uma classificação ou filiação mais rigorosa dos textos. Sobre os aspectos formais destaca ainda a modernidade das discussões relativas ao fazer literário no interior de alguns contos. E alerta para a pouca atenção dedicada ao contista Machado de Assis em relação ao romancista, já que “é nos contos que estão suas verdadeiras obras-primas” (p. 39).

Ana Maria Machado detém-se nos Diálogos Machadianos, ou seja, na grande capacidade de Machado de Assis para engendrar com extraordinária maestria os mais variados diálogos em suas narrativas. Desde os “diálogos vivos” (p. 42) entre seus personagens, ao diálogo permanente que o autor mantém com quem o lê, pois o “leitor é também um personagem” (p. 42), ao “diálogo com as vozes decisivas da literatura universal” (p. 45). Essa é a matriz da sua arte. Ao converter pensamento e palavra em vozes sociais, Machado de Assis constituiu-se em desafio incontornável dos estudos literários, garantindo assim “um diálogo interminável com a posteridade” (p. 49).

Antonio Carlos Secchin parte da melancólica afirmação de Brás Cubas de não ter transmitido a ninguém o legado da sua miséria, porque não teve filhos, para trabalhar com a idéia das filiações existentes entre Machado de Assis, José de Alencar e Mário de Alencar. Distinguindo paternidade biológica de paternidade simbólica, divaga sobre a escolha de Machado de Assis, da figura de José de Alencar, para perfilhar sua filiação simbólica na ocasião da fundação da Academia Brasileira de Letras e do apadrinhamento da candidatura do filho de seu patrono, Mário de Alencar, à mesma Academia. Entre Alencar e Machado ficou Mário “sitiado em seu pequeno espaço de intersecção entre as vozes desses gigantes” (p. 52).

A Mão e a Luva (1874), segundo romance de Machado de Assis, é retomado por **Antonio Dimas** para discorrer sobre as habilidades narrativas do mestre que desde então já dava “mostras sobejas de parcimônia” (p. 54), revela também a marcante presença da arte de observar, do constante “exercício de leitura do gesto alheio” (p. 54). O aprimoramento dessas características será decisivo na construção de *Dom Casmurro*, no qual retoma e aprofunda questões que nessa obra são apenas esboçadas.

Arnaldo Saraiva considera “sólida a presença” de Machado de Assis na vida cultural portuguesa, embora “com alguma irregularidade e com falhas e desequilíbrios” (p. 70). Justifica sua constatação com base em um breve levantamento dos principais estudos que trataram dessa relação, observando que ainda há necessidade de um “estudo sistemático ou global” (p. 62) sobre o tema. Saraiva reexamina a afirmação de que “o português comum” não conhece as obras de Machado de Assis, argumentando que o mesmo português comum “também ignora boa parte dos clássicos portugueses” (p. 64). Além disso, lembra que “desde muito cedo Machado se tornou conhecido em Portugal”, pois seu nome já aparece, em 1860, no *Dicionário Bibliográfico Português* (p. 64). E insiste tanto no aprofundamento dos estudos das relações intertextuais que remetem à presença de autores portugueses na obra machadiana, quanto no estudo da presença de Machado em autores portugueses (p. 69).

A transposição do conto *O Enfermeiro* (1885) para a tela do cinema e os modos de enunciação correspondentes é o objeto da análise de **Beatriz Weigert**. Para realizar a transposição do discurso “da página à tela” é necessário encontrar a justa equivalência (p. 77), a tradução mais apropriada do mundo do texto para o mundo da imagem, do pensamento para o movimento (p. 77). A obra escrita movimenta-se pela alternância de discursos, sob a regência de um narrador. A obra cinematográfica efetiva-se pela autoridade da câmara, sob o comando do realizador que compõe cenas (p. 78). O resultado da conversão do conto para filme constitui-se em “arte sobre arte” (p. 78).

Daniel Piza concentra-se em reavaliar algumas informações sobre Machado de Assis cristalizadas com o passar do tempo. Primeira: que era um homem melancólico e recluso (p. 80). Segunda: que teve uma infância completamente adversa (p. 81). Terceira: um homem avesso à polêmicas (p. 84). À tais afirmações argumenta que: o agravamento de algumas doenças em função da idade e, mais tarde, o falecimento da esposa Carolina,

podem ter contribuído para um afastamento gradual da vida social, mas o maior escritor brasileiro de seu tempo teve ainda em vida muitas homenagens e gozava de enorme prestígio no meio cultural brasileiro (p. 80). Frequentava o teatro e as apresentações musicais, escrevendo sobre elas em diversas publicações (p. 82). Participava de saraus (p. 82). Pertencia à sociedade de música e recreação (p. 82). Quanto a infância, Piza considera que Machado foi um privilegiado, mesmo acompanhado pelas doenças, pois na precária sociedade brasileira de então teve, por exemplo, pais alfabetizados, que moravam em casa própria junto à chácara em que trabalhavam, na qual Machado nasceu e foi batizado pela dona (p. 81). De sua escolaridade pouco se sabe, mas o fato de tornar-se poeta aos 15 anos, trabalhar como aprendiz de tipógrafo e, em seguida, tradutor de francês, são indícios de boas condições de estudo (p. 81). Fruto dessas condições e de particular perseverança e ambição, não desperdiçou as chances que teve. Na tipografia de Paula Brito começou a publicar os primeiros poemas. Mais tarde, ao exercer o jornalismo, seria o “braço direito de Quintino Bocaiúva” (p. 81). Sobre as polêmicas, são exemplares as críticas à *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*; nesse último mostra as diversas semelhanças com a história de Émile Zola, *A Queda do Abade Mouret* (p. 84). A análise de Piza conduz-nos a um homem lúcido e exigente, que teve dificuldades e soube superá-las, que contou com apoios importantes desde o início e deles valeu-se bem, que conduziu com elegância a genialidade criativa, que teve um casamento feliz e lamentava não ter filhos, enfim, um homem vitorioso e sem motivos para grandes amarguras, senão aquelas de toda a prosaica existência. Não foi um Casmurro, nem um otimista demais.

Domício Proença Filho apresenta a sua tentativa de responder como escritor, através do romance de sua autoria *Capitu: memórias póstumas*, às questões formuladas, como estudioso de literatura, ao lacunar relato de *Dom Casmurro*. Segue literalmente o conselho de Bento Santiago quando este permite ao leitor que preencha as omissões de sua narrativa. O desafio que se propõe é o de dar voz à Capitu, de fazê-la emergir dos eloquentes silêncios machadianos. “Afim, ela era acusada, condenada, execrada, sem nenhuma oportunidade de defesa” (p. 93). A possibilidade de expressar-se em seu próprio discurso, em sua linguagem, foi confiscada de Capitu pelo poder do Bento narrador. Coube ao tempo, e a crítica literária, restituir-lhe a legitimidade da fala para que possa hoje contar suas memórias.

Ernesto Rodrigues comenta sobre a poesia de Machado de Assis publicada em periódicos portugueses desde 1864, de alguns problemas na tradução ou transcrição dos versos, do apreço declarado que letrados portugueses nutriam pelo brasileiro e adverte para que seja dada continuidade ao projeto de recolha de informações sobre a recepção do Machado de Assis poeta, em Portugal, que “viria beneficiar enormemente a literatura machadiana e brasileira, e bem assim os portugueses do século XXI que quiserem descobrir o Brasil intelectual” (p. 109).

Da afirmação de Machado de Assis, *a realidade é boa, o Realismo é que não presta para nada*, parte a análise de **Helder Macedo** para compreender como ele respondeu através dos três romances da maturidade às questões de “verossimilhança e verdade” postas pelo Realismo que tanto condenava. Para Macedo, “Machado faz em *Quincas Borba* uma impiedosa sátira complementar (porque já a havia iniciado em *Memórias Póstumas*) das idéias do determinismo social que constituíam a base filosófica do Realismo” (p. 113) e “*Dom Casmurro* é a grande síntese e a culminação estética da dialética machadiana sobre verossimilhança e verdade – ou determinismo e responsabilidade” (p. 115). Ao conceber um fraco e inepto Bento Santiago que “parece e procura que pareça” (p. 115), através de um discurso articulado para dissimular seus fracassos, e uma decidida Capitu, subversiva porque pensa e age, Machado contrapõe sua visão aguda e crítica da sociedade às obtusas formulações deterministas. “A lógica determinística do naturalismo servira a Bento Santiago, para demonstrar o metafórico no literal, a fruta dentro da casca, a verdade da culpa que trazia em si na verossimilhança da culpa que atribui a Capitu” (p. 119).

Para **Ivan Junqueira**, “graça, elegância, humor e sabedoria” (p. 128) são algumas das virtudes cultivadas pela escrita de Machado de Assis através do exercício cotidiano da crônica que, segundo o analista, foi decisivo para o aprimoramento da prosa do romancista.

A partir do conto *Singular ocorrência*, **John Gledson** reflete sobre as sutilezas narrativas de Machado de Assis, ou da capacidade de enganar o leitor desavisado de suas artimanhas na arte de falar de um assunto ao tratar de outro. E se Machado é um grande desafio ao leitor o é ainda mais ao tradutor. Mas Gledson confessa que ao lado desse grande desafio há “um prazer especial em entender as sutilezas, os sentidos meio encobertos do autor,

e pode ser uma maneira excelente de ensinar a ler” (p. 137). A aventura de desvendar as segundas intenções machadianas e o desafio de manter-se fiel ao seu espírito são o objeto da atenção deste hábil leitor.

Lauro Antonio discorre sobre as dificuldades de adaptar as obras de Machado para o cinema embora haja “muito de cinematográfico em sua escrita” (p. 145). Tal dificuldade na transposição para a tela da essência, do “sabor” da narrativa machadiana, recupera bem a analogia da reconstrução da casa de Bento menino naquela do adulto, na qual “se o rosto é igual, a fisionomia é diferente”. Se cenários e situações podem ser reproduzidos, já não acontece o mesmo com a ironia do narrador ou a psicologia das personagens (p. 147), resulta que na maioria das obras transpostas, com as honrosas exceções, “falta alguma densidade “vívda” aos “quadros” apresentados” (p. 149). O analista arrola ainda mais de três dezenas de obras adaptadas para cinema e televisão e comenta algumas.

Maria Aparecida Ribeiro analisa as adaptações do conto *A Cartomante* para o cinema e para os quadrinhos e a reelaboração do argumento por Lima Barreto em conto de mesmo nome. Ribeiro demonstra que a transposição do conto para a tela, através da leitura do diretor Wagner Assis, não preserva as características originais da obra e o resultado é uma discussão entre a razão e o destino, que destoa do texto machadiano (p. 164). Nas versões quadrinizadas há três realizações. Uma de 2006, editada no Recife, com adaptação de André Dib, é a que apresenta mais lapsos e equívocos na composição (p. 165). A segunda, publicada pela Zahar em 2008, adaptação de Maurício Dias e Flávio Pessoa, desenhista, ressent-se sobretudo da “perda da ironia machadiana”, principalmente, “pela diminuição do papel do narrador” (p. 166). Ambas realçam o adultério e a vingança. A terceira é publicada em 2007, pela Escala Editorial, com adaptação e desenhos de Jo Fevereiro, que “segue de perto o conto de Machado” (p. 166); embora existam as dificuldades inerentes à transposição, como os cortes narrativos pela necessidade da ilustração (p. 165), essa adaptação consegue manter a ironia machadiana e, principalmente, “a corrosão da crença” (p. 167), argumento fundamental do enredo. Em Lima Barreto *A Cartomante* “não tem como alvo a crença, mas a própria sociedade” (p. 161), as restrições e limites de suas possibilidades. Para Ribeiro *A Cartomante* de Machado de Assis deve ser “tratada não propriamente como a que vê o futuro, mas como aquela que torna os clientes mais cegos com relação a ele” (p. 160).

Maria Eunice Moreira interessou-se em pensar sobre a atenção que os críticos sul-rio-grandenses vêm demonstrando ao longo do tempo pela obra machadiana. Desde 1912, quando Alcides Maya ingressa na Academia Brasileira de Letras e produz o estudo *Machado de Assis. Breves notas sobre o humour*, são elencados treze trabalhos, publicados em livro até 2008, para discutir a “permanência de Machado de Assis no horizonte de leituras da crítica sul-rio-grandense” (p. 172). Moreira se apóia principalmente no legado crítico de Moyses Vellinho para refletir sobre o interesse “nas narrativas de um escritor que vivia e escrevia tão distante da realidade sulina” (p. 174). Três idéias lançadas por Vellinho guiam sua argumentação: primeira, que o mundo medíocre no qual nasceu não teve forças para “arrancá-lo de dentro de si mesmo” (p. 176), o que contribuiu em parte para o desenvolvimento de sua arte; segunda, que as fraquezas humanas, matéria-prima de seus escritos, foram tratadas sob o disfarce da ironia, mas acentuaram o tom pessimista, o que pode ter “contribuído para neutralizar a veemência de sua consciência social” (p. 179); e, a terceira, o modo como Machado conseguiu libertar-se da imposição de um discurso pautado e orientado para a importância da paisagem na construção de uma literatura brasileira ao concentrar-se nos motivos interiores das ações humanas e tornar a paisagem apenas um prolongamento, um pano de fundo para essas emoções (p. 181). Desse último ponto surge a possibilidade de resposta à questão inicial, de que talvez a crítica literária rio-grandense tenha buscado em Machado de Assis a compreensão para um dos problemas literários vividos na província, o regionalismo, “que configurou a literatura produzida no Sul, onde a terra fala mais alto que o homem” (p. 182).

Solange Ribeiro de Oliveira retoma a questão da ausência da paisagem no texto machadiano para discutir sobre a presença da música em sua ficção. Considera possível que “Machado teria lentamente processado a transposição da paisagem para a psicologia da personagem e o desenrolar do enredo” (p. 185) e tomando *Dom Casmurro* como exemplo, julga “importantes as referências musicais para a elaboração da narrativa e a construção de personagens” (p. 185). Oliveira demonstra como Machado entrelaça o enredo e as ações das personagens às citações operísticas e do quanto “a Música contribui para a caracterização e para a visão de mundo de Bento Santiago” (p. 185). Analisa ainda os contos

O Macbete e Um homem célebre, nos quais música popular e erudita misturam-se e sintomaticamente indicam o nascimento da música popular urbana brasileira (p. 193).

As idéias principais dos textos que compõe este volume, sumariamente apresentadas, fornecem apenas um panorama das inúmeras questões propostas pelos analistas. Cabe agora aos leitores desses leitores continuarem o estimulante diálogo com o tempo, as idéias e a prosa, que sempre vale à pena lembrar, de Machado de Assis. ▽

JOAQUIM MIGUEL PATRÍCIO



Manuel Laranjeira, *O Pessimismo Nacional*. Lisboa: Frenesi, 2009.

¹Saíram pela primeira vez no jornal *O Norte, diário republicano da manhã*, do Porto, em 24 e 31/12/1907 e 07/01 e 14/01/1908.

O pequeno livro tem um título chamativo – *O Pessimismo Nacional* (Frenesi, Lisboa, MMIX). O autor, Manuel Laranjeira, é um protótipo do pessimismo instintivo, a que não é alheio o seu suicídio. Ao “deprimir e denegrir a pátria”, como “hábito inato”, tenta-se inculcar a toda a sua obra uma desfiguração que se justifica por vezes corrigir. É o caso dos artigos sobre *O Pessimismo Nacional*¹, comumente não os referindo como o que na realidade são, no geral interpretados como apologia dum pessimismo inatamente português. Esse artifício interpretativo sobressai na contra-capá, onde se lê a impossibilidade actual de subscrever “com iguais ilusões o optimismo generoso de que o seu Autor parecia possuído quando os publicou”, rematando: “Aliás, a morte que Manuel Laranjeira a si próprio deu, pouco depois, não significará que foi ele o primeiro a desesperar? E não chegaria essa antecipação definidora para justificar o nosso presente pessimismo, tão negro e tão magoado como o que o levou, numa hora triste, àquele seu gesto de renúncia final?”

Este desfigurar do texto a partir do seu título corrobora o culto de um pessimismo doentio, estrutural e permanente, conducente a um fim fatal, que vive, entre nós, nalguma intelectualidade e imprensa, tentando fazê-lo corresponder a um maior pessimismo, o que advém da análise dum fenómeno epocal em que se defendia a regeneração da vontade colectiva e o suprimento das disfunções e injustiças na nossa sociedade através dum optimismo esperançoso, embora amargo.

O pessimismo de Laranjeira não é “a manifestação clara, iniludível, dum esgotamento senil, degenerativo, doloroso, [...] o estado desesperadamente agónico dum povo como entidade colectiva”, uma degeneração “orgânica” do tipo *Crepúsculo dos Povos* (à Max Nordau), antes sim uma dificuldade adaptativa passageira, de génese normal, “uma perturbação de crise evolutiva, significando apenas que os povos se transformam e progridem, embora penosamente” (*ibidem*, p. 20).

Ao invés do pessimista degenerado, que o é por vício constitucional e defeito estrutural, derivado de insuficiência congénita imodificável, Laranjeira vê o pessimismo nacional como uma deficiência momentânea, a que o português, ou qualquer outro ser humano normal, temporariamente se adapta, sinal de que Portugal tem futuro.

Indicia-se a negação da permanência de estruturas de longa duração relacionadas com características comuns e inalteráveis dos portugueses, podendo-se alterar se as condições estruturais de natureza cultural, económica e social se modificarem.

Bastará uma retrospectiva da nossa História para refutarmos o pessimismo mórbido de tendência degenerativa e esgotamento agónico, dado que não somos um povo corroído de senescência. Nem basta dizê-lo, é imperioso prová-lo, não se podendo concluir de imediato, em face duma crise, sermos um povo irremediavelmente perdido. Aceitá-lo seria negar a excelente adaptação dos portugueses a qualquer meio-ambiente e em qualquer tempo e lugar, o seu grande activo de aptidão para lidar com outras culturas, a nossa longevidade histórica de mais de 800 anos.

O que também prova que não há uma psicologia indiscutível dos povos, apesar da História estar a perder impacto sobre as crenças imediatistas do presente, além de, nos nossos dias, um pessimismo mais catastrofista ser fomentado fortemente pelos *media*.

Mas existe um pessimismo, associado a uma ideia de decadência, em que o analfabetismo e a ausência de educação eram para Laranjeira a base primordial do decadentismo nacional, perante o facto de quatro quintos da população portuguesa ser analfabeta,

perante o desencontro e a incapacidade de comunicação de uma minoria civilizada e intelectualmente desenvolvida com a restante sociedade, não sabendo ou não podendo impor-se à maioria da nação, arrastando-a consigo, origem dum desnivelamento causador duma crise sobreaguda de pessimismo. E conclui: “O nosso pessimismo quer dizer apenas isto: que em Portugal existe um povo, em que há, devoradas por uma polilha parasitária e dirigente, uma maioria que sofre porque a não educam e uma minoria que sofre porque a maioria não é educada” (*ibidem*, p. 41). A deficiência educativa é tida como insuficiência determinante do processo colectivo de sobrevivência, o que se reflecte na inferioridade social da maioria da população: “Incapaz de receber ideias e sentimentos, o cérebro da grande massa da sociedade portuguesa, em virtude daquele princípio lamarkeano que condena à morte o órgão que não trabalha, definha-se, atrofia-se, lenhifica-se, e a alma portuguesa estagna na tranquilidade morta das águas paludosas”, acrescentando: “a única coisa que espanta [...] é a pasmosa resistência deste desgraçado povo” (*ibidem*, pp. 32, 33), propondo uma educação intensiva “e vê-lo-ão florescer e progredir como os povos cheios de saúde” (*ibidem*, p. 37).

Se o povo existia, o que era preciso era educá-lo. Por maioria de razão, estando o avanço educativo numa elite reduzida, que apesar de intelectualmente superior e credível sobrepunha ao ideal de Pátria o de Humanidade, desajustando-se da realidade interna. Impunha-se refazer tudo, refundindo a sociedade de baixo a cima, abatendo velhos messias e transformando a Monarquia numa sociedade livre e num novo regime, a República, a qual, uma vez vingada, não seria para Laranjeira a República desejada.

Se é verdade que a ignorância do povo português era, infelizmente, incontestável, decorridos 100 anos ainda se mantêm alguns diagnósticos, apesar das profundas transformações, embora sejam quase arcaicas as queixas do não saber ler, escrever e contar.

Mesmo atenuada, permanece a distância entre as elites e o povo, agravada por uma incapacidade daquelas em desencadear movimentos sociais de relevo, o que implica uma análise deformada ou hipostasiada da realidade portuguesa, tendo havido sempre minorias defensoras do culto da manutenção do poder na base da ignorância, gerando a falta de democratização de fracas elites e menos por onde escolher.

Por outro lado, existindo uma minoria intimamente dependente do Estado, nela se concentrando desproporcionalmente o poder e os recursos, ter-se-á gerado a convicção, para muitos, da inutilidade de participar nas decisões e assunção de responsabilidades.

Mesmo com a democratização e universalização do ensino, cada vez são menos os que sabem muito e de tudo, ao lado do analfabetismo funcional dos outros.

Suicídios célebres foram usados por Laranjeira para interpretar o país e o seu pessimismo. Em 1889, Soares dos Reis; em 1890, Camilo; em 1891, Antero. Embora no primeiro artigo de *Pessimismo Nacional* os não tenha como um sintoma de condenação da raça portuguesa, em missiva a Unamuno, de 28/10/1908, é mais apocalíptico:

O pessimismo suicida de Antero de Quental, de Soares dos Reis, de Camilo, mesmo do próprio Alexandre Herculano (que se suicidou pelo isolamento como os monges) não são flores negras e artificiais de decadentismo literário. Essas estranhas figuras de trágica desesperação irrompem espontaneamente, como árvores envenenadas, do seio da Terra Portuguesa. São nossas: são portuguesas: pagaram por todos: expiaram as desgraças de todos nós. Dir-se-ia que foi toda uma raça que se suicidou.²

Laranjeira suicidar-se-ia em 1912.

Ter-se-á tratado duma consequência natural do rumo que a vida portuguesa tinha tomado e da inviabilidade de mudá-lo?

Centrando-nos em Laranjeira, o seu pensamento é duma leitura decadentista de apatia, desânimo, azedume, morbidez, falsa felicidade, tédio, angústia temporal e inquietação metafísica, mundo de engano e fuga em busca da “terra prometida”, deísmo e panteísmo, aceitação do suicídio como decisão pessoal e libertadora, pessimismo fatalista. Nada era excêntrico, nem originariamente português, admitindo que a Europa atravessava uma densa crise de pessimismo, o tédio dos tempos, sendo Laranjeira conhecedor das ideias de Durkheim, Nordau, Schopenhauer, Hartman, Nietzsche, Darwin. Há aqui, desde logo, um pessimismo importado do exterior e adaptado internamente. Incluindo alguns países tidos como mais vanguardistas e civilizados, onde também houve suicidas célebres: Gerard de Nerval (1855), Van Gogh (1890), Tchaikovski (1893), Angel

² *Op. cit.*, pp. 5 e 6, incluindo duas cartas de Laranjeira a Miguel de Unamuno sobre o mesmo tema.

³ Em *O Poeta é um Fingidor*. Coleção Ensaios, Lisboa: Edições Ática, 1960, p. 126.

⁴ Rui Ramos (coord.), “Portugal Naturalista”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 319.

⁵ Maria Rattazzi, *Portugal de Relance*. Lisboa: Antígona, 1997.

Ganivet (1898), Otto Weininger (1903), Ludwig Boltzmann (1906), Paul Lafargue (1911), Kitty Melrose (1912), Peyo Yavorov (1914), Jack London (1916). E para quem queira reforçar com Mário de Sá Carneiro (1916), Florbela Espanca (1930), ou outro(s), um pretenso pendor suicida português, podem citar-se Kostas Kariotakis, Charlotte Mew (1928), Dora Carrington, George Eastman, Hart Crane, Santos-Dumont (1932), Alfonsina Storni (1938), Virginia Woolf (1941), Hemingway (1961). Inventário a que acresce Rousseau, Tolstói ou Kafka, que se “suicidaram” pela fuga ou solidão, por analogia com o “suicídio de isolamento” de Herculano na sugestão de Laranjeira.

Se assim é, não visualizamos o intrínseco pendor para a tão fadada desgraça que caracteriza a nossa raça, em que teve contributo decisivo Laranjeira, influenciando Unamuno com a publicação de *Portugal Povo de Suicidas*, não obstante na geração do escritor espanhol ter havido um suicídio célebre, o de Ganivet, em paralelo e por confronto com a do seu parceiro português, cuja vítima foi o próprio amigo de Espinho.

Excluída a hipótese de o suicídio ser directamente proporcional ao maior ou menor grau de desenvolvimento dos povos, porquê este desespero suicidário de Laranjeira?

Para Jorge de Sena, morreu ou suicidou-se de indigestão do seu “moi haissable”³, realçando uma sua face:

Em Espinho, no Verão, o desporto que incansavelmente praticava, pela praia, casino, teatro e cinema, era o flirt. Entre Maio de 1908 e Março de 1909, Laranjeira deitou as suas vistas sobre 18 mulheres, antigas amantes, prostitutas, possíveis amantes. Teve então como companheira uma “criatura do povo”, com quem passeava em público para escandalizar as classes médias. Não queria que as suas relações amorosas fossem mais que a satisfação da “carne indisciplinada”. Mas eram. [...] – “e essa alegria assusta-me.”⁴

Teve dois filhos, à data ilegítimos, de relações com uma criada e uma “criatura do povo”, ambos morrendo cedo. De figura desalinhada, abusava do café e do tabaco, tinha insónias e passava noites a escrever, após boémias e tertúlias, frequentando os “ex-libris” da vila. Não surpreende ser, para muitos, de um egoísmo mortal, exercendo a Medicina sem grande vocação, não se libertando do estado de espírito melancólico via ocupação quotidiana. Outros apelidavam-no de “médico dos pobres”, salientando uma vertente solidária.

A sua vida foi ainda um convívio perene com a ameaça da morte, pelo rol de doenças e perturbações de que sofria, de modo ocasional ou crónico: sífilis, tísica, ataxia, asma e febres, doença hepática, neurose, histeria, neurastenia, psicastenia, crises nervosas, um sentidor maior que um pensador.

Amargurado pelos seus males físicos e fealdade, tendo a vida como uma comédia cruel e dolorosa numa visão naturalista aplicada à sua vivência, conjugada com a apologia da morte voluntária, defendida por Nietzsche, que o influenciou, a sua opção final indicia um suicídio egoístico causado por uma insuficiência de integração na sociedade, em que a doença e o decadentismo grandemente importado foram determinantes, e nem sequer a tão ansiada República o salvou, suicidando-se quase 17 meses após a sua implantação, anulando-lhe qualquer perspectiva messiânica.

Conclui-se, por fim, ser premente combater uma tendência para ir buscar sistematicamente o que nos apouca, criando estereótipos caricatos, sabido que no tempo dos “Vencidos da Vida” nos visitou uma estrangeira, a princesa Rattazzi, que se cruzou com outros portugueses e escreveu que “Les portugais sont toujours gais”⁵, decerto menos cultos, mas que tinham de si próprios uma imagem mais segura e alegre. ▽



Paulo Borges, *Descobrir Buda. Estudos e Ensaio sobre a via do Despertar*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.

Em *Descobrir Buda. Estudos e Ensaio sobre a via do Despertar*, de Paulo Borges, inscrevem-se uma subtil polarização e uma equivalência simétrica de sentidos, de que talvez não convenha hermeneuticamente abusar, mas que não deixam de fornecer uma via de acesso à leitura do conjunto de textos de que se faz anúncio. A equivalência simétrica de sentidos estabelecida entre o primeiro sintagma “Descobrir Buda” e o último “via do Despertar” é interpolada pela informação de que essa condição de revelação ontológica surge discursivamente reflectida sob a forma de uma subtil polaridade exegética “Estudos e Ensaio”, termos que, por sua vez, na sua simétrica oscilação, correspondem a diferentes ângulos – filosóficos, religiosos, espirituais, mais ou menos discretos, mais ou menos articulados ou mais ou menos convergentes entre si, com variações de intensidade de cada um deles –, ou seja, correspondem a diferentes vias de aproximação à possibilidade da autodescoberta de ser ou devir Buda, e que o autor se propõe intelectualmente cartografar. Mas se essa simetria de sentidos equivalentes entre o nome “Buda” e o verbo “Despertar” afasta qualquer dúvida quanto à geografia, digamos assim, cultural, intelectual, doutrinal, em que se situam estes estudos e ensaios filosóficos, religiosos e espirituais, já o facto de a enunciação de Buda não ser precedida de um artigo definido indica que não estamos perante um livro de iniciação ao pensamento e à acção de um venerável fundador de uma religião, nem face a uma descrição sistemática e analítica do seu legado doutrinal e filosófico-religioso – o Buda histórico – mas diante de uma exposição que tem como propósito a auto-inquirição especular e ressonante – o descobrir-se Buda – quanto aos pressupostos, aos desenvolvimentos e aos efeitos axiológicos do que assumidamente o autor considera ser uma virtualidade ou possibilidade ontognoseológica. Virtualidade ou possibilidade essa certamente remissível a quem pela primeira vez no tempo e no espaço a indicou por se descobrir e se dar a descobrir como o Buda, o Desperto, mas que neste livro não surge explicitada como um estado afim do da ideia comum de uma suprema realização ou proeza comandada pela consciência subjectiva e pessoal do sujeito biográfico que a manifestou, antes, e sobretudo, como uma condição existencial a um tempo rarefeita e concreta, ou como “um estado de consciência plenamente livre de todos os véus e condicionamentos”. Ora, é sobre as múltiplas formas de se aceder a um tal estado, que, no limite, é insusceptível de ser descrito, explicado e comunicado por via da razão discursiva – e não por acaso logo o segundo texto tem por título “o Silêncio de Buda” –, que Paulo Borges disserta e discorre com o conhecimento adquirido, enriquecido e legitimado pela sua experiência de praticante e de discípulo, desde 1983, do corpo vasto de ensinamentos filosóficos, religiosos e espirituais das tradições do Grande Veículo (*Mahayana*) e do Veículo do Diamante (*Vajrayana*) do Budismo tibetano. E disserta e discorre não só com erudita proficiência, minuciosamente explicitada nas 635 notas de pé de página disseminadas pelos 10 ensaios que constituem o livro, mas também com notável rigor e clareza de linguagem, muitas vezes enriquecida por reinvestimentos semânticos da língua portuguesa, seja por recurso à decomposição silábica de termos com um lastro conceptual originalmente inadequado à abertura da significação pretendida, seja pela tentativa da criação de novos termos vernáculos derivados da terminologia filosófica budista. Disserta e discorre, portanto, a partir da sua experiência de praticante espiritual budista e com a inteligência do estudioso e do ensaísta que, trabalhando criativamente com o quadro de referências que lhe servem de fundamento e de orientação, sabe evitar excursos dogmatizantes ou abordagens em tom proselitista dissuasoras da recepção dialogante e crítica das teses que enuncia e problematiza sobre a via do despertar ou do descobrir-se Buda. Disserta e discorre, enfim, praticando e tendo em atenção, como escreve no prefácio, a “própria exortação do Buda a que as suas palavras não sejam aceites irreflectida e acriticamente”.

Como apreciação geral poderíamos dizer, assim, que estamos perante uma obra que, apesar de coligir um conjunto tematicamente diversificado de textos, na sua maioria escritos para atender a diferentes solicitações académicas e pedagógicas, apresenta uma coerente articulação de propósitos e de sentidos. Articulação de propósitos que se projectam como sendo simultaneamente divulgadores e problematizadores de aspectos fun-

damentais da filosofia e da prática meditativa budista, derivados quer dos postulados base e “provisórios” associados à verdade relativa das “quatro nobres verdades”, quer das “abissais” e desconcertantes formulações sobre a verdade absoluta reveladas pela sabedoria prática do Buda, transmitidos em obras fundamentais do multiforme e multilingue universo espiritual, intelectual e doutrinário budista e conforme aos seus três ciclos ou veículos de ensinamentos do *Hinayana*, do *Mabayana*, do *Vájrana*. Aspectos fundamentais esses competentemente processados por uma notável capacidade de assimilação e de explanação sintética do autor, certamente aprofundada e autenticada pela sua própria experiência meditativa e pela sua disponibilidade para aprender de fonte directa com qualificados e reconhecidos professores da tradição budista tibetana, à qual, aliás, presta reverencial tributo no prefácio do livro.

Mas articulação também de sentidos, dos mais acessivelmente compreensíveis, como os que são elementar, concisa e claramente comunicados no texto de abertura “Budismo”, aos mais complexos nas suas formulações temáticas e nas aplicações e desenvolvimentos heurísticos, digamos assim, dos operadores conceptuais inferidos da “Via do Buda”, ou do “dharma do Buda” – expressões que, pela abertura supra-religiosa e supra-eclesiástica que evocam, Paulo Borges considera serem mais adequadas e correctas do que o termo “Budismo” para definir o legado do Buda histórico. Tais formulações, aplicações e desenvolvimentos são vertidos em textos de teor contra-intuitivo, negadores de pontos de vista comuns e perturbadores de consagradas proposições filosóficas, como, por exemplo, a que aborda o conceito budista de *karma* aplicado à ordem natural e à experiência mental e ética do mundo, ou o que incide sobre a visão búdica da identidade pessoal. Articulação de sentidos que nos parece assim ordenada segundo o princípio do mais simples para o mais complexo, em diferentes planos, e de algum modo seguindo a lógica dos três ciclos ou veículos de ensinamentos do *Hinayana*, do *Mabayana* e do *Vájrana*, e aparentemente assumida por Paulo Borges como testemunhando níveis de aprofundamento e de progresso espiritual na experiência do desvelamento da condição de Buda. Se bem que essa mesma lógica seja por vezes aplicada ao desenvolvimento do argumento central de cada um dos estudos e ensaios, ela não visa, porém, demonstrar uma hipotética superioridade doutrinal ou eficácia espiritual de um sistema sobre outro, mas tão somente ilustrar a aplicação daquilo que na tradição búdica se designa por “meios hábeis” ou meios de instrução que, visando o despertar das consciências para a verdadeira realidade de si e das coisas, tomam em linha de conta as circunstâncias, os contextos e os níveis de compreensão e de empenhamento dos destinatários a que se dirigem esses meios desbaratadores da “ignorância” e da “ilusão”.

Tendo, portanto, sempre como nexos fundamentais de ligação entre os estudos e os ensaios o tema da “via do despertar”, este livro aborda essa possibilidade em vários planos, correspondentes a diferentes matérias da filosofia relativas ao ser e agir (os já referidos ensaios sobre a identidade pessoal e sobre as implicações éticas da experiência do mundo) aplicada ao conhecer e ao dever (os ensaios com os títulos, respectivamente, “Budismo, ciência e realidade” e “o Silêncio de Buda” são disso exemplo), mas também a matérias do domínio do pensamento e da prática religiosa afins dos da escatologia e da soteriologia (*A morte no Budismo. Da contemplação da impermanência à vida pós-morte e à descoberta da imortalidade*), ou do sentido da experiência espiritual, tal como esta se pode comparativamente inferir da noção de vacuidade, explicitada pelo filósofo e místico budista Nagarjuna (século II), e da visão apofática de Deus, de Pseudo-Dionísio Areopagita.

Três traços, porém, me parecem ser os dominantes e comuns a todos os ensaios orientados para a caleidoscópica possibilidade do Despertar: (i) o da compreensão budista (e cito), “mais de dois mil anos antes de Kant, das ciências cognitivas e da física quântica”, da inseparabilidade entre a realidade e a consciência, entre o mundo e a sua determinação pela actividade mental dos seres que o constituem (o ensaio *Budismo, Ciência e Religião* funciona como uma propedêutica a este tópico recorrente); (ii) o da explicitação da noção de vacuidade como se reportando ao ensinamento do Buda sobre a verdadeira natureza, fluida, impermanente e interdependente dos fenómenos materiais e mentais; (iii) o relativo à maneira de se proceder visando a aplicação das terapias adequadas à extinção do sofrimento causado pela incompreensão prática daquelas duas subtis evidências, a da interdependência entre mundo e consciência, e a da vacuidade dos fenómenos. E neste ponto há a salientar que a exigente prática dos ensinamentos budistas visando o “despertar” inclui também, tal como se pode inferir da leitura de alguns destes estudos e ensaios, a sua própria autodesconstrução, a sua própria evacuação. É esse aliás o procedimento

inscrito na própria estrutura do livro, cujo ensaio axial, inserido a meio da sua ordenação, leva por título “Se vires o Buda, mata-o! Ensaio sobre a essência do Budismo”, e cujo final se concretiza com dois textos sobre o *Dzogchen*. Sobre esse corpo subtilíssimo e polémico de ensinamentos que, numa perspectiva gradual e no âmbito do Budismo tibetano, situando-se para além do radical desconstrutivismo lógico do sábio budista Nagarjuna (século II) e da escola do *Madhyamika* do *Mahayana*, se propõe fornecer como instrução última o reconhecimento de que a agitação dualista mental, “tal uma brisa movendo-se através do céu”, é experienciável como manifestação indissociável “da perfeição natural e absoluta de todas as coisas”. Particularmente nestes ensaios se assoma, por mais de uma vez, a tese fundamental de que o “descobrir-se Buda” ou o “despertar” é um estado de consciência que na sua radical inefabilidade só pode ser intelectualmente traduzido e descrito como libertador e liberto dos constrangimentos emocionais e obscurecimentos mentais, como superador das quatro possibilidades de predicação lógica A, não A, A e não-A, nem A nem não-A, ou seja do tetralema necessariamente evocado na própria construção argumentativa da possibilidade desse estado de consciência. Estado que se desvela como uma espécie de retorno ou de reencontro com o fundo sem fundo espiritual da condição da experiência de nós e dos outros, sem pontos de apoio ou de discernível categorização. Fundo sem fundo diante do qual a erudição paciente e pedagógica e a capacidade intelectual e filosófica de Paulo Borges, animada por uma determinação vocacional de generosa partilha do seu saber, se auto-suspende nos limites da funcionalidade e da verdade relativa e dualista em que comumente se situa porque hiperconsciente dos efeitos insidiosos do ensinamento iconoclasta de Nagarjuna – que, mais que uma vez, surge citado no corpo do livro: “Aqueles que mantêm discursos sobre o Buda, o qual transcende todo o discurso, toda a modificação, todos, extraviados pelos seus próprios discursos, não vêem o Tathāgata”.

Neste sentido, e como última consideração, gostaria apenas de acrescentar que talvez o termo mais adequado para sintetizar a modalidade de trabalho que presidiu à composição destes estudos e ensaios de Paulo Borges seja o da tradução: tradução da búdica e experiencial verdade absoluta para a intelectual e humana verdade relativa; tradução de expressões várias da sabedoria budista de origem oriental para o contexto do pensamento, da religiosidade e da espiritualidade ocidentais, tradução para a língua, cultura e discurso académico portugueses dessa mesma sabedoria.

Trabalho de tradução esse que, quando bem executado, como é o caso, é sempre uma forma de “dizer quase a mesma coisa”, na expressão de Umberto Eco, sendo que o dizer aqui é quase o mesmo que não dizer, ou os dois simultaneamente, ou nem um nem outro, ou seja, um dizer que se articula como uma espécie de música executada por uma orquestra oculta, e que Paulo Borges traduz como tendo a sua origem neste “espaço livre e absoluto”, aquele que fazemos “de conta que não o vemos, que não o somos” e que nos leva geralmente a pensar, a sentir e a agir “que a Liberdade e a Luz não são o nosso Bem mais íntimo e inalienável...”. ▽

FERNANDA SANTOS 

Annabela Rita, *Itinerário*. Lisboa: Roma editora, 2009.

A escrita contemporânea presenteou-nos com a liberdade da sua própria expressão: ela basta-se a si mesma. A escrita permite a abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer, como referia Foucault. Na verdade, em *Itinerário*, o autor desaparece e é rapidamente reencontrado pelo leitor, pois é uma obra cujos instrumentos de orientação aparecem inscritos e, à partida, designados. Sob o comando da voz autoral, sabemos que a obra é “o metamórfico mapa desse continente em mutação que é a Literatura” (p. 11).

Em *Itinerário*, o texto mostra-se com determinadas regras (ou contra certas regras). Se o livro é objecto de leitura, o texto mantém-se na linguagem, só existe tomado num discurso. Portanto, se o livro pode ficar na estante, o texto não, o seu movimento constitutivo é a travessia, como dizia Roland Barthes, uma travessia que pode percorrer a obra, ou, como neste caso, várias obras.

Robert Scholes referia que o texto instaura regras (protocolos) de leitura que sujeitam o leitor a lê-lo evitando leituras inadequadas, conduzindo o olhar para o interior da obra. Deste modo, a leitura desta obra aparece conduzida por instrumentos de orientação precisos e determinados para o leitor. Capa, título, epígrafe, aquilo a que chamaríamos o paratexto, são os lugares que ajudam o leitor a definir a sua expectativa de leitura. O texto introdutório cita a capa como o lugar mais óbvio da obra, o título, anúncio do texto, a epígrafe, que pode orientar a leitura. Segundo a autora, a “*dispositio* textual [...] condiciona a recepção, atingindo-nos de certo modo, provocando certos efeitos”. Por outro lado, “[o] grau zero da ‘subjectividade’ não existe...” (p. 13). E portanto, o jogo em que a escrita se movimenta está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade que ela aceita e com a qual se movimenta, indo para além das suas regras.

Itinerário é composto de vinte e três textos, entre os quais se encontram diversas comunicações e ensaios da autora reunidos e incluídos numa obra comum, num percurso comum: o percurso de produção textual, editado pela ordem cronológica dos autores escolhidos.

Nos *Instrumentos de Orientação* que dirigem a orquestra de textos da sua obra, a autora permite entrever que a abertura de janelas para o mundo é diversa, obrigando a exercícios de memória e de associação. A autora revisiona outros autores, outras referências. Assim, ao leitor é colocado o desafio de (re)construir o caminho percorrido, ligando os diversos pontos luminosos no caminho apontado.

A obra abre com o gesto régio e simbólico da concessão de um foral, abre portanto com a atribuição de uma identidade a um território. Daí para a frente, o itinerário da autora percorre os territórios da escrita de autores cuja selecção na obra se faz por ordem cronológica: há escritores, ensaístas, estudiosos, professores, pensadores, todos com o seu lugar firmado na literatura e na cultura portuguesas e todos fruto de um estudo atento por parte da autora. É com um olhar atento que somos guiados, sabendo que a autora procura escrever “[...] destacando lugares, assinalando com padrões referências de um progresso de viagem, a minha, nesse grande continente que convencionámos designar Literatura Portuguesa, orientando-me com estes e outros instrumentos...” (p. 25).

É ainda possível ao leitor entrar numa viagem iterativa de análise de diversos géneros literários e de autores de épocas diversas, desde Seiscentos à Época Contemporânea. São territórios diversos e objectos de estudo e reflexão da autora os escritores António Vieira, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Sena Freitas, Sebastião de Magalhães Lima, Florbela Espanca, Sophia de Mello Breyner Andresen, Ruben A., Eduardo Lourenço, Miguel Barbosa, Alçada Baptista, Fernando Cristóvão, Júlio Conrado, Amadeu Lopes Sabino, Filomena Marona Beja, Rui Nunes, José Augusto Mourão, Miguel Real, Sérgio Luís de Carvalho, Alexandre Honrado e deixa ainda espaço para dois excursos, textos produzidos numa reflexão pessoal, um dos textos sobre a relação entre natureza e cultura e outro sobre a passagem inexorável do tempo, na vida dos seres humanos.

Os vários autores e respectivas obras sobre os quais a autora se debruça, nas suas análises, são aqueles que assinala como lugares e padrões, marcos do seu trajecto pessoal e intelectual. Os excursos estão na margem desse território demarcado, mas fazem igualmente parte deste itinerário, fazem parte de uma reflexão sobre tempo e espaço.

A rota textual de viagem é a da autora, mas também a dos leitores, com todas as suas expectativas, avanços, retrocessos e hesitações, sob a égide da descoberta e da procura. Nesse processo de conhecimento, dá-se, necessariamente, o reconhecimento, a actualização de uma memória, a flexibilidade da imaginação. Nesse jogo de memória, entram a intertextualidade, as leituras transversais entre literatura e arte, a evocação constante à pintura, à música, ou mesmo o diálogo entre textos. O leitor é convocado a rememorar imagens e cenários diversos, habitando o espaço entre o real e o textual. Como fica explícito nos *Instrumentos de Orientação*, este é um itinerário que “se subsume, em geral, na leitura, condicionando-a, como o demonstrarão muitos dos ensaios deste volume” (p. 13). ▽

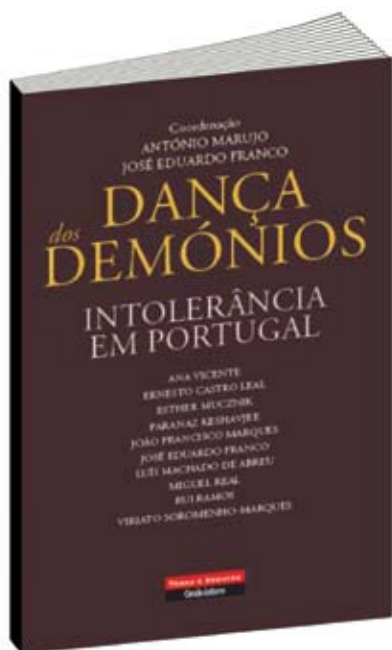


Projectos
e
Notícias

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E EDIÇÃO

Dicionário dos Antis

A Cultura Portuguesa em Negativo



MARUJO, António e FRANCO, José Eduardo (coord.),
Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal.
Lisboa: Círculo de Leitores/Temas&Debates, 2009.

O objectivo deste projecto é o estudo sistemático de todas as correntes e discursos centrados numa percepção negativa de um 'Outro' (p. ex. antisemitismo, anticlericalismo, antibritanismo) na história de Portugal, desde o século XII até aos nossos dias. Ao estudar estes discursos, o projecto permitirá compreender como é que o discurso criou e demonizou diferenças; trata-se, pois, de apresentar a história da Cultura numa imagem em 'negativo', para empregar uma metáfora fotográfica. Deste projecto resultará a publicação de um dicionário enciclopédico com cerca de 200 entradas correspondentes aos discursos 'anti', identificados e pesquisados por uma equipa de investigação multidisciplinar coordenada por José Eduardo Franco.

Como acontece com as nações europeias mais antigas, a cultura e a história de Portugal conheceram numerosos discursos e práticas que antagonizavam 'Outros'. Apesar dos diferentes veículos e impactos, todos estes discursos (que designamos por 'anti') têm recorrido a diversas estratégias para apresentar a mundividência, o estilo de vida, as crenças ou a ideologia de outros como uma ameaça aos valores positivos de cada sociedade. Na medida em que

respondem a debates ideológicos em curso ou a conflitos e tensões existentes entre grupos/classes/etnias/géneros e religiões, estes discursos são 'novos'. No entanto, raramente originais e importando argumentos de outras situações de confronto passadas, são também 'velhos'. Por outras palavras, devem ser estudados através da História, mais exactamente através de uma história que atenda à 'longa duração' e á aos aspectos genealógicos. Assim, este estudo, que é necessariamente interdisciplinar, deve ter em conta os 'arquivos', por vezes cronologicamente profundos, a que os discursos 'anti' recorrem.

Este projecto pretende localizar de forma precisa estes discursos e as práticas em que se fundam na sua espessura temporal através de um conjunto de monografias críticas de cada movimento 'anti' identificado, que serão as entradas do dicionário enciclopédico. Além do seu contributo empírico, o dicionário permitirá uma reflexão mais profunda sobre os fundamentos teóricos das produções discursivas 'anti'.

O estudo metódico de uma quantidade significativa de discursos 'anti' (o Dicionário terá 200 entradas e um total estimado de 925.000 palavras) permitirá uma reflexão profunda sobre os limites da Modernidade. A opção metodológica pela longa duração revela-se indispensável porque permite testar as rupturas entre Modernidade, Pré e Pós-modernidade.

O período pré-moderno não ignorou a produção de discursos 'anti', que podem ser compreendidos no quadro da chamada 'civilização de combate': uma sociedade estruturada por uma ortodoxia com modelos religiosos e sociais rígidos afirmados em antagonismo com outras sociedades. Todavia, estes tipos de discurso permanecem nas sociedades abertas e estão genealógicamente ligados ao seu passado. A Modernidade, com as suas oposições ideológicas e com profundas divisões religiosas e políticas, foi fértil em semelhantes movimentos. Todavia, estão por estudar os seus laços com construções discursivas pós-modernas centradas num 'Outro hostil' que constituía uma ameaça real ou imaginária a valores comunitários, construções essas que eram essenciais para a criação de identidades mais amplas. De igual modo, a actual 'morte das ideologias' não erradicou práticas e discursos que demonizam ideias/grupos/comunidades dentro da sociedade. Aliás, o presente desenvolveu novos discursos 'anti' na forma das teorias da conspiração que alegam denunciar a actividade de um 'Outro' maligno, de riscos colectivos impessoais (e. g. antiterrorismo, anti-tabagismo) e de 'questões fracturantes'. Em todos estes casos, existe uma percepção em 'negativo' de um Outro que deriva de uma compreensão positiva do 'Nós'.

O estudo dos discursos 'anti' na longa duração permi-

tirá responder a uma carência concreta da historiografia Portuguesa e Europeia. Com efeito, não existe nenhum trabalho de investigação semelhante, que seja do nosso conhecimento, em países como o Reino Unido, França e Alemanha. O carácter inédito do projecto assegura-lhe desde já indiscutível relevância internacional, uma vez que será o precursor de tentativas semelhantes noutros países de acordo com alguns consultores externos e membros estrangeiros da equipa de trabalho.

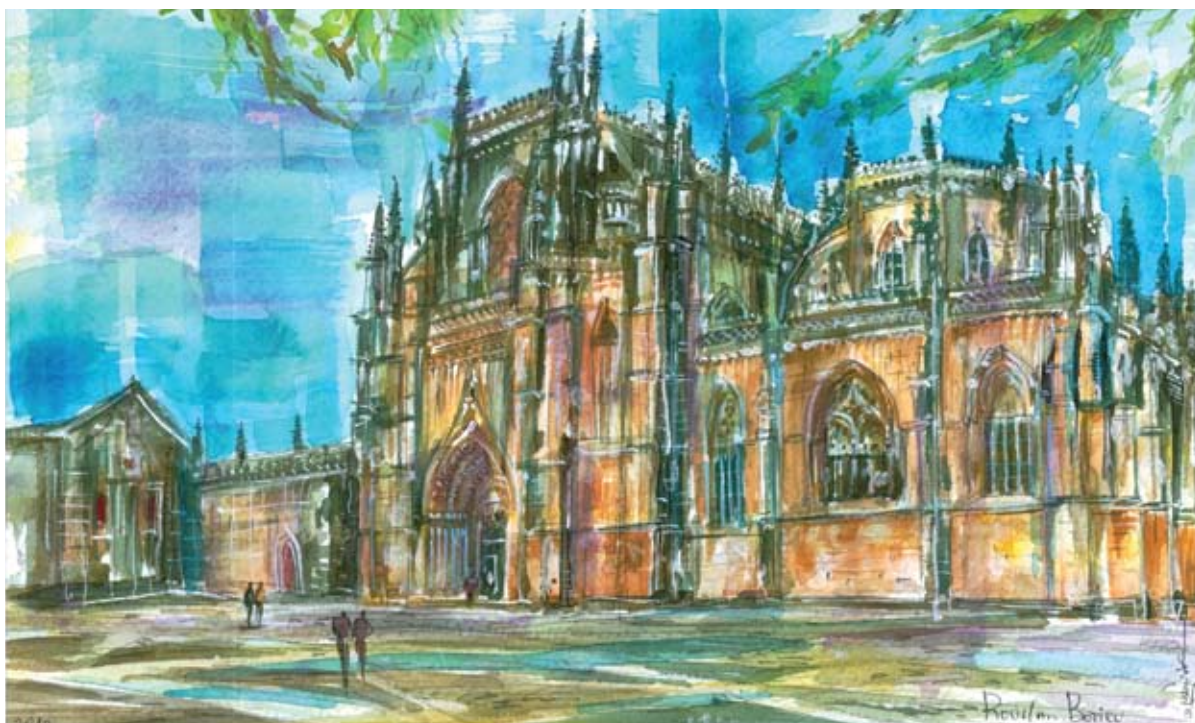
Este projecto foi já antecedido por um primeiro trabalho exploratório de investigação que se traduziu na publicação de uma obra intitulada *DANÇA DOS DEMONIOS* (Círculo de Leitores, 2009), coordenada por José Eduardo Franco e António Marujo, obra que cava os primeiros

alicerces para o estudo da cultura em negativo.

Pretende-se que este trabalho de sistematização do conhecimento prepare o caminho para a elaboração de uma história da cultura portuguesa em negativo.

Para esse resultado final muito contribuirá a promoção de estudos monográficos desenvolvidos por investigadores da equipa sobre temas específicos estudados na óptica do conceito de cultura negativa. Neste momento, podemos já destacar o projecto de pós-doutoramento de João Maurício Brás sobre a pertinência do estudo da Cultura Negativa e os projectos de doutoramento intitulados “A noite no imaginário cultural português” de Rosa Fina e “A ideia de bárbaro e de estrangeiro na Cultura Portuguesa” da doutoranda Cristiana Lucas.

Aconteceu



EXPOSIÇÃO DE PINTURA

Ordens em Portugal

Arte em aguarelas pela mão do pintor mongol Rouslam Botiev

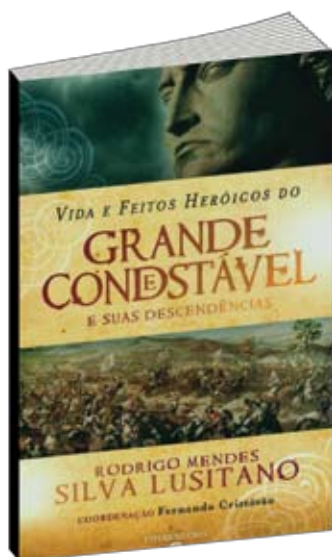
No passado dia 9 de Outubro, o CLEPUL foi recebido no Palácio do Cadaval pela Senhora Duquesa de Cadaval, D. Diana de Cadaval, acompanhada pelo Arcebispo de Évora, D. José Alves, pela Senhora Governadora Civil do Distrito de Évora, Dr.ª Fernanda Ramos, pela Senhora Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Évora, Dr.ª Cláudia Pereira, e pelo editor da Gradiva, Doutor Guilherme Valente.

Ocasão para mais uma iniciativa apoiada pelo nosso centro, tendo em conta o desejo de divulgar a arte, a investigação e a cultura lusófona e europeia assim como o diálogo tão aberto e saudável quanto possível: a Exposição de Pintura *Ordens em Portugal: Arte em aguarelas pela mão do pintor mongol Rouslam Botiev*, dedicada à presença das Ordens Religiosas em Portugal, cujo resultado final irá, dentro de pouco tempo, poder ser apreciada por todos na

Aconteceu

obra *Mosteiros e Conventos, Ordens e Congregações. 1000 anos de Empreendedorismo Religioso, Cultural e Artístico em Portugal*. De destacar também a presença no Palácio do Cadaval da Feira do Livro do CLEPUL, cujo rosto visível é o nosso colaborador Pedro Barata (www.caixadoslivros.com), que promete, com a iniciativa e a colaboração atenta de todos, continuar a difundir por Congressos, Universidades e outros espaços de cultura os livros do CLEPUL e de outros Centros e Editoras, sempre tendo como objectivo fazer do livro um instrumento imprescindível para os momentos de trabalho e de ócio.

Esta exposição marcou também presença, desde finais de Outubro até ao fim de Novembro, no Palácio da Independência, acompanhando outra iniciativa do CLEPUL: o lançamento da obra *Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e Suas Descendências*, coordenada pelo Professor Fernando Cristóvão, a par da inauguração de uma outra Exposição de Pintura dedicada à memória deste grande herói da nacionalidade portuguesa, com quadros da autoria de Joaquim de Carvalho. Ambas as exposições foram acompanhadas pela apresentação de manequins envergando os hábitos de algumas das Ordens ilustradas pela exposição de Rouslam Botiev, antecipando também o *Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal*.



CRISTÓVÃO, Fernando (coord.).

Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e Suas Descendências.
Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

CONGRESSO INTERNACIONAL

Ordens e Congregações Religiosas

Nos passados dias 2 a 5 de Novembro, decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian o *Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas*. Singular momento de encontro e de diálogo, partilha de perspectivas dos universos académico, civil e religioso acerca do fenómeno das Ordens, o Congresso deu o justo seguimento ao ambicioso e bem sucedido projecto do CLEPUL que, já este ano, conheceu como rostos visíveis o *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* e o *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada em Portugal*, além de outros projectos relacionados, como *Ordens e Congregações no Contexto da I República* e *Os Dominicanos em Portugal*.



Aconteceu



Ao longo dos quatro dias o Congresso destacou-se, antes de mais, por dois aspectos: a excelência dos conferencistas e a diversidade das temáticas abordadas nas suas intervenções. Reflectiram-se aspectos tão diversos como a importância das Ordens para a fundação da nacionalidade e em momentos essenciais do percurso da nacionalidade como os Descobrimentos ou a Restauração, a sua vitalidade nos tempos que correm, a sua importância para o património, a educação e a difusão da cultura e da língua portuguesas ou as transformações que a religiosidade foi sofrendo, exigindo das Ordens um acompanhamento sempre presente; realizaram-se ainda abordagens individualizadas a Ordens específicas como a dos Beneditinos, a dos Franciscanos, a dos Jesuítas, entre outras, não se descurando também a análise de períodos de maior antagonismo para com as Ordens em Portugal, nomeadamente a partir do século XIX e no momento do despontar da I República. Para um tão vasto debate de ideias contribuíram personalidades como Manuel Clemente, Luís Machado de Abreu, José Eduardo

Franco, Vitor Teixeira, Fernando Cristóvão, Miguel Real, Annabela Rita, Norberto Dallabrida, Guilherme d'Oliveira Martins, Pedro Calafate, Mário Soares, Lázaro Messias, Carlos Moreira Azevedo, Christine Vogel, José Augusto Mourão, Vitor Melícias, Ernesto Castro Leal, entre muitos outros nomes da investigação, da cultura, da religião e da política portuguesa e internacional.

O Congresso presenteou ainda o seu público com outras actividades culturais e recreativas merecedoras de destaque, nomeadamente as actuações de dois coros, uma no Auditório 2 da Gulbenkian e outra na Igreja de S. Roque, e o jantar de encerramento no Refeitório dos Frades do Convento de Mafra, abrindo ainda as portas a futuras iniciativas, com especial destaque para a monumental obra em fase de acabamento, *Mosteiros e Conventos, Ordens e Congregações. 1000 anos de Empreendedorismo Religioso, Cultural e Artístico em Portugal*, e para o alargamento do projecto das Ordens a outros países lusófonos.



Aconteceu



No passado mês de Outubro realizou-se na Faculdade de Letras de Lisboa uma exposição dedicada a Guerra Junqueiro e ao seu percurso humano literário.

No momento em que comemoramos o Centenário da República em Portugal, a recuperação necessária da memória do grande poeta republicano passa por projectos como aquele que tem sido levado a cabo pelo CLEPUL, em colaboração com a Universidade Católica e com a equipa do projecto Revisitar/Descobrir Guerra Junqueiro, nomeadamente com o seu principal rosto, Henrique Manuel S. Pereira, investigador do CLEPUL que já merecera atenção no primeiro número da nossa revista. Neste sentido, depois das obras *A Música de Junqueiro* e *A Volta de Junqueiro*, esta exposição organizada pela Câmara Municipal de Freixo de Espada a Cinta com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República chegou à FLUL depois de ter estado patente na terra natal do poeta e no Porto, na Universidade Católica, transitando depois para a Fundação Marquês de Pombal e, depois, para a internacionalização em Salamanca.

Contendo fotografias do autor nos seus contextos familiar, literário e cívico, além de reproduções de algumas das suas obras, a exposição serviu ainda de pretexto para a publicação do excelente catálogo *Guerra Junqueiro. De Freixo para o Mundo*, organizado por Henrique Manuel S. Pereira, um singular objecto de colecção que conta com um grafismo de elevada qualidade e numerosos textos de e sobre Junqueiro.



JUNQUEIRO, Abílio Manuel Guerra.

A lágrima.

Porto: Lello Editores, 2010.

Aconteceu



COLÓQUIO INTERNACIONAL

Em torno de duas Repúblicas

15 de Novembro de 1889 – 5 de Outubro de 1910

Nos dias 15 e 16 de Novembro de 2010 o Grupo de Investigação 6 - “Brasil-Portugal - Cultura, Literatura, Memória”, promoveu, no Auditório III da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Colóquio Internacional **Em torno de duas Repúblicas: 15 de Novembro de 1889 - 5 de Outubro de 1910**, uma iniciativa no âmbito das comemorações do centenário da implantação da República em Portugal.

O Colóquio foi estruturado em quatro mesas: “Escritores na Revolução”; “Retratos dos primórdios da República em Portugal e no Brasil”; “A República e o republicanismo nos Países Africanos de Língua Portuguesa” e as “Relações luso-brasileiras no período republicano”. Ao longo dos dois dias de trabalho procurou-se estudar e aprofundar a implantação do regime republicano em Portugal e no Brasil e a repercussão desta alteração política nos países africanos de Expressão Portuguesa, bem como a construção dos valores republicanos nestes territórios. Analisou-se a primazia brasileira na mudança do regime político português, o facto de algumas das principais figuras do regime republicano português terem nascido no Brasil, de aí se terem refugiado alguns intelectuais portu-

gueses e de no dia 5 de Outubro de 1910 estar de visita a Lisboa o Presidente eleito do Brasil, o Marechal Hermes da Fonseca, a quem D. Manuel II ofereceu o último jantar do regime monárquico.

Cerca de uma vintena de investigadores, nacionais, brasileiros, africanos e italianos, participaram neste evento, destacando-se Isabel Lustosa e Manuel Alegre, que proferiram as conferências na sessão de abertura, e ainda Eugénio Lisboa, que falou sobre Manuel Teixeira Gomes, Júlio Machado Vaz, que apresentou um testemunho sobre o seu avô Bernardino Machado, Giovanni Ricciardi, que apresentou uma comunicação intitulada “Marechal Floriano. Rio. Peço energia. Sigo já Quaresma”; por sua vez Augusto Nascimento falou sobre a “República em São Tomé e Príncipe” e Maria da Conceição Silva e Vania Chaves discorreram sobre “Hermes da Fonseca e Portugal”.

Paralelamente decorreu no Átrio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa uma exposição bibliográfica sobre a mesma temática, acompanhada por 10 cartazes dedicados à implantação da República em Portugal e no Brasil.

Acontecerá

Cursos Livres

Dando seqüência ao projecto do CLEPUL e da *Letras Com Vida* de realizar tertúlias com importantes figuras da cultura portuguesa e cursos livres levados a cabo por investigadores ligados ao Centro, realizar-se-ão na Faculdade de Letras de Lisboa dois Cursos Livres.

Curso Livre de Poesia Portuguesa Contemporânea, segunda parte, leccionado pelo professor, poeta e crítico literário António Carlos Cortez. A primeira parte, recorde-se, decorreu em Abril e Maio de 2010 na Casa Fernando Pessoa, no qual foi percorrido o percurso entre as décadas de 30 e de 70. Este ano o tema alarga-se aos autores que se revelaram na poesia portuguesa a partir da década de 80, incidindo uma parte substancial do programa nos autores contemporâneos ainda desconhecidos de uma grande maioria do público mas que ao longo das sessões serão devidamente iluminados, como de resto já o têm sido através das produções ensaísticas e das resenhas que António Carlos Cortez publica, entre outros, no *Jornal de Letras*. O curso decorrerá na FLUL às 3^{as} (Cave A) e 5^{as} feiras (PN17) das 18:00 às 19:30; terá início a 24 de Março de 2011.

Curso Livre Representações do Corpo na Cultura Ocidental, será leccionado pelo Doutor João Maurício Brás, que se ocupa actualmente de um pós-doutoramento enquanto bolseiro da FCT dedicado ao estudo da Cultura Negativa na Cultura Portuguesa – inserindo-se, portanto, num dos mais relevantes projectos que o CLEPUL desenvolverá nos próximos tempos e do qual o próprio dá conta num dos ensaios da secção Vozes Consonantes deste número. Este curso abordará, portanto, o conceito que a tradição cultural do Ocidente foi elaborando em torno do corpo, das suas múltiplas dimensões, concepções e implicações e de, entre outros aspectos, a sua potencialidade enquanto meio através do qual contactamos e experienciamos o mundo e enquanto uma das bases decisivas da sexualidade humana. Será, portanto, um enriquecedor percurso que permitirá iluminar também as próprias bases ideológicas com que cada época procurou edificar-se e que as outras cristalizaram por seqüência e oposição. O curso decorrerá na FLUL às Segundas (Sala 10.2) e Quartas-feiras (PN17) das 18:00 às 19:30; terá início a 14 de Março de 2011.

As inscrições para ambos os cursos decorrerão durante o mês de Fevereiro de 2011. Os Programas poderão ser consultados no site do CLEPUL (www.clepul.eu).

O custo da inscrição serão 20 euros por mês, para cada um dos cursos.

V Semana de Intercâmbio Cultural Ibero-Eslavo

10 A 17 DE MAIO DE 2011 UNIVERSIDADE DE LISBOA

A V Semana de Intercâmbio Cultural Ibero-Eslavo na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (10 a 17 de Maio de 2011), será dedicado ao tema: “Mitos de Origem das Nacionalidades na Perspectiva Ibero-Eslava”. Abordagens Modernas e Pós-modernas. Na mesma semana, entre os dias 12 e 14, decorrerá na FLUL uma Conferência Internacional em torno do mesmo tema.

O evento pretenderá promover o debate Ibero-Eslavo sobre os diferentes conceitos míticos de origem das nacionalidades ibéricas e eslavas, bem como sobre as correspondentes marcas culturais. Com a sua atenção centrada no panorama literário, histórico, filosófico e linguístico Eslavo e Ibérico, a Conferência proporcionará uma oportunidade de reflexão sobre mitos das origens das nacionalidades de diversos tempos e espaços. O seu principal objectivo centrar-se-á na dinamização de um fórum de discussão com várias contribuições, provenientes de diversas áreas e domínios. Ainda que sejam valorizadas contribuições que explorem perspectivas comparatistas, outras propostas também serão tidas em conta. As comunicações apresentadas poderão abordar as seguintes perspectivas disciplinares (mas não exclusivamente): Antropologia, Estudos de Comunicação, Estudos Culturais, Estudos de Género, História, Estudos Interculturais, Linguística, Teoria Literária, Estudos de Comunicação Social, Pedagogia, Ciência Política, Estudos Pós-Coloniais, Pragmática, Estudos de Recepção, Sociologia, Estudos de Tradução. Tanto a apresentação de teorias recentes, como de perspectivas renovadas de teorias mais antigas serão oportunas. A V Semana Ibero-Eslava na FLUL ocorrerá no contexto do Congresso Internacional “A Europa das Nacionalidades. Mitos de Origem: discursos modernos e pós-modernos”, que decorrerá em Aveiro, de 9 a 11 de Maio de 2011, um evento co-organizado pelo CLEPUL e pela Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – CompaRes.

Acontecerá



CONGRESSO INTERNACIONAL

A Europa das Nacionalidades

Mitos de Origem: Discursos Modernos e Pós-Modernos

9/10/11 DE MAIO DE 2011 UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Porque sabemos o quanto os **Mitos de Origem das Nacionalidades Europeias** tiveram (e continuam a ter) forte disseminação e impacto no contexto extra-europeu, cruzando-se com os mitos de origem das Nacionalidades não-Europeias, estamos particularmente interessados em conhecer o modo como o Outro não-europeu vive ou viveu os nossos próprios mitos, como em certos casos deles se apropriou adaptando-os às suas próprias circunstâncias ou ainda como a indústria da comunicação contemporânea tem permitido a globalização desses mesmos Mitos de Origem (pensamos por exemplo, entre muitos outros exemplos, no modo como o cinema se tem apropriado dos mitos mais antigos da Europa, devolvendo-no-los em versão *hollywoodesca*).

Finalmente, e na escala inversa, estamos particularmente interessados no registo, conhecimento e compreensão do riquíssimo acervo mitológico de espaços geográficos insulares onde o imaginário das origens adquire configurações muito particulares, de rara beleza e profundidade.

Esta Conferência Internacional tem assim, como **objetivo primordial**, contribuir para o vasto fundo de reflexão acerca do futuro da Europa unida, precisamente porque diversa e múltipla nos seus Mitos de Origem relacionados

com as diversas nacionalidades que as constituem. Investigadores e peritos nacionais e internacionais, reconhecidos nos campos das artes e das ciências humanas e sociais, contribuirão para o aprofundamento do debate em torno do tema proposto e das linhas fundamentais que configuram a eterna demanda identitária, entre a legitimação narrativa e as várias metamorfoses dos mitos de origem. O Congresso Internacional, cuja Comissão Científica é presidida pelo Dr. Guilherme d' Oliveira Martins, terá lugar na Universidade de Aveiro, Portugal, entre os dias 9, 10 e 11 de Maio de 2011, e é uma organização conjunta do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (CLC), do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL) e da Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos (CompaRes).

Neste momento estão já garantidas as **Conferências Plenárias do Prof. Eduardo Lourenço, Prof. Wolfgang Mackiewicz, Prof. Michel Maffesoli, Prof. Moisés Martins e do Professor Zygmunt Bauman**. O Congresso Internacional conta com uma vasta e reputada comissão científica nacional e internacional, tendo recolhido o apoio e a associação de dezenas de outras instituições culturais e académicas Portuguesas, Europeias e de fora da Europa.

Publicações



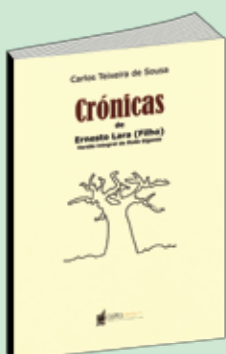
CARVALHO, Alberto,
Livros, Textos, Leituras.
Lisboa: CLEPUL, 2010.



CRISTÓVÃO, Fernando (coord.),
*Vida e Feitos Heróicos do Grande
Condestável e Suas Descendências*.
Lisboa: Esfera do Caos, 2010.



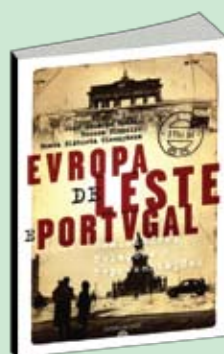
PEREIRA, Henrique Manuel,
Guerra Junqueira, de Freixo Para o Mundo.
Freixo: Câmara Municipal de Freixo
de Espada à Cinta, 2010.



SOUSA, Carlos Teixeira de, *Crónicas
de Ernesto Lara (Filho)*. Lisboa:
CLEPUL, 2010.

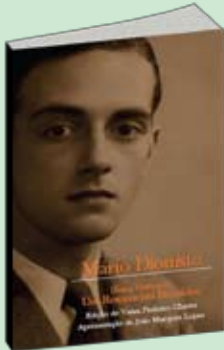


FRANCO, José Eduardo (dir.),
*Dicionário Histórico das Ordens,
Instituições Religiosas e Outras Formas
de Vida Sagrada Católica em Portugal*.
Lisboa: Gradiva, 2010.



FRANCO, José Eduardo,
PINHEIRO, Teresa,
CIESZYŃSKA, Beata Elżbieta
(coord.), *Europa de Leste e Portugal.
Realidades, Relações e Representações*.
Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

Publicações



DIONÍSIO, Mário,
Erico Veríssimo, Um romancista Brasileiro (Ed. De Vania Chaves).
Lisboa: CLEPUL, 2011.



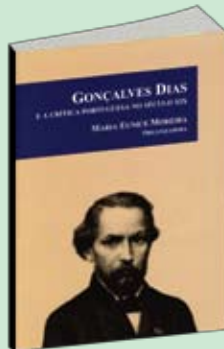
RITA, Annabela,
Cartografias Literárias.
Lisboa: Esfera do Caos, 2010.



REAL, Miguel, CIESZYNSKA, Beata Elzbieta (dir.),
Letras Com Vida. Literatura, Cultura e Arte. N.º1.
Lisboa: Gradiva, 1.º semestre de 2010.



CHAVES, Vania Pinheiro (coord.),
Cadernos de Estudos Brasileiros. Um Marco na Literatura Brasileira do Século XX: Antonio Callado (1917-1997). N.º3.
Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas (Estudos Brasileiros), CLEPUL, 2010.



MOREIRA, Maria Eunice (org.),
Gonçalves Dias e a Crítica Portuguesa no Século XIX.
Lisboa: CLEPUL, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.



RODRIGUES, Ernesto,
5 de Outubro, uma Reconstituição.
Lisboa: Gradiva, 2010.

Cadernos
Literários



Tertúlias e
Conferências



Cursos



LETRAS
comvida

Colecções



TERCEIRO NÚMERO

(em colaboração com a
Reitoria da Universidade Lisboa
para a celebração do Centenário da
Universidade de Lisboa)

Dossiê Temático

100 anos da Universidade de Lisboa

Aniceto Monteiro
Carolina Michäelis
Egas Moniz
Isabel Magalhães Colaço
Leite de Vasconcelos
P.º Manuel Antunes
Marcello Caetano
Miller Guerra
Pinto Peixoto
Teófilo Braga
Vitorino Nemésio

ENTREVISTAS DOS PRÓXIMOS NÚMEROS

António Sampaio da Nóvoa
George Steiner
Gilles Lipovetzky
Leonard Boff



Publicações, S. A.



CLEPULI Centro de Literaturas
e Culturas Lusófonas
e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

INSTITUTO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO